ESTE DOCUMENTO É UMA MINUTA INICIAL SUJEITA A ALTERAÇÕES E COMPLEMENTAÇÕES, TENDO SIDO ARQUIVADO NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS PARA FINS EXCLUSIVOS DE ANÁLISE E EXIGÊNCIAS POR PARTE DESSA AUTARQUIA. ESTE DOCUMENTO, PORTANTO, NÃO SE CARACTERIZA COMO O PROSPECTO PRELIMINAR DA OFERTA E NÃO CONSTITUI UMA OFERTA DE VENDA OU UMA SOLICITAÇÃO PARA OFERTA DE COMPRA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS NO BRASIL, NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA OU EM QUALQUER OUTRA JURISDIÇÃO, SENDO QUE QUALQUER OFERTA OU SOLICITAÇÃO PARA OFERTA DE AQUISIÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS SÓ SERÁ FEITA POR MEIO DE UM PROSPECTO DEFINITIVO. OS POTENCIAIS INVESTIDORES NÃO DEVEM TOMAR NENHUMA DECISÃO DE INVESTIMENTO COM BASE NAS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESTA MINUTA.

MINUTA DO PROSPECTO PRELIMINAR DA OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA DE AÇÕES ORDINÁRIAS DE EMISSÃO DO

[Ticker do Novo Mercado]

GRUPO MPR PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/ME nº 13.974.755/0001-39 | NIRE 35.300.395.506
Companhia em fase de registro perante a CVM na categoria "A"
Alameda Madeira, 222, 7º andar, Conjunto 71, Sala 1, Edifício Alfacon,
Centro Empresarial Alphaville
CEP 06454-010, Barueri, SP

[●] Ações

Valor Total da Oferta: R$[●]

Código ISIN das Ações "**[●]**"

Código de negociação das Ações na B3: "**[●]**"

No contexto da Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[●] e R$[●], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta Faixa Indicativa (conforme definido na página 46 deste Prospecto).

O **GRUPO MPR PARTICIPAÇÕES S.A.** ("**Companhia**"), os acionistas vendedores identificados na seção "Acionistas Vendedores, Quantidade de Ações Ofertadas, Montante e Recursos Líquidos" na página 42 deste Prospecto ("**Acionistas Vendedores**") estão realizando uma oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da Companhia, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("**Ações**"), compreendendo a distribuição (i) primária de[, inicialmente], **[●]** novas ações ordinárias de emissão da Companhia ("**Oferta Primária**"); e (ii) secundária de[, inicialmente,] **[●]** ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, nas quantidades indicadas na seção "Informações Sobre a Oferta – Acionistas Vendedores, Quantidade de Ações Ofertadas, Montante e Recursos Líquidos" na página 42 deste Prospecto ("**Oferta Secundária**"), em ambos os casos, a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, em conformidade com os procedimentos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), com o "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários", expedido pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("**ANBIMA**"), atualmente vigente ("**Código ANBIMA**"), e demais normativos aplicáveis, com esforços de colocação das Ações no exterior ("**Oferta**").

A Oferta será realizada no Brasil sob coordenação do Banco Itaú BBA S.A. ("**Coordenador Líder**"), do Banco J.P. Morgan S.A. ("**J.P. Morgan**" ou "**Agente Estabilizador**"), do Banco Bradesco BBI S.A. ("**Bradesco BBI**") e da XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("**XP Investimentos**" e, em conjunto com o Coordenador Líder, o J.P. Morgan e o Bradesco BBI, "**Coordenadores da Oferta**"), observado o disposto na Instrução CVM 400, bem como os esforços de dispersão acionária previstos no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("**B3**" e "**Regulamento do Novo Mercado**", respectivamente), com a participação de determinadas instituições consorciadas autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto à B3, convidadas a participar da Oferta, exclusivamente, para efetuar esforços de colocação das Ações junto aos Investidores Não Institucionais (conforme definido neste Prospecto) ("**Instituições Consorciadas**" e, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, "**Instituições Participantes da Oferta**").

Simultaneamente, serão realizados esforços de colocação das Ações no exterior pelo Itau BBA USA Securities, Inc., pelo J.P. Morgan Securities LLC, pelo Bradesco Securities, Inc. e pela XP Investments US, LLC (em conjunto, "**Agentes de Colocação Internacional**") (i) nos Estados Unidos da América ("**Estados Unidos**"), exclusivamente para investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), residentes e domiciliados nos Estados Unidos, conforme definidos na *Rule 144A* do *U.S. Securities Act* de 1933, conforme alterada ("***Securities Act***") editada pela *U.S. Securities and Exchange Commission* dos Estados Unidos ("**SEC**"), em operações isentas de registro, previstas no *Securities Act* e nos regulamentos editados ao amparo do *Securities Act*, bem como nos termos de quaisquer outras regras federais e estaduais dos Estados Unidos sobre títulos e valores mobiliários; e (ii) nos demais países, exceto os Estados Unidos e o Brasil, para investidores que sejam considerados não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos ou não constituídos de acordo com as leis dos Estados Unidos (*non-U.S. persons*), nos termos do *Regulation S* ("**Regulamento S**"), editado pela SEC, no âmbito do *Securities Act*, e observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor (investidores descritos nas alíneas (i) e (ii) acima, em conjunto, "**Investidores Estrangeiros**"), em ambos os casos, desde que tais Investidores Estrangeiros invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pela Resolução do Conselho Monetário Nacional n° 4.373, de 29 de setembro de 2014 ("**Resolução CMN 4.373**"), e pela Instrução da CVM n° 560, de 27 de março de 2015, conforme alterada ("**Instrução CVM 560**"), ou pela Lei n° 4.131, de 3 de setembro de 1962, conforme alterada ("**Lei 4.131**"), sem a necessidade, portanto, da solicitação e obtenção de registro de distribuição e colocação das Ações em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país, inclusive perante a SEC. Os esforços de colocação das Ações junto a Investidores Estrangeiros, exclusivamente no exterior, serão realizados nos termos do Contrato de Distribuição Internacional (conforme definido neste Prospecto).

Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, até a data da divulgação do Anúncio de Início (conforme definido neste Prospecto), a quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações do Lote Suplementar, conforme abaixo definido), poderá, a critério [da Companhia e dos Acionistas Vendedores], em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em até 20% do total de Ações inicialmente ofertado (sem considerar as Ações do Lote Suplementar), ou seja, em até **[●]** ações ordinárias, sendo [(i) até **[●]** novas ações ordinárias de emissão da Companhia; e (ii) até **[●]** ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, nas proporções indicadas na página 42 deste Prospecto, nas mesmas condições e ao mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas] ("**Ações Adicionais**").

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais) poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a até 15% do total das Ações inicialmente ofertado (sem considerar as Ações Adicionais), ou seja, em até **[●]** ações ordinárias [, sendo (i) até [•] novas ações ordinárias de emissão da Companhia; e (ii) até [•] ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, na proporção indicada no Prospecto Preliminar], nas mesmas condições e ao mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, ("**Ações do Lote Suplementar**"), conforme opção a ser outorgada [pela Companhia] [e] [pelos Acionistas Vendedores] ao Agente Estabilizador, nos termos do Contrato de Distribuição (conforme definido neste Prospecto), as quais serão destinadas, exclusivamente, para prestação dos serviços de estabilização de preço das Ações no âmbito da Oferta ("**Opção de Ações do Lote Suplementar**"). O Agente Estabilizador terá o direito exclusivo, a partir da data de assinatura do Contrato de Distribuição, inclusive, e por um período de até 30 dias contados da data de início da negociação das Ações na B3, inclusive, de exercer a Opção de Ações do Lote Suplementar, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, desde que a decisão de sobrealocação das ações ordinárias de emissão da Companhia seja tomada em comum acordo entre o Agente Estabilizador e os demais Coordenadores da Oferta quando da fixação do Preço por Ação (conforme definido neste Prospecto). Conforme disposto no Contrato de Distribuição, as Ações do Lote Suplementar não serão objeto de Garantia Firme de Liquidação por parte dos Coordenadores da Oferta.

Na hipótese de o Preço por Ação ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa do Preço por Ação, os Pedidos de Reserva (conforme definido na página 46 deste Prospecto) serão normalmente considerados e processados, observadas as condições de eficácia descritas neste Prospecto, exceto no caso de eventual Evento de Fixação de Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa (conforme definido neste Prospecto). O Preço por Ação será fixado com base no resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento a ser realizado exclusivamente junto a Investidores Institucionais (conforme definido neste Prospecto) pelos Coordenadores da Oferta, no Brasil, conforme previsto no Contrato de Distribuição, e pelos Agentes de Colocação Internacional, no exterior, conforme previsto no Contrato de Distribuição Internacional, em consonância com o disposto no artigo 23, parágrafo 1°, e no artigo 44 da Instrução CVM 400 ("**Procedimento de *Bookbuilding***"). O Preço por Ação será calculado tendo como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade da demanda (por volume e preço) por Ações coletadas junto a Investidores Institucionais, durante o Procedimento de *Bookbuilding*. A escolha do critério para determinação do Preço por Ação é justificada na medida em que o preço de mercado das Ações a serem subscritas/adquiridas será aferido de acordo com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentarão suas intenções de investimento nas Ações no contexto da Oferta e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**"). **Os Investidores Não Institucionais não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão da fixação do Preço por Ação.**

	Preço (R$)[1]	Comissões (R$)[1][2][4]	Recursos Líquidos (R$)[1][2][3][4][5]
Preço por Ação	[●]	[●]	[●]
Oferta Primária	[●]	[●]	[●]
Oferta Secundária	[●]	[●]	[●]
Total Oferta	**[●]**	**[●]**	**[●]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[●], que é o ponto médio da Faixa Indicativa do Preço por Ação. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[●] e R$[●], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa, a qual é meramente indicativa.
(2) Abrange as comissões a serem pagas aos Coordenadores da Oferta, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar.
(3) Sem dedução das comissões, despesas e tributos da Oferta.
(4) Para informações sobre as remunerações recebidas pelos Coordenadores da Oferta, veja a seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição", na página 47 deste Prospecto.
(5) Para informações sobre a quantidade de Ações a ser alienada pelos Acionistas Vendedores e os recursos líquidos a serem recebidos, veja a seção "Informações Sobre a Oferta – Acionistas Vendedores, Quantidade de Ações Ofertadas, Montante e Recursos Líquidos", constante na página 42 deste Prospecto.

A submissão do pedido de registro da Oferta Primária, a abertura de capital da Companhia e a submissão do pedido de registro de companhia aberta, bem como a adesão ao Novo Mercado e o novo estatuto social da Companhia, adequado às regras do Regulamento do Novo Mercado e cuja eficácia é condicionada à disponibilização do Anúncio de Início, foram aprovados em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 27 de agosto de 2020, cuja ata foi arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("**JUCESP**") em [●] de [●] de 2020, sob o nº [●] e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo ("**DOESP**") e no jornal "[●]" em [●] de [●] de 2020.

A realização da Oferta Primária mediante aumento de capital da Companhia, dentro do limite de capital autorizado, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, e seus termos e condições, foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em [●] de [●] de 2020, cuja ata foi arquivada na JUCESP em [●] de [●] de 2020, sob o nº [●], e publicada no DOESP e no jornal "[●]" em [●] de [●] de 2020.

O Preço por Ação e o efetivo aumento de capital da Companhia, dentro do limite do capital autorizado em seu estatuto social, serão aprovados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia a ser realizada entre a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* e a concessão dos registros da Oferta pela CVM, cuja ata será devidamente registrada na JUCESP e publicada no jornal "[●]" na data de disponibilização do Anúncio de Início e no DOESP no dia útil subsequente.

[A realização da Oferta Secundária, bem como seus termos e condições, inclusive no que se refere à fixação do Preço por Ação, foram aprovados em [●] da [●] realizada em [●] de [●] de 2020.]

Exceto pelos registros da Oferta pela CVM, a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta não pretendem realizar nenhum registro da Oferta ou das Ações nos Estados Unidos e nem em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país.

Será admitido o recebimento de reservas a partir da data indicada no Aviso ao Mercado (conforme definido neste Prospecto), para subscrição/aquisição das Ações, as quais somente serão confirmadas pelo subscritor/adquirente após o início do Prazo de Distribuição (conforme definido neste Prospecto).

A Oferta está sujeita à análise e aprovação da CVM, sendo que os registros da Oferta foram requeridos em [•] de [•] de 2020.

"OS REGISTROS DA PRESENTE OFERTA NÃO IMPLICAM, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DA COMPANHIA, BEM COMO SOBRE AS AÇÕES A SEREM DISTRIBUÍDAS".

Este Prospecto não deve, em nenhuma circunstância, ser considerado uma recomendação de investimento nas Ações. Ao decidir investir nas Ações, potenciais investidores deverão realizar sua própria análise e avaliação da situação financeira da Companhia, de suas atividades e dos riscos decorrentes do investimento nas Ações.

OS INVESTIDORES DEVEM LER ESTE PROSPECTO E O FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA ANTES DE ACEITAR A OFERTA, EM ESPECIAL AS SEÇÕES "SUMÁRIO DA COMPANHIA – PRINCIPAIS FATORES DE RISCO RELATIVOS À COMPANHIA" E "FATORES DE RISCO RELACIONADOS ÀS AÇÕES E À OFERTA" DESCRITOS NAS PÁGINAS 19 E 75, RESPECTIVAMENTE, DESTE PROSPECTO, BEM COMO A SEÇÃO "4. FATORES DE RISCO" DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, ANEXO A ESTE PROSPECTO, PARA CIÊNCIA E AVALIAÇÃO DE CERTOS FATORES DE RISCO QUE DEVEM SER CONSIDERADOS NA TOMADA DE DECISÃO DE INVESTIMENTO COM RELAÇÃO À COMPANHIA, À OFERTA E AO INVESTIMENTO NAS AÇÕES.

Autorregulação ANBIMA
Ofertas Públicas

Coordenadores da Oferta

Coordenador Líder

Agente Estabilizador

A data deste Prospecto Preliminar é **[●]** de **[●]** de 2020.

As informações contidas neste Prospecto Preliminar estão sob análise da Comissão de Valores Mobiliários, a qual ainda não se manifestou a seu respeito. O presente Prospecto Preliminar está sujeito à complementação e correção. O Prospecto Definitivo estará disponível nas páginas da rede mundial de computadores da Companhia; das Instituições Participantes da Oferta; das entidades administradoras de mercado organizado de valores mobiliários onde os valores mobiliários da Companhia sejam admitidos à negociação; e da CVM.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ÍNDICE

DEFINIÇÕES **1**
INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA **4**
CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DO FUTURO **5**
SUMÁRIO DA COMPANHIA **8**
SUMÁRIO DA OFERTA **22**
INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA **40**
Composição do Capital Social da Companhia 40
Acionistas da Companhia 41
Acionistas Vendedores, Quantidade de Ações Ofertadas, Montante e Recursos Líquidos 42
Descrição da Oferta 44
Listagem e Negociação no Novo Mercado da B3 45
Aprovações Societárias 46
Instituições Participantes da Oferta 46
Preço por Ação 46
Ações em Circulação (*Free Float*) após a Oferta 47
Custos de Distribuição 47
Estabilização do Preço das Ações 51
Características das Ações 52
Público Alvo da Oferta 53
Procedimento da Oferta 53
Oferta Não Institucional: 53
Oferta de Varejo 54
Oferta do Segmento Private 58
Oferta Institucional 61
Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta 62
Suspensão ou Cancelamento da Oferta 64
Prazo de Distribuição 64
Liquidação 65
Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação 65
Contrato de Distribuição e Contrato de Distribuição Internacional 66
Violações de Normas de Conduta 67
Restrições à Negociação das Ações (*Lock-up*) 67
Instituição Financeira Escrituradora das Ações 68
Cronograma Tentativo Estimado da Oferta 69
Inadequação da Oferta 70
Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta 70
Companhia 71
Coordenadores da Oferta 71
Instituições Consorciadas 71
Informações Adicionais 71
Companhia 72
Coordenadores da Oferta 72
Instituições Consorciadas 73
FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES **75**
APRESENTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFERTA **84**
Coordenador Líder 84
J.P. Morgan 85
Bradesco BBI 87
XP Investimentos 88
RELACIONAMENTO ENTRE A COMPANHIA E OS COORDENADORES DA OFERTA **90**

Relacionamento entre a Companhia e o Coordenador Líder 90
Relacionamento entre a Companhia e o J.P. Morgan 92
Relacionamento entre a Companhia e o Bradesco BBI 93
Relacionamento entre a Companhia e a XP Investimentos 95
RELACIONAMENTO ENTRE OS ACIONISTAS VENDEDORES E OS COORDENADORES DA OFERTA 97
Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder 97
Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o J.P. Morgan 98
Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Bradesco BBI 99
Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e a XP Investimentos 99
INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA, OS ACIONISTAS VENDEDORES, OS COORDENADORES DA OFERTA, OS CONSULTORES E OS AUDITORES 101
Declarações de Veracidade das Informações 102
DESTINAÇÃO DOS RECURSOS 103
CAPITALIZAÇÃO 105
DILUIÇÃO 106
ANEXOS 109
ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA 113
DECLARAÇÃO DA COMPANHIA NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400. 133
DECLARAÇÃO DOS ACIONISTAS VENDEDORES NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400 137
DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400 141
ATA DA ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA QUE APROVOU O PEDIDO DE REGISTRO DA OFERTA PRIMÁRIA E A ABERTURA DE CAPITAL DA COMPANHIA 145
MINUTA DA ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA QUE APROVARÁ A REALIZAÇÃO DA OFERTA 203
MINUTA DA ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA QUE APROVARÁ A FIXAÇÃO DO PREÇO POR AÇÃO 211
INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA COMPANHIA REFERENTES AO PERÍODO DE TRÊS MESES ENCERRADO EM 30 DE JUNHO DE 2020 217
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA COMPANHIA REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2020, 2019 E 2018 257
FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO CVM 480 317

DEFINIÇÕES

Para fins do presente Prospecto, "Companhia" ou "MPR" referem-se, a menos que o contexto determine de forma diversa, ao Grupo MPR Participações S.A. e suas subsidiárias na data deste Prospecto.

Os termos relacionados especificamente com a Oferta e respectivos significados constam da seção "Sumário da Oferta" na página 22 deste Prospecto. Os termos indicados abaixo terão o significado a eles atribuídos neste Prospecto, salvo se de outra forma determinado neste Prospecto ou se o contexto assim exigir.

Acionistas Controladores	Vocatus Participações S.A. e Zulu Corp Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, considerados em conjunto.
Acionistas Vendedores	[●].
Administração	Conselho de Administração e Diretoria da Companhia, considerados em conjunto.
Administradores	Membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia, considerados em conjunto.
ANBIMA	Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.
Assembleia Geral	Assembleia geral de acionistas da Companhia.
Auditores Independentes	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.
B3	B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.
Banco Central ou BACEN	Banco Central do Brasil.
Brasil ou País	República Federativa do Brasil.
CMN	Conselho Monetário Nacional.
CNPJ/ME	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia.
CPF/ME	Cadastro Nacional da Pessoa Física do Ministério da Economia.
Código ANBIMA	Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários, atualmente em vigor.
Companhia ou MPR	Grupo MPR Participações S.A.
Conselho de Administração	O conselho de administração da Companhia.
Conselho Fiscal	O conselho fiscal da Companhia, de caráter não permanente, que até a data deste Prospecto não havia sido instalado.

Contrato de Participação no Novo Mercado	Contrato de Participação no Novo Mercado a ser celebrado entre, de um lado, a B3 e, de outro, a Companhia, por meio do qual a Companhia aderirá ao Novo Mercado, observado que o referido contrato entrará em vigor na data de divulgação do Anúncio de Início.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
Deliberação CVM 476	Deliberação da CVM nº 476, de 25 de janeiro de 2005.
Deliberação CVM 860	Deliberação da CVM nº 860, de 22 de julho de 2020.
Diretoria	A diretoria da Companhia.
DOESP	Diário Oficial do Estado de São Paulo.
Dólar, dólar, dólares ou US$	Moeda oficial dos Estados Unidos.
Estados Unidos	Estados Unidos da América.
Estatuto Social	Estatuto social da Companhia.
Formulário de Referência	Formulário de Referência da Companhia, elaborado nos termos da Instrução CVM 480, anexo a este Prospecto.
Instituição Escrituradora	Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com endereço na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.500, 3º andar, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 61.194.353/0001-64.
Instrução CVM 400	Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada.
Instrução CVM 480	Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada.
Instrução CVM 505	Instrução da CVM nº 505, de 27 de setembro de 2011, conforme alterada.
Instrução CVM 539	Instrução da CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada.
Instrução CVM 560	Instrução da CVM nº 560, de 27 de março de 2015, conforme alterada.
IOF/Câmbio	Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros ou relativos a Títulos e Valores Mobiliários incidentes sobre o câmbio.
JUCESP	Junta Comercial do Estado de São Paulo.
Lei 4.131	Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, conforme alterada.
Lei das Sociedades por Ações	Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.
Lei do Mercado de Capitais	Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.

Novo Mercado	Segmento especial de listagem da B3 que estabelece regras diferenciadas de governança corporativa e divulgação de informações ao mercado a serem observadas pela Companhia, mais rigorosas do que aquelas estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações.
Offering Memoranda	*Preliminary Offering Memorandum* e o *Final Offering Memorandum*, conforme definidos no Contrato de Distribuição Internacional, considerados em conjunto.
Prospecto ou Prospecto Preliminar	Este Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do Grupo MPR Participações S.A., incluindo o Formulário de Referência a ele anexo e eventuais aditamentos e/ou suplementos.
Prospecto Definitivo	O Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do Grupo MPR Participações S.A., incluindo o Formulário de Referência a ele anexo e eventuais aditamentos e/ou suplementos.
Prospectos	O Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo, considerados em conjunto.
Real, real, reais ou R$	Moeda oficial corrente no Brasil.
Regulamento do Novo Mercado	Regulamento de Listagem do Novo Mercado editado pela B3, que disciplina os requisitos para a negociação de valores mobiliários de companhias abertas no Novo Mercado, estabelecendo regras diferenciadas para essas companhias, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, administradores e membros do conselho fiscal, quando instalado.
Regulamento S	Regulamento S editado ao amparo do *Securities Act*.
Resolução CMN 4.373	Resolução do CMN nº 4.373, de 29 de novembro de 2014, conforme alterada.
Rule 144A	*Rule 144A* editada ao amparo do *Securities Act*.
SEC	Securities and Exchange Commission, a comissão de valores mobiliários dos Estados Unidos.
Securities Act	*Securities Act* de 1933 dos Estados Unidos, conforme alterado.

INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA

Identificação	Grupo MPR Participações S.A., sociedade por ações, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 13.974.755/0001-39, com seus atos constitutivos registrados na JUCESP sob o NIRE 35.300.395.506.
Registro na CVM	Em fase de registro como emissora de valores mobiliários categoria "A" perante a CVM.
Sede	Localizada na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Madeira, 222, 7º andar, Conjunto 71, Sala 1, Edifício Alfacon, Centro Empresarial Alphaville, CEP 06454-010.
Diretoria de Relações com Investidores	Localizada na [cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Madeira, 222, 7º andar, Conjunto 71, Sala 1, Edifício Alfacon, Centro Empresarial Alphaville, CEP 06454-010]. A Diretora Financeira e de Relações com Investidores é a Sra. Isabel Paulino da Costa Tartuci. O telefone da Diretoria de Relações com Investidores da Companhia é +55 (11) 3658-1525 e o seu endereço eletrônico é ri@grupompr.com.br.
Instituição Escrituradora	Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com endereço na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.500, 3º andar, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 61.194.353/0001-64.
Auditores Independentes	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.
Títulos e Valores Mobiliários Emitidos	As Ações serão listadas no Novo Mercado sob o código "[•]", a partir do primeiro dia útil imediatamente posterior à divulgação do Anúncio de Início, sujeito à conclusão da Oferta.
Jornais nos quais divulga informações	As informações referentes à Companhia são divulgadas no DOESP e no jornal "Empresas & Negócios".
Formulário de Referência	Informações detalhadas sobre a Companhia, seus negócios e operações poderão ser encontradas no Formulário de Referência, anexo a este Prospecto.
Website	www.grupompr.com.br As informações constantes no *website* da Companhia não são parte integrante deste Prospecto e não estão a ele incorporadas por referência.
Informações Adicionais	Informações adicionais sobre a Companhia e a Oferta poderão ser obtidas no Formulário de Referência anexo a este Prospecto e junto à Companhia, aos Acionistas Vendedores, às Instituições Participantes da Oferta, à CVM e/ou à B3 nos endereços e páginas da rede mundial de computadores indicados na seção "Informações Sobre a Oferta – Informações Adicionais" na página 71 deste Prospecto.

CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DO FUTURO

Este Prospecto contém estimativas e perspectivas para o futuro, principalmente, nas seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta", descritos nas páginas 19 e 75, respectivamente, deste Prospecto, e nos itens "4. Fatores de Risco", "7. Atividades do Emissor" e "10. Comentários dos Diretores" do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto.

Essas considerações sobre estimativas e declarações prospectivas se basearam, principalmente, nas expectativas atuais da Companhia sobre eventos futuros e tendências financeiras que afetam ou possam afetar seu setor de atuação, sua participação de mercado, sua reputação, seus negócios, sua situação financeira, o resultado das suas operações, suas margens e/ou seu fluxo de caixa. Elas estão sujeitas a diversos riscos e incertezas e foram efetuadas somente com base nas informações de que dispomos atualmente.

Além de outros itens discutidos em outras seções deste Prospecto, há uma série de fatores que podem fazer com que as estimativas e declarações não ocorram como previsto ou descrito. Tais riscos e incertezas incluem, entre outras situações, as seguintes:

- competição do setor, mudanças na demanda por serviços e produtos da Companhia, pressões sobre a formação de preços, introdução de novos produtos e serviços por concorrentes;

- capacidade da Companhia de implementar sua estratégia de expansão, seja por aquisições ou organicamente;

- capacidade da Companhia de prever e reagir, de forma eficiente, a mudanças temporárias ou de longo prazo no comportamento dos consumidores da Companhia em razão da pandemia da COVID-19, mesmo após o surto ter sido suficientemente controlado;

- a capacidade da Companhia de implementar, de forma tempestiva e eficiente, qualquer medida necessária em resposta ao, ou para amenizar os impactos da pandemia da COVID-19 em seus negócios, operações, fluxo de caixa, perspectivas, liquidez e condição financeira;

- o ambiente econômico mundial e brasileiro em geral e os riscos associados à pandemia da COVID-19;

- alteração substancial no comportamento dos consumidores da Companhia em razão da amenização, controle e/ou término da pandemia da COVID-19;

- rebaixamento na classificação de crédito do Brasil;

- intervenções governamentais, resultando em alteração na economia, tributos, tarifas, ambiente regulatório ou regulamentação no Brasil;

- alterações nas leis e nos regulamentos aplicáveis ao setor de atuação da Companhia, bem como alterações no entendimento dos tribunais ou autoridades brasileiras em relação a essas leis e regulamentos;

- alterações nas condições gerais da economia, incluindo, exemplificativamente, inflação, taxas de juros, câmbio, nível de emprego, crescimento populacional, confiança do consumidor e liquidez dos mercados financeiro e de capitais;

- instabilidade política no País (inclusive referente a políticas desenvolvidas pelo novo governo do Presidente Jair Bolsonaro ou como resultado de intervenções do governo e/ou novos impostos e tarifas) e mudanças na situação política e macroeconómica do País;

- impossibilidade ou dificuldade de viabilização e implantação de novos projetos de desenvolvimento e prestação de nossos serviços;

- condições que afetam o setor de atuação da Companhia e a condição financeira de seus principais clientes;

- a mudança no cenário competitivo no setor de atuação da Companhia;

- o relacionamento com os atuais e futuros fornecedores, clientes e prestadores de serviços da Companhia;

- aumento de custos, incluindo, mas não se limitando aos custos: (i) de operação e manutenção; (ii) encargos regulatórios e ambientais; e (iii) contribuições, taxas e impostos;

- fatores negativos ou tendências que podem afetar os negócios, participação no mercado, condição financeira, liquidez ou resultados de suas operações;

- o nível de capitalização e endividamento da Companhia e sua capacidade de contratar novos financiamentos e executar o seu plano de expansão;

- efeitos de eventual reforma tributária;

- eventos de força maior; e

- outros fatores de riscos apresentados na seção "Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta" e "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia", nas páginas 75 e 19, respectivamente, deste Prospecto, e na seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto.

Essa lista de fatores de risco não é exaustiva e outros riscos e incertezas podem causar resultados que podem vir a ser substancialmente diferentes daqueles contidos nas estimativas e perspectivas sobre o futuro.

O INVESTIDOR DEVE ESTAR CIENTE DE QUE OS FATORES MENCIONADOS ACIMA, ALÉM DE OUTROS DISCUTIDOS NESTE PROSPECTO E NO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, ANEXO A ESTE PROSPECTO, PODERÃO AFETAR OS RESULTADOS FUTUROS DA COMPANHIA E PODERÃO LEVAR A RESULTADOS DIFERENTES DAQUELES CONTIDOS, EXPRESSA OU IMPLICITAMENTE, NAS DECLARAÇÕES E ESTIMATIVAS DESTE PROSPECTO. TAIS ESTIMATIVAS REFEREM-SE APENAS À DATA EM QUE FORAM EXPRESSAS, SENDO QUE A COMPANHIA, OS ACIONISTAS VENDEDORES E OS COORDENADORES DA OFERTA NÃO ASSUMEM A OBRIGAÇÃO DE ATUALIZAR PUBLICAMENTE OU REVISAR QUAISQUER DESSAS ESTIMATIVAS E PROSPECTIVAS FUTURAS EM RAZÃO DA OCORRÊNCIA DE NOVA INFORMAÇÃO, EVENTOS FUTUROS OU DE QUALQUER OUTRA FORMA. MUITOS DOS FATORES QUE DETERMINARÃO ESSES RESULTADOS E VALORES ESTÃO ALÉM DA CAPACIDADE DE CONTROLE OU PREVISÃO DA COMPANHIA.

As palavras “acreditamos”, “podemos”, “poderemos”, “estimamos”, “continuamos”, “antecipamos”, “pretendemos”, “esperamos” e palavras similares têm por objetivo identificar estimativas e perspectivas para o futuro. Tais estimativas referem-se apenas à data em que foram expressas, sendo que não podemos assegurar que atualizaremos ou revisaremos quaisquer dessas estimativas em razão da disponibilização de novas informações, de eventos futuros ou de quaisquer outros fatores. Estas estimativas envolvem riscos e incertezas e não consistem em qualquer garantia de desempenho futuro. Os reais resultados podem ser substancialmente diferentes das expectativas descritas nas estimativas e declarações futuras, constantes neste Prospecto. Tendo em vista os riscos e incertezas envolvidos, as estimativas e declarações acerca do futuro constantes deste Prospecto e do Formulário de Referência podem não vir a ocorrer e, ainda, nossos resultados futuros e nosso desempenho podem diferir substancialmente daqueles previstos em nossas estimativas em razão, inclusive, mas não se limitando, aos fatores mencionados acima. Por conta dessas incertezas, o investidor não deve se basear nestas estimativas e declarações futuras para tomar uma decisão de investimento.

Declarações prospectivas envolvem riscos, incertezas e premissas, pois se referem a eventos futuros e, portanto, dependem de circunstâncias que podem ou não ocorrer. As condições da situação financeira futura da Companhia e de seus resultados operacionais futuros, sua participação e posição competitiva no mercado poderão apresentar diferenças significativas se comparados àquelas expressas ou sugeridas nas referidas declarações prospectivas. Muitos dos fatores que determinarão esses resultados e valores estão além da capacidade de controle ou previsão da Companhia. Em vista dos riscos e incertezas envolvidos, nenhuma decisão de investimento deve ser tomada somente baseada nas estimativas e declarações prospectivas contidas neste Prospecto e no Formulário de Referência, anexo a este Prospecto.

Adicionalmente, os números incluídos neste Prospecto e no Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, podem ter sido, em alguns casos, arredondados para números inteiros.

SUMÁRIO DA COMPANHIA

ESTE SUMÁRIO É APENAS UM RESUMO DAS INFORMAÇÕES DA COMPANHIA. AS INFORMAÇÕES COMPLETAS SOBRE A COMPANHIA ESTÃO NO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, LEIA-O ANTES DE ACEITAR A OFERTA. AS INFORMAÇÕES APRESENTADAS NESTE SUMÁRIO SÃO CONSISTENTES COM AS INFORMAÇÕES DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA.

Este Sumário contém um resumo das atividades da Companhia e das informações financeiras e operacionais, não pretendendo ser completo nem substituir o restante deste Prospecto e do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto a partir da página 317. Este Sumário não contém todas as informações que o investidor deve considerar antes de investir nas Ações. Antes de tomar sua decisão em investir nas Ações, o investidor deve ler cuidadosa e atenciosamente todo este Prospecto e o Formulário de Referência, incluindo as informações contidas nas seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relacionados à Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações" deste Prospecto, nas páginas 19 e 75, respectivamente, deste Prospecto, bem como na seção "4. Fatores de Risco" e "5. Riscos de Mercado" do Formulário de Referência da Companhia, a partir das páginas 343 e 391, respectivamente, bem como as demonstrações contábeis da Companhia e suas respectivas notas explicativas anexas a este Prospecto a partir da página 217. Recomenda-se aos investidores interessados que contatem seus consultores jurídicos e financeiros antes de investir nas Ações.

A menos que o contexto exija outra interpretação, o termo "Companhia" refere-se à Companhia e suas subsidiárias.

VISÃO GERAL

A Companhia é líder no setor de varejo (Segmento do Varejo ou *Business to Consumer* – "*B2C*") de produtos de limpeza doméstica à base de álcool, detendo 46% do market share nacional no segmento, participação aproximadamente sete vezes maior do que a do segundo *player* do setor entre os períodos de janeiro a julho de 2020, segundo relatório Scantrack/Nielsen. Com mais de 74 anos de história, é proprietária das marcas icônicas Coperalcool e Zulu, além das marcas Zumbi, Da Ilha e Vinagreen, e fabrica produtos *private label* para clientes varejistas como o Grupo Pão de Açúcar, Makro e Big. Possui, ainda, presença relevante no setor industrial (Segmento Industrial ou *Business to Business* – "*B2B*") para a produção de álcoois especiais no Brasil, principalmente para as indústrias alimentícia, química, farmacêutica e cosmética.

O segmento *B2C* é responsável por aproximadamente 70% da receita bruta da Companhia, enquanto o *B2B* representa os demais 30%.

Tendo a sustentabilidade como valor essencial, a Companhia busca desenvolver produtos naturais de fontes renováveis, com baixo impacto ambiental, economicamente viáveis e eficazes e participa, ainda, de iniciativas de regeneração e de ecossistemas naturais. O álcool líquido, principal produto da Companhia utilizado pelas marcas Coperalcool, Zulu, Zumbi e Da Ilha é 99% natural e produzido com insumos de fontes renováveis. A marca Vinagreen, lançada em 2018, possui produtos de limpeza, amaciantes e alvejantes para roupas que são de fonte vegetal, biodegradáveis, produzidos à base de vinagre de álcool orgânico, hipoalergênicos, veganos, não testados em animais e com embalagem de plástico de fonte vegetal e reciclável.

A Álcool Ferreira S.A., subsidiária integral da Companhia, iniciou suas operações em 1946 com o Sr. Antônio da Silva Ferreira. Em 1984, adquiriu a Companhia Nacional de Álcool, primeira empresa a vender álcool engarrafado para limpeza no Brasil. Com a criação do Grupo MPR em 1999, capitaneado pelo Sr. José Soares da Silva Junior e a Sra. Maria Heloisa Freitas Ferreira, a Companhia iniciou um ciclo robusto de crescimento no mercado doméstico de higiene e limpeza com a entrada da 3ª geração da família na gestão do negócio, a expansão de portfólio e de geografias atendidas.

Desde então, por meio de sucessivas aquisições, a Companhia vem ganhando uma posição de relevância no mercado brasileiro no fornecimento dos mais variados tipos de álcoois e produtos de higiene e limpeza. Dentre estes movimentos de crescimento, destacam-se as aquisições da divisão de álcool engarrafado da Copersucar S.A. e da Da Ilha Comércio de Álcool Ltda., que levou a Companhia a atingir liderança absoluta na região sul do Brasil, conforme relatório Scantrack/Nielsen. Com a aquisição de participação societária pelo fundo de investimento gerido pelo Alothon Group, em 2015, a Companhia passou por um processo de transformação que profissionalizou sua gestão, aprimorou sua governança, otimizou sua infraestrutura e processos internos, e implementou uma cultura de excelência operacional, o que contribuiu para o aumento de rentabilidade, foco em inovação e crescimento contínuo de suas operações.

A pandemia da COVID-19 levou a uma transformação dos hábitos e protocolos de higiene e de limpeza doméstica e empresarial em todo o mundo. Como resultado, entre janeiro a julho de 2020, houve um crescimento de 65% na demanda por produtos de limpeza à base de álcool, enquanto a categoria de higienizador de mãos cresceu 13 vezes, segundo estudo Scantrack/Nielsen. Pesquisas realizadas pelo Sistema Federação das Indústrias do Estado do Paraná – Sistema FIEP, divulgada em 06 de julho de 2020[1], mostram que, entre os meses de março e maio de 2020, 63% dos brasileiros utilizaram álcool para higienizar as mãos, 45% limparam suas residências com maior frequência, 43% tomaram mais tempo com cuidados pessoais e 39% higienizaram seus alimentos. Devido à sua liderança, histórico pioneiro e espírito inovador, a Companhia está em posição privilegiada para fazer frente às demandas do setor e para impulsionar suas vendas para os mercados doméstico e internacional, de varejo, empresarial e hospitalar.

MARCAS

A Companhia possui um portfólio de marcas com atributos diferenciados e aderente às novas tendências mundiais de consumo consciente, o que cria uma plataforma para desempenho sustentado. As marcas da Companhia são icônicas e consideradas as principais e preferidas marcas de produtos de limpeza e de higiene à base de álcool no mercado nacional dos consumidores, o que é evidenciado pelo *market share* total de 46% no período de janeiro a julho de 2020, segundo relatório Scantrack/Nielsen.

[1] https://agenciafiep.com.br/2020/07/06/empresas-devem-estar-atentas-mudancas-nos-habitos-de-consumo-causadas-pela-pandemia/

Marcas	Produtos	Categoria
COPERALCOOL Bacfree		Álcool líquido, gel higienizador de mãos, álcool gel acendedor, panos umedecidos, álcool aerossol, álcool gel acendedor e álcool para limpa vidros
ZULU		Álcool líquido, álcool gel para limpeza, álcool gel acendedor, removedores para limpeza, removedores de esmalte e água sanitária
ZUMBI		Álcool líquido, álcool gel e removedor
DA ILHA		Álcool líquido, álcool gel para limpeza, álcool gel acendedor, água sanitária, removedores para limpeza, removedores de esmalte e vinagre de mesa.

VINAGREEN

Limpador multiuso, amaciantes e alvejantes, uma linha de produtos orgânicos

Álcool Ferreira

Produção de álcoois industriais utilizados nas indústrias alimentícia, química, farmacêutica e cosmética

APACHE

Querosene filtrado

PRINCIPAIS INDICADORES OPERACIONAIS E FINANCEIROS

Encontram-se abaixo os principais indicadores operacionais e financeiros consolidados da Companhia para os últimos três exercícios sociais auditados e para os períodos de três meses revisados e encerrados em 30 de junho de 2020 e em 30 de junho de 2019:

	Período de três meses findo em 30 de junho de		Exercício social encerrado em 31 de março de		
(Em milhões de reais, exceto %)	2020	2019	2020	2019	2018
Receita Líquida	274,9	67,4	327,3	300,3	275,5
Margem Bruta	135,2	22,6	111,3	102,0	89,3
EBITDA Ajustado[1]	89,0	4,5	33,6	25,0	25,7
Margem EBITDA Ajustada	32,4%	6,6%	10,3%	8,3%	9,3%
Lucro Líquido	53,7	2,2	11,4	7,7	8,7
Margem Líquida	19,5%	3,3%	3,5%	2,6%	3,1%
Dívida Líquida Ajustada[2]/ EBITDA LTM Ajustado[3]	0,61	N/A[4]	2,11	2,45	2,57
Fluxo de Caixa Aplicado nas atividades de Investimentos	3,9	2,4	13,0	11,5	39,5
Fluxo de Caixa Originado Atividades Operacionais[5]	40,1	3,9	29,0	31,9	16,8

(1) O EBITDA (*earnings before interest, taxes, depreciation and amortization*), sigla em inglês para denominar LAJIDA (lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social, das despesas financeiras líquidas e da depreciação e amortização) é uma medida não contábil calculada pela Companhia em consonância com a Instrução da CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, conforme alterada ("Instrução CVM 527") e consiste no lucro líquido ajustado pela despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido, pelo resultado financeiro líquido e pelas despesas com depreciação e amortização. O EBITDA representa a capacidade da Companhia de geração de resultados operacionais, bem como indica a sua capacidade de gerar caixa a partir de seus ativos operacionais. O EBITDA Ajustado desconsidera os efeitos de adoção inicial do IFRS 16/CPC 06 (R2). O EBITDA e o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA não são medidas de desempenho financeiro reconhecidas pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), nem pelas práticas contáveis adotadas no Brasil, não representam os fluxos de caixa dos períodos apresentados e, portanto, não são medidas alternativas aos resultados ou fluxo de caixa, tampouco devem ser consideradas isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido e considerado como recursos disponíveis para dividendos, ou como medidas de desempenho operacional, alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medidas de liquidez.

(2) Dívida (Disponibilidade) Líquida Ajustada: A Dívida Líquida Ajustada é uma medida não contábil calculada conforme prática do mercado, sendo possível ser conciliada com as demonstrações contábeis da Companhia, pois equivale à Dívida Bruta Ajustada (soma de empréstimos, financiamentos circulante e não circulante), deduzidos do saldo de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. A Dívida Líquida Ajustada não é medida de desempenho financeiro reconhecida pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro IFRS, emitidas pelo IASB, nem pelas práticas contáveis adotadas no Brasil, não representa os fluxos de caixa dos períodos apresentados e, portanto, não é medida alternativas aos resultados ou fluxo de caixa, tampouco deve ser considerada isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido e considerado como recursos disponíveis para dividendos, ou como medidas de desempenho operacional, alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez.

(3) EBITDA LTM Ajustado referente ao período de 12 meses findo em 30 de junho de 2020, a Companhia utiliza a seguinte equação: somatório entre (i) EBITDA Ajustado referente ao período de três meses findo em 30 de junho de 2020 igual a R$88.973 mil, mais (ii) EBIDTA ajustado referente ao exercício social findo em 31 de março de 2020 igual a R$33.645 mil. Do total de R$122.618 mil, subtrai-se o EBITDA Ajustado referente ao período de três meses findo em 30 de junho de 2019 no valor de R$4.465 mil, perfazendo um total de EBITDA LTM Ajustado de R$118.153 mil.

(4) Uma vez que a Companhia não possui informações financeiras intermediárias auditadas e/ou revisadas, o referido índice não está sendo apresentado.

(5) Caixa gerado pelas atividades operacionais antes do pagamento de juros de empréstimos e financiamentos e dos impostos de renda e contribuição social, conforme dos fluxos de caixa.

Encontram-se abaixo a participação dos segmentos de negócio e mercados consumidores em relação à receita líquida total para os últimos três exercícios sociais auditados e para os períodos de três meses revisados e encerrados em 30 de junho de 2020 e em 30 de junho de 2019:

	Período de três meses findo em 30 de junho de		Exercício social encerrado em 31 de março de		
(Em %)	2020	2019	2020	2019	2018
Por unidade de negócio					
Varejo (B2C)	73,5%	64,0%	65,6%	63,6%	59,2%
Industrial (B2B)	26,5%	36,0%	34,4%	36,4%	40,8%
Por mercado					
Mercado Interno (Doméstico)	86,9%	91,5%	91,4%	92,1%	95,4%
Mercado Externo (Exportação)[1]	13,1%	8,5%	8,6%	7,9%	4,6%

(1) Exportação abrange substancialmente os produtos do segmento industrial (*B2B*).

Encontram-se abaixo a margem de contribuição relativa a cada um de nossos principais segmentos de negócio para os últimos três exercícios sociais auditados e para os períodos de três meses revisados e

encerrados em 30 de junho de 2020 e em 30 de junho de 2019:

(Em %)	Período de três meses findo em 30 de junho de		Exercício social encerrado em 31 de março de		
	2020	**2019**	**2020**	**2019**	**2018**
Margem Contribuição[1]					
Varejo (B2C)	42,1%	21,7%	24,2%	24,4%	29,8%
Industrial (B2B)	33,4%	19,1%	18,6%	18,4%	16,2%

(1) O cálculo da margem de contribuição é obtido a partir do quociente entre o "Lucro do Segmento" pela "Receita Líquida do Segmento", considerando as eliminações inter-segmentos que ocorrem sempre do B2B para o B2C; O cálculo de "Lucro por Segmento" está detalhado nas notas explicativas 27 e 28 das Informações Trimestrais Intermediárias da Companhia referentes ao período de três meses findo em 30 de junho e 2020 e das Demonstrações Financeiras auditadas da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de março de 2020, de 2019 e de 2018, respectivamente.

VANTAGENS COMPETITIVAS DA COMPANHIA

As seguintes vantagens competitivas diferenciam a Companhia dos concorrentes e contribuem para seu sucesso:

Marcas preferidas e líderes e de forte reconhecimento no setor de produtos de limpeza à base de álcool.

A Companhia possui um portfólio de marcas líderes, resultado da consistência da qualidade, estratégia de *marketing* e abrangência nacional. A Companhia é líder na categoria de produtos de limpeza à base de álcool, com destaque para as marcas Coperalcool e Zulu, e pioneira em pesquisa, inovação e tecnologia no respectivo segmento. Como exemplo da sua força e relevância, a Coperalcool foi considerada pelos consumidores uma das cinco principais marcas que se posicionaram de forma mais positiva durante a pandemia da COVID-19, segundo pesquisa da Datafolha publicada em 31 de julho de 2020.

Experiência adquirida em mais de 70 anos na indústria de consumo brasileira.

Ao longo dos mais de 70 anos de sua história, a Companhia construiu uma reputação baseada na qualidade de seus produtos, credibilidade de suas marcas e excelência no atendimento ao cliente, reconhecida por consumidores, fornecedores e prestadores de serviços.

A Companhia entende que sua sólida experiência e profundo conhecimento do mercado e de seus concorrentes, aliada à sua visão inovadora, lhe permite desenvolver produtos que atendam às necessidades e demandas dos consumidores, com respeito ao meio ambiente.

A experiência da Companhia no setor a permitiu construir uma plataforma de distribuição com ampla capilaridade no Brasil, além de exportar seus produtos para países da Europa, África, América Latina e Estados Unidos. A Companhia entende que sua plataforma de distribuição, formada por dois centros de distribuição geograficamente localizados próximos aos principais polos de consumo no Brasil confere ampla capilaridade e cobertura nos mercados onde opera, permitindo que a distribuição dos seus produtos seja realizada de maneira eficiente, com economias de escala, agilidade, flexibilidade e, consequentemente, proximidade e acesso a um maior número de clientes dos mais variados perfis e portes. A Companhia acredita que pode se beneficiar desta plataforma de distribuição já consolidada tanto para incluir novos produtos, o que poderá posicioná-la de maneira diferenciada no mercado, quanto para aproveitar o potencial de crescimento orgânico e de consolidação em curso no setor de limpeza e de álcoois industriais no Brasil e no mercado internacional.

Ao longo de sua longa história a Companhia desenvolveu um relacionamento sólido e de longo prazo com seus clientes, realizado pela equipe de forma ágil e pessoal atendendo aos diferentes canais de vendas. A Companhia comercializa seus produtos para mais de 7.000[2] clientes, que compreendem importantes redes varejistas e atacadistas, supermercados, laboratórios, indústrias e clientes institucionais. Além disso, a Companhia atualmente exporta para mais de 23 países, principalmente para o mercado *B2B*.

Robusto pipeline de novos produtos suportado pelo histórico de sucesso na inovação de negócios.

Dada à sua posição de liderança, a Companhia impulsiona e desenvolve a sua principal categoria, por meio da introdução bem-sucedida de produtos inovadores de maior valor agregado comparado aos seus concorrentes. A Companhia expandiu com sucesso suas linhas de produtos existentes. Foi a primeira empresa brasileira a lançar panos umedecidos para limpeza com álcool 70º em 2018 e expandiu a linha para incluir novos aromas e tamanhos de embalagem em 2019 e 2020. Além disso, a Companhia lançou em 2018 a marca Vinagreen, que possui produtos de limpeza, amaciantes e alvejantes para roupas que são de fonte vegetal, biodegradáveis, produzidos à base de vinagre de álcool orgânico, hipoalergênicos, veganos, não testados em animais e com embalagem de plástico de fonte vegetal e reciclável.

Reforçando esse DNA inovador, a Companhia continua adicionando produtos no seu portfólio, como uma nova embalagem com polietileno verde para a linha Vinagreen, lenços umedecidos desinfetantes para mãos e álcool em aerossol.

A ampla experiência adquirida pela Companhia e seu portfólio de produtos permite uma atuação em diferentes modelos de distribuição, ao mesmo tempo que confere uma maior presença junto aos clientes e a coloca em uma posição privilegiada para o lançamento com sucesso de novos produtos.

Histórico de crescimento por meio de aquisições e integração pós-fusão bem-sucedida.

Nos últimos 15 anos, a Companhia implementou uma estratégia bem-sucedida de expansão por meio de aquisições estratégicas, a fim de ampliar seu portfólio de marcas, categorias de produtos e áreas de atuação geográfica.

Neste processo, a Companhia adquiriu a Da Ilha e agregou ao seu portfólio a divisão de álcool engarrafado da Copersucar com a aquisição da marca Coperalcool. As aquisições estratégicas realizadas contribuíram significativamente para o incremento dos resultados operacionais da Companhia, principalmente, a sua capacidade de identificar, adquirir e integrar com sucesso estruturas e operações novas ao modelo de negócio da Companhia, de forma rápida e sem prejudicar a qualidade e competitividade das suas demais marcas e produtos.

A ampla experiência adquirida nesses processos confere a Companhia uma posição privilegiada para identificar possíveis oportunidades de negócio e integrá-las rapidamente às suas operações, proporcionando ganhos de escala e eficiência. A diversidade de negócios, além de reduzir o risco e aumentar a sinergia estrutural e de custos, permite maior expertise em diferentes modelos de distribuição, suprimentos e maior presença junto aos clientes.

Posicionamento estratégico e privilegiado em setor com alto potencial de crescimento e dinâmica favorável.

A pandemia da COVID-19 impulsionou o crescimento mundial de produtos de higiene e limpeza à base de álcool. No Brasil, entre janeiro e julho de 2020 houve um crescimento de 65% na demanda por produtos de limpeza à base de álcool, enquanto a categoria de higienizador de mãos cresceu 13 vezes, segundo estudo Scantrack/Nielsen. Além deste resultado imediato, a pandemia levou a uma transformação dos hábitos de higiene e de limpeza doméstica e empresarial, que exigiu na rotina das operações o uso contínuo de produtos antissépticos, principalmente à base de álcool a adoção de protocolos de limpeza, desinfecção e proteção. Ademais, produtos desta natureza contam com uma demanda constante de determinados clientes da área da saúde, como, por exemplo, hospitais, laboratórios e centros cirúrgicos.

---

[2] Número de CNPJs atendidos no período compreendido entre 01 de julho de 2019 e 30 de junho de 2020.

A força de suas marcas, somada à sua capacidade de expansão, qualidade de gestão e diversidade de produto, colocam a Companhia em posição privilegiada para capturar as oportunidades de crescimento existentes no setor de higiene e limpeza doméstica, de cuidados pessoais e produção de álcoois industriais no Brasil. Em 2020, a Companhia cresce acima do mercado. Na categoria de álcool de limpeza, ela aumenta sua participação em 5,8 pontos percentuais ampliando sua liderança, enquanto no segmento do gel higienizador de mãos, o crescimento é de 22,6 pontos percentuais, assumindo a liderança da categoria, segundo o estudo Scantrak/Nielsen.

Foco em crescimento sustentável e com responsabilidade socioambiental.

A Companhia adota a sustentabilidade como pilar fundamental para o seu desenvolvimento e tem seu processo produtivo guiado por três principais valores: a qualidade dos seus produtos, a segurança de quem utiliza e o respeito ao meio ambiente.

A Companhia implementa processos rígidos de controles internos ao longo da cadeia produtiva para assegurar a procedência das matérias-primas, a lisura e a qualidade dos seus produtos e o nível de excelência no atendimento final ao consumidor. A Companhia entende que a centralização das decisões e do relacionamento com fornecedores, o grande investimento em controles na cadeia produtiva e o treinamento de seus funcionários, a diferenciam em um setor de produtos com alto valor agregado.

A Companhia não realiza teste em animais e prioriza a utilização de produtos de fonte renovável e de origem reciclada. Em 2020, todos os produtos da marca Vinagreen passaram a conter em suas embalagens polietileno produzidos a partir da cana de açúcar. Os produtos álcool etílico extra neutro e álcool etílico extra neutro orgânico atendem ao Programa de Certificações de Não-GMO (não geneticamente modificados ou transgênicos) da certificadora IBD, para segregar no mercado os produtos que realmente não contém, ou contém dentro de limites pré-estabelecidos, materiais Não-GMO.

A Companhia colaborou junto aos órgãos competentes no combate à pandemia através da doação de produtos e implementou rigorosos protocolos de segurança em suas operações de forma a preservar a saúde de seus colaboradores. Ainda em 2020, a Companhia aderiu à Coalizão Empresarial pelo Fim da Violência contra Mulheres e Meninas, iniciativa coordenada pelo Instituto Avon e pela ONU Mulheres, que tem como objetivo engajar líderes do setor privado e garantir o compromisso voluntário pelo fim da violência contra mulheres e meninas.

As iniciativas fazem parte da estratégia da Companhia de incrementar sua atuação em programas sociais, além dos temas de sustentabilidade ambiental, e, ao mesmo tempo, se antecipar a potenciais tendências de mercado.

Solidez financeira focada em crescimento e rentabilidade.

A Companhia apresentou elevada performance financeira (com EBITDA Ajustado aumentando entre 1º abril e 30 de junho de 2020, 25,8 pontos percentuais quando comparado ao apresentado no mesmo período do ano fiscal anterior) e forte geração de caixa operacional[3] (R$40,1 milhões entre 1º de abril e 30 de junho de 2020), fatores que a têm permitido o investimento na expansão de seus negócios.

A Companhia possui baixa alavancagem financeira e estrutura de capital conservadora. Em 30 de junho de 2020 a Dívida Líquida foi de R$72,6 milhões, representando 0,61x EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses (encerrados em 30 de junho de 2020), A Companhia acredita que isso a possibilita atravessar períodos adversos da economia e ter flexibilidade para aproveitar oportunidades estratégicas de expansão, investimento e gerenciamento de capital de giro.

A Companhia entende que suas atividades permitem oportunidades de crescimento mesmo em momentos de retração econômica, tendo em vista que vende produtos de necessidade básica para seus consumidores. A Companhia adota uma rígida disciplina financeira, por meio de uma prática de caixa mínimo frente a dívida de curto prazo e a sua geração de caixa operacional tem crescido de forma sólida.

[3] Caixa operacional gerado antes do pagamento de juros sobre empréstimos, imposto de renda e contribuição social.

A Companhia acredita que o cenário atual de maior demanda por produtos de higiene e limpeza continuará e se estabilizará em um patamar acima do seu histórico. A Companhia pretende aproveitar este cenário para maximizar seu crescimento, sempre com foco na otimização de seu fluxo de caixa e na geração de valor para seus acionistas e consumidores.

ESTRATÉGIA

O principal objetivo da Companhia é fortalecer sua posição de liderança no setor de higiene e limpeza e de álcoois industriais no Brasil, expandir a sua presença no mundo e ser referência em inovação e qualidade de produtos de baixo impacto ambiental. A Companhia acredita que o fortalecimento será fruto de seu modelo de negócio baseado em um amplo portfólio de marcas líderes em diversas categorias de produtos, plataforma sólida de distribuição nas regiões onde opera, e gestão eficiente de suas operações.

A Companhia possui um portifólio aderente às novas tendências mundiais de consumo consciente replicável em outros mercados no exterior e com amplas vias de crescimento para capturar novas oportunidades.

Para tanto, a Companhia pretende implementar as seguintes estratégias:

Ampliar a liderança de marcas e participação no mercado brasileiro de produtos para limpeza doméstica e de cuidados pessoais mantendo-se referência em sustentabilidade.

Nos últimos anos, a Companhia aumentou significativamente sua participação no mercado brasileiro, alcançando, no período compreendido entre janeiro e julho de 2020, um market share de 46% na categoria de álcool para limpeza. O restante do mercado é altamente fragmentado, caracterizado pela predominância de players regionais, o que se reflete em alto potencial de consolidação de forma orgânica.

A Companhia pretende utilizar sua posição de liderança no setor de varejo já consolidada no mercado nacional, a força de sua atual marca líder Coperalcool, seu portfólio de marcas com atributos diferenciados, a estrutura de distribuição e a experiência bem-sucedida em aquisições e integração de diferentes operações para crescer em novas categorias de produtos, novos canais de venda e novas geografias ampliando sua liderança no mercado brasileiro.

A Companhia pretende alcançar estes objetivos mediante o desenvolvimento e lançamento de novos produtos de qualidade em parceria com fornecedores que lhe ofereçam um diferencial em termos de tecnologia, insumos naturais, com adequado custo-benefício.

Nessa trajetória de ampliação de liderança no setor de varejo, a Companhia pretende continuar sendo referência por práticas sustentáveis e sociais.

A Companhia assume forte compromisso com a agenda de sustentabilidade, sendo esta uma das prioridades estratégicas do grupo, sobretudo, pelo desenvolvimento de produtos naturais, uso de matérias-primas de baixo impacto ambiental, apoio à iniciativa de regeneração e de ecossistemas naturais, valorização do ser humano em todas as etapas do processo, acessíveis e eficazes em sua essência.

Fortalecer o canal nacional de distribuição e o share of wallet nos clientes já existentes da Companhia por meio de expansão de portfólio.

A atividade da Companhia depende de uma plataforma de distribuição ampla e estruturada de forma eficiente, integrada e com baixo custo. A Companhia pretende continuar investindo no treinamento e capacitação de seu time de vendas e reforçar parcerias com grandes e médios varejistas para promoções e outras ações de *marketing*.

Suportados pelas suas plantas industriais e centros de distribuição estrategicamente localizados no interior do estado de São Paulo e do Paraná, a Companhia pretende explorar mais intensamente as oportunidades de *cross-selling* e *up-selling* sobre a sua base atual de, aproximadamente, 7.000 clientes ativos. Desta forma, a Companhia espera alavancar a venda dos produtos que atualmente integram seu portfólio, por meio da (i) intensificação do esforço de identificação de produtos complementares que possam ser oferecidos para seus clientes; e (ii) otimização do fluxo de pedidos online para incentivar a venda de produtos.

Ganhar rentabilidade com ampliação da capacidade produtiva e aumento da eficiência na operação.

A Companhia espera aumentar a sua rentabilidade operacional mediante o contínuo emprego de novas tecnologias, automação, oportunidades de verticalização do processo de fabricação e distribuição e processos gerenciais em toda a cadeia de produção. A Companhia está constantemente avaliando as principais tendências no mercado de consumo nacional e externo e formas de otimizar sua produção, sempre com o intuito de aumentar a rentabilidade das suas operações. Adicionalmente, a Companhia pretende melhorar continuamente seus sistemas de logística e aprimorar seu gerenciamento de estoques e fornecimento de matéria-prima.

A melhoria operacional contínua e a excelência na execução são fundamentais para a estratégia da Companhia e essenciais para a diferenciar dos seus concorrentes, o que proporciona o aumento da frequência de compras dos seus consumidores e ganhos de produtividade. A Companhia está trabalhando incessantemente em iniciativas que visam melhorar a eficiência e a produtividade em todos os seus formatos e segmentos de negócios. As iniciativas incluem a implementação de automação no final de linha, a produção de suas próprias embalagens, além de melhorias em seu modelo de distribuição e sua cadeia de suprimentos, destinadas a aumentar a disponibilidade de produtos no mercado e melhorar a gestão de estoque.

Por meio do modelo de negócios verticalmente integrado, a Companhia pretende manter e consolidar sua posição de liderança no mercado de produtos de limpeza e higiene à base de álcool no Brasil, assim como manter seu crescimento no setor industrial, investindo continuamente na melhoria de seus processos operacionais e na expansão da sua capacidade produtiva, especialmente da sua destilaria, com aquisição de novos maquinários e aquisição de novos centros de produção e distribuição em outras localidades do País.

Crescer de forma relevante no segmento de mercado institucional visando expandir substancialmente o mercado endereçável da Companhia.

A Companhia é pioneira e atual líder no fornecimento de álcoois de higiene e limpeza no segmento de consumo (*B2C*), conforme relatório Scantrack/Nielsen para o período de janeiro a julho de 2020. Devido à pandemia da COVID-19, a Companhia acredita que, além do incremento que já teve em suas vendas, as mudanças nos hábitos de higiene para prevenção ao vírus e os protocolos de higienização e proteção estabelecidos, somadas ao seu histórico pioneiro, à sua visão inovadora e à confiança de seus clientes, devem impulsionar suas vendas em um novo segmento de negócio denominado como "institucional". Suas marcas líderes no mercado *B2C* seriam comercializadas para diversos setores da economia, como aeroportos, *shopping centers*, academias, condomínios residenciais, dentre muitos outros.

A Companhia acredita que essa nova unidade de negócio apresenta grandes oportunidades de crescimento e, aliada à sua relevância em *brand awareness*, poderá se traduzir em um grande potencial de expansão de suas atividades.

Aumentar a penetração da Companhia no e-commerce.

A Companhia pretende investir no desenvolvimento de seus canais diretos e indiretos de vendas *online*, visando o aumento das suas vendas para o consumidor final, os novos clientes institucionais e varejistas de pequeno porte, ampliando o alcance de seus produtos e a base de clientes. A Companhia pretende realizar estudos, investimentos e parcerias em logística, com o objetivo de reduzir o tempo de entrega para pontos distantes dos centros de distribuição, e consequentemente proporcionar uma melhor experiência de compra, com maior conforto e agilidade para seus clientes.

A Companhia seguirá fortalecendo sua estratégia de vendas online por meio de seus clientes atuais que possuem plataforma digitais, além de explorar *market places*, construindo *expertise* de e-commerce para expansão dos negócios.

Ampliar portfólio de marcas e produtos em novas categorias com potencial de crescimento mediante aquisições seletivas e estratégicas.

Além das iniciativas visando o crescimento orgânico, a Companhia avalia expandir sua área de atuação por meio de parcerias estratégicas. O setor de produtos de limpeza no Brasil ainda é muito fragmentado, com empresas de pequeno e médio portes, representando oportunidades para eventual consolidação futura.

A Companhia acredita ter capacidade de identificar, adquirir e integrar operações e ativos estratégicos na expansão de seu portfólio de marcas e produtos no Brasil por meio da aquisição de empresas, marcas ou ativos *top of mind* e líderes em *market share* em mercados de produtos de limpeza e adjacentes, com potencial de crescimento, que apresentem sinergia com aqueles de seu atual portfólio e que possuam, de preferência, distribuição complementar.

Desta forma, a Companhia monitora, constantemente e de forma seletiva, oportunidades no setor de atuação e marcas complementares que apresentem sinergia com seu modelo de negócio, a fim de contribuir com o crescimento, capilaridade, rentabilidade, ganhos de escala e valor aos acionistas.

ESTRUTURA SOCIETÁRIA

Abaixo apresentamos nosso organograma societário na data deste Prospecto:

A descrição do breve histórico e informações sobre a estrutura acionária da Companhia constam dos itens 6.3, 15.1 e 15.2 do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, a partir das páginas 408 e 687, respectivamente.

EVENTOS RECENTES

Impactos da Pandemia do COVID-19 nas Atividades da Companhia:

A pandemia do COVID-19 declarada em 11 de março de 2020 pela Organização Mundial de Saúde, continuou a evoluir desde a data das últimas informações financeiras divulgadas pela Companhia.

O setor de atuação da Companhia tem sido pouco afetado pela pandemia. O álcool em gel está na lista de produtos que ajudam a prevenir a contaminação pela doença, já que o vírus pode ser eliminado por produtos de limpeza desinfetantes, como o álcool 70º. A Companhia, diferente da maioria das empresas, não está exposta a riscos estratégicos e operacionais, dado o segmento de atuação de suas investidas.

Até a data deste Prospecto, não existe expectativa de qualquer impacto material negativo sobre os resultados de 2020 da Companhia decorrente do cenário da COVID-19.

Ainda, a Companhia tomou uma série de medidas para atender a demanda extraordinária por seus produtos em meio a pandemia da COVID-19, por meio da adoção do segundo e terceiro turnos de produção na fábrica de Piracicaba, e contratação de funcionários para a operação fabril, logística e áreas de suporte.

Atenta à sua função social, a Companhia está profundamente engajada no combate à COVID-19 e vem trabalhando para atender prioritariamente aqueles que mais necessitam de proteção. A título de exemplo, dentre as ações sociais que vêm sendo feitas, a Companhia já distribuiu (i) 50 mil frascos de Álcool em gel 70º, para as Polícias Civil, Militar e Científica, como parte da contribuição ao comitê empresarial, rede de solidariedade do Estado de São Paulo do qual a empresa participa desde o início; (ii) 30 mil litros de álcool 70º, para o Exército Brasileiro; (iii) 1.500 litros de água sanitária para 400 famílias de comunidades carentes da cidade de Piracicaba; e (iv) 1.000 frascos de álcool gel higienizador de mãos, em *kits* com mensagem especial para o Dia das Mães, em ação solidária promovida a mães carentes das comunidades da Zona Norte da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, especificamente dos Bairros Taipas e Brasilândia.

PRINCIPAIS FATORES DE RISCO RELATIVOS À COMPANHIA

As operações da Companhia dependem da reputação de seus produtos e marcas, podendo o dano à imagem e reputação destes produzir efeito adverso nos resultados da Companhia.

O sucesso da Companhia depende também da sua capacidade de manter e aperfeiçoar a imagem e reputação de seus produtos e marcas existentes e de desenvolver uma imagem e reputação favoráveis para novos produtos e marcas. A imagem e a reputação de seus produtos e marcas podem estar sujeitas a efeitos adversos no futuro. Adicionalmente, preocupações a respeito da qualidade de produtos, mesmo quando infundadas, poderão prejudicar a imagem e reputação dos produtos e da Companhia.

Eventos que prejudiquem de modo relevante marcas detidas pela Companhia poderão causar efeito adverso sobre o valor das marcas e sobre as receitas advindas do produto vinculado à marca em questão. A recuperação da imagem e reputação de produtos pode ser dispendiosa e até mesmo impossível, o que pode causar efeito negativo relevante sobre os negócios e situação financeira da Companhia.

As marcas da Companhia possuem valor significativo e desempenham um papel relevante na manutenção e melhoria de sua margem e da posição competitiva de seus produtos. Consequentemente, os negócios da Companhia e sua estratégia de crescimento dependem, em grande parte, da reputação e reconhecimento das suas marcas. Para manter e desenvolver marcas bem posicionadas nos mercados em que atua, a Companhia depende significativamente da sua capacidade de desenvolver seus negócios de forma eficiente e rentável, sem prejudicar a qualidade e competitividade dos seus produtos. A Companhia pode ser adversamente afetada caso não tenha sucesso em atingir esses objetivos.

Além disso, as marcas da Companhia e sua identidade corporativa podem sofrer desgaste e desvalorização caso surja quaisquer ocorrências que tragam prejuízos à sua reputação e/ou imagem, pois a decisão de compra do mercado consumidor é diretamente influenciada pelo reconhecimento da marca, qualidade do produto, preços e outras preferências subjetivas de cada consumidor. Quaisquer desses eventos podem resultar na redução do volume das vendas da Companhia e redução de sua margem, causando efeito adverso relevante na receita da Companhia, no seu resultado financeiro e na sua imagem.

Assim, quaisquer incidentes que reduzam a confiança do consumidor e dos clientes ou a afinidade deles com as marcas e produtos da Companhia poderiam reduzir de forma significativa o valor destas. Se os consumidores e os clientes da Companhia perceberem ou experimentarem uma redução na qualidade dos produtos e/ou de qualquer forma acreditarem que a Companhia não proporciona uma experiência consistentemente positiva, o valor de suas marcas poderá ser impactado, o que poderá afetar adversamente seus negócios e resultados financeiros.

Ademais, a boa reputação e a atratividade de suas marcas e produtos são fatores chaves no sucesso do negócio da Companhia e quaisquer incidentes que afetem negativamente a imagem da marca ou reduzam a confiança do consumidor e dos seus clientes ou a afinidade deles com suas marcas e produtos, bem como o uso indevido por terceiros de suas marcas e produtos, caso a Companhia não consiga protegê-las, poderá reduzir de forma significativa o seu valor. Desta maneira, na hipótese de perda ou uso indevido de alguma de suas marcas, a Companhia acredita que suas atividades poderão ser afetadas de maneira adversa, uma vez que elas são reconhecidas no setor de atuação da Companhia e, em sua opinião, desempenham importante papel no processo decisório de compra dos consumidores. Além disso, a percepção das marcas e o reconhecimento pelo mercado são essenciais para o crescimento contínuo de suas diversas marcas e seu sucesso financeiro. Se a estratégia de *marketing* da Companhia não for eficiente ou se seus concorrentes fizerem investimentos mais significativos em propaganda, a Companhia pode não conseguir atrair novos clientes, afetando seus resultados operacionais de forma negativa.

A incapacidade ou falha da Companhia em proteger seus ativos de propriedade intelectual, ou ainda, de não violar direitos de propriedade intelectual de terceiros, pode ter um impacto negativo nos resultados operacionais da Companhia.

As marcas, domínios e outros direitos de propriedade intelectual (incluindo aqueles relacionados à tecnologia, produtos e marcas próprias) da Companhia são ativos essenciais para o seu sucesso, de modo que qualquer falha em proteger a propriedade intelectual da Companhia pode ter um efeito adverso em seus resultados operacionais.

A Companhia não pode garantir que as medidas adotadas para proteger seus ativos de propriedade intelectual serão suficientes, ou que terceiros não infringirão ou se apropriarão indevidamente dos ativos de propriedade intelectual da Companhia.

Há, também, o risco, ainda que por omissão, de a Companhia não conseguir renovar o registro de alguns de seus ativos de propriedade intelectual em tempo hábil ou que os concorrentes contestem ou invalidem quaisquer propriedades intelectuais existentes ou futuras enviadas para a Companhia ou licenciadas pela Companhia. Além disso, litígios dispendiosos e demorados podem ser necessários para impor e determinar o escopo dos direitos de propriedade da Companhia, e caso a Companhia não obtenha êxito em tais litígios, seus negócios podem ser materialmente impactados. Qualquer falha da Companhia em proteger sua propriedade intelectual pode ter um efeito adverso em seus resultados operacionais.

Os efeitos causados pela COVID-19 na mudança de hábitos da população podem não ser permanentes, o que poderá afetar negativamente os resultados da Companhia, em especial as métricas operacionais e financeiras apresentadas no resultado do último trimestre.

A Companhia pode não ser capaz de manter no futuro os patamares de receita verificados no período de três meses encerrado em 30 de junho de 2020, decorrentes do incremento de demanda por seus produtos à base de álcool em tal período, em razão de recomendações de autoridades sanitárias nacionais e internacionais de higienização pessoal e de ambientes no contexto da pandemia de COVID-19. Não é possível estimar a duração da pandemia de COVID-19 ou assegurar que a mudança nos hábitos da população será permanente. Caso o atual patamar de demanda por produtos da Companhia não se sustente do futuro, os resultados da Companhia, especialmente se comparado às métricas verificadas no último trimestre, poderão ser afetados material e adversamente.

A Companhia pode não ser capaz de manter o mesmo ritmo de crescimento de vendas, o que poderá afetá-la adversamente.

A Companhia não pode garantir que será capaz de manter seu ritmo de crescimento de vendas, por estar sujeita a diversos fatores que podem impactar o andamento de suas operações, quais sejam: (i) sua capacidade de prever e responder às novas tendências de consumo em tempo hábil, bem como manter adequada capacidade logística, pois um nível de estoque inferior à demanda poderá ocasionar perdas de vendas; (ii) sua capacidade de atrair novos clientes e manter os atuais; (iii) a confiança do consumidor na Companhia, pois um declínio nesta percepção pode levar o consumidor a priorizar marcas concorrentes em detrimento daquelas comercializadas pela Companhia; (iv) mudanças em suas políticas de crédito, propaganda e *marketing*, que se não forem assertivas podem influenciar negativamente a propensão do consumidor em adquirir seus produtos; (v) concorrência que pode utilizar de práticas, como uma precificação abaixo do usualmente visto no mercado, prejudicando o crescimento das vendas da Companhia; e (vi) sua capacidade de distribuição e capacidade de distribuir mercadorias com eficiência. A Companhia não tem controle total sobre esses fatores e seus esforços para gerenciá-los podem ser insuficientes para manter seu atual desempenho de vendas, o que poderá afetar a Companhia adversamente.

Incêndios e outros desastres podem afetar as unidades produtivas da Companhia, o que pode afetar adversamente seus volumes de produção e, consequentemente, seu desempenho financeiro.

As operações da Companhia estão sujeitas a riscos que afetam as suas instalações e propriedades, incluindo eventuais incêndios que podem potencialmente destruir parte ou a totalidade de seus produtos e instalações. Um acidente relevante nas unidades produtivas ou instalações da Companhia poderia obrigá-la a suspender suas operações e resultar em expressivos custos de reparação e perda de receita.

Suas operações estão sujeitas, ainda, a perigos associados à fabricação de produtos inflamáveis e ao transporte de matérias-primas e de produtos inflamáveis. As atividades da Companhia envolvem uma variedade de riscos de segurança e outros riscos operacionais, inclusive o manuseio, produção, armazenamento e transportes de materiais inflamáveis, explosivos e tóxicos. Estes riscos podem resultar em danos físicos e mortes, danos ou destruição de propriedade e equipamentos e dano ambiental, expondo a Companhia a procedimentos administrativos e processos judiciais, afetando sua reputação e negócios.

Adicionalmente, as operações da Companhia estão sujeitas a riscos que afetam as suas instalações e propriedades. Eventual desastre nos escritórios administrativos da Companhia, poderiam afetar suas atividades administrativas, armazenamento e processamento de dados.

.

SUMÁRIO DA OFERTA

O presente sumário não contém todas as informações que o potencial investidor deve considerar antes de investir nas Ações. O potencial investidor deve ler cuidadosa e atentamente todo este Prospecto, principalmente as informações contidas nas seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações" nas páginas 19 e 75, respectivamente, deste Prospecto, e na seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência e nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes aos exercícios findos em 31 de março de 2020, 2019 e 2018 e as informações financeiras intermediarias para o período de três meses findo em 30 de junho de 2020, e respectivas notas explicativas, anexos a este Prospecto, para melhor compreensão das atividades da Companhia e da Oferta, antes de tomar a decisão de investir nas Ações.

Acionistas Vendedores	[•].
Ações	Ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da Companhia, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, objeto da Oferta.
Ações Adicionais	Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, até a data de divulgação do Anúncio de Início, a quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações do Lote Suplementar), poderá, a critério [da Companhia e dos Acionistas Vendedores], em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em até 20% do total de Ações inicialmente ofertado (sem considerar as Ações do Lote Suplementar), ou seja, em até [•] ações ordinárias de emissão da Companhia[, sendo (i) até [•] novas ações ordinárias de emissão da Companhia; e (ii) até [•] ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, nas proporções indicadas na página 41 deste Prospecto, nas mesmas condições e ao mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas].
Ações da Oferta de Varejo	Montante de, no mínimo, 10% e, no máximo, 20% da totalidade das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) destinado prioritariamente à colocação pública junto a Investidores de Varejo que realizarem Pedido de Reserva.
Ações do Lote Suplementar	Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais) poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a até 15% do total das Ações inicialmente ofertado (sem considerar as Ações Adicionais), ou seja, em até [•] ações ordinárias[, sendo (i) até [•] novas ações ordinárias de emissão da Companhia; e (ii) até [•] ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, na proporção indicada no Prospecto Preliminar], nas mesmas condições e ao mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, conforme Opção de Ações do Lote Suplementar.

Ações em Circulação (Free Float) após a Oferta	Na data deste Prospecto, não existem ações da Companhia em circulação no mercado. Após a realização da Oferta (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), um montante de até [•] ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de, aproximadamente, [•]% do seu capital social, estarão em circulação no mercado. Considerando a colocação das Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar, um montante de até [•] ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de, aproximadamente, [•]% do seu capital social, estarão em circulação no mercado. Para mais informações, ver seção "Informações sobre a Oferta – Composição do Capital Social da Companhia" na página 40 deste Prospecto.
Agente Estabilizador ou J.P. Morgan	Banco J.P. Morgan S.A.
Agentes de Colocação Internacional	Itau BBA USA Securities, Inc., J.P. Morgan Securities LLC, Bradesco Securities, Inc. e XP Investments US, LLC, considerados em conjunto.
Anúncio de Encerramento	Anúncio de Encerramento da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do Grupo MPR Participações S.A., a ser divulgado pela Companhia e pelas Instituições Participantes da Oferta na forma do artigo 29 da Instrução CVM 400, informando acerca do resultado final da Oferta, nos endereços indicados na seção "Informações Sobre a Oferta – Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta" na página 70 deste Prospecto.
Anúncio de Início	Anúncio de Início da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do Grupo MPR Participações S.A., a ser divulgado pela Companhia e pelas Instituições Participantes da Oferta na forma do artigo [•] da Instrução CVM 400, informando acerca do início do Prazo de Distribuição das Ações, nos endereços indicados na seção "Informações Sobre a Oferta – Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta" na página 70 deste Prospecto.
Anúncio de Retificação	Anúncio comunicando a eventual suspensão, cancelamento, revogação ou modificação da Oferta, a ser divulgado pela Companhia e pelas Instituições Participantes da Oferta na rede mundial de computadores, nos termos do artigo 27 da Instrução CVM 400, nos endereços indicados na seção "Informações Sobre a Oferta – Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta" na página 70 deste Prospecto.
Aprovações Societárias	A submissão do pedido de registro da Oferta Primária, a abertura de capital da Companhia e a submissão do pedido de registro de companhia aberta, bem como a adesão ao Novo Mercado e o novo Estatuto Social da Companhia, adequado às regras do Regulamento do Novo Mercado e cuja eficácia é condicionada à disponibilização do Anúncio de Início, foram aprovados em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 27 de agosto de 2020, cuja ata foi arquivada na JUCESP em [•] de [•] de 2020, sob o nº [•] e publicada no DOESP e no jornal "Empresas & Negócios" em [•] de [•] de 2020.

A realização da Oferta Primária mediante aumento de capital da Companhia, dentro do limite de capital autorizado, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, e seus termos e condições, foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em [•] de [•] de 2020, cuja ata foi arquivada na JUCESP em [•] de [•] de 2020, sob o nº [•], e publicada no DOESP e no jornal "Empresas & Negócios" em [•] de [•] de 2020.

O Preço por Ação e o efetivo aumento de capital da Companhia, dentro do limite do capital autorizado em seu estatuto social, serão aprovados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia a ser realizada entre a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* e a concessão dos registros da Oferta pela CVM, cuja ata será devidamente registrada na JUCESP e publicada no jornal "Empresas & Negócios" na data de disponibilização do Anúncio de Início e no DOESP no dia útil subsequente.

[A realização da Oferta Secundária, bem como seus termos e condições, inclusive no que se refere à fixação do Preço por Ação, foram aprovados em [•] do [•] realizada em [•] de [•] de 2020.]

Aviso ao Mercado Aviso ao Mercado da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do Grupo MPR Participações S.A., divulgado nesta data e a ser novamente divulgado em [•] de [•] de 2020 pela Companhia e pelas Instituições Participantes da Oferta, na forma do artigo 53 da Instrução CVM 400, informando acerca de determinados termos e condições da Oferta, incluindo os relacionados ao recebimento de Pedidos de Reserva, nos endereços indicados na seção "Informações Sobre a Oferta – Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta" na página 70 deste Prospecto.

Bradesco BBI Banco Bradesco BBI S.A.

Características das Ações Para informações sobre os direitos, vantagens e restrições das ações ordinárias de emissão da Companhia, veja item "Informações Sobre a Oferta – Características das Ações", na página 52 deste Prospecto.

Contrato de Distribuição Contrato de Coordenação, Distribuição e Garantia Firme de Liquidação de Ações Ordinárias de Emissão do Grupo MPR Participações S.A., a ser celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores, os Coordenadores da Oferta e, na qualidade de interveniente anuente, a B3.

Contrato de Distribuição Internacional *Placement Facilitation Agreement*, a ser celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Agentes de Colocação Internacional.

Contrato de Empréstimo Contrato de Empréstimo de Ações Ordinárias de Emissão do Grupo MPR Participações S.A., a ser celebrado entre o [•], na qualidade de doador, o Agente Estabilizador, na qualidade de tomador, e a Corretora.

Contrato de Estabilização	Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização de Preço de Ações Ordinárias de Emissão do Grupo MPR Participações S.A., a ser celebrado entre a Companhia, o Agente Estabilizador, a Corretora e, na qualidade de intervenientes anuentes, os demais Coordenadores da Oferta, que rege os procedimentos para a realização de operações de estabilização de preços das ações de emissão da Companhia no mercado brasileiro pelo Agente Estabilizador, o qual foi previamente submetido à análise e aprovação da B3 e da CVM, nos termos do artigo 23, parágrafo 3°, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM 476.
Coordenador Líder ou Itaú BBA	Banco Itaú BBA S.A.
Coordenadores da Oferta	Coordenador Líder, J.P. Morgan, Bradesco BBI e XP Investimentos, considerados em conjunto.
Corretora	J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A..
Cronograma Tentativo da Oferta	Para informações acerca dos principais eventos a partir da divulgação do Aviso ao Mercado, veja a seção "Informações sobre a Oferta – Cronograma Tentativo da Oferta", na página 69 deste Prospecto.
Data de Liquidação	Data da liquidação física e financeira das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar), que deverá ser realizada até o último dia do Período de Distribuição.
Data de Liquidação das Ações do Lote Suplementar	Data da liquidação física e financeira das Ações do Lote Suplementar, caso haja o exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar, que ocorrerá dentro do prazo de até 2 dias úteis, contados do exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar.
Destinação dos Recursos	A Companhia pretende utilizar os recursos líquidos obtidos por meio da Oferta da seguinte forma: (i) expansão da capacidade produtiva e modernização da linha de produção; (ii) desenvolvimento e lançamento de novos produtos e investimentos em *marketing*; e (iii) crescimento mediante potenciais aquisições de empresas do seu mercado de atuação ("M&A"). Os recursos líquidos provenientes da Oferta Secundária serão integralmente repassados aos Acionistas Vendedores, nas respectivas proporções, inclusive os resultantes da distribuição das Ações Adicionais e de eventual exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar. Para informações adicionais, veja a seção "Destinação dos Recursos" na página 103 deste Prospecto.

Disponibilização de anúncios e avisos da Oferta	O Aviso ao Mercado, o Anúncio de Início, o Anúncio de Encerramento, eventuais Anúncios de Retificação, bem como todo e qualquer aviso ou comunicado relativo à Oferta, serão disponibilizados, até o encerramento da Oferta, nas páginas na rede mundial de computadores da Companhia e das Instituições Participantes da Oferta, da CVM e da B3. Para informações adicionais, veja a seção "Informações Sobre a Oferta – Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta" na página 70 deste Prospecto.
Estabilização do Preço das Ações	O Agente Estabilizador, por intermédio da Corretora, poderá, a seu exclusivo critério, conduzir atividades de estabilização de preço das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, a partir da data de assinatura do Contrato de Distribuição, inclusive, e por um período de até 30 dias contados da data de início da negociação das Ações na B3, inclusive, por meio de operações bursáteis de compra e venda de ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, observadas as disposições legais aplicáveis e o disposto no Contrato de Estabilização, o qual foi previamente submetido à análise e aprovação da B3 e da CVM, nos termos do artigo 23, parágrafo 3°, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM 476. Não existe obrigação, por parte do Agente Estabilizador ou da Corretora, de realizar operações de estabilização e, uma vez iniciadas, tais operações poderão ser descontinuadas a qualquer momento, observadas as disposições do Contrato de Estabilização. Assim, o Agente Estabilizador e a Corretora poderão escolher livremente as datas em que realizarão as operações de compra e venda das ações ordinárias de emissão da Companhia no âmbito das atividades de estabilização, não estando obrigados a realizá-las em todos os dias ou em qualquer data específica, podendo, inclusive, interrompê-las e retomá-las a qualquer momento, a seu exclusivo critério.
Evento de Fixação de Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa	Fixação do Preço por Ação em valor inferior ao resultado da subtração entre o valor mínimo previsto na Faixa Indicativa e o valor correspondente a 20% do valor máximo previsto na Faixa Indicativa, nos termos do artigo 4º do Anexo II do Código ANBIMA e do Ofício Circular SRE nº 01/2020 da CVM, hipótese em que o Investidor Não Institucional poderá desistir do Pedido de Reserva.
Faixa Indicativa	Faixa indicativa do Preço por Ação apresentada na capa deste Prospecto, a ser fixada após a apuração do resultado do Procedimento de *Bookbuilding*. Estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo dessa faixa, a qual é meramente indicativa.
Fatores de Risco	Os investidores devem ler as seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta", descritos nas páginas 19 e 75, respectivamente, deste Prospecto, e na seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, para ciência dos riscos que devem ser considerados antes de decidir investir nas Ações.

Garantia Firme de Liquidação

Consiste na obrigação individual e não solidária de subscrição/ aquisição e integralização/liquidação, pelos Coordenadores da Oferta, na Data de Liquidação, da totalidade das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) que não forem integralizadas/liquidadas pelos investidores que as subscreverem/adquirirem na Oferta, na proporção e até os limites individuais de garantia firme de cada um dos Coordenadores da Oferta, conforme indicado no Contrato de Distribuição.

Caso as Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) efetivamente subscritas/adquiridas por investidores não tenham sido totalmente integralizadas/liquidadas na Data de Liquidação, cada um dos Coordenadores da Oferta, observado o disposto no Contrato de Distribuição, realizará, de forma individual e não solidária, a integralização/liquidação, na Data de Liquidação, na proporção e até os limites individuais previstos no Contrato de Distribuição, da totalidade do eventual saldo resultante da diferença entre (i) o número de Ações objeto da Garantia Firme de Liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Distribuição e (ii) o número de Ações efetivamente integralizadas/liquidadas por investidores no mercado, multiplicado pelo Preço por Ação a ser definido conforme o Procedimento de *Bookbuilding*. A Garantia Firme de Liquidação passará a ser vinculante a partir do momento em que, cumulativamente, for concluído o Procedimento de *Bookbuilding*, assinado o Contrato de Distribuição e o Contrato de Distribuição Internacional, concedido o registro da Companhia como companhia aberta sob a categoria "A" pela CVM, deferidos os registros da Oferta pela CVM, divulgado o Anúncio de Início e disponibilizado o Prospecto Definitivo, sendo eficaz a partir do momento em que forem cumpridas as condições suspensivas previstas no Contrato de Distribuição e no Contrato de Distribuição Internacional.

Para fins do disposto no item 5 do Anexo VI, da Instrução CVM 400, em caso de exercício da Garantia Firme de Liquidação e posterior revenda das Ações junto ao público pelos Coordenadores da Oferta, por si ou por suas afiliadas, nos termos do Contrato de Distribuição, durante o Prazo de Distribuição, o preço de revenda dessas Ações será o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia, limitado ao Preço por Ação estabelecido conforme Procedimento de *Bookbuilding*, sendo certo que o disposto nesse parágrafo não se aplica às operações realizadas em decorrência das atividades previstas no Contrato de Estabilização, conforme disposto na seção "Informações Sobre a Oferta – Estabilização do Preço das Ações" na página 51 deste Prospecto.

Inadequação da Oferta	Não há inadequação específica da Oferta a certo grupo ou categoria de investidor. Como todo e qualquer investimento em valores mobiliários de renda variável, o investimento nas Ações apresenta riscos e possibilidade de perdas patrimoniais que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. Portanto, uma decisão de investimento nas Ações requer experiência e conhecimentos específicos que permitam ao investidor uma análise detalhada dos negócios da Companhia, mercado de atuação e os riscos inerentes aos negócios da Companhia, que podem, inclusive, ocasionar a perda integral do valor investido. O investimento em Ações não é, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais. Recomenda-se que os interessados em participar da Oferta consultem seus advogados, contadores, consultores financeiros e demais profissionais que julgarem necessários para auxiliá-los na avaliação da adequação da Oferta ao perfil de investimento, dos riscos inerentes aos negócios da Companhia e ao investimento nas Ações.
Informações Adicionais	Mais informações sobre a Oferta poderão ser obtidas junto às Instituições Participantes da Oferta, nos endereços e telefones indicados na seção "Informações sobre a Oferta – Informações Adicionais" na página 71 deste Prospecto. A Oferta está sujeita à prévia análise e aprovação da CVM, sendo que os registros da Oferta foram requeridos junto à CVM em [•] de [•] de 2020. Os investidores que desejarem obter acesso a este Prospecto, ao Formulário de Referência ou informações adicionais sobre a Oferta deverão acessar as páginas da rede mundial de computadores da Companhia das Instituições Participantes da Oferta, da CVM e/ou da B3 indicadas na seção "Informações Sobre a Oferta – Informações Adicionais" na página 71 deste Prospecto.
Instituição Financeira Escrituradora das Ações	Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com endereço na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.500, 3º andar, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 61.194.353/0001-64.
Instituições Consorciadas	Determinadas instituições intermediárias autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto à B3, convidadas a participar da Oferta para efetuar esforços de colocação das Ações exclusivamente junto aos Investidores Não Institucionais.
Instituições Participantes da Oferta	Coordenadores da Oferta e Instituições Consorciadas, considerados em conjunto.
Investidores de Varejo	Investidores pessoas físicas e jurídicas e clubes de investimento registrados na B3, em qualquer caso, residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, nos termos da regulamentação vigente, que não sejam considerados Investidores Institucionais ou Investidores Qualificados, que formalizem Pedido de Reserva durante o Período de Reserva ou durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, junto a uma única Instituição Consorciada, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta de Varejo.

Investidores de Varejo Com Alocação Prioritária	Investidores de Varejo que terão prioridade de alocação por concordarem, em seus respectivos Pedidos de Reserva, com o *Lock-up* Oferta de Varejo.
Investidores de Varejo Sem Alocação Prioritária	Investidores de Varejo que optarem por não se comprometer com o *Lock-up* Oferta de Varejo.
Investidores do Segmento Private	Investidores pessoas físicas e jurídicas e clubes de investimentos registrados na B3 que sejam considerados Investidores Qualificados e que não sejam considerados Investidores Institucionais, em qualquer caso, residentes e domiciliados ou com sede no Brasil, que realizarem Pedido de Reserva durante o Período de Reserva ou o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme o caso, junto a uma única Instituição Consorciada, observados, para esses investidores, em qualquer hipótese, os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta do Segmento Private.
Investidores do Segmento Private Com Alocação Prioritária	Investidores do Segmento Private que terão prioridade de alocação por concordarem, em seus respectivos Pedidos de Reserva, com o *Lock-up* Oferta do Segmento Private.
Investidores do Segmento Private Sem Alocação Prioritária	Investidores do Segmento Private que optarem por não se comprometer com o *Lock-up* Oferta do Segmento Private.
Investidores Estrangeiros	Os Investidores Estrangeiros contemplam: (i) nos Estados Unidos investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), residentes e domiciliados nos Estados Unidos, conforme definidos na *Rule 144A* do *Securities Act* editada pela SEC, em operações isentas de registro, previstas no *Securities Act* e nos regulamentos editados ao amparo do *Securities Act*, bem como nos termos de quaisquer outras regras federais e estaduais dos Estados Unidos sobre títulos e valores mobiliários; e (ii) nos demais países, exceto os Estados Unidos e o Brasil, os investidores que sejam considerados não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos ou não constituídos de acordo com as leis dos Estados Unidos (non-U.S. persons), nos termos do Regulamento S, editado pela SEC, no âmbito do *Securities Act*, e observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor, em ambos os casos, desde que tais Investidores Estrangeiros invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pela Resolução CMN 4.373, e pela Instrução CVM 560, ou pela Lei 4.131.
Investidores Institucionais	Investidores Institucionais Locais e Investidores Estrangeiros, considerados em conjunto.

Investidores Institucionais Locais	Investidores pessoas físicas e jurídicas, e clubes de investimento registrados na B3 e investidores que sejam considerados profissionais ou qualificados, nos termos da regulamentação da CVM, em qualquer caso, que não sejam consideradas Investidores Não Institucionais, além de fundos de investimentos, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, carteiras administradas discricionárias, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central, condomínios destinados à aplicação em carteira de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na B3, seguradoras, entidades abertas e fechadas de previdência complementar e de capitalização, investidores qualificados nos termos da regulamentação da CVM, em qualquer caso, residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, inexistindo para estes, valores mínimos e máximos.
Investidores Não Institucionais	Investidores de Varejo e os Investidores do Segmento Private, considerados em conjunto.
Investidores Qualificados	Investidores qualificados, conforme definidos no artigo 9º-B da Instrução CVM 539.
***Lock-up* Oferta de Varejo**	Os Investidores de Varejo Com Alocação Prioritária que adquirirem Ações no âmbito da Oferta de Varejo com Alocação Prioritária não poderão, pelo prazo de [•] dias contados da data de divulgação do Anúncio de Início, oferecer, vender, alugar (emprestar), contratar a venda, dar em garantia ou ceder ou alienar de outra forma ou a qualquer título, tais Ações. Dessa forma, como condição para a participação na Oferta de Varejo, cada Investidor de Varejo Com Alocação Prioritária, ao realizar seu Pedido de Reserva, estará autorizando seu agente de custódia na Central Depositária gerida pela B3 a depositar tais Ações para a carteira mantida pela Central Depositária gerida pela B3 exclusivamente para este fim. Em qualquer hipótese, tais Ações ficarão bloqueadas na Central Depositária gerida pela B3 até o encerramento do *Lock-up* Oferta de Varejo. Não obstante o *Lock-up* Oferta de Varejo, as Ações adquiridas no âmbito da Oferta de Varejo Com Alocação Prioritária poderão ser outorgadas em garantia da Câmara de Compensação e Liquidação da B3, caso as Ações venham a ser consideradas elegíveis para depósito de garantia, de acordo com os normativos da B3, independentemente das restrições mencionadas acima. Neste caso, a Câmara de Compensação e Liquidação da B3 estará autorizada a desbloquear as Ações adquiridas no âmbito da Oferta de Varejo Com Alocação Prioritária que foram depositadas em garantia para fins de excussão da garantia, nos termos dos normativos da B3.

***Lock-up* Oferta do Segmento Private**	Investidores do Segmento Private que indicarem no Pedido de Reserva que estão de acordo com o *Lock-up* Oferta do Segmento Private e adquirirem Ações no âmbito da Oferta do Segmento Private não poderão, pelo prazo de [•] dias contados da data de divulgação do Anúncio de Início, oferecer, vender, alugar (emprestar), contratar a venda, dar em garantia ou ceder ou alienar de outra forma ou a qualquer título, tais Ações. Dessa forma, como condição para a participação na Oferta do Segmento Private, cada Investidor do Segmento Private, ao realizar seu Pedido de Reserva, estará autorizando seu agente de custódia na Central Depositária gerida pela B3 a depositar tais Ações para a carteira mantida pela Central Depositária gerida pela B3 exclusivamente para este fim. Em qualquer hipótese, tais Ações ficarão bloqueadas na Central Depositária gerida pela B3 até o encerramento do *Lock-up* Oferta do Segmento Private. Não obstante o *Lock-up* Oferta do Segmento Private, as Ações adquiridas no âmbito da Oferta do Segmento Private poderão ser outorgadas em garantia da Câmara de Compensação e Liquidação da B3, caso as Ações venham a ser consideradas elegíveis para depósito de garantia, de acordo com os normativos da B3, independentemente das restrições mencionadas acima. Neste caso, a Câmara de Compensação e Liquidação da B3 estará autorizada a desbloquear as Ações adquiridas no âmbito da Oferta do Segmento Private que foram depositadas em garantia para fins de excussão da garantia, nos termos dos normativos da B3.
Negociação na B3	As ações ordinárias de emissão da Companhia passarão a ser negociadas no Novo Mercado a partir do dia útil seguinte à divulgação do Anúncio de Início, sob o código "[•]". A adesão ao Novo Mercado está sujeita à conclusão da Oferta.
Oferta	Em conjunto, (i) a Oferta Primária e (ii) a Oferta Secundária.
Oferta de Varejo	Oferta de Varejo Sem Alocação Prioritária e Oferta de Varejo Com Alocação Prioritária, consideradas em conjunto.
Oferta de Varejo Com Alocação Prioritária	O montante de, no mínimo, [•]% e no máximo [•]% das Ações ofertadas no âmbito da Oferta (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), será destinado à colocação pública para Investidores de Varejo Com Alocação Prioritária.
Oferta de Varejo Sem Alocação Prioritária	O montante de, no mínimo, [•]% e no máximo [•]% das Ações ofertadas no âmbito da Oferta (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), será destinado à colocação pública para Investidores de Varejo Sem Alocação Prioritária.
Oferta do Segmento Private	Oferta do Segmento Private Com Alocação Prioritária e Oferta do Segmento Private Sem Alocação Prioritária, consideradas em conjunto.
Oferta do Segmento Private Com Alocação Prioritária	O montante de, no mínimo, [•]% e no máximo [•]% do total das Ações ofertadas no âmbito da Oferta (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), será destinado à colocação pública para os Investidores do Segmento Private Com Alocação Prioritária.

Oferta do Segmento Private Sem Alocação Prioritária	O montante de, no mínimo, [•]% e no máximo [•]% do total das Ações ofertadas no âmbito da Oferta (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), será destinado à colocação pública para os Investidores do Segmento Private Sem Alocação Prioritária.
Oferta Institucional	Após o atendimento aos Pedidos de Reserva, as Ações remanescentes que não forem colocadas na Oferta Não Institucional, serão destinadas à colocação pública junto a Investidores Institucionais, por meio dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional, não sendo admitidas para tais Investidores Institucionais reservas antecipadas e não sendo estipulados valores mínimo ou máximo de investimento, uma vez que cada Investidor Institucional deverá assumir a obrigação de verificar se está cumprindo com os requisitos para participar da Oferta Institucional, para então apresentar suas intenções de investimento durante o Procedimento de *Bookbuilding*.
Oferta Não Institucional	Oferta de Varejo e Oferta do Segmento Private, consideradas em conjunto. Compreende a distribuição pública de Ações, no âmbito da Oferta, direcionada prioritariamente à colocação pública junto a Investidores Não Institucionais que tenham realizado Pedido de Reserva dentro do respectivo Período de Reserva.
Oferta Primária	A distribuição primária de[, incialmente,] [•] novas ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal de emissão da Companhia, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, nos termos da Instrução CVM 400, sob coordenação dos Coordenadores da Oferta, com a participação das Instituições Consorciadas, junto a Investidores Não Institucionais e Investidores Institucionais, com esforços de colocação das Ações no exterior realizados pelos Agentes de Colocação Internacional, exclusivamente junto a Investidores Estrangeiros.
Oferta Secundária	A distribuição secundária de[, inicialmente] [•] ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, nos termos da Instrução CVM 400, sob coordenação dos Coordenadores da Oferta, com a participação das Instituições Consorciadas, junto a Investidores Não Institucionais e Investidores Institucionais, com esforços de colocação das Ações no exterior realizados pelos Agentes de Colocação Internacional, exclusivamente junto a Investidores Estrangeiros.

Opção de Ações do Lote Suplementar	Opção de distribuição das Ações do Lote Suplementar, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a ser outorgada pela Companhia ao Agente Estabilizador, nos termos do Contrato de Distribuição, as quais serão destinadas, exclusivamente, para prestação dos serviços de estabilização de preço das Ações no âmbito da Oferta. O Agente Estabilizador terá o direito exclusivo, a partir da data de assinatura do Contrato de Distribuição, inclusive, e por um período de até 30 dias contados da data de início da negociação das Ações na B3, inclusive, de exercer a Opção de Ações do Lote Suplementar, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, desde que a decisão de sobrealocação das ações ordinárias de emissão da Companhia seja tomada em comum acordo entre o Agente Estabilizador e os demais Coordenadores da Oferta quando da fixação do Preço por Ação. Conforme disposto no Contrato de Distribuição, as Ações do Lote Suplementar não serão objeto de Garantia Firme de Liquidação por parte dos Coordenadores da Oferta.
Pedido de Reserva	Formulário específico, celebrado em caráter irrevogável e irretratável, exceto nas circunstâncias ali previstas, para a subscrição/aquisição de Ações no âmbito da Oferta Não Institucional, firmado por Investidores Não Institucionais e por Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas com uma única Instituição Consorciada durante os respectivos Período de Reserva e durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme o caso.
Período de Distribuição	As Instituições Participantes da Oferta terão o prazo de até 2 dias úteis, contados da data de divulgação do Anúncio de Início, para efetuar a colocação das Ações.
Período de Reserva	Período compreendido entre [•] de [•] de 2020, inclusive, e [•] de [•] de 2020, inclusive, destinado à efetivação dos Pedidos de Reserva pelos Investidores Não Institucionais.
Período de Reserva para Pessoas Vinculadas	Período compreendido entre [•] de [•] de 2020, inclusive, e [•] de [•] de 2020, inclusive, data esta que antecederá em pelo menos 7 dias úteis a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, destinado à formulação de Pedido de Reserva pelos Investidores Não Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas.

Pessoas Vinculadas

Para fins da presente Oferta, e nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400 e do artigo 1º, inciso VI, da Instrução CVM 505, serão consideradas pessoas vinculadas à Oferta os investidores que sejam (i) controladores pessoa física ou jurídica e/ou administradores da Companhia, dos Acionistas Vendedores e/ou outras pessoas vinculadas à Oferta, bem como seus cônjuges ou companheiros, seus ascendentes, descendentes e colaterais até o 2º grau; (ii) controladores pessoa física ou jurídica e/ou administradores das Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional; (iii) empregados, operadores e demais prepostos das Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional diretamente envolvidos na estruturação e distribuição da Oferta; (iv) agentes autônomos que prestem serviços às Instituições Participantes da Oferta e/ou aos Agentes de Colocação Internacional, desde que diretamente envolvidos na Oferta; (v) demais profissionais que mantenham, com as Instituições Participantes da Oferta e/ou com os Agentes de Colocação Internacional, contrato de prestação de serviços diretamente relacionados à atividade de intermediação ou de suporte operacional no âmbito da Oferta; (vi) sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelas Instituições Participantes da Oferta e/ou pelos Agentes de Colocação Internacional, desde que diretamente envolvidos na Oferta; (vii) sociedades controladas, direta ou indiretamente por pessoas físicas ou jurídicas vinculadas às Instituições Participantes da Oferta e/ou aos Agentes de Colocação Internacional desde que diretamente envolvidas na Oferta; (viii) cônjuge ou companheiro, ascendentes, filhos menores ou colaterais até o 2º grau das pessoas mencionadas nos itens (ii) a (v) acima; e (ix) clubes e fundos de investimento cuja maioria das cotas pertença a pessoas vinculadas, salvo se geridos discricionariamente por terceiros não vinculados.

Prazo de Distribuição

O prazo para a distribuição das Ações será (i) de até 6 meses contados da data de divulgação do Anúncio de Início, conforme previsto no artigo 18 da Instrução CVM 400; ou (ii) até a data de divulgação do Anúncio de Encerramento, o que ocorrer primeiro.

Preço por Ação

No contexto da Oferta, estima-se que o preço de subscrição/aquisição, conforme o caso, por ação ordinária de emissão da Companhia estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o preço por ação ordinária de emissão da Companhia poderá ser fixado acima ou abaixo desta Faixa Indicativa. **Na hipótese de o Preço por Ação ser fixado acima ou abaixo dessa Faixa Indicativa, os Pedidos de Reserva serão normalmente considerados e processados, observadas as condições de eficácia descritas neste Prospecto, exceto no caso de o Preço por Ação ser inferior ao resultado da subtração entre o valor mínimo previsto na Faixa Indicativa e o valor correspondente a 20% do valor máximo previsto na Faixa Indicativa, nos termos do artigo 4º do Anexo II do Código ANBIMA e do Ofício Circular SRE nº 01/2020 da CVM ("Ofício Circular"), hipótese em que o Investidor Não Institucional poderá desistir do seus Pedido de Reserva, conforme descrito na página 46 deste Prospecto.**

Para mais informações, veja seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Como resultado do Processo de *Bookbuilding*, o Preço por Ação poderá ser fixado abaixo da Faixa Indicativa e, nesta hipótese, os Investidores Não Institucionais poderão exercer a opção de desistir de seus pedidos de reserva", na página 82 deste Prospecto.

O Preço por Ação será calculado tendo como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade da demanda (por volume e preço) por Ações coletadas junto a Investidores Institucionais, durante o Procedimento de *Bookbuilding*. A escolha do critério para determinação do Preço por Ação é justificada na medida em que o preço de mercado das Ações a serem subscritas/adquiridas será aferido de acordo com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentarão suas intenções de investimento no contexto da Oferta, e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações. **Os Investidores Não Institucionais não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão da fixação do Preço por Ação.**

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá reduzir a liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário.

Procedimento de *Bookbuilding*

Procedimento de coleta de intenções de investimento a ser realizado exclusivamente junto a Investidores Institucionais pelos Coordenadores da Oferta, no Brasil, conforme previsto no Contrato de Distribuição, e pelos Agentes de Colocação Internacional, no exterior, conforme previsto no Contrato de Distribuição Internacional, em consonância com o disposto no artigo 23, parágrafo 1°, e no artigo 44 da Instrução CVM 400.

Poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* em até 20% da quantidade de ações inicialmente ofertada. Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 à quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), não será permitida a colocação de Ações a Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo as intenções de investimento realizadas por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente canceladas.

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá reduzir a liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário. **Para mais informações veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário", na página 78 deste Prospecto.**

Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 (i) para proteção (*hedge*) em operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como referência (incluindo operações de *total return swap*), desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas; ou (ii) que se enquadre dentre as outras exceções previstas no artigo 48, inciso II, da Instrução CVM 400, são permitidos na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400. Para mais informações, leia a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia.", neste Prospecto Preliminar. **Para mais informações, leia a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das Ações.", neste Prospecto.**

Público Alvo da Oferta	Investidores de Varejo, Investidores do Segmento Private e Investidores Institucionais, considerados em conjunto.
Rateio da Oferta de Varejo Com Alocação Prioritária	Rateio entre os respectivos Investidores de Varejo Com Alocação Prioritária que apresentarem Pedido de Reserva proporcionalmente ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações.
Rateio da Oferta de Varejo Sem Alocação Prioritária	Rateio entre os respectivos Investidores de Varejo Sem Alocação Prioritária que apresentarem Pedido de Reserva proporcionalmente ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações.
Rateio da Oferta do Segmento Private	Rateio da Oferta do Segmento Private Com Alocação Prioritária e Rateio da Oferta do Segmento Private Sem Alocação Prioritária, considerados em conjunto.
Rateio da Oferta do Segmento Private Com Alocação Prioritária	Rateio entre os respectivos Investidores do Segmento Private Com Alocação Prioritária que apresentarem Pedido de Reserva proporcionalmente ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações.
Rateio da Oferta do Segmento Private Sem Alocação Prioritária	Rateio entre os respectivos Investidores do Segmento Private Sem Alocação Prioritária que apresentarem Pedido de Reserva proporcionalmente ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações.
Rateio Varejo	Rateio da Oferta de Varejo Com Alocação Prioritária e Rateio da Oferta de Varejo Sem Alocação Prioritária, considerados em conjunto.

Restrições à Negociação das Ações (*Lock-up*)

[A Companhia, os Acionistas Vendedores e os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia obrigar-se-ão perante os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional, pelo período de 180 dias contados da data de divulgação do Anúncio de Início, a não efetuar, direta ou indiretamente, quaisquer das seguintes operações com relação a quaisquer Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*, sujeito a determinadas exceções: (i) ofertar, vender, emitir, contratar a venda, empenhar ou de outro modo dispor dos Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*; (ii) ofertar, vender, emitir, contratar a venda, contratar a compra ou outorgar quaisquer opções, direitos ou garantias para adquirir os Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*; (iii) celebrar qualquer contrato de *swap*, *hedge* ou qualquer acordo que transfira a outros, no todo ou em parte, quaisquer dos resultados econômicos decorrentes da titularidade dos Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*; ou (iv) divulgar publicamente a intenção de efetuar qualquer operação especificada nos itens (i) a (iii).

As vedações listadas acima não se aplicam nas hipóteses: [(i) doações de boa-fé, desde que, antes de tal doação, o respectivo donatário comprometa-se com os Coordenadores da Oferta por escrito a respeitar o prazo remanescente do período de *lock-up*; (ii) transferências a um *trust* em benefício direto ou indireto do próprio signatário do instrumento de *lock-up* e/ou de familiares imediatos do mesmo, desde que, antes de tal transferência, o *trust* comprometa-se por escrito a respeitar o prazo remanescente do período de *lock-up*; (iii) transferências a quaisquer coligadas (sociedades pertencentes ao mesmo grupo econômico) conforme definidas na Regra 405 do *Securities Act*, conforme alterada, dos signatários do instrumento de *lock-up*, desde que, antes de tal transferência, o respectivo destinatário comprometa-se com os Coordenadores da Oferta por escrito a respeitar o prazo remanescente do período de *lock-up*; e (iv) transferências realizadas para fins de empréstimo de ações pelo signatário do instrumento de *lock-up* para um Coordenador da Oferta ou a qualquer instituição indicada por tal Coordenador da Oferta, de um determinado número de ações para fins de realização das atividades de estabilização do preço das Ações, nos termos deste Contrato e do Contrato de Estabilização.]

A venda ou a percepção de uma possível venda de um volume substancial das ações poderá prejudicar o valor de negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia.

Valor Total da Oferta

[•], considerando o Preço por Ação, que é o ponto médio da faixa de preço indicada na capa deste Prospecto e sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar.

Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta de Varejo	O valor mínimo de pedido de investimento é de R$3.000,00 e o valor máximo de pedido de investimento é de R$1.000.000,00 por Investidor de Varejo.
Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta do Segmento Private	O valor mínimo de pedido de investimento de R$1.000.000,00 e o valor máximo de pedido de investimento de R$10.000.000,00 por Investidor do Segmento Private.
Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*	Ações ordinárias de emissão da Companhia e/ou quaisquer valores mobiliários conversíveis, exercíveis ou permutáveis por ações ordinárias de emissão da Companhia sujeitas ao *lock-up*.
Veracidade das Informações	A Companhia, os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder prestaram declarações de veracidade a respeito das informações constantes deste Prospecto, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, as quais se encontram anexas a este Prospecto a partir da página 133.
XP Investimentos	XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.

INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA

Composição do Capital Social da Companhia

Na data deste Prospecto, o capital social da Companhia é de R$60.000.000,00, totalmente subscrito e integralizado, representado por 99.210.206 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Nos termos do Estatuto Social, o capital social poderá ser aumentado independentemente de reforma estatutária, até o valor de R$700.000.000,00, por deliberação do Conselho de Administração, que fixará o preço de emissão, a quantidade de ações ordinárias a serem emitidas e as demais condições de subscrição/integralização de tais ações dentro do capital autorizado, assim como a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia.

Os quadros abaixo indicam a composição do capital social da Companhia, integralmente subscrito e integralizado, na data deste Prospecto e a previsão após a conclusão da Oferta.

Na hipótese de colocação total das Ações, sem considerar as Ações do Lote Suplementar:

	Composição Atual		Composição Após a Oferta	
Espécie e Classe das Ações	**Quantidade**	**Valor**	**Quantidade**	**Valor[(1)(2)]**
		(em R$)		*(em R$)*
Ordinárias	99.210.206	60.000.000,00	[•]	[•]
Total	**99.210.206**	**60.000.000,00**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa, a qual é meramente indicativa.

(2) Sem dedução das comissões e das despesas da Oferta, tributos e outras retenções. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando as Ações do Lote Suplementar:

	Composição Atual		Composição Após a Oferta	
Espécie e Classe das Ações	**Quantidade**	**Valor**	**Quantidade**	**Valor[(1)(2)]**
		(em R$)		*(em R$)*
Ordinárias	99.210.206	60.000.000,00	[•]	[•]
Total	**99.210.206**	**60.000.000,00**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa, a qual é meramente indicativa.

(2) Sem dedução das comissões e das despesas da Oferta, tributos e outras retenções. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Na hipótese de colocação total das Ações, sem considerar as Ações Adicionais e sem considerar as Ações do Lote Suplementar:

	Composição Atual		Composição Após a Oferta	
Espécie e Classe das Ações	**Quantidade**	**Valor**	**Quantidade**	**Valor[(1)(2)]**
		(em R$)		*(em R$)*
Ordinárias	99.210.206	60.000.000,00	[•]	[•]
Total	**99.210.206**	**60.000.000,00**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa, a qual é meramente indicativa.

(2) Sem dedução das comissões e das despesas da Oferta, tributos e outras retenções. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar:

	Composição Atual		Composição Após a Oferta	
Espécie e Classe das Ações	**Quantidade**	**Valor**	**Quantidade**	**Valor[(1)(2)]**
		(em R$)		*(em R$)*
Ordinárias	99.210.206	60.000.000,00	[•]	[•]
Total	**99.210.206**	**60.000.000,00**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa, a qual é meramente indicativa.
(2) Sem dedução das comissões e das despesas da Oferta, tributos e outras retenções. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando as Ações do Lote Suplementar, mas sem considerar as Ações Adicionais:

	Composição Atual		Composição Após a Oferta	
Espécie e Classe das Ações	**Quantidade**	**Valor**	**Quantidade**	**Valor[(1)(2)]**
		(em R$)		*(em R$)*
Ordinárias	99.210.206	60.000.000,00	[•]	[•]
Total	**99.210.206**	**60.000.000,00**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa, a qual é meramente indicativa.
(2) Sem dedução das comissões e das despesas da Oferta, tributos e outras retenções. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando as Ações Adicionais e considerando as Ações do Lote Suplementar:

	Composição Atual		Composição Após a Oferta	
Espécie e Classe das Ações	**Quantidade**	**Valor**	**Quantidade**	**Valor[(1)(2)]**
		(em R$)		*(em R$)*
Ordinárias	99.210.206	60.000.000,00	[•]	[•]
Total	**99.210.206**	**60.000.000,00**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa, a qual é meramente indicativa.
(2) Sem dedução das comissões e das despesas da Oferta, tributos e outras retenções. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Acionistas da Companhia

Os quadros abaixo indicam a quantidade de ações ordinárias de emissão da Companhia detidas por acionistas titulares de 5% ou mais de ações ordinárias de emissão da Companhia, na data deste Prospecto e a previsão para após a conclusão da Oferta.

Na hipótese de colocação total das Ações, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar:

	Antes da Oferta		Após a Oferta	
Acionista	**Ações Ordinárias**	**%**	**Ações Ordinárias**	**%**
Vocatus Participações S.A.	54.565.613	55,00	[•]	[•]
Zulu Corp Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	44.644.593	45,00	[•]	[•]
Outros	–	–	[•]	[•]
Ações em circulação	–	–	[•]	[•]
Total	**99.210.206**	**100,00**	**[•]**	**100,00**

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar:

	Antes da Oferta		Após a Oferta	
Acionista	**Ações Ordinárias**	**%**	**Ações Ordinárias**	**%**
Vocatus Participações S.A.	54.565.613	55,00	[•]	[•]
Zulu Corp Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	44.644.593	45,00	[•]	[•]
Outros	–	–	[•]	[•]
Ações em circulação	–	–	[•]	[•]
Total	**99.210.206**	**100,00**	**[•]**	**100,00**

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando as Ações do Lote Suplementar, mas sem considerar as Ações Adicionais:

	Antes da Oferta		Após a Oferta	
Acionista	**Ações Ordinárias**	**%**	**Ações Ordinárias**	**%**
Vocatus Participações S.A.	54.565.613	55,00	[•]	[•]
Zulu Corp Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	44.644.593	45,00	[•]	[•]
Outros	–	–	[•]	[•]
Ações em circulação	–	–	[•]	[•]
Total	**99.210.206**	**100,00**	**[•]**	**100,00**

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar:

	Antes da Oferta		Após a Oferta	
Acionista	**Ações Ordinárias**	**%**	**Ações Ordinárias**	**%**
Vocatus Participações S.A.	54.565.613	55,00	[•]	[•]
Zulu Corp Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	44.644.593	45,00	[•]	[•]
Outros	–	–	[•]	[•]
Ações em circulação	–	–	[•]	[•]
Total	**99.210.206**	**100,00**	**[•]**	**100,00**

Acionistas Vendedores, Quantidade de Ações Ofertadas, Montante e Recursos Líquidos

Segue abaixo descrição sobre os Acionistas Vendedores:

[•], residente e domiciliado na cidade de [•], Estado de [•], com endereço na [•], nº [•], CEP [•], portador da cédula de identidade RG nº [•] e inscrito no CPF/ME sob o nº [•].

[•], fundo de investimento, inscrito no CNPJ/ME sob o nº [•], neste ato representado na forma de seu regulamento, por seu administrador, [•] sociedade [por ações][limitada], com sede na cidade de [•], Estado de [•], na [Endereço], [CEP], inscrita no CNPJ/ME sob o nº [•], autorizada pela CVM a exercer a atividade de administração de carteira de valores mobiliários, por meio do Ato Declaratório CVM nº [•].

A tabela abaixo apresenta a quantidade de Ações a ser emitida pela Companhia e a ser alienada por cada Acionista Vendedor, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar:

	Quantidade	**Montante[1]**	**Recursos Líquidos[1][2]**
		(R$)	
Companhia	[•]	[•]	[•]
[•]	[•]	[•]	[•]
[•]	[•]	[•]	[•]
Total	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta Faixa Indicativa.

(2) Sem dedução das comissões e das despesas da Oferta, tributos e outras retenções. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

A tabela abaixo apresenta a quantidade de Ações a ser emitida pela Companhia e a ser alienada por cada Acionista Vendedor, considerando as Ações Adicionais, sem considerar as Ações do Lote Suplementar:

	Quantidade	**Montante[1]**	**Recursos Líquidos[1][2]**
		(R$)	
Companhia	[•]	[•]	[•]
[•]	[•]	[•]	[•]
[•]	[•]	[•]	[•]
Total	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta Faixa Indicativa.

(2) Sem dedução das comissões e das despesas da Oferta, tributos e outras retenções. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

A tabela abaixo apresenta a quantidade de Ações a ser emitida pela Companhia e a ser alienada por cada Acionista Vendedor, considerando as Ações do Lote Suplementar, sem considerar as Ações Adicionais:

	Quantidade	**Montante[1]**	**Recursos Líquidos[1][2]**
		(R$)	
Companhia	[•]	[•]	[•]
[•]	[•]	[•]	[•]
[•]	[•]	[•]	[•]
Total	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta Faixa Indicativa.

(2) Sem dedução das comissões e das despesas da Oferta, tributos e outras retenções. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

A tabela abaixo apresenta a quantidade de Ações a ser emitida pela Companhia e a ser alienada por cada Acionista Vendedor, considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar:

	Quantidade	**Montante[1]**	**Recursos Líquidos[1][2]**
		(R$)	
Companhia	[•]	[•]	[•]
[•]	[•]	[•]	[•]
[•]	[•]	[•]	[•]
Total	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta Faixa Indicativa.

(2) Sem dedução das comissões e das despesas da Oferta, tributos e outras retenções. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Descrição da Oferta

A Oferta consistirá na distribuição pública primária e secundária das Ações no Brasil, em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400 e com o Código ANBIMA, bem como com esforços de dispersão acionária nos termos do Regulamento do Novo Mercado e demais normativos aplicáveis, sob a coordenação dos Coordenadores da Oferta, e com a participação de determinadas Instituições Consorciadas.

Simultaneamente, serão realizados esforços de colocação das Ações no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional junto a Investidores Estrangeiros. Os esforços de colocação das Ações junto a Investidores Estrangeiros, exclusivamente no exterior, serão realizados nos termos do Contrato de Distribuição Internacional.

Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, até a data da divulgação do Anúncio de Início, a quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações do Lote Suplementar, conforme definido abaixo), poderá, a critério da Companhia e dos Acionistas Vendedores, em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em até 20% do total de Ações inicialmente ofertado (sem considerar as Ações do Lote Suplementar), ou seja, em até [•] ações ordinárias de emissão da Companhia[, sendo (i) até [•] novas ações ordinárias de emissão da Companhia; e (ii) até [•] ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, nas proporções indicadas na página 41 deste Prospecto], nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas ("**Ações Adicionais**").

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais) poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a até 15% do total das Ações inicialmente ofertado (sem considerar as Ações Adicionais), ou seja, em até [•] ações ordinárias[, sendo (i) até [•] novas ações ordinárias de emissão da Companhia; e (ii) até [•] ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, na proporção indicada neste Prospecto Preliminar], nas mesmas condições e ao mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas ("**Ações do Lote Suplementar**"), conforme opção a ser outorgada [pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores] ao Agente Estabilizador, nos termos do Contrato de Distribuição, as quais serão destinadas, exclusivamente, para prestação dos serviços de estabilização de preço das Ações no âmbito Oferta ("**Opção de Ações do Lote Suplementar**"). O Agente Estabilizador terá o direito exclusivo, a partir da data de assinatura do Contrato de Distribuição, inclusive, e por um período de até 30 dias contados da data de início da negociação das Ações na B3, inclusive, de exercer a Opção de Ações do Lote Suplementar, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação, por escrito, aos demais Coordenadores da Oferta, desde que a decisão de sobrealocação das ações ordinárias de emissão da Companhia seja tomada em comum acordo entre o Agente Estabilizador e os demais Coordenadores da Oferta quando da fixação do Preço por Ação. Conforme disposto no Contrato de Distribuição, as Ações do Lote Suplementar não serão objeto de garantia firme de liquidação por parte dos Coordenadores da Oferta.

No âmbito da Oferta Primária, a emissão das Ações pela Companhia será realizada com exclusão do direito de preferência dos seus atuais acionistas, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, sendo que tal emissão será realizada dentro do limite de capital autorizado previsto no estatuto social da Companhia.

As Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) serão colocadas pelas Instituições Participantes da Oferta, em regime de Garantia Firme de Liquidação, de forma individual e não solidária, a ser prestada pelos Coordenadores da Oferta, na proporção e de acordo com os limites individuais e demais disposições previstas no Contrato de Distribuição, em conformidade com o disposto da Instrução CVM 400 e observado o esforço de dispersão acionária previsto no Regulamento do Novo Mercado e as disposições descritas abaixo. As Ações que forem objeto de esforços de colocação no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional, junto a Investidores Estrangeiros, serão obrigatoriamente subscritas/adquiridas e integralizadas/liquidadas no Brasil junto aos Coordenadores da Oferta, em moeda corrente nacional, nos termos do artigo 19, parágrafo 4°, da Lei do Mercado de Capitais.

As Ações não poderão ser ofertadas ou vendidas nos Estados Unidos ou a pessoas consideradas *U.S. persons*, conforme definido no *Regulamento S* sem que haja registro ou isenção de registro nos termos da *Rule 144A* do *Securities Act*. Exceto pelos registros da Oferta pela CVM, a Companhia, os Acionistas Vendedores, os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional não pretendem realizar nenhum registro da Oferta ou das Ações nos Estados Unidos e nem em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país.

Listagem e Negociação no Novo Mercado da B3

A Companhia voluntariamente solicitou à B3 adesão ao segmento de listagem do Novo Mercado, segmento especial de negociação de valores mobiliários da B3 que estabelece regras diferenciadas de governança corporativa e de divulgação de informações ao mercado mais rigorosas do que aquelas estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações ("**Novo Mercado**" e "**Adesão ao Novo Mercado**", respectivamente), condicionada à realização da Oferta.

As ações ordinárias de emissão da Companhia passarão a ser negociadas no Novo Mercado a partir do dia útil seguinte à divulgação do Anúncio de Início, sob o código "[•]". A Adesão ao Novo Mercado está sujeita à conclusão da Oferta.

A Companhia celebrará o Contrato de Participação no Novo Mercado com a B3, por meio do qual a Companhia fará a adesão às Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa do Novo Mercado, segmento especial de negociação de valores mobiliários da B3, disciplinado pelo Regulamento do Novo Mercado, que estabelece regras diferenciadas de governança corporativa e divulgação de informações ao mercado a serem observadas pela Companhia, mais rigorosas do que aquelas estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações, observado que o referido contrato entrará em vigor na data de divulgação do Anúncio de Início. As principais regras relativas ao Regulamento do Novo Mercado estão descritas de forma resumida no item "12.12 – Outras informações relevantes" do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto.

Para mais informações sobre a negociação das Ações na B3, consulte uma instituição autorizada a operar na B3.

Recomenda-se a leitura deste Prospecto e do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, para informações adicionais sobre a Companhia, incluindo seu setor de atuação, suas atividades e situação econômica e financeira, e os fatores de risco que devem ser considerados antes da decisão de investimento nas Ações, em especial a seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência da Companhia, e o item "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações", na página 75 deste Prospecto.

Aprovações Societárias

A submissão do pedido de registro da Oferta Primária, a abertura de capital da Companhia e a submissão do pedido de registro de companhia aberta, bem como a adesão ao Novo Mercado e o novo estatuto social da Companhia, adequado às regras do Regulamento do Novo Mercado e cuja eficácia é condicionada à disponibilização do Anúncio de Início, foram aprovados em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 27 de agosto de 2020, cuja ata foi arquivada na JUCESP em [•] de [•] de 2020, sob o nº [•] e publicada no DOESP e no jornal "Empresas & Negócios" em [•] de [•] de 2020.

A realização da Oferta Primária mediante aumento de capital da Companhia, dentro do limite de capital autorizado, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, e seus termos e condições, foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em [•] de [•] de 2020, cuja ata foi arquivada na JUCESP em [•] de [•] de 2020, sob o nº [•], e publicada no DOESP e no jornal "Empresas & Negócios" em [•] de [•] de 2020.

O Preço por Ação e o efetivo aumento de capital da Companhia, dentro do limite do capital autorizado em seu estatuto social, serão aprovados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia a ser realizada entre a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* e a concessão dos registros da Oferta pela CVM, cuja ata será devidamente registrada na JUCESP e publicada no jornal "Empresas & Negócios" na data de disponibilização do Anúncio de Início e no DOESP no dia útil subsequente.

[A realização da Oferta Secundária, bem como seus termos e condições, inclusive no que se refere à fixação do Preço por Ação, foram aprovados em [•] do [•] realizada em [•] de [•] de 2020.]

Instituições Participantes da Oferta

Os Coordenadores da Oferta, em nome da Companhia e dos Acionistas Vendedores convidarão as Instituições Consorciadas para participar da colocação das Ações, exclusivamente junto a Investidores Não Institucionais.

Preço por Ação

No contexto da Oferta, estima-se que o preço de subscrição ou aquisição, conforme o caso, por ação ordinária de emissão da Companhia estará situado entre R$[•] e R$[•] ("**Faixa Indicativa**"), ressalvado, no entanto, que o preço por ação ordinária de emissão da Companhia poderá ser fixado acima ou abaixo desta Faixa Indicativa ("**Preço por Ação**"). **Na hipótese do Preço por Ação ser fixado acima ou abaixo dessa Faixa Indicativa, os Pedidos de Reserva serão normalmente considerados e processados, observadas as condições de eficácia descritas neste Prospecto, exceto no caso de o Preço por Ação ser inferior ao resultado da subtração entre o valor mínimo previsto na Faixa Indicativa e o valor correspondente a 20% do valor máximo previsto na Faixa Indicativa, nos termos do artigo 4º do Anexo II do Código ANBIMA e do Ofício Circular, hipótese em que o Investidor Não Institucional poderá desistir do seu Pedido de Reserva.**

O Preço por Ação será fixado com base no resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento a ser realizado exclusivamente junto a Investidores Institucionais pelos Coordenadores da Oferta, no Brasil, conforme previsto no Contrato de Distribuição, e pelos Agentes de Colocação Internacional, no exterior, conforme previsto no Contrato de Distribuição Internacional, em consonância com o disposto no artigo 23, parágrafo 1°, e no artigo 44 da Instrução CVM 400 ("**Procedimento de *Bookbuilding***").

O Preço por Ação será calculado tendo como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade da demanda (por volume e preço) por Ações coletadas junto a Investidores Institucionais, durante o Procedimento de *Bookbuilding*. A escolha do critério para determinação do Preço por Ação é justificada na medida em que o preço de mercado das Ações a serem subscritas/adquiridas será aferido de acordo com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentarão suas intenções de investimento nas Ações no contexto da Oferta e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações. **Os Investidores Não Institucionais não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão da fixação do Preço por Ação.**

Ações em Circulação (*Free Float*) após a Oferta

Na data deste Prospecto, não existem ações da Companhia em negociação no mercado. Após a realização da Oferta (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), um montante de até [•] ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de, aproximadamente, [•]% do seu capital social, estarão em circulação no mercado. Considerando a colocação das Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar, um montante de até [•] ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de, aproximadamente, [•]% do seu capital social, estarão em circulação no mercado. Para maiores informações, ver seção "Informações sobre a Oferta – Composição do Capital Social da Companhia" na página 40 deste Prospecto.

De acordo com o disposto no Regulamento do Novo Mercado, o percentual mínimo de ações em circulação que deve ser mantido pelas sociedades que aderirem ao Novo Mercado é de 25% do total do capital social de tais sociedades, de modo que, após a realização da Oferta, a Companhia deverá manter ações representativas de, no mínimo, 25% do seu capital social em circulação (*free float*).

Custos de Distribuição

As despesas com auditores, advogados, traduções, taxas de registro e outras despesas descritas abaixo serão pagas [exclusivamente pela Companhia / exclusivamente pelos Acionistas Vendedores / pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, na proporção das Ações (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) ofertadas pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores]. As comissões a serem pagas aos Coordenadores da Oferta serão suportadas [pela Companhia / pelos Acionistas Vendedores / pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, na proporção das Ações (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) ofertadas pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores]. **Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A Companhia arcará com as despesas relacionadas à Oferta, bem como arcará juntamente com os Acionistas Vendedores com as comissões da Oferta, o que impactará os valores líquidos a serem recebidos no âmbito da Oferta e poderá afetar adversamente os resultados da Companhia no período subsequente à realização da mesma", na página 82 deste Prospecto.**

A tabela abaixo indica as comissões e as despesas da Oferta, assumindo a colocação da totalidade das Ações da Oferta, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar:

Comissões e Despesas	**Valor total[1]**	**% em relação ao Valor Total da Oferta**	**Custo unitário por Ação**
	(R$)		*(R$)*
Comissões da Oferta			
Comissão de Coordenação[2]	[•]	[•]%	[•]
Comissão de Colocação[3]	[•]	[•]%	[•]
Comissão de Garantia Firme[4]	[•]	[•]%	[•]
Comissão de Incentivo[5]	[•]	[•]%	[•]
Total de Comissões	**[•]**	**[•]%**	**[•]**
Despesas da Oferta[6]			
Impostos, Taxa e Outras Retenções	[•]	[•]%	[•]
Taxa de Registro na CVM	[•]	[•]%	[•]
Taxa de Registro na B3	[•]	[•]%	[•]
Taxa de Registro na ANBIMA	[•]	[•]%	[•]
Total de Despesas com Taxas	**[•]**	**[•]%**	**[•]**
Despesas com Advogados[7]	[•]	[•]%	[•]
Despesas com Auditores Independentes	[•]	[•]%	[•]
Outras Despesas[8]	[•]	[•]%	[•]
Total de Outras Despesas	**[•]**	**[•]%**	**[•]**
Total de Despesas	**[•]**	**[•]%**	**[•]**
Total de Comissões e Despesas	**[•]**	**[•]%**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa, a qual é meramente indicativa.

(2) Comissão de Coordenação composta de [•]% da remuneração base, aplicada sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações inicialmente ofertada, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação.

(3) Comissão de Colocação composta de [•]% da remuneração base, aplicada sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações inicialmente ofertada, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação.

(4) Comissão de Garantia Firme composta de [•]% da remuneração base, aplicada sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações inicialmente ofertada, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação. Comissão a ser paga exclusivamente aos Coordenadores da Oferta (que prestarão Garantia Firme de Liquidação no âmbito da Oferta) pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, na proporção das Ações (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) ofertada pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores.

(5) A Comissão de Incentivo, conforme descrito pelo Contrato de Distribuição, constitui parte estritamente discricionária da remuneração a ser paga aos Coordenadores da Oferta, que independe de parâmetros objetivos e será paga a exclusivo critério da Companhia e dos Acionistas Vendedores, na proporção de suas Ações alocadas na Oferta, utilizando como parâmetro a sua percepção acerca do resultado da Oferta. A Comissão de Incentivo é de [•]% ([•]), que, conforme descrita no Contrato de Distribuição, será aplicada sobre o valor total da Oferta, neste cenário, incluindo a totalidade das Ações, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar.

(6) Despesas estimadas da Oferta assumidas exclusivamente pela Companhia.

(7) Despesas estimadas dos consultores legais da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, para o direito brasileiro e para o direito dos Estados Unidos.

(8) Incluídos os custos estimados com a apresentação para investidores (*roadshow*) [e consultores].

A tabela abaixo indica as comissões e as despesas da Oferta, assumindo a colocação da totalidade das Ações da Oferta, considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar:

Comissões e Despesas	**Valor total[1]**	**% em relação ao Valor Total da Oferta**	**Custo unitário por Ação**
	(R$)		*(R$)*
Comissões da Oferta			
Comissão de Coordenação[2]	[•]	[•]%	[•]
Comissão de Colocação[3]	[•]	[•]%	[•]
Comissão de Garantia Firme[4]	[•]	[•]%	[•]
Comissão de Incentivo[5]	[•]	[•]%	[•]
Total de Comissões	**[•]**	**[•]%**	**[•]**
Despesas da Oferta[6]			
Impostos, Taxa e Outras Retenções	[•]	[•]%	[•]
Taxa de Registro na CVM	[•]	[•]%	[•]
Taxa de Registro na B3	[•]	[•]%	[•]
Taxa de Registro na ANBIMA	[•]	[•]%	[•]
Total de Despesas com Taxas	**[•]**	**[•]%**	**[•]**
Despesas com Advogados[7]	[•]	[•]%	[•]
Despesas com Auditores Independentes	[•]	[•]%	[•]
Outras Despesas[8]	[•]	[•]%	[•]
Total de Outras Despesas	**[•]**	**[•]%**	**[•]**
Total de Despesas	**[•]**	**[•]%**	**[•]**
Total de Comissões e Despesas	**[•]**	**[•]%**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa, a qual é meramente indicativa.

(2) Comissão de Coordenação composta de [•]% da remuneração base, aplicada sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações inicialmente ofertada, considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação.

(3) Comissão de Colocação composta de [•]% da remuneração base, aplicada sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações inicialmente ofertada, considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação.

(4) Comissão de Garantia Firme composta de [•]% da remuneração base, aplicada sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações inicialmente ofertada, considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação. Comissão a ser paga exclusivamente aos Coordenadores da Oferta (que prestarão Garantia Firme de Liquidação no âmbito da Oferta) pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, na proporção das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) ofertada pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores.

(5) A Comissão de Incentivo, conforme descrito pelo Contrato de Distribuição, constitui parte estritamente discricionária da remuneração a ser paga aos Coordenadores da Oferta, que independe de parâmetros objetivos e será paga a exclusivo critério da Companhia e dos Acionistas Vendedores, na proporção de suas Ações alocadas na Oferta, utilizando como parâmetro a sua percepção acerca do resultado da Oferta. A Comissão de Incentivo é de [•]% ([•]), que, conforme descrita no Contrato de Distribuição, será aplicada sobre o valor total da Oferta, neste cenário, incluindo a totalidade das Ações, considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar.

(6) Despesas estimadas da Oferta assumidas exclusivamente pela Companhia.

(7) Despesas estimadas dos consultores legais da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, para o direito brasileiro e para o direito dos Estados Unidos.

(8) Incluídos os custos estimados com a apresentação para investidores (*roadshow*) [e consultores].

A tabela abaixo indica as comissões e as despesas da Oferta, assumindo a colocação da totalidade das Ações da Oferta, considerando as Ações do Lote Suplementar, mas sem considerar as Ações Adicionais:

Comissões e Despesas	Valor total[1]	% em relação ao Valor Total da Oferta	Custo unitário por Ação
	(R$)		*(R$)*
Comissões da Oferta			
Comissão de Coordenação[2]	[•]	[•]%	[•]
Comissão de Colocação[3]	[•]	[•]%	[•]
Comissão de Garantia Firme[4]	[•]	[•]%	[•]
Comissão de Incentivo[5]	[•]	[•]%	[•]
Total de Comissões	**[•]**	**[•]%**	**[•]**
Despesas da Oferta[6]			
Impostos, Taxa e Outras Retenções	[•]	[•]%	[•]
Taxa de Registro na CVM	[•]	[•]%	[•]
Taxa de Registro na B3	[•]	[•]%	[•]
Taxa de Registro na ANBIMA	[•]	[•]%	[•]
Total de Despesas com Taxas	**[•]**	**[•]%**	**[•]**
Despesas com Advogados[7]	[•]	[•]%	[•]
Despesas com Auditores Independentes	[•]	[•]%	[•]
Outras Despesas[8]	[•]	[•]%	[•]
Total de Outras Despesas	**[•]**	**[•]%**	**[•]**
Total de Despesas	**[•]**	**[•]%**	**[•]**
Total de Comissões e Despesas	**[•]**	**[•]%**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa, a qual é meramente indicativa.

(2) Comissão de Coordenação composta de [•]% da remuneração base, aplicada sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações inicialmente ofertada, considerando as Ações do Lote Suplementar, mas sem considerar as Ações Adicionais; e (ii) o Preço por Ação.

(3) Comissão de Colocação composta de [•]% da remuneração base, aplicada sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações inicialmente ofertada, considerando as Ações do Lote Suplementar, mas sem considerar as Ações Adicionais; e (ii) o Preço por Ação.

(4) Comissão de Garantia Firme composta de [•]% da remuneração base, aplicada sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações inicialmente ofertada, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação. Comissão a ser paga exclusivamente aos Coordenadores da Oferta (que prestarão Garantia Firme de Liquidação no âmbito da Oferta) pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, na proporção das Ações (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) ofertada pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores.

(5) A Comissão de Incentivo, conforme descrito pelo Contrato de Distribuição, constitui parte estritamente discricionária da remuneração a ser paga aos Coordenadores da Oferta, que independe de parâmetros objetivos e será paga a exclusivo critério da Companhia e dos Acionistas Vendedores, na proporção de suas Ações alocadas na Oferta, utilizando como parâmetro a sua percepção acerca do resultado da Oferta. A Comissão de Incentivo é de [•]% ([•]), que, conforme descrita no Contrato de Distribuição, será aplicada sobre o valor total da Oferta, neste cenário, incluindo a totalidade das Ações, considerando as Ações do Lote Suplementar, mas sem considerar as Ações Adicionais.

(6) Despesas estimadas da Oferta assumidas exclusivamente pela Companhia.

(7) Despesas estimadas dos consultores legais da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, para o direito brasileiro e para o direito dos Estados Unidos.

(8) Incluídos os custos estimados com a apresentação para investidores (*roadshow*) [e consultores].

A tabela abaixo indica as comissões e as despesas da Oferta, assumindo a colocação da totalidade das Ações da Oferta, considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar:

Comissões e Despesas	Valor total[1]	% em relação ao Valor Total da Oferta	Custo unitário por Ação
	(R$)		*(R$)*
Comissões da Oferta			
Comissão de Coordenação[2]	[•]	[•]%	[•]
Comissão de Colocação[3]	[•]	[•]%	[•]
Comissão de Garantia Firme[4]	[•]	[•]%	[•]
Comissão de Incentivo[5]	[•]	[•]%	[•]
Total de Comissões	**[•]**	**[•]%**	**[•]**
Despesas da Oferta[6]			
Impostos, Taxa e Outras Retenções	[•]	[•]%	[•]
Taxa de Registro na CVM	[•]	[•]%	[•]
Taxa de Registro na B3	[•]	[•]%	[•]
Taxa de Registro na ANBIMA	[•]	[•]%	[•]
Total de Despesas com Taxas	**[•]**	**[•]%**	**[•]**
Despesas com Advogados[7]	[•]	[•]%	[•]
Despesas com Auditores Independentes	[•]	[•]%	[•]
Outras Despesas[8]	[•]	[•]%	[•]
Total de Outras Despesas	**[•]**	**[•]%**	**[•]**
Total de Despesas	**[•]**	**[•]%**	**[•]**
Total de Comissões e Despesas	**[•]**	**[•]%**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa, a qual é meramente indicativa.

(2) Comissão de Coordenação composta de [•]% da remuneração base, aplicada sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações inicialmente ofertada, considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação.

(3) Comissão de Colocação composta de [•]% da remuneração base, aplicada sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações inicialmente ofertada, considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação.

(4) Comissão de Garantia Firme composta de [•]% da remuneração base, aplicada sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações inicialmente ofertada, considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação. Comissão a ser paga exclusivamente aos Coordenadores da Oferta (que prestarão Garantia Firme de Liquidação no âmbito da Oferta) pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, na proporção das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) ofertada pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores.

(5) A Comissão de Incentivo, conforme descrito pelo Contrato de Distribuição, constitui parte estritamente discricionária da remuneração a ser paga aos Coordenadores da Oferta, que independe de parâmetros objetivos e será paga a exclusivo critério da Companhia e dos Acionistas Vendedores, na proporção de suas Ações alocadas na Oferta, utilizando como parâmetro a sua percepção acerca do resultado da Oferta. A Comissão de Incentivo é de [•]% ([•]), que, conforme descrita no Contrato de Distribuição, será aplicada sobre o valor total da Oferta, neste cenário, incluindo a totalidade das Ações, considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar.

(6) Despesas estimadas da Oferta assumidas exclusivamente pela Companhia.

(7) Despesas estimadas dos consultores legais da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, para o direito brasileiro e para o direito dos Estados Unidos.

(8) Incluídos os custos estimados com a apresentação para investidores (*roadshow*) [e consultores].

Para fins da Instrução CVM 400 e do artigo 3º do Anexo II do Código ANBIMA, não há outra remuneração devida pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores às Instituições Participantes da Oferta ou aos Agentes de Colocação Internacional, exceto pela remuneração descrita acima e pelos ganhos decorrentes da atividade de estabilização, bem como não existe nenhum outro tipo de remuneração que dependa do Preço por Ação.

Estabilização do Preço das Ações

O Agente Estabilizador, por intermédio da Corretora, poderá, a seu exclusivo critério, conduzir atividades de estabilização de preço das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, a partir da data de assinatura do Contrato de Distribuição, inclusive, e por um período de até 30 dias contados da data de início de negociação das Ações na B3, inclusive, por meio de operações bursáteis de compra e venda de ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, observadas as disposições legais aplicáveis e o disposto no Contrato de Estabilização, o qual foi previamente submetido à análise e aprovação da B3 e da CVM, nos termos do artigo 23, parágrafo 3°, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM 476.

Não existe obrigação, por parte do Agente Estabilizador ou da Corretora, de realizar operações de estabilização e, uma vez iniciadas, tais operações poderão ser descontinuadas a qualquer momento, observadas as disposições do Contrato de Estabilização. Assim, o Agente Estabilizador e a Corretora poderão escolher livremente as datas em que realizarão as operações de compra e venda das ações ordinárias de emissão da Companhia no âmbito das atividades de estabilização, não estando obrigados a realizá-las em todos os dias ou em qualquer data específica, podendo, inclusive, interrompê-las e retomá-las a qualquer momento, a seu exclusivo critério.

A partir da divulgação do Anúncio de Início, o Contrato de Estabilização estará disponível para consulta e obtenção de cópias junto ao Agente Estabilizador e à CVM, nos endereços físicos indicados na seção "Informações Sobre a Oferta – Informações Adicionais" na página 71 deste Prospecto.

Características das Ações

As Ações conferirão a seus titulares os mesmos direitos, vantagens e restrições conferidos aos atuais titulares de ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos previstos no Estatuto Social, na Lei das Sociedades por Ações e no Regulamento do Novo Mercado, conforme vigentes nesta data, dentre os quais se incluem os seguintes:

(a) direito de voto nas assembleias gerais da Companhia, sendo que cada ação ordinária de emissão da Companhia corresponde a um voto;

(b) observadas as disposições aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, direito ao recebimento de dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício social, não inferior a 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, e dividendos adicionais e demais proventos de qualquer natureza eventualmente distribuídos por deliberação de assembleia geral ou pelo Conselho de Administração, conforme aplicável, que a Companhia vier a declarar a partir da data de divulgação do Anúncio de Início;

(c) direito de alienar as ações ordinárias de emissão da Companhia, nas mesmas condições asseguradas aos acionistas controladores da Companhia, no caso de alienação, direta ou indireta, a título oneroso do controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, observadas as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhe assegurar tratamento igualitário àquele dado aos acionistas controladores (*tag along*);

(d) direito de alienar as ações ordinárias de emissão da Companhia em oferta pública de aquisição de ações a ser realizada pela Companhia ou pelos acionistas controladores da Companhia, em caso de cancelamento do registro de companhia aberta ou de cancelamento de listagem das ações ordinárias de emissão da Companhia no Novo Mercado (salvo hipóteses de dispensa previstas no Regulamento do Novo Mercado), pelo seu valor justo, apurado mediante laudo de avaliação elaborado por instituição ou empresa especializada, de acordo com os critérios estabelecidos no artigo 4º, parágrafo 4º da Lei das Sociedades por Ações, bem como nos critérios aceitos pela CVM;

(e) no caso de liquidação da Companhia, os acionistas terão direito de participar do acervo da Companhia, na proporção da sua participação no capital social, nos termos do artigo 109, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações;

(f) direito de preferência na subscrição de novas ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição emitidos pela Companhia, conforme conferido pelo artigo 109, inciso IV, e artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações;

(g) direito integral ao recebimento de dividendos e demais distribuições pertinentes às ações ordinárias de emissão da Companhia que vierem a ser declarados pela Companhia a partir da divulgação do Anúncio de Início; e

(h) todos os demais direitos assegurados às ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos previstos no Regulamento do Novo Mercado, no Estatuto Social da Companhia e na Lei das Sociedades por Ações.

Para mais informações sobre os direitos, vantagens e restrições das ações ordinárias de emissão da Companhia, veja a seção "18. Valores Mobiliários" do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto.

Público Alvo da Oferta

As Instituições Participantes da Oferta efetuarão a colocação das Ações para (i) Investidores de Varejo, em conformidade com os procedimentos previstos para a Oferta de Varejo, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta de Varejo; (ii) Investidores do Segmento Private, em conformidade com os procedimentos previstos para a Oferta do Segmento Private, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta de Segmento Private; e (iii) Investidores Institucionais, no âmbito da Oferta Institucional.

Procedimento da Oferta

Após a divulgação do Aviso ao Mercado, bem como sua nova divulgação (com os logotipos das Instituições Consorciadas), a disponibilização deste Prospecto, incluindo o Formulário de Referência anexo a este Prospecto, bem como de seus eventuais aditamentos e/ou suplementos, o encerramento do Período de Reserva e do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, a concessão do registro da Companhia como emissora de valores mobiliários sob a categoria "A" pela CVM, a celebração do Contrato de Distribuição e do Contrato de Distribuição Internacional e o cumprimento das condições suspensivas neles previstas, a concessão dos registros da Oferta pela CVM, a divulgação do Anúncio de Início e a disponibilização do Prospecto Definitivo, as Instituições Participantes da Oferta realizarão a distribuição pública das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) em regime de Garantia Firme de Liquidação, e observado o esforço de dispersão acionária previsto no Regulamento do Novo Mercado, por meio de duas ofertas distintas, quais sejam: (i) uma oferta destinada aos Investidores Não Institucionais ("**Oferta Não Institucional**"); e (ii) uma oferta destinada aos Investidores Institucionais ("**Oferta Institucional**"), conforme descritas a seguir.

Oferta Não Institucional:

No contexto da Oferta Não Institucional e considerando que a Companhia deve envidar melhores esforços para atingir a dispersão acionária prevista no Regulamento do Novo Mercado, o montante de, no mínimo, [•]% e, no máximo, [•]% da totalidade das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), a critério dos Coordenadores da Oferta, da Companhia e dos Acionistas Vendedores, será destinado prioritariamente à colocação pública junto a Investidores Não Institucionais que realizarem Pedido de Reserva, nos termos do artigo 12 do Regulamento do Novo Mercado, de acordo com as condições ali previstas e o procedimento abaixo indicado, por meio de (i) uma Oferta de Varejo, destinada aos Investidores de Varejo; e (ii) uma Oferta do Segmento Private, destinada aos Investidores do Segmento Private.

Os Investidores Não Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas poderão realizar Pedido de Reserva durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, sendo que aqueles Investidores Não Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas que não realizarem seus Pedidos de Reserva durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas terão seus Pedidos de Reserva cancelados em caso de excesso de demanda superior a 1/3 à quantidade de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400. Investidores Não Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas que realizarem seus Pedidos de Reserva no Período de Reserva para Pessoas Vinculadas não terão seus Pedidos de Reserva cancelados, mesmo no caso de excesso de demanda superior a 1/3 das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar).

A Oferta Não Institucional será realizada exclusivamente junto a Investidores Não Institucionais que realizarem solicitações de reserva antecipada mediante o preenchimento do Pedido de Reserva junto a uma única Instituição Consorciada durante o Período de Reserva, de acordo com as condições e procedimentos descritos abaixo.

Os Investidores Não Institucionais deverão realizar a integralização/liquidação das Ações mediante o pagamento à vista, em moeda corrente nacional, em recursos imediatamente disponíveis, de acordo com os procedimentos descritos abaixo.

Nos termos do artigo 85, §2º, da Lei das Sociedades por Ações e da Deliberação da CVM nº 860, de 22 de julho de 2020 ("**Deliberação CVM 860**"), a subscrição/aquisição das Ações será formalizada mediante assinatura/atesto de aceite do documento de aceitação da Oferta, que conterá os requisitos previstos na Deliberação CVM 860, tendo sido dispensada a apresentação do boletim de subscrição/contrato de compra e venda.

Recomenda-se aos Investidores Não Institucionais interessados na realização de Pedido de Reserva que (i) leiam cuidadosamente os termos e condições estipulados no Pedido de Reserva, especialmente no que se refere aos procedimentos relativos à liquidação da Oferta e as informações constantes neste Prospecto Preliminar e no Formulário de Referência, em especial as seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações" deste Prospecto Preliminar, bem como a seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência; (ii) verifiquem com a Instituição Consorciada de sua preferência, antes de realizar o seu Pedido de Reserva, se essa, a seu exclusivo critério, exigirá (a) a abertura ou atualização de conta e/ou cadastro, e/ou (b) a manutenção de recursos em conta corrente nela aberta e/ou mantida, para fins de garantia do Pedido de Reserva; (iii) verifiquem com a Instituição Consorciada de sua preferência, antes de realizar o seu Pedido de Reserva, a possibilidade de débito antecipado da reserva por parte da Instituição Consorciada; e (iv) entrem em contato com a Instituição Consorciada de sua preferência para obter informações mais detalhadas sobre o prazo estabelecido pela Instituição Consorciada para a realização do Pedido de Reserva ou, se for o caso, para a realização do cadastro na Instituição Consorciada, tendo em vista os procedimentos operacionais adotados por cada Instituição Consorciada.

Oferta de Varejo

O montante de, no mínimo, 10% e, no máximo, 20% das Ações ofertadas no âmbito da Oferta (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, será destinado à colocação pública para Investidores de Varejo, conforme disposto a seguir:

(i) o montante de, no mínimo, [•]% e no máximo [•]% das Ações ofertadas no âmbito da Oferta (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), será destinado à colocação pública para Investidores de Varejo Com Alocação Prioritária ("**Oferta de Varejo Com Alocação Prioritária**"), sendo certo que, caso haja demanda de Investidores de Varejo Com Alocação Prioritária *(a)* de até [•]% do total das Ações ofertadas no âmbito da Oferta (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), tais pedidos serão integralmente atendidos e terão alocação garantida; e *(b)* superior a [•]% do total das Ações ofertadas no âmbito da Oferta (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) e desde que o montante mínimo estipulado para a Oferta de Varejo Sem Alocação Prioritária tenha sido atendido, a alocação entre tais Investidores de Varejo com Alocação Prioritária será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, observado que, nesse caso, poderá haver Rateio da Oferta de Varejo Com Alocação Prioritária. Caso não haja demanda suficiente para suprir a alocação mínima reservada para a Oferta do Segmento Private Com Alocação Prioritária, o montante máximo da Oferta de Varejo Com Alocação Prioritária poderá ser aumentado; e

(ii) o montante de, no mínimo, [•]% e no máximo [•]% das Ações ofertadas no âmbito da Oferta (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), será destinado à colocação pública para Investidores de Varejo Sem Alocação Prioritária ("**Oferta de Varejo Sem Alocação Prioritária**" e, em conjunto com a Oferta de Varejo Com Alocação Prioritária, a "**Oferta de Varejo**"), sendo certo que, caso haja demanda de Investidores de Varejo Sem Alocação Prioritária *(a)* de até [•]% do total das Ações ofertadas no âmbito da Oferta (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), tais pedidos serão integralmente atendidos e terão alocação garantida; e *(b)* superior a [•] % do total das Ações ofertadas no âmbito da Oferta (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), a alocação será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, observado que, neste caso, poderá haver Rateio da Oferta de Varejo Sem Alocação Prioritária.

A Oferta de Varejo será realizada exclusivamente junto a Investidores de Varejo que realizarem Pedido de Reserva junto a uma única Instituição Consorciada, durante o Período de Reserva, ou, no caso de Investidores de Varejo que sejam Pessoas Vinculadas, durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta de Varejo, observado o disposto neste item.

Os Pedidos de Reserva poderão ser efetuados pelos Investidores de Varejo de maneira irrevogável e irretratável, exceto pelo disposto nas alíneas (a), (b) e (d) abaixo e nas seções "Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta", "Suspensão ou Cancelamento da Oferta" e "Violações de Normas de Conduta" nas páginas 62, 64 e 67, respectivamente, deste Prospecto, observadas as condições do próprio instrumento de Pedido de Reserva, de acordo com as seguintes condições:

(a) durante o Período de Reserva e o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme aplicável, cada um dos Investidores de Varejo interessados em participar da Oferta de Varejo deverá realizar a reserva de Ações, mediante o preenchimento do Pedido de Reserva junto a uma única Instituição Consorciada, nos termos da Deliberação CVM 476, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta de Varejo, sendo que tais Investidores de Varejo poderão estipular, no Pedido de Reserva, como condição de eficácia de seu Pedido de Reserva, um preço máximo por Ação, conforme previsto no artigo 45, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400, sem necessidade de posterior confirmação. Caso o Investidor de Varejo estipule um preço máximo por Ação no Pedido de Reserva abaixo do Preço por Ação, o seu Pedido de Reserva será automaticamente cancelado pela respectiva Instituição Consorciada, sendo os valores eventualmente depositados devolvidos, no prazo máximo de 3 dias úteis contados da divulgação do Anúncio de Início, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada);

(b) os Investidores de Varejo que tenham interesse em participar da Oferta de Varejo Com Alocação Prioritária deverão, necessariamente, indicar no Pedido de Reserva que estão de acordo com o *Lock-up* Oferta de Varejo (conforme definido abaixo), sob pena de serem considerados Investidores de Varejo Sem Alocação Prioritária e não participarem da Oferta de Varejo Com Alocação Prioritária;

(c) **os Investidores de Varejo deverão indicar, obrigatoriamente, no respectivo Pedido de Reserva, a sua qualidade ou não de Pessoa Vinculada, sob pena de seu Pedido de Reserva ser cancelado pela respectiva Instituição Consorciada**. Caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 à quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), será vedada a colocação de Ações junto a Investidores de Varejo que sejam Pessoas Vinculadas, com exceção daqueles realizados durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, sendo os Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente cancelados, e os valores depositados devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada), no prazo máximo de 3 dias úteis contados do pedido de cancelamento do respectivo Pedido de Reserva;

(d) após a concessão dos registros da Oferta pela CVM, a quantidade de Ações subscritas/adquiridas e o respectivo valor do investimento dos Investidores de Varejo serão informados a cada Investidor de Varejo até as 12:00 horas do dia útil imediatamente seguinte à data de divulgação do Anúncio de Início pela Instituição Consorciada que houver recebido o respectivo Pedido de Reserva, por meio de mensagem enviada ao endereço eletrônico fornecido no Pedido de Reserva ou, na sua ausência, por telefone, fac-símile ou correspondência, sendo o pagamento a ser feito de acordo com a alínea (e) abaixo limitado ao valor do Pedido de Reserva e ressalvada a possibilidade de Rateio Varejo;

(e) cada Investidor de Varejo deverá efetuar o pagamento do valor indicado na alínea (d) acima junto à Instituição Consorciada com que tenha realizado o respectivo Pedido de Reserva, à vista, em moeda corrente nacional, em recursos imediatamente disponíveis, até as 10:30 horas da Data de Liquidação. Não havendo pagamento pontual, a Instituição Consorciada junto à qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado irá garantir a liquidação por parte do Investidor de Varejo e o Pedido de Reserva será automaticamente cancelado por tal Instituição Consorciada;

(f) até as 16:00 horas da Data de Liquidação, a B3, em nome de cada Instituição Consorciada junto à qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado, entregará a cada Investidor de Varejo o número de Ações correspondente à relação entre o valor do investimento pretendido constante do Pedido de Reserva e o Preço por Ação, desde que efetuado o pagamento previsto acima, ressalvadas as possibilidades de desistência e cancelamento previstas nas alíneas (a), (c) e (e) acima e nas seções "Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta", "Suspensão ou Cancelamento da Oferta" e "Violações de Normas de Conduta" nas páginas 62, 64 e 67, respectivamente, deste Prospecto e a possibilidade de Rateio Varejo prevista na alínea (h) abaixo. Caso tal relação resulte em fração de Ação, o valor do investimento será limitado ao valor correspondente ao maior número inteiro de Ações, desprezando-se a referida fração;

(g) caso o total de Ações da Oferta de Varejo objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo Com Alocação Prioritária (i) seja igual ou inferior ao montante de Ações destinada à Oferta de Varejo Com Alocação Prioritária, não haverá Rateio da Oferta de Varejo Com Alocação Prioritária, sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo Com Alocação Prioritária, de modo que as Ações destinadas à Oferta de Varejo Com Alocação Prioritária remanescentes, se houver, serão destinadas aos Investidores de Varejo Sem Alocação Prioritária; ou (b) exceda o total de Ações destinadas à Oferta de Varejo Com Alocação Prioritária, será realizado rateio entre os respectivos Investidores de Varejo Com Alocação Prioritária que apresentarem Pedido de Reserva proporcionalmente ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações ("**Rateio da Oferta de Varejo Com Alocação Prioritária**"); e

(h) caso o total de Ações destinadas à Oferta de Varejo Sem Alocação Prioritária (após a Oferta de Varejo Com Alocação Prioritária) objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo Sem Alocação Prioritária (a) seja igual ou inferior ao montante de Ações destinadas à Oferta de Varejo Sem Alocação Prioritária (após a Oferta de Varejo Com Alocação Prioritária), não haverá Rateio da Oferta de Varejo Sem Alocação Prioritária, sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo Sem Alocação Prioritária, de modo que as Ações destinadas à Oferta de Varejo Sem Alocação Prioritária remanescentes, se houver, serão destinadas aos Investidores Institucionais; ou (b) exceda o total de Ações destinadas à Oferta de Varejo Sem Alocação Prioritária (após a Oferta de Varejo Com Alocação Prioritária), será realizado rateio entre os respectivos Investidores de Varejo Sem Alocação Prioritária que apresentarem Pedido de Reserva proporcionalmente ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações ("**Rateio da Oferta de Varejo Sem Alocação Prioritária**" e, em conjunto com o Rateio da Oferta de Varejo Com Alocação Prioritária, "**Rateio Varejo**");

(i) caso haja Rateio Varejo, os valores depositados em excesso serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada), no prazo máximo de 3 dias úteis contados da Data de Liquidação; e

(j) a critério dos Coordenadores da Oferta, da Companhia e dos Acionistas Vendedores, a quantidade de Ações destinadas a Investidores de Varejo poderá ser aumentada para que os pedidos excedentes dos Investidores de Varejo possam ser total ou parcialmente atendidos, sendo que, no caso de atendimento parcial, será observado o Rateio Varejo descrito acima.

Lock-up* Oferta de Varejo.** Os Investidores de Varejo Com Alocação Prioritária que indicarem no Pedido de Reserva que estão de acordo com o *Lock-up* Oferta de Varejo e adquirirem Ações no âmbito da Oferta de Varejo Com Alocação Prioritária não poderão, pelo prazo de [•] dias contados da data de divulgação do Anúncio de Início, oferecer, vender, alugar (emprestar), contratar a venda, dar em garantia ou ceder ou alienar de outra forma ou a qualquer título, tais Ações ("Lock-up* Oferta de Varejo**"). Dessa forma, como condição para a participação na Oferta de Varejo Com Alocação Prioritária, cada Investidor de Varejo Com Alocação Prioritária, ao realizar seu Pedido de Reserva, estará autorizando seu agente de custódia na Central Depositária gerida pela B3 a depositar tais Ações para a carteira mantida pela Central Depositária gerida pela B3 exclusivamente para este fim. Em qualquer hipótese, tais Ações ficarão bloqueadas na Central Depositária gerida pela B3 até o encerramento do *Lock-up* Oferta de Varejo. Não obstante o *Lock-up* Oferta de Varejo, as Ações adquiridas no âmbito da Oferta de Varejo Com Alocação Prioritária poderão ser outorgadas em garantia da Câmara de Compensação e Liquidação da B3, caso as Ações venham a ser consideradas elegíveis para depósito de garantia, de acordo com os normativos da B3, independentemente das restrições mencionadas acima. Neste caso, a Câmara de Compensação e Liquidação da B3 estará autorizada a desbloquear as Ações adquiridas no âmbito da Oferta de Varejo Com Alocação Prioritária que foram depositadas em garantia para fins de excussão da garantia, nos termos dos normativos da B3.

Caso o preço de mercado das Ações venha a cair e/ou os Investidores de Varejo Com Alocação Prioritária por quaisquer motivos venham a precisar de liquidez durante o período de *Lock-up* Oferta de Varejo e tendo em vista a impossibilidade de oferecer, vender, alugar (emprestar), contratar a venda, dar em garantia ou ceder ou alienar de outra forma ou a qualquer título tais Ações, referidas restrições poderão causar-lhes perdas. Para maiores informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Os Investidores do Segmento Private e os Investidores de Varejo que se comprometerem a observar o *Lock-up* Oferta do Segmento Private e o *Lock-up* Oferta de Varejo, respectivamente, diante da impossibilidade de transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta, poderão incorrer em perdas em determinadas situações" na página 79 deste Prospecto.

Oferta do Segmento Private

O montante de, no mínimo, [•]% das Ações e no máximo [•]% do total das Ações ofertadas no âmbito da Oferta (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, será destinado à colocação pública no âmbito da oferta para Investidores do Segmento Private que realizarem seus investimentos de forma direta, sendo certo que:

(i) o montante de, no mínimo, [•]% e no máximo [•]% do total das Ações ofertadas no âmbito da Oferta (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), será destinado à colocação pública para os Investidores do Segmento Private Com Alocação Prioritária ("**Oferta do Segmento Private Com Alocação Prioritária**"), sendo certo que, caso haja demanda de Investidores do Segmento Private Com Alocação Prioritária *(a)* de até [•]% do total das Ações ofertadas no âmbito da Oferta (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), tais pedidos serão integralmente atendidos e terão alocação garantida; e *(b)* superior a [•]% do total das Ações ofertadas no âmbito da Oferta (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), e desde que o montante mínimo estipulado para a Oferta do Segmento Private Sem Alocação Prioritária tenha sido atendido, a alocação, será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, observado que, nesse caso, haverá Rateio da Oferta do Segmento Private Com Alocação Prioritária. [Caso não haja demanda suficiente para suprir a alocação mínima reservada para a Oferta do Segmento Private Com Alocação Prioritária, poderá haver a realocação das Ações remanescentes da Oferta do Segmento Private Com Alocação Prioritária também para a Oferta de Varejo Com Alocação Prioritária]; e

(ii) o montante de, no mínimo, [•]% e no máximo [•]% do total das Ações ofertadas no âmbito da Oferta (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), será destinado à colocação pública para os Investidores do Segmento Private Sem Alocação Prioritária ("**Oferta do Segmento Private Sem Alocação Prioritária**" e, em conjunto com a Oferta do Segmento Private Com Alocação Prioritária, a "**Oferta do Segmento Private**"), sendo certo que, caso haja demanda de Investidores do Segmento Private Sem Alocação Prioritária *(a)* de até [•]% do total das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), tais pedidos serão atendidos e terão alocação garantida; e *(b)* superior a [•]% do total das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), a alocação será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, observado que, neste caso, poderá haver Rateio da Oferta de Varejo Sem Alocação Prioritária.

A Oferta do Segmento Private será realizada exclusivamente junto a Investidores do Segmento Private que realizarem Pedido de Reserva junto a uma única Instituição Consorciada, durante o Período de Reserva, ou, no caso de Investidores do Segmento Private que sejam Pessoas Vinculadas, durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta do Segmento Private, observado o disposto neste item.

Os Pedidos de Reserva poderão ser efetuados pelos Investidores do Segmento Private de maneira irrevogável e irretratável, exceto pelo disposto nas alíneas (a), (c) e (e) abaixo e nas seções "Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta", "Suspensão ou Cancelamento da Oferta" e "Violações de Normas de Conduta" nas páginas 62, 64 e 67, respectivamente, deste Prospecto, observadas as condições do próprio instrumento de Pedido de Reserva, de acordo com as seguintes condições:

(a) durante o Período de Reserva e o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme aplicável, cada um dos Investidores do Segmento Private interessados em participar da Oferta do Segmento Private deverá realizar a reserva de Ações, mediante o preenchimento do Pedido de Reserva junto a uma única Instituição Consorciada, nos termos da Deliberação CVM 476, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta do Segmento Private, sendo que tais Investidores do Segmento Private poderão estipular, no Pedido de Reserva, como condição de eficácia de seu Pedido de Reserva, um preço máximo por Ação, conforme previsto no artigo 45, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400, sem necessidade de posterior confirmação. Caso o Investidor do Segmento Private estipule um preço máximo por Ação no Pedido de Reserva abaixo do Preço por Ação, o seu Pedido de Reserva será automaticamente cancelado pela respectiva Instituição Consorciada, sendo os valores eventualmente depositados devolvidos, no prazo máximo de 3 dias úteis contados da divulgação do Anúncio de Início, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada);

(b) os Investidores do Segmento Private que tenham interesse em participar diretamente da Oferta do Segmento Private Com Alocação Prioritária deverão, necessariamente, indicar no Pedido de Reserva que estão de acordo com o *Lock-up* Oferta do Segmento Private, sob pena de serem considerados Investidores do Segmento Private Sem Alocação Prioritária e não participarem da Oferta do Segmento Private Com Alocação Prioritária;

(c) **os Investidores do Segmento Private deverão indicar, obrigatoriamente, no respectivo Pedido de Reserva, a sua qualidade ou não de Pessoa Vinculada, sob pena de seu Pedido de Reserva ser cancelado pela respectiva Instituição Consorciada.** Caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 à quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), será vedada a colocação de Ações junto a Investidores do Segmento Private que sejam Pessoas Vinculadas, com exceção daqueles realizados durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, sendo os Pedidos de Reserva realizados por Investidores do Segmento Private que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente cancelados, e os valores depositados devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada), no prazo máximo de 3 dias úteis contados do pedido de cancelamento do respectivo Pedido de Reserva;

(d) após a concessão dos registros da Oferta pela CVM, a quantidade de Ações subscritas/adquiridas e o respectivo valor do investimento dos Investidores do Segmento Private serão informados a cada Investidor do Segmento Private até às 12:00 horas do dia útil imediatamente seguinte à data de divulgação do Anúncio de Início pela Instituição Consorciada que houver recebido o respectivo Pedido de Reserva, por meio de mensagem enviada ao endereço eletrônico fornecido no Pedido de Reserva ou, na sua ausência, por telefone, fac-símile ou correspondência, sendo o pagamento a ser feito de acordo com a alínea (e) abaixo limitado ao valor do Pedido de Reserva e ressalvada a possibilidade de Rateio da Oferta do Segmento Private;

(e) cada Investidor do Segmento Private deverá efetuar o pagamento do valor indicado na alínea (d) acima junto à Instituição Consorciada com que tenha realizado o respectivo Pedido de Reserva, à vista, em moeda corrente nacional, em recursos imediatamente disponíveis, até as 10:30 horas da Data de Liquidação (conforme definida na página 46 deste Prospecto). Não havendo pagamento pontual, a Instituição Consorciada junto à qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado irá garantir a liquidação por parte do Investidor do Segmento Private e o Pedido de Reserva será automaticamente cancelado por tal Instituição Consorciada;

(f) até as 16:00 horas da Data de Liquidação, a B3, em nome de cada Instituição Consorciada junto à qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado, entregará a cada Investidor do Segmento Private o número de Ações correspondente à relação entre o valor do investimento pretendido constante do Pedido de Reserva e o Preço por Ação, desde que efetuado o pagamento previsto acima, ressalvadas as possibilidades de desistência e cancelamento previstas nas alíneas (a), (c) e (e) acima e nas seções "Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta", "Suspensão ou Cancelamento da Oferta" e "Violações de Normas de Conduta" nas páginas 62, 64 e 67, respectivamente, deste Prospecto e a possibilidade de Rateio da Oferta do Segmento Private. Caso tal relação resulte em fração de Ação, o valor do investimento será limitado ao valor correspondente ao maior número inteiro de Ações, desprezando-se a referida fração;

(g) caso o total de Ações objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores do Segmento Private (i) seja igual ou inferior ao montante de Ações destinadas à Oferta do Segmento Private Com Alocação Prioritária, não haverá Rateio da Oferta do Segmento Private Com Alocação Prioritária, sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores do Segmento Private Com Alocação Prioritária, de modo que as Ações remanescentes, se houver, serão destinadas conforme ordem de prioridade estabelecida neste Prospecto[, podendo também ser destinadas à Oferta de Varejo Com Alocação Prioritária]; ou (ii) exceda o total de Ações destinadas à Oferta do Segmento Private Com Alocação Prioritária, será realizado rateio entre os respectivos Investidores do Segmento Private Com Alocação Prioritária que apresentarem Pedido de Reserva proporcionalmente ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações ("**Rateio da Oferta do Segmento Private Com Alocação Prioritária**");

(h) caso o total de Ações objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores do Segmento Private (i) seja igual ou inferior ao montante de Ações destinado à Oferta do Segmento Private Sem Alocação Prioritária, não haverá Rateio da Oferta do Segmento Private Sem Alocação Prioritária, sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores do Segmento Private Sem Alocação Prioritária, de modo que as Ações remanescentes, se houver, serão destinadas conforme ordem de prioridade estabelecida neste Prospecto; ou (ii) exceda o total de Ações destinadas à Oferta do Segmento Private Sem Alocação Prioritária, será realizado rateio entre os respectivos Investidores do Segmento Private Sem Alocação Prioritária que apresentarem Pedido de Reserva proporcionalmente ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações ("**Rateio da Oferta do Segmento Private Sem Alocação Prioritária**" e, em conjunto com o Rateio da Oferta do Segmento Private Com Alocação Prioritária, "**Rateio da Oferta do Segmento Private**").

(i) Caso haja Rateio da Oferta do Segmento Private, os valores depositados em excesso serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada), no prazo máximo de 3 dias úteis contados da Data de Liquidação; e

(j) a critério dos Coordenadores da Oferta, da Companhia e dos Acionistas Vendedores, a quantidade de Ações destinadas a Investidores do Segmento Private poderá ser aumentada para que os pedidos excedentes dos Investidores do Segmento Private possam ser total ou parcialmente atendidos, sendo que, no caso de atendimento parcial, será observado o Rateio da Oferta do Segmento Private descrito acima.

Lock-up* Oferta do Segmento Private.** Os Investidores do Segmento Private Com Alocação Prioritária que indicarem no Pedido de Reserva que estão de acordo com o *Lock-up* Oferta do Segmento Private e adquirirem Ações no âmbito da Oferta do Segmento Private Com Alocação Prioritária não poderão, pelo prazo de [•] dias contados da data de divulgação do Anúncio de Início, oferecer, vender, alugar (emprestar), contratar a venda, dar em garantia ou ceder ou alienar de outra forma ou a qualquer título, tais Ações ("Lock-up* Oferta do Segmento Private**"). Dessa forma, como condição para a participação na Oferta do Segmento Private Com Alocação Prioritária, cada Investidor do Segmento Private Com Alocação Prioritária, ao realizar seu Pedido de Reserva, estará autorizando seu agente de custódia na Central Depositária gerida pela B3 a depositar tais Ações para a carteira mantida pela Central Depositária gerida pela B3 exclusivamente para este fim. Em qualquer hipótese, tais Ações ficarão bloqueadas na Central Depositária gerida pela B3 até o encerramento do *Lock-up* Oferta do Segmento Private. Não obstante o *Lock-up* Oferta do Segmento Private, as Ações adquiridas no âmbito da Oferta do Segmento Private Com Alocação Prioritária poderão ser outorgadas em garantia da Câmara de Compensação e Liquidação da B3, caso as Ações venham a ser consideradas elegíveis para depósito de garantia, de acordo com os normativos da B3, independentemente das restrições mencionadas acima. Neste caso, a Câmara de Compensação e Liquidação da B3 estará autorizada a desbloquear as Ações adquiridas no âmbito da Oferta do Segmento Private que foram depositadas em garantia para fins de excussão da garantia, nos termos dos normativos da B3.

Caso o preço de mercado das Ações venha a cair e/ou os Investidores do Segmento Private por quaisquer motivos venham a precisar de liquidez durante o período de *Lock-up* Oferta do Segmento Private aplicável e tendo em vista a impossibilidade das Ações subscritas/adquiridas no âmbito da Oferta do Segmento Private serem transferidas, emprestadas, oneradas, dadas em garantia ou permutadas, de forma direta ou indireta, tais restrições poderão causar-lhes perdas. Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Os Investidores do Segmento Private e os Investidores de Varejo que se comprometerem a observar o *Lock-up* Oferta do Segmento Private e o *Lock-up* Oferta de Varejo, respectivamente, diante da impossibilidade de transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta, poderão incorrer em perdas em determinadas situações", na página 79 deste Prospecto.

Oferta Institucional

A Oferta Institucional será realizada exclusivamente pelos Coordenadores da Oferta e pelos Agentes de Colocação Internacional junto a Investidores Institucionais.

Após o atendimento dos Pedidos de Reserva, nos termos da Oferta Não Institucional, as Ações remanescentes que não forem colocadas na Oferta Não Institucional serão destinadas à colocação junto a Investidores Institucionais, por meio dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional, não sendo admitidas para tais Investidores Institucionais reservas antecipadas e não sendo estipulados valores mínimo ou máximo de investimento, uma vez que cada Investidor Institucional deverá assumir a obrigação de verificar se está cumprindo com os requisitos para participar da Oferta Institucional, para então apresentar suas intenções de investimento durante o Procedimento de *Bookbuilding*.

Caso o número de Ações objeto de ordens de investimento recebidas de Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding*, na forma do artigo 44 da Instrução CVM 400, exceda o total de Ações remanescentes após o atendimento dos Pedidos de Reserva, nos termos e condições descritos acima, terão prioridade no atendimento de suas respectivas ordens os Investidores Institucionais que, a critério da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, levando em consideração o disposto no plano de distribuição, nos termos do artigo 33, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400, melhor atendam ao objetivo da Oferta de criar uma base diversificada de acionistas, formada por Investidores Institucionais com diferentes critérios de avaliação sobre as perspectivas da Companhia, seu setor de atuação e a conjuntura macroeconômica brasileira e internacional.

Até as 16:00 horas do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação do Anúncio de Início, os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional informarão aos Investidores Institucionais, por meio de seu endereço eletrônico, ou, na sua ausência, por telefone, fac-símile ou correspondência, sobre a quantidade de Ações que cada um deverá subscrever/adquirir e o Preço por Ação. A entrega das Ações deverá ser efetivada na Data de Liquidação, mediante a integralização/liquidação à vista, em moeda corrente nacional, em recursos imediatamente disponíveis, do valor resultante do Preço por Ação multiplicado pela quantidade de Ações objeto das respectivas ordens de investimento, em conformidade com os procedimentos previstos no Contrato de Distribuição.

Nos termos do artigo 85, §2º, da Lei das Sociedades por Ações e da Deliberação CVM 860, a subscrição/aquisição das Ações será formalizada mediante assinatura/atesto de aceite do documento de aceitação da Oferta, que conterá os requisitos previstos na Deliberação CVM 860, tendo sido dispensada a apresentação do boletim de subscrição/contrato de compra e venda. As Ações que forem objeto de esforços de colocação no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional, junto a Investidores Estrangeiros, serão obrigatoriamente subscritas/adquiridas e integralizadas/liquidadas no Brasil junto aos Coordenadores da Oferta, em moeda corrente nacional por meio dos mecanismos previstos na Resolução CMN 4.373 e na Instrução CVM 560, ou na Lei 4.131.

Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta

A Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta poderão requerer que a CVM autorize a modificação ou a revogação da Oferta caso ocorram alterações posteriores, relevantes e inesperadas nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro da Oferta ou que o fundamente, que resultem em um aumento relevante nos riscos assumidos pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores e inerentes à própria Oferta.

Além disso, caso (i) seja verificada divergência relevante entre as informações constantes do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelos investidores, ou as suas decisões de investimento, nos termos do artigo 45, parágrafo 4°, da Instrução CVM 400; (ii) a Oferta seja suspensa, nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400; (iii) a Oferta seja modificada, nos termos dos artigos 25 e 27 da Instrução CVM 400; e/ou (iv) o Preço por Ação seja inferior ao resultado da subtração entre o valor mínimo previsto na Faixa Indicativa, e o valor correspondente a 20% do valor máximo previsto na Faixa Indicativa, nos termos do artigo 4°, do Anexo II, do Código ANBIMA e do Ofício Circular ("**Evento de Fixação de Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa**"), os Investidores Não Institucionais poderão desistir dos respectivos Pedidos de Reserva, sem quaisquer ônus, devendo, para tanto, informar sua decisão à Instituição Consorciada ou ao Coordenador da Oferta que tenha recebido seus respectivos Pedidos de Reserva (por meio de mensagem eletrônica, fac-símile ou correspondência enviada ao endereço da Instituição Consorciada) (a) até as 12:00 horas do 5° dia útil subsequente à data de disponibilização do Prospecto Definitivo, no caso do item (i) acima; (b) até as 14:00 horas do 5º dia útil subsequente à data em que o investidor for comunicado diretamente pela Instituição Consorciada ou pelo Coordenador da Oferta, conforme aplicável, sobre a suspensão ou a modificação da Oferta, nos casos dos itens (ii) e (iii) acima; e (c) até as 14:00 horas do 5° dia útil subsequente à data de disponibilização do Anúncio de Retificação ou à data de recebimento, pelo investidor, da comunicação direta pela Instituição Consorciada acerca da suspensão, modificação da Oferta ou do Evento de Fixação de Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, no caso do item (iv) acima.

Adicionalmente, a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta poderão modificar, a qualquer tempo, a Oferta, a fim de melhorar seus termos e condições para os investidores, conforme disposto no artigo 25, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400.

Caso o requerimento de modificação nas condições da Oferta seja aceito pela CVM, o encerramento do Prazo de Distribuição poderá ser adiado em até 90 dias. Se a Oferta for cancelada, os atos de aceitação anteriores e posteriores ao cancelamento serão considerados ineficazes.

A revogação, suspensão ou qualquer modificação na Oferta será imediatamente divulgada por meio de Anúncio de Retificação.

Em qualquer hipótese, a revogação ou cancelamento tornam ineficazes a Oferta e os atos de aceitação anteriores ou posteriores, devendo ser restituídos integralmente aos investidores aceitantes os valores dados em contrapartida às Ações, no prazo de 3 dias úteis contados da data de divulgação da revogação, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada).

Na hipótese de suspensão ou modificação da Oferta ou em caso de Evento de Fixação de Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, nos termos dos artigos 20 e 27 da Instrução CVM 400, as Instituições Participantes da Oferta deverão acautelar-se e certificar-se, no momento das aceitações da Oferta, de que o Investidor Não Institucional está ciente de que a Oferta foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições estabelecidas. Caso o Investidor Não Institucional já tenha aderido à Oferta, cada Instituição Participante da Oferta deverá comunicar diretamente, por correio eletrônico, correspondência física ou qualquer outra forma de comunicação passível de comprovação ao Investidor Não Institucional que tenha efetuado Pedido de Reserva junto a tal Instituição Participante da Oferta a respeito da modificação efetuada.

Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Como resultado do Procedimento de *Bookbuilding*, o Preço por Ação poderá ser fixado em valor inferior à Faixa Indicativa e, nesta hipótese, os Investidores Não Institucionais poderão exercer a opção de desistir de seus Pedidos de Reserva", na página 78 deste Prospecto.

Após a divulgação do Anúncio de Retificação, os Coordenadores da Oferta só aceitarão intenções no Procedimento de *Bookbuilding* e as Instituições Consorciadas só aceitarão Pedidos de Reserva daqueles investidores que estejam cientes dos termos do Anúncio de Retificação. Os investidores que já tiverem aderido à Oferta serão considerados cientes dos termos do Anúncio de Retificação quando, passados 5 dias úteis do recebimento da comunicação, não revogarem expressamente suas intenções no Procedimento de *Bookbuilding* ou seus Pedidos de Reserva. Nesta hipótese, os Coordenadores da Oferta e/ou as Instituições Consorciadas presumirão que os investidores pretendem manter a declaração de aceitação.

Suspensão ou Cancelamento da Oferta

Nos termos do artigo 19 da Instrução CVM 400, a CVM (a) poderá suspender ou cancelar, a qualquer tempo, uma oferta que: (i) esteja se processando em condições diversas das constantes da Instrução CVM 400 ou do registro; ou (ii) tenha sido havida por ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que após obtido o respectivo registro; e (b) deverá suspender qualquer oferta quando verificar ilegalidade ou violação de regulamento sanáveis.

O prazo de suspensão de uma oferta não poderá ser superior a 30 dias, durante o qual a irregularidade apontada deverá ser sanada. Findo tal prazo sem que tenham sido sanados os vícios que determinaram a suspensão, a CVM deverá ordenar a retirada da referida oferta e cancelar o respectivo registro. Ademais, a rescisão do Contrato de Distribuição importará no cancelamento dos registros da Oferta.

A suspensão ou o cancelamento da Oferta será informado aos investidores que já tenham aceitado a Oferta, sendo-lhes facultado, na hipótese de suspensão, a possibilidade de revogar a aceitação até às 16:00 horas do 5° dia útil posterior ao recebimento da respectiva comunicação. Todos os investidores que já tenham aceitado a Oferta, na hipótese de seu cancelamento, e os investidores que tenham revogado a sua aceitação, na hipótese de suspensão, conforme previsto acima, terão direito à restituição integral dos valores dados em contrapartida às Ações, conforme o disposto no parágrafo único do artigo 20 da Instrução CVM 400, no prazo de 3 dias úteis, sem juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos eventualmente incidentes, e se a alíquota for superior a zero.

A rescisão do Contrato de Distribuição importará no cancelamento dos registros da Oferta, nos termos do artigo 19, parágrafo 4º, da Instrução CVM 400.

Prazo de Distribuição

A data de início da Oferta será divulgada por meio do Anúncio de Início, com data estimada para ocorrer em [•] de [•] de 2020, nos termos do artigo 52 da Instrução CVM 400. O prazo para a distribuição das Ações será (i) de até 6 meses contados da data de divulgação do Anúncio de Início, conforme previsto no artigo 18 da Instrução CVM 400; ou (ii) até a data de divulgação do Anúncio de Encerramento, o que ocorrer primeiro ("**Prazo de Distribuição**").

As Instituições Participantes da Oferta terão o prazo de até 2 dias úteis, contados da data de divulgação do Anúncio de Início, para efetuar a colocação das Ações ("**Período de Distribuição**").

O término da Oferta e seu resultado serão anunciados mediante divulgação do Anúncio de Encerramento, com data limite para ocorrer em [•] de [•] de 2020, em conformidade com o artigo 29 da Instrução CVM 400.

Liquidação

A liquidação física e financeira das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) deverá ser realizada até o último dia do Período de Distribuição ("**Data de Liquidação**"), de acordo com o disposto no Contrato de Distribuição. A liquidação física e financeira das Ações do Lote Suplementar, caso haja o exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar, ocorrerá dentro do prazo de até 2 dias úteis, contado do exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar ("**Data de Liquidação das Ações do Lote Suplementar**").

As Ações, as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar, conforme o caso, serão entregues aos respectivos investidores até as 16:00 horas da Data de Liquidação ou da Data de Liquidação das Ações do Lote Suplementar, conforme o caso. As Ações que forem objeto de esforços de colocação no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional, junto a Investidores Estrangeiros, serão obrigatoriamente subscritas/adquiridas e integralizadas/liquidadas no Brasil junto aos Coordenadores da Oferta, em moeda corrente nacional, por meio dos mecanismos previstos na Resolução CMN 4.373 e na Instrução CVM 560, ou na Lei 4.131.

Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação

A garantia firme de liquidação a ser prestada pelos Coordenadores da Oferta consiste na obrigação individual e não solidária de integralização/liquidação, pelos Coordenadores da Oferta, na Data de Liquidação, da totalidade das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) que não forem integralizadas/liquidadas pelos investidores que as subscreverem/adquirirem na Oferta, na proporção e até os limites individuais de garantia firme de cada um dos Coordenadores da Oferta, conforme indicado no Contrato de Distribuição ("**Garantia Firme de Liquidação**").

Caso as Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) efetivamente subscritas/adquiridas por investidores não tenham sido totalmente integralizadas/liquidadas na Data de Liquidação, cada um dos Coordenadores da Oferta, observado o disposto no Contrato de Distribuição, realizará, de forma individual e não solidária, a integralização/liquidação, na Data de Liquidação, na proporção e até os limites individuais previstos no Contrato de Distribuição, da totalidade do eventual saldo resultante da diferença entre (i) o número de Ações objeto da Garantia Firme de Liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Distribuição e (ii) o número de Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) efetivamente integralizadas/liquidadas por investidores no mercado, multiplicado pelo Preço por Ação a ser definido conforme o Procedimento de *Bookbuilding*. A Garantia Firme de Liquidação passará a ser vinculante a partir do momento em que, cumulativamente, for concluído o Procedimento de *Bookbuilding*, assinado o Contrato de Distribuição e o Contrato de Distribuição Internacional, concedido o registro da Companhia como companhia aberta sob a categoria "A" pela CVM, deferidos os registros da Oferta pela CVM, divulgado o Anúncio de Início e disponibilizado o Prospecto Definitivo, sendo eficaz a partir do momento em que forem cumpridas as condições suspensivas previstas no Contrato de Distribuição e no Contrato de Distribuição Internacional.

Para fins do disposto no item 5 do Anexo VI, da Instrução CVM 400, em caso de exercício da Garantia Firme de Liquidação e posterior revenda das Ações junto ao público pelos Coordenadores da Oferta, por si ou por suas afiliadas, nos termos do Contrato de Distribuição, durante o Prazo de Distribuição, o preço de revenda dessas Ações será o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia, limitado ao Preço por Ação estabelecido conforme Procedimento de *Bookbuilding*, sendo certo que o disposto nesse parágrafo não se aplica às operações realizadas em decorrência das atividades previstas no Contrato de Estabilização, conforme disposto na seção "Informações Sobre a Oferta – Estabilização do Preço das Ações" na página 51 deste Prospecto.

Segue abaixo relação das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) objeto de Garantia Firme de Liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta:

Coordenadores da Oferta	Quantidade de Ações	Percentual
		(%)
Coordenador Líder	[•]	[•]%
J.P. Morgan	[•]	[•]%
Bradesco BBI	[•]	[•]%
XP Investimentos	[•]	[•]%
Total	**[•]**	**[•]**

A proporção prevista acima poderá ser realocada de comum acordo entre os Coordenadores da Oferta.

Contrato de Distribuição e Contrato de Distribuição Internacional

O Contrato de Distribuição e o Contrato de Distribuição Internacional estabelecem que a obrigação dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional de efetuarem a colocação das Ações, bem como de suas respectivas garantias firme estarão sujeitas a determinadas condições, não limitada (i) a entrega de opiniões legais pelos assessores jurídicos da Companhia e dos Acionistas Vendedores, dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional; e (ii) a assinatura de compromissos de restrição à negociação de Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up* pela Companhia, pelos Acionistas Vendedores e por determinados Administradores. De acordo com o Contrato de Distribuição e o Contrato de Distribuição Internacional, a Companhia obriga-se a indenizar os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional em certas circunstâncias e contra determinadas contingências.

Adicionalmente, a Companhia e os Acionistas Vendedores são obrigados, nos termos do Contrato de Distribuição Internacional, a indenizar os Agentes de Colocação Internacional na ocasião de perdas no exterior por conta de incorreções relevantes ou omissões relevantes relativas às informações de sua respectiva responsabilidade nos *Offering Memoranda*. O Contrato de Distribuição Internacional determina ainda que a inobservância às leis de valores mobiliários dos Estados Unidos pode resultar em eventuais potenciais procedimentos judiciais. A condenação em um procedimento judicial no exterior em relação a incorreções relevantes ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda* poderá ocasionar um impacto significativo e adverso na Companhia e em seus negócios. Para informações sobre os riscos relacionados ao Contrato de Distribuição Internacional, veja a seção "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A realização desta oferta pública de distribuição das Ações, com esforços de venda no exterior, poderá deixar a Companhia exposta a riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil, com esforços de venda no exterior*", na página 79 deste Prospecto.

Após a divulgação do Anúncio de Início, o Contrato de Distribuição estará disponível para consulta e obtenção de cópias junto aos Coordenadores da Oferta e à CVM, nos endereços físicos indicados na seção "Informações Sobre a Oferta – Informações Adicionais" na página 71 deste Prospecto.

Violações de Normas de Conduta

Na hipótese de haver descumprimento e/ou indícios de descumprimento, por quaisquer das Instituições Consorciadas, de qualquer das obrigações previstas nos respectivos termos de adesão ao Contrato de Distribuição, na carta-convite ou em qualquer contrato celebrado no âmbito da Oferta, ou, ainda, de qualquer das normas de conduta previstas na regulamentação aplicável no âmbito da Oferta, incluindo, sem limitação, as normas previstas na Instrução CVM 400 e no Código ANBIMA, especialmente as normas referentes ao período de silêncio, condições de negociação com as ações ordinárias de emissão da Companhia, emissão de relatórios de pesquisa e de *marketing* da Oferta, conforme previsto no artigo 48 da Instrução CVM 400, tal Instituição Consorciada, a critério exclusivo dos Coordenadores da Oferta e sem prejuízo das demais medidas por eles julgadas cabíveis, (i) deixará de integrar o grupo de instituições financeiras responsáveis pela colocação das Ações no âmbito da Oferta, sendo cancelados todos os Pedidos de Reserva e atestos de aceite de subscrição/aquisição das Ações que tenha recebido e a Instituição Consorciada deverá informar imediatamente aos respectivos investidores sobre referido cancelamento, devendo ser restituídos pela Instituição Consorciada integralmente aos respectivos investidores os valores eventualmente dados em contrapartida às Ações, no prazo máximo de 3 dias úteis contados da data de divulgação do descredenciamento da Instituição Consorciada, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária e, ainda, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada, (ii) arcará integralmente com quaisquer custos e prejuízos relativos à sua exclusão como Instituição Participante da Oferta, incluindo custos com publicações, indenizações decorrentes de eventuais condenações judiciais em ações propostas por investidores por conta do cancelamento, honorários advocatícios e demais custos perante terceiros, inclusive custos decorrentes de demandas de potenciais investidores, (iii) indenizará, manterá indene e isentará os Coordenadores da Oferta, suas afiliadas e respectivos administradores, acionistas, sócios, funcionários e empregados, bem como os sucessores e cessionários dessas pessoas por toda e qualquer perda que estes possam incorrer; e (iv) poderá ter suspenso, por um período de 6 meses contados da data da comunicação da violação, o direito de atuar como instituição intermediária em ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários sob a coordenação de quaisquer dos Coordenadores da Oferta. A Instituição Consorciada a que se refere esta seção deverá informar imediatamente o referido cancelamento aos investidores de quem tenha recebido Pedidos de Reserva e/ou atestos de aceite de subscrição/aquisição das Ações. Os Coordenadores da Oferta não serão, em hipótese alguma, responsáveis por quaisquer prejuízos causados aos investidores que tiverem suas intenções de investimento, Pedidos de Reserva e/ou atestos de aceite de subscrição/aquisição das Ações cancelados por força do descredenciamento da Instituição Consorciada.

Restrições à Negociação das Ações (*Lock-up*)[4]

A Companhia, os Acionistas Vendedores e os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia] obrigar-se-ão perante os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional, pelo período de 180 dias contados da data de divulgação do Anúncio de Início, a não efetuar, direta ou indiretamente, quaisquer das seguintes operações com relação a quaisquer ações ordinárias de emissão da Companhia ou quaisquer valores mobiliários conversíveis, exercíveis ou permutáveis por ações ordinárias de emissão da Companhia ("**Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up***"), sujeito a determinadas exceções: (i) ofertar, vender, emitir, contratar a venda, empenhar ou de outro modo dispor dos Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*; (ii) ofertar, vender, emitir, contratar a venda, contratar a compra ou outorgar quaisquer opções, direitos ou garantias para adquirir os Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*; (iii) celebrar qualquer contrato de *swap*, *hedge* ou qualquer acordo que transfira a outros, no todo ou em parte, quaisquer dos resultados econômicos decorrentes da titularidade dos Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*; ou (iv) divulgar publicamente a intenção de efetuar qualquer operação especificada nos itens (i) a (iii).

[4] **Nota: A ser ajustado após a negociação do PFA.**

As vedações listadas acima não se aplicarão nas hipóteses: [(i) doações de boa-fé, desde que, antes de tal doação, o respectivo donatário comprometa-se com os Coordenadores da Oferta por escrito a respeitar o prazo remanescente do período de *lock-up*; (ii) transferências a um *trust* em benefício direto ou indireto do próprio signatário do instrumento de *lock-up* e/ou de familiares imediatos do mesmo, desde que, antes de tal transferência, o *trust* comprometa-se por escrito a respeitar o prazo remanescente do período de *lock-up*; (iii) transferências a quaisquer coligadas (sociedades pertencentes ao mesmo grupo econômico) conforme definidas na Regra 405 do *Securities Act*, conforme alterada, dos signatários do instrumento de *lock-up,* desde que, antes de tal transferência, o respectivo destinatário comprometa-se com os Coordenadores da Oferta por escrito a respeitar o prazo remanescente do período de *lock-up*; e (iv) transferências realizadas para fins de empréstimo de ações pelo signatário do instrumento de *lock-up* para um Coordenador da Oferta ou a qualquer instituição indicada por tal Coordenador da Oferta, de um determinado número de ações para fins de realização das atividades de estabilização do preço das Ações, nos termos do Contrato de Distribuição e do Contrato de Estabilização.]

A venda ou a percepção de uma possível venda de um volume substancial das ações poderá prejudicar o valor de negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia. **Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – *A emissão, a venda, ou a percepção de uma potencial emissão ou venda, de quantidades significativas das ações ordinárias de emissão da Companhia, inclusive pelos Acionistas Controladores, após a conclusão da Oferta* e/ou após *o período de Lock-up, poderá afetar adversamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário ou a percepção dos investidores sobre a Companhia*", na página 76 deste Prospecto.**

Instituição Financeira Escrituradora das Ações

A instituição financeira contratada para a prestação de serviços de escrituração das ações ordinárias de emissão da Companhia é o Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com endereço na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.500, 3º andar, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 61.194.353/0001-64.

Cronograma Tentativo Estimado da Oferta

Segue, abaixo, um cronograma tentativo indicativo das etapas da Oferta, informando seus principais eventos a partir da data de protocolo do pedido de registro da Oferta junto à CVM:

#	Eventos	Data[(1)]
1	Protocolo de pedido de registro da Oferta junto à CVM	[•] de [•] de 2020
2	Divulgação do Aviso ao Mercado (sem logotipos das Instituições Consorciadas) Disponibilização deste Prospecto Início das apresentações para potenciais investidores (*roadshow*) Início do Procedimento de *Bookbuilding*	[•] de [•] de 2020
3	Nova disponibilização do Aviso ao Mercado (com logotipos das Instituições Consorciadas) Início do Período de Reserva Início do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas	[•] de [•] de 2020
4	Encerramento do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas	[•] de [•] de 2020
5	Encerramento do Período de Reserva	[•] de [•] de 2020
6	Encerramento das apresentações para potenciais investidores (*roadshow*) Encerramento do Procedimento de *Bookbuilding* Fixação do Preço por Ação Aprovação do Preço por Ação pela Companhia Assinatura do Contrato de Distribuição, do Contrato de Distribuição Internacional e dos demais contratos relacionados à Oferta Início do prazo de exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar	[•] de [•] de 2020
7	Concessão dos registros da Oferta pela CVM Divulgação do Anúncio de Início Disponibilização do Prospecto Definitivo	[•] de [•] de 2020
8	Início de negociação das Ações no segmento do Novo Mercado da B3	[•] de [•] de 2020
9	Data de Liquidação	[•] de [•] de 2020
10	Data limite do prazo de exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar	[•] de [•] de 2020
11	Data limite para a liquidação das Ações do Lote Suplementar	[•] de [•] de 2020
12	Término do *Lock-up* Oferta de Varejo	[•] de [•] de 2020
13	Término do *Lock-up* Oferta do Segmento Private	[•] de [•] de 2020
14	Data limite para a divulgação do Anúncio de Encerramento	[•] de [•] de 2021

(1) Todas as datas futuras previstas são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, suspensões, antecipações ou prorrogações a critério da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta. Qualquer modificação no cronograma da distribuição deverá ser comunicada à CVM e poderá ser analisada como modificação da Oferta, seguindo o disposto nos artigos 25 e 27 da Instrução CVM 400. Ainda, caso ocorram alterações das circunstâncias, revogação ou modificação da Oferta, tal cronograma poderá ser alterado.

Será admitido o recebimento de reservas a partir da nova divulgação do Aviso ao Mercado (com o logotipo das Instituições Consorciadas), para subscrição/aquisição das Ações, as quais somente serão confirmadas pelo subscritor/adquirente após o início do Prazo de Distribuição.

Na hipótese de suspensão, cancelamento, modificação ou revogação da Oferta, este cronograma será alterado, nos termos da Instrução CVM 400. Quaisquer comunicados ao mercado relativos a tais eventos relacionados à Oferta serão informados por meio de anúncio divulgado nas páginas da Companhia, das Instituições Participantes da Oferta, da CVM e da B3 na rede mundial de computadores, constantes da seção “Informações sobre a Oferta – Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta” na página 70 deste Prospecto, mesmos meios utilizados para divulgação do Aviso ao Mercado e do Anúncio de Início.

Para informações sobre os prazos, termos, condições e forma para devolução e reembolso dos valores dados em contrapartida às Ações, nos casos de suspensão, cancelamento, modificação ou revogação da Oferta, consulte este Prospecto. Para informações sobre os prazos, condições e preço de revenda no caso de alienação das Ações integralizadas/liquidadas pelos Coordenadores da Oferta, em decorrência do exercício da Garantia Firme de Liquidação, nos termos descritos no Contrato de Distribuição, veja a seção "Informações Sobre a Oferta – Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação" na página 65 deste Prospecto.

A Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta realizarão apresentações aos investidores (*roadshow*), no Brasil e no exterior, no período compreendido entre a data em que este Prospecto for disponibilizado e a data em que for determinado o Preço por Ação, inclusive.

Inadequação da Oferta

Não há inadequação específica da Oferta a certo grupo ou categoria de investidor. Como todo e qualquer investimento em valores mobiliários de renda variável, o investimento nas Ações apresenta riscos e possibilidade de perdas patrimoniais que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimentos. Portanto, uma decisão de investimento nas Ações requer experiência e conhecimentos específicos que permitam ao investidor uma análise detalhada dos negócios da Companhia, mercado de atuação e os riscos inerentes aos negócios da Companhia, que podem, inclusive, ocasionar a perda integral do valor investido. O investimento em Ações não é, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais e aos setores em que a Companhia atua. Recomenda-se que os interessados em participar da Oferta consultem seus advogados, contadores, consultores financeiros e demais profissionais que julgarem necessários para auxiliá-los na avaliação da adequação da Oferta ao perfil de investimento, dos riscos inerentes aos negócios da Companhia e ao investimento nas Ações.

O investimento em ações representa um investimento de risco, uma vez que é um investimento em renda variável e, assim, os investidores que pretendam investir nas Ações estão sujeitos a perdas patrimoniais e riscos, inclusive àqueles relacionados às Ações, à Companhia, ao setor da economia em que esta atua, aos seus acionistas e ao ambiente macroeconômico do Brasil, descritos neste Prospecto e no Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, e que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. O investimento em ações é um investimento em renda variável, não sendo, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais. Ainda assim, não há qualquer classe ou categoria de investidor que esteja proibida por lei de subscrever/adquirir Ações ou, com relação à qual o investimento em Ações seria, no entendimento da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, inadequado.

Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta

O Aviso ao Mercado, bem como sua nova disponibilização (com o logotipo das Instituições Consorciadas), o Anúncio de Início, o Anúncio de Encerramento, eventuais Anúncios de Retificação, bem como todo e qualquer aviso ou comunicado relativo à Oferta serão disponibilizados, até o encerramento da Oferta, exclusivamente nas páginas na rede mundial de computadores da Companhia, das Instituições Participantes da Oferta, da CVM e da B3.

[Nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 400, os Acionistas Vendedores foram dispensados pela CVM de divulgar o Aviso ao Mercado, bem como sua nova disponibilização (com logotipos das Instituições Consorciadas), o Anúncio de Início, o Anúncio de Encerramento, eventuais Anúncios de Retificação, bem como todo e qualquer aviso ou comunicado relativo à Oferta, uma vez que os Acionistas Vendedores não possuem página própria registrada na rede mundial de computadores para este fim.]

Companhia

www.grupompr.com.br (neste *website*, clicar em "[•]").

Coordenadores da Oferta

Banco Itaú BBA S.A.

http://www.itau.com.br/itaubba-pt/nossos-negocios/ofertas-publicas/ (neste *website*, acessar "Grupo MPR Participações S.A.", clicar em "2020", em "Oferta Pública de Ações (IPO)" e, em seguida, clicar no link específico de cada aviso, anúncio ou comunicado da Oferta).

Banco J.P. Morgan S.A.

www.jpmorgan.com/pages/jpmorgan/brazil/pt/business/prospectos/mpr (neste *website*, clicar no respectivo anúncio, aviso ou comunicado da Oferta).

Banco Bradesco BBI S.A.

http://www.bradescobbi.com.br/Site/Ofertas_Publicas/ (neste *website*, acessar "ofertas públicas" e posteriormente a pasta "IPO [•]" e, em seguida, clicar no link específico de cada aviso, anúncio ou comunicado da Oferta).

XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.

https://institucional.xpi.com.br/investimentos/oferta-publica.aspx (neste *website*, clicar em "[•]", depois clicar em "[•]" e, a seguir, escolher o link específico de cada aviso, anúncio ou comunicado da Oferta).

Instituições Consorciadas

Comissão de Valores Mobiliários

www.cvm.gov.br (neste *website* acessar "Central de Sistemas" na página inicial, acessar "Ofertas Públicas", em seguida, na tabela de "Primárias e Secundárias", clicar no item "Ações", depois, na página referente a "Ofertas Primárias e Secundárias em Análise", na tabela "Oferta Inicial (IPO) – Volume em R$", acessar o link referente ao "Grupo MPR Participações S.A.", no qual serão disponibilizados os anúncios e avisos da Oferta).

B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão

http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/solucoes-para-emissores/ofertas-publicas/ (neste *website* acessar "Ofertas em andamento", clicar em "Empresas", depois clicar em "Grupo MPR Participações S.A.", link no qual serão disponibilizados os anúncios e avisos da Oferta).

Informações Adicionais

Maiores informações sobre a Oferta e sobre o procedimento de reserva das Ações poderão ser obtidas junto aos Coordenadores da Oferta, nos endereços e telefones abaixo mencionados e, no caso de Investidores Não Institucionais, também junto às Instituições Consorciadas.

É recomendada aos investidores a leitura deste Prospecto e do Formulário de Referência em especial as seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações", nas páginas 19 e 75, respectivamente, deste Prospecto, bem como a seção "4. Fatores de Risco" constante do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, antes da tomada de qualquer decisão de investimento.

Os investidores que desejarem obter acesso a este Prospecto, ao Formulário de Referência ou informações adicionais sobre a Oferta deverão acessar as seguintes páginas da rede mundial de computadores da Companhia, das Instituições Participantes da Oferta, da CVM e/ou da B3.

[Nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 400, os Acionistas Vendedores foram dispensados pela CVM de divulgar este Prospecto, uma vez que os Acionistas Vendedores não possuem página própria registrada na rede mundial de computadores para este fim.]

Companhia

Grupo MPR Participações S.A.
Alameda Madeira, 222, 7º andar, Conjunto 71, Sala 1, Edifício Alfacon, Centro Empresarial Alphaville
06454-010, Barueri, SP
At.: Sra. Isabel Paulino da Costa Tartuci
Tel.: +55 (11) 3658-1525
www.grupompr.com.br (neste *website*, acessar [•]).

Coordenadores da Oferta

Banco Itaú BBA S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.500, 1º, 2º, 3º (parte), 4º e 5º andares
04538-132, São Paulo, SP
At.: Sra. Renata Dominguez
Tel.: +55 (11) 3708-8876
http://www.itau.com.br/itaubba-pt/nossos-negocios/ofertas-publicas/ (neste *website*, clicar em "Grupo MPR Participações S.A." e, posteriormente, clicar em "2020" e, em seguida, em "Oferta Pública Inicial de Ações (IPO)", por fim em "Prospecto Preliminar").

Banco J.P. Morgan S.A.
Av. Brigadeiro Faria Lima, 3729, 6º (parte), 10º (parte), 11º, 12º (parte), 13º (parte), 14º e 15º andares
04538-905, São Paulo, SP
At.: Sr. Marcelo Porto
Tel.: +55 (11) 4950-3700
www.jpmorgan.com/pages/jpmorgan/brazil/pt/business/prospectos/mpr (neste *website*, clicar em "Prospecto Preliminar").

Banco Bradesco BBI S.A.
Avenida Pres. Juscelino Kubitschek, 1309, 10º andar
04543-011, São Paulo, SP
At.: Sr. Glenn Mallett
Tel.: +55 (11) 2169-4672
http://www.bradescobbi.com.br/Site/Ofertas_Publicas/ (neste *website*, acessar "ofertas públicas" e posteriormente a pasta "IPO [•]" e, por fim, clicar em "Prospecto Preliminar").

XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Av. Presidente Juscelino Kubitscheck, 1.909, 30º andar
04543-010, São Paulo, SP
At.: Sr. Vitor Saraiva
Tel.: +55 (11) 4281-4277
https://institucional.xpi.com.br/investimentos/oferta-publica.aspx (neste *website*, clicar em "[•]", depois clicar em "[•]" e, a seguir, escolher o link "Prospecto Preliminar").

Instituições Consorciadas

Informações adicionais sobre as Instituições Consorciadas podem ser obtidas nas dependências das Instituições Consorciadas credenciadas junto à B3 para participar da Oferta, bem como na página da rede mundial de computadores da B3 (http://www.b3.com.br/).

O Aviso ao Mercado foi intencionalmente divulgado sem a indicação das Instituições Consorciadas e será novamente divulgado em [•] de [•] de 2020, dia de início do Período de Reserva e do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, com a indicação das Instituições Consorciadas que aderiram à Oferta. A partir de tal data, informações adicionais sobre as Instituições Consorciadas poderão ser obtidas na página da rede mundial de computadores da B3.

Este Prospecto também estará disponível nos seguintes endereços e *websites:* (i) **CVM**, situada na Rua Sete de Setembro, 111, 5º andar, na cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, e na Rua Cincinato Braga, 340, 2º, 3º e 4º andares, na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo (www.cvm.gov.br – neste *website* acessar "Central de Sistemas", posteriormente no campo "Informações sobre Companhias", selecionar "Informações periódicas e eventuais de companhias (ITR, DFP, DF, FRE, Fatos Relevantes, Comunicados ao Mercados, entre outros)". Nesta página digitar "Grupo MPR" e, em seguida, clicar em "Continuar" e, na sequência, em "Grupo MPR Participações S.A.". Ato contínuo, selecionar período e "Documentos de Oferta de Distribuição Pública" e em seguida "Prospecto Preliminar", posteriormente clicar em "Download" ou "Consulta"); e (ii) **B3** (http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/solucoes-para-emissores/ofertas-publicas/ – neste *website* acessar "Ofertas em andamento", clicar em "Empresas", depois clicar em "Grupo MPR Participações S.A.", posteriormente acessar "Prospecto Preliminar").

Este Prospecto não constitui uma oferta de venda das Ações nos Estados Unidos ou em qualquer outra jurisdição em que a venda seja proibida. As Ações não poderão ser ofertadas ou vendidas nos Estados Unidos ou a pessoas consideradas *U.S. persons*, conforme definido no Regulamento S, sem que haja registro sob o *Securities Act,* ou de acordo com uma isenção de registro nos termos da *Rule 144A* do *Securities Act*. Exceto pelos registros da Oferta pela CVM, a Companhia, os Acionistas Vendedores, os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional não pretendem realizar nenhum registro da Oferta ou das Ações nos Estados Unidos e nem em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país. Qualquer informação aqui contida não deverá ser levada, transmitida, divulgada, distribuída ou disseminada nos Estados Unidos.

Tendo em vista a possibilidade de veiculação de matérias na mídia sobre a Companhia, os Acionistas Vendedores e a Oferta, a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta alertam os investidores que estes deverão basear suas decisões de investimento única e exclusivamente nas informações constantes deste Prospecto e do Formulário de Referência.

O investimento em ações representa um investimento de risco, uma vez que é um investimento em renda variável e, assim, os investidores que pretendam investir nas Ações estão sujeitos a perdas patrimoniais e riscos, inclusive aqueles relacionados às Ações, à Companhia, ao setor da economia em que esta atua, aos seus acionistas e ao ambiente macroeconômico do Brasil descritos neste Prospecto e no Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, e que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. O investimento em ações é um investimento em renda variável, não sendo, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais.

LEIA ESTE PROSPECTO E O FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA ANTES DE ACEITAR A OFERTA, EM ESPECIAL AS SEÇÕES "SUMÁRIO DA COMPANHIA – PRINCIPAIS FATORES DE RISCO RELATIVOS À COMPANHIA" E "FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES", NAS PÁGINAS 19 E 75, RESPECTIVAMENTE, DESTE PROSPECTO, BEM COMO A SEÇÃO "4. FATORES DE RISCO" DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA ANEXO A ESTE PROSPECTO, PARA CIÊNCIA E AVALIAÇÃO DE CERTOS FATORES DE RISCO QUE DEVEM SER CONSIDERADOS NA TOMADA DE DECISÃO DE INVESTIMENTO COM RELAÇÃO À COMPANHIA, À OFERTA E AO INVESTIMENTO NAS AÇÕES.

FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES

O investimento nas Ações envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento nas Ações, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Prospecto, incluindo os riscos mencionados abaixo, os riscos constantes da seção "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco da Companhia" na página 19 deste Prospecto, os riscos constantes da seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência na página 343 deste Prospecto, e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e respectivas notas explicativas anexas a este Prospecto, a partir da página 217.

As atividades da Companhia, sua situação financeira, seus resultados operacionais, fluxos de caixa, liquidez e/ou negócios futuros podem ser afetados de maneira adversa por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir. O preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia pode diminuir devido à ocorrência de quaisquer desses riscos e/ou outros fatores, e os investidores podem vir a perder parte substancial ou a totalidade de seu investimento. Os riscos descritos abaixo são aqueles que, atualmente, a Companhia acredita que poderão lhe afetar e afetar os titulares de ações ordinárias de sua emissão de maneira adversa. Riscos adicionais e incertezas atualmente não conhecidas pela Companhia ou pelos Acionistas Vendedores, ou que atualmente a Companhia considere irrelevantes, também podem prejudicar suas atividades de maneira significativa.

Para os fins desta seção, a indicação de que um risco, incerteza ou problema pode causar ou ter ou causará ou terá "um efeito adverso para a Companhia" ou lhe "afetará adversamente" ou o uso de expressões similares significa que o risco, incerteza ou problema pode ou poderá resultar em um efeito material adverso em seus negócios, condições financeiras, resultados de operações, fluxo de caixa e/ou perspectivas e/ou o preço de mercado de ações ordinárias de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas nesta seção devem ser compreendidas nesse contexto.

Esta seção faz referência apenas aos fatores de risco relacionados à Oferta e às Ações. Para os demais fatores de risco, os investidores devem ler a seção "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco da Companhia" na página 19 deste Prospecto e a seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência, na página 343 deste Prospecto.

O surto de doenças transmissíveis em todo o mundo, como a atual COVID-19 (causada pelo coronavírus), pode levar a uma maior volatilidade no mercado de capitais global e resultar em pressão negativa sobre a economia mundial e a economia brasileira, impactando o mercado de negociação das ações de emissão da Companhia.

Surtos de doenças que afetem o comportamento das pessoas, como do atual coronavírus ("**COVID-19**"), o Zika, o Ebola, a gripe aviária, a febre aftosa, a gripe suína, a Síndrome Respiratória no Oriente Médio ou MERS e a Síndrome Respiratória Aguda Grave ou SARS, podem ter um impacto adverso relevante no mercado de capitais global, nas indústrias mundiais, na economia mundial e brasileira, nos resultados da Companhia e nas ações de sua emissão.

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde decretou a pandemia decorrente da COVID-19, cabendo aos países membros estabelecerem as melhores práticas para as ações preventivas e de tratamento aos infectados. Como consequência, o surto da COVID-19 resultou em medidas restritivas relacionadas ao fluxo de pessoas impostas pelos governos de diversos países em face da ampla e corrente disseminação do vírus, incluindo quarentena e *lockdown* ao redor do mundo. Como consequência de tais medidas, os países impuseram restrições às viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução de consumo de uma maneira geral pela população, o que pode resultar na volatilidade no preço de matérias-primas e outros insumos, fatores que conjuntamente exercem um efeito adverso relevante na economia global e na economia brasileira.

Qualquer mudança material nos mercados financeiros ou na economia brasileira como resultado desses eventos mundial pode diminuir o interesse de investidores nacionais e estrangeiros em valores mobiliários de emissores brasileiros, incluindo os valores mobiliários de emissão da Companhia, o que pode afetar adversamente o preço de mercado de tais valores mobiliários e também pode dificultar o acesso ao mercado de capitais e financiamento das operações da Companhia no futuro em termos aceitáveis.

Um mercado ativo e líquido para as Ações poderá não se desenvolver. A volatilidade e a falta de liquidez do mercado brasileiro de valores mobiliários poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as ações ordinárias de emissão da Companhia pelo preço e na ocasião que desejarem.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação a outros mercados mundiais com condições políticas e econômicas mais estáveis, sendo tais investimentos considerados, em geral, de natureza mais especulativa. Esses investimentos estão sujeitos a determinados riscos econômicos e políticos, tais como, entre outros: (i) mudanças no ambiente regulatório, fiscal, econômico e político que possam afetar a capacidade de investidores de obter retorno, total ou parcial, em relação a seus investimentos; e (ii) restrições a investimento estrangeiro e a repatriamento do capital investido.

O mercado brasileiro de valores mobiliários é substancialmente menor, menos líquido e mais concentrado do que os principais mercados de valores mobiliários, podendo, inclusive, ser mais volátil do que alguns mercados internacionais, como os dos Estados Unidos. Em 30 de junho de 2020, a capitalização de todas as companhias listadas na B3 representava, aproximadamente, R$[•] trilhões e a média de negociações diárias de, aproximadamente, R$[•] bilhões, segundo dados da própria B3. O mercado de capitais brasileiro é significativamente concentrado, de forma que as dez principais ações negociadas na B3 foram responsáveis por, aproximadamente, [•]% do volume total de ações negociadas na B3 durante o ano de 2019, enquanto que a New York Stock Exchange teve uma capitalização de mercado de aproximadamente US$[•] trilhões em 31 de dezembro de 2019 e um volume diário médio de negociação de US$[•] bilhões durante o ano de 2019.

Essas características do mercado de capitais brasileiro poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as ações ordinárias de emissão da Companhia, de que sejam titulares, pelo preço e na ocasião desejados, o que pode ter efeito substancialmente adverso na liquidez e, consequentemente, no preço das ações ordinárias de emissão da Companhia. Se um mercado ativo e líquido de negociação não for desenvolvido e mantido, o preço de negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia pode ser negativamente impactado.

A emissão, a venda ou a percepção de uma potencial emissão ou venda de quantidades significativas das ações ordinárias de emissão da Companhia após a conclusão da Oferta e/ou após o período de* Lock-up *pode afetar adversamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário ou a percepção dos investidores sobre a Companhia.

[A Companhia, os Acionistas Vendedores e os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia] celebrarão acordos de restrição à venda de ações ordinárias de emissão da Companhia (*Lock-up*), por meio dos quais se comprometerão a, sujeitos tão somente às exceções previstas no Contrato de Distribuição e no Contrato de Distribuição Internacional, durante o período de 180 dias contados da data de divulgação do Anúncio de Início, a não transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, até a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta.

Após tais restrições terem se extinguido, as ações ordinárias de emissão da Companhia estarão disponíveis para venda no mercado. A ocorrência de vendas ou percepção de uma possível venda de um número substancial de ações ordinárias de emissão da Companhia pode afetar adversamente o valor de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia. Para informações adicionais, ver a seção "Informações Sobre a Oferta – Restrições à Negociação de Ações (*Lock-up*)" na página 67 deste Prospecto.

Eventual descumprimento por quaisquer das Instituições Consorciadas de obrigações relacionadas à Oferta poderá acarretar seu desligamento do grupo de instituições responsáveis pela colocação das Ações, com o consequente cancelamento de todos Pedidos de Reserva feitos perante tais Instituições Consorciadas.

Caso haja descumprimento ou indícios de descumprimento, por quaisquer das Instituições Consorciadas, de qualquer das obrigações previstas no respectivo instrumento de adesão ao Contrato de Distribuição, na carta-convite ou em qualquer contrato celebrado no âmbito da Oferta, ou, ainda, de qualquer das normas de conduta previstas na regulamentação aplicável à Oferta, incluindo, sem limitação, as normas previstas na Instrução CVM 400, especialmente as normas referentes ao período de silêncio, condições de negociação com as Ações, emissão de relatórios de pesquisa e de *marketing* da Oferta, conforme previsto no artigo 48 da Instrução CVM 400, tal Instituição Consorciada, a critério exclusivo dos Coordenadores da Oferta e sem prejuízo das demais medidas julgadas cabíveis pelos Coordenadores da Oferta, deixará imediatamente de integrar o grupo de instituições responsáveis pela colocação das Ações. Caso tal desligamento ocorra, a(s) Instituição(ões) Consorciada(s) em questão deverá(ão) cancelar todos os Pedidos de Reserva que tenha(m) recebido e informar imediatamente os respectivos investidores sobre o referido cancelamento, os quais não mais participarão da Oferta, sendo que os valores depositados serão devolvidos sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos eventualmente incidentes, e se a alíquota for superior a zero. Para maiores informações, ver a seção "Informações Sobre a Oferta – Violações de Norma de Conduta" na página 67 deste Prospecto.

A Companhia poderá precisar de capital adicional no futuro, a ser obtido por meio da emissão de valores mobiliários, o que pode resultar na diluição da participação dos detentores das ações ordinárias de sua emissão e afetar o preço das Ações.

A Companhia poderá precisar de recursos adicionais no futuro e optar por obtê-los no mercado de capitais, por meio de operações de emissão pública ou privada de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações. Qualquer captação de recursos adicionais, desde que devidamente aprovada, por meio de distribuição de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, inclusive em oferta públicas com esforços restritos, poderá ser realizada com exclusão do direito de preferência de seus acionistas, de acordo com as disposições legais, regulamentares e estatutárias aplicáveis, e acarretar na diluição da participação acionária de seus acionistas no capital social da Companhia, bem como diminuir o preço de mercado de suas ações, sendo que o grau de diluição econômica dependerá do preço e da quantidade dos valores mobiliários emitidos.

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de* Bookbuilding *poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário.

O Preço por Ação será fixado com base no resultado do Procedimento de *Bookbuilding*. Nos termos da regulamentação em vigor, poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no processo de fixação do Preço por Ação, mediante a participação destes no Procedimento de *Bookbuilding* em até [20%] da quantidade de ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar). Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, somente não será permitida a colocação de Ações junto a Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, caso seja verificado excesso de demanda superior a 1/3 das Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar).

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário.

Na medida em que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, é possível que a Oferta venha a ser cancelada caso não haja investidores suficientes interessados em subscrever a totalidade das Ações no âmbito da Oferta.

Na medida em que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, caso as Ações (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) não sejam integralmente subscritas no âmbito da Oferta até a Data de Liquidação, nos termos do Contrato de Distribuição, a Oferta será cancelada, sendo todos os Pedidos de Reserva e intenções de investimentos automaticamente cancelados. Para informações adicionais sobre o cancelamento da Oferta, veja a seção “Informações Sobre a Oferta – Suspensão ou Cancelamento da Oferta” na página 64 deste Prospecto.

Como resultado do Processo de* Bookbuilding*, o Preço por Ação poderá ser fixado em valor inferior à Faixa Indicativa e, nesta hipótese, os Investidores Não Institucionais poderão exercer a opção de desistir de seus Pedidos de Reserva.

Caso o Preço por Ação seja fixado abaixo do valor resultante da subtração entre o valor mínimo da Faixa Indicativa e o valor equivalente a 20% do valor máximo da Faixa Indicativa, os Investidores Não Institucionais poderão desistir de seu Pedido de Reserva, o que poderá resultar em uma menor dispersão acionária do capital social da Companhia do que aquela inicialmente esperada.

Ademais, a fixação do Preço por Ação em valor inferior à Faixa Indicativa poderá resultar em captação de recursos líquidos em montante consideravelmente menor do que o inicialmente projetado para as finalidades descritas na seção “Destinação dos Recursos”, na página 103 deste Prospecto, e afetar a capacidade da Companhia de executar o plano de negócios da Companhia, o que poderá ter impactos no crescimento e nos resultados das operações da Companhia.

Investidores que subscreverem/adquirirem Ações poderão sofrer diluição imediata e substancial no valor contábil de seus investimentos.

O Preço por Ação poderá ser fixado em valor superior ao patrimônio líquido por ação das ações emitidas e em circulação imediatamente após a Oferta. Como resultado desta diluição, em caso de liquidação da Companhia, os investidores que subscreverem/adquirirem Ações por meio da Oferta poderão receber um valor significativamente menor do que o preço que pagaram ao subscrever/adquirir as Ações na Oferta.

A Companhia poderá, ainda, no futuro, ser obrigada a buscar recursos adicionais nos mercados financeiro e de capitais brasileiro, os quais podem não estar disponíveis ou podem estar disponíveis em condições que sejam desfavoráveis ou desvantajosas à Companhia. A Companhia poderá, ainda, recorrer a ofertas públicas ou privadas de ações ordinárias de emissão da Companhia ou valores mobiliários lastreados, conversíveis, permutáveis ou que, por qualquer forma, confiram um direito de subscrever ou receber ações ordinárias de emissão da Companhia. Qualquer captação de recursos por meio de ofertas públicas ou privadas de ações ordinárias de emissão da Companhia ou valores mobiliários lastreados, conversíveis, permutáveis ou que, por qualquer forma, confiram um direito de subscrever ou receber ações ordinárias de emissão da Companhia pode ser realizada com exclusão do direito de preferência dos então acionistas da Companhia e/ou alterar o valor das Ações da Companhia, o que pode resultar na diluição da participação dos investidores.

Para mais informações sobre a diluição da realização da Oferta, consulte a seção "Diluição", na página 106 deste Prospecto.

Os Investidores do Segmento Private e os Investidores de Varejo que se comprometerem a observar o* Lock-up *Oferta do Segmento Private e o* Lock-up *Oferta de Varejo, respectivamente, diante da impossibilidade de transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta, poderão incorrer em perdas em determinadas situações.

Os Investidores do Segmento Private e os Investidores de Varejo devem se comprometer, observadas as exceções previstas nos demais documentos da Oferta, conforme aplicável, durante o período de [•] e [•] dias, respectivamente, contados da data de disponibilização do Anúncio de Início, a não transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta.

Desta forma, caso o preço de mercado das ações venha a cair e/ou os Investidores de Varejo e/ou os Investidores do Segmento Private por quaisquer motivos venham a precisar de liquidez durante o período de *Lock-up* Oferta de Varejo e/ou período de *Lock-up* Oferta do Segmento Private aplicáveis e tendo em vista a impossibilidade das ações da Oferta de Varejo e das ações da Oferta do Segmento Private serem transferidas, emprestadas, oneradas, dadas em garantia ou permutadas, de forma direta ou indireta, durante referidos períodos, tais restrições poderão causar-lhes perdas.

A realização desta oferta pública de distribuição das Ações, com esforços de colocação no exterior, poderá deixar a Companhia exposta a riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil. Os riscos relativos a ofertas de valores mobiliários no exterior são potencialmente maiores do que os riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil.

A Oferta compreenderá a distribuição primária e secundária das Ações no Brasil, em mercado de balcão não organizado, incluindo esforços de colocação das Ações no exterior, exclusivamente junto a Investidores Estrangeiros. Os esforços de colocação das Ações no exterior expõem a Companhia a normas relacionadas à proteção dos Investidores Estrangeiros por incorreções ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda* e em outros documentos relacionados à colocação das Ações no exterior.

Adicionalmente, a Companhia e os Acionistas Vendedores são parte do Contrato de Distribuição Internacional, que regula os esforços de colocação das Ações no exterior. O Contrato de Distribuição Internacional apresenta uma cláusula de indenização em favor dos Agentes de Colocação Internacional para que a Companhia e os Acionistas Vendedores os indenizem, caso estes venham a sofrer perdas no exterior por conta de eventuais incorreções ou omissões nos *Offering Memoranda*.

A Companhia e os Acionistas Vendedores também fazem diversas declarações e garantias relacionadas aos negócios da Companhia e em cada um dos casos indicados acima, procedimentos judiciais poderão ser iniciados contra a Companhia e os Acionistas Vendedores no exterior. Esses procedimentos no exterior, em especial nos Estados Unidos, poderão envolver valores substanciais, em decorrência do critério utilizado nos Estados Unidos para o cálculo das indenizações devidas nesses processos. Além disso, devido ao sistema processual dos Estados Unidos, as partes envolvidas em um litígio são obrigadas a arcar com altos custos na fase inicial do processo, o que penaliza companhias sujeitas a tais processos. Uma eventual condenação da Companhia em um processo no exterior com relação a eventuais incorreções ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*, poderá envolver valores elevados e afetar negativamente a Companhia.

Acontecimentos e a percepção de riscos em outros países, sobretudo em países de economia emergente e nos Estados Unidos, podem prejudicar o preço de mercado dos valores mobiliários brasileiros, inclusive o preço de mercado de valores mobiliários da Companhia.

O valor de mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, incluindo países da América Latina, Ásia, Estados Unidos, Europa e outros. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de companhias brasileiras. Crises no Brasil e nesses países podem reduzir o interesse dos investidores nos valores mobiliários emitidos pelas companhias brasileiras, inclusive com relação aos valores mobiliários de emissão da Companhia.

Adicionalmente, a economia brasileira é afetada pelas condições de mercado e pelas condições econômicas internacionais, especialmente, pelas condições econômicas dos Estados Unidos. Os preços das ações na B3, por exemplo, são altamente afetados pelas flutuações nas taxas de juros dos Estados Unidos e pelo comportamento das principais bolsas norte-americanas. Qualquer aumento nas taxas de juros em outros países, especialmente os Estados Unidos, poderá reduzir a liquidez global e o interesse do investidor em realizar investimentos no mercado de capitais brasileiro.

A Companhia não pode assegurar que o mercado de capitais brasileiro estará aberto às companhias brasileiras e que os custos de financiamento no mercado sejam favoráveis às companhias brasileiras. Crises econômicas em mercados emergentes podem reduzir o interesse do investidor por valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários emitidos pela Companhia. Isso poderá afetar a liquidez e o preço de mercado das Ações, bem como poderá afetar o futuro acesso da Companhia ao mercado de capitais brasileiros e a financiamentos em termos aceitáveis, o que poderá afetar adversamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia.

Caso a Companhia e os Acionistas Vendedores tenham êxito na realização da oferta pública inicial de ações, a Companhia poderá deixar de ter um acionista controlador definido, o que poderá tornar a Companhia suscetível a alianças entre acionistas, conflitos entre acionistas e outros eventos decorrentes da ausência de acionista controlador ou um grupo de controle.

Em razão da realização da Oferta, os atuais acionistas controladores da Companhia poderão deixar de deter mais do que 50% do capital votante da Companhia. Neste sentido, caso a Companhia tenha êxito na realização da Oferta, a Companhia poderá deixar de ter um grupo de acionistas detentores, em conjunto, da maioria absoluta do seu capital votante.

Assim, a Companhia estará mais suscetível ao surgimento de um grupo de acionistas agindo conjuntamente que passe a deter o poder decisório das atividades da Companhia e, como consequência, exercer o controle. Além disso, a Companhia poderá ficar mais vulnerável a tentativas hostis de aquisição de controle e a conflitos daí decorrentes e certas deliberações que exigem quórum mínimo poderão não ser atingidas, dificultando o procedimento decisório no âmbito das atividades sociais da Companhia.

Qualquer mudança repentina ou inesperada na administração da Companhia, no seu plano de negócios e direcionamento estratégico, tentativa de aquisição de controle ou qualquer disputa entre acionistas concernentes aos seus respectivos direitos podem afetar adversamente os negócios e resultados operacionais da Companhia.

Uma redução da participação societária do atual grupo de controle da Companhia em decorrência da Oferta poderá ser interpretada como uma alteração no controle da Companhia e, consequentemente, configurar um evento de vencimento antecipado de determinados contratos, o que poderá afetar adversamente a Companhia.

A Companhia é parte em contratos financeiros e comerciais cujos termos preveem vencimento antecipado em caso de alteração no controle, direto ou indireto, da Companhia e/ou suas controladas, conforme aplicável.

Caso haja a concretização da Oferta, o grupo de controle formado pelos atuais acionistas, poderá deixar de deter mais do que 50% do capital votante da Companhia. Assim, caso algum credor ou contraparte dos contratos financeiros e comerciais dos quais a Companhia é parte entenda que referida redução da participação societária dos atuais acionistas controladores na Companhia em decorrência da Oferta constitui uma alteração no controle da Companhia, caso os acionistas controladores venham a efetuar no futuro vendas adicionais de sua participação, ou caso um novo acionista ou grupo de acionistas seja capaz de eleger a maioria dos administradores da Companhia em assembleia geral de acionistas levando a uma efetiva alteração no controle da Companhia e caso a Companhia não seja capaz de obter as aprovações necessárias, o evento poderá ocasionar a declaração do vencimento antecipado de tais contratos da Companhia. O vencimento antecipado destes contratos consumiria uma parcela relevante do caixa da Companhia, o que pode prejudicar sua situação financeira.

Os contratos financeiros da Companhia, além de cláusulas de vencimento antecipado em caso de alteração no controle societário, contêm cláusula de *cross acceleration* e de *cross default*, o que significa que o inadimplemento de obrigação da Companhia no âmbito de um contrato poderá resultar na decisão dos demais credores em declarar o inadimplemento ou vencimento antecipado das respectivas dívidas. O vencimento antecipado de parte relevante ou de todos os contratos financeiros da Companhia consumiria uma parcela do seu caixa, o que pode afetar adversamente a sua situação financeira da Companhia. Para mais informações sobre os contratos financeiros, vide item 10.1(f) do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto.

A eventual contratação e realização de operações de* total return swap *e* hedge *podem influenciar a demanda e o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia.

Os Coordenadores da Oferta e as sociedades de seu conglomerado econômico poderão realizar operações com derivativos para proteção (*hedge*) em operações contratadas com terceiros (desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas), tendo ações ordinárias de emissão da Companhia como referência (incluindo operações de *total return swap*) além de outras operações permitidas pelo artigo 48, inciso II da Instrução CVM 400. Tais operações não serão consideradas investimentos realizados por Pessoas Vinculadas para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400. A realização de tais operações pode constituir uma porção significativa da Oferta e poderá influenciar a demanda e, consequentemente, o preço das Ações da Oferta.

Eventuais matérias veiculadas na mídia com informações equivocadas ou imprecisas sobre a Oferta, a Companhia, os Acionistas Vendedores e/ou os Coordenadores da Oferta poderão gerar questionamentos por parte da CVM, B3 e/ou de potenciais investidores da Oferta, o que poderá impactar negativamente a Oferta.

A Oferta e suas condições, incluindo o presente Prospecto, passaram a ser de conhecimento público após a realização do protocolo do pedido de registro da Oferta na CVM. Até a divulgação do Anúncio de Encerramento, poderão ser veiculadas na mídia matérias contendo informações equivocadas ou imprecisas sobre a Oferta, a Companhia, os Acionistas Vendedores e/ou os Coordenadores da Oferta, ou, ainda, contendo informações que não constam dos Prospectos e/ou do Formulário de Referência.

Tendo em vista que o artigo 48 da Instrução CVM 400 veda qualquer manifestação na mídia por parte da Companhia, dos Acionistas Vendedores ou dos Coordenadores da Oferta sobre a Oferta até a divulgação do Anúncio de Encerramento, eventuais notícias sobre a Oferta poderão conter informações que não foram fornecidas ou que não contaram com a revisão da Companhia, dos Acionistas Vendedores ou dos Coordenadores da Oferta.

Assim, caso sejam divulgadas informações sobre a Oferta ou a Companhia em outros meios que não sejam os Prospectos ou o Formulário de Referência, ou, ainda, caso haja informações equivocadas ou imprecisas sobre a Oferta divulgadas na mídia, a CVM, a B3 ou potenciais investidores poderão questionar o conteúdo de tais matérias midiáticas, o que poderá afetar negativamente a tomada de decisão de investimento pelos potenciais investidores, assim como a CVM poderá a seu exclusivo critério, caso haja comprovação ou suspeita de participação de pessoas relacionadas com a Oferta ou a Companhia em tal divulgação, suspender a Oferta, com a consequente alteração de seu cronograma.

[A Companhia arcará com as despesas relacionadas à Oferta, bem como arcará juntamente com os Acionistas Vendedores com as comissões da Oferta, o que impactará os valores líquidos a serem recebidos no âmbito da Oferta e poderá afetar adversamente os resultados da Companhia no período subsequente à realização da mesma.]

[Por meio do Contrato de Distribuição, a Companhia arcará juntamente com os Acionistas Vendedores com as comissões da Oferta, de acordo com suas respectivas participações na Oferta, além de assumir a obrigação de pagamento de certas despesas relacionadas à Oferta, incluindo da Oferta Secundária. O desembolso desses valores pela Companhia impactará os valores líquidos a serem recebidos no âmbito da Oferta e, por consequência, os valores creditados ao seu patrimônio líquido e poderá impactar negativamente seus resultados no período de apuração subsequente à realização da Oferta. Para mais informações sobre os custos e despesas incorridos pela Companhia com a Oferta, veja a seção “Informações Relativas à Oferta – Custos de Distribuição” na página 47 deste Prospecto.]

O Contrato de Distribuição e o Contrato de Distribuição Internacional contém condições suspensivas em relação à colocação das Ações, considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar. Caso tais condições não sejam implementadas até a Data de Liquidação e/ou a Data de Liquidação das Ações do Lote Suplementar, conforme aplicável, o Contrato de Distribuição e o Contrato de Distribuição Internacional poderão ser rescindidos e, consequentemente, o registro da Oferta pela CVM será cancelado.

O Contrato de Distribuição e o Contrato de Distribuição Internacional condicionam a colocação das Ações, considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar, à implementação de certas condições suspensivas até a Data de Liquidação e/ou a Data de Liquidação das Ações do Lote Suplementar, conforme aplicável. Caso as referidas condições suspensivas não sejam implementadas, o Contrato de Distribuição e o Contrato de Distribuição Internacional poderão ser rescindidos. Nos termos do artigo 19, parágrafo 4º, da Instrução CVM 400, a rescisão do Contrato de Distribuição importará no cancelamento do registro da Oferta pela CVM. Para mais informações, veja a seção "Informações Sobre a Oferta – Contrato de Distribuição e Contrato de Distribuição Internacional", na página 66 deste Prospecto. Após a divulgação do Anúncio de Início, o Contrato de Distribuição estará disponível para consulta e obtenção de cópias junto aos Coordenadores da Oferta, nos endereços indicados na seção "Informações Sobre a Oferta – Informações Adicionais", na página 71 deste Prospecto.

O cancelamento da Oferta será informado aos investidores que já tenham aceitado a Oferta, por meio de anúncio a ser divulgado nas páginas da Companhia, das Instituições Participantes da Oferta, da CVM e da B3 na rede mundial de computadores, constantes da seção "Informações sobre a Oferta – Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta" na página 70 deste Prospecto, mesmos meios utilizados para divulgação do Aviso ao Mercado e do Anúncio de Início. Todos os investidores que já tenham aceitado a Oferta, na hipótese de seu cancelamento, terão direito à restituição integral dos valores dados em contrapartida às Ações, conforme o disposto no parágrafo único do artigo 20 da Instrução CVM 400, no prazo de 3 dias úteis, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF e/ou do câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada). Para mais informações, veja a seção "Informações Sobre a Oferta – Suspensão ou Cancelamento da Oferta", na página 64 deste Prospecto.

APRESENTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFERTA

Coordenador Líder

O Itaú BBA é o banco de atacado do conglomerado Itaú Unibanco. O Itaú BBA é resultado da fusão dos bancos BBA e das áreas *corporate* do Banco Itaú S.A. e Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. Em 31 de março de 2019, o Itaú Unibanco apresentou os seguintes resultados: ativos na ordem de R$1,7 trilhão e uma carteira de crédito de R$647 bilhões. A história do Itaú BBA começa com o BBA Creditanstalt, fundado em 1988 em São Paulo por Fernão Bracher e Antonio Beltran, em parceria com o Bank Austria Creditanstalt. A atuação do banco estava voltada para operações financeiras bancárias, com características de atacado, e destaque para *underwriting*, *hedge*, crédito e câmbio.

Em 1991, foi a única instituição brasileira a coordenar o consórcio de bancos estrangeiros para investimentos no programa de privatização de empresas estatais no país. Ainda no mesmo ano, recebeu autorização do BACEN para operar subsidiária em Bahamas e atender a demanda de clientes na área internacional.

Em 1994, assinou acordo de cooperação com a administradora de recursos Paribas Capital. No ano seguinte, juntou-se ao Capital Group, de Los Angeles, para formar a administradora de fundos BBA Capital. Em 1996, adquiriu a Financiadora Mappin e criou a Fináustria, especializada em financiamento de veículos. Nessa época, já contava com sucursais em Campinas, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Belo Horizonte.

Em 2001, o BBA tem novo parceiro de negócios, em razão da compra do Creditanstalt pelo grupo alemão HVB. No ano seguinte, a associação com o Grupo Icatu fez surgir duas empresas: a BBA Icatu Corretora e a BBA Icatu Investimentos.

No final de 2002, ocorreu a associação com o Banco Itaú S.A., surgindo assim uma nova instituição: o Itaú BBA. Com gestão autônoma para conduzir todos os negócios de clientes corporativos e banco de investimento do grupo, passa a contar com a base de capital e liquidez do Itaú e a especialização do BBA no segmento de atacado.

Em 2005, o Itaú BBA ampliou as atividades de banco de investimentos e, com isso, consolidou-se como um *player* de mercado em fusões e aquisições, *equities* e renda fixa local, conforme descrito abaixo. A partir de 2008, iniciou expansão de suas atividades em renda fixa internacional e produtos estruturados.

Em 2009, o BACEN aprovou a associação entre o Itaú e o Unibanco. O Itaú BBA uniu-se com a área *corporate* do Unibanco, e ainda concentrou as atividades de tesouraria institucional do grupo.

Atividade de *investment banking* do Itaú BBA

A área de *investment banking* do Itaú BBA oferece assessoria a clientes corporativos e investidores na estruturação de produtos de banco de investimento, incluindo renda variável, renda fixa e fusões e aquisições.

O Itaú BBA tem sido reconhecido como um dos melhores bancos de investimento nas regiões em que atua: foi eleito cinco anos consecutivos, de 2011 a 2015, banco de investimento mais inovador da América Latina pela The Banker, para a mesma região, foi considerado o melhor banco de investimento em 2011, 2012, 2013, 2015, 2016 e 2017 pela Global Finance, mesma instituição que o apontou como o melhor *investment bank* do Brasil em 2009, 2012, 2013, 2014 e 2015 e como o banco mais criativo do mundo em 2016. Também em 2016, o Itaú BBA foi eleito pela Bloomberg como o melhor assessor em transações de *M&A* da América Latina e Caribe.

Em renda variável, o Itaú BBA oferece serviços para estruturação de ofertas públicas primárias e secundárias de ações e de *deposit receipts* (DRs), ofertas públicas para aquisição e permuta de ações, além de assessoria na condução de processos de reestruturação societária de companhias abertas e trocas de participações acionárias. A condução das operações é realizada em conjunto com a Itaú Corretora de Valores S.A., que tem relacionamento com investidores domésticos e internacionais, além de contar com o apoio da melhor casa de *research* do Brasil e da América Latina, segundo a Institucional Investor. Em 2018 o Itaú BBA foi líder em emissões no mercado brasileiro em número de transações que totalizaram US$6,1 bilhões.

Com equipe especializada, a área de fusões e aquisições do Itaú BBA oferece aos clientes estruturas e soluções para assessoria, coordenação, execução e negociação de aquisições, desinvestimentos, fusões e reestruturações societárias. De acordo com o ranking de fusões e aquisições da Dealogic, o Itaú BBA prestou assessoria financeira a 49 transações em 2018 na América do Sul, obtendo a primeira colocação no *ranking* por quantidade de operações acumulando um total de US$25,7 bilhões.

No segmento de renda fixa, o Itaú BBA conta com equipe dedicada para prover aos clientes produtos no mercado doméstico e internacional, tais como: notas promissórias, debêntures, *commercial papers, fixed* e *floating rate notes*, fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC), certificados de recebíveis imobiliários (CRI) e certificados de recebíveis do agronegócio (CRA). Em 2014, segundo o *ranking* da ANBIMA, o Itaú BBA foi líder em distribuição de renda fixa local, coordenando 20% do volume total distribuído, que ultrapassou os R$7 bilhões. Pelo mesmo *ranking*, o Itaú BBA ficou em segundo lugar em 2015 e 2016, tendo coordenado operações cujo volume total somou mais de US$4 bilhões em 2015, US$8 bilhões em 2016 e US$6 bilhões em 2017, equivalente a 14%, 21% e 27% do total, respectivamente. Em 2018 o Itaú BBA foi líder obtendo 37% de participação sobre o volume total emitido, tendo coordenado operações cujo volume total somou aproximadamente US$8 bilhões.

J.P. Morgan

O J.P. Morgan faz parte do J.P. Morgan Chase & Co. (NYSE: JPM), uma instituição financeira com atuação global e ativos de aproximadamente US$2,7 trilhões, em 31 de dezembro de 2019, segundo relatórios financeiros divulgados aos investidores. O J.P. Morgan Chase & Co. atua com empresas e investidores institucionais, além de *hedge funds*, governos e indivíduos afluentes em mais de 100 países, conforme informação disponibilizada na página do J.P. Morgan Chase & Co. na internet.

O J.P. Morgan está presente no Brasil desde a década de 60 atuando em diversas áreas. A área de *Investment Banking* oferece assessoria em operações de fusões e aquisições, reestruturações societárias e financeiras, emissões de títulos de dívida e emissões de ações, no mercado local e internacional, entre outros; a área de *Local Markets*, *Sales & Trading* oferece produtos de tesouraria a clientes corporativos e institucionais e de *Private Banking*; a Corretora oferece serviços de intermediação em contratos futuros, opções, ações e empréstimo de valores mobiliários para clientes institucionais e de *Private Banking*; a área de *Equities* oferece produtos de *equities* em geral, tais como operações de derivativos; a área de *Treasury Services* oferece serviços de conta corrente, pagamento e recebimento, e investimentos em renda fixa; a área de *Trade and Loan Products* oferece produtos de trade, garantias bancárias e financiamentos; a área de *Direct Custody and Clearing* oferece serviços de custódia a investidores não residentes; e as áreas de *Asset Management* e *Wealth Management* oferecem serviços de gestão de recursos, sendo que esta última também concede crédito e assessora os clientes pessoas físicas de alta renda em seus investimentos.

Em 2008, o J.P. Morgan Chase & Co. foi o primeiro banco na história a consolidar as posições de liderança mundial nos mercados de fusões e aquisições, emissão de dívida e ações, segundo dados da Dealogic e Thomson. No mercado de emissão de ações especificamente, o J.P. Morgan Chase & Co. é o líder mundial no histórico acumulado desde 2007, segundo a Dealogic (Global Equity e Equity Linked). Essa posição de liderança do J.P. Morgan Chase & Co. está refletida nas premiações obtidas no mercado de ações, as quais totalizam um recorde de dezoito prêmios da revista IFR desde 2007.

Por dois anos consecutivos, 2008 e 2009, o J.P. Morgan Chase & Co. foi escolhido pela publicação Latin Finance como o "Best Equity House in Latin America". Em 2008, o J.P. Morgan Chase & Co. recebeu também o prêmio "Best M&A House in Latin America" e, em 2009, o prêmio "Best Investment Bank in Latin America", ambos concedidos pela Latin Finance. Em 2011, o J.P. Morgan Chase & Co. recebeu os prêmios "Best Investment Bank in Latin America", concedido pela Latin Finance, e "Best M&A House in Mexico", "Best M&A House in Chile", "Best Debt House in Brazil" e "Best Investment Bank in Chile", concedidos pela Euromoney. Em 2012, o J.P. Morgan Chase & Co. foi premiado como "Best Investment Bank in Latin America", assim como "Best M&A House", ambos pela Latin Finance. Em 2015, o J.P. Morgan Chase & Co. recebeu o prêmio de "Best Equity House in Latin America" pela Euromoney e "Best Investment Bank in Latin America" pela Latin Finance. Em 2016, o J.P. Morgan Chase & Co. recebeu o prêmio de "Best Investment Bank in Latin America" e, em 2017, "Bond House of Year in Latin America" pela Latin Finance. A equipe de Equity Sales da América Latina do J.P. Morgan foi eleita pelo Institutional Investor número 1 em quatro dos últimos cinco anos, em 2015, 2016, 2018 e 2019.

Essas premiações refletem a posição de liderança do J.P. Morgan Chase & Co. na América Latina, bem como sua presença nas mais relevantes transações de oferta de ações, como as ofertas de Marfrig, Unidas, Intermédica, XP Inc., Aliansce Sonae, Magazine Luiza, Banco do Brasil, Vivara, Banco Inter, Movida, Petrobras Distribuidora, IFS, Cencosud Shoppings, Neoenergia, Intermédica, Totvs, Stone, MercadoLibre, Localiza, Unidas, Intermédica, Stone, Falabella, Mall Plaza, Intermédica, Globant, Central Puerto, PagSeguro ("Latin America Equity Issue" em 2018, segundo a IFR), Burger King Brasil, Nexa Resoucers, Camil, Magazine Luiza, Supervielle, Atacadão ("IPO of the Year" em 2017, segundo a Latin Finance), IRB-Brasil Resseguros, Biotoscana, Instituto Hermes Pardini, Azul, CCR, Lojas Americanas, Alupar, BR Malls, Jose Cuervo, Lenova ("Follow-on of the Year" em 2017, segundo a Latin Finance), Nemak, GICSA, Par Corretora, Telefônica Brasil, Via Varejo, Grupo Lala, BB Seguridade, Enersis, Banorte, Visanet, Cemex, Brasil Foods, Natura, Vale, Fleury, Arcos Dorados, Petrobras, Grupo Sura, America Movil, entre outras. Essa posição de liderança no Brasil e América Latina é respaldada por uma plataforma de produtos completa, incluindo dívida conversível, bem como uma força de vendas mundial que colocou, entre 1º de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2019, US$2,849 bilhões em ações em 4.496 transações, segundo a Dealogic (crédito total para os coordenadores).

No âmbito global, a equipe de equity research do J.P. Morgan Chase & Co. conquistou o prêmio "#1 Equity Research Team in Latin America" em 2009, 2010, 2011, 2014, 2015 e 2017 concedido pela Institutional Investor. Além desses, nos últimos anos, o J.P. Morgan Chase & Co. recebeu os prêmios "Bank of the Year" (2008, 2017 e 2018), "Equity House of the Year" (2008, 2009 e 2016), "Americas Equity House of the Year" (2016), "Bond House of the Year" (2008, 2019), "Derivatives House of the Year" (2008), "Loan House of the Year" (2012 e 2017), "Securitization House of the Year" (2008 e 2010), "Leveraged Loan House of the Year" (2008), "Leveraged Finance House of the Year" (2008), "High-Yield Bond House of the Year" (2012), "Financial Bond House of the Year" (2009), "Latin America Bond House of the Year" (2009) – concedidos pela International Financing Review – bem como o prêmio "Best Investment Bank" da revista Global Finance nos anos de 2010, 2013, 2015, 2018 e 2019. Esta última publicação também nomeou o J.P. Morgan Chase & Co. como "Best Equity Bank" em 2018 e 2019.

Bradesco BBI

Banco de Investimento do Banco Bradesco S.A., o Bradesco BBI, é responsável por (i) originação e execução de operações de financiamento de projetos; (ii) originação e execução de operações de fusões e aquisições; (iii) originação, estruturação, sindicalização e distribuição de operações de valores mobiliários de renda fixa no Brasil e exterior; e (iv) originação, estruturação, sindicalização e distribuição de operações de valores mobiliários de renda variável no Brasil e exterior.

Bradesco BBI conquistou em 2018 os prêmios *"Best Investment Bank in Brazil*" pela Euromoney, "*The Best M&A Bank From America* Latina" e "*The Best Investment Bank in* Brazil" pela Global Finance e "*Most Innovative Investment Bank from Latin America*" pela The Banker. Já em 2019, o Bradescco BBI conquistou em 2019 o prêmio "*The Best Investment Bank in* Brazil" pela Global Finance e "The Most Innovative Bank in Latam" pela The Banker.

Em 2019, o Bradesco BBI assessorou seus clientes no total de 191 operações em todos os segmentos de *Investment Banking* em um montante total de aproximadamente R$236,571 bilhões.

Presença constante em operações de renda variável, com presença na maioria dos IPOs (Initial Public Offerings) e *Follow-ons* que foram a mercado nos últimos anos, tanto no Brasil quanto no exterior.

O Bradesco BBI apresentou em 2019 presença significativa no mercado de capitais brasileiro, tendo participado como *joint bookrunner* no *Follow-on* do IRB Brasil RE, no montante de R$2.516 milhões, coordenador líder do IPO da Centauro, no montante de R$705 milhões, *joint bookrunner* no *Follow-on* do Banco BTG Pactual, no montante de R$2.539 milhões, *joint bookrunner* no *Follow-on* de CPFL Energia, no montante de R$3.212 milhões, *joint bookrunner* no *Follow-on* da intermédica, no montante de R$2.370 milhões, *joint bookrunner* no *Follow-on* da Light, no montante de R$2.500 milhões, *joint bookrunner* no *Follow-on* do IRB Brasil RE, no montante de R$7.390 milhões, *joint bookrunner* no *Follow-on* da Movida, no montante de R$832 milhões, *joint bookrunner* no *Follow-on* do Banco Inter, no montante de R$1.248 milhões, *joint bookrunner* no *Follow-on* da Trisul, no montante de R$405 milhões, coordenador líder do *Follow-on* da Helbor, no montante de R$560 milhões, *joint bookrunner* do *Follow-on* da Log CP, no montante de R$638 milhões, *joint bookrunner* do *Follow-on* da Arco Educação, no montante de US$332 milhões, *joint bookrunner* do IPO da C&A, no montante de R$1.831 milhões, *joint bookrunner* do Re-IPO da CCP, no montante de R$870 milhões, *joint bookrunner* do *Follow-on* da Lopes, no montante de R$147 milhões, *joint bookrunner* do *Follow-on* da Magazine Luiza, no montante de R$4.730 milhões, *joint bookrunner* do *Follow-on* da JHSF, no montante de R$513 milhões, *joint bookrunner* do *Follow-on* da Marisa, no montante de R$570 milhões, *joint bookrunner* do *Follow-on* da Aliansce Sonae, no montante de R$1.191 milhões, *joint bookrunner* do *Follow-on* da Intermédica, no montante de R$5.002 milhões, *joint bookrunner* do *Follow-on* da Unidas, no montante de R$1.829 milhões, *joint bookrunner* do *Follow-on* da Marfrig, no montante de R$2.997 milhões e *joint bookrunner* do *Follow-on* da Restoque, no montante de R$259 milhões.

Com importantes transações realizadas, o Bradesco BBI concluiu 2019 com grande destaque em renda fixa. Participou de 118 operações no mercado doméstico, em ofertas que totalizaram mais de R$101,540 bilhões originados.

No ano de 2019, o Bradesco BBI assessorou 28 transações de M&A envolvendo um volume total de aproximadamente R$40 bilhões, tendo como destaque: (i) assessoria ao Casino na compra da participação detida pelo Éxito na Segisor por R$5,4 bilhões (ii) assessoria à Odebrecht TransPort na venda da rodovia Rota das Bandeiras para o Farallon e o Mubadala por R$4,0 bilhões, (iii) assessoria ao Banco Bradesco na aquisição do BAC Florida Bank por R$2,0 bilhões, (iv) assessoria à Kroton na realização de oferta pública de ações no contexto da aquisição da Somos Educação por R$1,7 bilhões, (v) assessoria à EDP Renováveis na venda da Babilônia Holding para a Actis por R$1,2 bilhões, e (vi) assessoria ao Grupo CB na venda de portfólio de galpões logísticos para a HSI por valor confidencial.

O Banco Bradesco S.A. está presente em todos os municípios brasileiros e em diversas localidades no exterior. Clientes e usuários têm à disposição 80.222 pontos de atendimento, destacando-se 4.478 agências.

XP Investimentos

A XP foi fundada em 2001, na cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, Brasil, como um escritório de agentes autônomos de investimentos com foco em investimentos em bolsa de valores e oferecendo educação financeira para os investidores. A trajetória diferenciada e ascendente em relação aos seus concorrentes permitiu uma rápida expansão, com abertura nos anos seguintes de escritórios em São Paulo e Rio de Janeiro. A partir de 2009, a XP deu mais um passo e inovou o mercado de investimentos brasileiro, lançando o conceito de supermercado financeiro, com uma plataforma aberta de investimentos, proporcionando uma experiência única para o investidor. O modelo de sucesso atraiu o interesse de fundos de *private equity* internacionais, validando a tese de investimento e permitindo ganhos de escala para seu crescimento.

Em 2011, a XP estreou no mercado internacional por meio da criação da XP Securities, hoje XP Investments, com escritórios em Miami, Nova Iorque e Londres. Em 2014, o Grupo XP adquiriu a Clear Corretora no Brasil e em 2016 adquiriu 100% do capital social da Rico Investimentos, segmentando suas três marcas para perfis distintos de investidores (XP, Clear e Rico).

Com uma equipe de gestão alinhada à cultura meritocrática, em um modelo de *partnership*, e sempre mantendo o foco em ajudar o brasileiro a investir melhor, a XP investe de forma relevante no desenvolvimento do mercado de capitais brasileiro. Esse desenvolvimento se faz necessário para que surjam novos produtos de qualidade no mercado, propiciando assim alternativas interessantes de investimento. A atuação da XP configurou um novo paradigma no mercado de investimentos brasileiro, consequentemente atraindo a atenção de grandes bancos e investidores. Em 2017, o Itaú Unibanco adquiriu participação minoritária na companhia, de 49,9%, avaliando a XP em R$12 bilhões e reafirmando o sucesso de seu modelo de negócios. Em junho de 2019, o Grupo XP atingiu mais de 1.300.000 (um milhão e trezentos mil) clientes ativos e 5.000 (cinco mil) agentes autônomos e R$275 (duzentos e setenta e cinco) bilhões de reais de ativos sob custódia.

Atualmente, o Grupo XP (que assumiu a nova marca de XP Inc.) tem a seguintes áreas de atuação: (i) corretora de valores, que inclui serviços de corretagem e assessoria de investimentos para clientes pessoa física e jurídica, coordenação e estruturação de ofertas públicas e, além disso, possui uma plataforma de distribuição de fundos independentes com mais de 590 fundos de 150 gestores; (ii) asset management, com mais de R$40 (quarenta) bilhões de reais sob gestão, e que via XP *Asset Management* oferece fundos de investimentos em renda fixa, renda variável e fundos de investimentos imobiliários; (iii) mercado de capitais, engloba um portfólio completo de serviços e soluções para adequação de estrutura de capital e assessoria financeira.

Atividade de Mercado de Capitais da XP

A área de mercado de capitais atua com presença global, oferecendo a clientes corporativos e investidores uma ampla gama de produtos e serviços por meio de uma equipe altamente experiente e dedicada aos seguintes segmentos: Dívida local (Debêntures, Debêntures de Infraestrutura, CRI, CRA, CDCA, FIDC, LF), Dívida Internacional (*Bonds*), Securitização, *Equity Capital Markets*, *M&A*, Crédito Estruturado, *Project Finance* e *Development Finance*.

No segmento de renda fixa e híbridos, a XP classifica-se entre as principais instituições na coordenação de operações de dívida local, tendo papel de destaque nas ofertas como coordenador. Em 2018, segundo o ranking da ANBIMA, a XP foi líder na emissão de Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA), Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI), Fundos de Investimentos Imobiliário (FII) e em Securitização, obtendo 21,7%, 23,5%, 75,9% e 22,8% de participação sobre o volume total emitido.

Em renda variável, a XP oferece serviços para estruturação de ofertas públicas primárias e secundárias de ações. A condução das operações é realizada em âmbito global com o apoio de uma equipe de *equity sales* presente na América do Norte, América Latina e Europa e de uma equipe de *equity research* que cobre mais de 45 empresas de diversos setores. Em 2017, a XP atuou de forma ativa no segmento de *Equity Capital Markets* destacando sua participação nas ofertas de IPO de Burger King no valor de R$1,98 bilhões; IPO de Omega Geração, no valor de R$789 milhões e Movida no valor de R$600 milhões. Em 2019, até o fechamento do mês de julho, a XP atuou como assessora do Grupo CB na estruturação da operação de R$2,30 bilhões que alterou a estrutura societária da Via Varejo; follow-on da Petrobras no valor de R$7,30 bilhões; follow-on da Light no valor de R$2,5 bilhões; IPO da Afya no valor de US$250 milhões, no follow-on da Movida no valor de R$832 milhões e no follow-on da Omega no valor de R$831 milhões. Ademais, nos anos de 2016, 2017 e 2018 a XP foi líder em alocação de varejo em ofertas de renda variável, responsável por alocar o equivalente a 72,2%, 53,4% e 64,1%, respectivamente, do total de ativos de renda variável alocados nos referidos anos.

Adicionalmente, possui uma equipe especializada para a área de fusões e aquisições da XP, oferecendo aos clientes estruturas e soluções para assessoria, coordenação, execução e negociação de aquisições, desinvestimentos, fusões e reestruturações societárias.

RELACIONAMENTO ENTRE A COMPANHIA E OS COORDENADORES DA OFERTA

Para fins do disposto no Item 3.3.2 do Anexo III da Instrução CVM 400, são descritos abaixo o relacionamento da Companhia com os Coordenadores da Oferta.

Nenhuma das operações descritas abaixo é vinculada à Oferta e/ou ao Preço por Ação e não há, na data deste Prospecto, quaisquer operações celebradas entre a Companhia e os Coordenadores da Oferta e/ou outras sociedades pertencentes aos seus respectivos grupos econômicos que estejam vinculadas à Oferta e/ou ao Preço por Ação.

Relacionamento entre a Companhia e o Coordenador Líder

Na data deste Prospecto, a Companhia e/ou sociedades integrantes do seu grupo econômico possuem relacionamento comercial relevante com o Coordenador Líder e demais sociedades do seu grupo econômico, conforme detalhado a seguir:

- Adiantamento sobre Contrato de Câmbio, celebrado em 07 de maio de 2020, no valor de R$8,7 milhões e taxa efetiva de 3,9% a.a., com vencimento em 03 de novembro de 2020. A operação é garantida por aval da Álcool Ferreira S.A., CNPJ: 61.154.480/0001/30;

- Prestação de serviços de *Cash Management,* celebrado em 30 de maio de 1977, sem data de vencimento e perfazendo um volume médio mensal de R$61 milhões com fornecedores e R$9,5 milhões com tributos, sem tarifas especificas por esses serviços. Tais serviços não contam com quaisquer garantias;

- Prestação de serviço de administração de folha de pagamentos, celebrado em 30 de maio de 1997, com prazo de vencimento indeterminado, considerando 600 funcionários, com volume médio mensal de R$1,6 milhões, tal operação não conta com remuneração específica ou quaisquer garantias; e

- Prestação de serviço de Sispag/boletos, celebrado em 30 de maio de 1977, com prazo de vencimento indeterminado, volume médio mensal de 2.800 boletos e valor total de R$25 milhões. A remuneração do Coordenador Líder é de R$2,30 por boleto, tais serviços não contam com quaisquer garantias.

Na data deste Prospecto, exceto pelo disposto acima e abaixo e pelo relacionamento decorrente da presente Oferta, a Companhia e/ou sociedades de seu grupo econômico não possuem qualquer outro relacionamento relevante com o Coordenador Líder e/ou as sociedades do seu conglomerado econômico.

Além disso, exceto pelo abaixo, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia:

- O Itaú BBA atuou como coordenador líder em oferta pública com esforços restritos de distribuição, tendo recebido uma remuneração de R$495.213,00 como *fee* de estruturação, nos termos da Instrução CVM 476, dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª e 2ª Séries da 4ª Emissão da True Securitizadora S.A. ("**CRA**"), os quais são vinculados à debêntures da 3ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, a ser Convolada em Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Duas Séries, para Colocação Privada, da Companhia Nacional de Álcool. Os CRA foram emitidos em 12 de agosto de 2019 e tem vencimento final em 14 de agosto de 2024. Os CRA da 1ª Série são remunerados por 100% do CDI + 2,20% a.a. e os da 2ª Série são remunerados por 100% do CDI + 2,45% a.a. O valor total da emissão é de R$60 milhões. Os CRA são garantidos por (i) fiança prestada pela Companhia e suas subsidiárias, Álcool Ferreira S.A. e da Ilha Comércio de Álcool Ltda.; e (ii) alienação fiduciária em garantia de ações ordinárias de emissão da Companhia. O Itaú Corretora de Valores S.A. é a instituição responsável pela escrituração dos CRA, recebendo R$3.500,00 ao mês pelo serviço de escrituração, tal operação teve início em 12 de agosto de 2019 e tem vencimento final em 14 de agosto de 2024, sem nenhum tipo de garantia.

A Companhia contratou e poderá vir a contratar, no futuro, o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico para celebrar acordos e para a realização de operações financeiras, a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das atividades da Companhia.

O Coordenador Líder e/ou sociedades integrantes do grupo econômico do Coordenador Líder e fundos de investimento administrados e/ou geridos por sociedades integrantes de seu grupo econômico eventualmente realizaram negociações de valores mobiliários de emissão da Companhia e/ou possuem títulos e valores mobiliários de emissão e/ou lastreados em créditos originados pela Companhia e/ou de sociedades de seu grupo econômico, sendo que: (i) em nenhum caso tais negociações envolveram ações representativas de participações que atingiram nos últimos 12 meses, 5% do nosso capital social; e (ii) em todos os casos, consistiram em operações em bolsa de valores a preços e condições de mercado.

A Companhia pode ou poderá vir a deter, no futuro, participação em fundos de investimentos geridos ou administrados pelo Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico.

Adicionalmente, o Coordenador Líder e/ou sociedades de seu grupo econômico eventualmente possuem títulos e valores mobiliários de emissão e/ou lastreados em créditos originados pela Companhia e/ou de sociedades de seu grupo econômico, diretamente ou por meio de fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, adquiridos em operações regulares de mercado a preços e condições de mercado.

O Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Coordenador Líder no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (operação com *total return swap*). O Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão adquirir ações ordinárias de emissão da Companhia como forma de proteção (*hedge*) para essas operações. Tais operações poderão influenciar a demanda e os preços das ações ordinárias da Companhia, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia" na página 81 deste Prospecto.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição", na página 47 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga pela Companhia ao Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico no contexto da Oferta. Para mais informações ver seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição" na página 47 deste Prospecto. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Coordenador Líder poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos de estabilização de preço das Ações.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Coordenador Líder como instituição intermediária da Oferta. A Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Coordenador Líder ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre a Companhia e o J.P. Morgan

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à presente Oferta, a Companhia não tinha qualquer outro relacionamento com o J.P. Morgan e seu respectivo grupo econômico.

A Companhia e sociedades controladas pela Companhia poderão, no futuro, vir a contratar o J.P. Morgan e/ou sociedades pertencentes ao seu grupo econômico para celebrar acordos, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras relacionadas com a Companhia ou sociedades controladas pela Companhia.

O J.P. Morgan e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não Ações ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas Ações) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o J.P. Morgan e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico poderão: (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia (inclusive Ações), com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações ou ações ordinárias de emissão da Companhia; (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do J.P. Morgan no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O J.P. Morgan e/ou sociedades de seu grupo econômico poderão celebrar, no exterior, antes da divulgação do Anúncio de Encerramento, a pedido de terceiros, operações de derivativos, tendo ações de emissão da Companhia como ativo de referência e adquirir ações de emissão da Companhia como forma de proteção (*hedge*) para essas operações. No âmbito da Oferta, o J.P. Morgan e/ou sociedades de seu grupo econômico podem adquirir Ações na Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das Ações ou outros termos da Oferta, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações veja a [•], na página [•] deste Prospecto.

Nos últimos 12 (doze) meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o J.P. Morgan e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico (i) não participaram de qualquer oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia, (ii) não participaram de operações de financiamento ou reestruturações societárias da Companhia e/ou sociedades de seu grupo econômico, e (iii) não realizaram aquisições e vendas de valores mobiliários de emissão da Companhia.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista no item "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição" na página 47 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga pela Companhia ao J.P. Morgan cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o J.P. Morgan poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos das atividades de estabilização de preço das Ações.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do J.P. Morgan como instituição intermediária da Oferta. Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o J.P. Morgan e/ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre a Companhia e o Bradesco BBI

Na data deste Prospecto, a Companhia e/ou sociedades integrantes do seu grupo econômico possuem relacionamento com o Bradesco BBI e demais sociedades do seu grupo econômico, conforme detalhado a seguir:

- Contratação de linha de crédito na modalidade PPE no valor de R$13.700.000,00;
- Contratação de linha de crédito na modalidade *swap* sobre caixa no valor de R$1.000.000,00;
- Contratação de linha de crédito na modalidade *swap* sobre caixa no valor de R$1.000.000,00;
- Contratação de serviços para cobrança de clientes no valor de R$500.000,00 por mês;
- Contratação de consórcio em parceria com a Bradesco Consórcios no valor de R$150.000,00;
- Contratação de contrato a termo de moeda estrangeira (NDF) no valor de R$1.000.000,00; e
- Aplicação financeira em conta bancária no valor de R$300.000,00.

Na data deste Prospecto, exceto pelo disposto acima e, pelo relacionamento decorrente da presente Oferta, a Companhia e/ou sociedades de seu grupo econômico não possuem qualquer outro relacionamento relevante com o Bradesco BBI e/ou as sociedades do seu conglomerado econômico. Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia.

A Companhia contratou e poderá vir a contratar, no futuro, o Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico para celebrar acordos e para a realização de operações financeiras, a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das atividades da Companhia.

A Companhia pode ou poderá vir a deter, no futuro, participação em fundos de investimentos geridos ou administrados pelo Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico.

Adicionalmente, o Bradesco BBI e/ou sociedades de seu grupo econômico eventualmente possuem títulos e valores mobiliários de emissão e/ou lastreados em créditos originados pela Companhia e/ou de sociedades de seu grupo econômico, diretamente ou por meio de fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, adquiridos em operações regulares de mercado a preços e condições de mercado.

O Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Bradesco BBI no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (operação com *total return swap*). O Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão adquirir ações ordinárias de emissão da Companhia como forma de proteção (*hedge*) para essas operações. Tais operações poderão influenciar a demanda e os preços das ações ordinárias da Companhia, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia” na página 81 deste Prospecto.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição”, na página 47 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga pela Companhia ao Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico no contexto da Oferta. Para mais informações ver seção “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição” na página 47 deste Prospecto. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Bradesco BBI poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos de estabilização de preço das Ações.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Bradesco BBI como instituição intermediária da Oferta. A Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Bradesco BBI ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre a Companhia e a XP Investimentos

Na data deste Prospecto, exceto pelo relacionamento decorrente da presente Oferta, a Companhia e/ou sociedades de seu grupo econômico não possuem qualquer outro relacionamento relevante com a XP Investimentos e/ou as sociedades do seu conglomerado econômico. Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, a XP Investimentos e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia.

A Companhia contratou e poderá vir a contratar, no futuro, a XP Investimentos e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico para celebrar acordos e para a realização de operações financeiras, a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das atividades da Companhia.

A Companhia pode ou poderá vir a deter, no futuro, participação em fundos de investimentos geridos ou administrados pela XP Investimentos e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico.

Adicionalmente, a XP Investimentos e/ou sociedades de seu grupo econômico eventualmente possuem títulos e valores mobiliários de emissão e/ou lastreados em créditos originados pela Companhia e/ou de sociedades de seu grupo econômico, diretamente ou por meio de fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, adquiridos em operações regulares de mercado a preços e condições de mercado.

A XP Investimentos e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, a XP Investimentos e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação da XP Investimentos no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

A XP Investimentos e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (operação com *total return swap*). A XP Investimentos e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão adquirir ações ordinárias de emissão da Companhia como forma de proteção (*hedge*) para essas operações. Tais operações poderão influenciar a demanda e os preços das ações ordinárias da Companhia, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia" na página 81 deste Prospecto.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição", na página 47 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga pela Companhia à XP Investimentos e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico no contexto da Oferta. Para mais informações ver seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição" na página 47 deste Prospecto. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, a XP Investimentos poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos de estabilização de preço das Ações.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação da XP Investimentos como instituição intermediária da Oferta. A Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e a XP Investimentos ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

RELACIONAMENTO ENTRE OS ACIONISTAS VENDEDORES E OS COORDENADORES DA OFERTA

Para fins do disposto no Item 3.3.2 do Anexo III da Instrução CVM 400, são descritos abaixo o relacionamento dos Acionistas Vendedores com os Coordenadores da Oferta.

Nenhuma das operações descritas abaixo é vinculada à Oferta e/ou ao Preço por Ação e não há, na data deste Prospecto, quaisquer operações celebradas entre os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta e/ou outras sociedades pertencentes aos seus respectivos grupos econômicos que estejam vinculadas à Oferta e/ou ao Preço por Ação.

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder

[Na data deste Prospecto, os Acionistas Vendedores e/ou sociedades integrantes do seu grupo econômico possuem relacionamento com o Coordenador Líder e demais sociedades do seu grupo econômico, conforme detalhado a seguir:

- [•].]

Na data deste Prospecto, exceto pelo [disposto acima e, pelo] relacionamento decorrente da presente Oferta, os Acionistas Vendedores e/ou sociedades de seu grupo econômico não possuem qualquer outro relacionamento relevante com o Coordenador Líder e/ou as sociedades do seu conglomerado econômico. Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão os Acionistas Vendedores.

Os Acionistas Vendedores contrataram e poderão, no futuro, contratar o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico para celebrar acordos e para a realização de operações financeiras, a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

O Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão dos Acionistas Vendedores. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão dos Acionistas Vendedores, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão dos Acionistas Vendedores com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Coordenador Líder no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição” na página 47 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelos Acionistas Vendedores ao Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, a Caixa poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos de estabilização de preço das Ações.

Os Acionistas Vendedores declaram que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Coordenador Líder como instituição intermediária da Oferta. Os Acionistas Vendedores declaram que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o J.P. Morgan

[Na data deste Prospecto, os Acionistas Vendedores e/ou sociedades integrantes do seu grupo econômico possuem relacionamento com o J.P. Morgan e demais sociedades do seu grupo econômico, conforme detalhado a seguir:

- [•].]

Na data deste Prospecto, exceto pelo [disposto acima e, pelo] relacionamento decorrente da presente Oferta, os Acionistas Vendedores e/ou sociedades de seu grupo econômico não possuem qualquer outro relacionamento relevante com o J.P. Morgan e/ou as sociedades do seu conglomerado econômico. Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o J.P. Morgan e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão os Acionistas Vendedores.

Os Acionistas Vendedores contrataram e poderão, no futuro, contratar o J.P. Morgan e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico para celebrar acordos e para a realização de operações financeiras, a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

O J.P. Morgan e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão dos Acionistas Vendedores. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o J.P. Morgan e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão dos Acionistas Vendedores, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão dos Acionistas Vendedores com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do J.P. Morgan no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição" na página 47 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelos Acionistas Vendedores ao J.P. Morgan e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, a Caixa poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos de estabilização de preço das Ações.

Os Acionistas Vendedores declaram que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do J.P. Morgan como instituição intermediária da Oferta. Os Acionistas Vendedores declaram que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre os Acionistas Vendedores e o J.P. Morgan ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Bradesco BBI

[Na data deste Prospecto, os Acionistas Vendedores e/ou sociedades integrantes do seu grupo econômico possuem relacionamento com o Bradesco BBI e demais sociedades do seu grupo econômico, conforme detalhado a seguir:

- [•].]

Na data deste Prospecto, exceto pelo [disposto acima e, pelo] relacionamento decorrente da presente Oferta, os Acionistas Vendedores e/ou sociedades de seu grupo econômico não possuem qualquer outro relacionamento relevante com o Bradesco BBI e/ou as sociedades do seu conglomerado econômico. Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão os Acionistas Vendedores.

Os Acionistas Vendedores contrataram e poderão, no futuro, contratar o Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico para celebrar acordos e para a realização de operações financeiras, a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

O Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão dos Acionistas Vendedores. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão dos Acionistas Vendedores, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão dos Acionistas Vendedores com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Bradesco BBI no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição" na página 47 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelos Acionistas Vendedores ao Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, a Caixa poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos de estabilização de preço das Ações.

Os Acionistas Vendedores declaram que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Bradesco BBI como instituição intermediária da Oferta. Os Acionistas Vendedores declaram que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre os Acionistas Vendedores e o Bradesco BBI ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e a XP Investimentos

[Na data deste Prospecto, os Acionistas Vendedores e/ou sociedades integrantes do seu grupo econômico possuem relacionamento com a XP Investimentos e demais sociedades do seu grupo econômico, conforme detalhado a seguir:

- [•].]

Na data deste Prospecto, exceto pelo [disposto acima e, pelo] relacionamento decorrente da presente Oferta, os Acionistas Vendedores e/ou sociedades de seu grupo econômico não possuem qualquer outro relacionamento relevante com a XP Investimentos e/ou as sociedades do seu conglomerado econômico. Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, a XP Investimentos e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão os Acionistas Vendedores.

Os Acionistas Vendedores contrataram e poderão, no futuro, contratar a XP Investimentos e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico para celebrar acordos e para a realização de operações financeiras, a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

A XP Investimentos e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão dos Acionistas Vendedores. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, a XP Investimentos e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão dos Acionistas Vendedores, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão dos Acionistas Vendedores com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação da XP Investimentos no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição” na página 47 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelos Acionistas Vendedores à XP Investimentos e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, a Caixa poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos de estabilização de preço das Ações.

Os Acionistas Vendedores declaram que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação da XP Investimentos como instituição intermediária da Oferta. Os Acionistas Vendedores declaram que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre os Acionistas Vendedores e a XP Investimentos ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA, OS ACIONISTAS VENDEDORES, OS COORDENADORES DA OFERTA, OS CONSULTORES E OS AUDITORES

Para fins do disposto no item 2 do Anexo III da Instrução CVM 400, esclarecimentos sobre a Companhia e a Oferta, bem como este Prospecto, poderão ser obtidos com a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta nos seguintes endereços:

Companhia

Grupo MPR Participações S.A.
At.: Sra. Isabel Paulino da Costa Tartuci
Alameda Madeira, 222, 7º andar, Conjunto 71, Sala 1, Edifício Alfacon,
Centro Empresarial Alphaville
06454-010, Barueri, SP
Tel.: +55 (11) 3658-1525
www.grupompr.com.br

Acionistas Vendedores

[•]
At.: Sr.(a) [•]
[endereço]
[CEP], [cidade], [UF]
Tel.: +55 ([•]) [•]

[•]
At.: Sr.(a) [•]
[endereço]
[CEP], [cidade], [UF]
Tel.: +55 ([•]) [•]

Coordenadores da Oferta

Coordenador Líder
Banco Itaú BBA S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.500, 1º, 2º, 3º (parte), 4º e 5º andares
04538-132, São Paulo, SP
At.: Sra. Renata Dominguez
Tel.: +55 (11) 3708-8876
www.itau.com.br/itaubba-pt

Banco J.P. Morgan S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3729, 6º (parte), 10º (parte), 11º, 12º (parte), 13º (parte), 14º e 15º andares
04538-905, São Paulo, SP
At.: Sr. Marcelo Porto
Tel.: +55 (11) 4950-3700
www.jpmorgan.com.br/country/br/pt/jpmorgan

Banco Bradesco BBI S.A.
Avenida Pres. Juscelino Kubitschek, 1309, 10º andar
04543-011, São Paulo, SP
At.: Sr. Glenn Mallett
Tel.: +55 (11) 2169-4672
www.bradescobbi.com.br

XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Av. Presidente Juscelino Kubitscheck, 1.909, 30º andar
04543-010, São Paulo, SP
At.: Sr. Vitor Saraiva
Tel.: +55 (11) 4281-4277
www.xpi.com.br

Consultores Legais Locais da Companhia e dos Acionistas Vendedores

Cescon, Barrieu, Flesch & Barreto Advogados
Rua Funchal, 418 - 11º andar
04551-060, São Paulo, SP
At.: Srs. Alexandre Barreto / Eduardo Abrantes
Tel.: +55 (11) 3089-6500
www.cesconbarrieu.com.br

Candido Martins Advogados
Av. Brigadeiro Faria Lima, 3311 – 6º andar
04538-133, São Paulo, SP
At.: Sr. Alamy Candido / Henrique Martins
Tel.: +55 (11) 5545-4010
www.candidomartins.com.br

Consultores Legais Locais dos Coordenadores da Oferta

Lefosse Advogados
Rua Tabapuã, 1.277, 14º andar
04533-014, São Paulo, SP
At.: Sr(a). Luiz Octavio Lopes e Jana Araújo
Tel.: +55 (11) 3024-6100
www.lefosse.com

Consultores Legais Externos da Companhia e dos Acionistas Vendedores

White & Case LLP
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.277, 4º andar
01452-000, São Paulo, SP
At.: Srs. Donald Baker e John P. Guzman
Tel.: +55 (11) 3147-5600
www.whitecase.com

Consultores Legais Externos dos Coordenadores da Oferta

Davis Polk & Wardwell LLP
Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2.041
04543-011, São Paulo, SP
At.:Sr. Maurice Blanco
Tel.: +55 (11) 4871-8400
www.davispolk.com

Auditores Independentes

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
Avenida Chucri Zaidan, 1240, 4º ao 12º andares
04711-130, São Paulo, SP
At.: Sr. Antonio Carlos Brandão
Tel.: +55 (11) 5186-1000
www2.deloitte.com/br/pt.html

Declarações de Veracidade das Informações

A Companhia, os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder prestaram declarações de veracidade das informações, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400. Estas declarações de veracidade estão anexas a este Prospecto, a partir da página 133.

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa, a Companhia estima que os recursos líquidos provenientes da Oferta Primária serão de aproximadamente R$[•], após a dedução das comissões e das despesas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta. Para informações detalhadas acerca das comissões e das despesas da Oferta, veja a seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição" na página 47 deste Prospecto.

A Companhia pretende utilizar os recursos líquidos provenientes da Oferta Primária para (i) expansão da capacidade produtiva e modernização da linha de produção; (ii) desenvolvimento e lançamento de novos produtos e investimentos em *marketing*; e (iii) crescimento mediante potenciais aquisições de empresas do seu mercado de atuação ("M&A").

A tabela abaixo resume os percentuais e valores estimados das destinações dos recursos líquidos provenientes da Oferta Primária:

Destinação	**Percentual Estimado dos Recursos Líquidos**	**Valor Estimado Líquido[(1)(2)]**
		(em R$)
Expansão da capacidade produtiva e modernização da linha de produção	[•]%	[•]
Desenvolvimento e lançamento de novos produtos e investimentos em *marketing*	[•]%	[•]
Crescimento mediante potenciais aquisições de empresas do seu mercado de atuação ("M&A")	[•]%	[•]
Total	**100,00%**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa.
(2) Considerando a dedução das comissões e despesas estimadas devidas por nós no âmbito da Oferta.

Em relação às potenciais aquisições de empresas, a Companhia está sempre atenta a oportunidades de crescimento dentro de seus segmentos de atuação no curso regular de seus negócios e está continuamente analisando potenciais operações que agreguem valor aos seus acionistas. Na data deste Prospecto, não há uma posição definitiva sobre potenciais alvos relevantes a serem adquiridos pela Companhia, nem quanto tempo tais potenciais negociações levarão para serem finalizadas, não tendo celebrado qualquer contrato ou documento vinculante para quaisquer operações relevantes. Não há previsão para aquisição de empresas-alvo de partes relacionadas.

A efetiva aplicação dos recursos captados por meio da Oferta Primária depende de diversos fatores que a Companhia não pode garantir que virão a se concretizar, dentre os quais as condições de mercado então vigentes, nas quais baseia suas análises, estimativas e perspectivas atuais sobre eventos futuros e tendências. Alterações nesses e em outros fatores podem obrigar a Companhia a rever a destinação dos recursos líquidos da Oferta Primária quando de sua efetiva utilização.

Enquanto os recursos líquidos decorrentes da Oferta Primária não forem destinados para os fins acima descritos, serão aplicados no mercado financeiro, em Certificados de Depósito Bancário emitidos por instituições financeiras de primeira linha.

Caso os recursos líquidos captados pela Companhia por meio da Oferta Primária sejam inferiores à sua estimativa, sua aplicação será reduzida de forma proporcional aos objetivos e observada a ordem de alocação disposta na tabela acima e, na hipótese de serem necessários recursos adicionais, a Companhia poderá efetuar emissão de outros valores mobiliários e/ou efetuar a contratação de linha de financiamento junto a instituições financeiras.

Um aumento ou uma redução de R$1,00 no Preço por Ação, correspondente ao ponto médio da Faixa Indicativa, acarretaria um aumento ou redução, conforme o caso, de R$[•] milhões nos recursos líquidos advindos da Oferta Primária, após a dedução das comissões e das despesas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta.

A Companhia não receberá quaisquer recursos em decorrência da realização da Oferta Secundária, visto que tais recursos líquidos reverterão integralmente aos Acionistas Vendedores.

Para mais informações sobre o impacto dos recursos líquidos da Oferta Primária na situação patrimonial da Companhia, veja a seção “Capitalização” na página 105 deste Prospecto.

CAPITALIZAÇÃO

A tabela a seguir apresenta a capitalização total da Companhia, composta por [empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) e patrimônio líquido] em 30 de junho de 2020, indicando a situação real naquela data e a posição ajustada para considerar os recursos líquidos da Oferta Primária, estimados em aproximadamente R$[•], após a dedução das comissões e das despesas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta, com base no Preço por Ação de R$[•], ponto médio da Faixa Indicativa.

As informações descritas abaixo na coluna "Real" foram extraídas das nossas [informações contábeis intermediárias consolidadas, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, relativas ao período de três meses findo em 30 de junho de 2020].

Os investidores devem ler a tabela abaixo em conjunto com as seções "3 – Informações Financeiras Selecionadas" e "10 – Comentários dos Diretores" do Formulário de Referência da Companhia, a partir das páginas 324 e 542 deste Prospecto, respectivamente, bem como com as [informações contábeis intermediárias consolidadas, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, relativas ao período de três meses findo em 30 de junho de 2020, e as demonstrações financeiras consolidadas referentes aos exercícios sociais findos em 31 de março de 2020, 2019 e 2018, as quais se encontram anexas a este Prospecto a partir da página 257.]

	Em 30 de junho de 2020	
	Real	**Ajustado Pós-Oferta[1]**
	(em milhares de R$)	
Empréstimos e financiamentos circulante	[•]	[•]
Empréstimos e financiamentos não circulante	[•]	[•]
Patrimônio Líquido	**[•]**	**[•]**
Capitalização Total[2]	**[•]**	**[•]**

(1) Ajustado para refletir o recebimento de recursos líquidos provenientes da Oferta Primária (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), estimados em R$[•], calculado com base no ponto médio da Faixa Indicativa, após a dedução das comissões e das despesas estimadas como devidas pela Companhia no âmbito da Oferta.

(2) Capitalização total corresponde à soma dos empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) e patrimônio líquido.

Um aumento ou uma redução de R$1,00 no Preço por Ação de R$[•], correspondente ao ponto médio da Faixa Indicativa, aumentaria ou reduziria o valor do patrimônio líquido e da capitalização total da Companhia em R$[•], após a dedução das comissões e despesas estimadas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta.

O valor do patrimônio líquido da Companhia após a conclusão da Oferta está sujeito, ainda, a ajustes decorrentes de alterações do Preço por Ação, bem como dos termos e condições gerais da Oferta que somente serão conhecidos após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

Não houve alteração relevante na capitalização total da Companhia desde 30 de junho de 2020.

DILUIÇÃO

Os investidores que participarem da Oferta sofrerão diluição imediata de seu investimento, calculada pela diferença entre o Preço por Ação e o valor patrimonial contábil por ação imediatamente após a Oferta.

Em 30 de junho de 2020, o valor do patrimônio líquido da Companhia era de R$[●], e o valor patrimonial por ação ordinária correspondia, na mesma data, a R$[●]. O valor patrimonial por ação ordinária representa o valor do patrimônio líquido da Companhia, dividido pelo número total de ações ordinárias de sua emissão em 30 de junho de 2020.

Considerando-se a subscrição de [•] Ações objeto da Oferta Primária pelo Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa, e após a dedução das comissões e das despesas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta, o patrimônio líquido da Companhia ajustado em 30 de junho de 2020 seria de R$[•], representando um valor patrimonial de R$[•] por ação ordinária de emissão da Companhia. Isso significaria um aumento imediato no valor do patrimônio líquido por ação ordinária de R$[•] para os acionistas existentes e uma diluição imediata no valor do patrimônio líquido por ação ordinária de R$[•] para os novos investidores que subscreverem/adquirirem Ações no âmbito da Oferta. Essa diluição representa a diferença entre o Preço por Ação pago pelos investidores na Oferta e o valor patrimonial contábil por ação ordinária imediatamente após a Oferta. Para informações detalhadas acerca das comissões de distribuição e das despesas da Oferta, veja a Seção "Informações Sobre à Oferta – Custos de Distribuição", na página 47 deste Prospecto.

O quadro a seguir ilustra a diluição por ação ordinária de emissão da Companhia, com base em seu patrimônio líquido em 30 de junho de 2020 e considerando os impactos da realização da Oferta Primária:

	Após a Oferta Primária
	(em R$, exceto percentagens)
Preço por Ação[1]	[•]
Valor patrimonial contábil por ação em 30 de junho de 2020	[•]
Valor patrimonial contábil por ação em 30 de junho de 2020 ajustado para refletir a Oferta Primária	[•]
Aumento do valor patrimonial contábil líquido por ação atribuído aos atuais acionistas	[•]
Diluição do valor patrimonial contábil por ação para os novos investidores[2]	[•]
Percentual de diluição dos novos investidores[3]	**[•]%**

(1) Calculado com base no ponto médio da Faixa Indicativa.
(2) Para os fins aqui previstos, diluição representa a diferença entre o Preço por Ação e o valor patrimonial líquido por ação imediatamente após a conclusão da Oferta.
(3) O cálculo da diluição percentual dos novos investidores é obtido por meio da divisão do valor da diluição dos novos investidores pelo Preço por Ação.

O Preço por Ação a ser pago pelos investidores no contexto da Oferta não guarda relação com o valor patrimonial das ações de emissão da Companhia e será fixado tendo como parâmetro as intenções de investimento manifestadas por Investidores Institucionais, considerando a qualidade da demanda (por volume e preço), no âmbito do Procedimento de *Bookbuilding*. Para informações detalhadas sobre o procedimento de fixação do Preço por Ação e das condições da Oferta, veja a Seção "Informações Sobre a Oferta – Preço por Ação", na página 46 deste Prospecto.

Um acréscimo ou redução de R$1,00 no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa, acarretaria um acréscimo ou redução, após a conclusão da Oferta, (i) de R$[•] no valor do patrimônio líquido contábil da Companhia; (ii) de R$[•] no valor do patrimônio líquido contábil por ação de emissão da Companhia; e (iii) na diluição do valor patrimonial contábil por ação aos investidores desta Oferta em R$[•] por Ação, após deduzidas as comissões e as despesas estimadas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta. O valor do patrimônio líquido contábil da Companhia após a conclusão da Oferta está sujeito, ainda, a ajustes decorrentes de alterações do Preço por Ação, bem como dos termos e condições gerais da Oferta que somente serão conhecidos após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

A realização da Oferta Secundária não resultará em nenhuma mudança no número de ações de emissão da Companhia, nem em alteração em seu patrimônio líquido, uma vez que os recursos recebidos, nesse caso, serão integralmente revertidos aos Acionistas Vendedores.

Histórico do preço pago por administradores e acionistas controladores em subscrições e/ou aquisições de ações de emissão da Companhia nos últimos cinco anos

O quadro abaixo apresenta informações sobre o capital social da Companhia subscrito e/ou adquirido nos últimos cinco anos por seus administradores ou controladores:

Data	Subscritor/ Adquirente	Natureza da Operação	Quantidade de Ações Ordinárias	Valor Total	Forma de integralização/liquidação	Valor por Ação
[•]	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
[•]	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
[•]	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
[•]	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]

Para mais informações sobre os últimos aumentos de capital social da Companhia, veja o item “17.2. Aumentos do Capital Social” do Formulário de Referência da Companhia, a partir da página 719 deste Prospecto.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXOS

ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA

DECLARAÇÃO DA COMPANHIA NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

DECLARAÇÃO DOS ACIONISTAS VENDEDORES NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

ATA DA ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA QUE APROVOU O PEDIDO DE REGISTRO DA OFERTA PRIMÁRIA E A ABERTURA DE CAPITAL DA COMPANHIA

MINUTA DA ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO QUE APROVARÁ A REALIZAÇÃO DA OFERTA

MINUTA DA ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA QUE APROVARÁ A FIXAÇÃO DO PREÇO POR AÇÃO

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA COMPANHIA REFERENTES AO PERÍODO DE TRÊS MESES ENCERRADO EM 30 DE JUNHO DE 2020

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA COMPANHIA REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2020, 2019 E 2018

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO CVM 480

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ESTATUTO SOCIAL

GRUPO MPR PARTICIPAÇÕES S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ nº 13.974.755/0001-39
NIRE nº 35.300.395.506

CAPÍTULO I
DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1º – A **Grupo MPR Participações S.A.** ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital autorizado, regida pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Parágrafo único – Com o ingresso da Companhia no Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("Novo Mercado" e "B3", respectivamente), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento do Novo Mercado ("Regulamento do Novo Mercado").

Artigo 2º – A Companhia tem sua sede e foro na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, e poderá, por deliberação da Diretoria, abrir, transferir e/ou encerrar filiais, depósitos, agências ou representação em qualquer localidade do País ou do Exterior.

Artigo 3º – A Companhia tem por objeto a participação em outras sociedades, no Brasil ou no exterior, como sócia ou acionista.

Artigo 4º – O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

CAPÍTULO II
DO CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Artigo 5º – O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), dividido em 99.210.206 (noventa e nove milhões, duzentos e dez mil e duzentos e seis) ações, todas ordinárias, escriturais, nominativas e sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro – É vedada a emissão pela Companhia de ações preferenciais ou partes beneficiárias.

Parágrafo Segundo – O capital social da Companhia será exclusivamente representado por ações ordinárias e cada ação ordinária conferirá ao seu titular o direito a 1 (um) voto nas Assembleias Gerais de acionistas. A propriedade das ações será comprovada pelo registro existente na conta do acionista junto à instituição depositária.

Parágrafo Terceiro – As ações serão indivisíveis em relação à Companhia. Quando a ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio.

Artigo 6º – A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até que o valor do seu capital social alcance R$ 700.000.000,00 (setecentos milhões de reais), independentemente de reforma estatutária.

Parágrafo Primeiro – O aumento do capital social dentro do limite autorizado será realizado mediante deliberação do Conselho de Administração, a quem competirá estabelecer as condições da emissão, inclusive se por subscrição pública ou privada, preço, prazo e forma de sua integralização.

Parágrafo Segundo – Dentro do limite do capital autorizado, a Companhia poderá emitir ações ordinárias, bônus de subscrição e debêntures conversíveis em ações.

Artigo 7º – A Companhia poderá emitir ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição com exclusão do direito de preferência dos antigos acionistas, ou com redução do prazo para seu exercício, quando a colocação for feita mediante: (i) venda em bolsa ou subscrição pública; (ii) permuta de ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos da lei, e dentro do limite do capital autorizado; ou (iii) gozo de incentivos fiscais, nos termos da legislação especial, conforme faculta o artigo 172 da Lei 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações").

Artigo 8º – Todas as ações da Companhia são escriturais e serão mantidas em contas de depósito, em nome de seus titulares, junto à instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") com quem a Companhia mantenha contrato de custódia em vigor, sem emissão de certificados.

Parágrafo Único – Os custos de transferência e averbação, assim como o custo do serviço relativo às ações escriturais poderão ser cobrados diretamente do acionista pela instituição depositária, conforme venha a ser definido no contrato de escrituração de ações.

Artigo 9º – A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração e de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opção de compra ou subscrição de ações, sem direito de preferência para os acionistas, em favor dos seus administradores, empregados e pessoas naturais prestadoras de serviços, assim como dos administradores, empregados e pessoas naturais prestadoras de serviços de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia.

CAPÍTULO III
DAS ASSEMBLEIAS GERAIS

Artigo 10 – As Assembleias Gerais serão ordinárias e extraordinárias. As Assembleias Gerais ordinárias realizar-se-ão nos 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social e, as extraordinárias, sempre que houver necessidade, observados os dispositivos legais referentes à convocação, instalação, deliberações e prescrições legais pertinentes. A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração. Na hipótese de ausência ou impedimento do Presidente do Conselho de

Administração, a Assembleia Geral será instalada e presidida por qualquer membro do Conselho de Administração ou, ainda, na ausência destes, por qualquer diretor da Companhia presente escolhido pelos acionistas. Caberá ao Presidente da Assembleia Geral, em qualquer caso, escolher o Secretário da Mesa, o qual poderá ser acionista ou não da Companhia.

Parágrafo Primeiro – A Assembleia Geral será convocada com, no mínimo, 15 (quinze) dias corridos de antecedência, contado o prazo da primeira publicação do anúncio. Não se realizando a Assembleia Geral em primeira convocação, será publicado novo anúncio de segunda convocação, com antecedência mínima de 8 (oito) dias. Será dispensada a convocação se verificada a presença da totalidade dos acionistas na Assembleia Geral.

Parágrafo Segundo – Compete ao Presidente e ao Secretário da Assembleia Geral zelar pelo cumprimento de quaisquer acordos de acionistas arquivados na Companhia, negando cômputo a voto proferido com violação a tais acordos.

Parágrafo Terceiro – Para tomar parte e votar na Assembleia Geral, o acionista deve provar, mediante documentação original ou cópia enviada por e-mail à Companhia, a sua qualidade como acionista, apresentando, preferencialmente até 2 (dois) dias de antecedência da data da respectiva Assembleia Geral, (i) documento de identidade e (ii) comprovante expedido pela instituição depositária referente às suas ações. Os procuradores de acionistas deverão exibir as respectivas procurações até o mesmo momento e pelo mesmo meio referido neste parágrafo. Os originais dos documentos referidos neste parágrafo, ou suas cópias, dispensada a autenticação e o reconhecimento de firma, deverão ser exibidos à Companhia até o momento da abertura dos trabalhos da respectiva Assembleia Geral.

Parágrafo Quarto - Sem prejuízo do disposto acima, o acionista que comparecer presencialmente à Assembleia Geral munido dos documentos referidos no parágrafo acima, até o momento da abertura dos trabalhos, poderá participar e votar, ainda que tenha deixado de apresentá-los previamente.

Artigo 12 – As Assembleias Gerais somente serão instaladas em primeira convocação, com a presença de acionistas representando, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do capital social votante, salvo quando a Lei das Sociedades por Ações exigir quórum mais elevado, e, em segunda convocação, com qualquer número de acionistas titulares de ações com direito a voto.

Artigo 13 – As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas em lei, serão tomadas por maioria dos votos dos presentes, não se computando os votos em branco.

Parágrafo Primeiro – As atas da Assembleia Geral de acionistas serão lavradas, salvo decisão em contrário do Presidente da Assembleia Geral, na forma de sumário dos fatos ocorridos, inclusive dissidências e protestos, contendo a transcrição das deliberações tomadas e serão publicadas com omissão das assinaturas dos acionistas, observado o disposto nos § 1º e § 2º do artigo 130 da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo Segundo – A Assembleia Geral de acionistas somente poderá deliberar sobre assuntos previstos na ordem do dia, constantes do respectivo edital de convocação, ressalvadas as exceções previstas na Lei das Sociedades por Ações.

Artigo 14 – Compete à Assembleia Geral, além das demais atribuições previstas em lei e neste estatuto social:

(i) reformar o estatuto social;

(ii) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, caso instalado, bem como definir o número de membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, caso instalado;

(iii) fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado;

(iv) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar sobre as demonstrações financeiras;

(v) deliberar sobre a dissolução, liquidação, fusão, cisão, transformação ou incorporação (inclusive incorporação de ações) da Companhia;

(vi) apresentar pedidos de recuperação judicial ou extrajudicial, ou de autofalência;

(vii) atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações;

(viii) aprovar planos de outorga de opção de compra de ações aos seus administradores e empregados, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a suas controladas;

(ix) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre o capital próprio, com base nas demonstrações financeiras anuais;

(x) deliberar sobre resgates, amortizações, aumento ou redução do capital social, excetuada a disposição prevista no parágrafo 1º do Artigo 5º deste Estatuto Social;

(xi) deliberar sobre a emissão de novas ações ou outros títulos conversíveis em ações, sem prejuízo das competências conferidas ao Conselho de Administração neste estatuto social; e

(xii) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração.

CAPÍTULO IV
ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

Artigo 15 – A administração da Companhia compete ao Conselho de Administração e à Diretoria.

Parágrafo Primeiro – Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser cumulados pela mesma pessoa, exceto na hipótese de vacância, observados os termos do Regulamento do Novo Mercado.

Parágrafo Segundo – A posse dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria fica condicionada à assinatura, nos 30 (trinta) dias seguintes à respectiva eleição, de termo de posse, lavrado em livro próprio, que deve contemplar a sujeição dos referidos membros à cláusula compromissória referida no Artigo 35 deste Estatuto Social, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis, e permanecerão em seus cargos até a investidura dos novos administradores eleitos.

Parágrafo Terceiro – Os Administradores da Companhia deverão aderir às Políticas de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Companhia, mediante assinatura do Termo respectivo.

Parágrafo Quarto – Os administradores, que poderão ser destituídos a qualquer tempo, permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos, salvo se diversamente deliberado pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração, conforme o caso. Caso o substituto venha a ser investido, este completará o mandato do administrador substituído.

CAPÍTULO V
DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Artigo 16 – O Conselho de Administração será composto por 5 (cinco) membros, podendo ter igual número de membros suplentes, indicados pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, permitida a reeleição.

Parágrafo Primeiro – O Conselho de Administração terá um Presidente e poderá ter um Vice-Presidente, eleitos por seus membros na primeira reunião que ocorrer após a eleição dos conselheiros.

Parágrafo Segundo – Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, conforme definição do Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados ao conselho de administração como conselheiros independentes ser deliberada na Assembleia Geral que os eleger.

Parágrafo Terceiro – Quando, em decorrência do cálculo do percentual referido no Parágrafo Segundo deste Artigo, o resultado gerar um número fracionário, a Companhia deve proceder ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior.

Artigo 17 – Os membros do Conselho de Administração serão substituídos em suas faltas e impedimentos ou vacância, pelo respectivo suplente, caso aplicável.

Parágrafo Primeiro – Na hipótese de vacância de cargo de membro efetivo do Conselho de Administração, o suplente imediatamente assumirá a vaga,

completando o prazo do mandato do substituído. Se a vacância abranger, ao mesmo tempo, os cargos de membro efetivo e seu suplente, um substituto será nomeado pelos conselheiros remanescentes, e servirá até a primeira assembleia geral, nos termos do artigo 150 da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo Segundo – No caso de ausência ou impedimento temporário do Presidente do Conselho de Administração, suas atribuições serão exercidas pelo Vice-Presidente ou, na falta deste, por outro Conselheiro indicado pelo Presidente do Conselho de Administração e, não havendo indicação, por escolha da maioria dos demais membros do Conselho.

Parágrafo Terceiro – No caso de vacância do cargo de Presidente do Conselho, assumirá o Vice-Presidente, quando aplicável, ou outro conselheiro indicado pela maioria dos membros do Conselho de Administração, que permanecerá no cargo até que o Conselho escolha o seu novo titular, exercendo o substituto o mandato pelo prazo restante.

Artigo 18 – O Conselho de Administração realizará reuniões ordinárias trimestrais e extraordinárias sempre que necessário, mediante convocação pelo Presidente do Conselho ou do Vice-Presidente do Conselho, quando aplicável, ou por 2 (dois) Conselheiros. As reuniões deverão ser convocadas por meio de notificação escrita, inclusive e-mail, com antecedência mínima de 2 (dois) dias, e com a apresentação da pauta dos assuntos a serem tratados.

Parágrafo Primeiro – As reuniões do Conselho de Administração serão instaladas com a presença da maioria dos membros em exercício, e as suas deliberações, inclusive propostas a serem submetidas à Assembleia Geral, serão aprovadas pela maioria, cabendo ao presidente da reunião, em caso de empate, o voto de qualidade.

Parágrafo Segundo – As reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo seu Presidente ou Vice-Presidente, quando aplicável, e na sua ausência por qualquer dos conselheiros, escolhido por maioria dos votos dos demais membros presentes. O presidente da mesa escolherá o seu secretário dentre qualquer dos presentes.

Parágrafo Terceiro – Será considerado presente às reuniões do Conselho de Administração, o conselheiro que:

(i) nomear qualquer outro conselheiro como seu procurador para votar em tal reunião, desde que a respectiva procuração seja entregue ao Presidente do Conselho de Administração ou ao presidente da reunião antes da sua instalação;

(ii) enviar seu voto por escrito ao presidente da reunião antes da sua instalação, via fax, correio eletrônico (*email*), carta registrada ou carta entregue em mãos; ou

(iii) participar das reuniões do Conselho de Administração por meio de vídeo conferência ou conferência telefônica, desde que envie seu voto por escrito via fax, correio eletrônico (*email*), carta registrada ou carta entregue em mãos ao Presidente da reunião antes do encerramento, lavratura e assinatura da respectiva ata, e todos os participantes possam ser claramente identificados, caso em que a reunião será

considerada realizada no local onde estiver o Presidente da reunião.

Parágrafo Quarto – Independentemente das formalidades de convocação, considerar-se-á regular a reunião a que compareçam todos os membros do Conselho de Administração.

Parágrafo Quinto – Nas deliberações do Conselho de Administração, cada conselheiro, inclusive o Presidente do Conselho de Administração, terá direito a um voto.

Parágrafo Sexto – Ao término da reunião, deverá ser lavrada ata, a qual deverá ser assinada por todos os conselheiros fisicamente presentes à reunião, e posteriormente transcrita no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração da Companhia. Os votos proferidos por conselheiros que participarem remotamente da reunião do Conselho de Administração ou que tenham se manifestado na forma do parágrafo terceiro, alínea "c" deste Artigo, deverão igualmente constar no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração, devendo a cópia da carta, fac-símile ou mensagem eletrônica, conforme o caso, contendo o voto do Conselheiro ser juntada ao Livro logo após a transcrição da ata.

Parágrafo Sétimo – Deverão ser publicadas e arquivadas no registro do comércio as atas de reunião do Conselho de Administração da Companhia que contiverem deliberação destinada a produzir efeitos perante terceiros.

Artigo 19 – Além das atribuições que lhe confere a Lei das Sociedades por Ações, as seguintes matérias deverão ser aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia:

(i) aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado;

(ii) eleição, substituição ou destituição dos membros da Diretoria e do Comitê de Auditoria Estatutário;

(iii) atribuir aos Diretores as respectivas funções, atribuições e limites de alçada não especificados neste Estatuto Social;

(iv) declaração de dividendos intermediários e intercalares e o pagamento de juros sobre capital próprio;

(v) elaborar e divulgar parecer fundamentado sobre qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, nos termos do Regulamento do Novo Mercado;

(vi) autorizar a amortização, resgate ou recompra de ações da própria Companhia para manutenção em tesouraria ou cancelamento, bem como deliberar sobre a eventual alienação das ações porventura em tesouraria;

(vii) planos de negócios da Companhia, bem como planos de investimentos, orçamentos e suas alterações subsequentes;

(viii) aquisição de qualquer participação em outra pessoa jurídica, associações ou *joint ventures*, consórcios ou grupos de sociedade quando o valor individual ou em uma série de operações da mesma natureza contratadas entre as mesmas partes e em um mesmo exercício social, for igual ou superior a R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais);

(ix) toda e qualquer aquisição e/ou alienação ou desinvestimento de ativos não previstos nos planos anuais, quando o valor individual ou em uma série de operações da mesma natureza contratadas entre as mesmas partes e em um mesmo exercício social, for igual ou superior a R$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais);

(x) deliberação sobre a emissão e/ou listagem de valores mobiliários de emissão da Companhia em quaisquer mercados, ofertas de valores mobiliários de sua emissão pela própria Companhia, o registro de ofertas de aquisição de ações para fechamento de capital e o pedido de cancelamento de registro;

(xi) alienação de qualquer participação em outra pessoa jurídica, associações ou *joint ventures*, consórcios ou grupos de sociedade, igual ou superior a R$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais);

(xii) aprovação de qualquer endividamento, financiamento e/ou empréstimo bancário em valor superior a R$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) em uma operação ou série de operações com a mesma instituição financeira durante um período de 12 (doze) meses;

(xiii) em qualquer hipótese, a prestação de quaisquer garantias em operações de endividamento, financiamento e/ou empréstimo bancário contraídas por quaisquer sociedades coligadas ou controladas diretas e indiretas da Companhia ("Investidas") em valor igual ou superior a R$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) em uma operação ou série de operações com a mesma instituição financeira durante um período de 12 (doze) meses;

(xiv) nomeação ou destituição de auditores independentes, observado o disposto na alínea (i) do Artigo 28; e

(xv) prestação de quaisquer garantias a terceiros em valor superior a R$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), por operação, exceto nos casos de prestação de garantias a fornecedores no curso normal dos negócios da Companhia e Investidas, observado o disposto no inciso (xvi) abaixo, que independerá de autorização do Conselho de Administração;

(xvi) deliberar previamente sobre operações de cisão, fusão, incorporação das ações da Companhia ou incorporação, dissolução ou liquidação, ou qualquer outra operação de reorganização societária com efeitos semelhantes envolvendo qualquer das sociedades controladas pela Companhia;

(xvii) aprovar o voto da Companhia em qualquer deliberação societária relativa às controladas ou coligadas da Companhia, incluindo sem limitação a eleição ou destituição de seus administradores; e

(xviii) manifestar-se previamente sobre qualquer proposta a ser submetida à deliberação da Assembleia Geral.

Artigo 20 – O Conselho de Administração poderá constituir comitês técnicos ou consultivos, como órgãos de assessoramento, para realizar tarefas específicas ou para atividades genéricas de interesse da Companhia, nos termos e condições definidas pelo Conselho de Administração, incluindo regras sobre composição, prazo de gestão, remuneração e funcionamento. Os Comitês exercerão funções consultivas, em conformidade com os seus regimentos internos, a serem deliberados e aprovados pelo Conselho de Administração.

CAPÍTULO VI
DIRETORIA

Artigo 21 – A Diretoria Executiva será composta por no mínimo 5 (cinco) e no máximo 6 (seis) diretores, acionistas ou não, residentes no país, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, dos quais um Diretor Presidente; um Diretor Financeiro; um Diretor de Relações com Investidores; um Diretor Comercial e um Diretor de Operações e demais diretores sem designação especifica, sendo permitida a cumulação de cargos.

Parágrafo Único – O mandato dos membros da Diretoria será unificado de 2 (dois) anos, podendo ser reeleitos. Os Diretores permanecerão no exercício de seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores.

Artigo 22 –A Diretoria reunir-se-á sempre que convocada pelo Diretor Presidente ou por quaisquer dois Diretores, em conjunto, sempre que assim exigirem os negócios sociais, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis, e a reunião somente será instalada com a presença da maioria de seus membros. Será considerada regular a reunião de Diretoria em que todos os Diretores compareçam, independentemente de convocação prévia.

Parágrafo Primeiro – As deliberações nas reuniões da Diretoria serão tomadas por maioria de votos dos presentes em cada reunião, ou que tenham manifestado seu voto na forma do Parágrafo Sexto deste Artigo.

Parágrafo Segundo – O Diretor Presidente será substituído pelo Diretor Financeiro, em suas ausências ou impedimentos temporários.

Parágrafo Terceiro – No caso de ausência temporária de qualquer Diretor, este poderá, com base na pauta dos assuntos a serem tratados, manifestar seu voto por escrito antecipado, por meio de carta ou fac-símile entregue ao Diretor Presidente, na data da reunião, ou ainda, por correio eletrônico digitalmente certificado.

Parágrafo Quarto – Ocorrendo vaga na Diretoria, compete à Diretoria como colegiado indicar, dentre os seus membros, um substituto que acumulará, interinamente, as funções do substituído, perdurando a substituição interina até o provimento definitivo do cargo a ser decidido pela primeira reunião do Conselho

de Administração que se realizar, que deve ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias após tal vacância, atuando o substituto então eleito até o término do mandato da Diretoria.

Parágrafo Quinto – Os Diretores não poderão afastar-se do exercício de suas funções por mais de 30 (trinta) dias corridos consecutivos sob pena de perda de mandato, salvo caso de licença concedida pela própria Diretoria.

Parágrafo Sexto – As reuniões da Diretoria poderão ser realizadas por meio de teleconferência, videoconferência ou outros meios de comunicação. Tal participação será considerada presença pessoal em referida reunião. Nesse caso, os membros da Diretoria que participarem remotamente da reunião da Diretoria deverão expressar seus votos por meio de carta, fac-símile ou correio eletrônico digitalmente certificado.

Parágrafo Sétimo – Ao término de cada reunião deverá ser lavrada ata, que deverá ser assinada por todos os Diretores fisicamente presentes à reunião, e posteriormente transcrita no Livro de Registro de Atas da Diretoria. Os votos proferidos por Diretores que participarem remotamente da reunião da Diretoria ou que tenham se manifestado na forma do Parágrafo Sexto deste artigo, deverão igualmente constar no Livro de Registro de Atas da Diretoria, devendo a cópia da carta, fac-símile ou mensagem eletrônica, conforme o caso, contendo o voto do Diretor, ser juntada ao Livro logo após a transcrição da ata. As atas das reuniões da Diretoria da Companhia a serem registradas na Junta Comercial poderão ser submetidas na forma de extrato da ata lavrada no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria, assinado pelo Secretário da Mesa da Reunião da Diretoria.

Artigo 23 – Compete à Diretoria a administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais, por lei ou por este Estatuto Social, seja atribuída a competência à Assembleia Geral ou ao Conselho de Administração. No exercício de suas funções, os Diretores poderão realizar todas as operações e praticar todos os atos necessários à consecução dos objetivos de seu cargo, observadas as disposições deste Estatuto Social quanto à forma de representação, à alçada para a prática de determinados atos, e a orientação geral dos negócios estabelecida pelo Conselho de Administração, incluindo deliberar sobre e aprovar a aplicação de recursos, transigir, renunciar, ceder direitos, confessar dívidas, fazer acordos, firmar compromissos, contrair obrigações, celebrar contratos, adquirir, alienar e onerar bens móveis e imóveis, prestar caução, emitir, endossar, caucionar, descontar, e sacar títulos em geral, assim como abrir, movimentar e encerrar contas em estabelecimentos de crédito, observadas as restrições legais e aquelas estabelecidas neste Estatuto Social.

Parágrafo Primeiro – Compete ainda à Diretoria:

(i) zelar pela observância da lei e deste Estatuto Social;

(ii) zelar pela observância das deliberações tomadas nas Assembleias Gerais e nas reuniões do Conselho de Administração;

(iii) administrar e conduzir os negócios da Companhia, observadas as diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração, bem como a representação geral da Companhia, ativa ou passivamente, judicial ou extrajudicialmente;

(iv) nomear procuradores, devendo especificar no mandato, os atos e operações que poderão praticar e a duração observado que, no caso de procuração para fins de representação judicial, arbitral e administrativa, poderá ser por prazo indeterminado;

(v) proceder à alienação de bens do ativo, acordar, contratar, confessar, renunciar, transigir dar e receber quitação conceder ônus reais e prestar garantias, com relação a qualquer direito ou obrigação da Companhia, desde que pertinente às operações sociais, observada alçada de deliberação do Conselho de Administração;

(vi) autorizar a abertura e o encerramento de filiais no País ou no exterior; e

(vii) emitir e aprovar instruções internas julgadas úteis ou necessárias, observado o disposto neste Estatuto Social e na regulamentação em vigor.

Parágrafo Segundo – Compete ao Diretor Presidente coordenar a ação dos Diretores e dirigir a execução das atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia, além das funções, atribuições e poderes a ele cometidos pelo Conselho de Administração, e observadas a política e orientação previamente traçadas pelo Conselho de Administração, bem como:

(i) convocar e presidir as reuniões da Diretoria;

(ii) superintender as atividades de administração da Companhia, coordenando e supervisionando as atividades dos membros da Diretoria;

(iii) propor sem exclusividade de iniciativa ao Conselho de Administração a atribuição de funções a cada Diretor no momento de sua respectiva eleição.

Parágrafo Terceiro – Compete ao Diretor de Relações com Investidores, incluindo, mas não se limitando, as seguintes atribuições:

(i) representar isoladamente a Companhia perante os órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado de capitais (incluindo CVM, B3, instituição escrituradora das ações de emissão da Companhia, entidades administradoras de mercados de balcão organizados), bem como demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, conforme legislação aplicável, no Brasil e no exterior;

(ii) representar a Companhia perante o público investidor prestando as informações necessárias;

(iii) monitorar o cumprimento das obrigações dispostas no Estatuto Social pelos acionistas da Companhia e reportar à Assembleia Geral e ao Conselho

de Administração, quando solicitado, suas conclusões, relatórios e diligências;

(iv) tomar providências para manter atualizado o registro de companhia aberta perante a CVM; e

(v) reportar ao Diretor Presidente qualquer situação relativa às questões referentes a relações com investidores da Companhia.

Parágrafo Quarto – Compete ao Diretor Financeiro, incluindo, mas não se limitando, as seguintes atribuições:

(i) propor alternativas de financiamento e aprovar condições financeiras dos negócios da Companhia;

(ii) administrar o caixa e as contas a pagar e a receber da Companhia;

(iii) dirigir as áreas contábil, de planejamento financeiro e fiscal; e

(iv) representar a Companhia perante instituições financeiras..

Parágrafo Quinto – Compete ao Diretor Comercial, incluindo, mas não se limitando, as seguintes atribuições:

(i) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar a área comercial da Companhia;

(ii) desenvolver e implementar estratégias de vendas da Companhia;

(iii) exercer outras atribuições específicas que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Diretor Presidente.

Parágrafo Sexto – Compete ao Diretor de Operações, incluindo, mas não se limitando, as seguintes atribuições:

(i) coordenar a implementação, estruturar, negociar e acompanhar o desenvolvimento do planejamento operacional da Companhia;

(ii) propor políticas e protocolos, bem como sugerir a introdução de novas práticas e tecnologias;

(iii) coordenar assuntos inerentes a sua área de atuação, apresentando e discutindo soluções para problemas e irregularidades;

(ii) exercer outras atribuições específicas que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Diretor Presidente.

Artigo 24 – Observadas as disposições contidas neste Estatuto Social, a Companhia considerar-se-á obrigada quando representada:

(i) por quaisquer 02 (dois) Diretores em conjunto; ou

(ii) por 1 (um) Diretor em conjunto com 1 (um) procurador;

(iii) por 2 (dois) procuradores, quando assim for designado no respectivo instrumento de mandato e de acordo com a extensão dos poderes que nele se contiverem; ou

(iv) por qualquer Diretor ou 1 (um) procurador, ambos em qualquer caso devidamente mandatados na forma deste Artigo, na prática dos seguintes atos (a) assinatura de correspondência que não crie obrigações para a Companhia; (b) representação da Companhia em Assembleias e reuniões de sócios de sociedades nas quais a Companhia detenha participação; e (c) representação da Companhia, em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante repartições públicas federais, estaduais, municipais e autárquicas.

Parágrafo Primeiro – As procurações serão assinadas, em nome da Companhia, por 2 (dois) Diretores em conjunto, com exceção daquelas para fins judiciais, arbitrais ou administrativos, que poderão ser assinadas por 1 (um) diretor e 1 (um) procurador com poderes específicos. As procurações deverão especificar os poderes conferidos e, com exceção daquelas para fins judiciais, arbitrais ou administrativos, terão período de validade limitado a, no máximo, 2 (dois) anos.

Artigo 25 – O Conselho Fiscal da Companhia funcionará em caráter não permanente e, quando instalado, será composto de 03 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, todos residentes no país, acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral para mandato de 01 (um) ano, sendo permitida a reeleição. O Conselho Fiscal da Companhia será composto, instalado e remunerado em conformidade com a legislação em vigor.

Parágrafo Primeiro – O Conselho Fiscal terá um Presidente, eleito por seus membros na primeira reunião do órgão após sua instalação.

Parágrafo Segundo – A posse dos membros do Conselho Fiscal será feita mediante a assinatura de termo respectivo lavrado em livro próprio, que deve contemplar a sujeição dos referidos membros à cláusula compromissória referida no Artigo 35 deste Estatuto Social, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

Parágrafo Terceiro – Os membros do Conselho Fiscal da Companhia deverão aderir às Políticas de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Companhia, mediante assinatura do Termo respectivo.

Parágrafo Quarto – Ocorrendo a vacância do cargo de membro do Conselho Fiscal, o respectivo suplente ocupará seu lugar. Não havendo suplente, a Assembleia Geral será convocada para proceder à eleição de membro para o cargo vago.

Artigo 26 – Quando instalado, o Conselho Fiscal se reunirá, nos termos da lei, sempre que necessário e analisará, ao menos trimestralmente, as demonstrações financeiras.

Parágrafo Primeiro – Independentemente de quaisquer formalidades, será considerada regularmente convocada a reunião à qual comparecer a totalidade dos membros do Conselho Fiscal.

Parágrafo Segundo – Todas as deliberações do Conselho Fiscal constarão de atas lavradas no respectivo livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal e assinadas pelos Conselheiros presentes.

CAPÍTULO VII
DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

Artigo 27 – O Comitê de Auditoria Estatutário, órgão de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração, será formado por, no mínimo, 3 (três) membros, indicados pelo Conselho de Administração, em sua maioria independentes, sendo que ao menos 1 (um) será Conselheiro Independente, e ao menos 1 (um) deve ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, nos termos da regulação expedida pela CVM.

Artigo 28 – Compete ao Comitê de Auditoria Estatutário, além de outras atribuições constantes do regimento interno:

(i) elaborar relatório anual resumido contendo a descrição das atividades do Comitê de Auditoria Estatutário, o qual deverá ser apresentado juntamente com as demonstrações financeiras;

(ii) opinar na contratação e destituição dos auditores independentes, assim como monitorar a efetividade do trabalho de tais auditores e sua independência, discutindo e avaliando o plano anual de trabalho elaborado, encaminhando-o ao Conselho de Administração para apreciação;

(iii) avaliar as demonstrações financeiras, demonstrações intermediárias e informações trimestrais da Companhia;

(iv) monitorar a qualidade e integridade dos mecanismos de controles internos, das informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras da Companhia, das informações e medições divulgadas com base em dados contábeis ajustados e em dados não contábeis que acrescentem elementos não previstos na estrutura dos relatórios usuais das demonstrações financeiras;

(v) avaliar e monitorar, juntamente com a administração e a área de auditoria interna da Companhia, a adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia e suas respectivas evidenciações;

(vi) supervisionar as atividades dos auditores independentes, da área de controles internos da Companhia, da área de auditoria interna da Companhia e da área de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia;.

Artigo 29 – As atividades e os procedimentos operacionais do Comitê de Auditoria Estatutário constarão de regimento interno próprio, aprovado pelo Conselho de Administração.

CAPÍTULO VIII
DO EXERCÍCIO FISCAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DA DESTINAÇÃO DE LUCROS

Artigo 30 – O exercício social terá duração de um ano, iniciando-se em 1º de abril e terminando em 31 de março do ano seguinte.

Parágrafo Primeiro – As demonstrações financeiras serão auditadas por auditores independentes registrados na CVM, de acordo com as disposições legais aplicáveis.

Parágrafo Segundo – Por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia poderá (i) levantar balanços semestrais, trimestrais ou de períodos menores, e declarar dividendos ou juros sobre capital próprio dos lucros verificados em tais balanços; ou (ii) declarar dividendos ou juros sobre capital próprio intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual.

Parágrafo Terceiro – Os dividendos intermediários ou intercalares distribuídos e os juros sobre capital próprio poderão ser imputados ao dividendo obrigatório previsto no Artigo 31 deste Estatuto Social.

Artigo 31 – Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e qualquer provisão de imposto de renda ou contribuição social sobre o lucro. O lucro líquido do exercício deverá ser alocado da seguinte forma, respeitado o previsto na Lei das Sociedades por Ações:

(i) 5% (cinco por cento) no mínimo, para a Reserva Legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social, sendo que no exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital exceder a 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal;

(ii) as importâncias destinadas à formação de Reserva para Contingências, nos termos do artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações; e

(iii) uma parcela destinada ao pagamento do dividendo obrigatório aos acionistas, o qual será, em cada exercício social, equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido anual ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

CAPÍTULO IX
ALIENAÇÃO DE CONTROLE

Artigo 32 – A alienação direta ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente do controle se obrigue a realizar oferta pública de

aquisição de ações tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

CAPÍTULO X
ACORDOS DE ACIONISTAS

Artigo 33 – A Companhia observará, quando aplicável, os acordos de acionistas arquivados em sua sede, sendo expressamente vedado aos integrantes da mesa diretora da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração acatar declaração de voto de qualquer acionista, signatário de Acordo de Acionistas devidamente arquivado na sede social, que for proferida em desacordo com o que tiver sido ajustado no referido acordo, sendo também expressamente vedado à Companhia aceitar e proceder à transferência de ações e/ou à oneração e/ou à cessão de direito de preferência à subscrição de ações e/ou de outros valores mobiliários que não respeitar aquilo que estiver previsto e regulado em acordo de acionistas.

CAPÍTULO XI
DA LIQUIDAÇÃO

Artigo 34 – A Companhia entrará em liquidação nos casos legais, cabendo à Assembleia Geral determinar o modo de liquidação e nomear o liquidante que deva funcionar durante o período de liquidação.

CAPÍTULO XII
RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

Artigo 35 – A Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, neste Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Contrato de Participação no Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado e do Regulamento de Sanções.

CAPÍTULO XIII
DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 36 – Observado o disposto no artigo 45 da Lei das Sociedades por Ações, o valor do reembolso a ser pago aos acionistas dissidentes terá por base o valor patrimonial, constante do último balanço aprovado pela Assembleia Geral.

Artigo 37 – A Companhia indenizará e manterá indenes seus administradores, conselheiros fiscais e demais funcionários que exerçam cargo ou função de gestão na Companhia e suas controladas (em conjunto ou isoladamente "Beneficiários"), custeando

diretamente ou reembolsando diretamente os Beneficiários por quaisquer despesas, danos ou prejuízos eventualmente incorridos a qualquer tempo e que estejam diretamente ou indiretamente relacionados ao exercício de suas funções na Companhia, incluindo mas não limitados a honorários advocatícios, pareceres jurídicos, custas processuais e multas e indenizações nas esferas administrativa, civil ou penal à luz do preceito constitucional da presunção da inocência.

Parágrafo Primeiro – Caso algum dos Beneficiários seja condenado, por decisão judicial transitada em julgado, em virtude de atos praticados (i) fora do exercício de suas atribuições; (ii) com má-fé, dolo, culpa grave ou mediante fraude; ou (iii) em interesse próprio ou de terceiros, em detrimento do interesse social da Companhia, este deverá ressarcir a Companhia de todos os custos e despesas incorridos com a assistência jurídica, nos termos da legislação em vigor.

Parágrafo Segundo – As condições e as limitações da indenização objeto do presente Artigo serão determinadas em documento escrito, cuja implantação é da alçada do Conselho de Administração, sem prejuízo da contratação de seguro específico para a cobertura de riscos de gestão.

Parágrafo Terceiro – Caberá ao Conselho de Administração autorizar os eventuais desembolsos ou ressarcimentos relativos a este Artigo 37, sendo certo que o enquadramento de cada situação e a interpretação dos eventuais casos omissos será de sua inteira e exclusiva responsabilidade. Não poderão participar desta deliberação quaisquer conselheiros que sejam parte interessada na decisão ou que sejam partes relacionadas aos Beneficiários em questão.

Artigo 38 – As disposições contidas no parágrafo único do Artigo 1º, parágrafo primeiro do Artigo 5º, parágrafos primeiro e segundo do Artigo 15, parágrafos segundo e terceiro do Artigo 16, inciso "v" do Artigo 19, Artigo 32 e Artigo 35, assim como a natureza de companhia aberta, somente terão eficácia a partir da data de concessão do registro de companhia aberta da Companhia pela CVM.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO DA COMPANHIA NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

GRUPO MPR PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Madeira, 222, 7º andar, Conjunto 71, Sala 1, Edifício Alfacon, Centro Empresarial Alphaville, CEP 06454-010, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("**CNPJ/ME**") sob o n° 13.974.755/0001-39, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("**Companhia**"), vem, no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de sua emissão, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("**Ações**"), compreendendo a distribuição (i) primária de novas ações ordinárias de emissão da Companhia ("**Oferta Primária**"); e (ii) secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos acionistas vendedores identificados no Prospecto Preliminar (conforme definido abaixo) ("**Acionistas Vendedores**") ("**Oferta Secundária**"), a ser realizada na República Federativa do Brasil, sob a coordenação do Banco Itaú BBA S.A. ("**Coordenador Líder**"), do Banco J.P. Morgan S.A. ("**J.P. Morgan**" ou "**Agente Estabilizador**"), do Banco Bradesco BBI S.A. ("**Bradesco BBI**") e da XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("**XP Investimentos**" e, em conjunto com o Coordenador Líder, o J.P. Morgan e o Bradesco BBI, "**Coordenadores da Oferta**"), com esforços de colocação das Ações no exterior ("**Oferta**"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400.

A Companhia, em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM 400, declara que:

(i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações por ela prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;

(ii) as informações prestadas pela Companhia, no Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do Grupo MPR Participações S.A. ("**Prospecto Preliminar**") e no Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do Grupo MPR Participações S.A. ("**Prospecto Definitivo**"), incluindo seus respectivos anexos, nas datas de suas respectivas publicações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(iii) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas divulgadas pela Companhia e/ou que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(iv) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes; e

(v) o Prospecto Preliminar foi elaborado e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as novas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400 e ao Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários.

São Paulo, [●] de [●] de 2020.

GRUPO MPR PARTICIPAÇÕES S.A.

Nome:	Nome:
Cargo:	Cargo:

DECLARAÇÃO DOS ACIONISTAS VENDEDORES NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

[**[•]**, residente e domiciliado na [•], nº [•], CEP [•], na cidade de [•], Estado de [•], portador da cédula de identidade RG nº [•] e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia (CPF/ME) sob o nº [•] ("**[•]**")] {OU} [**[•],** fundo de investimento, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("**CNPJ/ME**"), neste ato representada na forma de seu regulamento, por seu administrador, [•] sociedade [por ações][limitada], com sede na cidade de [•], Estado de [•], na [Endereço], [CEP], inscrita no CNPJ/ME sob o nº [•], autorizada pela CVM a exercer a atividade de administração de carteira de valores mobiliários, por meio do Ato Declaratório CVM nº [•] ("**[•]**")], vem, no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da **GRUPO MPR PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade por ações, com sede na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Madeira, 222, 7º andar, Conjunto 71, Sala 1, Edifício Alfacon, Centro Empresarial Alphaville, CEP 06454-010, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 13.974.755/0001-39 ("**Companhia**"), todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("**Ações**"), compreendendo a distribuição: (i) primária de novas ações ordinárias de emissão da Companhia ("**Oferta Primária**"); e (ii) secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos acionistas vendedores identificados no Prospecto Preliminar (conforme definido abaixo) ("**Acionistas Vendedores**") ("**Oferta Secundária**"), em ambos os casos, a ser realizada no Brasil, sob coordenação do Banco Itaú BBA S.A. ("**Coordenador Líder**"), do Banco J.P. Morgan S.A. ("**J.P. Morgan**" ou "**Agente Estabilizador**"), do Banco Bradesco BBI S.A. ("**Bradesco BBI**") e da XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("**XP Investimentos**" e, em conjunto com o Coordenador Líder, o J.P. Morgan e o Bradesco BBI, "**Coordenadores da Oferta**"), com esforços de colocação das Ações no exterior ("**Oferta**"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400.

O [•], em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM 400, declara que:

(i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações por ele prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;

(ii) as informações prestadas pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, no Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do Grupo MPR Participações S.A. ("**Prospecto Preliminar**") e no Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do Grupo MPR Participações S.A. ("**Prospecto Definitivo**"), incluindo seus respectivos anexos e documentos a eles incorporados por referência, nas datas de suas respectivas publicações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(iii) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas divulgadas pela Companhia e/ou que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(iv) o Prospecto Preliminar foi elaborado e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as novas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400; e

(v) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes.

São Paulo, [•] de [•] de 2020.

[•]

Nome:	Nome:
Cargo:	Cargo:

DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

BANCO ITAÚ BBA S.A., instituição financeira com escritório na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.500, 1º, 2º, 3º (parte), 4º e 5º andares, CEP 04538-132, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("**CNPJ/ME**") sob o n° 17.298.092/0001-30, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("**Coordenador Líder**"), vem, na qualidade de instituição intermediária líder da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão do **GRUPO MPR PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade por ações, com sede na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Madeira, 222, 7º andar, Conjunto 71, Sala 1, Edifício Alfacon, Centro Empresarial Alphaville, CEP 06454-010, inscrita no CNPJ/ME sob o n° 13.974.755/0001-39, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("**Companhia**"), todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("**Ações**"), compreendendo a distribuição (i) primária de novas ações ordinárias de emissão da Companhia ("**Oferta Primária**"); e (ii) secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos acionistas vendedores identificados no Prospecto Preliminar (conforme definido abaixo) ("**Acionistas Vendedores**") ("**Oferta Secundária**"), a ser realizada na República Federativa do Brasil, sob a coordenação do Coordenador Líder, do Banco J.P. Morgan S.A. ("**J.P. Morgan**" ou "**Agente Estabilizador**"), do Banco Bradesco BBI S.A. ("**Bradesco BBI**") e da XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("**XP Investimentos**" e, em conjunto com o Coordenador Líder, o J.P. Morgan e o Bradesco BBI, "**Coordenadores da Oferta**"), com esforços de colocação das Ações no exterior ("**Oferta**"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400.

CONSIDERANDO QUE:

(A) a Companhia, os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder constituíram seus respectivos assessores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;

(B) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia, iniciada em agosto de 2020 ("**Auditoria**"), a qual prosseguirá até a divulgação do Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do Grupo MPR Participações S.A. ("**Prospecto Definitivo**");

(C) por solicitação do Coordenador Líder, a Companhia contratou a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes para aplicação dos procedimentos previstos na Norma Brasileira de Contabilidade – CTA 23, de 15 de maio de 2015, e nos termos definidos pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) no Comunicado Técnico 01/2015, com relação ao Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do Grupo MPR Participações S.A. ("**Prospecto Preliminar**") e ao Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos;

(D) foram disponibilizados, pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, os documentos que a Companhia e os Acionistas Vendedores consideraram relevantes para a Oferta;

(E) além dos documentos a que se refere o item (D) acima, foram solicitados pelo Coordenador Líder documentos e informações adicionais relativos à Companhia e aos Acionistas

Vendedores, os quais a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado;

(F) a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado, para análise do Coordenador Líder e de seus assessores legais, com veracidade, consistência, qualidade e suficiência, todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia para análise do Coordenador Líder e de seus assessores legais, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

(G) a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com o Coordenador Líder, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos e documentos a eles incorporados por referência, diretamente e por meio de seus respectivos assessores legais.

O Coordenador Líder, em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM 400, declara que:

(i) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que: (a) as informações prestadas pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos e documentos a ele incorporados por referência, nas datas de suas respectivas publicações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes do registro da Companhia e/ou que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(ii) o Prospecto Preliminar foi elaborado e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400; e

(iii) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes.

São Paulo, [•] de [•] de 2020.

BANCO ITAÚ BBA S.A.

Nome:	Nome:
Cargo:	Cargo:

ATA DA ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA QUE APROVOU O PEDIDO DE REGISTRO DA OFERTA PRIMÁRIA E A ABERTURA DE CAPITAL DA COMPANHIA

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

GRUPO MPR PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ n° 13.974.755/0001-39
NIRE 35.300.395.506

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 27 DE AGOSTO DE 2020

1. **Data, Hora e Local**: Aos dias 27 do mês de agosto de 2020, às 8:00 horas, na sede social do Grupo MPR Participações S.A. ("Companhia"), localizada na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Madeira, nº 222, 7º andar, conjunto 71, sala 1, Edifício Alfacon, Centro Empresarial Alphaville, CEP 06454-010.

2. **Convocação e Presença**: Dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, § 4º da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), por estarem presentes os acionistas representando a totalidade do capital social votante, conforme assinaturas constantes do Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia.

3. **Mesa**: Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Ettore V. Biagioni, como Presidente, e Sr. José Paulo Ferreira Soares, como Secretário.

4. **Ordem do Dia**: Reuniram-se os acionistas da Companhia para deliberar a respeito das seguintes matérias: **(i)** a abertura de capital da Companhia e a submissão do pedido de registro de companhia aberta, na categoria "A", perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), nos termos da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480"); **(ii)** submissão **(ii.a)** do pedido de registro de emissor da Companhia na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"); **(ii.b)** do pedido de adesão da Companhia ao segmento de listagem especial da B3 designado Novo Mercado ("Novo Mercado"); e **(ii.c)** do pedido de registro de oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias de emissão da Companhia perante a CVM; **(iii)** aprovação da reforma integral e consolidação do Estatuto Social da Companhia, de forma a **(iii.a)** incluir a previsão de capital autorizado e **(iii.b)** adequá-lo às exigências legais e regulamentares de companhia aberta e ao regulamento do Novo Mercado, dentre outros; **(iv)** recebimento da renúncia de membros do Conselho de Administração da Companhia; **(v)** eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia com mandato unificado de 2 (dois) anos, e consignação da condição de seus membros independentes; **(vi)** autorização da contratação de instituição depositária para prestação à Companhia de serviços de escrituração das ações ordinárias de emissão da Companhia; e **(vii)** autorização aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia para tomarem todas as providências e praticarem todos os atos necessários para a implementação das deliberações acima e a ratificação dos atos já realizados.

5. **Deliberações**: Instalada a assembleia e após a discussão das matérias da ordem do dia, os acionistas presentes aprovaram, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas ou restrições, o que segue:

5.1. A abertura de capital da Companhia e a consequente submissão de pedido de registro de companhia aberta, na categoria "A", perante a CVM, nos termos da Instrução CVM 480.

5.2. **(a)** A submissão do pedido de registro da Companhia junto à B3; **(b)** a adesão ao Novo Mercado, bem como a celebração com a B3 do Contrato de Participação do Novo Mercado, autorizando a administração da Companhia a tomar todas as medidas necessárias junto a B3 para a formalização da adesão e listagem da Companhia no Novo Mercado e a admissão de valores mobiliários de sua emissão à negociação; e **(c)** a submissão do pedido de registro de oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias de emissão da Companhia perante a CVM.

5.3. A reforma integral e consolidação do Estatuto Social da Companhia de modo a **(a)** prever o capital autorizado da Companhia, permitindo um aumento de capital social sem reforma estatutária até o limite de R$700.000.000,00 (setecentos milhões de reais); bem como **(b)** conformá-lo às exigências legais opostas às companhias abertas, às exigências constantes do Regulamento de Listagem do Novo Mercado, que passa a vigorar na forma consolidada constante do **Anexo I** à presente ata. O Estatuto Social, conforme aprovado nesta assembleia, ficará arquivado na sede da Companhia.

5.4. Receber a renúncia de:

(a) **Paulo Suplicy de Barros Barreto**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 6.381.674-X, expedida pelo SSP/SP, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia ("CPF") sob o nº 043.347.048-83, com endereço profissional na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 1.052, conjunto 142, Itaim Bibi, CEP 04.534-004, ao cargo de **Membro Classe A** do Conselho de Administração da Companhia, conforme carta de renúncia protocolizada nesta data na sede da Companhia e anexa a esta ata, na forma do **Anexo IV**; e

(b) **Ana Paula Bannwart Vieira**, brasileira, casada, administradora de empresas, portadora da Cédula de Identidade RG nº 18.302.758-9, expedida pelo SSP/SP, inscrita no CPF sob o nº 103.019.938-82, com endereço profissional na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 1.052, conjunto 142, Itaim Bibi, CEP 04.534-004, ao cargo de **Membro Classe A** do Conselho de Administração da Companhia, conforme carta de renúncia protocolizada nesta data na sede da Companhia, anexa a esta ata na forma do **Anexo IV**.

5.5. Eleger, em substituição aos atuais membros do Conselho de Administração da Companhia, os seguintes membros e seus respectivos suplentes, com mandato unificado de 2 (dois) anos, a contar da presente data:

(a) **Ettore V. Biagioni**, americano, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RNE nº G164810-X DELEMIG/SR/SP e inscrito no CPF sob o nº 232.330.688-08, com domicílio profissional na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 1.052, cj 142, Itaim, CEP 04.534-004 e, como suplente, **Thiago Luiz Grego de Aguiar**, brasileiro, casado, administrador, inscrito no CPF sob nº 219.729.458-07, portador da Cédula de Identidade RG nº 27.706.976, expedida pela SSP/SP, com domicílio profissional na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 1.052, cj 142, Itaim, CEP 04.534-004;

(b) **José Vicente Marino**, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, inscrito no CPF sob o nº 118.032.008-55, portador da Cédula de Identidade RG nº 9.359.195-0, expedido pelo SSP/SP, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Luisiana, nº 784, 8º andar, Brooklin, CEP 04.560-021, e, como suplente, **José Ricardo Ferreira Soares**, brasileiro, casado, arquiteto, portador da Cédula de Identidade RG nº 34.686.561-X, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 222.317.678-05, residente e domiciliado na cidade de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo, na Rua Degas, nº 271, Tamboré, CEP 06.544-717;

(c) **José Paulo Ferreira Soares**, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, inscrito no CPF sob o nº 260.191.008-98, portador da Cédula de Identidade RG nº 27.479.003-8, expedida pelo SSP/SP, residente e domiciliado na cidade de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo, na Avenida Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 3.566, Bloco A1, apt. 31, Tamboré, CEP 06.543-001 e, como suplente, **José Marcio Ferreira Soares**, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF sob o nº 271.581.778-90, portador da Cédula de Identidade RG nº 27.479.005-1, expedida pelo SSP/SP, residente e domiciliado na cidade de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo, na Alameda das Artemísias, nº 114, residencial 5, Alphaville, CEP 06.540-225;

(d) **Marcelo Queiroz**, brasileiro, casado, engenheiro, inscrito no CPF sob o nº 648.259.576-68, portador da Cédula de Identidade RG nº 18.573.863, expedida pelo SSP/SP, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Rua Periquito, nº 225, apartamento 101B, Vila Uberabinha, CEP 04.514-050, e, como suplente, **Marcel Szajubok**, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF sob nº 168.976.108-36, portador da Cédula de Identidade RG nº 24.143.993-0, expedida pelo SSP/SP, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Rua Tupi, nº 507, apartamento 111 Santa Cecília, CEP 01.233-001; e

(e) **Lilian Maria Ferezim Guimarães**, brasileira, divorciada, administradora de empresas, inscrita no CPF sob o nº 063.940.958-00, portadora da Cédula de

Identidade RG nº 10.999.165-5, expedido pelo SSP/SP, residente e domiciliada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Rua Marcos Mélega, nº 150, Edifício Pinus, 8º andar, Alto de Pinheiros, CEP 05.466-010, e, como suplente, **Adriana Rabello Fellipelli**, brasileira, divorciada, psicóloga e empresária, inscrita no CPF sob o nº 111.388.278-60, portadora da Cédula de Identidade RG nº 9744803-5, expedida pelo SSP/SP, residente e domiciliada na cidade de Cotia, Estado de São Paulo, Rua São Tropez, no 477, Granja Viana, CEP 06.708-700.

5.5.1. A posse de cada um dos membros do Conselho de Administração eleitos na presente assembleia fica condicionada à: **(i)** apresentação da declaração de desimpedimento, nos termos da legislação aplicável; e **(ii)** assinatura do respectivo termo de posse, lavrado em livro próprio da Companhia, conforme **Anexo II** à presente ata.

5.5.2. A caracterização dos Srs. Marcelo Queiroz, Lilian Maria Ferezim Guimarães, Marcel Szajubok e Adriana Rabello Fellipelli ora eleitos como conselheiros independentes, nos termos do Regulamento do Novo Mercado da B3, foi atestada por cada um deles mediante o envio das declarações preenchendo seu enquadramento em relação aos critérios de independência estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado, conforme **Anexo III** à presente ata.

5.6. Autorizar a contratação da Itaú Corretora de Valores S.A., para atuar como instituição depositária para prestação de serviços de escrituração das ações ordinárias de emissão da Companhia.

5.7. Autorizar os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia para tomarem todas as providências e praticarem todos os atos necessários implementação das deliberações acima e a ratificação dos atos já realizados.

6. **Encerramento**: Nada mais havendo a ser tratado, e inexistindo qualquer outra manifestação, foi encerrada a presente assembleia, da qual se lavrou a presente ata que, lida e aprovada, foi assinada por todos. **Mesa**: Ettore V. Biagioni – Presidente e José Paulo Ferreira Soares – Secretário. **Acionistas Presentes**: Zulu Corp Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e Vocatus Participações S.A.

Confere com a original lavrada em livro próprio.

[*restante da página intencionalmente deixada em branco*]

[*assinaturas seguem na próxima página*]

Barueri, 27 de agosto de 2020.

Mesa:

Ettore V. Biagioni
Presidente

José Paulo Ferreira Soares
Secretário

ANEXO I
À ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
DO GRUPO MPR PARTICIPAÇÕES S.A.
REALIZADA EM 27 DE AGOSTO DE 2020

Estatuto Social

ESTATUTO SOCIAL

GRUPO MPR PARTICIPAÇÕES S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ nº 13.974.755/0001-39
NIRE nº 35.300.395.506

CAPÍTULO I
DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1º – A **Grupo MPR Participações S.A.** ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital autorizado, regida pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Parágrafo único – Com o ingresso da Companhia no Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("Novo Mercado" e "B3", respectivamente), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento do Novo Mercado ("Regulamento do Novo Mercado").

Artigo 2º – A Companhia tem sua sede e foro na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, e poderá, por deliberação da Diretoria, abrir, transferir e/ou encerrar filiais, depósitos, agências ou representação em qualquer localidade do País ou do Exterior.

Artigo 3º – A Companhia tem por objeto a participação em outras sociedades, no Brasil ou no exterior, como sócia ou acionista.

Artigo 4º – O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

CAPÍTULO II
DO CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Artigo 5º – O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), dividido em 99.210.206 (noventa e nove milhões, duzentos e dez mil e duzentos e seis) ações, todas ordinárias, escriturais, nominativas e sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro – É vedada a emissão pela Companhia de ações preferenciais ou partes beneficiárias.

Parágrafo Segundo – O capital social da Companhia será exclusivamente representado por ações ordinárias e cada ação ordinária conferirá ao seu titular o direito a 1 (um) voto nas Assembleias Gerais de acionistas. A propriedade das ações será comprovada pelo registro existente na conta do acionista junto à instituição depositária.

Parágrafo Terceiro – As ações serão indivisíveis em relação à Companhia. Quando a ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio.

Artigo 6º – A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até que o valor do seu capital social alcance R$ 700.000.000,00 (setecentos milhões de reais), independentemente de reforma estatutária.

Parágrafo Primeiro – O aumento do capital social dentro do limite autorizado será realizado mediante deliberação do Conselho de Administração, a quem competirá estabelecer as condições da emissão, inclusive se por subscrição pública ou privada, preço, prazo e forma de sua integralização.

Parágrafo Segundo – Dentro do limite do capital autorizado, a Companhia poderá emitir ações ordinárias, bônus de subscrição e debêntures conversíveis em ações.

Artigo 7º – A Companhia poderá emitir ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição com exclusão do direito de preferência dos antigos acionistas, ou com redução do prazo para seu exercício, quando a colocação for feita mediante: (i) venda em bolsa ou subscrição pública; (ii) permuta de ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos da lei, e dentro do limite do capital autorizado; ou (iii) gozo de incentivos fiscais, nos termos da legislação especial, conforme faculta o artigo 172 da Lei 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações").

Artigo 8º – Todas as ações da Companhia são escriturais e serão mantidas em contas de depósito, em nome de seus titulares, junto à instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") com quem a Companhia mantenha contrato de custódia em vigor, sem emissão de certificados.

Parágrafo Único – Os custos de transferência e averbação, assim como o custo do serviço relativo às ações escriturais poderão ser cobrados diretamente do acionista pela instituição depositária, conforme venha a ser definido no contrato de escrituração de ações.

Artigo 9º – A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração e de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opção de compra ou subscrição de ações, sem direito de preferência para os acionistas, em favor dos seus administradores, empregados e pessoas naturais prestadoras de serviços, assim como dos administradores, empregados e pessoas naturais prestadoras de serviços de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia.

CAPÍTULO III
DAS ASSEMBLEIAS GERAIS

Artigo 10 – As Assembleias Gerais serão ordinárias e extraordinárias. As Assembleias Gerais ordinárias realizar-se-ão nos 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social e, as extraordinárias, sempre que houver necessidade, observados os dispositivos legais referentes à convocação, instalação, deliberações e prescrições legais pertinentes. A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração. Na hipótese de ausência ou impedimento do Presidente do Conselho de

Administração, a Assembleia Geral será instalada e presidida por qualquer membro do Conselho de Administração ou, ainda, na ausência destes, por qualquer diretor da Companhia presente escolhido pelos acionistas. Caberá ao Presidente da Assembleia Geral, em qualquer caso, escolher o Secretário da Mesa, o qual poderá ser acionista ou não da Companhia.

Parágrafo Primeiro – A Assembleia Geral será convocada com, no mínimo, 15 (quinze) dias corridos de antecedência, contado o prazo da primeira publicação do anúncio. Não se realizando a Assembleia Geral em primeira convocação, será publicado novo anúncio de segunda convocação, com antecedência mínima de 8 (oito) dias. Será dispensada a convocação se verificada a presença da totalidade dos acionistas na Assembleia Geral.

Parágrafo Segundo – Compete ao Presidente e ao Secretário da Assembleia Geral zelar pelo cumprimento de quaisquer acordos de acionistas arquivados na Companhia, negando cômputo a voto proferido com violação a tais acordos.

Parágrafo Terceiro – Para tomar parte e votar na Assembleia Geral, o acionista deve provar, mediante documentação original ou cópia enviada por e-mail à Companhia, a sua qualidade como acionista, apresentando, preferencialmente até 2 (dois) dias de antecedência da data da respectiva Assembleia Geral, (i) documento de identidade e (ii) comprovante expedido pela instituição depositária referente às suas ações. Os procuradores de acionistas deverão exibir as respectivas procurações até o mesmo momento e pelo mesmo meio referido neste parágrafo. Os originais dos documentos referidos neste parágrafo, ou suas cópias, dispensada a autenticação e o reconhecimento de firma, deverão ser exibidos à Companhia até o momento da abertura dos trabalhos da respectiva Assembleia Geral.

Parágrafo Quarto - Sem prejuízo do disposto acima, o acionista que comparecer presencialmente à Assembleia Geral munido dos documentos referidos no parágrafo acima, até o momento da abertura dos trabalhos, poderá participar e votar, ainda que tenha deixado de apresentá-los previamente.

Artigo 12 – As Assembleias Gerais somente serão instaladas em primeira convocação, com a presença de acionistas representando, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do capital social votante, salvo quando a Lei das Sociedades por Ações exigir quórum mais elevado, e, em segunda convocação, com qualquer número de acionistas titulares de ações com direito a voto.

Artigo 13 – As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas em lei, serão tomadas por maioria dos votos dos presentes, não se computando os votos em branco.

Parágrafo Primeiro – As atas da Assembleia Geral de acionistas serão lavradas, salvo decisão em contrário do Presidente da Assembleia Geral, na forma de sumário dos fatos ocorridos, inclusive dissidências e protestos, contendo a transcrição das deliberações tomadas e serão publicadas com omissão das assinaturas dos acionistas, observado o disposto nos § 1º e § 2º do artigo 130 da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo Segundo – A Assembleia Geral de acionistas somente poderá deliberar sobre assuntos previstos na ordem do dia, constantes do respectivo edital de convocação, ressalvadas as exceções previstas na Lei das Sociedades por Ações.

Artigo 14 – Compete à Assembleia Geral, além das demais atribuições previstas em lei e neste estatuto social:

(i) reformar o estatuto social;

(ii) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, caso instalado, bem como definir o número de membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, caso instalado;

(iii) fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado;

(iv) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar sobre as demonstrações financeiras;

(v) deliberar sobre a dissolução, liquidação, fusão, cisão, transformação ou incorporação (inclusive incorporação de ações) da Companhia;

(vi) apresentar pedidos de recuperação judicial ou extrajudicial, ou de autofalência;

(vii) atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações;

(viii) aprovar planos de outorga de opção de compra de ações aos seus administradores e empregados, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a suas controladas;

(ix) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre o capital próprio, com base nas demonstrações financeiras anuais;

(x) deliberar sobre resgates, amortizações, aumento ou redução do capital social, excetuada a disposição prevista no parágrafo 1º do Artigo 5º deste Estatuto Social;

(xi) deliberar sobre a emissão de novas ações ou outros títulos conversíveis em ações, sem prejuízo das competências conferidas ao Conselho de Administração neste estatuto social; e

(xii) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração.

CAPÍTULO IV
ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

Artigo 15 – A administração da Companhia compete ao Conselho de Administração e à Diretoria.

Parágrafo Primeiro – Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser

cumulados pela mesma pessoa, exceto na hipótese de vacância, observados os termos do Regulamento do Novo Mercado.

Parágrafo Segundo – A posse dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria fica condicionada à assinatura, nos 30 (trinta) dias seguintes à respectiva eleição, de termo de posse, lavrado em livro próprio, que deve contemplar a sujeição dos referidos membros à cláusula compromissória referida no Artigo 35 deste Estatuto Social, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis, e permanecerão em seus cargos até a investidura dos novos administradores eleitos.

Parágrafo Terceiro – Os Administradores da Companhia deverão aderir às Políticas de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Companhia, mediante assinatura do Termo respectivo.

Parágrafo Quarto – Os administradores, que poderão ser destituídos a qualquer tempo, permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos, salvo se diversamente deliberado pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração, conforme o caso. Caso o substituto venha a ser investido, este completará o mandato do administrador substituído.

CAPÍTULO V
DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Artigo 16 – O Conselho de Administração será composto por 5 (cinco) membros, podendo ter igual número de membros suplentes, indicados pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, permitida a reeleição.

Parágrafo Primeiro – O Conselho de Administração terá um Presidente e poderá ter um Vice-Presidente, eleitos por seus membros na primeira reunião que ocorrer após a eleição dos conselheiros.

Parágrafo Segundo – Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, conforme definição do Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados ao conselho de administração como conselheiros independentes ser deliberada na Assembleia Geral que os eleger.

Parágrafo Terceiro – Quando, em decorrência do cálculo do percentual referido no Parágrafo Segundo deste Artigo, o resultado gerar um número fracionário, a Companhia deve proceder ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior.

Artigo 17 – Os membros do Conselho de Administração serão substituídos em suas faltas e impedimentos ou vacância, pelo respectivo suplente, caso aplicável.

Parágrafo Primeiro – Na hipótese de vacância de cargo de membro efetivo do Conselho de Administração, o suplente imediatamente assumirá a vaga, completando o prazo do mandato do substituído. Se a vacância abranger, ao mesmo tempo, os cargos de membro efetivo e seu suplente, um substituto será nomeado

pelos conselheiros remanescentes, e servirá até a primeira assembleia geral, nos termos do artigo 150 da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo Segundo – No caso de ausência ou impedimento temporário do Presidente do Conselho de Administração, suas atribuições serão exercidas pelo Vice-Presidente ou, na falta deste, por outro Conselheiro indicado pelo Presidente do Conselho de Administração e, não havendo indicação, por escolha da maioria dos demais membros do Conselho.

Parágrafo Terceiro – No caso de vacância do cargo de Presidente do Conselho, assumirá o Vice-Presidente, quando aplicável, ou outro conselheiro indicado pela maioria dos membros do Conselho de Administração, que permanecerá no cargo até que o Conselho escolha o seu novo titular, exercendo o substituto o mandato pelo prazo restante.

Artigo 18 – O Conselho de Administração realizará reuniões ordinárias trimestrais e extraordinárias sempre que necessário, mediante convocação pelo Presidente do Conselho ou do Vice-Presidente do Conselho, quando aplicável, ou por 2 (dois) Conselheiros. As reuniões deverão ser convocadas por meio de notificação escrita, inclusive e-mail, com antecedência mínima de 2 (dois) dias, e com a apresentação da pauta dos assuntos a serem tratados.

Parágrafo Primeiro – As reuniões do Conselho de Administração serão instaladas com a presença da maioria dos membros em exercício, e as suas deliberações, inclusive propostas a serem submetidas à Assembleia Geral, serão aprovadas pela maioria, cabendo ao presidente da reunião, em caso de empate, o voto de qualidade.

Parágrafo Segundo – As reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo seu Presidente ou Vice-Presidente, quando aplicável, e na sua ausência por qualquer dos conselheiros, escolhido por maioria dos votos dos demais membros presentes. O presidente da mesa escolherá o seu secretário dentre qualquer dos presentes.

Parágrafo Terceiro – Será considerado presente às reuniões do Conselho de Administração, o conselheiro que:

(a) nomear qualquer outro conselheiro como seu procurador para votar em tal reunião, desde que a respectiva procuração seja entregue ao Presidente do Conselho de Administração ou ao presidente da reunião antes da sua instalação;

(b) enviar seu voto por escrito ao presidente da reunião antes da sua instalação, via fax, correio eletrônico (*email*), carta registrada ou carta entregue em mãos; ou

(c) participar das reuniões do Conselho de Administração por meio de vídeo conferência ou conferência telefônica, desde que envie seu voto por escrito via fax, correio eletrônico (*email*), carta registrada ou carta entregue em mãos ao Presidente da reunião antes do encerramento, lavratura e assinatura da respectiva ata, e todos os participantes possam ser claramente

identificados, caso em que a reunião será considerada realizada no local onde estiver o Presidente da reunião.

Parágrafo Quarto – Independentemente das formalidades de convocação, considerar-se-á regular a reunião a que compareçam todos os membros do Conselho de Administração.

Parágrafo Quinto – Nas deliberações do Conselho de Administração, cada conselheiro, inclusive o Presidente do Conselho de Administração, terá direito a um voto.

Parágrafo Sexto – Ao término da reunião, deverá ser lavrada ata, a qual deverá ser assinada por todos os conselheiros fisicamente presentes à reunião, e posteriormente transcrita no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração da Companhia. Os votos proferidos por conselheiros que participarem remotamente da reunião do Conselho de Administração ou que tenham se manifestado na forma do parágrafo terceiro, alínea "c" deste Artigo, deverão igualmente constar no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração, devendo a cópia da carta, fac-símile ou mensagem eletrônica, conforme o caso, contendo o voto do Conselheiro ser juntada ao Livro logo após a transcrição da ata.

Parágrafo Sétimo – Deverão ser publicadas e arquivadas no registro do comércio as atas de reunião do Conselho de Administração da Companhia que contiverem deliberação destinada a produzir efeitos perante terceiros.

Artigo 19 – Além das atribuições que lhe confere a Lei das Sociedades por Ações, as seguintes matérias deverão ser aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia:

(i) aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado;

(ii) eleição, substituição ou destituição dos membros da Diretoria e do Comitê de Auditoria Estatutário;

(iii) atribuir aos Diretores as respectivas funções, atribuições e limites de alçada não especificados neste Estatuto Social;

(iv) declaração de dividendos intermediários e intercalares e o pagamento de juros sobre capital próprio;

(v) elaborar e divulgar parecer fundamentado sobre qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, nos termos do Regulamento do Novo Mercado;

(vi) autorizar a amortização, resgate ou recompra de ações da própria Companhia para manutenção em tesouraria ou cancelamento, bem como deliberar sobre a eventual alienação das ações porventura em tesouraria;

(vii) planos de negócios da Companhia, bem como planos de investimentos, orçamentos e suas alterações subsequentes;

(viii) aquisição de qualquer participação em outra pessoa jurídica, associações ou *joint ventures*, consórcios ou grupos de sociedade quando o valor individual ou em uma série de operações da mesma natureza contratadas entre as mesmas partes e em um mesmo exercício social, for igual ou superior a R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais);

(ix) toda e qualquer aquisição e/ou alienação ou desinvestimento de ativos não previstos nos planos anuais, quando o valor individual ou em uma série de operações da mesma natureza contratadas entre as mesmas partes e em um mesmo exercício social, for igual ou superior a R$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais);

(x) deliberação sobre a emissão e/ou listagem de valores mobiliários de emissão da Companhia em quaisquer mercados, ofertas de valores mobiliários de sua emissão pela própria Companhia, o registro de ofertas de aquisição de ações para fechamento de capital e o pedido de cancelamento de registro;

(xi) alienação de qualquer participação em outra pessoa jurídica, associações ou *joint ventures*, consórcios ou grupos de sociedade, igual ou superior a R$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais);

(xii) aprovação de qualquer endividamento, financiamento e/ou empréstimo bancário em valor superior a R$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) em uma operação ou série de operações com a mesma instituição financeira durante um período de 12 (doze) meses;

(xiii) em qualquer hipótese, a prestação de quaisquer garantias em operações de endividamento, financiamento e/ou empréstimo bancário contraídas por quaisquer sociedades coligadas ou controladas diretas e indiretas da Companhia ("Investidas") em valor igual ou superior a R$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) em uma operação ou série de operações com a mesma instituição financeira durante um período de 12 (doze) meses;

(xiv) nomeação ou destituição de auditores independentes, observado o disposto na alínea (i) do Artigo 28; e

(xv) prestação de quaisquer garantias a terceiros em valor superior a R$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), por operação, exceto nos casos de prestação de garantias a fornecedores no curso normal dos negócios da Companhia e Investidas, observado o disposto no inciso (xvi) abaixo, que independerá de autorização do Conselho de Administração;

(xvi) deliberar previamente sobre operações de cisão, fusão, incorporação das ações da Companhia ou incorporação, dissolução ou liquidação, ou qualquer outra operação de reorganização societária com efeitos semelhantes envolvendo qualquer das sociedades controladas pela Companhia;

(xvii) aprovar o voto da Companhia em qualquer deliberação societária relativa às controladas ou coligadas da Companhia, incluindo sem limitação a eleição ou destituição de seus administradores; e

(xviii) manifestar-se previamente sobre qualquer proposta a ser submetida à deliberação da Assembleia Geral.

Artigo 20 – O Conselho de Administração poderá constituir comitês técnicos ou consultivos, como órgãos de assessoramento, para realizar tarefas específicas ou para atividades genéricas de interesse da Companhia, nos termos e condições definidas pelo Conselho de Administração, incluindo regras sobre composição, prazo de gestão, remuneração e funcionamento. Os Comitês exercerão funções consultivas, em conformidade com os seus regimentos internos, a serem deliberados e aprovados pelo Conselho de Administração.

CAPÍTULO VI
DIRETORIA

Artigo 21 – A Diretoria Executiva será composta por no mínimo 5 (cinco) e no máximo 6 (seis) diretores, acionistas ou não, residentes no país, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, dos quais um Diretor Presidente; um Diretor Financeiro; um Diretor de Relações com Investidores; um Diretor Comercial e um Diretor de Operações e demais diretores sem designação especifica, sendo permitida a cumulação de cargos.

Parágrafo Único – O mandato dos membros da Diretoria será unificado de 2 (dois) anos, podendo ser reeleitos. Os Diretores permanecerão no exercício de seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores.

Artigo 22 –A Diretoria reunir-se-á sempre que convocada pelo Diretor Presidente ou por quaisquer dois Diretores, em conjunto, sempre que assim exigirem os negócios sociais, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis, e a reunião somente será instalada com a presença da maioria de seus membros. Será considerada regular a reunião de Diretoria em que todos os Diretores compareçam, independentemente de convocação prévia.

Parágrafo Primeiro – As deliberações nas reuniões da Diretoria serão tomadas por maioria de votos dos presentes em cada reunião, ou que tenham manifestado seu voto na forma do Parágrafo Sexto deste Artigo.

Parágrafo Segundo – O Diretor Presidente será substituído pelo Diretor Financeiro, em suas ausências ou impedimentos temporários.

Parágrafo Terceiro – No caso de ausência temporária de qualquer Diretor, este poderá, com base na pauta dos assuntos a serem tratados, manifestar seu voto por escrito antecipado, por meio de carta ou fac-símile entregue ao Diretor Presidente, na data da reunião, ou ainda, por correio eletrônico digitalmente certificado.

Parágrafo Quarto – Ocorrendo vaga na Diretoria, compete à Diretoria como colegiado indicar, dentre os seus membros, um substituto que acumulará, interinamente, as funções do substituído, perdurando a substituição interina até o provimento definitivo do cargo a ser decidido pela primeira reunião do Conselho de Administração que se realizar, que deve ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias após tal vacância, atuando o substituto então eleito até o término do mandato da Diretoria.

Parágrafo Quinto – Os Diretores não poderão afastar-se do exercício de suas funções por mais de 30 (trinta) dias corridos consecutivos sob pena de perda de mandato, salvo caso de licença concedida pela própria Diretoria.

Parágrafo Sexto – As reuniões da Diretoria poderão ser realizadas por meio de teleconferência, videoconferência ou outros meios de comunicação. Tal participação será considerada presença pessoal em referida reunião. Nesse caso, os membros da Diretoria que participarem remotamente da reunião da Diretoria deverão expressar seus votos por meio de carta, fac-símile ou correio eletrônico digitalmente certificado.

Parágrafo Sétimo – Ao término de cada reunião deverá ser lavrada ata, que deverá ser assinada por todos os Diretores fisicamente presentes à reunião, e posteriormente transcrita no Livro de Registro de Atas da Diretoria. Os votos proferidos por Diretores que participarem remotamente da reunião da Diretoria ou que tenham se manifestado na forma do Parágrafo Sexto deste artigo, deverão igualmente constar no Livro de Registro de Atas da Diretoria, devendo a cópia da carta, fac-símile ou mensagem eletrônica, conforme o caso, contendo o voto do Diretor, ser juntada ao Livro logo após a transcrição da ata. As atas das reuniões da Diretoria da Companhia a serem registradas na Junta Comercial poderão ser submetidas na forma de extrato da ata lavrada no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria, assinado pelo Secretário da Mesa da Reunião da Diretoria.

Artigo 23 – Compete à Diretoria a administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais, por lei ou por este Estatuto Social, seja atribuída a competência à Assembleia Geral ou ao Conselho de Administração. No exercício de suas funções, os Diretores poderão realizar todas as operações e praticar todos os atos necessários à consecução dos objetivos de seu cargo, observadas as disposições deste Estatuto Social quanto à forma de representação, à alçada para a prática de determinados atos, e a orientação geral dos negócios estabelecida pelo Conselho de Administração, incluindo deliberar sobre e aprovar a aplicação de recursos, transigir, renunciar, ceder direitos, confessar dívidas, fazer acordos, firmar compromissos, contrair obrigações, celebrar contratos, adquirir, alienar e onerar bens móveis e imóveis, prestar caução, emitir, endossar, caucionar, descontar, e sacar títulos em geral, assim como abrir, movimentar e encerrar contas em estabelecimentos de crédito, observadas as restrições legais e aquelas estabelecidas neste Estatuto Social.

Parágrafo Primeiro – Compete ainda à Diretoria:

(i) zelar pela observância da lei e deste Estatuto Social;

(ii) zelar pela observância das deliberações tomadas nas Assembleias Gerais e nas reuniões do Conselho de Administração;

(iii) administrar e conduzir os negócios da Companhia, observadas as diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração, bem como a representação geral da Companhia, ativa ou passivamente, judicial ou extrajudicialmente;

(iv) nomear procuradores, devendo especificar no mandato, os atos e operações que poderão praticar e a duração observado que, no caso de procuração para fins de representação judicial, arbitral e administrativa, poderá ser por prazo indeterminado;

(v) proceder à alienação de bens do ativo, acordar, contratar, confessar, renunciar, transigir dar e receber quitação conceder ônus reais e prestar garantias, com relação a qualquer direito ou obrigação da Companhia, desde que pertinente às operações sociais, observada alçada de deliberação do Conselho de Administração;

(vi) autorizar a abertura e o encerramento de filiais no País ou no exterior; e

(vii) emitir e aprovar instruções internas julgadas úteis ou necessárias, observado o disposto neste Estatuto Social e na regulamentação em vigor.

Parágrafo Segundo – Compete ao Diretor Presidente coordenar a ação dos Diretores e dirigir a execução das atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia, além das funções, atribuições e poderes a ele cometidos pelo Conselho de Administração, e observadas a política e orientação previamente traçadas pelo Conselho de Administração, bem como:

(i) convocar e presidir as reuniões da Diretoria;

(ii) superintender as atividades de administração da Companhia, coordenando e supervisionando as atividades dos membros da Diretoria;

(iii) propor sem exclusividade de iniciativa ao Conselho de Administração a atribuição de funções a cada Diretor no momento de sua respectiva eleição.

Parágrafo Terceiro – Compete ao Diretor de Relações com Investidores, incluindo, mas não se limitando, as seguintes atribuições:

(i) representar isoladamente a Companhia perante os órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado de capitais (incluindo CVM, B3, instituição escrituradora das ações de emissão da Companhia, entidades administradoras de mercados de balcão organizados), bem como demais

órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, conforme legislação aplicável, no Brasil e no exterior;

(ii) representar a Companhia perante o público investidor prestando as informações necessárias;

(iii) monitorar o cumprimento das obrigações dispostas no Estatuto Social pelos acionistas da Companhia e reportar à Assembleia Geral e ao Conselho de Administração, quando solicitado, suas conclusões, relatórios e diligências;

(iv) tomar providências para manter atualizado o registro de companhia aberta perante a CVM; e

(v) reportar ao Diretor Presidente qualquer situação relativa às questões referentes a relações com investidores da Companhia.

Parágrafo Quarto – Compete ao Diretor Financeiro, incluindo, mas não se limitando, as seguintes atribuições:

(i) propor alternativas de financiamento e aprovar condições financeiras dos negócios da Companhia;

(ii) administrar o caixa e as contas a pagar e a receber da Companhia;

(iii) dirigir as áreas contábil, de planejamento financeiro e fiscal; e

(iv) representar a Companhia perante instituições financeiras..

Parágrafo Quinto – Compete ao Diretor Comercial, incluindo, mas não se limitando, as seguintes atribuições:

(i) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar a área comercial da Companhia;

(ii) desenvolver e implementar estratégias de vendas da Companhia;

(iii) exercer outras atribuições específicas que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Diretor Presidente.

Parágrafo Sexto – Compete ao Diretor de Operações, incluindo, mas não se limitando, as seguintes atribuições:

(i) coordenar a implementação, estruturar, negociar e acompanhar o desenvolvimento do planejamento operacional da Companhia;

(ii) propor políticas e protocolos, bem como sugerir a introdução de novas práticas e tecnologias;

(iii) coordenar assuntos inerentes a sua área de atuação, apresentando e discutindo soluções para problemas e irregularidades;

(ii) exercer outras atribuições específicas que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Diretor Presidente.

Artigo 24 – Observadas as disposições contidas neste Estatuto Social, a Companhia considerar-se-á obrigada quando representada:

(i) por quaisquer 02 (dois) Diretores em conjunto; ou

(ii) por 1 (um) Diretor em conjunto com 1 (um) procurador;

(iii) por 2 (dois) procuradores, quando assim for designado no respectivo instrumento de mandato e de acordo com a extensão dos poderes que nele se contiverem; ou

(iv) por qualquer Diretor ou 1 (um) procurador, ambos em qualquer caso devidamente mandatados na forma deste Artigo, na prática dos seguintes atos (a) assinatura de correspondência que não crie obrigações para a Companhia; (b) representação da Companhia em Assembleias e reuniões de sócios de sociedades nas quais a Companhia detenha participação; e (c) representação da Companhia, em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante repartições públicas federais, estaduais, municipais e autárquicas.

Parágrafo Primeiro – As procurações serão assinadas, em nome da Companhia, por 2 (dois) Diretores em conjunto, com exceção daquelas para fins judiciais, arbitrais ou administrativos, que poderão ser assinadas por 1 (um) diretor e 1 (um) procurador com poderes específicos. As procurações deverão especificar os poderes conferidos e, com exceção daquelas para fins judiciais, arbitrais ou administrativos, terão período de validade limitado a, no máximo, 2 (dois) anos.

Artigo 25 – O Conselho Fiscal da Companhia funcionará em caráter não permanente e, quando instalado, será composto de 03 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, todos residentes no país, acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral para mandato de 01 (um) ano, sendo permitida a reeleição. O Conselho Fiscal da Companhia será composto, instalado e remunerado em conformidade com a legislação em vigor.

Parágrafo Primeiro – O Conselho Fiscal terá um Presidente, eleito por seus membros na primeira reunião do órgão após sua instalação.

Parágrafo Segundo – A posse dos membros do Conselho Fiscal será feita mediante a assinatura de termo respectivo lavrado em livro próprio, que deve contemplar a sujeição dos referidos membros à cláusula compromissória referida no Artigo 35 deste Estatuto Social, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

Parágrafo Terceiro – Os membros do Conselho Fiscal da Companhia deverão aderir às Políticas de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e de Negociação de

Valores Mobiliários de Emissão da Companhia, mediante assinatura do Termo respectivo.

Parágrafo Quarto – Ocorrendo a vacância do cargo de membro do Conselho Fiscal, o respectivo suplente ocupará seu lugar. Não havendo suplente, a Assembleia Geral será convocada para proceder à eleição de membro para o cargo vago.

Artigo 26 – Quando instalado, o Conselho Fiscal se reunirá, nos termos da lei, sempre que necessário e analisará, ao menos trimestralmente, as demonstrações financeiras.

Parágrafo Primeiro – Independentemente de quaisquer formalidades, será considerada regularmente convocada a reunião à qual comparecer a totalidade dos membros do Conselho Fiscal.

Parágrafo Segundo – Todas as deliberações do Conselho Fiscal constarão de atas lavradas no respectivo livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal e assinadas pelos Conselheiros presentes.

CAPÍTULO VII
DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

Artigo 27 – O Comitê de Auditoria Estatutário, órgão de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração, será formado por, no mínimo, 3 (três) membros, indicados pelo Conselho de Administração, em sua maioria independentes, sendo que ao menos 1 (um) será Conselheiro Independente, e ao menos 1 (um) deve ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, nos termos da regulação expedida pela CVM.

Artigo 28 – Compete ao Comitê de Auditoria Estatutário, além de outras atribuições constantes do regimento interno:

(i) elaborar relatório anual resumido contendo a descrição das atividades do Comitê de Auditoria Estatutário, o qual deverá ser apresentado juntamente com as demonstrações financeiras;

(ii) opinar na contratação e destituição dos auditores independentes, assim como monitorar a efetividade do trabalho de tais auditores e sua independência, discutindo e avaliando o plano anual de trabalho elaborado, encaminhando-o ao Conselho de Administração para apreciação;

(iii) avaliar as demonstrações financeiras, demonstrações intermediárias e informações trimestrais da Companhia;

(iv) monitorar a qualidade e integridade dos mecanismos de controles internos, das informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras da Companhia, das informações e medições

divulgadas com base em dados contábeis ajustados e em dados não contábeis que acrescentem elementos não previstos na estrutura dos relatórios usuais das demonstrações financeiras;

(v) avaliar e monitorar, juntamente com a administração e a área de auditoria interna da Companhia, a adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia e suas respectivas evidenciações;

(vi) supervisionar as atividades dos auditores independentes, da área de controles internos da Companhia, da área de auditoria interna da Companhia e da área de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia;.

Artigo 29 – As atividades e os procedimentos operacionais do Comitê de Auditoria Estatutário constarão de regimento interno próprio, aprovado pelo Conselho de Administração.

CAPÍTULO VIII
DO EXERCÍCIO FISCAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DA DESTINAÇÃO DE LUCROS

Artigo 30 – O exercício social terá duração de um ano, iniciando-se em 1º de abril e terminando em 31 de março do ano seguinte.

Parágrafo Primeiro – As demonstrações financeiras serão auditadas por auditores independentes registrados na CVM, de acordo com as disposições legais aplicáveis.

Parágrafo Segundo – Por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia poderá (i) levantar balanços semestrais, trimestrais ou de períodos menores, e declarar dividendos ou juros sobre capital próprio dos lucros verificados em tais balanços; ou (ii) declarar dividendos ou juros sobre capital próprio intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual.

Parágrafo Terceiro – Os dividendos intermediários ou intercalares distribuídos e os juros sobre capital próprio poderão ser imputados ao dividendo obrigatório previsto no Artigo 31 deste Estatuto Social.

Artigo 31 – Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e qualquer provisão de imposto de renda ou contribuição social sobre o lucro. O lucro líquido do exercício deverá ser alocado da seguinte forma, respeitado o previsto na Lei das Sociedades por Ações:

(i) 5% (cinco por cento) no mínimo, para a Reserva Legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social, sendo que no exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital exceder a 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal;

(ii) as importâncias destinadas à formação de Reserva para Contingências, nos termos do artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações; e

(iii) uma parcela destinada ao pagamento do dividendo obrigatório aos acionistas, o qual será, em cada exercício social, equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido anual ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

CAPÍTULO IX
ALIENAÇÃO DE CONTROLE

Artigo 32 – A alienação direta ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente do controle se obrigue a realizar oferta pública de aquisição de ações tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

CAPÍTULO X
ACORDOS DE ACIONISTAS

Artigo 33 – A Companhia observará, quando aplicável, os acordos de acionistas arquivados em sua sede, sendo expressamente vedado aos integrantes da mesa diretora da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração acatar declaração de voto de qualquer acionista, signatário de Acordo de Acionistas devidamente arquivado na sede social, que for proferida em desacordo com o que tiver sido ajustado no referido acordo, sendo também expressamente vedado à Companhia aceitar e proceder à transferência de ações e/ou à oneração e/ou à cessão de direito de preferência à subscrição de ações e/ou de outros valores mobiliários que não respeitar aquilo que estiver previsto e regulado em acordo de acionistas.

CAPÍTULO XI
DA LIQUIDAÇÃO

Artigo 34 – A Companhia entrará em liquidação nos casos legais, cabendo à Assembleia Geral determinar o modo de liquidação e nomear o liquidante que deva funcionar durante o período de liquidação.

CAPÍTULO XII
RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

Artigo 35 – A Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, neste Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao

funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Contrato de Participação no Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado e do Regulamento de Sanções.

CAPÍTULO XIII
DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 36 – Observado o disposto no artigo 45 da Lei das Sociedades por Ações, o valor do reembolso a ser pago aos acionistas dissidentes terá por base o valor patrimonial, constante do último balanço aprovado pela Assembleia Geral.

Artigo 37 – A Companhia indenizará e manterá indenes seus administradores, conselheiros fiscais e demais funcionários que exerçam cargo ou função de gestão na Companhia e suas controladas (em conjunto ou isoladamente "Beneficiários"), custeando diretamente ou reembolsando diretamente os Beneficiários por quaisquer despesas, danos ou prejuízos eventualmente incorridos a qualquer tempo e que estejam diretamente ou indiretamente relacionados ao exercício de suas funções na Companhia, incluindo mas não limitados a honorários advocatícios, pareceres jurídicos, custas processuais e multas e indenizações nas esferas administrativa, civil ou penal à luz do preceito constitucional da presunção da inocência.

Parágrafo Primeiro – Caso algum dos Beneficiários seja condenado, por decisão judicial transitada em julgado, em virtude de atos praticados (i) fora do exercício de suas atribuições; (ii) com má-fé, dolo, culpa grave ou mediante fraude; ou (iii) em interesse próprio ou de terceiros, em detrimento do interesse social da Companhia, este deverá ressarcir a Companhia de todos os custos e despesas incorridos com a assistência jurídica, nos termos da legislação em vigor.

Parágrafo Segundo – As condições e as limitações da indenização objeto do presente Artigo serão determinadas em documento escrito, cuja implantação é da alçada do Conselho de Administração, sem prejuízo da contratação de seguro específico para a cobertura de riscos de gestão.

Parágrafo Terceiro – Caberá ao Conselho de Administração autorizar os eventuais desembolsos ou ressarcimentos relativos a este Artigo 37, sendo certo que o enquadramento de cada situação e a interpretação dos eventuais casos omissos será de sua inteira e exclusiva responsabilidade. Não poderão participar desta deliberação quaisquer conselheiros que sejam parte interessada na decisão ou que sejam partes relacionadas aos Beneficiários em questão.

Artigo 38 – As disposições contidas no parágrafo único do Artigo 1º, parágrafo primeiro do Artigo 5º, parágrafos primeiro e segundo do Artigo 15, parágrafos segundo e terceiro do Artigo 16, inciso "v" do Artigo 19, Artigo 32 e Artigo 35, assim como a natureza de companhia aberta, somente terão eficácia a partir da data de concessão do registro de companhia aberta da Companhia pela CVM.

ANEXO II
À ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
DO GRUPO MPR PARTICIPAÇÕES S.A.
REALIZADA EM 27 DE AGOSTO DE 2020

Termos de Posse e Declarações de Desimpedimento dos Conselheiros

GRUPO MPR PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ n° 13.974.755/0001-39
NIRE 35.300.395.506

TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Pelo presente Termo de Posse, o Sr. **Ettore V. Biagioni**, italiano, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RNE nº G164810-X DELEMIG/SR/SP, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Economia (CPF/ME) sob o nº 232.330.688-08, com domicílio profissional na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 1.052, cj 142, Itaim, CEP 04534-004, para ocupar o cargo de **membro efetivo do Conselho de Administração** do **GRUPO MPR PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia (CNPJ/ME) sob o nº 13.974.755/0001-39 e com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.395.506 ("Companhia"), com mandato unificado de 2 (dois) anos, neste ato toma posse no cargo, com todos os poderes, direitos e obrigações que lhes são atribuídos pela legislação e pelo Estatuto Social da Companhia.

O Conselheiro ora empossado declara, sob as penas da lei, para todos os fins e efeitos de direito, que:

I. se obriga a cumprir a lei e o Estatuto Social da Companhia;

II. não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou condenado à pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no parágrafo 1º do artigo 147 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações");

III. não está condenado à pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários, que o torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no parágrafo 2º do artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações;

IV. atende ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo parágrafo 3º do artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações;

V. não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do parágrafo 3º do artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações;

VI. com o ingresso da Companhia no Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, sujeita-se às disposições do Regulamento do Novo Mercado, incluindo, mas não se limitando, à cláusula compromissória estatutária de resolução de conflitos por meio da arbitragem, conforme previsto no artigo 32 do Estatuto Social; e

VII. recebeu, leu e se compromete a observar o Código de Conduta e as políticas adotadas pela Companhia.

O Sr. Ettore V. Biagioni receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos aos atos de sua gestão no endereço profissional especificado acima, em sua qualificação.

Barueri, 27 de agosto de 2020.

Ettore V. Biagioni

GRUPO MPR PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ n° 13.974.755/0001-39
NIRE 35.300.395.506

TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Pelo presente Termo de Posse, o Sr. **Thiago Luiz Grego de Aguiar**, brasileiro, casado, administrador, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Economia (CPF/ME) sob nº 219.729.458-07, portador da Cédula de Identidade RG nº 27.706.976, expedido pelo SSP/SP, com domicílio profissional na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 1.052, cj. 142, Itaim, CEP 04.534-004, para ocupar o cargo de **membro suplente do Conselho de Administração** do **GRUPO MPR PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia (CNPJ/ME) sob o nº 13.974.755/0001-39 e com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.395.506 ("Companhia"), com mandato unificado de 2 (dois) anos, neste ato toma posse no cargo, com todos os poderes, direitos e obrigações que lhes são atribuídos pela legislação e pelo Estatuto Social da Companhia.

O Conselheiro suplente ora empossada declara, sob as penas da lei, para todos os fins e efeitos de direito, que:

I. se obriga a cumprir a lei e o Estatuto Social da Companhia;

II. não está impedida por lei especial, ou condenada por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou condenado à pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no parágrafo 1º do artigo 147 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações");

III. não está condenada à pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários, que a torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no parágrafo 2º do artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações;

IV. atende ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo parágrafo 3º do artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações;

V. não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do parágrafo 3º do artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações;

Scanned by CamScanner

VI. com o ingresso da Companhia no Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, sujeita-se às disposições do Regulamento do Novo Mercado, incluindo, mas não se limitando, à cláusula compromissória estatutária de resolução de conflitos por meio da arbitragem, conforme previsto no artigo 32 do Estatuto Social; e

VII. recebeu, leu e se compromete a observar o Código de Conduta e as políticas adotadas pela Companhia.

O Sr. **Thiago Luiz Grego de Aguiar** receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos aos atos de sua gestão no endereço residencial especificado acima, em sua qualificação.

Barueri, 27 de agosto de 2020.

Thiago Luiz Grego de Aguiar

Scanned by CamScanner

GRUPO MPR PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ n° 13.974.755/0001-39
NIRE 35.300.395.506

TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Pelo presente Termo de Posse, o Sr. **José Vicente Marino**, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 9.359.195-0, expedido pelo SSP/SP, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Economia (CPF/ME) sob o nº 118.032.008-55, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Antônio José da Silva, nº 114, Jardim Europa, CEP 01.450-060, para ocupar o cargo de **membro efetivo do Conselho de Administração** do **GRUPO MPR PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia (CNPJ/ME) sob o nº 13.974.755/0001-39 e com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.395.506 ("Companhia"), com mandato unificado de 2 (dois) anos, neste ato toma posse no cargo, com todos os poderes, direitos e obrigações que lhes são atribuídos pela legislação e pelo Estatuto Social da Companhia.

O Conselheiro ora empossado declara, sob as penas da lei, para todos os fins e efeitos de direito, que:

I. se obriga a cumprir a lei e o Estatuto Social da Companhia;

II. não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou condenado à pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no parágrafo 1º do artigo 147 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações");

III. não está condenado à pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários, que o torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no parágrafo 2º do artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações;

IV. atende ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo parágrafo 3º do artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações;

V. não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do parágrafo 3º do artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações;

VI. com o ingresso da Companhia no Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, sujeita-se às disposições do Regulamento do Novo Mercado, incluindo, mas não se limitando, à cláusula compromissória estatutária de resolução de conflitos por meio da arbitragem, conforme previsto no artigo 32 do Estatuto Social; e

VII. recebeu, leu e se compromete a observar o Código de Conduta e as políticas adotadas pela Companhia.

O Sr. José Vicente Marino receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos aos atos de sua gestão no endereço residencial especificado acima, em sua qualificação.

Barueri, 27 de agosto de 2020.

José Vicente Marino

GRUPO MPR PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ n° 13.974.755/0001-39
NIRE 35.300.395.506

TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Pelo presente Termo de Posse, o Sr. **José Ricardo Ferreira Soares**, brasileiro, casado, arquiteto, inscrito no CPF sob nº 222.317.678-05, portador da Cédula de Identidade RG nº 34.686.561-X, expedido pelo SSP/SP, residente e domiciliado na cidade de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo, na Rua Degas, nº 271, Tamboré, CEP 06544-717, para ocupar o cargo de **membro suplente do Conselho de Administração** do **GRUPO MPR PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia (CNPJ/ME) sob o nº 13.974.755/0001-39 e com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.395.506 ("Companhia"), com mandato unificado de 2 (dois) anos, neste ato toma posse no cargo, com todos os poderes, direitos e obrigações que lhes são atribuídos pela legislação e pelo Estatuto Social da Companhia.

O Conselheiro suplente ora empossado declara, sob as penas da lei, para todos os fins e efeitos de direito, que:

I. se obriga a cumprir a lei e o Estatuto Social da Companhia;

II. não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou condenado à pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no parágrafo 1º do artigo 147 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações");

III. não está condenado à pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários, que o torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no parágrafo 2º do artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações;

IV. atende ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo parágrafo 3º do artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações;

V. não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do parágrafo 3º do artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações;

VI. com o ingresso da Companhia no Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, sujeita-se às disposições do Regulamento do Novo Mercado, incluindo, mas não se limitando, à cláusula compromissória estatutária de resolução de conflitos por meio da arbitragem, conforme previsto no artigo 32 do Estatuto Social; e

VII. recebeu, leu e se compromete a observar o Código de Conduta e as políticas adotadas pela Companhia.

O Sr. **José Ricardo Ferreira Soares** receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos aos atos de sua gestão no endereço residencial especificado acima, em sua qualificação.

Barueri, 27 de agosto de 2020.

José Ricardo Ferreira Soares

GRUPO MPR PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ n° 13.974.755/0001-39
NIRE 35.300.395.506

TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Pelo presente Termo de Posse, o Sr. **José Paulo Ferreira Soares**, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 27.479.003-8, expedida pela SSP/SP, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Economia (CPF/ME) sob nº 260.191.008-98, residente e domiciliado na cidade de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo, na Avenida Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 3.566, Bloco A1, apt. 31, Tamboré, CEP 06543-001, para ocupar o cargo de **membro efetivo do Conselho de Administração** do **GRUPO MPR PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia (CNPJ/ME) sob o nº 13.974.755/0001-39 e com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.395.506 ("Companhia"), com mandato unificado de 2 (dois) anos, neste ato toma posse no cargo, com todos os poderes, direitos e obrigações que lhes são atribuídos pela legislação e pelo Estatuto Social da Companhia.

O Conselheiro ora empossado declara, sob as penas da lei, para todos os fins e efeitos de direito, que:

I. se obriga a cumprir a lei e o Estatuto Social da Companhia;

II. não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou condenado à pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no parágrafo 1º do artigo 147 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações");

III. não está condenado à pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários, que o torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no parágrafo 2º do artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações;

IV. atende ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo parágrafo 3º do artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações;

V. não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da

Companhia, na forma dos incisos I e II do parágrafo 3º do artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações;

VI. com o ingresso da Companhia no Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, sujeita-se às disposições do Regulamento do Novo Mercado, incluindo, mas não se limitando, à cláusula compromissória estatutária de resolução de conflitos por meio da arbitragem, conforme previsto no artigo 32 do Estatuto Social; e

VII. recebeu, leu e se compromete a observar o Código de Conduta e as políticas adotadas pela Companhia.

O Sr. José Paulo Ferreira Soares receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos aos atos de sua gestão no endereço residencial especificado acima, em sua qualificação.

Barueri, 27 de agosto de 2020.

José Paulo Ferreira Soares

GRUPO MPR PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ n° 13.974.755/0001-39
NIRE 35.300.395.506

TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Pelo presente Termo de Posse, o Sr. **José Marcio Ferreira Soares**, brasileiro, casado, empresário, portadora da Cédula de Identidade RG nº 27.479.005-1, expedida pela SSP/SP, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Economia (CPF/ME) sob o nº 271.581.778-90, residente e domiciliado na cidade de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo, na Alameda das Artemísias, nº 114, residencial 5, Alphaville, CEP 06540-225, para ocupar o cargo de **membro suplente do Conselho de Administração** do **GRUPO MPR PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia (CNPJ/ME) sob o nº 13.974.755/0001-39 e com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.395.506 ("Companhia"), com mandato unificado de 2 (dois) anos, neste ato toma posse no cargo, com todos os poderes, direitos e obrigações que lhes são atribuídos pela legislação e pelo Estatuto Social da Companhia.

O Conselheiro suplente ora empossada declara, sob as penas da lei, para todos os fins e efeitos de direito, que:

I. se obriga a cumprir a lei e o Estatuto Social da Companhia;

II. não está impedida por lei especial, ou condenada por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou condenado à pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no parágrafo 1º do artigo 147 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações");

III. não está condenada à pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários, que a torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no parágrafo 2º do artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações;

IV. atende ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo parágrafo 3º do artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações;

V. não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da

Companhia, na forma dos incisos I e II do parágrafo 3º do artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações;

VI. com o ingresso da Companhia no Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, sujeita-se às disposições do Regulamento do Novo Mercado, incluindo, mas não se limitando, à cláusula compromissória estatutária de resolução de conflitos por meio da arbitragem, conforme previsto no artigo 32 do Estatuto Social; e

VII. recebeu, leu e se compromete a observar o Código de Conduta e as políticas adotadas pela Companhia.

O Sr. José Marcio Ferreira Soares receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos aos atos de sua gestão no endereço residencial especificado acima, em sua qualificação.

Barueri, 27 de agosto de 2020.

José Marcio Ferreira Soares

GRUPO MPR PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ n° 13.974.755/0001-39
NIRE 35.300.395.506

TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Pelo presente Termo de Posse, o Sr. **Marcelo Queiroz**, brasileiro, casado, engenheiro, inscrito no CPF sob nº 648.259.576-68, portador da Cédula de Identidade RG nº 18.573.863, expedido pelo SSP/SP, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Rua Periquito, n° 225, apto. 101B, Vila Uberabinha, CEP 04.514-050, para ocupar o cargo de **membro efetivo do Conselho de Administração** do **GRUPO MPR PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia (CNPJ/ME) sob o nº 13.974.755/0001-39 e com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.395.506 ("Companhia"), com mandato unificado de 2 (dois) anos, neste ato toma posse no cargo, com todos os poderes, direitos e obrigações que lhes são atribuídos pela legislação e pelo Estatuto Social da Companhia.

O Conselheiro ora empossado declara, sob as penas da lei, para todos os fins e efeitos de direito, que:

I. se obriga a cumprir a lei e o Estatuto Social da Companhia;

II. não está impedida por lei especial, ou condenada por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou condenado à pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no parágrafo 1º do artigo 147 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações");

III. não está condenada à pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários, que a torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no parágrafo 2º do artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações;

IV. atende ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo parágrafo 3º do artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações;

V. não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do parágrafo 3º do artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações;

VI. com o ingresso da Companhia no Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, sujeita-se às disposições do Regulamento do Novo Mercado, incluindo, mas não se limitando, à cláusula compromissória estatutária de resolução de conflitos por meio da arbitragem, conforme previsto no artigo 32 do Estatuto Social; e

VII. recebeu, leu e se compromete a observar o Código de Conduta e as políticas adotadas pela Companhia.

O Sr. **Marcelo Queiroz** receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos aos atos de sua gestão no endereço residencial especificado acima, em sua qualificação.

Barueri, 27 de agosto de 2020.

Marcelo Queiroz

GRUPO MPR PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ n° 13.974.755/0001-39
NIRE 35.300.395.506

TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Pelo presente Termo de Posse, o Sr. **Marcel Szajubok**, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF sob nº 168.976.108-36, portador da Cédula de Identidade RG nº 24.143.993-0, expedido pelo SSP/SP, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Rua Tupi, nº 507, apto. 111, Santa Cecília, CEP 01.233-001, para ocupar o cargo de **membro suplente do Conselho de Administração** do **GRUPO MPR PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia (CNPJ/ME) sob o nº 13.974.755/0001-39 e com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.395.506 ("Companhia"), com mandato unificado de 2 (dois) anos, neste ato toma posse no cargo, com todos os poderes, direitos e obrigações que lhes são atribuídos pela legislação e pelo Estatuto Social da Companhia.

O Conselheiro suplente ora empossado declara, sob as penas da lei, para todos os fins e efeitos de direito, que:

I. se obriga a cumprir a lei e o Estatuto Social da Companhia;

II. não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou condenado à pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no parágrafo 1º do artigo 147 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações");

III. não está condenado à pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários, que o torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no parágrafo 2º do artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações;

IV. atende ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo parágrafo 3º do artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações;

V. não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do parágrafo 3º do artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações;

VI. com o ingresso da Companhia no Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, sujeita-se às disposições do Regulamento do Novo Mercado, incluindo, mas não se limitando, à cláusula compromissória estatutária de resolução de conflitos por meio da arbitragem, conforme previsto no artigo 32 do Estatuto Social; e

VII. recebeu, leu e se compromete a observar o Código de Conduta e as políticas adotadas pela Companhia.

O Sr. **Marcel Szajubok** receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos aos atos de sua gestão no endereço residencial especificado acima, em sua qualificação.

Barueri, 27 de agosto de 2020.

Marcel Szajubok

GRUPO MPR PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ n° 13.974.755/0001-39
NIRE 35.300.395.506

TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Pelo presente Termo de Posse, a Sra. **Lilian Maria Ferezim Guimarães**, brasileira, divorciada, administradora de empresas, inscrita no CPF sob o nº 063.940.958-00, portadora da Cédula de Identidade RG nº 10.999.165-5, expedido pelo SSP/SP, residente e domiciliada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Rua Marcos Mélega, nº 150, Edifício Pinus, 8º andar, Alto de Pinheiros, CEP 05466-010, para ocupar o cargo de **membro efetivo do Conselho de Administração** do **GRUPO MPR PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia (CNPJ/ME) sob o nº 13.974.755/0001-39 e com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.395.506 ("Companhia"), com mandato unificado de 2 (dois) anos, neste ato toma posse no cargo, com todos os poderes, direitos e obrigações que lhes são atribuídos pela legislação e pelo Estatuto Social da Companhia.

O Conselheiro ora empossado declara, sob as penas da lei, para todos os fins e efeitos de direito, que:

I. se obriga a cumprir a lei e o Estatuto Social da Companhia;

II. não está impedida por lei especial, ou condenada por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou condenado à pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no parágrafo 1º do artigo 147 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações");

III. não está condenada à pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários, que a torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no parágrafo 2º do artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações;

IV. atende ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo parágrafo 3º do artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações;

V. não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do parágrafo 3º do artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações;

VI. com o ingresso da Companhia no Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, sujeita-se às disposições do Regulamento do Novo Mercado, incluindo, mas não se limitando, à cláusula compromissória estatutária de resolução de conflitos por meio da arbitragem, conforme previsto no artigo 32 do Estatuto Social; e

VII. recebeu, leu e se compromete a observar o Código de Conduta e as políticas adotadas pela Companhia.

A Sra. **Lilian Maria Ferezim Guimarães** receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos aos atos de sua gestão no endereço residencial especificado acima, em sua qualificação.

Barueri, 27 de agosto de 2020.

Lilian Maria Ferezim Guimarães

GRUPO MPR PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ n° 13.974.755/0001-39
NIRE 35.300.395.506

TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Pelo presente Termo de Posse, a Sra. **Adriana Rabello Fellipelli**, brasileira, divorciada, psicóloga e empresária, inscrita no CPF sob nº 111.388.278-60, portadora da Cédula de Identidade RG nº 97.448.03-5, expedido pelo SSP/SP, residente e domiciliada na cidade de Cotia, Estado de São Paulo, Rua São Tropez, nº 477, Granja Viana, CEP 06.708-700, para ocupar o cargo de **membro suplente do Conselho de Administração** do **GRUPO MPR PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia (CNPJ/ME) sob o nº 13.974.755/0001-39 e com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.395.506 ("Companhia"), com mandato unificado de 2 (dois) anos, neste ato toma posse no cargo, com todos os poderes, direitos e obrigações que lhes são atribuídos pela legislação e pelo Estatuto Social da Companhia.

A Conselheira suplente ora empossada declara, sob as penas da lei, para todos os fins e efeitos de direito, que:

I. se obriga a cumprir a lei e o Estatuto Social da Companhia;

II. não está impedida por lei especial, ou condenada por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou condenado à pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no parágrafo 1º do artigo 147 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações");

III. não está condenada à pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários, que a torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no parágrafo 2º do artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações;

IV. atende ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo parágrafo 3º do artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações;

V. não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do parágrafo 3º do artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações;

VI. com o ingresso da Companhia no Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, sujeita-se às disposições do Regulamento do Novo Mercado, incluindo, mas não se limitando, à cláusula compromissória estatutária de resolução de conflitos por meio da arbitragem, conforme previsto no artigo 32 do Estatuto Social; e

VII. recebeu, leu e se compromete a observar o Código de Conduta e as políticas adotadas pela Companhia.

A Sra. **Adriana Rabello Fellipelli** receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos aos atos de sua gestão no endereço residencial especificado acima, em sua qualificação.

Barueri, 27 de agosto de 2020.

Adriana Rabello Fellipelli

ANEXO III
À ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
DO GRUPO MPR PARTICIPAÇÕES S.A.
REALIZADA EM 27 DE AGOSTO DE 2020

Declarações de Independência dos Conselheiros Independentes

GRUPO MPR PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ n° 13.974.755/0001-39
NIRE 35.300.395.506

DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA

Pela presente Declaração de Independência, o Sr. **Marcelo Queiroz**, brasileiro, casado, engenheiro, inscrito no CPF sob nº 648.259.576-68, portador da Cédula de Identidade RG nº 18.573.863, expedido pelo SSP/SP, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Rua Periquito, n° 225, apto. 101B, Vila Uberabinha, CEP 04.514-050, candidato à eleição para o cargo de **membro independente do Conselho de Administração** do **GRUPO MPR PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia (CNPJ/ME) sob o nº 13.974.755/0001-39 e com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.395.506 ("Companhia"), declara, nos termos do artigo 17 do Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("Regulamento do Novo Mercado"), que:

I. não é acionista controlador direto ou indireto da Companhia;

II. não exerce voto em reuniões do Conselho de Administração vinculado por acordo de acionista, que tenha por objeto matérias relacionadas à Companhia;

III. não é cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até 2º grau, do acionista controlador, de administrador da Companhia ou de seu controlador;

IV. não foi, nos últimos 3 anos, empregada ou diretora da Companhia ou de seu controlador;

V. não possui relações comerciais com a Companhia, seu controlador ou sociedade coligadas, controladas ou sob controle comum;

VI. não ocupa cargo em sociedade ou entidade que tenha relações comerciais com a Companhia ou com seu controlador que tenha poder decisório na condução das atividades de referida sociedade ou entidade; e

VII. não recebeu outra remuneração da Companhia, de seu controlador, sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum além daquela relativa à atuação como membro do Conselho de Administração ou de Comitês da Companhia, de seu controlador, sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum.

Deste modo, o Sr. **Marcelo Queiroz** declara que está enquadrado nos critérios de independência estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado e, portanto, está apto a ocupar o cargo de membro independente do Conselho de Administração da Companhia.

Barueri, 27 de agosto de 2020.

Marcelo Queiroz

GRUPO MPR PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ n° 13.974.755/0001-39
NIRE 35.300.395.506

DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA

Pela presente Declaração de Independência, a Sra. **Lilian Maria Ferezim Guimarães**, brasileira, divorciada, administradora de empresas, inscrita no CPF sob o nº 063.940.958-00, portadora da Cédula de Identidade RG nº 10.999.165-5, expedido pelo SSP/SP, residente e domiciliada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Rua Marcos Mélega, nº 150, Edifício Pinus, 8º andar, Alto de Pinheiros, CEP 05466-010, candidata à eleição para o cargo de **membro independente do Conselho de Administração** do **GRUPO MPR PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia (CNPJ/ME) sob o nº 13.974.755/0001-39 e com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.395.506 ("Companhia"), declara, nos termos do artigo 17 do Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("Regulamento do Novo Mercado"), que:

I. não é acionista controladora direto ou indireto da Companhia;

II. não exerce voto em reuniões do Conselho de Administração vinculado por acordo de acionista, que tenha por objeto matérias relacionadas à Companhia;

III. não é cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até 2º grau, do acionista controlador, de administrador da Companhia ou de seu controlador;

IV. não foi, nos últimos 3 anos, empregada ou diretora da Companhia ou de seu controlador;

V. não possui relações comerciais com a Companhia, seu controlador ou sociedade coligadas, controladas ou sob controle comum;

VI. não ocupa cargo em sociedade ou entidade que tenha relações comerciais com a Companhia ou com seu controlador que tenha poder decisório na condução das atividades de referida sociedade ou entidade; e

VII. não recebeu outra remuneração da Companhia, de seu controlador, sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum além daquela relativa à atuação como membro do Conselho de Administração ou de Comitês da Companhia, de seu controlador, sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum.

Deste modo, a Sra. **Lilian Maria Ferezim Guimarães** declara que está enquadrada nos critérios de independência estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado e, portanto, está apta a ocupar o cargo de membro independente do Conselho de Administração da Companhia.

Barueri, 27 de agosto de 2020.

Lilian Maria Ferezim Guimarães

GRUPO MPR PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ n° 13.974.755/0001-39
NIRE 35.300.395.506

DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA

Pela presente Declaração de Independência, o Sr. **Marcel Szajubok**, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF sob nº 168.976.108-36, portador da Cédula de Identidade RG nº 24.143.993-0, expedido pelo SSP/SP, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Rua Tupi, nº 507, apto. 111, Santa Cecília, CEP 01.233-001, candidato à eleição para o cargo de **membro independente do Conselho de Administração** do **GRUPO MPR PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia (CNPJ/ME) sob o nº 13.974.755/0001-39 e com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.395.506 ("Companhia"), declara, nos termos do artigo 17 do Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("Regulamento do Novo Mercado"), que:

I. não é acionista controlador direto ou indireto da Companhia;

II. não exerce voto em reuniões do Conselho de Administração vinculado por acordo de acionista, que tenha por objeto matérias relacionadas à Companhia;

III. não é cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até 2º grau, do acionista controlador, de administrador da Companhia ou de seu controlador;

IV. não foi, nos últimos 3 anos, empregado ou diretor da Companhia ou de seu controlador;

V. não possui relações comerciais com a Companhia, seu controlador ou sociedade coligadas, controladas ou sob controle comum;

VI. não ocupa cargo em sociedade ou entidade que tenha relações comerciais com a Companhia ou com seu controlador que tenha poder decisório na condução das atividades de referida sociedade ou entidade; e

VII. não recebeu outra remuneração da Companhia, de seu controlador, sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum além daquela relativa à atuação como membro do Conselho de Administração ou de Comitês da Companhia, de seu controlador, sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum.

Deste modo, o Sr. **Marcel Szajubok** declara que está enquadrado nos critérios de independência estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado e, portanto, está apto a ocupar o cargo de membro independente do Conselho de Administração da Companhia.

Barueri, 27 de agosto de 2020.

Marcel Szajubok

GRUPO MPR PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ n° 13.974.755/0001-39
NIRE 35.300.395.506

DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA

Pela presente Declaração de Independência, a Sra. **Adriana Rabello Fellipelli**, brasileira, divorciada, psicóloga e empresária, inscrita no CPF sob nº 111.388.278-60, portadora da Cédula de Identidade RG nº 97.448.03-5, expedido pelo SSP/SP, residente e domiciliada na cidade de Cotia, Estado de São Paulo, Rua São Tropez, nº 477, Granja Viana, CEP 06.708-700, candidata à eleição para o cargo de **membro independente do Conselho de Administração** do **GRUPO MPR PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia (CNPJ/ME) sob o nº 13.974.755/0001-39 e com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.395.506 ("Companhia"), declara, nos termos do artigo 17 do Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("Regulamento do Novo Mercado"), que:

I. não é acionista controladora direto ou indireto da Companhia;

II. não exerce voto em reuniões do Conselho de Administração vinculada por acordo de acionista, que tenha por objeto matérias relacionadas à Companhia;

III. não é cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até 2º grau, do acionista controlador, de administrador da Companhia ou de seu controlador;

IV. não foi, nos últimos 3 anos, empregada ou diretora da Companhia ou de seu controlador;

V. não possui relações comerciais com a Companhia, seu controlador ou sociedade coligadas, controladas ou sob controle comum;

VI. não ocupa cargo em sociedade ou entidade que tenha relações comerciais com a Companhia ou com seu controlador que tenha poder decisório na condução das atividades de referida sociedade ou entidade; e

VII. não recebeu outra remuneração da Companhia, de seu controlador, sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum além daquela relativa à atuação como membro do Conselho de Administração ou de Comitês da Companhia, de seu controlador, sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum.

Deste modo, a Sra. **Adriana Rabello Fellipelli** declara que está enquadrada nos critérios de independência estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado e, portanto, está apta a ocupar o cargo de membro independente do Conselho de Administração da Companhia.

Barueri, 27 de agosto de 2020.

Adriana Rabello Fellipelli

ANEXO IV
À ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
DO GRUPO MPR PARTICIPAÇÕES S.A.
REALIZADA EM 27 DE AGOSTO DE 2020

Cartas de Renúncia

Barueri, 27 de agosto de 2020

CARTA DE RENÚNCIA

Prezados,

Eu, **Paulo Suplicy de Barros Barreto**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 6.381.674-X, expedida pelo SSP/SP, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia (CPF/ME) nº 043.347.048-83, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 1.052, conjunto 142, Itaim Bibi, CEP 04.534-004, venho pela presente comunicar a minha renúncia ao cargo de **Membro Classe A do Conselho de Administração** da **Grupo MPR Participações S.A.**, sociedade anônima, com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Madeira, nº 222, 7º andar, conjunto 71, sala 1, Edifício Alfacon, Centro Empresarial Alphaville, CEP 06.454-010, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia (CNPJ/ME) sob nº 13.974.755/0001-39, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE 35.300.395.506 ("Companhia").

Declaro que não tenho nada a reclamar da Companhia, a qualquer título ou qualquer tempo, em juízo ou fora dele, em razão ou por consequência da minha atuação como Membro Classe A do Conselho de Administração da Companhia, outorgando, assim, a mais ampla, plena, irrevogável e irretratável quitação à Companhia.

Assim, solicito ao Conselho de Administração da Companhia que pratique todas e quaisquer medidas aplicáveis a fim de efetivar a minha renúncia ao cargo de Membro do Conselho de Administração da Companhia, incluindo, sem limitação, a apresentação e registro dos documentos aplicáveis na sede da Companhia, na JUCESP, e em todas e quaisquer outras autoridades aplicáveis.

Adicionalmente, a Companhia, por sua vez, mediante o recebimento e a assinatura da presente carta de renúncia, outorga a mais plena, ampla, irrevogável e irretratável quitação com relação a qualquer obrigação, responsabilidade, demanda e/ou qualquer valor eventualmente devido por mim com relação ao cargo de Membro do Conselho de Administração da Companhia, para nada mais reclamara ou receber, a qualquer tempo ou título.

Cordialmente,

Paulo Suplicy de Barros Barreto

Barueri, 27 de agosto de 2020

CARTA DE RENÚNCIA

Prezados,

Eu, **Ana Paula Bannwart Vieira**, brasileira, casada, administradora de empresas, portadora da Cédula de Identidade RG nº 18.302.758-9 SSP/SP, inscrita no CPF sob o nº 103.019.938-82, com domicílio profissional na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 1.052, conjunto 142, Itaim Bibi, CEP 04534-004, venho pela presente comunicar a minha renúncia ao cargo de **Membro Classe A do Conselho de Administração** da **Grupo MPR Participações S.A.**, sociedade anônima, com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Madeira, nº 222, 7º andar, conjunto 71, sala 1, Edifício Alfacon, Centro Empresarial Alphaville, CEP 06.454-010, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia (CNPJ/ME) sob nº 13.974.755/0001-39, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE 35.300.395.506 ("Companhia").

Declaro que não tenho nada a reclamar da Companhia, a qualquer título ou qualquer tempo, em juízo ou fora dele, em razão ou por consequência da minha atuação como Membro Classe A do Conselho de Administração da Companhia, outorgando, assim, a mais ampla, plena, irrevogável e irretratável quitação à Companhia.

Assim, solicito ao Conselho de Administração da Companhia que pratique todas e quaisquer medidas aplicáveis a fim de efetivar a minha renúncia ao cargo de Membro do Conselho de Administração da Companhia, incluindo, sem limitação, a apresentação e registro dos documentos aplicáveis na sede da Companhia, na JUCESP, e em todas e quaisquer outras autoridades aplicáveis.

Adicionalmente, a Companhia, por sua vez, mediante o recebimento e a assinatura da presente carta de renúncia, outorga a mais plena, ampla, irrevogável e irretratável quitação com relação a qualquer obrigação, responsabilidade, demanda e/ou qualquer valor eventualmente devido por mim com relação ao cargo de Membro do Conselho de Administração da Companhia, para nada mais reclamara ou receber, a qualquer tempo ou título.

Cordialmente,

Ana Paula Bannwart Vieira

MINUTA DA ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA QUE APROVARÁ A REALIZAÇÃO DA OFERTA

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

GRUPO MPR PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ n° 13.974.755/0001-39
NIRE 35.300.395.506

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM [•] DE [•] DE 2020

1. **Data, Hora e Local**: Aos dias [•] do mês de [•] de 2020, às [•] horas, na sede social da Grupo MPR Participações S.A. ("Companhia"), localizada na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Madeira, nº 222, 7º andar, conjunto 71, sala 1, Edifício Alfacon, Centro Empresarial Alphaville, CEP 06454-010.

2. **Convocação e Presença**: Dispensada a publicação de Editais de Convocação, nos termos do parágrafo quarto do artigo 18 do estatuto social da Companhia ("Estatuto Social"), tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia.

3. **Mesa**: Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. [•], como Presidente, e Sr[a]. [•], como Secretário(a).

4. **Ordem do Dia**: Reuniram-se os membros do Conselho de Administração da Companhia para deliberar a respeito das seguintes matérias: **(i)** autorização para realização de oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia, todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Ações") no Brasil, em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), incluindo esforços de colocação no exterior com base na Regra 144A do *Securities Act* de 1933 dos Estados Unidos da América ("*Securities Act*"), editada pela *U.S. Securities and Exchange Commission* ("SEC") ("Oferta"); **(ii)** autorização para o aumento de capital da Companhia dentro do limite do capital autorizado, nos termos do seu Estatuto Social, mediante emissão de Ações no âmbito da Oferta prevista no item "(i)" acima, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia para a subscrição das novas ações a serem emitidas pela Companhia no âmbito da Oferta, sendo que, aos titulares de tais ações ordinárias, objeto da Oferta, serão conferidos os mesmos direitos e benefícios conferidos pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e pelo Estatuto Social, às demais ações ordinárias de emissão da Companhia, inclusive o recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio que forem declarados pela Companhia a partir da data da disponibilização do *"Anúncio de Início da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Grupo MPR Participações S.A."* ("Anúncio de Início"); **(iii)** consignação que as novas ações ordinárias a serem emitidas no âmbito da Oferta farão jus ao recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio que forem declarados pela Companhia a

partir da data da disponibilização do Anúncio de Início; **(iv)** aprovação de eventual condução de atividades de estabilização do preço das ações ordinárias de emissão da Companhia no âmbito da Oferta; e **(v)** a autorização para a Diretoria da Companhia tomar todas as providências e praticar todos os atos necessários à realização da Oferta e à consecução do aumento do capital social da Companhia, nos termos do item "(ii)" acima, e ratificação dos atos já realizados.

5. **Deliberações**: Instalada a reunião e após a discussão das matérias da ordem de dia, os conselheiros presentes aprovaram, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 18 do Estatuto Social, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas ou restrições, o que segue:

5.1. Aprovar a realização da Oferta, observados os principais termos e condições da Oferta descritos abaixo.

(a) Oferta (i) primária de, inicialmente, [●] Ações ("Oferta Primária"); e (ii) secundária de, inicialmente, [●] Ações de titularidade de [●] ("Acionistas Vendedores") ("Oferta Secundária"), a serem realizadas no Brasil, com esforços de colocação no exterior;

(b) a Oferta será realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400, e será coordenada pelas instituições financeiras contratadas para atuar na Oferta ("Coordenadores da Oferta"), com a participação de determinadas instituições consorciadas autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto à B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão ("B3" e "Instituições Consorciadas", respectivamente), sendo que as Instituições Consorciadas participarão da Oferta para efetuar esforços de colocação das Ações exclusivamente junto aos investidores não institucionais;

(c) simultaneamente, serão também realizados esforços de colocação das Ações no exterior por determinadas instituições financeiras (i) nos Estados Unidos da América, exclusivamente para investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*) residentes e domiciliados nos Estados Unidos da América, conforme definido na Regra 144A do *Securities Act*, em operações isentas de registro nos Estados Unidos da América, em conformidade ao *Securities Act* e aos regulamentos editados ao amparo do *Securities Act*, bem como nos termos de quaisquer outras regras federais e estaduais dos Estados Unidos da América sobre títulos e valores mobiliários; e (ii) nos demais países, que não os Estados Unidos e o Brasil, para investidores que sejam considerados não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos da América e constituídos de acordo com a legislação vigente no país de domicílio de cada investidor (*non U.S. persons*), com base na *Regulation S*, editada pela SEC no âmbito do *Securities Act*, e observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor (investidores descritos nas alíneas "(i)" e "(ii)" acima, em conjunto, "Investidores Estrangeiros"),

desde que tais Investidores Estrangeiros invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados, nos termos da Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, conforme alterada, ou da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.373, de 29 de setembro de 2014 e da Instrução da CVM nº 560, de 27 de março de 2015, conforme alterada, sem a necessidade, portanto, da solicitação e obtenção de registro de distribuição e colocação das Ações em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país, inclusive perante a SEC;

(d) nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, até a data da disponibilização do Anúncio de Início, a quantidade de Ações inicialmente ofertada, sem considerar as Ações Suplementares (conforme abaixo definido), poderá, a critério [da Companhia/dos Acionistas Vendedores], em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em até 20% do total de Ações inicialmente ofertadas (excluídas as Ações Suplementares), ou seja, em até [●] Ações [que serão emitidas pela Companhia/de titularidade dos Acionistas Vendedores], nas mesmas condições e no mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas ("Ações Adicionais");

(e) nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada, sem considerar as Ações Adicionais, poderá ser acrescida em até 15% do total de Ações inicialmente ofertadas, ou seja, em até [●] Ações [que serão emitidas pela Companhia/de titularidade dos Acionistas Vendedores], nas mesmas condições e no mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas ("Ações Suplementares"), conforme opção a ser outorgada [pela Companhia/pelos Acionistas Vendedores] ao Agente Estabilizador, nos termos do contrato de colocação a ser celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta ("Contrato de Colocação") , as quais serão destinadas a atender a um eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta;

(f) a distribuição das Ações será feira por meio de duas ofertas distintas, quais sejam, (i) uma oferta destinada aos investidores não institucionais; e (ii) uma oferta destinada a investidores institucionais, observado o disposto na Instrução CVM 400 e o esforço de dispersão acionária previsto no Regulamento do Novo Mercado da B3;

(g) o Preço por Ação será fixado após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento ("Procedimento de *Bookbuilding*") e terá como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade de demanda (por volume e preço) coletada junto a investidores institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding;* e

(h) as demais características da Oferta constarão dos prospectos a serem arquivados na CVM, bem como no Contrato de Colocação com e demais documentos e anúncios da Oferta aplicáveis.

5.2. Será oportunamente aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia o aumento do seu capital social, dentro do limite do capital autorizado, com emissão de novas ações ordinárias pela Companhia no âmbito da Oferta Primária, bem como a proporção entre a Oferta Primária e a Oferta Secundária. Aprovar que o aumento do capital social será feito com exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na subscrição das novas ações a serem emitidas pela Companhia no âmbito da Oferta, em conformidade com o disposto no artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações e nos termos do artigo 6º do Estatuto Social.

5.3. Consignar que as novas ações ordinárias emitidas nos termos das deliberações acimas farão jus ao recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio que forem declarados pela Companhia a partir da data da disponibilização do Anúncio de Início e a todos os demais direitos e benefícios que forem conferidos às demais ações ordinárias de emissão da Companhia e, a partir de então, em igualdade de condições, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, do Estatuto Social e do Regulamento do Novo Mercado da B3.

5.4. Aprovar eventual condução de atividades de estabilização do preço das ações ordinárias de emissão da Companhia no âmbito da Oferta, conforme regulamentação aplicável.

5.5. Em razão das deliberações tomadas acima, a Diretoria da Companhia fica autorizada a, desde já, tomar todas as providências e praticar todos os atos necessários à realização da Oferta e à consecução do aumento do capital social da Companhia, dentro do seu limite de capital autorizado, mediante emissão de ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, a serem ofertadas por meio da Oferta a ser realizada no Brasil e registrada junto à CVM, em conformidade com as disposições da Instrução CVM 400 e, para tanto, os Diretores da Companhia ficam investidos de plenos poderes para tomar e praticar todos e quaisquer atos necessários ou convenientes à consecução da Oferta, em especial, de poderes de representação da Companhia junto à CVM, ao Banco Central do Brasil, à B3 e à Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA, podendo praticar quaisquer atos perante essas e outras entidades e/ou negociar e firmar quaisquer contratos, comunicações, notificações, certificados, documentos ou instrumentos que sejam relacionados à Oferta e reputados necessários ou convenientes para a realização da mesma.

6. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. **Mesa**: [●] – Presidente; e [●] – Secretári[a/o]. **Conselheiros presentes**: [●].

Confere com a original lavrada em livro próprio.

Barueri, [●] de [●] de 2020.

Mesa:

_____	_____
[●]	[●]
Presidente	Secretári[a/o]

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

MINUTA DA ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA QUE APROVARÁ A FIXAÇÃO DO PREÇO POR AÇÃO

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

GRUPO MPR PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ n° 13.974.755/0001-39
NIRE 35.300.395.506

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM [●] DE [●] DE 2020

1. **Data, Hora e Local**: Aos dias [●] do mês de [●] de 2020, às [●] horas, na sede social da Grupo MPR Participações S.A. ("Companhia"), localizada na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Madeira, nº 222, 7º andar, conjunto 71, sala 1, Edifício Alfacon, Centro Empresarial Alphaville, CEP 06454-010.

2. **Convocação e Presença**: Dispensada a publicação de Editais de Convocação, nos termos do parágrafo quarto do 18 do estatuto social da Companhia ("Estatuto Social"), tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia.

3. **Mesa**: Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. [●], como Presidente, e Sr[a]. [●], como Secretário(a).

4. **Ordem do Dia**: Reuniram-se os membros do Conselho de Administração da Companhia para deliberar a respeito das seguintes matérias: **(i)** fixação e justificativa do preço de emissão das ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Ações"), objeto de aprovação da Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em [●] de [●] de 2020, no valor nominal unitário de R$[●] ([●] reais), no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de Ações, a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), incluindo esforços de colocação no exterior com base na Regra 144A do *Securities Act* de 1933 dos Estados Unidos da América, editada pela *U.S. Securities and Exchange Commission* ("Oferta"); **(ii)** aprovação do aumento de capital da Companhia dentro do limite do capital autorizado, mediante a emissão de [●] ([●]) novas ações ordinárias, correspondentes ao total de Ações a serem distribuídas no âmbito da oferta primária, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na subscrição das Ações, em conformidade com o disposto no artigo 172, inciso I da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"); **(iii)** aprovação do Prospecto Definitivo de Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Ordinária de Emissão do Grupo MPR Participações S.A., ("Prospecto Definitivo") e seus anexos, conforme registro concedido pela CVM e dos *Offering Memoranda* da Companhia; **(iv)** autorização para a Diretoria da Companhia tomar todas as providências e praticar todos os atos necessários à realização da Oferta e à consecução do aumento do capital social da Companhia, dentro do seu limite de capital autorizado, bem como,

observada a forma de representação da Companhia, praticar todos e quaisquer atos necessários ou convenientes à realização da Oferta; e **(v)** verificação da subscrição das Ações e a homologação do novo capital social da Companhia.

5. **Deliberações**: Instalada a reunião e após a discussão das matérias da ordem de dia, os conselheiros presentes aprovaram, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 18 do Estatuto Social, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas ou restrições, o que segue:

5.1. Aprovar o preço de R$[●] ([●] reais) por ação objeto da Oferta ("Preço por Ação") fixado após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento realizado exclusivamente junto a investidores institucionais, no Brasil e no exterior, pelas instituições intermediárias contratadas para atuar na Oferta ("Coordenadores da Oferta"), nos termos do *"Contrato de Coordenação, Distribuição e Garantia Firme de Liquidação de Ações Ordinárias de Emissão do Grupo MPR Participações S.A."* ("Contrato de Colocação"), em consonância com o disposto no artigo 23, parágrafo 1º, e no artigo 44 da Instrução CVM 400 ("Procedimento de *Bookbuilding*") e nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações. A escolha do critério para determinação do Preço por Ação é justificada pelo fato de que o Preço por Ação não promoverá diluição injustificada dos acionistas da Companhia e de que o preço de mercado das Ações foi aferido de acordo com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os investidores institucionais apresentaram suas intenções de investimento no contexto da Oferta.

5.2. Aprovar o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R$[●] ([●] milhões de reais), o qual passará de R$[●] ([●] reais) para R$[●] ([●] milhões), mediante a emissão de [●] ([●]) de ações ordinárias, objeto da oferta primária, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na subscrição das novas ações emitidas pela Companhia dentro no âmbito da Oferta, em conformidade com o disposto no artigo 172, inciso I da Lei das Sociedades por Ações e nos termos do artigo 6º do Estatuto Social da Companhia.

5.3. Aprovar o Prospecto Definitivo e seus anexos, conforme registro concedido pela CVM, bem como os *Offering Memoranda* da Companhia.

5.4. Em razão da deliberação tomada acima, a Diretoria da Companhia fica autorizada a, desde já, tomar todas as providências e praticar todos os atos necessários à realização do aumento do capital social da Companhia, podendo praticar quaisquer atos perante a B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão, a CVM, à Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA e outras entidades e/ou negociar e firmar quaisquer contratos, comunicações, notificações, certificados, documentos ou instrumentos que sejam relacionados à Oferta e reputados necessários ou convenientes para a realização das mesmas.

5.5. Ato contínuo, verificar a subscrição de [●] ([●] milhões) de Ações no âmbito da Oferta e, consequentemente, homologar o novo capital social da Companhia, que passa a ser de R$[●] ([●] milhões), dividido em [●] ([●] milhões) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O Conselho de Administração deverá submeter, oportunamente, à Assembleia Geral da Companhia a proposta de alteração do Estatuto Social, de forma a refletir o novo capital social e o saldo do capital autorizado. As Ações conferirão aos seus titulares os mesmos direitos, vantagens e restrições inerentes às ações ordinárias de emissão da Companhia, inclusive o direito de participar das assembleias gerais da Companhia e nelas exercer todas as prerrogativas conferidas às ações ordinárias, conforme o caso. As Ações darão, ainda, a seus titulares o direito ao recebimento integral de dividendos e demais proventos de qualquer natureza que vierem a ser declarados a partir da divulgação do "*Anúncio de Início da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do Grupo MPR Participações S.A.*".

6. **Encerramento**: Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. **Mesa**: [●] – Presidente; e [●] – Secretári[a/o]. **Conselheiros presentes**: [●].

Confere com a original lavrada em livro próprio.

Barueri, [●] de [●] de 2020.

Mesa:

_____	_____
[●]	[●]
Presidente	Secretári[a/o]

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA COMPANHIA REFERENTES AO PERÍODO DE TRÊS MESES ENCERRADO EM 30 DE JUNHO DE 2020

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Grupo MPR Participações S.A.

Informações Financeiras Intermediárias
Individuais e Consolidadas Referentes ao
Período de Três Meses Findo em
30 de Junho de 2020 e
Relatório sobre a Revisão de
Informações Financeiras Intermediárias

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Deloitte Touche Tohmatsu
Av. Dr. Chucri Zaidan, 1.240 -
4º ao 12º andares - Golden Tower
04711-130 - São Paulo - SP
Brasil

Tel.: + 55 (11) 5186-1000
Fax: + 55 (11) 5181-2911
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES
FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores do
Grupo MPR Participações S.A.

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas do Grupo MPR Participações S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

© 2020. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

Deloitte.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado ("DVA") , individual e consolidada, referentes ao período de três meses findo em 30 de junho de 2020, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações financeiras intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e como informação suplementar pelas normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo IASB, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente, e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 28 de agosto de 2020

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Antonio Carlos Brandão de Sousa
Contador
CRC nº 1 RJ 065976/O-4

2020SP000109_Draft Relatório MPR 1º ITR 2021.docx

© 2020. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

GRUPO MPR PARTICIPAÇÕES S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E DE 31 DE MARÇO DE 2020
(Em milhares de reais - R$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora 30/06/2020	Controladora 31/03/2020	Consolidado 30/06/2020	Consolidado 31/03/2020
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	3	86	19	38.987	30.490
Contas a receber de clientes	4	-	-	120.619	80.024
Estoques	5	-	-	47.282	19.878
Impostos a recuperar	6	-	-	45.589	29.716
Partes relacionadas	7	813	527	-	-
Dividendos a receber		1.124	1.124	-	-
Adiantamento a fornecedores		-	-	8.870	2.186
Outros créditos		348	13	3.818	4.587
Total do ativo circulante		2.371	1.683	265.165	166.881
NÃO CIRCULANTE					
Outros créditos		-	-	1.182	1.311
Impostos a recuperar	6	-	-	42.340	1.391
Imposto de renda e contribuição social diferido		-	-	2.634	1.483
Investimentos	8	171.166	117.470	-	-
Imobilizado	9	80	76	43.591	39.219
Intangível	11	-	-	94.072	95.714
Direito de uso	10	-	-	21.964	23.245
Total do ativo não circulante		171.246	117.546	205.783	162.363
TOTAL DO ATIVO		173.617	119.229	470.948	329.244

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora 30/06/2020	Controladora 31/03/2020	Consolidado 30/06/2020	Consolidado 31/03/2020
CIRCULANTE					
Fornecedores	12	-	-	99.108	59.467
Empréstimos e financiamentos	14	-	-	43.376	25.402
Obrigações tributárias		6	5	4.612	4.312
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	13	1.283	573	8.436	2.997
Dividendos a pagar		1.089	1.089	1.498	1.498
Provisão para imposto de renda e contribuição social		-	-	36.473	5.342
Partes relacionadas		25	57	-	-
Outras obrigações	15	64	51	15.879	12.559
Arrendamento mercantil a pagar	16	-	-	4.691	4.673
Total do passivo circulante		2.467	1.775	214.073	116.250
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	14	-	-	68.183	76.235
Obrigações tributárias		-	-	203	203
Outras obrigações	15	-	-	2.262	2.199
Provisão para riscos	18	-	-	252	252
Arrendamento mercantil a pagar	16	-	-	14.825	16.651
Total do passivo não circulante		-	-	85.725	95.540
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19				
Capital social		60.000	60.000	60.000	60.000
Reserva de capital		32.401	32.401	32.401	32.401
Reserva de reavaliação		122	141	122	141
Reservas de lucros		1.531	1.531	1.531	1.531
Dividendo adicional proposto		23.381	23.381	23.381	23.381
Lucro acumulado		53.715	-	53.715	-
Total do patrimônio líquido		171.150	117.454	171.150	117.454
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		173.617	119.229	470.948	329.244

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GRUPO MPR PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais- R$, exceto o lucro líquido do exercício por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
RECEITA LÍQUIDA	21	-	-	274.948	67.449
CUSTO DE VENDAS	22	-	-	(139.760)	(44.837)
LUCRO BRUTO		-	-	135.188	22.612
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Despesas com vendas	23	-	-	(37.596)	(13.069)
Despesas administrativas	23	-	-	(12.229)	(7.531)
Outras receitas e despesas, líquidas	23	-	-	1.734	2.216
Resultado da equivalência patrimonial	7	53.696	2.207	-	-
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		53.696	2.207	87.097	4.228
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO					
Receitas financeiras	24	-	-	2.573	1.105
Despesas financeiras	24	-	-	(5.122)	(2.462)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUÇÃO SOCIAL		53.696	2.207	84.548	2.871
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	17				
Corrente		-	-	(31.962)	(664)
Diferido		-	-	1.110	-
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		53.696	2.207	53.696	2.207
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO POR AÇÃO - R$					
Lucro líquido por ação - básico e diluído (em reais)	20	0,54	0,03	0,54	0,03

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GRUPO MPR PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais - R$)

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	53.696	2.207	53.696	2.207
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO	53.696	2.207	53.696	2.207

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GRUPO MPR PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS PERÍODOS DE TRËS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2020 E DE 2019
(Em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital	Reserva de reavaliação	Reservas de lucros		Dividendos adicional proposto	Lucros/ Prejuízos acumulados	Total
					Reserva legal	Retenção de lucros			
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2019		30.100	-	219	959	16.764	-	(3.248)	44.794
Realização de reserva de reavaliação	19	-		(19)	-	-	-	19	-
Lucro líquido do período	19	-	-	-	-	-	-	2.207	2.207
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019		30.100	-	200	959	16.764	-	(1.022)	47.001
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2020		60.000	32.401	141	1.531	-	23.381	-	117.454
Realização de reserva de reavaliação	19	-	-	(19)	-	-		19	-
Lucro líquido do período	19	-	-	-	-	-	-	53.696	53.696
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020		60.000	32.401	122	1.531	-	23.381	53.715	171.150

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GRUPO MPR PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS TRÊS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais - R$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
	explicativa	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro antes dos impostos	17	53.696	2.207	84.548	2.871
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do período com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	22 e 23	-	-	4.018	2.163
Resultado de equivalência patrimonial	7	(53.696)	(2.207)	-	-
Lucro da venda de imobilizado		-	-	(412)	(302)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	14	-	-	1.455	1.692
Juros sobre arrendamento mercantil	17	-	-	334	369
Variação cambial sobre empréstimos	14	-	-	1.503	(606)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Estoques	5	-	-	(27.404)	567
Contas a receber de clientes	4	-	-	(40.595)	2.686
Impostos a recuperar	6	-	-	(25.178)	(1.463)
Partes relacionadas	7	(286)	18	-	-
Outros créditos		(339)	(31)	(5.786)	464
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Obrigações tributárias		1	(3)	300	902
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		710	94	5.439	560
Fornecedores	12	-	-	38.475	(7.741)
Partes relacionadas	7	(32)	-	-	-
Outras obrigações	15	13	(5)	3.383	1.774
Caixa gerado pelas atividades operacionais		67	73	40.080	3.936
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	14			(1.108)	(1.545)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(32.516)	(95)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		67	73	6.456	2.296
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Caixa proveniente de alienação de imobilizado		-	-	459	325
Aquisição de imobilizado	9	-	-	(4.348)	(2.732)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		-	-	(3.889)	(2.407)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Captação de empréstimos e financiamentos	14	-	-	8.730	10.408
Pagamento de arrendamento mercantil	17	-	-	(2.142)	(1.926)
Amortização de empréstimos e financiamentos	17	-	-	(658)	(6.712)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		-	-	5.930	1.770
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		67	73	8.497	1.659
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	3	19	14	30.490	12.851
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	3	86	86	38.987	14.510
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		67	73	8.497	1.659

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GRUPO MPR PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS TRÊS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	Controladora 30/06/2020	Controladora 30/06/2019	Consolidado 30/06/2020	Consolidado 30/06/2019
RECEITAS		-	-	331.369	92.035
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	19	-	-	317.387	89.819
Outras receitas		-	-	1.734	2.216
Receitas relativas à construção de ativos próprios		-	-	12.248	-
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui os valores dos impostos – ICMS, IPI, PIS e COFINS)		-	-	(244.185)	(70.803)
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		-	-	(197.909)	(55.854)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		-	-	(46.276)	(14.949)
VALOR ADICIONADO BRUTO		-	-	87.184	21.232
DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	9, 10 e 11	-	-	(4.018)	(2.163)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE		-	-	83.166	19.069
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		53.696	2.207	2.573	1.105
Resultado de equivalência patrimonial	8	53.696	2.207	-	-
Receitas financeiras	24	-	-	2.573	1.105
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		53.696	2.207	85.739	20.174
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		(53.696)	(2.207)	(85.739)	(20.174)
Pessoal		-	-	(13.060)	(7.297)
Remuneração direta		-	-	(10.916)	(5.930)
Benefícios		-	-	(1.654)	(966)
F.G.T.S		-	-	(490)	(401)
Impostos, taxas e contribuições		-	-	(13.751)	(7.966)
Federais		-	-	(13.676)	(1.605)
Estaduais		-	-	-	(6.249)
Municipais		-	-	(75)	(112)
Remuneração de capitais de terceiros		-	-	(5.232)	(2.704)
Juros	24	-	-	(5.122)	(2.462)
Aluguéis		-	-	(110)	(242)
Remuneração de Capitais Próprios		(53.696)	(2.207)	(53.696)	(2.207)
Lucros retidos / Prejuízo do exercício		(53.696)	(2.207)	(53.696)	(2.207)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Grupo MPR Participações S.A. ("Companhia" ou "Grupo") é uma empresa constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado e domiciliada no Brasil. O endereço registrado do escritório do Grupo é Alameda Madeira, 222, Edifício Alfacon, 7º andar, conjunto 71, sala 1, Alphaville - Barueri - SP.

O Grupo tem como controlador final a Vocatus Participações S.A e FIP Zulu Corp. Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

O Grupo atua na administração de bens próprios e na participação em outras empresas, sendo, ainda, direta ou indiretamente, controlador das subsidiárias, com destaque as empresas Companhia Nacional de Álcool, Álcool Ferreira S.A. e Da Ilha Comercio de Álcool Ltda. As subsidiárias atuam nos ramos de indústria, comércio e distribuição por atacado e varejo, assim como importação e exportação de álcool, subprodutos, solventes derivados ou não de petróleo, produtos para limpeza, matérias-primas, embalagens, vinagres e bebidas alcoólicas, produtos químicos e açúcar, entre outros, nas quais o Grupo participa do resultado enquanto controlador.

Para cumprimento de suas atividades relacionadas, as partes têm de fazer uso de:
(a) estruturas administrativas de apoio em comum, tais como equipamentos de informática, softwares, outros equipamentos e móveis e instalações em geral;
(b) atividades administrativas de apoio em comum, relacionadas ao processamento de informações trabalhistas, previdenciárias, contábeis, tributárias e rotinas e funções administrativas em geral; e (c) fornecedores externos em comum, relacionados com as referidas estruturas e atividades ("estruturas administrativas").

É do interesse das partes otimizar e padronizar seus esforços administrativos, evitando duplicidades de estruturas administrativas, cargos e esforços de atividades de apoio internos e, como consequência, fortalecendo os princípios e as práticas de governança corporativa do Grupo, com a racionalização de gastos em comum.

As informações financeiras intermediárias individuais da Companhia relativas ao trimestre findo em 30 de junho de 2020 abrangem a Companhia e investimentos em empresas controladas.

Principais eventos ocorridos em 2020:

a) COVID-19 E SAZONALIDADE DAS OPERAÇÕES

O Corona Vírus, "Covid-19" foi descoberto em dezembro de 2019, quando apareceram os primeiros casos na cidade de Wuhan, província de Hubei, na China. Desde 31 de dezembro, quando do registro dos primeiros casos na China, sendo declarada pandemia em 11 de março de 2020 pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

O impacto da doença se refletiu também na atividade econômica mundial, que vem sofrendo perdas significativas. A Companhia, diferente da maioria das empresas, não está exposta a riscos estratégicos e operacionais, dado o segmento de atuação de suas investidas. A Companhia Nacional de Álcool é fabricante de produtos de limpeza e higiene, à base de álcool. Por se tratar de produtos que ajudam na prevenção da doença, produtos como álcool em gel higienizador de mãos, álcool líquido e em gel para limpeza a 70º, panos humedecidos de álcool 70º tiveram um aumento muito expressivo de demanda a partir da última semana de fevereiro de 2020. Já a Álcool Ferreira vende álcoois especiais para o segmento industrial, tendo visto uma alta demanda de seus produtos por outras empresas também atuantes nos segmentos de limpeza, higiene e medicamentos. Não houve ainda qualquer interrupção em seus canais de fornecimento, tampouco interrupções em sua cadeia logística. A Companhia e suas subsidiárias não encontraram a necessidade de efetuar qualquer tipo de adesão aos programas e Medidas Provisórias e fomento exaradas pelo Governo Federal. Consequentemente, as operações da Companhia não foram interrompidas até o momento.

Face ao cenário apresentado, a administração da Companhia não observou nenhum indício de (i) perda por imparidade em seus ativos de longo prazo, (ii) agravamento dos índices de inadimplência em sua carteira de clientes, (iii) contratos onerosos, (iv) decréscimos de receitas ou (v) qualquer outro fator significativo que colocasse em dúvida a continuidade de suas operações e/ou que requeresse ajuste às demonstrações financeiras.

A Companhia seguirá envidando esforços no acompanhamento aos desdobramentos ocasionados pela pandemia COVID-19, bem como no mapeamento dos respectivos e possíveis impactos econômicos adversos em suas operações.

O Grupo considera a natureza de suas transações como não cíclicas e não sazonais, levando em consideração suas atividades exercidas. Todavia, com o cenário de alta demanda pelos produtos acima mencionados, parte significativa dos acréscimos em nossas receitas e custos observados no período de três meses findo em 30 de junho de 2020 quando comparados com igual período de 2019 está relacionada à tal evento.

b) Outros eventos recentes:

Em 31 de dezembro de 2019, devido a reestruturação societária, a Companhia aumentou o capital no valor de R$ 29.900, passando de R$30.099 para R$60.000 de ações ordinárias nominativas, todas com direito a voto, sem valor nominal, ao preço total de emissão no valor de R$ 62.301, sendo R$ 29.900 destinados à formação do capital do capital social da companhia e o saldo no montante de R$ 32.401 destinado à conta de reserva de capital, através da participação detida pelas empresas:

- Vocatus Participações S/A, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.816.163/0001-54, mediante a capitalização de participação societária na Companhia Nacional de Álcool no montante de R$ 29.930 e na Álcool Ferreira S/A, no montante de R$ 4.335; e

- Zulu Corp Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, CNPJ/MF sob o nº 23.818.999/0001-86, mediante a capitalização de participação societária na Companhia Nacional de Álcool no montante de R$ 24.488; e na Álcool Ferreira S/A, no montante de R$ 3.546.

A Vocatus e a Zulu controlavam a Companhia através da Hypsea e, após a cisão e incorporação da Hypsea pela CNA e AF (ambas controladas direta pela Companhia), o referido aumento de capital foi gerado. As transações acima mencionadas ocorreram sob controle comum com base nos respectivos valores contábeis não gerando, portanto, nenhum ganho ou perda na Companhia.

Em 31 de dezembro de 2019 a Hypséa Participações S.A. ("Hypséa"), sociedade anônima fechada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.872.364/0001-02 foi cindida, tendo seu acervo líquido incorporado pelas controladas Companhia Nacional de Álcool e Álcool Ferreira S.A, conforme demonstrado nos itens "b" e "d" abaixo:

Empresas controladas:

companhia nacional de álcool ("cna"):

a) acervo da hypséa, controlada direta da vocatus participações s.a., cindido e incorporado pela cna:

Ativo	
Circulante:	
Caixa e equivalente de caixa	31
Tributos a recuperar	166
Dividendos a receber	72
Total do ativo circulante	269
Realizável a Longo Prazo:	
Empréstimo	391
Investimentos:	
Mais Valia de Ativos – marcas	2.976
Mais Valia de Ativos – carteira de clientes	20.196
Ágio – Goodwill	30.785
Total do investimento	53.957
Intangível:	
Marcas e Patentes	99
Total do ativo não circulante	54.447
Total do ativo	54.716
Passivo	
Circulante:	
Tributos a recolher	2
Dividendos a Pagar	294
Total do passivo circulante	296
Acervo líquido cindido	54.420

b) Em 31 de dezembro de 2019, a CNA efetuou uma incorporação do acervo líquido da ARMAZÉM 47 DISTRIBUIDORA LTDA., sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ sob o nº 10.521.644/0001-89, com base nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2019.

Foi incorporado o seguinte acervo líquido:

Ativo:	
Circulante	
Caixa e equivalente de caixa	6
Passivo:	
Circulante	
Empréstimo de Coligadas	(3.117)
Acervo líquido incorporado	(3.111)

Álcool ferreira s/a ("af"):

c) Acervo líquido da Hypséa cindido e incorporado pela AF:

Ativo	
Investimentos:	
Mais Valia de Ativos – marcas	576
Mais Valia de Ativos – Carteira de clientes	3.908
Ágio – Goodwill	3.398
Total do investimento	7.882
Acervo líquido cindido	7.882

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram elaboradas em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediaria e IAS 34 – Interim Financial Reporting e apresentadas de forma condizente com as normas aprovadas e expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

A Companhia adotou todos os pronunciamentos, revisados e interpretações e orientações emitidas pelo CPC e IASB que estavam em vigor em 30 de junho de 2020.

As informações trimestrais da controladora e consolidadas para o trimestre findo em 30 de junho de 2020 são apresentadas em milhares de reais (exceto quando mencionado de outra forma), moeda funcional e de apresentação.

Todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de elaboração

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

2.3. Divulgação das informações financeiras intermediárias

As informações financeiras intermediárias de 30 de junho de 2020 foram aprovadas pela Administração em 28 de agosto de 2020.

2.4. Principais práticas contábeis adotadas

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as políticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas anuais mais recentes do Grupo para o exercício encerrado em 31 de março de 2020 e, portanto, devem ser lidas em conjunto.

2.5. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na aplicação das práticas contábeis, descritas anteriormente, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos, os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem eventualmente divergir dessas estimativas.

As estimativas e suas premissas são revisadas continuamente. As premissas e estimativas significativas usadas na elaboração das informações trimestrais foram as mesmas adotadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de março de 2020. e, portanto, devem ser lidas em conjunto.

2.6. Novas normas e pronunciamentos emitidos:

a) Aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2020:

Os pronunciamentos abaixo foram adotados pela primeira vez em 1º de janeiro de 2020 e não causaram impactos relevantes nas informações trimestrais:

Normas e Emendas a Normas		Vigências para exercícios iniciados a partir:
IFRS 3/CPC 15 (R1) - *Business Combinations*/ Combinação de negócios.	Alterações: para esclarecer a definição de empresa.	1º de janeiro de 2020
IFRS 7/CPC 40 (R1) - *Financial Instruments: Disclosures*/ Instrumentos Financeiros: Divulgações	Alterações: relativas à questões de pré-substituição no contexto da reforma da taxa de juros interbancária.	1º de janeiro de 2020
IAS 1/CPC 26 (R1) - *Presentation of Financial Statements*/Apresentação das demonstrações financeiras.	Alteração: definição de material (emendas à IAS 1 e IAS 8)	1º de janeiro de 2020
Alteração no IAS 8/CPC 23 - *Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors*/ Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros.	Alteração: definição de material (emendas à IAS 1 e IAS 8)	1º de janeiro de 2020

b) Ainda não aplicáveis em 1º de janeiro de 2020:

Normas e Emendas a Normas		Vigências para exercícios iniciados a partir:
IFRS 1/CPC 43 (R1) – *First-time Adoption of International Financial Reporting Standards*/Adoção pela primeira vez das normas internacionais de relatório financeiro.	Alterado pelas melhorias anuais para as normas 2018-2020 (subsidiária como adotante pela primeira vez)	1º de janeiro de 2022
IFRS 3/CPC 15 (R1) - *Business Combinations*/ Combinação de negócios.	Alterado por referência à estrutura conceitual (emendas IFRS 3)	1º de janeiro de 2022
IFRS 9/CPC 48 - *Financial Instruments*/ Instrumentos Financeiros	Alterado pelas melhorias anuais para as normas 2018-2020 (taxas no teste "10%" para desreconhecimento de passivos financeiros)	1º de janeiro de 2022
IAS 1/CPC 26 (R1) - *Presentation of Financial Statements*/Apresentação das demonstrações financeiras.	Alterado pela classificação do passivo circulante ou não circulante (emendas à IAS 1)	1º de janeiro de 2022
IAS 37/CPC 25 – *Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets* / Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Alterado por contratos onerosos – custo de cumprimento de um contrato (emendas à IAS 37)	1º de janeiro de 2022
IAS 16/CPC 27 – *Property, Plant and Equipment*/ Ativo Imobilizado	Alterado por imobilizado – produto antes do uso pretendido (emendas à IAS 16)	1º de janeiro de 2022

A Companhia não adotou antecipadamente qualquer pronunciamento, interpretação que tenha sido emitido, cuja aplicação não é obrigatória.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (CONSOLIDADO)

	30/06/2020	31/03/2020
Caixa	28	30
Bancos	1.848	1.113
Aplicações financeiras (*)	37.111	29.347
Total	38.987	30.490

(*) As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, são remuneradas substancialmente de acordo com índices que tenham como meta alcançar a variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, sendo contratadas em bancos de primeira linha e com condições e taxas normais de mercado, com taxa entre 90% e 96% do CDI.

4. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES (CONSOLIDADO)

	30/06/2020	31/03/2020
Contas a receber	121.665	81.320
Provisão de crédito de liquidação duvidosa	(1.046)	(1.296)
Total	120.619	80.024

"Aging list" de contas a receber	30/06/2020	31/03/2020
A vencer	106.082	78.020
Vencidos:		
Até 30 dias	9.558	649
Entre 31 e 60 dias	3.106	94
Entre 61 e 90 dias	673	40
Entre 91 e 360 dias	211	235
Há mais de 360 dias	2.035	2.282
Total	121.665	81.320

Para o saldo vencido acima de 360 dias, estão em negociação junto aos clientes, e não há indícios de perdas esperadas, sendo assim, não há constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

5. ESTOQUES (CONSOLIDADO)

	30/06/2020	31/03/2020
Matérias-primas e materiais de consumo	21.181	10.526
Produtos acabados	25.156	8.462
Produtos intermediários	945	890
Total	47.282	19.878

6. IMPOSTOS A RECUPERAR (CONSOLIDADO)

	30/06/2020	31/03/2020
Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI	3.551	21
Programa de Integração Social – PIS	5.386	3.739
Contribuição p/Financiamento da Seguridade Social – COFINS	28.857	16.557
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	90	16
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	9.456	980
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	25.017	3.275
Imposto s/circularização de Mercadorias e Serviços - ICMS	12.417	5.838
ICMS ST a recuperar	768	506
Outros	2.387	175
Total	87.929	31.107
Ativo circulante	45.589	29.716
Ativo não circulante	42.340	1.391

7. PARTES RELACIONADAS

a) Controladas

	Controladora	
	30/06/2020	31/03/2020
Ativo:		
Companhia Nacional de Álcool (i)	490	204
Álcool Ferreira S.A.(i)	322	319
Grou empreendimentos	1	4
Total a receber	813	527
Total ativo	813	527
Passivo		
Da ilha comércio de álcool (i)	(25)	(57)
Total a pagar	(25)	(57)
Total passivo	(25)	(57)

	Controladora	
	30/06/2020	31/03/2020
Resultado		
Despesas:		
Departamento Financeiro	198	137
Contábil/ Fiscal	409	281
RH	178	112
Compras	129	-
Marketing	130	67
Telemarketing	53	307
TI/Informática	193	177
Diretoria & Administrativo	1.199	493
Logística	83	-
Total de despesas gerais e administrativas	2.572	1.574
Rateio		
Companhia Nacional de Álcool	1.513	1.067
Álcool Ferreira S/A	1.021	324
Da Ilha Comercio de Álcool Ltda	32	114
Outras Empresas (*)	6	69
Total	2.572	1.574

(i) Os valores referem-se a rateio dos serviços administrativos prestados pela controladora para as controladas. O saldo do passivo refere-se à serviços prestados pela controlada Da Ilha para a controladora.

b) Outras Empresas Relacionadas (Grou Empreendimentos Ltda. – empresa controlada pelo Zulu Corp Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia)

	Consolidado	
	30/06/2020	31/03/2020
Ativos :		
Outros ativos circulantes	1.929	2.894
Ativo por direito de uso	12.046	12.611
Total	13.975	15.505
Passivos :		
Arrendamento mercantil a pagar	9.071	10.270

	Consolidado	
	30/06/2020	30/06/2019
Resultado :		
Amortização	565	565
Juros	167	246

A Companhia possui um contrato com a parte relacionada Grou Empreendimentos Ltda. para aluguel de determinadas instalações. O referido contrato foi assinado em 26 de outubro de 2015, com aditivo assinado em 18 de novembro de 2015, e término previsto para 26 de outubro de 2025. O contrato prevê pagamentos mensais no valor de (i) R$456 mil até 26 de dezembro de 2020 e (ii) R$134 mil até 26 de outubro de 2025. A parcela de R$134 mil terá reajustes anuais com base no IGPM-FGV.

(i) Os valores referem-se a rateio dos serviços prestados pela controladora para as suas controladas. O saldo do passivo refere-se à serviços prestados pela controlada Da Ilha para a controladora.

Remuneração e benefícios da Administração

A remuneração dos administradores da Companhia é fixada pelos acionistas e está de acordo com seu estatuto social. Dessa forma, os acionistas deliberaram o montante de R$ 902 em 30 de junho de 2020 (R$1.180 em 30 de junho de 2019). Tal montante está registrado na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

A Companhia não concede (i) benefícios pós-emprego, (ii) outros benefícios de longo prazo, (iii) benefícios de rescisão de trabalho e(iv) remuneração baseada em ações.

8 INVESTIMENTOS

	Controladora	
	30/06/2020	31/03/2020
Investimentos	171.166	117.470
Total	171.166	117.470

O quadro a seguir apresenta um sumário das informações financeiras das controladas.

	Participação Total no Capital (%)		Patrimônio Líquido ajustado		Lucro (prejuízo) Líquido do período Ajustado		Resultado de Equivalência Patrimonial		Saldo de Investimentos	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Controladas										
Companhia Nacional de Álcool	100%	100%	81.921	23.889	29.216	1.477	29.216	1.477	81.921	23.889
Álcool Ferreira S.A.	100%	100%	55.063	23.241	24.480	730	24.480	730	55.063	23.241
Ágio							-	-	34.182	-
	-	-	-	-	-	-	53.696	2.207	171.166	47.130

A movimentação dos investimentos nos períodos de três meses findos em 30 de junho de 2020 e de 2019 é como segue:

Saldo em 31 de março de 2019	44.922
Resultado de equivalência patrimonial	2.207
Outros	1
Saldo em 30 de junho de 2019	47.130
Saldo em 31 de março de 2020	117.470
Resultado de equivalência patrimonial	53.696
Saldo em 30 de junho de 2020	171.166

9 IMOBILIZADO (CONSOLIDADO)

Movimentação	Taxa %	Saldo em 31/03/2020	Adições	Baixas	Transf.	Saldo em 30/06/2020
Custo:						
Instalações		3.211	573	-	-	3.784
Máquinas e equipamentos		16.832	1.963	-	-	18.795
Veículos		6.104	-	(274)	-	5.830
Equipamentos de Informática		631	13	-	-	644
Móveis e utensílios		1.007	40	-	-	1.047
Benfeitorias imóveis 3os		13.217	-	-	12.248	25.465
Imobilizado em andamento		9.323	2.925	-	(12.248)	-
Outros		424	-		-	424
		50.749	5.514	(274)	-	55.989
Depreciação:						
Máquinas e equipamentos	10	(3.151)	(504)	-	-	(3.655)
Veículos	20	(4.144)	(319)	227	-	(4.236)
Equipamentos de Informática	20	(567)	(9)	-	-	(576)
Móveis e utensílios	20	(464)	(22)	-	-	(486)
Instalações	10	(700)	(67)	-	-	(767)
Benfeitorias imóveis 3os	(*)	(2.150)	(165)	-	-	(2.315)
Outros	20	(354)	(9)		-	(363)
		(11.530)	(1.095)	227	-	(12.398)
Imobilizado líquido		39.219	4.419	(47)	-	43.591

Movimentação	Taxa %	Saldo em 31/03/2019	Adições	Baixas	Transf.	Saldo em 30/06/2019
Custo:						
Instalações		1.055	230	-	(84)	1.201
Máquinas e equipamentos		19.778	961	-	84	20.823
Veículos		8.113	373	(641)	-	7.845
Equipamentos de Informática		690	18	-	-	708
Móveis e utensílios		904	17	-	-	921
Sistemas de aplicativos de software		424	3	-	-	427
Benfeitorias imóveis 3os		13.767	-	-	(1.050)	12.717
Imobilizado em andamento		2.144	1.130	(23)	1.050	4.301
		46.875	2.732	(664)	-	48.943
Depreciação:						
Máquinas e equipamentos	10	(7.126)	(401)	-	-	(7.527)
Veículos	20	(5.929)	(289)	641	-	(5.577)
Equipamentos de Informática	20	(564)	(11)	-	-	(575)
Móveis e utensílios	20	(414)	(16)	-	-	(430)
Instalações	10	(562)	(22)	-	-	(584)
Benfeitorias imóveis 3os	(*)	(1.639)	(130)	-	-	(1.769)
Sistemas de aplicativos de software	20	(347)	(5)	-	-	(352)
		(16.581)	(874)	641	-	(16.814)
Imobilizado líquido		30.294	1.858	(23)	-	32.129

(*) De acordo com os prazos contratuais

Nas datas dos balanços aqui apresentados não havia indicativos de perda por recuperabilidade.

10 ATIVO POR DIREITO DE USO (CONSOLIDADO)

	Consolidado			
	30/06/2020			31/03/2020
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Contrato de aluguel	27.994	(6.030)	21.964	23.245

Não houve adições de novos contratos nos períodos apresentados. A depreciação no período de três meses findos em 30 de junho de 2020 montou em R$1.281 (R$1.087 em 30 de junho de 2019).

11 INTANGÍVEL (CONSOLIDADO)

Movimentação	Taxa anual (%) amortização	Saldo em 31/03/2020	Adições	Baixas	Saldo em 31/03/2020
Custo:					
Mais valia carteira de clientes	-	32.151	-	-	32.151
Mais valia Marcas	9,6	8.490	-	-	8.490
Mais valia de acordo de não competição	10,6	331	-	-	331
Ágio "goodwill"	-	49.849	-	-	49.849
Marcas, Direitos e patentes		8.510	-	-	8.510
Outros	-	108	-	-	108
Total dos custos		99.439	-	-	99.439
(-)Amortização:					
Mais valia carteira de clientes		(3.514)	(1.633)	-	(5.147)
Mais valia de acordo de não competição		(94)	(9)	-	(103)
Outros		(108)		-	(108)
Marcas, Direitos e patentes		(9)		-	(9)
Total da amortização		(3.725)	(1.642)	-	(5.367)
Total líquido		95.714	(1.642)	-	94.072

Movimentação	Taxa anual (%) amortização	Saldo em 31/03/2019	Adições	Baixas	Saldo em 30/06/2019
Custo:					
Mais valia carteira de clientes	-	8.046	-	-	8.046
Mais valia Marcas	9,6	4.939	-	-	4.939
Mais valia de acordo de não competição	10,6	331	-	-	331
Ágio goodwill	-	15.667	-	-	15.667
Marcas, Direitos e patentes		8.409	-	-	8.409
Outros	-	108	-	-	108
Total dos custos		37.500	-	-	37.500
(-) Amortização:					
Mais valia carteira de clientes		(1.296)	(193)	-	(1.489)
Mais valia de acordo de não competição		(59)	(9)	-	(68)
Outros		(108)	-	-	(108)
Total da depreciação		(1.463)	(202)	-	(1.665)
Total líquido		36.037	(202)	-	35.835

(*) Marcas principalmente contabilizadas a valor justo fruto dos processos de combinação de negócios havidos no passado. Tais marcas referem-se substancialmente aos catálogos de produtos de higiene e limpeza (como por exemplo as marcas Cooperalcool, Zulu, Da Ilha, dentre outras).

Os ativos intangíveis são submetidos anualmente a testes de redução ao valor recuperável ou, com maior frequência, quando houver indicação de que poderá apresentar indicação de redução ao valor recuperável.

12 FORNECEDORES (CONSOLIDADO)

	30/06/2020	31/03/2020
Fornecedores de matéria-prima	58.385	39.859
Fornecedores de embalagens	35.633	18.022
Outros	5.090	1.586
Total	99.108	59.467

13 OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDÊNCIÁRIAS (CONTROLADORA)

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	31/03/2020	30/06/2020	31/03/2020
Salários e benefícios a pagar	2	-	3.505	205
Encargos sociais	520	190	1.436	518
Provisões de férias e 13º	761	383	3.495	2.274
	1.283	573	8.436	2.997

14 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (CONSOLIDADO)

	30/06/2020	31/03/2020
Passivo circulante		
Empréstimos bancários garantidos	43.376	25.402
Total passivo circulante	43.376	25.402
Passivo não circulante		
Empréstimos bancários garantidos	68.183	76.235
Total passivo não circulante	68.183	76.235
Total	111.559	101.637

Movimentação dos empréstimos e financiamentos (Consolidado)

Saldo em 31 de março de 2019	74.003
Captações	10.408
Pagamento de principal	(6.712)
Pagamento de juros	(1.545)
Juros incorridos	1.692
Variação cambial	(606)
Saldo em 30 de junho de 2019	77.240
Saldo em 31 de março de 2020	101.637
Captações	8.730
Pagamento de principal	(658)
Pagamento de juros	(1.108)
Juros incorridos	1.455
Variação cambial	1.503
Saldo em 30 de junho de 2020	111.559

Garantias

Os empréstimos bancários mantidos pelas controladas estão garantidos por:

	30/06/2020	31/03/2020
Companhia:		
Percentual de 10% a 30% da carteira de recebíveis dados em garantia	4.929	4.678
Nota Promissória em U$ (PPE Bradesco) (*)	14.238	13.517
Total em	19.167	18.195

(*) Valor é fixado em dólar US$2.600, foi convertido pela taxa do dólar em 30 de junho de 2020, divulgado pelo Banco Central do Brasil (https://www4.bcb.gov.br).

Avais e fianças

As empresas do Grupo MPR S.A. são os avalistas dos empréstimos existentes de suas coligadas e controladas.

"Covenants"

Companhia Nacional de Álcool

Em 15 de agosto de 2019, a Companhia emitiu 60.000 novas debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, a ser convolada em garantia real, com garantia adicional fidejussória, em duas séries, para colocação privada da Companhia, todas com valor nominal unitário de R$1.000. As debêntures foram usadas como lastro para a emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócios (CRAs) da True Securitizadora. 30% das ações do Grupo MPR Participações S.A. foram alienadas fiduciariamente para garantir a nova dívida, além de aval das empresas Álcool Ferreira S.A. e Da Ilha Comércio de Álcool Ltda. A operação conta com covenant financeiro que, para o período de três meses findo em 30.06.2020, é que a medição do índice financeiro obtido pela divisão Dívida Líquida / EBITDA menor ou igual a 2,25x.

O contrato não prevê medição do índice em períodos intermediárias, apenas no encerramento do exercício social anual.

Álcool Ferreira S/A

Em 16 de maio de 2019 firmou contrato PPE com banco Bradesco, no valor de US$ 2.600, com garantia de nota promissória além de aval de Grupo MPR Participações S.A, Cia Nacional de Álcool e Da Ilha Comércio de Álcool Ltda.

Em 30 de outubro de 2019 firmou contrato PPE com o banco Santander, no valor de US$ 3.000 com garantia 30% duplicatas sobre o principal além de aval de Grupo MPR Participações S.A, Cia Nacional de Álcool e Da Ilha Comércio de Álcool Ltda,. bem como o estabelecimento de covenant financeiro. Nesse caso, a razão entre Dívida Financeira Líquida e EBITDA deve ser menor ou igual a 2,5x

O contrato não prevê medição do índice em períodos intermediárias, apenas no encerramento do exercício social anual. Em 31 de março de 2020 os índices foram atendidos.

Os contratos de debêntures com a True incluem cláusulas que a sujeitam a condições restritivas, sejam de distribuição de dividendos, juros sobre capital próprio, manutenção de índices financeiros mínimos ou máximos, acima do mínimo obrigatório, sempre que a companhia estiver em descumprimento com qualquer obrigação pecuniária prevista na escritura de emissão das debêntures. Os contratos de debêntures com a True, PPE com Bradesco e Santander e ACC com o Itaú preveem como hipótese de vencimento antecipado eventuais mudanças ou transferência do acionário da Companhia, bem como sua incorporação, fusão ou cisão. A Companhia cumpre com as disposições previstas nos contratos financeiros celebrados.

Termos e cronograma de amortização da dívida

Os termos e as condições dos empréstimos em aberto foram os seguintes:

a) Cronograma de vencimento em 30 de junho de 2020:

Tipo de obrigação	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Total
Empréstimos e financiamentos	43.295	50.898	17.366	111.559

b) Demais termos:

30/06/2020											
		Vencimentos									
		2024		2023		2022		2021		2020	
Instituição financeira	Modalidade	Face	Saldo	Face	Saldo	Face	Saldo	Face	Saldo	Face	Saldo
True Securitizadora	DEBENTURES	13.424	2.685	13.424	6.265	13.424	9.844	13.424	13.424	13.424	13.515
Banco Santander	CCB	-	-	-	-	-	-	-	-	12.000	12.190
True Securitizadora	DEBENTURES	46.576	9.315	46.576	21.736	46.576	34.156	46.576	46.576	46.576	46.904
Banco Itaú	FINAME	-	-	-	-	392	26	392	131	392	81
Banco Bradesco	PPE	-	-	-	-	10.408	2.168	10.408	7.372	10.408	13.644
Banco Santander	PPE	-	-	-	-	11.856	4.742	11.856	10.433	11.856	16.963
Banco Itaú	ACC	-	-	-	-	-	-	-	-	8.730	8.262
Total		60.000	12.000	60.000	28.001	70.800	50.936	82.656	77.936	103.386	111.559

31/03/2020											
		Vencimentos									
		2024		2023		2022		2021		2020	
Instituição financeira	Modalidade	Face	Saldo	Face	Saldo	Face	Saldo	Face	Saldo	Face	Saldo
True Securitizadora	DEBENTURES	13.424	1.790	13.424	5.370	13.424	8.949	13.424	12.529	13.424	13.535
Banco Santander	CCB	-	-	-	-	-	-	-	-	12.000	12.029
Banco Itaú	DEBENTURES	46.576	6.210	46.576	18.630	46.576	31.051	46.576	43.471	46.576	46.975
Banco Volkswagen	FINAME	-	-	-	-	-	-	-	-	62	26
Banco Volkswagen	FINAME	-	-	-	-	-	-	-	-	144	81
Banco Bradesco	PPE	-	-	-	-	10.408	867	10.408	6.071	10.408	13.517
Banco Santander	PPE	-	-	-	-	11.856	3.458	11.856	8.892	11.856	15.474
Total		60.000	8.000	60.000	24.000	82.264	44.325	82.264	70.963	94.470	101.637

30/06/2020

Banco/Instituição	Contrato	Vencto.	Face	Saldos Em Aberto	Taxa	Índice	% de garantias de duplicatas
True Securitizadora	DEBENTURES	2024	13.424	13.515	2,2% a.a	taxa D.I	-
True Securitizadora	DEBENTURES	2024	46.576	46.904	2,39% a.a	taxa D.I	-
Banco Itaú	ACC	2020	8.730	8.262	3,95% a.a	$U	
Santander	CCB	2020	12.000	12.190	2,47128% a.a	taxa D.I	-
Banco Volkswagen	FINAME	2020	392	81	18,28% a.a.	-	-
Banco Bradesco	PPE	2022	10.408	13.644	5,66% a.a	$U	-
Banco Santander	PPE	2022	11.856	16.963	4,81% a.a	$U	30
Total			103.386	111.559			

31/03/2020

Banco/Instituição	Contrato	Vencto.	Face	Saldos Em Aberto	Taxa	Índice	% de garantias de duplicatas
True Securitizadora	DEBENTURES	2024	13.424	13.535	2,2% a.a	taxa D.I	-
True Securitizadora	DEBENTURES	2024	46.576	46.975	2,39% a.a	taxa D.I	-
Santander	CCB	2020	12.000	12.029	2,47128% a.a	taxa D.I	-
Banco Volkswagen	FINAME	2020	62	26	18,28% a.a.	-	-
Banco Bradesco	PPE	2022	10.408	13.517	5,66% a.a	$U	-
Banco Santander	PPE	2022	11.856	15.474	4,81% a.a	$U	30
Banco Volkswagen	FINAME	2020	144	81	9,50% a.a.	-	-
Total			94.470	101.637			

15 OUTRAS OBRIGAÇÕES (CONSOLIDADO)

	Consolidado	
	30/06/2020	31/03/2020
Aluguel a pagar	192	184
Fretes e carretos a pagar	6.415	832
Materiais de consumo a pagar	2.080	3.832
Serviços de terceiros pessoa jurídica a pagar	4.718	1.422
Adiantamento de clientes	1.113	3.790
Industrialização para terceiros	125	1.018
Contas a pagar por aquisição de controlada (*)	3.298	3.298
Outros	200	382
Total	18.141	14.758
Passivo circulante	15.879	12.559
Passivo não circulante	2.262	2.199

(*) Contas a pagar oriundo de combinação de negócios havida em 01 de agosto de 2017, onde a controlada CNA se comprometeu a pagar R$5.000, em cinco parcelas anuais vincendas a partir de 01 de agosto de 2018 e com correção baseada no IPC-A.

16 PASSIVO POR ARRENDAMENTO

	Consolidado	
	30/06/2020	31/03/2020
Saldo no início do período/exercício	21.324	27.994
Pagamentos	(2.142)	(8.081)
Juros apropriados	334	1.411
Saldo no fim do período/exercício	19.516	21.324
Passivo circulante	4.691	4.673
Passivo não circulante	14.825	16.651
	19.516	21.324

O cronograma de pagamentos dos contratos de arrendamento atualmente vigentes, ser pode assim resumido:

	Consolidado
	30/06/2020
Valores a pagar dos arrendamentos:	
Em até 1 ano	6.733
De 2 a 3 anos	4.762
De 3 a 4 anos	4.345
De 4 a 5 anos	3.646
Mais de 5 anos	2.544
	22.030
Menos: juros a apropriar	(2.514)
Saldo líquido classificado como:	
Passivo circulante	4.691
Passivo não circulante	14.825
	19.516

Outras informações:

Na adoção inicial, a Companhia estimou os fluxos de caixa futuros como base em um fluxo nominal, respeitando as cláusulas previstas em seus contratos de arrendamento, bem como considerou taxa de desconto com base nas taxas nominais incrementais de empréstimos vigentes na data de adoção, para ativos similares. A tabela a seguir evidencia as taxas praticadas, vis-à-vis os prazos dos contratos:

Controlada	Prazos	Taxa %a.a.
CNA	Vencimentos entre Jan/21 – Jun/23	7,00%
Da Ilha	Vencimentos entre Fev/23 – Dez/25	7,00%
Álcool Ferreira	Vencimentos entre Ago/21-Abr/24	4,78%

Os contratos de arrendamentos da Companhia são substancialmente representados por aluguéis de imóveis e não possuem parcelas futuras variáveis ou garantias de valor residual. A Companhia não possui, na data destas demonstrações financeiras, arrendamentos ainda não iniciados e com os quais esteja comprometida.

Na data de apresentação destas demonstrações financeiras, não houve adição de novos contratos, tampouco efeitos de remensuração dos passivos a divulgar.

17 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado

A conciliação do imposto de renda e da contribuição social, calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, com os seus valores correspondentes na demonstração do resultado, nos exercícios findos em 30 de junho de 2020 e 30 de junho de 2019, está apresentada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	53.696	2.207	84.548	2.871
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal	(18.257)	(750)	(28.746)	(976)
Diferenças permanentes				
Resultado de equivalência patrimonial	18.257	750	-	-
(Despesas) não dedutíveis/receitas não tributáveis	-	-	(2.106)	312
Imposto de renda e contribuição social	-	-	(30.852)	(664)
Corrente	-	-	(31.962)	(664)
Diferido	-	-	1.110	-
Alíquota Efetiva			36,5%	23,1%

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Consolidado	
	30/06/2020	31/03/2020
Impostos diferidos ativos	2.634	1.483

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados quando há um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os ativos e passivos fiscais diferidos se relacionam com os impostos incidentes pela mesma autoridade tributável onde há intenção de liquidar os ativos e passivos fiscais correntes em uma base líquida

Em 30 de junho de 2020, a Companhia possuía no consolidado um saldo de imposto de renda e contribuição social diferido ativo no montante de R$2.634, oriundo substancialmente de diferenças temporárias que serão realizadas em R$1.340 em até 12 meses e o restante de maneira linear em até 05 (cinco) anos.

18 PROVISÃO PARA RISCOS (CONSOLIDADO)

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista em andamento, os quais envolvem responsabilidades contingentes. Os processos estão em fase de defesa administrativa ou em trâmite na esfera judicial. Com base na opinião dos seus assessores jurídicos, a Administração entende que, para 30 de junho de 2020, existem processos com risco de perda classificados como possível, cujo montante é de R$17.780 (R$17.780 em 31 de março de 2020).
De acordo com a legislação fiscal vigente, os registros contábeis e fiscais do imposto de renda e da contribuição social dos últimos cinco exercícios encontram-se abertos para eventual fiscalização por parte das autoridades fiscais. Outros impostos e contribuições sociais permanecem sujeitos à revisão e aprovação pelos órgãos competentes por períodos variáveis de tempo.

A provisão para fazer face a eventuais perdas prováveis que possam advir de desfechos desfavoráveis está demonstra abaixo:

	30/06/2020	31/03/2020
Provisão para riscos	252	252

Disputas não provisionadas

	30/06/2020	31/03/2020
Tributária	16.992	16.992
Trabalhista	718	718
Cível	70	70
Saldo no fim do período/exercício	17.780	17.780

Principais disputas tributárias

A. R$4.280 mil – quatro autuações fiscais da Secretaria de Receita Federal do Brasil por supostas compensações indevidas de créditos de PIS/COFINS;

B. R$9.806 mil - auto de infração no Estado de São Paulo onde a autoridade fiscal alega incidência de ICMS em vendas onde questionam a realização da exportação;

C. R$1.351 mil – auto de infração por suposto descumprimento de entrega de obrigações assessórias de ICMS em aquisições de equipamentos no período compreendido entre janeiro de 2014 e março de 2018;

D. R$1.479 mil – auto de infração relacionado à multa isolada decorrente de compensação não homologada de créditos de PIS e COFINS;

Principais disputas trabalhistas

A. Referem-se principalmente à 17 (dezessete) disputas pleiteando verbas trabalhistas diversas.

19 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 30 de junho de 2020 e 31 de março de 2020, o capital social subscrito e totalmente integralizado da Companhia de R$60.000 está representado por 99.210.206 ações ordinárias sem valor nominal. A distribuição das ações está assim representada:

Acionista	Quantidade de ações	%
Vocatus Participações S.A.	54.565.613	55,00
Zulu Corp Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	44.644.593	45,00
Total	99.210.206	100,00

Em 31 de dezembro de 2019, aumento do capital social da Companhia no valor de R$ 29.900, passando este de R$ 30.100 para R$ 60.000, mediante a emissão de 29.900.261 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço total de emissão no valor de R$ 62.301, sendo R$ 29.900 destinados à formação do capital social da Companhia e o saldo no montante de R$ 32.401, destinado à conta de reserva de capital

a) Ações ordinárias

Todas as ações têm os mesmos direitos com relação aos ativos líquidos residuais da Companhia.

Os detentores de ações têm o direito ao recebimento de dividendos conforme definido no estatuto social da Companhia. As ações dão direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia.

b) Natureza e propósito das reservas

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 10% do resultado do exercício, ajustado na forma da lei. Os dividendos destacados do patrimônio líquido referem-se ao resultado de exercícios anteriores, pagos no exercício seguinte.

Reserva de reavaliação

Na controlada Companhia Nacional de Álcool foram revertidos da reserva de reavaliação do patrimônio líquido para o lucro acumulado o valor de R$29 referente a depreciação dos bens reavaliados ocorridos no período de 01 de abril de 2020 a 30 de junho de 2020, e sobre este valor foi revertido da conta de provisão de IRPJ e CSLL diferido do passivo o valor de R$(10), totalizando a reserva de reavaliação de R$19.

20 LUCRO POR AÇÃO

O cálculo básico de lucro por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício.

Em 2020 e 2019, não houve transações envolvendo ações que pudessem acarretar a diluição das ações. Dessa forma, não há diferença entre o lucro básico e o diluído.

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e ações utilizadas no cálculo dos lucros básico e diluído.

	30/06/2020	30/06/2019
Lucro Líquido do período atribuído aos acionistas da Companhia	53.696	2.207
Denominador (em ações)		
Média ponderada do número de ações	99.210.206	69.309.945
Resultado básico e diluído por ação - R$	0,54	0,03

21 RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS (CONSOLIDADO)

	30/06/2020	30/06/2019
Receita bruta de vendas e serviços	326.656	90.813
Impostos sobre vendas	(42.439)	(22.370)
Devoluções e abatimentos	(9.269)	(994)
Receita operacional líquida	274.948	67.449

22 CUSTO DAS VENDAS (CONSOLIDADO)

A seguir a abertura dos custos das vendas conforme demonstração do resultado:

	30/06/2020	30/06/2019
Matéria-prima	(131.287)	(39.362)
Mão de obra	(5.356)	(3.017)
Depreciação	(500)	(307)
Amortização direito de usos	(883)	(883)
Demais custos	(1.734)	(1.267)
Total	(139.760)	(44.837)

23 DESPESAS POR NATUREZA (CONSOLIDADO)

	30/06/2020	30/06/2019
Benefícios	437	157
Comissões e repres. Comerciais	335	556
Despesas com exportação/importação	2.027	63
Despesas com logística	18.896	6.406
Despesas comerciais variáveis	4.691	826
Acordos comerciais	8.145	3.091
Despesas de marketing	1.312	330
Encargos sociais	557	411
Outros gastos com pessoal	121	335
Premiações	3	4
Remunerações	1.072	890
Despesas com vendas	37.596	13.069

	30/06/2020	30/06/2019
Despesas administrativas	2.572	1.574
Despesas com depreciação e amortização	2.635	973
Despesas com informática e telecomunicações	343	234
Despesas com manutenção, segurança e higiene	425	361
Despesas com multas	67	21
Despesas com pessoal	3.555	2.394
Despesas com serviços prestados por terceiros	314	775
Despesas com utilidades	156	57
Despesas legais e judiciais	618	46
Despesas tributárias	178	150
Outros	1.366	946
Despesas gerais e administrativas	12.229	7.531

24 RESULTADO FINANCEIRO (CONSOLIDADO)

	30/06/2020	30/06/2019
Receitas financeiras:		
Descontos obtidos	59	2
Juros recebidos	57	19
Receita com juros de Selic	2	21
Rendimentos de aplicações financeiras	204	178
Variação cambial ativa (*)	2.251	885
	2.573	1.105
Despesas financeiras:		
Comissão de despesas bancárias	(7)	(33)
Taxas financeiras	(175)	(111)
Juros sobre arrendamentos	(334)	(369)
Descontos concedidos	(28)	-
Imposto sobre Operações Financeiras – IOF	(52)	(28)
Juros sobre financiamentos	(1.455)	(1.692)
Tarifas bancárias	(99)	(24)
Variação cambial passiva (*)	(2.972)	(205)
	(5.122)	(2.462)
Resultado financeiro líquido	(2.549)	(1.357)

(*) Substancialmente representada pelas oscilações cambiais incidentes sobre os empréstimos e financiamentos e contas a receber em moeda estrangeira

25 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Gerenciamento dos riscos financeiros

(i) Visão geral

A Companhia está exposta aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito.
- Risco de liquidez.
- Risco de mercado.
- Risco de câmbio

Esta nota explicativa apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos mencionados, os objetivos da Companhia, as políticas e os processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital.

(ii) Estrutura de gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas de monitoramento são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de treinamento e procedimentos de gestão, busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

<u>Risco de crédito</u>

É o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes da falha de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro em cumprir suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros conforme apresentado a seguir.

<u>Contas a receber e outros recebíveis</u>

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração considera a distribuição geográfica dos clientes em sua avaliação, incluindo o risco de não pagamento da indústria e do país no qual o cliente opera, uma vez que esses fatores podem ter impacto no risco de crédito

Na política de crédito, novos clientes são analisados individualmente quanto à sua condição financeira antes de sua proposta de limite de crédito e os termos de pagamento serem apresentados. A revisão efetuada inclui “ratings” externos, quando disponíveis, e referências bancárias.

Os limites de crédito são estabelecidos para cada cliente e representam o montante máximo de exposição. Esses limites são revistos trimestralmente. Os clientes que não atenderem às condições de crédito estabelecidas apenas serão atendidos à medida que realizarem a antecipação do pagamento.

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia detinha caixa e equivalentes de caixa de R$38.987 em 30 de junho de 2020 (R$30.490 em 31 de março de 2020), que representam sua máxima exposição de crédito sobre aqueles ativos.

Risco de liquidez

É o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A administração do risco de liquidez consiste em garantir, o máximo possível, que a Companhia sempre tenha liquidez suficiente para cumprir suas obrigações no vencimento, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar sua reputação.

A Companhia utiliza o custeio baseado em atividades para precificar seus produtos e serviços, o que auxilia no monitoramento de exigências de fluxo de caixa e na otimização de seu retorno de caixa em investimentos. A Companhia busca manter o nível de caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos altamente negociáveis a um montante em excesso às saídas de caixa sobre instrumentos financeiros (outros além de contas a pagar com fornecedores) para os próximos 60 dias.

A tabela abaixo apresenta o cronograma de pagamento dos principais instrumentos financeiros passivos:

Operação	Até 1 ano	Até 2 anos	Até 3 anos	Até 4 anos	Até 5 anos	Após 5 anos	Total
Fornecedores	99.108	-	-	-	-	-	99.108
Empréstimos e financiamentos	43.376	31.374	19.524	13.262	4.023	-	111.559
Arrendamentos a pagar	6.733	4.762	4.345	3.646	2.544	-	22.030

Risco de mercado

É o risco que as alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de taxa de juros e câmbio

A Companhia e suas controladas apresentam abaixo as informações suplementares sobre seus instrumentos financeiros que são requeridas pela CVM.

Na elaboração dessa análise de sensibilidade, a Companhia adotou as seguintes premissas, definidas pela CVM:

- Definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia, e que é referenciado por fonte externa independente (Cenário I);
- Definição de dois cenários adicionais com deteriorações de, pelo menos, 25% e 50% na variável de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente); e
- Apresentação do impacto dos cenários definidos no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia e suas controladas.

Os saldos apresentados nos quadros a seguir contemplam os valores consolidados em 30 de junho de 2020:

Variação positiva	Risco	Cenário I (Provável)	Cenário II (Variação 25%)	Cenário III (Variação 50%)
Transação				
Financiamentos em CDI	72.609	3,00%	2,25%	1,50%
Despesa Financeira		**(2.178)**	**(1.634)**	**(1.089)**
Financiamentos em Dólar (*)	38.869	-4,00%	-5,00%	-6,00%
Receita Financeira		**1.555**	**1.943**	**2.332**
Aplicação Financeira em CDI	37.111	3,00%	3,75%	4,50%
Receita Financeira		**1.113**	**1.392**	**1.670**
Contas a receber (*)	10.924	-4,00%	-3,00%	-2,00%
Despesa Financeira		**(437)**	**(328)**	**(218)**

Variação Negativa	Risco	Cenário I (Provável)	Cenário II (Variação 25%)	Cenário III (Variação 50%)
Transação				
Financiamentos em CDI	72.609	3,00%	3,75%	4,50%
Despesa Financeira		**(2.178)**	**(2.723)**	**(3.267)**
Financiamentos em Dólar (*)	38.869	-4,00%	-3,00%	-2,00%
Receita Financeira		**1.555**	**1.166**	**777**
Aplicação Financeira em CDI	37.111	3,00%	2,25%	1,50%
Receita Financeira		**1.113**	**835**	**557**
Contas a receber (*)	10.924	-4,00%	-5,00%	-6,00%
Despesa Financeira		**(437)**	**(546)**	**(655)**

As taxas de câmbio e de juros utilizadas na definição do cenário provável, referenciadas por fonte externa (Relatório Focus – BACEN) foram as seguintes:

a) CDI = 3,00%; e

b) US$ = 5,00 (representando uma queda de 4% em relação à cotação em 30 de junho de 2020).

Correntemente a Companhia apresenta uma posição líquida de CDI passiva, pois apresenta saldo em aberto maior de empréstimos e financiamento do que caixa e equivalentes remunerados ao CDI.

Com relação ao câmbio, a Companhia está exposta em posição líquida passiva, pois possui um saldo aberto maior de financiamentos em dólares norte-americanos do que as contas a receber naquela moeda.

b) Classificações contábeis

Os valores contábeis apresentados nas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas são como segue:

	Consolidado	
	30/06/2020	31/03/2020
Ativos:		
Caixa e equivalentes de caixa	38.987	30.490
Contas a receber de clientes	120.619	80.024
Total	159.606	110.514

	Consolidado	
	30/06/2020	31/03/2020
Passivos:		
Fornecedores	99.108	59.467
Dividendos a pagar	1.498	1.498
Outras obrigações	18.328	14.758
Empréstimos e financiamentos	111.559	101.637
Total	230.493	177.360

Todos os ativos e passivos acima informados, encontram-se contabilizados ao custo amortizado, cujos valores se aproximam dos respectivos valores justos pelas caraterísticas específicas e ausência de fontes observáveis no mercado e/ou pelo curto prazo de vencimento e realização (como por exemplo no caso das aplicações financeiras, contas a receber e fornecedores).

26 COBERTURA DE SEGUROS

O Grupo MPR e controladas tem como política contratar seguros para responsabilidade civil, para determinados veículos e outras necessidades, que levem em consideração a natureza de sua atividade e o grau de risco envolvido.

Em 30 de junho de 2020, a cobertura de seguros estava distribuída da seguinte forma:

Itens Cobertos	Tipo de Cobertura	Vigência dos Apólices	Limite máximo de indenização
Transportes	Cargas	20.09.2020	2.100
B&O Diretoria	Diversos	30.06.2021	40.000
Matéria Prima	Garantias	09.08.2021	7.000
Patrimônio	Incêndios/Danos Elétricos/Aluguel	29.08.2020	2.200
Patrimônio/Lucros Cessantes	Incêndios/Vendaval/Danos Elétricos	05.02.2021 a 29.05.2021	107.000
Vida Funcionários e Diretoria	Morte/Invalidez	30.09.2020 a 23.05.2021	4.850
Veículos (*)	Roubo/Danos	31.03.2021 a 21.07.2021	-
Total			163.150

(*) Indenizações com base na tabela FIPE dos veículos envolvidos no roubo/dano.

27 RESULTADO POR SEGMENTO

As operações da Companhia estão segmentadas de acordo com o modelo de organização e gestão aprovado pela Administração contendo as seguintes divisões:

As informações por segmento operacional estão sendo apresentadas de acordo com CPC 22Informações por segmento (IFRS 8).

1. Segmento Varejo: compreende as operações industriais e comerciais de produtos de cuidados pessoais e limpeza doméstica, incluindo álcool líquido e em gel para limpeza, gel acendedor, removedores, água sanitária, limpa vidros, multiuso, amaciantes, alvejantes gel higienizadores de mãos e removedores de esmalte. Os produtos do segmento são vendidos para redes de supermercados, atacados, pequenos varejos e farmácias.

2. Segmento Industrial: compreende as operações industriais e comerciais de álcoois especiais usados como insumos principalmente na indústria alimentícia, química, farmacêutica, cosmética, de bebidas, dentre outras. Os produtos que compõem o segmento são especialmente álcool etílico extra neutro orgânico, álcool etílico extra neutro, álcool 70%, álcool etílico hidratado extrafino, álcool etílico hidratado e álcool etílico anidro, que são vendidos em embalagens fracionadas ou à granel, no mercado local e internacional.

	30 de junho de 2020					
Resultado por segmento	Varejo	Industrial	Reclassificações	Corporativo/ CSC	Eliminações	Demonstração resultado consolidado
Receita Bruta	243.406	89.062	-	-	(5.812)	326.656
Receita bruta – mercado externo	2.001	36.408	-	-	-	38.409
Receita bruta – mercado interno	245.034	46.842	-	-	-	291.876
Receita entre segmentos	-	5.812	-	-	(5.812)	-
Outros (lucro não realizado)	(3.629)	-	-	-	-	(3.629)
(-) Impostos, abatimentos e devoluções	(41.337)	(11.867)	-	-	1.496	(51.708)
Receita líquida	202.069	77.195	-	-	(4.316)	274.948
(-) Custos diretos (exceto depreciação e amortização)	(93.560)	(48.974)	(159)	-	4.316	(138.377)
(-) Depreciação e amortização	-	-	(1.383)	-	-	(1.383)
(-) Despesas de logística	(15.298)	(3.846)	19.144	-	-	-
(-) descontos comerciais	(8.145)	-	8.145	-	-	-
Lucro do segmento/lucro bruto	85.066	24.375	25.747	-	-	135.188
(-) Outras receitas e (despesas) operacionais	-	-	(27.036)	(18.339)	-	(45.375)
(-) Depreciação e amortização	-	-	1.383	(4.099)	-	(2.716)
(-) Outras receitas de (despesas) financeiras	-	-	-	(2.549)	-	(2.549)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	85.066	24.375	94	(24.987)	-	84.548

	30 de junho de 2019					
Resultado por segmento	Varejo	Industrial	Reclassificações	Corporativo/ CSC	Eliminações	Demonstração resultado consolidado
Receita Bruta	61.624	29.768	-	-	(579)	90.813
Receita bruta – mercado externo	-	5.746	-	-	-	5.746
Receita bruta – mercado interno	61.624	23.443	-	-	-	85.067
Receita entre segmentos	-	579	-	-	(579)	-
Outros (lucro não realizado)	-	-	-	-	-	-
(-) Impostos, abatimentos e devoluções	(18.443)	(5.047)	-	-	126	(23.364)
Receita líquida	43.181	24.721	-	-	(453)	67.449
(-) Custos diretos (exceto depreciação e amortização)	(25.375)	(18.446)	(279)	-	453	(43.647)
(-) Depreciação e amortização	-	-	(1.190)	-	-	(1.190)
(-) Despesas de logística	(5.360)	(1.646)	7.006	-	-	-
(-) descontos comerciais	(3.091)	-	3.091	-	-	-
Lucro do segmento/lucro bruto	9.355	4.629	8.628	-	-	22.612
(-) Outras receitas e (despesas) operacionais	-	-	(9.816)	(7.613)	-	(17.411)
(-) Depreciação e amortização	-	-	1.190	(2.145)	-	(973)
(-) Outras receitas de (despesas) financeiras	-	-	-	(1.357)	-	(1.357)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	9.355	4.629	2	(11.115)	-	2.871

Exceto pelos estoques, apresentados abaixo, a Administração da Companhia não analisa os demais ativos de maneira segregada:

	30 de junho de 2020					
Ativos	Varejo	Industrial	Reclassificações	Corporativo/ CSC	Eliminações	Saldo na data do balanço
Ativo						
Estoques	41.426	10.670	-	-	(4.814)	47.282

	30 de junho de 2019					
Ativos	Varejo	Industrial	Reclassificações	Corporativo/ CSC	Eliminações	Saldo na data do balanço
Ativo						
Estoques	10.703	5.408	-	-	-	16.111

27.1 Informações geográficas (consolidado)

	Receita Bruta de Clientes Externos	
	30/06/2020	30/06/2019
Estados Unidos	12.492	5.211
Holanda	9.468	268
Espanha	7.747	-
Chile	3.334	-
Uruguai	2.087	-
Outros	953	268
	36.081	5.747

27.2 Informações sobre os principais clientes (consolidado)

Estão incluídas nas receitas provenientes do Varejo receitas no valor aproximado de R$ 54,7 milhões em 30 de junho de 2020 (2019: R$4,5 milhões) provenientes das vendas ao maior cliente do Grupo. Nenhum outro cliente individualmente contribuiu com 10% ou mais para as receitas do Grupo para os períodos de três meses findo em 30 de junho de 2020 e de 2019.

28 EVENTOS SUBSEQUENTES

A partir do dia 7 de julho de 2020, a Companhia contratou operações de "*non-deliverable forwards*" nas seguintes principais condições abaixo:

Instrumento/Banco	*Data de liquidação*	*Montante em US$*	*Taxa em R$*	*Montante em R$*
NDF Bradesco	03/ago	300.000	5,3874	1.616.220
NDF Bradesco	10/ago	300.000	5,3864	1.615.920
NDF Bradesco	17/ago	300.000	5,3830	1.614.900
NDF Bradesco	08/set	437.500	5,3775	2.352.656
NDF Bradesco	14/set	437.500	5,3730	2.350.688
NDF Bradesco	21/set	437.500	5,3717	2.350.119
NDF Bradesco	05/out	437.500	5,3745	2.351.344
NDF Bradesco	13/out	437.500	5,3715	2.350.031
NDF Banco do Brasil	03/ago	250.000	5,3750	1.343.750
NDF Banco do Brasil	10/ago	250.000	5,3760	1.344.000
NDF Banco do Brasil	17/ago	250.000	5,3790	1.344.750
NDF Banco do Brasil	24/ago	250.000	5,3800	1.345.000
NDF Banco do Brasil	08/set	250.000	5,3830	1.345.750
NDF Banco do Brasil	14/set	250.000	5,3840	1.346.000
NDF Banco do Brasil	21/set	250.000	5,3870	1.346.750
NDF Banco do Brasil	28/set	250.000	5,3875	1.346.875
NDF Itau	01/out	250.000	5,3940	1.348.500
NDF Itau	08/out	250.000	5,3946	1.348.650
NDF Itau	15/out	250.000	5,3951	1.348.775
NDF Itau	22/out	250.000	5,3957	1.348.925
NDF Itau	29/out	250.000	5,3964	1.349.100
NDF Itau	05/nov	250.000	5,3970	1.349.250
NDF Itau	12/nov	250.000	5,3978	1.349.450
NDF Itau	19/nov	250.000	5,3987	1.349.675
NDF Itau	26/nov	250.000	5,3996	1.349.900

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA COMPANHIA REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2020, 2019 E 2018

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Grupo MPR Participações S.A.

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes aos Exercícios Findos em
31 de Março de 2020, de 2019 e de 2018
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Deloitte Touche Tohmatsu
Av. Dr. Chucri Zaidan, 1.240 -
4º ao 12º andares - Golden Tower
04711-130 - São Paulo - SP
Brasil

Tel.: + 55 (11) 5186-1000
Fax: + 55 (11) 5181-2911
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Grupo MPR Participações S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo MPR Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem aos balanços patrimoniais em 31 de março de 2020, de 2019 e de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os três exercícios findos nessas datas, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Grupo MPR Participações S.A. em 31 de março
de 2020, de 2019 e de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para os exercícios findos nessas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards – IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Reapresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes aos exercícios findos em 31 de março de 2020, de 2019 e de 2018 foram originalmente emitidos em 13 de julho de 2020, 1º de agosto de 2019 e 13 de julho de 2018. Conforme descrito na nota explicativa nº 2.2.a às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram alteradas e estão sendo reapresentadas em um único conjunto de demonstrações financeiras, conforme previsto no CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro e IAS 8 - "Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors". Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

© 2020. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria dos exercícios examinados. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

Reconhecimento da receita de comercialização dos produtos fabricados

Conforme descrito na nota explicativa nº 21 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, as receitas da Companhia no consolidado decorrem substancialmente da venda produtos manufaturados por suas controladas, com abrangência nacional. Esse assunto foi considerado como significativo para a nossa auditoria em função da relevância e dos processos que suportam o montante de seu reconhecimento da receita por competência e dos respectivos controles internos.

Nossos procedimentos de auditoria sobre o reconhecimento de receita incluíram, entre outros: (a) avaliação do desenho e da implementação das atividades de controles internos da Companhia relacionados aos processos da Administração para mensurar e registrar o montante da receita na competência devida; (b) testes das transações de venda, por amostragem, considerando suas especificidades e registro contábil; (c) testes para confirmação do registro das receitas na competência contábil; (d) realização de testes de recebimento subsequente de faturas, por amostragem; e (e) avaliação se as divulgações efetuadas pela Administração estão apropriadas.

Como base nos procedimentos de auditoria descritos anteriormente, concluímos que o processamento, o registro e o reconhecimento da receita realizados pela Companhia e suas controladas, assim como as respectivas divulgações, estão adequados no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado ("DVA") referentes aos exercícios findos em 31 de março de 2020, de 2019 e de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da norma internacional IAS 34, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

© 2020. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

© 2020. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras dos exercícios e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de agosto de 2020

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC n° 2 SP 011609/O-8 “F” RJ

Antônio Carlos Brandão de Sousa
Contador
CRC RJ 065976/O-4

2020SP000034_Parecer trienio.docx

© 2020. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

GRUPO MPR PARTICIPAÇÕES S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE MARÇO DE 2020, DE 2019 E DE 2018
(Em milhares de reais - R$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora 31/03/2020 Reapresentado	Controladora 31/03/2019 Reapresentado	Controladora 31/03/2018 Reapresentado	Consolidado 31/03/2020 Reapresentado	Consolidado 31/03/2019 Reapresentado	Consolidado 31/03/2018 Reapresentado
CIRCULANTE							
Caixa e equivalentes de caixa	3	19	14	4	30.490	12.851	25.254
Contas a receber de clientes	4	-	-	-	80.024	46.831	49.401
Estoques	5	-	-	-	19.878	16.678	13.010
Impostos a recuperar	6	-	-	-	29.716	20.276	10.836
Partes relacionadas	7	527	332	199	-	-	-
Dividendos a receber	8	1.124	786	861	-	-	-
Adiantamento a fornecedores		-	-	-	2.186	1.204	3.716
Outros créditos		14	24	51	4.587	5.315	6.055
Total do ativo circulante		1.684	1.156	1.115	166.881	103.155	108.272
NÃO CIRCULANTE							
Outros créditos		-	-	-	1.311	4.043	8.077
Impostos a recuperar	6	-	-	-	1.391	1.493	9.008
Imposto de renda e contribuição social diferido	17	-	-	-	1.483	311	311
Investimentos	8	117.470	44.922	37.951	-	-	-
Imobilizado	9	76	94	73	39.219	30.294	22.481
Intangível	11	-	-	-	95.714	36.037	36.845
Direito de uso	10	-	-	-	23.245	-	-
Total do ativo não circulante		117.546	45.016	38.024	162.363	72.178	76.722
TOTAL DO ATIVO		119.230	46.172	39.139	329.244	175.333	184.994

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora 31/03/2020 Reapresentado	Controladora 31/03/2019 Reapresentado	Controladora 31/03/2018 Reapresentado	Consolidado 31/03/2020 Reapresentado	Consolidado 31/03/2019 Reapresentado	Consolidado 31/03/2018 Reapresentado
CIRCULANTE							
Fornecedores	12	-	-	1	59.467	41.450	38.820
Empréstimos e financiamentos	14	-	-	-	25.402	37.482	27.043
Obrigações tributárias		5	6	8	4.312	2.846	3.869
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	13	573	455	312	2.997	3.203	3.157
Dividendos a pagar	19	1.089	858	796	1.498	858	796
Provisão para imposto de renda e contribuição social		-	-	-	5.342	295	1.174
Partes relacionadas	7	57	-	-	-	-	-
Outras obrigações	15	52	55	41	12.559	3.672	2.978
Arrendamento mercantil a pagar	16	-	-	-	4.673	-	-
Total do passivo circulante		1.776	1.374	1.158	116.250	89.806	77.837
NÃO CIRCULANTE							
Empréstimos e financiamentos	14	-	-	-	76.235	36.521	64.353
Obrigações tributárias		-	-	-	203	324	461
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	-	-	112	154
Outras obrigações	15	-	4	4	2.199	3.639	4.075
Provisão para riscos	18	-	-	-	252	137	137
Arrendamento mercantil a pagar	16	-	-	-	16.651	-	-
Total do passivo não circulante		-	4	4	95.540	40.733	69.180
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Capital social	19	60.000	30.100	30.100	60.000	30.100	30.100
Reserva de capital	19	32.401	-	-	32.401	-	-
Reserva de reavaliação	19	141	219	299	141	219	299
Reservas de lucros	19	1.531	14.475	7.578	1.531	14.475	7.578
Dividendo adicional proposto	19	23.381	-	-	23.381	-	-
Total do patrimônio líquido		117.454	44.794	37.977	117.454	44.794	37.977
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		119.230	46.172	39.139	329.244	175.333	184.994

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GRUPO MPR PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2020, DE 2019 E DE 2018
(Em milhares de reais- R$, exceto o lucro líquido do exercício por ação)

	Nota explicativa	Controladora			Consolidado		
		31/03/2020	31/03/2019	31/03/2018	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2018
		Reapresentado			Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado
RECEITA LÍQUIDA	21	-	-	-	327.313	300.298	275.483
CUSTO DE VENDAS	22	-	-	-	(215.995)	(198.285)	(186.145)
LUCRO BRUTO		-	-	-	111.318	102.013	89.338
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS							
Despesas com vendas	23	-	-	-	(58.628)	(60.152)	(45.060)
Despesas administrativas	23	-	-	-	(28.114)	(22.650)	(21.378)
Outras receitas e despesas, líquidas	23	-	-	-	6.031	1.517	(699)
Resultado da equivalência patrimonial	8	11.447	7.741	8.655	-	-	-
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		11.447	7.741	8.655	30.607	20.728	22.201
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO							
Receitas financeiras	24	-	-	-	6.104	4.662	3.384
Despesas financeiras	24	-	-	-	(20.026)	(13.971)	(11.543)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUÇÃO SOCIAL		11.447	7.741	8.655	16.685	11.419	14.042
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL							
Corrente	17	-	-	-	(6.443)	(3.565)	(5.405)
Diferido	17	-	-	-	1.205	(113)	18
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		11.447	7.741	8.655	11.447	7.741	8.655
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO - R$							
Lucro líquido por ação - básico e diluído (em reais)	20	0,15	0,11	0,12	0,15	0,11	0,12

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GRUPO MPR PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2020, DE 2019 E DE 2018
(Em milhares de reais - R$)

	Controladora			Consolidado		
	31/03/2020 Reapresentado	31/03/2019	31/03/2018	31/03/2020 Reapresentado	31/03/2019	31/03/2018
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	11.447	7.741	8.655	11.447	7.741	8.655
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	11.447	7.741	8.655	11.447	7.741	8.655

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GRUPO MPR PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2020, DE 2019 E DE 2018
(Em milhares de reais - R$)

				Reservas de lucros				
	Capital social	Reserva de capital	Reserva de reavaliação	Reserva legal	Retenção de lucros	Dividendo adicional proposto	Lucros/ Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2017	30.100	-	392	139	2.804	-	-	33.435
Ajustes aos saldos de abertura	-	-	-	-	-	-	(3.248)	(3.248)
Provisão para perdas estimadas - clientes	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para perdas estimadas - Armazém 47	-	-	-	-	-	-	-	-
SALDOS EM 1º DE ABRIL DE 2018 (ajustado e reapresentado)	30.100	-	392	139	2.804	-	(3.248)	30.187
Realização de reserva de reavaliação	-	-	(93)	-	-	-	93	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	8.655	8.655
Absorção de Prejuízo	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinações:								
Reserva legal	-	-	-	433	-	-	(433)	-
Constituição da reserva de lucros	-	-	-	-	7.450	-	(7.450)	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	(865)	(865)
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2018 (reapresentado)	30.100	-	299	572	10.254	-	(3.248)	37.977
Realização de reserva de reavaliação	-	-	(80)	-	-	-	80	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	7.741	7.741
Destinações:								
Reserva legal	-	-	-	387	-	-	(387)	-
Constituição da reserva de lucros	-	-	-	-	6.510	-	(6.510)	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	(924)	(924)
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2019 (reapresentado)	30.100	-	219	959	16.764	-	(3.248)	44.794
Aumento capital	29.900	-	-	-	-	-	-	29.900
Constituição de reserva de capital	-	32.401	-	-	-	-	-	32.401
Realização de reserva de reavaliação	-	-	(78)	-	-	-	78	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	11.447	11.447
Destinações:								
Reserva legal	-	-	-	572	-	-	(572)	-
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	(16.764)	23.381	(6.617)	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	(1.088)	(1.088)
							-	-
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2020 (reapresentado)	60.000	32.401	141	1.531	-	23.381	-	117.454

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GRUPO MPR PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2020, DE 2019 E DE 2018
(Em milhares de reais - R$)

	Nota	Controladora			Consolidado		
	explicativa	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2018	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2018
		Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS							
Lucro antes dos impostos		11.447	7.741	8.655	16.685	11.419	14.042
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:							
Depreciação e amortização	9 e 11	-	-	-	6.370	4.267	3.517
Amortização do direito de uso	10	-	-	-	4.749	-	-
Provisão para riscos		-	-	-	115	-	(203)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa		-	-	-	(5)	-	(26)
Resultado de equivalência patrimonial	8	(11.447)	(7.741)	(8.655)	-	-	-
(Prejuízo) lucro na alienação de imobilizado		-	-	-	(20)	244	287
Juros sobre empréstimos e financiamentos	14	-	-	-	7.047	7.638	8.170
Juros sobre arrendamento mercantil	16	-	-	-	1.411	-	-
Variação cambial sobre empréstimos	14	-	-	-	6.302	858	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais:							
Estoques		-	-	-	(3.199)	(3.668)	(4.270)
Contas a receber de clientes		-	-	-	(33.188)	2.570	(5.284)
Impostos a recuperar		-	-	-	(7.174)	(1.925)	3.862
Partes relacionadas		(164)	(133)	(20)	-	(57)	(41)
Outros créditos		8	28	(27)	3.811	7.286	(804)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:							
Obrigações tributárias		-	(3)	7	1.343	(1.160)	(1.735)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		118	142	29	(206)	46	366
Fornecedores		-	(1)	(1)	18.017	2.630	(617)
Partes relacionadas		50	15	-	-	-	-
Outras obrigações		(4)	-	23	6.988	1.785	(503)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		8	48	11	29.046	31.933	16.761
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	14	-	-	-	(7.058)	(8.587)	(8.170)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	-	(3.599)	(5.098)	(4.554)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		8	48	11	18.389	18.248	4.037
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO							
Caixa proveniente de alienação de imobilizado		-	-	-	1.820	-	-
Aquisição de imobilizado	9	(3)	(21)	(7)	(14.832)	(11.487)	(4.030)
Aquisição de controlada, líquido do caixa adquirido		-	-	-	-	-	(35.423)
Dividendos recebidos		-	845	69	-	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(3)	824	62	(13.012)	(11.487)	(39.453)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO							
Pagamento de compra financiada					(1.000)	(1.000)	-
Captação de empréstimos e financiamentos	14	-	-	-	90.534	9.671	68.644
Pagamento de dividendos			(862)	(69)	-	(862)	(69)
Pagamento de arrendamento mercantil	16	-	-	-	(8.081)	-	-
Amortização de empréstimos e financiamentos	14	-	-	-	(69.191)	(26.973)	(37.450)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		-	(862)	(69)	12.262	(19.164)	31.125
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		5	10	4	17.639	(12.403)	(4.291)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		14	4	-	12.851	25.254	29.545
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	3	19	14	4	30.490	12.851	25.254
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		5	10	4	17.639	(12.403)	(4.291)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GRUPO MPR PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2020, DE 2019 E DE 2018
(Em milhares de reais - R$)

	Nota	Controladora			Consolidado		
	explicativa	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2018	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2018
RECEITAS		-	-	-	-	-	-
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	21	-	-	-	-	-	-
Outras receitas	23	-	-	-	-	-	-
Receitas relativas à construção de ativos próprios		-	-	-	-	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Reversão / (Constituição)		-	-	-	-	-	-
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui os valores dos impostos – ICMS, IPI, PIS e COFINS)		-	-	-	-	-	-
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	22 e 23	-	-	-	-	-	-
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	22 e 23	-	-	-	-	-	-
VALOR ADICIONADO BRUTO		-	-	-	-	-	-
DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	9, 10 e 11	-	-	-	-	-	-
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE		-	-	-	-	-	-
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		11.447	11.447	11.447	11.447	11.447	11.447
Resultado de equivalência patrimonial	8	11.447	11.447	11.447	11.447	11.447	11.447
Receitas financeiras	24	-	-	-	-	-	-
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		11.447	11.447	11.447	11.447	11.447	11.447
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		(11.447)	(11.447)	(11.447)	(11.447)	(11.447)	(11.447)
Pessoal		-	-	-	-	-	-
Remuneração direta		-	-	-	-	-	-
Benefícios		-	-	-	-	-	-
F.G.T.S		-	-	-	-	-	-
Impostos, taxas e contribuições		-	-	-	-	-	-
Federais		-	-	-	-	-	-
Estaduais		-	-	-	-	-	-
Municipais		-	-	-	-	-	-
Remuneração de capitais de terceiros	22 e 23	-	-	-	-	-	-
Juros	24	-	-	-	-	-	-
Aluguéis		-	-	-	-	-	-
Remuneração de Capitais Próprios		(11.447)	(11.447)	(11.447)	(11.447)	(11.447)	(11.447)
Dividendos		(7.705)	(7.705)	(7.705)	(7.705)	(7.705)	(7.705)
Lucros retidos / Prejuízo do exercício		(3.742)	(3.742)	(3.742)	(3.742)	(3.742)	(3.742)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Grupo MPR Participações S.A. ("Companhia" ou "Grupo") é uma empresa constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado e domiciliada no Brasil. O endereço registrado do escritório do Grupo é Alameda Madeira, 222, Edifício Alfacon, 7º andar, conjunto 71, sala 1, Alphaville - Barueri - SP.

O Grupo tem como controlador final a Vocatus Participações S.A e FIP Zulu Corp. Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

O Grupo atua na administração de bens próprios e na participação em outras empresas, sendo, ainda, direta ou indiretamente, controlador das subsidiárias, com destaque as empresas Companhia Nacional de Álcool, Álcool Ferreira S.A. e Da Ilha Comercio de Álcool Ltda. As subsidiárias atuam nos ramos de indústria, comércio e distribuição por atacado e varejo, assim como importação e exportação de álcool, subprodutos, solventes derivados ou não de petróleo, produtos para limpeza, matérias-primas, embalagens, vinagres e bebidas alcoólicas, produtos químicos e açúcar, entre outros, nas quais o Grupo participa do resultado enquanto controlador.

Para cumprimento de suas atividades relacionadas, as partes têm de fazer uso de:
(a) estruturas administrativas de apoio em comum, tais como equipamentos de informática, softwares, outros equipamentos e móveis e instalações em geral;
(b) atividades administrativas de apoio em comum, relacionadas ao processamento de informações trabalhistas, previdenciárias, contábeis, tributárias e rotinas e funções administrativas em geral; e (c) fornecedores externos em comum, relacionados com as referidas estruturas e atividades ("estruturas administrativas").

É do interesse das partes otimizar e padronizar seus esforços administrativos, evitando duplicidades de estruturas administrativas, cargos e esforços de atividades de apoio internos e, como consequência, fortalecendo os princípios e as práticas de governança corporativa do Grupo, com a racionalização de gastos em comum.

Em 1º de agosto de 2017, a Companhia Nacional de Álcool ("CNA") adquiriu o controle societário da Ilha Comércio de Álcool Ltda. ("Da Ilha") que, assim como a CNA, está envolvida primariamente na industrialização, comercialização e distribuição para o varejo de produtos de higiene, limpeza e cosméticos.

As demonstrações financeiras individuais da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de março de 2020 abrangem a Companhia e investimentos em empresas controladas.

Principais eventos ocorridos até 31 de março de 2020:

Em 31 de dezembro de 2019, devido a reestruturação societária, a Companhia aumentou o capital no valor de R$29.900, passando de R$30.099 para R$60.000, todas com direito a voto, sem valor nominal, ao preço total de emissão no valor de R$62.301, sendo R$29.900 destinados à formação do capital do capital social da Companhia e o saldo no montante de R$32.401 destinado à conta de reserva de capital, através da participação detida pelas empresas:

- Vocatus Participações S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.816.163/0001-54, mediante a capitalização de participação societária na Companhia Nacional de Álcool no montante de R$29.931 e na Álcool Ferreira S.A., no montante de R$4.335.

- Zulu Corp Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, CNPJ/MF sob o nº 23.818.999/0001-86, mediante a capitalização de participação societária na Companhia Nacional de Álcool no montante de R$24.489; e na Álcool Ferreira S.A., no montante de R$3.546.

A Vocatus e a Zulu controlavam a Companhia através da Hypsea e, após a cisão e incorporação da Hypsea pela CNA e AF (ambas controladas direta pela Companhia), o referido aumento de capital foi gerado. As transações acima mencionadas ocorreram sob controle comum com base nos respectivos valores contábeis não gerando, portanto, nenhum ganho ou perda na Companhia.

Em 31 de dezembro de 2019 a Hypséa Participações S.A. ("Hypséa"), controlada direta da Vocatus Participações S.A., sociedade anônima fechada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.872.364/0001-02 foi cindida, tendo seu acervo líquido incorporado pelas controladas Companhia Nacional de Álcool e Álcool Ferreira S.A, conforme demonstrado nos itens "a" e "c" abaixo:

Empresas controladas

Companhia nacional de álcool ("CNA")

a) Acervo da Hypséa cindido e incorporado pela CNA:

Ativo	
Circulante:	
Caixa e equivalente de caixa	31
Tributos a recuperar	166
Dividendos a receber	72
Total do ativo circulante	269
Realizável a longo prazo:	
Empréstimo	391
Investimentos:	
Mais-valia de ativos – marcas	2.976
Mais-valia de ativos – carteira de clientes	20.196
Ágio	30.785
Total do investimento	53.957
Intangível:	
Marcas e patentes	99
Total do ativo não circulante	54.447
Total do ativo	54.716
Passivo	
Circulante:	
Tributos a recolher	2
Dividendos a pagar	294
Total do passivo circulante	296
Acervo líquido cindido	54.420

b) Em 31 de dezembro de 2019, a CNA efetuou uma incorporação do acervo líquido da ARMAZÉM 47 DISTRIBUIDORA LTDA., sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ sob o nº 10.521.644/0001-89, com base nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2019.

Foi incorporado o seguinte acervo líquido:

Ativo	
Circulante:	
Caixa e equivalente de caixa	6
Passivo	
Circulante:	
Empréstimo de coligadas	(3.117)
Acervo líquido incorporado	(3.111)

Álcool ferreira S.A. ("AF")

c) Acervo da Hypséa cindido e incorporado pela AF:

Ativo	
Investimentos:	
Mais-valia de ativos – marcas	576
Mais-valia de ativos – carteira de clientes	3.908
Ágio	3.398
Total do investimento	7.882
Acervo líquido cindido	7.882

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

De acordo com o estatuto social da Companhia, as demonstrações financeiras apresentadas nesse relatório foram elaboradas a partir do ano de exercício social, o qual está compreendido no período de 1º de abril de 2019 a 31 de março de 2020.

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo "International Accounting Standards Board – IASB".

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto pela reavaliação de determinadas propriedades em períodos pretéritos e instrumentos financeiros mensurados aos seus valores reavaliados ou seus valores justos no final de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras consolidadas é determinado nessa base, exceto por operações de arrendamento mercantil que estão inseridas no escopo da IFRS16 (CPC 06 (R2)) - Arrendamentos e mensurações que tenham algumas similaridades ao valor justo, mas não sejam valor justo, como valor líquido a realizar mencionado na IAS 2 (CPC 16 (R1)) - Estoques ou valor em uso na IAS 36 (CPC 01 (R1)) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

2.2.a Reapresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram reapresentadas, em conexão com o pedido de registro de companhia aberta na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, para apresentar a demonstração de valor adicionado, informações de segmentos e para o aprimoramento de certas divulgações nas notas explicativas, relativas, principalmente, análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros na nota de instrumentos financeiros.

Adicionalmente, após a emissão das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de março de 2020, a administração identificou ajustes e reclassificações que afetam os balanços patrimoniais em 31 de março de 2020, 2019 e 2018 e 1º de abril de 2018 (balanço de abertura), bem como as demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de março de 2020, 2019 e 2018. Consequentemente, a Companhia está reapresentando as demonstrações financeiras desses exercícios.

As demonstrações do resultado abrangente e das mutações do patrimônio líquido foram reapresentadas em decorrência dos ajustes no lucro (prejuízo) do exercício findos em 31 de março de 2020.

Os ajustes nas atividades operacionais, de investimentos e de financiamentos nas demonstrações dos fluxos de caixa foram decorrentes dos ajustes descritos abaixo, e reclassificações para melhor apresentação das demonstrações dos fluxos de caixa.

As tabelas a seguir resumem os referidos impactos:

1) Reclassificações

Controladora balanço

		31 de março de 2020			31 de março de 2019			31 de março de 2018			1 de abril de 2018		
ATIVO	Referência	Orginal	Reclassificações/ ajustes	Reapresentado	Orginal	Reclassificações/ ajustes	Reapresentado	Orginal	Reclassificações/ ajustes	Reapresentado	Orginal	Reclassificações/ ajustes	Reapresentado
CIRCULANTE													
Caixa e equivalentes de caixa		19	-	19	14	-	14	4	-	4	-	-	-
Contas a receber de clientes	A	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estoques		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Impostos a recuperar		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Partes relacionadas		527	-	527	332	-	332	199	-	199	179	-	179
Dividendos a receber	B	1.236	(112)	1.124	786	-	786	861	-	861	-	-	-
Adiantamento a fornecedores		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros créditos	B	13	1	14	24	-	24	51	-	51	61	-	61
Total do ativo circulante		1.795	(111)	1.684	1.156	-	1.156	1.115	-	1.115	240	-	240
NÃO CIRCULANTE													
Investimentos	A e D	120.449	(2.979)	117.470	48.170	(3.248)	44.922	41.199	(3.248)	37.951	33.404	(3.248)	30.156
Imobilizado	D	76	-	76	94	-	94	73	-	73	100	-	100
Total do ativo não circulante		120.525	(2.979)	117.546	48.264	(3.248)	45.016	41.272	(3.248)	38.024	33.504	(3.248)	30.256
TOTAL DO ATIVO		122.320	(3.090)	119.230	49.420	(3.248)	46.172	42.387	(3.248)	39.139	33.744	(3.248)	30.496

		31 de março de 2020			31 de março de 2019			31 de março de 2018			1 de abril de 2018		
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Referência	Orginal	Reclassificações/ ajustes	Reapresentado	Orginal	Reclassificações/ ajustes	Reapresentado	Orginal	Reclassificações/ ajustes	Reapresentado	Orginal	Reclassificações/ ajustes	Reapresentado
CIRCULANTE													
Fornecedores		-	-	-	-	-	-	1	-	1	2	-	2
Empréstimos e financiamentos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações tributárias		5	-	5	6	-	6	8	-	8	2	-	2
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		573	-	573	455	-	455	312	-	312	284	-	284
Dividendos a pagar	B	1.194	(105)	1.089	858	-	858	796	-	796	-	-	-
Provisão para imposto de renda e contribuição social		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Partes relacionadas		57	-	57	-	-	-	-	-	-	3	-	3
Outras obrigações		52	-	52	55	-	55	41	-	41	18	-	18
Arrendamento mercantil a pagar		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do ativo circulante		1.881	(105)	1.776	1.374	-	1.374	1.158	-	1.158	309	-	309
NÃO CIRCULANTE													
Empréstimos e financiamentos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações tributárias		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras obrigações		-	-	-	4	-	4	4	-	4	-	-	-
Provisão para riscos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arrendamento mercantil a pagar		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do passivo não circulante		-	-	-	4	-	4	4	-	4	-	-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO													
Capital social		60.000	-	60.000	30.100	-	30.100	30.100	-	30.100	30.100	-	30.100
Reserva de capital		32.401	-	32.401	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de reavaliação		141	-	141	219	-	219	299	-	299	392	-	392
Reservas de lucros		27.897	(26.366)	1.531	17.723	(3.248)	14.475	10.826	(3.248)	7.578	2.943	(3.248)	(305)
Dividendo adicional proposto	H	-	23.381	23.381	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do patrimônio líquido		120.439	(2.985)	117.454	48.042	(3.248)	44.794	41.225	(3.248)	37.977	33.435	(3.248)	30.187
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		122.320	(3.090)	119.230	49.420	(3.248)	46.172	42.387	(3.248)	39.139	33.744	(3.248)	30.496

Consolidado balanço

		31 de março de 2020			31 de março de 2019			31 de março de 2028			1 de abril de 2028		
ATIVO	Referência	Orginal	Reclassificações/ ajustes	Reapresentado	Orginal	Reclassificações/ ajustes	Reapresentado	Orginal	Reclassificações/ ajustes	Reapresentado	Orginal	Reclassificações/ ajustes	Reapresentado
CIRCULANTE													
Caixa e equivalentes de caixa		30.490	-	30.490	12.851	-	12.851	25.254	-	25.254	29.545	-	29.545
Contas a receber de clientes	A	80.938	(914)	80.024	47.745	(914)	46.831	50.315	(914)	49.401	38.097	(914)	37.183
Estoques		19.878	-	19.878	16.678	-	16.678	13.010	-	13.010	5.544	-	5.544
Impostos a recuperar		29.716	-	29.716	20.276	-	20.276	10.836	-	10.836	14.761	-	14.761
Partes relacionadas	B	-	-	-	3.111	(3.111)	-	3.054	(3.054)	-	3.013	(3.054)	-
Dividendos a receber		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento a fornecedores		2.186	-	2.186	1.204	-	1.204	3.716	-	3.716	181	-	181
Outros créditos	B	4.659	(72)	4.587	5.315	-	5.315	6.055	-	6.055	5.023	(41)	4.982
Total do ativo circulante		167.867	(986)	166.881	107.180	(4.025)	103.155	112.240	(3.968)	108.272	96.164	(3.968)	92.196
NÃO CIRCULANTE													
Outros créditos		1.311	-	1.311	4.043	-	4.043	8.077	-	8.077	11.163	-	11.163
Impostos a recuperar		1.391	-	1.391	1.493	-	1.493	9.008	-	9.008	8.945	-	8.945
Imposto de renda e contribuição social diferido	A e C	11.549	(10.066)	1.483	-	311	311	-	311	311	-	311	311
Imobilizado	D	43.820	(4.601)	39.219	30.294	-	30.294	22.481	-	22.481	14.118	-	14.118
Intangível	C	83.151	12.563	95.714	36.037	-	36.037	36.845	-	36.845	8.400	-	8.400
Direito de uso		23.245	-	23.245	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do ativo não circulante		164.467	(2.104)	162.363	71.867	311	72.178	76.411	311	76.722	42.626	311	42.937
TOTAL DO ATIVO		332.334	(3.090)	329.244	179.047	(3.714)	175.333	188.651	(3.657)	184.994	138.791	(3.657)	135.134

		31 de março de 2020			31 de março de 2019			31 de março de 2028			1 de abril de 2028		
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Referência	Orginal	Reclassificações/ ajustes	Reapresentado	Orginal	Reclassificações/ ajustes	Reapresentado	Orginal	Reclassificações/ ajustes	Reapresentado	Orginal	Reclassificações/ ajustes	Reapresentado
CIRCULANTE													
Fornecedores		59.467	-	59.467	41.450	-	41.450	38.820	-	38.820	35.668	-	35.668
Empréstimos e financiamentos		25.402	-	25.402	37.482	-	37.482	27.043	-	27.043	18.467	-	18.467
Obrigações tributárias		4.312	-	4.312	2.846	-	2.846	3.869	-	3.869	3.169	-	3.169
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		2.997	-	2.997	3.203	-	3.203	3.157	-	3.157	1.616	-	1.616
Dividendos a pagar	B	1.603	(105)	1.498	858	-	858	796	-	796	-	-	-
Provisão para imposto de renda e contribuição social		5.342	-	5.342	295	-	295	1.174	-	1.174	323	-	323
Outras obrigações	B	12.559	-	12.559	4.138	(466)	3.672	3.387	(409)	2.978	2.474	(409)	2.065
Arrendamento mercantil a pagar		4.673	-	4.673	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do ativo circulante		116.355	(105)	116.250	90.272	(466)	89.806	78.246	(409)	77.837	61.717	(409)	61.308
NÃO CIRCULANTE													
Empréstimos e financiamentos		76.235	-	76.235	36.521	-	36.521	64.353	-	64.353	41.236	-	41.236
Obrigações tributárias		203	-	203	324	-	324	461	-	461	1.633	-	1.633
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	-	112	-	112	154	-	154	202	-	202
Outras obrigações		2.199	-	2.199	3.639	-	3.639	4.075	-	4.075	228	-	228
Provisão para riscos		252	-	252	137	-	137	137	-	137	340	-	340
Arrendamento mercantil a pagar		16.651	-	16.651	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do passivo não circulante		95.540	-	95.540	40.733	-	40.733	69.180	-	69.180	43.639	-	43.639
PATRIMÔNIO LÍQUIDO													
Capital social		60.000	-	60.000	30.100	-	30.100	30.100	-	30.100	30.100	-	30.100
Reserva de capital		32.401	-	32.401	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de reavaliação		141	-	141	219	-	219	299	-	299	392	-	392
Reserva legal											139		139
Reservas de lucros		27.897	(26.366)	1.531	17.723	(3.248)	14.475	10.826	(3.248)	7.578	2.804	(3.248)	(444)
Dividendo adicional proposto	H	-	23.381	23.381	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do patrimônio líquido		120.439	(2.985)	117.454	48.042	(3.248)	44.794	41.225	(3.248)	37.977	33.435	(3.248)	30.187
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		332.334	(3.090)	329.244	179.047	(3.714)	175.333	188.651	(3.657)	184.994	138.791	(3.657)	135.134

Dre controladora

	Referência	31 de março de 2020 Original	Reclassificações/ ajustes	Reapresentado
RECEITA LÍQUIDA	F	-	-	-
CUSTO DE VENDAS	F	-	-	-
LUCRO BRUTO		-	-	-
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS				
Despesas com vendas	F	-	-	-
Despesas administrativas	F	-	-	-
Outras receitas e despesas, líquidas	F	-	-	-
Resultado da equivalência patrimonial	G	11.217	230	11.447
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		11.217	230	11.447
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO				
Receitas financeiras		-	-	-
Despesas financeiras		-	-	-
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUÇÃO SOCIAL		11.217	230	11.447
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL				
Corrente		-	-	-
Diferido	G	-	-	-
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		11.217	230	11.447
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO – R$ Lucro líquido por ação – básico e diluído (em reais)		0,15	0,00	0,15

Dre consolidado

		31 de março de 2020			31 de março de 2019			31 de março de 2018		
	Referência	Orginal	Reclassificações/ ajustes	Reapresentado	Orginal	Reclassificações	Reapresentado	Orginal	Reclassificações	Reapresentado
RECEITA LÍQUIDA	F	316.173	11.140	327.313	300.298	-	300.298	275.483	-	275.483
CUSTO DE VENDAS	F	(199.556)	(16.439)	(215.995)	(189.060)	(9.225)	(198.285)	(178.296)	(7.849)	(186.145)
LUCRO BRUTO		116.617	(5.299)	111.318	111.238	(9.225)	102.013	97.187	(7.849)	89.338
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS										
Despesas com vendas	F	(44.572)	(14.056)	(58.628)	(45.656)	(14.496)	(60.152)	(32.472)	(12.588)	(45.060)
Despesas administrativas	F	(33.413)	5.299	(28.114)	(31.875)	9.225	(22.650)	(29.227)	7.849	(21.378)
Outras receitas e despesas, líquidas	F	7.045	(1.014)	6.031	1.517		1.517	921	(1.620)	(699)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		45.677	(15.070)	30.607	35.224	(14.496)	20.728	36.409	(14.208)	22.201
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO										
Receitas financeiras		6.104	-	6.104	4.662	-	4.662	3.384	-	3.384
Despesas financeiras	F	(34.082)	14.056	(20.026)	(28.467)	14.496	(13.971)	(25.751)	14.208	(11.543)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUÇÃO SOCIAL		17.699	(1.014)	16.685	11.419	-	11.419	14.042	-	14.042
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL										
Corrente		(6.443)	-	(6.443)	(3.565)	-	(3.565)	(5.405)	-	(5.405)
Diferido	G	(39)	1.244	1.205	(113)	-	(113)	18	-	18
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		11.217	230	11.447	7.741	-	7.741	8.655	-	8.655
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO – R$										
Lucro líquido por ação – básico e diluído (em reais)		0,15	0,00	0,15	0,11	-	0,11	0,12	-	0,12

Demonstrações dos fluxos de caixa - controladora

	31 de março de 2020			31 de março de 2019			31 de março de 2019		
	Orginal	Reclassificações/ ajustes	Reapresentado	Orginal	Reclassificações/ ajustes	Reapresentado	Orginal	Reclassificações/ ajustes	Reapresentado
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA									
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	8	-	8	47	1	48	11	-	11
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(3)	-	(3)	(37)	861	824	(7)	69	62
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	-	-	-	-	(862)	(862)	-	(69)	(69)

Demonstrações dos fluxos de caixa – consolidado

	31 de março de 2020			31 de março de 2019			31 de março de 2018		
	Orginal	Reclassificações/ ajustes	Reapresentado	Orginal	Reclassificações/ ajustes	Reapresentado	Orginal	Reclassificações/ ajustes	Reapresentado
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA									
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	15.824	2.565	18.389	17.060	1.188	18.248	4.754	(717)	4.037
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(11.447)	(1.565)	(13.012)	(12.104)	617	(11.487)	(39.166)	(287)	(39.453)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	13.262	(1.000)	12.262	(17.359)	(1.805)	(19.164)	28.989	2.136	31.125

2) Reclassificações/ajustes às demonstrações dos resultados:

As principais reclassificações podem ser resumidas a seguir:

A) Reconhecimento de acréscimo em nossa provisão para perdas com créditos em seu respectivo período de competência (saldo de abertura) – e reflexo na equivalência patrimonial dos ajustes nas controladas.

B) Refere-se ao ajuste aos dividendos mínimos obrigatórios em consequência de equívocos em seu cálculo e determinados ajustes que afetaram o lucro líquido e outras eliminações não capturadas no processo de consolidação e (ii) reclassificação para o passivo dos dividendos a pagar da controladora incorporada no exercício.

C) Refere-se à (i) reclassificação de efeitos de créditos fiscais diferidos oriundos de processo de reestruturação descrito na nota explicativa 1 e efeito de impostos diferidos líquidos sobre os ajustes A e D e (ii) e reclassificação da amortização de mais valia de imobilizado para o intangível, principalmente.

D) Refere-se (i) à eliminação de lucro não realizado na compra e venda de ativo imobilizado entre subsidiárias; (ii) e reflexo na equivalência patrimonial dos ajustes nas controladas e (iii) e reclassificação da amortização de mais valia de imobilizado para o intangível.

E) Refere-se ao reconhecimento de perda com crédito (líquido de passivo) contra coligada em seu correto período de competência (saldo de abertura).

F) Refere-se à determinadas reclassificações para melhor apresentação de despesas anteriormente registradas em sub-grupos distintos às suas naturezas.

G) Refere-se ao efeito líquido no resultado da combinação dos ajustes D e do ajuste E acima.

H) Em adição aos ajustes e reclassificações acima, a Administração efetuou proposição de dividendos adicional de R$23.381 mil que anteriormente estavam classificados em reserva de lucros.

Além dos ajustes e reclassificações acima, a Companhia revisou as seguintes divulgações com o intuito de refletir adequadamente as informações disponíveis:

	31/03/2020		31/03/2019		31/03/2018	
	Original	Reapresentado	Original	Reapresentado	Original	Reapresentado
Passivos contingentes – possíveis (nota explicativa 18)	19.712	17.780	-	-	20.556	20.690
Remuneração da administração (nota explicativa 7)	3.212	4.330	2.889	3.633	4.428	5.444

Passivos contingentes – alteração para exclusão de processo encerrado e/ou ajuste de atualização.

Remuneração da administração – inclusão de certos encargos sociais e/ou demais proventos.

2.3. Principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram as seguintes:

a) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados em reais - R$, moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras, que representa a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia opera.

b) Apuração do resultado e reconhecimento de receita

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício, considerando as atualizações ocorridas em virtude da mudança das práticas contábeis com relação ao reconhecimento da receita, conforme o CPC 47.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos.

A Companhia reconhece a receita quando: (i) quando as partes do contrato aprovarem o contrato (por escrito, verbalmente ou de acordo com outras práticas usuais de negócios) e estiverem comprometidas em cumprir suas respectivas obrigações; (ii) quando a entidade puder identificar os direitos de cada parte em relação aos bens ou serviços a serem transferidos; (iii) quando a entidade puder identificar os termos de pagamento para os bens ou serviços a serem transferidos; (iv) quando o contrato possuir substância comercial (ou seja, espera-se que o risco, a época ou o valor dos fluxos de caixa futuros da entidade se modifiquem como resultado do contrato) e (v) quando for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente. Ao avaliar se a possibilidade de recebimento do valor da contraprestação é provável, a entidade deve considerar apenas a capacidade e a intenção do cliente de pagar esse valor da contraprestação quando devido. O valor da contraprestação à qual a entidade tem direito pode ser inferior ao preço declarado no contrato se a contraprestação for variável, pois a entidade pode oferecer ao cliente uma redução de preço.

A receita pela venda dos produtos é reconhecida quando os riscos e os benefícios de propriedade desses itens são transferidos para o comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

c) Instrumentos financeiros

<u>Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros</u>

A classificação dos ativos e passivos financeiros segundo a CPC 48 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais.

Conforme a CPC 48, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado; valor justo por meio dos outros resultados abrangentes (“VJORA”); ou valor justo por meio de resultado (“VJR”).

As seguintes políticas contábeis aplicam-se à mensuração subsequente dos ativos financeiros:

Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros mensurados a custo amortizado	Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e perdas são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido também no resultado.

Sob a CPC 48, um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.
- Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Os passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativo financeiro

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa e depósitos bancários à vista e investimentos temporários de curto prazo, com até 90 dias da data da aplicação, considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

e) Contas a receber de clientes e de provisão para perdas de créditos esperada

As contas a receber de clientes estão registradas aos valores nominais das faturas e deduzidas da provisão para perdas de créditos esperada, constituída com base em análise individual dos valores a receber em atraso e adicionado o valor estimado de perda para os recebíveis em aberto, sendo um montante considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas prováveis na realização dos créditos.

f) Estoques

Avaliados pelo custo médio de aquisição, ajustado ao valor de mercado e das eventuais perdas, quando aplicável. Valor realizável líquido é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios deduzido dos custos estimados para sua conclusão e dos gastos estimados necessários para se concretizar a venda.

g) Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas dos bens e perda de valor recuperável desses ativos. Gastos com reparos e manutenção que não aumentam a vida útil do ativo são reconhecidos como despesa, quando incorridos.

Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado

Nas datas de encerramento das demonstrações financeiras, o valor contábil do ativo imobilizado é revisado para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

Se o montante recuperável de um ativo (ou Unidade Geradora de Caixa - UGC) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou UGC) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

h) Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida são registrados ao custo de aquisição e fazer com que eles estejam prontos para utilização, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização é reconhecida linearmente e amortizada conforme taxas informadas na nota explicativa nº 11.

Os custos associados à manutenção são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável no mínimo anualmente e sempre que houver indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável, sendo eles ágio na aquisição de investimento e marcas.

i) Combinação de negócios e ágio

Na data de aquisição, o custo da aquisição é considerado pelo preço de compra, que inclui o valor justo de ativos e passivos assumidos ou incorridos, e incluindo qualquer custo relacionado a pagamento adicional contingente ou diferido. Custos relativos à transação são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O custo de aquisição é alocado aos ativos adquiridos, passivos e passivos contingentes assumidos baseados em seus respectivos valores justos, incluindo ativos e passivos que não estavam anteriormente reconhecidos no balanço patrimonial da entidade adquirida, como, por exemplo, ativos intangíveis como marca e contratos vantajosos.

O ágio é gerado quando o custo da aquisição é superior ao valor dos ativos líquidos identificáveis mensurados ao valor justo. Por outro lado, a mais-valia é a diferença positiva entre o valor justo dos ativos líquidos identificáveis e seu respectivo valor contábil. Os montantes finais da combinação de negócios são mensurados em até um ano da data da aquisição.

Quando a contrapartida transferida pela Companhia em uma combinação de negócios inclui ativos ou passivos resultantes de um acordo de contrapartida contingente, a contrapartida contingente é mensurada pelo valor justo na data de aquisição e incluída na contrapartida transferida em uma combinação de negócios. As variações no valor justo da contrapartida contingente classificadas como ajustes do período de mensuração são ajustadas retroativamente, com correspondentes ajustes ao ágio.

Quando uma combinação de negócios é realizada em etapas, a participação anteriormente detida pela Companhia na empresa adquirida é remensurada pelo valor justo na data de aquisição, ou seja, na data em que a Companhia adquire o controle e o correspondente ganho ou perda, se houver, é reconhecido no resultado.

j) Passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras, sendo essas variações registradas na demonstração do resultado.

k) Provisões

Reconhecidas quando existe uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. A provisão é quantificada ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

l) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício fiscal. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes, sendo o imposto de renda e a contribuição social calculados às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente.

A despesa de imposto de renda e contribuição social correntes é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados nas datas de encerramento das demonstrações financeiras, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao Fisco.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no fim dos exercícios entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

m) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na aplicação das práticas contábeis, descritas anteriormente, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos, os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem eventualmente divergir dessas estimativas.

As estimativas e suas premissas são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no resultado a partir do exercício corrente.

A seguir são apresentadas as principais áreas de julgamentos e estimativas contábeis:

m.1) Vida útil dos bens do imobilizado

Conforme descrito anteriormente, a Companhia faz uma avaliação da vida útil remanescente estimada dos bens do imobilizado, anualmente, nas datas de encerramento das demonstrações financeiras.

m.2) Teste de redução ao valor recuperável:

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda ou o seu valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento e não incluem atividades de reorganização com as quais o Grupo ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

m.3) Cálculo da provisão para perdas

A provisão para perdas de crédito esperadas foi reconhecida como redução das contas a receber com base em análise da natureza das contas a receber envolvidas, considerando a antiguidade dos valores a receber, cenário econômico e riscos envolvidos em cada situação cujo montante é considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas e considera principalmente a inadimplência esperada.

m.4) Provisão para riscos

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, tributárias, trabalhistas e regulatórias avaliadas como de perda provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente. A Companhia e suas controladas registram provisões para contingências de acordo com a estimativa de prazo de liquidação. Os fundamentos e as naturezas das provisões estão descritos na Nota 18.

n) Lucro básico e diluído por ação

Calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia, usando a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício.

Em 31 de março de 2020, de 2019 e de 2018, a Companhia não possuía instrumentos financeiros conversíveis em ações; logo, o lucro básico e diluído por ação é o mesmo.

o) Demonstração de valor adicionado - DVA

A Companhia elaborou a Demonstração do Valor Adicionado ("DVA"), individual e consolidada, nos termos do CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentado como informação suplementar, sem prejuízos do conjunto das demonstrações financeiras.

p) Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia, bem como suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia:

Tem poder sobre a investida

Está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida.

Tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos

A Companhia reavalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais dos três elementos de controle relacionados anteriormente.

A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas no resultado a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que a Companhia deixa de controlar a controlada.

Todas as transações, saldos, receitas e despesas e fluxos de caixa entre as empresas do Grupo são reconhecidas pelo Método de Equivalência Patrimonial e, posteriormente, eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas.

q) Adoção de novos pronunciamentos contábeis

CPC 06 - Arrendamentos

A norma CPC 06 (R2), aplicada a partir de 1º de abril de 2019, tem como objetivo unificar o modelo de contabilização do arrendamento, exigindo dos arrendatários reconhecer os passivos assumidos em contrapartida aos respetivos ativos correspondentes ao seu direito de uso para todos os contratos de arrendamento.

A Empresa optou pelo método retrospectivo simplificado previsto no item C5 (b) como método de transação em 1º de abril de 2019 da norma CPC 06 (R02) Arrendamentos. A aplicação da norma afetou substancialmente os contratos de aluguel. Em 1º de abril de 2019 a Companhia determinou que 8 contratos estão no escopo do CPC 06 (R02) - Arrendamentos. Esses contratos apresentam prazo de arrendamento médio de 3 anos.

As alterações resultantes da adoção inicial do CPC 06 (R02) e as principais premissas adotadas foram:

i) Mensuração inicial - o ativo de direito de uso registrado é mensurado no início do contrato de arrendamento pelo seu custo, que inclui a soma do saldo do passivo de arrendamento, custos direitos iniciais e pagamentos adiantados.

ii) Mensuração subsequente - após o reconhecimento inicial, o passivo de arrendamento é atualizado pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. Os valores registrados são mensalmente atualizados através da dedução da sua depreciação e reconhecimento dos juros incorridos. O passivo de arrendamento é remensurado quando existir mudança (i) nos pagamentos futuros decorrentes de uma mudança no índice ou taxa (ii) na estimativa do montante esperado a ser pago no valor residual garantido ou (iii) mudanças na avaliação se a Companhia exercerá a opção de compra, prorrogação ou rescisão.

iii) Quando o passivo de arrendamento é remensurado (nos termos do CPC 06 (R2)), o valor do ajuste correspondente é registrado no valor contábil do ativo de direito de uso ou no resultado, se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

iv) Pagamentos do arrendamento - para fins da mensuração do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento a Companhia utilizou apenas os pagamentos considerados fixos.

v) Taxa de juros incremental de financiamento do arrendatário - a Companhia considerou para todos os contratos, taxas de juros necessárias para adquirir ativos em condições similares aos ativos arrendados na data de assinatura do contrato.

vi) Depreciação do ativo de direito de uso dos contratos de arrendamento da Companhia não possuem cláusulas que permitam a Companhia exercer a aquisição da propriedade do ativo ao final do prazo de arrendamento mercantil. Dessa forma a vida útil desses ativos é o prazo contratual deduzidas de quaisquer perdas por valor recuperável. A Companhia adota a alocação da depreciação do ativo de direito de uso de forma sistemática e linear.

vii) Encargos financeiros decorrentes dos contratos de arrendamento - o encargo financeiro é reconhecido como despesa financeira e apropriado a cada período durante o prazo do arrendamento mercantil.

As contas patrimoniais sofreram alterações, pelo reconhecimento de todos os compromissos futuros originados dos contratos no escopo do arrendamento. Na adoção inicial em 1º de abril de 2019, o ativo de direito de uso é igual ao passivo de arrendamento ajustado ao valor presente de R$27.994 no consolidado conforme item C8(b)(ii) do CPC 06 (R2). Tais contratos eram divulgados anteriormente como arrendamento operacional. O patrimônio líquido não sofreu impacto na adoção inicial devido à escolha pelo modelo de abordagem retrospectiva simplificada. A composição e a movimentação dos saldos estão demonstradas nas notas explicativas nº 10 e nº 16.

Os saldos apresentados de adoção inicial da respectiva norma, adições e remensurações representam atividades não envolvendo caixa.

IFRIC 23 - Incerteza sobre o Tratamento do Imposto de Renda

A Companhia adotou as alterações à IFRIC 23 pela primeira vez no exercício corrente. A IFRIC 23 descreve como determinar a posição fiscal e contábil quando houver incerteza sobre o tratamento do imposto de renda. A interpretação requer que a Companhia:

- Determine se posições fiscais incertas são avaliadas separadamente ou como um grupo.
- Avalie se é provável que a autoridade fiscal aceite a utilização de tratamento fiscal incerto, ou proposta de utilização, por uma entidade nas suas declarações de imposto de renda.
- Em caso positivo, a Companhia deve determinar sua posição fiscal e contábil em linha com o tratamento fiscal utilizado ou a ser utilizado nas suas declarações de imposto de renda.
- Em caso negativo, a Companhia deve refletir o efeito da incerteza na determinação da sua posição contábil e fiscal utilizando o valor mais provável ou o método do valor esperado.

  A adoção do IFRIC 23 não resultou em impactos significativos nas demonstrações financeiras.

r) IFRSs novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

Na data de elaboração destas demonstrações financeiras, as seguintes emissões e alterações nas IFRS tinham sido publicadas, porém não eram de aplicação obrigatória:

Normas e Emendas a Normas		Vigências para exercícios iniciados a partir:
IFRS 3/CPC 15 (R1) – "Business Combinations"/ Combinação de negócios.	Alterações: para esclarecer a definição de empresa.	1º de janeiro de 2020
IFRS 7/CPC 40 (R1) – "Financial Instruments: Disclosures"/ Instrumentos Financeiros: Divulgações	Alterações: relativas à questões de pré-substituição no contexto da reforma da taxa de juros interbancária.	1º de janeiro de 2020
IAS 1/CPC 26 (R1) – "Presentation of Financial Statements"/Apresentação das demonstrações financeiras.	Alteração: definição de material (emendas à IAS 1 e IAS 8)	1º de janeiro de 2020
Alteração no IAS 8/CPC 23 – "Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors"/ Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros.	Alteração: definição de material (emendas à IAS 1 e IAS 8)	1º de janeiro de 2020

A Companhia não adotou antecipadamente qualquer pronunciamento, interpretação que tenha sido emitido, cuja aplicação não é obrigatória.

Com base em análises preliminares, a Companhia estima que a implementação destas normas, alterações e interpretações vigentes em 1º de janeiro de 2020 não terão impacto significativo nas demonstrações financeiras no período de adoção inicial, tomando em conta seu respectivo exercício social.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (CONSOLIDADO)

	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2018
Caixa	30	51	34
Bancos	1.113	1.072	891
Aplicações financeiras (*)	29.347	11.728	24.329
Total	30.490	12.851	25.254

(*) As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, são remuneradas substancialmente de acordo com índices que tenham como meta alcançar a variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, sendo contratadas em bancos de primeira linha e com condições e taxas normais de mercado, com taxa entre 90% e 96% do CDI.

4. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES (CONSOLIDADO)

	31/03/2020 (Reapresentado)	31/03/2019 (Reapresentado)	31/03/2018 (Reapresentado)
Contas a receber	81.320	48.132	50.702
Provisão para perdas de crédito esperadas	(1.296)	(1.301)	(1.301)
Total	80.024	46.831	49.401

"Aging list" de contas a receber	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2018
A vencer	78.020	44.648	46.672
Vencidos:			
Até 30 dias	649	755	825
Entre 31 e 60 dias	94	9	177
Entre 61 e 90 dias	40	27	55
Entre 91 e 360 dias	235	103	169
Há mais de 360 dias	2.282	2.590	2.804
Total	81.320	48.132	50.702

Para o saldo vencido acima de 360 dias, estão em negociação junto aos clientes, e não há indícios de perdas esperadas, sendo assim, não há constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

5. ESTOQUES (CONSOLIDADO)

	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2018
Matérias-primas e materiais de consumo	10.526	7.882	6.088
Produtos acabados	8.462	8.208	6.380
Produtos em processos	-	369	345
Produtos intermediários	890	219	197
Total	19.878	16.678	13.010

6. IMPOSTOS A RECUPERAR (CONSOLIDADO)

	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2018
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	21	329	349
Programa de Integração Social - PIS	3.739	2.847	2.067
Contribuição p/Financiamento da Seguridade Social - COFINS	16.557	9.260	11.395
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	16	26	10
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	980	618	98
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	3.275	1.900	287
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	5.838	5.912	4.331
ICMS ST a recuperar	506	877	698
Outros	175	-	609
Total	31.107	21.769	19.844
Ativo circulante	29.716	20.276	10.836
Ativo não circulante	1.391	1.493	9.008

7. PARTES RELACIONADAS

a) Empresas controladas:

	Controladora		
	31/03/2020	31/03/2019 (Reapresentado)	31/03/2018 (Reapresentado)
Ativo:			
CNA (i)	204	278	100
AF (i)	322	33	52
Da Ilha (i)	-	20	47
Outros	1	1	-
Total	527	332	199
Passivo:			
Da Ilha (i)	57	-	-
Resultado:			
Despesas			
Departamento Financeiro	549	646	708
Contábil/ Fiscal	1.119	1.258	1.074
RH	480	379	409
Marketing	144	183	200
Telemarketing	519	982	-
TI	684	705	650
Diretoria & Administrativo	1.519	1.076	724
Logística	97	-	-
Total de despesas gerais e administrativas	5.111	5.229	3.765
Rateio			
Companhia Nacional de Álcool	3.420	3.374	2.469
Álcool Ferreira S/A	1.231	1.072	705
Da Ilha Comercio de Álcool Ltda	373	465	239
Outras Empresas	87	318	352
Total	5.111	5.229	3.765

(i) Os valores referem-se a rateio dos serviços administrativos prestados pela controladora para as controladas. O saldo do passivo refere-se à serviços prestados pela controlada Da Ilha para a controladora.

b) Outras Empresas Relacionadas (Grou Empreendimentos Ltda. – empresa controlada pelo Zulu Corp Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia)

	Consolidado		
	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2018
Ativos:			
Outros ativos circulantes	2.894	3.858	4.180
Outros ativos não circulantes	-	2.894	6.431
Ativo por direito de uso	12.611	-	-
Passivos			
Arrendamento mercantil a pagar	10.270	-	-

	Consolidado		
	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2018
Resultado:			
Despesas de locação – custos de vendas	-	5.294	5.216
Amortização direito de uso	2.259	-	-
Juros sobre arrendamento	868	-	-

A Companhia possui um contrato com a parte relacionada Grou Empreendimentos Ltda. para aluguel de determinadas instalações. O referido contrato foi assinado em 26 de outubro de 2015, com aditivo assinado em 18 de novembro de 2015, e término previsto para 26 de outubro de 2025. O contrato prevê, correntemente, pagamentos mensais no valor de (i) R$456 mil até 26 de dezembro de 2020 e (ii) R$134 mil até 26 de outubro de 2025. A parcela de R$134 mil terá reajustes anuais com base no IGPM-FGV.

Remuneração e benefícios da Administração

A remuneração dos administradores da Companhia é fixada pelos acionistas e está de acordo com seu estatuto social. Dessa forma, os acionistas deliberaram o montante de R$4.330 em 31 de março de 2020 (R$3.633 em 31 de março de 2019 e R$5.444 em 31 de março de 2018). Tal montante está registrado na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

A Companhia não concede (i) benefícios pós-emprego, (ii) outros benefícios de longo prazo, (iii) benefícios de rescisão de trabalho e (iv) remuneração baseada em ações.

8. INVESTIMENTOS

	Controladora		
	31/03/2020 (Reapresentado)	31/03/2019	31/03/2018
Investimentos	117.470	44.922	37.951

O quadro a seguir apresenta um sumário das informações financeiras das controladas.

	Participação total no capital (%)		Patrimônio líquido ajustado		Lucro (prejuízo) líquido ajustado		Resultado de equivalência patrimonial		Saldo de Investimentos (**)	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Controladas										
Armazém 47 Distribuidora Ltda.	-	1	-	(435)	-	(57)	-	-	-	(4)
Da Ilha Comércio de Álcool Ltda.	0,01	0,01	-	1	-	857	-	-	-	1
Companhia Nacional de Álcool	100	100	52.705	22.424	7.223	4.217	7.223	4.217	52.705	22.424
Álcool Ferreira S.A.	100	100	30.583	22.501	4.224	3.524	4.224	3.524	30.583	22.501
Ágio (Reapresentado)							-	-	34.182	-
							11.447	7.741	117.470	44.922

(**) Líquido do passivo a descoberto

	Participação Total no Capital (%)		Patrimônio Líquido ajustado		Lucro (prejuízo) líquido ajustado		Resultado de equivalência patrimonial		Saldo de Investimentos (**)	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Controladas										
Armazém 47 Distribuidora Ltda.	1	1	(435)	(382)	(57)	41	-	(1)	(4)	(4)
Da Ilha Comércio de Álcool Ltda.	0,01	0,01	1	1	857	2.582	-	1	1	1
Companhia Nacional de Álcool	100	100	22.424	18.436	4.217	5.023	4.217	5.023	22.424	18.436
Álcool Ferreira S.A.	100	100	22.501	19.518	3.524	3.632	3.524	3.632	22.501	19.518
							7.741	8.655	44.922	37.951

(**) Líquido do passivo a descoberto

A movimentação dos investimentos é como segue:

Saldo em 31 de março de 2017	33.404
Ajustes (nota nº 2.2.a)	(3.248)
Saldo em 31 de março de 2017 (Reapresentado)	30.156
Resultado de equivalência patrimonial	8.655
Distribuição de dividendos	(862)
Aquisição Da Ilha Comércio de Álcool Ltda. (a)	1
Saldo em 31 de março de 2018	37.951
Resultado de equivalência patrimonial	7.741
Distribuição dos dividendos	(770)
Saldo em 31 de março de 2019	44.922
Resultado de equivalência patrimonial	11.447
Incorporação Hypséa (conforme notas explicativas nº 1a e nº 1c)	62.302
Distribuição de dividendos	(1.196)
Outros	(5)
Saldo em 31 de março de 2020 (Reapresentado)	117.470

(a) O valor justo dos ativos na Da Ilha na data da aquisição, conforme laudo de avaliação, podem ser assim demonstrados:

Caixa e equivalente de caixa	1.132
Contas a receber de clientes	6.908
Estoques	3.196
Outros créditos	676
Imobilizado	7.482
Ativos intangíveis	438
Carteira de clientes	8.046
Marca	4.939
Fornecedores	(3.769)
Empréstimos e financiamentos	(499)
Obrigações tributárias	(1.263)
Obrigações trabalhistas	(1.175)
Outras obrigações	(223)
Subtotal	25.888
Valor pago em caixa	36.555
Valor a pagar	5.000
Excesso de preço (parcela não alocada - Ágio)	15.667

Em 1º de agosto de 2017, a Companhia Nacional de Álcool ("CNA") adquiriu o controle societário integral da Ilha Comércio de Álcool Ltda. ("Da Ilha") que, assim como a CNA, está envolvida primariamente na industrialização, comercialização e distribuição para o varejo de produtos de higiene, limpeza e cosméticos. O Grupo MPR possui apenas 0,01% desta empresa diretamente e 100% indiretamente.

Como parte do processo de aquisição, além do valor pago em caixa, a CNA se comprometeu a pagar R$5.000, em cinco parcelas anuais vincendas a partir de 01 de agosto de 2018 e com correção baseada no IPC-A.

Um dos principais motivadores para a referida aquisição foi a potencial expansão de operações para a região Sul do país.

Da Ilha contribuiu com receitas (líquidas) no valor de R$44 milhões e R$2,6 milhões para o lucro líquido para o período entre a 1º de agosto de 2017 e 31 de março de 2018.

9. IMOBILIZADO (CONSOLIDADO)

Movimentação	Taxa %	Saldo em 31/03/2019	Adições	Baixas	Transf./ Reclas.	Saldo em 31/03/2020 (Reapresentado)
Custo:						
Instalações		1.055	1.652	(68)	572	3.211
Máquinas e equipamentos		19.778	5.120	(7.706)	(360)	16.832
Veículos		8.113	1.028	(3.037)	-	6.104
Equipamentos de informática		690	59	(77)	(41)	631
Móveis e utensílios		904	591	(33)	(455)	1.007
Benfeitorias em imóveis de 3ºs		13.767	193	(34)	(709)	13.217
Imobilizado em andamento		2.144	6.186	-	993	9.323
Outros		424	3	(3)	-	424
Total do custo		46.875	14.832	(10.958)	-	50.749

Movimentação	Taxa %	Saldo em 31/03/2019	Adições	Baixas	Transf./ Reclas.	Saldo em 31/03/2020 (Reapresentado)
Depreciação:						
Máquinas e equipamentos	10	(7.126)	(2.026)	6.003	(2)	(3.151)
Veículos	20	(5.929)	(1.251)	3.036	-	(4.144)
Equipamentos de informática	20	(564)	(42)	37	2	(567)
Móveis e utensílios	20	(414)	(78)	28	-	(464)
Instalações	10	(562)	(141)	52	(49)	(700)
Benfeitorias em imóveis de 3ºs	(*)	(1.639)	(556)	2	43	(2.150)
Outros	20	(347)	(13)	-	6	(354)
Total da depreciação		(16.581)	(4.107)	9.158	-	(11.530)
Imobilizado líquido		30.294	10.725	(1.800)	-	39.219

(*) De acordo com os prazos contratuais

Movimentação	Taxa %	Saldo em 31/03/2018	Adições	Baixas	Transf./ Reclas.	Saldo em 31/03/2019
Custo:						
Instalações		1.003	52	-	-	1.055
Máquinas e equipamentos		12.894	6.791	(62)	155	19.778
Veículos		7.923	258	(68)	-	8.113
Equipamentos de informática		625	65	-	-	690
Móveis e utensílios		812	92	-	-	904
Benfeitorias em imóveis de 3ºs		10.621	1.722	-	1.424	13.767
Imobilizado em andamento		1.385	2.457	(119)	(1.579)	2.144
Outros		374	50	-	-	424
Total do custo		35.637	11.487	(249)	-	46.875
Depreciação:						
Máquinas e equipamentos	10	(5.529)	(1.610)	13	-	(7.126)
Veículos	20	(4.791)	(1.150)	12	-	(5.929)
Equipamentos de informática	20	(525)	(39)	-	-	(564)
Móveis e utensílios	20	(345)	(69)	-	-	(414)
Instalações	10	(473)	(89)	-	-	(562)
Benfeitorias em imóveis de 3ºs	(*)	(1.179)	(460)	-	-	(1.639)
–Outros	20	(314)	(33)	-	-	(347)
Total da depreciação		(13.156)	(3.450)	25	-	(16.581)
Imobilizado líquido		22.481	8.037	(224)	-	30.294

(*) De acordo com os prazos contratuais

Movimentação	Taxa %	Saldo em 31/03/2017	Adições por aquisição de controlada	Adições	Baixas	Transf./Reclas.	Saldo em 31/03/2018
Custo							
Instalações		966	29	8	-	-	1.003
Máquinas e equipamentos		6.927	5.631	344	(8)	-	12.894
Veículos		6.361	1.786	826	(1.050)	-	7.923
Equipamentos de informática		600	15	10	-	-	625
Móveis e utensílios		557	21	234	-	-	812
Benfeitorias em imóveis de 3ºs		7.313	-	9	-	3.299	10.621
Imobilizado em andamento		2.085	-	2.599	-	(3.299)	1.385
Outros		374	-	-	-	-	374
Total do custo		25.183	7.482	4.030	(1.058)	-	35.637
Depreciação							
Máquinas e equipamentos	10	(4.473)	-	(1.058)	2	-	(5.529)
Veículos	20	(4.324)	-	(1.236)	769	-	(4.791)
Equipamentos de informática	20	(485)	-	(40)	-	-	(525)
Móveis e utensílios	10	(293)	-	(52)	-	-	(345)
Instalações	10	(382)	-	(91)	-	-	(473)
Benfeitorias em imóveis de 3ºs	(*)	(832)	-	(347)	-	-	(1.179)
Outros	20	(276)	-	(38)	-	-	(314)
Total da depreciação		(11.065)	-	(2.862)	771	-	(13.156)
Imobilizado líquido		14.118	7.482	1.168	(287)	-	22.481

(*) De acordo com os prazos contratuais

Nas datas dos balanços aqui apresentados não havia indicativos de perda por recuperabilidade.

10. ATIVO POR DIREITO DE USO (CONSOLIDADO)

	Consolidado				
	31/03/2020			31/03/2019	31/03/2018
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	Líquido
Contrato de aluguel	27.994	(4.749)	23.245	-	-

	Consolidado		
	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2018
Saldo em 1º de abril de 2019:			
Contrato de aluguel	27.994	-	-
Depreciações	(4.749)	-	-
Saldo no fim do exercício	23.245	-	-

11. INTANGÍVEL (CONSOLIDADO)

Movimentação	Taxa anual (%) amortização	Saldo em 31/03/2019	Adições	Baixas	Saldo em 31/03/2020 (Reapresentado)
Custo:					
Mais valia carteira de clientes	-	8.046	24.105	-	32.151
Mais valia Marcas	9,6	4.939	3.551	-	8.490
Mais valia de acordo de não competição	10,6	331	-	-	331
Ágio "goodwill"	-	15.667	34.182	-	49.849
Marcas, Direitos e patentes		8.409	101	-	8.510
Outros	-	108	-	-	108
Total dos custos		37.500	61.939	-	99.439
(-)Amortização:					
Mais valia carteira de clientes		(1.287)	(2.227)	-	(3.514)
Mais valia de acordo de não competição		(59)	(35)	-	(94)
Outros		(108)	-	-	(108)
Marcas, Direitos e patentes		(9)	-	-	(9)
Total da amortização		(1.463)	(2.262)	-	(3.725)
Total líquido		36.037	59.677	-	95.714

Movimentação	Taxa anual (%) amortização	Saldo em 31/03/2018	Adições	Baixas	Saldo em 31/03/2019
Custo:					
Mais valia carteira de clientes	-	8.046	-	-	8.046
Mais valia Marcas	9,6	4.939	-	-	4.939
Mais valia de acordo de não competição	10,6	331	-	-	331
Ágio goodwill	-	15.667	-	-	15.667
Marcas, Direitos e patentes		8.409	-	-	8.409
Outros	-	108	-	-	108
Total dos custos		37.500	-	-	37.500
(-)Amortização:					
Mais valia carteira de clientes		(515)	(781)	-	(1.296)
Mais valia de acordo de não competição		(23)	(36)	-	(59)
Outros		(108)	-	-	(108)
Total da depreciação		(646)	(817)	-	(1.463)
Total líquido		36.854	(817)	-	36.037

Movimentação	Taxa anual (%) amortização	Saldo em 31/03/2017	Adições	Baixas	Saldo em 31/03/2018
Custo:					
Mais valia carteira de clientes	-	-	8.046	-	8.046
Mais valia Marcas	9,6	-	4.939	-	4.939
Mais valia de acordo de não competição	10,6	-	331	-	331
Mais Valia de estoques	-	-	108	-	108
Ágio goodwill	-	-	15.667	-	15.667
Marcas, Direitos e patentes		8.409	-	-	8.409
Outros	-	-	108	-	108
Total dos custos		8.409	29.091	-	37.500
(-)Amortização					
Mais valia carteira de clientes		-	(524)	-	(524)
Mais valia de acordo de não competição		-	(23)	-	(23)
Outros		-	(108)	-	(108)
Total da amortização		-	(655)	-	(655)
Total líquido		8.409	28.436	-	36.845

(*) Marcas principalmente contabilizadas a valor justo fruto dos processos de combinação de negócios havidos no passado. Tais marcas referem-se substancialmente aos catálogos de produtos de higiene e limpeza (como por exemplo as marcas Cooperalcool, Zulu, Da Ilha, dentre outras).

Os ativos intangíveis com vidas úteis indefinidas são submetidos anualmente a testes de redução ao valor recuperável ou, com maior frequência, quando houver indicação de que poderá apresentar indicação de redução ao valor recuperável.

Intangíveis com vidas úteis indefinidas

O valor recuperável dos intangíveis com vidas úteis indefinidas é determinado com base no cálculo do valor em uso, utilizando as projeções dos fluxos de caixa consolidadas do Grupo com base em orçamento financeiro de cinco anos aprovado pela Administração e a taxa de desconto nominal com intervalos compreendidos entre 12,1% e 13,5% ao ano (2019: 13,5% e 14,3% ao ano e 2018: 14,3% e 17,20% ao ano). As projeções dos fluxos de caixa para os períodos orçados baseiam-se nas mesmas margens brutas esperadas para o período e na inflação do preço da matéria-prima para o período. Os fluxos de caixa posteriores ao período de cinco anos foram extrapolados a uma taxa de crescimento anual constante de 4% e 6,25 % ao ano (2019: entre 6,25% e 7,50% ao ano e 2018: entre 6% e 7,5%) que correspondem às nossas expectativas acerca dos possíveis cenários das taxa nominais médias de crescimento a longo prazo nas datas de nossos respectivos testes.

12. FORNECEDORES (CONSOLIDADO)

	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2018
Fornecedores de matéria-prima	39.859	31.169	29.932
Fornecedores de embalagens	18.022	9.230	7.844
Outros	1.586	1.051	1.044
Total	59.467	41.450	38.820

13. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDÊNCIÁRIAS (CONTROLADORA)

	Controladora		
	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2018
Salários e benefícios a pagar	-	9	6
Encargos sociais	190	99	68
Provisões de férias e 13º	383	347	238
	573	455	312

	Consolidado		
	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2018
Salários e benefícios a pagar	205	260	217
Encargos sociais	518	570	594
Provisões de férias e 13º	2.274	2.373	2.346
	2.997	3.203	3.157

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (CONSOLIDADO)

	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2018
Passivo circulante			
Empréstimos bancários garantidos	25.402	37.482	27.043
Total passivo circulante	25.402	37.482	27.043
Passivo não circulante			
Empréstimos bancários garantidos	76.235	36.521	64.353
Total passivo não circulante	76.235	36.521	64.353
Total	101.637	74.003	91.396

Movimentação dos empréstimos e financiamentos (consolidado)

Saldo em 31 de março de 2017	59.703
Adição por aquisição de controlada	499
Juros incorridos	8.170
Captações	68.644
Pagamento de juros	(8.170)
Amortização de principal	(37.450)
Saldo em 31 de março de 2018	91.396
Variação cambial passiva	858
Juros incorridos	7.638
Amortização de principal	(26.973)
Pagamento de juros	(8.587)
Capitações	9.671
Saldo em 31 de março de 2019	74.003
Variação cambial passiva	6.302
Juros incorridos	7.047
Amortização de principal	(69.191)
Pagamento de juros	(7.058)
Capitações	90.534
Saldo em 31 de março de 2020	101.637

Garantias

Os empréstimos bancários mantidos pelas controladas estão garantidos por:

	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2018
Companhia:			
Percentual de 10% a 30% da carteira de recebíveis dados em garantia	4.678	2.773	7.891
Terreno na cidade de Cordeirópolis - Grou Empreendimentos Ltda. (**)	-	10.963	11.300
Nota Promissória em U$ (PPE Bradesco) (*)	13.517	-	-
Imóvel na cidade de Piracicaba - Grou Empreendimentos Ltda. (**)	-	19.500	20.000
Total em	18.195	33.236	39.191

(*) Valor é fixado em dólar US$2.600 mil, foi convertido pela taxa do dólar em 31 de março de 2020, divulgado pelo Banco Central do Brasil (https://www4.bcb.gov.br) as notas promissórias só serão exercida em caso de inadimplência.

(**) Empréstimos e garantias que não estavam mais em aberto no exercício social findo em 31 de março de 2020. Imóvel dado em garanti pertencia a parte relacionada.

Avais e fianças

As empresas do Grupo MPR S.A. são os avalistas dos empréstimos existentes de suas coligadas ou controladas.

"Covenants"

Companhia Nacional de Álcool ("CNA")

Em 15 de agosto de 2019, a CNA emitiu 60.000 novas debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, a ser convolada em garantia real, com garantia adicional fidejussória, em duas séries, para colocação privada da Companhia, todas com valor nominal unitário de R$1.000. As debêntures foram usadas como lastro para a emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócios (CRAs) da True Securitizadora. 30% das ações do Grupo MPR Participações S.A. foram alienadas fiduciariamente para garantir a nova dívida, além de aval das empresas Álcool Ferreira S.A. e Da Ilha Comércio de Álcool Ltda. A operação conta com "covenant" financeiro que, para o exercício findo em 31 de março de 2020, é que a medição do índice financeiro obtido pela divisão Dívida Líquida / EBITDA menor ou igual a 2,25x.

O contrato não prevê medição do índice em períodos intermediárias, apenas no encerramento do exercício social anual.

A Companhia e suas controladas vêm atendendo aos indicadores financeiros e demais exigências contratuais.

Álcool Ferreira S.A.("AF")

Em 16 de maio de 2019, a AF firmou contrato PPE com banco Bradesco, no valor de US$2.600 mil, com garantia de nota promissória além de aval de Grupo MPR Participações S.A., Cia Nacional de Álcool e Da Ilha Comércio de Álcool Ltda.

Em 30 de outubro de 2019 firmou contrato PPE com o banco Santander, no valor de US$3.000 com garantia 30% duplicatas sobre o principal além de aval de Grupo MPR Participações S.A, Cia Nacional de Álcool e Da Ilha Comércio de Álcool Ltda,. bem como o estabelecimento de "covenant" financeiro. Nesse caso, a razão entre Dívida Financeira Líquida e EBITDA deve ser menor ou igual a 2,5x.

O contrato não prevê medição do índice em períodos intermediárias, apenas no encerramento do exercício social anual.

Os contratos de debêntures com a True incluem cláusulas que a sujeitam a condições restritivas, sejam de distribuição de dividendos, juros sobre capital próprio, manutenção de índices financeiros mínimos ou máximos, acima do mínimo obrigatório, sempre que a companhia estiver em descumprimento com qualquer obrigação pecuniária prevista na escritura de emissão das debêntures. Os contratos de debêntures com a True, PPE - Pré-pagamento de exportação com Bradesco e Santander e ACC – adiantamento de contrato de câmbio com o Itaú preveem como hipótese de vencimento antecipado eventuais mudanças ou transferência do acionário da Companhia, bem como sua incorporação, fusão ou cisão. A Companhia cumpre com as disposições previstas nos contratos financeiros celebrados.

A Companhia e suas controladas vêm atendendo aos indicadores financeiros e demais exigências contratuais.

Termos e cronograma de amortização da dívida

Os termos e as condições dos empréstimos em aberto foram os seguintes:

a) Cronograma de vencimento em 31 de março de 2020:

	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Total
Empréstimos e financiamentos	25.295	55.064	21.170	101.529

b) Demais termos:

31/03/2020

		Vencimentos									
		2024		2023		2022		2021		2020	
Instituição financeira	Modalidade	Face	Saldo	Face	Saldo	Face	Saldo	Face	Saldo	Face	Saldo
True Securitizadora	DEBENTURES	13.424	1.790	13.424	5.370	13.424	8.949	13.424	12.529	13.424	13.535
Banco Santander	CCB	-	-	-	-	-	-	-	-	12.000	12.029
True Securitizadora	DEBENTURES	46.576	6.210	46.576	18.630	46.576	31.051	46.576	43.471	46.576	46.975
Banco Volkswagen	FINAME	-	-	-	-	-	-	-	-	62	26
Banco Volkswagen	FINAME	-	-	-	-	-	-	-	-	144	81
Banco Bradesco	PPE (*)	-	-	-	-	10.408	867	10.408	6.071	10.408	13.517
Banco Santander	PPE (*)	-	-	-	-	11.856	3.458	11.856	8.892	11.856	15.474
Total		60.000	8.000	60.000	24.000	82.264	44.325	82.264	70.963	94.470	101.637

2020

Banco/Instituição	Contrato	Vencto.	Face	Saldos em aberto	Taxa	Índice	% de garantias de duplicatas
True Securitizadora	DEBENTURES	2024	13.424	13.535	2,2% a.a.	Taxa D.I	-
True Securitizadora	DEBENTURES	2024	46.576	46.975	2,39% a.a.	Taxa D.I	-
Santander	CCB	2020	12.000	12.029	2,47128% a.a.	Taxa D.I	-
Banco Volkswagen	FINAME	2020	62	26	18,28% a.a.	-	-
Banco Bradesco	PPE (*)	2022	10.408	13.517	5,66% a.a.	$U	-
Banco Santander	PPE (*)	2022	11.856	15.474	4,81% a.a.	$U	30
Banco Volkswagen	FINAME	2020	144	81	9,50% a.a.	-	-
Total			94.470	101.637			

(*) Pré-pagamento de exportação

31/03/2019

		Vencimentos					
		2021		2020		2019	
Instituição financeira	Modalidade	Face	Saldo	Face	Saldo	Face	Saldo
Banco Itaú	Debêntures	-	-	25.050	7.368	25.050	11.890
Banco Santander	Debêntures	-	-	17.034	5.010	17.034	8.085
Banco do Brasil	Capital de giro	-	-	16.333	3.843	16.333	7.752
CIBRASEC	Debêntures	42.000	12.923	42.000	25.846	42.000	36.128
Banco Itaú	FINAME	392	26	392	131	392	212
Banco Volkswagen	FINAME	-	-	62	3	62	12
Banco Volkswagen	FINAME	-	-	144	8	144	30
Banco Santander	Adiantamento sobre Contrato de Câmbio – ACC	-	-	-	-	9.894	9.894
Total		42.392	12.949	101.015	42.209	110.909	74.003

2019

Banco/Instituição	Contrato	Vencto.	Face	Saldos em aberto	Taxa	Índice	% de garantias de Duplicatas
Banco do Brasil	332002278	2020	11.967	5.680	3,70% a.a.	Taxa D.I.	10
Banco do Brasil	332002705	2020	4.366	2.072	3,70% a.a.	Taxa D.I.	10
Santander	Debêntures	2020	17.034	8.085	3,70% a.a.	Taxa D.I.	10
Itaú	Debêntures	2020	25.050	11.890	3,70% a.a.	Taxa D.I.	10
CIBRASEC	Debêntures	2021	42.000	36.128	3,50% a.a.	Taxa D.I.	-
Banco Itaú	FINAME	2021	392	212	9,5% a.a.		-
Banco Volkswagen	FINAME	2020	62	12	18,28% a.a.		-
Banco Volkswagen	FINAME	2020	144	30	9,50% a.a.		-
Banco Santander	Adiantamento sobre Contrato de Câmbio - ACC	2019	9.894	9.894	4,76% a.a.		
Total			110.909	74.003			

		31/03/2018							
		Vencimentos							
		2021		2020		2019		2018	
Instituição financeira	Modalidade	Face	Saldo	Face	Saldo	Face	Saldo	Face	Saldo
Banco Itaú	Debêntures	-	-	25.050	7.368	25.050	13.261	25.050	17.809
Banco Santander	Debêntures	-	-	17.034	5.010	17.034	9.018	17.034	12.110
Banco do Brasil	Capital de giro	-	-	16.333	3.843	16.333	7.686	16.333	11.635
CIBRASEC	Debêntures	42.000	12.923	42.000	25.846	42.000	38.769	42.000	42.699
Banco Itaú	FINAME	392	26	392	131	392	235	392	316
Banco Volkswagen	FINAME	-	-	62	3	62	15	62	25
Banco Volkswagen	FINAME	-	-	144	8	144	37	144	59
Banco Santander (*)	Adiantamento sobre Contrato de Câmbio – ACC	-	-	-	-	-	6743	6743	6743
Total		42.392	12.949	101.015	42.209	101.015	75.764	107.758	91.396

	2018						
Banco/Instituição	Contrato	Vencto.	Face	Saldos em aberto	Taxa	Índice	% de garantias de duplicatas
Banco do Brasil	332002278	2020	11.967	8.525	3,70% a.a.	taxa D.I.	10
Banco do Brasil	332002705	2020	4.366	3.110	3,70% a.a.	taxa D.I.	10
Santander	Debêntures	2020	17.034	12.110	3,70% a.a.	taxa D.I.	10
Itaú	Debêntures	2020	25.050	17.809	3,70% a.a.	taxa D.I.	10
CIBRASEC	Debêntures	2021	42.000	42.699	3,50% a.a.	taxa D.I.	10
Banco Itaú	FINAME	2021	392	316	9,5% a.a.		-
Banco Volkswagen	FINAME	2020	205	25	18,28%a.a		-
Banco Volkswagen	FINAME	2020	144	59	9,50% a.a.		-
Banco Santander (*)	Adiantamento sobre Contrato de Câmbio – ACC	2019	6743	6743	5,12% a.a.		
Total			107.901	91.396			

(*) Em 17 janeiro de 2018, a Companhia captou um empréstimo de curto prazo via um Adiantamento sobre Contrato de Câmbio – ACC no valor de US$2 milhões, conforme detalhado no quadro acima

15. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Consolidado		
	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2018
Aluguel a pagar	184	245	228
Fretes e carretos a pagar	832	635	586
Materiais de consumo a pagar	3.832	905	423
Serviços de terceiros pessoa jurídica a pagar	1.366	768	318
Adiantamentos de clientes	3.790	150	335
Industrialização de terceiros	1.018	-	-
Contas a pagar por aquisição de controlada (nota nº 8.a)	3.298	4.268	4.523
Consócios e taxas a pagar	93	216	313
Outros	345	124	327
Total	14.758	7.311	7.053
Passivo circulante	12.559	3.672	2.978
Passivo não circulante	2.199	3.639	4.075

16. PASSIVO POR ARRENDAMENTO

	Consolidado		
	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2018
Saldo na adoção inicial em 1º de abril de 2019	27.994		
Pagamentos	(8.081)	-	-
Juros apropriados	1.411	-	-
Saldo no fim do exercício	21.324	-	-
Passivo circulante	4.673	-	-
Passivo não circulante	16.651	-	-
	21.324	-	-

O cronograma de pagamentos dos contratos de arrendamento atualmente vigentes, ser pode assim resumido:

	Consolidado 31/03/2020
Valores a pagar dos arrendamentos:	
Em até 1 ano	7.669
De 2 a 3 anos	4.824
De 3 a 4 anos	4.509
De 4 a 5 anos	3.894
Mais de 5 anos	3.251
	24.147
Menos: juros a apropriar	(2.823)
Saldo líquido classificado como:	
Passivo circulante	4.673
Passivo não circulante	16.651
	21.324

Outras informações:

Na adoção inicial, a Companhia estimou os fluxos de caixa futuros como base em um fluxo nominal, respeitando as cláusulas previstas em seus contratos de arrendamento, bem como considerou taxa de desconto com base nas taxas nominais incrementais de empréstimos vigentes na data de adoção, para ativos similares. A tabela a seguir evidencia as taxas praticadas, vis-à-vis os prazos dos contratos:

Controlada	Prazos	Taxa %a.a.
CNA	Vencimentos entre Jan/21 – Jun/23	7,00%
Da Ilha	Vencimentos entre Fev/23 – Dez/25	7,00%
Álcool Ferreira	Vencimentos entre Ago/21-Abr/24	4,78%

Os contratos de arrendamentos da Companhia são substancialmente representados por aluguéis de imóveis e não possuem parcelas futuras variáveis ou garantias de valor residual. A Companhia não possui, na data destas demonstrações financeiras, arrendamentos ainda não iniciados e com os quais esteja comprometida.

Na data de apresentação destas demonstrações financeiras, não houve adição de novos contratos, tampouco efeitos de remensuração dos passivos a divulgar.

17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado

A conciliação do imposto de renda e da contribuição social, calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, com os seus valores correspondentes na demonstração do resultado, nos exercícios findos em 31 de março de 2020, de 2019 e de 2018, está apresentada como segue:

	Controladora		
	31/03/2020 (Reapresentado)	31/03/2019	31/03/2018
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	11.447	7.741	8.655
Alíquota nominal	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal	(3.892)	(2.632)	(2.943)
Diferenças permanentes			
Resultado de equivalência patrimonial	3.892	2.632	2.943
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-
Corrente	-	-	-
Diferido	-	-	-

	Consolidado		
	31/03/2020 (Reapresentado)	31/03/2019	31/03/2018
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	16.685	11.419	14.042
Alíquota nominal	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal	(5.672)	(3.882)	(4.774)
Diferenças permanentes			
Compensação de prejuízos fiscais	-	-	168
Outros	434	204	(781)
Imposto de renda e contribuição social	(5.238)	(3.678)	(5.387)
Corrente	(6.443)	(3.565)	(5.405)
Diferido	1.205	(113)	18
Taxa efetiva	29,3%	32,2%	38,3%

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Consolidado		
	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2018
Impostos diferidos ativos	1.483	311	311
Impostos diferidos passivos	-	112	154

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados quando há um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os ativos e passivos fiscais diferidos se relacionam com os impostos incidentes pela mesma autoridade tributável onde há intenção de liquidar os ativos e passivos fiscais correntes em uma base líquida

Em 31 de março de 2020, a Companhia possuía no consolidado um saldo de imposto de renda e contribuição social diferido ativo no montante de R$1.483, oriundo substancialmente de diferenças temporárias que serão realizadas de maneira linear em até 05 (cinco) anos. O cronograma estimado pela administração para a realização deste saldo, é de aproximadamente R$297 mil ao ano. Não há saldo de prejuízos fiscais ou base negativa de contribuição social.

18. PROVISÃO PARA RISCOS (CONSOLIDADO)

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista em andamento, os quais envolvem responsabilidades contingentes. Os processos estão em fase de defesa administrativa ou em trâmite na esfera judicial. Com base na opinião dos seus assessores jurídicos, a Administração entende que, para 31 de março de 2020, existem processos com risco de perda classificados como possível, cujo montante é de R$17.780 (R$15.213 em 31 de março de 2019 e R$20.690 em 31 de março de 2018).

De acordo com a legislação fiscal vigente, os registros contábeis e fiscais do imposto de renda e da contribuição social dos últimos cinco exercícios encontram-se abertos para eventual fiscalização por parte das autoridades fiscais. Outros impostos e contribuições sociais permanecem sujeitos à revisão e aprovação pelos órgãos competentes por períodos variáveis de tempo.

A provisão para fazer face a eventuais perdas prováveis que possam advir de desfechos desfavoráveis está demonstra abaixo:

	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2018
Provisão para riscos	252	137	137

Disputas não provisionadas:

	Consolidado		
	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2018
Tributária	16.992	13.273	11.964
Trabalhista	718	932	1.206
Cível	70	1.008	7.520
Saldo no fim do exercício	17.780	15.213	20.690

Principais disputas tributárias

A. R$4.280 mil – quatro autuações fiscais da Secretaria de Receita Federal do Brasil por supostas compensações indevidas de créditos de PIS/COFINS.

B. R$9.806 mil refere-se à auto de infração no Estado de São Paulo onde a autoridade fiscal alega incidência de ICMS em vendas onde questionam a realização da exportação.

C. R$1.351 mil – auto de infração por suposto descumprimento de entrega de obrigações assessórias de ICMS no período compreendido entre janeiro de 2014 e março de 2018.

D. R$1.479 mil – auto de infração relacionado à multa isolada decorrente de compensação não homologada de créditos de PIS e COFINS.

Principais disputas trabalhistas

A. Referem-se principalmente à 17 (dezessete) disputas pleiteando verbas trabalhistas diversas.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de março de 2020, o capital social subscrito e totalmente integralizado da Companhia de R$60.000 (R$30.100 em 31 de março de 2019 e de 2018) está representado por 99.210.206 ações ordinárias sem valor nominal. A distribuição das ações está assim representada:

Acionista	Quantidade de ações	%
Vocatus Participações S.A.	54.565.613	55,00
Zulu Corp Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	44.644.593	45,00
	-	-
Total	99.210.206	100,00

Em 31 de dezembro de 2019, aumento do capital social da Companhia no valor de R$29.900, passando este de R$30.100 para R$60.000, mediante a emissão de 29.900.261 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço total de emissão no valor de R$62.301, sendo R$29.900 destinados à formação do capital social da Companhia e o saldo no montante de R$32.401, será destinado à conta de reserva de capital

a) Ações ordinárias

Todas as ações têm os mesmos direitos com relação aos ativos líquidos residuais da Companhia.

Os detentores de ações têm o direito ao recebimento de dividendos conforme definido no estatuto social da Companhia. As ações dão direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia.

Natureza e propósito das reservas

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 10% do resultado do exercício, ajustado na forma da lei. Os dividendos destacados do patrimônio líquido referem-se ao resultado do exercício, pagos no exercício seguinte.

Reserva de reavaliação

Na controlada Companhia Nacional de Álcool foram revertidos da reserva de reavaliação do patrimônio líquido para o lucro acumulado o valor de R$118 referente a depreciação dos bens reavaliados ocorridos no período de 1º de abril de 2019 a 31 de março de 2020, e sobre este valor foi revertido da conta de provisão de IRPJ e CSLL diferido do passivo o valor de R$(40), totalizando a reserva de reavaliação de R$78.

c) Destinação do lucro do exercício

Patrimônio líquido	31/03/2020 (Reapresentado)	31/03/2019	31/03/2018
Lucro líquido do exercício	11.447	7.741	8.655
Constituição de reserva legal (5%)	(572)	(387)	(433)
Dividendos pagos	-	(150)	-
Proposta de dividendos do exercício (*)	(1.088)	(774)	(865)
Realização de reserva de reavaliação	78	80	93
Reserva de lucros	9.865	6.510	7.450

(*) Dividendos por ação 2020 R$0,011, 2019 R$0,011 e 2018 R$0,012

Além da destinação de dividendo mínimo obrigatório, a Administração decidiu destinar o restante dos lucros auferidos no exercício juntamente com a reserva de lucros retidos em anos anteriores para conta de dividendos adicionais propostos no montante de R$23.381.

20. LUCRO POR AÇÃO

O cálculo básico de lucro por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício.

Em 2020 e 2019, não houve transações envolvendo ações que pudessem acarretar a diluição das ações. Dessa forma, não há diferença entre o lucro básico e o diluído.

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e ações utilizadas no cálculo dos lucros básico e diluído.

	2020 (Reapresentado)	2019	2018
Lucro Líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia	11.447	7.741	8.655
Denominador (em ações):			
Média ponderada do número de ações	76.764.531	69.309.945	69.309.945
Resultado básico e diluído por ação - R$	0,15	0,11	0,12

21. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS (CONSOLIDADO)

	31/03/2020 (Reapresentado)	31/03/2019	31/03/2018
Receita bruta – manufatura	403.182	378.577	332.374
Receita bruta – revenda	24.178	26.188	39.477
Receita bruta - serviços	-	-	1.108
Impostos sobre vendas	(95.006)	(100.143)	(95.391)
Devoluções e abatimentos	(5.041)	(4.324)	(2.085)
Receita operacional líquida	327.313	300.298	275.483

22. CUSTO DAS VENDAS (CONSOLIDADO)

A seguir a abertura dos custos das vendas conforme demonstração do resultado:

	31/03/2020 (Reapresentado)	31/03/2019 (Reapresentado)	31/03/2018 (Reapresentado)
Matéria-prima	(192.575)	(173.087)	(163.023)
Mão de obra	(12.296)	(9.981)	(9.829)
Aluguéis	-	(7.615)	(6.791)
Depreciação	(1.768)	(1.610)	(1.058)
Amortização direito de uso	(3.531)	-	-
Demais custos	(5.825)	(5.992)	(5.444)
Total	(215.995)	(198.285)	(186.145)

23. DESPESAS POR NATUREZA (CONSOLIDADO)

	31/03/2020 (Reapresentado)	31/03/2019 (Reapresentado)	31/03/2018 (Reapresentado)
Descontos comerciais concedidos	(14.056)	(14.496)	(12.588)
Benefícios	(757)	(590)	(698)
Comissões e representações comerciais	(2.054)	(2.879)	(2.809)
Despesas com exportação/importação	(1.441)	(372)	(134)
Despesas com logística	(26.811)	(25.642)	(14.877)
Despesas comerciais variáveis	(4.165)	(4.201)	(4.058)
Despesas de marketing	(1.197)	(2.575)	(1.417)
Encargos sociais	(2.225)	(1.495)	(1.176)
Outros gastos com pessoal	(1.149)	(4.082)	(4.473)
Premiações	(15)	(217)	(186)
Remunerações	(4.758)	(3.603)	(2.644)
Despesas com vendas	(58.628)	(60.152)	(45.060)

	31/03/2020 (Reapresentado)	31/03/2019 (Reapresentado)	31/03/2018 (Reapresentado)
Despesas administrativas	(5.111)	(5.229)	(3.765)
Despesas com aluguéis	(440)	(1.344)	(727)
Despesas com depreciação e amortização	(4.601)	(2.657)	(2.459)
Amortização do direito de uso	(1.218)	-	-
Despesas com informática e telecomunicações	(1.240)	(712)	(621)
Despesas com manutenção, segurança e higiene	(1.332)	(1.239)	(1.177)
Despesas com multas	(49)	(107)	(535)
Despesas com pessoal	(8.891)	(6.956)	(7.878)
Despesas com serviços prestados por terceiros	(2.141)	(1.699)	(2.263)
Despesas com utilidades	(339)	(228)	(159)
Despesas legais e judiciais	(500)	(671)	(107)
Despesas tributárias	(1.009)	(666)	(603)
Outras	(1.243)	(1.142)	(1.084)
Despesas gerais e administrativas	(28.114)	(22.650)	(21.378)
Recuperação de créditos tributários (*)	3.963	1.285	-
Recuperação (perda) de créditos com terceiros	1.675	-	(1.594)
Outros	393	232	895
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	6.031	1.517	(699)

(*) Substancialmente representado por créditos oriundos de processo de reembolso e compensação de PIS e COFINS pagos a maior em exercícios anteriores.

24. RESULTADO FINANCEIRO (CONSOLIDADO)

	31/03/2020 (Reapresentado)	31/03/2019 (Reapresentado)	31/03/2018 (Reapresentado)
Receitas financeiras:			
Descontos obtidos	121	78	77
Juros recebidos	69	44	53
Outras receitas financeiras	1.060	173	1.129
Receita com juros de Selic	538	17	1
Rendimentos de aplicações financeiras	1.060	1.290	1.887
Variação cambial ativa (*)	3.256	3.060	237
	6.104	4.662	3.384
Despesas financeiras:			
Apropriação de atualização monetária	(104)	(129)	-
Comissão de despesas bancárias	(21)	(103)	(341)
Taxas financeiras	(1.389)	(1.416)	(1.799)
Descontos financeiros concedidos	-	(247)	(183)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(133)	(116)	(215)
Juros de arrendamento	(1.411)	-	-
Juros sobre financiamentos	(7.047)	(7.638)	(8.170)
Seguro garantia	(71)	(95)	(67)
Tarifas bancárias	(250)	(194)	(164)
Variação cambial passiva (*)	(9.600)	(4.033)	(604)
	-		
	(20.026)	(13.971)	(11.543)
Resultado financeiro líquido	(13.922)	(9.309)	(8.159)

(*) Substancialmente representada pelas oscilações cambiais incidentes sobre os empréstimos e financiamentos e contas a receber em moeda estrangeira.

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Gerenciamento dos riscos financeiros

(i) Visão geral

A Companhia está exposta aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito.
- Risco de liquidez.
- Risco de mercado.
- Risco de câmbio

Esta nota explicativa apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos mencionados, os objetivos da Companhia, as políticas e os processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital.

(ii) Estrutura de gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas de monitoramento são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de treinamento e procedimentos de gestão, busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Risco de crédito

É o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes da falha de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro em cumprir suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros conforme apresentado a seguir.

Contas a receber e outros recebíveis

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração considera a distribuição geográfica dos clientes em sua avaliação, incluindo o risco de não pagamento da indústria e do país no qual o cliente opera, uma vez que esses fatores podem ter impacto no risco de crédito.

Na política de crédito, novos clientes são analisados individualmente quanto à sua condição financeira antes de sua proposta de limite de crédito e os termos de pagamento serem apresentados. A revisão efetuada inclui "ratings" externos, quando disponíveis, e referências bancárias.

Os limites de crédito são estabelecidos para cada cliente e representam o montante máximo de exposição. Esses limites são revistos trimestralmente. Os clientes que não atenderem às condições de crédito estabelecidas apenas serão atendidos à medida que realizarem a antecipação do pagamento.

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia detinha no consolidado caixa e equivalentes de caixa de R$30.490 em 31 de março de 2020 (R$12.851 em 31 de março de 2019 e R$25.254 em 31 de março de 2018), que representam sua máxima exposição de crédito sobre aqueles ativos.

Risco de liquidez

É o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A administração do risco de liquidez consiste em garantir, o máximo possível, que a Companhia sempre tenha liquidez suficiente para cumprir suas obrigações no vencimento, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar sua reputação (vide composição da dívida na nota explicativa 14).

A Companhia utiliza o custeio baseado em atividades para precificar seus produtos e serviços, o que auxilia no monitoramento de exigências de fluxo de caixa e na otimização de seu retorno de caixa em investimentos. A Companhia busca manter o nível de caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos altamente negociáveis a um montante em excesso às saídas de caixa sobre instrumentos financeiros (outros além de contas a pagar com fornecedores) para os próximos 60 dias.

A tabela abaixo apresenta o cronograma de pagamento dos principais instrumentos financeiros passivos:

Operação	Até 1 ano	Até 2 anos	Até 3 anos	Até 4 anos	Até 5 anos	Após 5 anos	Total
Fornecedores	59.467	-	-	-	-	-	59.467
Empréstimos e financiamentos	25.402	32.851	22.213	14.756	6.415	-	101.637
Arrendamentos a pagar	7.669	4.824	4.509	3.894	3.251	-	24.147

(*) não inclui juros a apropriar – vide nota explicativa nº 17.

Risco de mercado

É o risco que as alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de taxa de juros e câmbio

A Companhia e suas controladas apresentam abaixo as informações suplementares sobre seus instrumentos financeiros que são requeridas pelas normas contábeis vigentes.

Na elaboração dessa análise de sensibilidade, a Companhia adotou as seguintes premissas:

- Definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia, e que é referenciado por fonte externa independente (Cenário I).
- Definição de dois cenários adicionais com deteriorações de, pelo menos, 25% e 50% na variável de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente).
- Apresentação do impacto dos cenários definidos no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia e suas controladas.

Os saldos apresentados nos quadros a seguir contemplam os valores consolidados em 31 de março de 2020:

Variação positiva	Risco	Cenário I (Provável)	Cenário II (Variação 25%)	Cenário III (Variação 50%)
Transação				
Financiamentos em CDI	72.539	3,00%	2,25%	1,50%
Despesa Financeira		**(2.176)**	**(1.632)**	**(1.088)**
Financiamentos em Dólar (*)	28.991	-4,00%	-5,00%	-6,00%
Receita Financeira		**1.160**	**1.450**	**1.739**
Aplicação Financeira em CDI	29.347	3,00%	3,75%	4,50%
Receita Financeira		**880**	**1.101**	**1.321**
Contas a receber (*)	4.179	-4,00%	-3,00%	-2,00%
Despesa Financeira		**(167)**	**(125)**	**(84)**

Variação Negativa	Risco	Cenário I (Provável)	Cenário II (Variação 25%)	Cenário III (Variação 50%)
Transação				
Financiamentos em CDI	72.539	3,00%	3,75%	4,50%
Despesa Financeira		**(2.176)**	**(2.720)**	**(3.264)**
Financiamentos em Dólar (*)	28.991	-4,00%	-3,00%	-2,00%
Receita Financeira		**1.160**	**870**	**580**
Aplicação Financeira em CDI	29.347	3,00%	2,25%	1,50%
Receita Financeira		**880**	**660**	**440**
Contas a receber (*)	4.179	-4,00%	-5,00%	-6,00%
Despesa Financeira		**(167)**	**(209)**	**(251)**

(*) variação na taxa cambial em relação à data das demonstrações financeiras.

As taxas de câmbio e de juros utilizadas na definição do cenário provável, referenciadas por fonte externa (Relatório Focus – BACEN) foram as seguintes:

a) CDI = 3,00%.

b) US$ = 5,00 (representando uma queda de 4% em relação à cotação em 31 de março de 2020).

Correntemente a Companhia apresenta uma posição líquida de CDI passiva, pois apresenta saldo em aberto maior de empréstimos e financiamento do que caixa e equivalentes remunerados ao CDI.

Com relação ao câmbio, a Companhia está exposta em posição líquida passiva, pois possui um saldo aberto maior de financiamentos em dólares norte-americanos do que as contas a receber naquela moeda.

b) Classificações contábeis

Os valores contábeis apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas são como segue:

	Consolidado		
	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2018
Ativos:			
Caixa e equivalentes de caixa	30.490	12.851	25.254
Contas a receber de clientes	80.938	47.745	50.315
Total	111.428	60.596	75.569
Passivos:			
Fornecedores	59.464	41.450	38.820
Dividendos a pagar	1.498	858	796
Outras obrigações	14.758	7.311	7.053
Empréstimos e financiamentos	101.637	74.003	91.396
Total	177.357	123.622	138.065

Todos os ativos e passivos acima informados, encontram-se contabilizados ao custo amortizado, cujos valores se aproximam dos respectivos valores justos pelas caraterísticas específicas e ausência de fontes observáveis no mercado e/ou pelo curto prazo de vencimento e realização (como por exemplo no caso das aplicações financeiras, contas a receber e fornecedores).

26. TRANSAÇÕES NÃO ENEVOLVENDO CAIXA

a) Adoção inicial do CPC 06 (R2):

Conforme mencionado na nota explicativa 2.3.r, na adoção inicial em 1º de abril de 2019, o ativo de direito de uso é igual ao passivo de arrendamento ajustado ao valor presente de R$27.994 no consolidado conforme item C8(b)(ii) do CPC 06 (R2). Consequentemente, os saldos apresentados de adoção inicial da respectiva norma, adições e remensurações representam atividades não envolvendo caixa.

b) Dividendos:

As propostas de dividendos a distribuir efetuadas pela administração nos montantes de R$1.121, R$774 e R$865 em 31 março de 2020, de 2019 e de 2018, respectivamente, e cuja liquidação ainda permanecia pendente nos respectivos exercícios sociais representam atividades não envolvendo caixa.

c) Reestruturações societárias:

As transações descritas na nota explicativa 1, bem como os principais integrantes dos respectivos acervos líquidos incorporados (exceto caixa), representam atividades não envolvendo caixa.

d) Combinação de negócios "Da Ilha":

Os saldos apresentados na nota explicativa 8, subitem (a), representam transações não envolvendo caixa, exceto pelo valor informado de caixa pago deduzido do caixa adquirido (no valor de R$35.423, apresentado na atividade de investimento na demonstração de fluxo de caixa referente ao exercício findo em 31 de março de 2018)

27. COBERTURA DE SEGUROS (CONSOLIDADO)

O Grupo MPR e controladas tem como política contratar seguros para responsabilidade civil, para determinados veículos e outras necessidades, que levem em consideração a natureza de sua atividade e o grau de risco envolvido.

Em 31 de março de 2020, a cobertura de seguros estava distribuída da seguinte forma:

Itens Cobertos	Tipo de Cobertura	Vigência dos Apólices	Limite máximo de indenização
Transportes	Cargas	20.09.2020	2.100
B&O Diretoria	Diversos	30.06.2021	40.000
Matéria Prima	Garantias	09.08.2021	7.000
Patrimônio	Incêndios/Danos Elétricos/Aluguel	29.08.2020	2.200
Patrimônio/Lucros Cessantes	Incêndios/Vendaval/Danos Elétricos	05.02.2021 a 29.05.2021	107.000
Vida Funcionários e Diretoria	Morte/Invalidez	30.09.2020 a 23.05.2021	4.850
Veículos (*)	Roubo/Danos	31.03.2021 a 21.07.2021	-
Total			163.150

(*) Indenizações com base na tabela FIPE dos veículos envolvidos no roubo/dano.

28. RESULTADO POR SEGMENTO

As operações da Companhia estão segmentadas de acordo com o modelo de organização e gestão aprovado pela Administração contendo as seguintes divisões:

As informações por segmento operacional estão sendo apresentadas de acordo com CPC 22-Informações por segmento (IFRS 8).

1. Segmento Varejo: compreende as operações industriais e comerciais de produtos de cuidados pessoais e limpeza doméstica, incluindo álcool líquido e em gel para limpeza, gel acendedor, removedores, água sanitária, limpa vidros, multiuso, amaciantes, alvejantes gel higienizadores de mãos e removedores de esmalte. Os produtos do segmento são vendidos para redes de supermercados, atacados, pequenos varejos e farmácias.

2. Segmento Industrial: compreende as operações industriais e comerciais de álcoois especiais usados como insumos principalmente na indústria alimentícia, química, farmacêutica, cosmética, de bebidas, dentre outras. Os produtos que compõem o segmento são especialmente álcool etílico extra neutro orgânico, álcool etílico extra neutro, álcool 70%, álcool etílico hidratado extrafino, álcool etílico hidratado e álcool etílico anidro, que são vendidos em embalagens fracionadas ou à granel, no mercado local e internacional.

	31 de março de 2020					
Resultado por segmento	Varejo	Industrial	Reclassificações	Corporativo/ CSC	Eliminações	Demonstração resultado consolidado
Receita Bruta	292.575	142.001	-	-	(7.215)	427.361
Receita bruta – mercado externo	-	28.078	-	-	-	28.078
Receita bruta – mercado interno	293.759	106.708	-	-	-	400.467
Receita entre segmentos	-	7.215	-	-	(7.215)	-
Outros (lucro não realizado)	(1.184)				-	(1.184)
(-) Impostos, abatimentos e devoluções	(77.942)	(23.904)	-	-	1.798	(100.048)
Receita líquida	214.633	118.097	-	-	(5.417)	327.313
(-) Custos diretos (exceto depreciação e amortização)	(125.354)	(89.501)	(1.258)	-	5.417	(210.696)
(-) Depreciação e amortização	-		(5.299)	-	-	(5.299)
(-) Despesas de logística	(23.272)	(7.604)	30.876	-	-	-
(-) descontos comerciais	(14.056)	-	14.056	-	-	-
Lucro do segmento/lucro bruto	51.951	20.992	38.375	-		111.318
(-) Outras receitas e (despesas) operacionais	-	-	(43.674)	(31.217)	-	(74.891)
(-) Depreciação e amortização	-	-	5.299	(11.119)	-	(5.820)
(-) Outras receitas de (despesas) financeiras	-	-	-	(13.922)	-	(13.922)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	51.951	20.992	-	(56.258)	-	16.685

	31 de março de 2019					
Resultado por segmento	Varejo	Industrial	Reclassificações	Corporativo/ CSC	Eliminações	Demonstração resultado consolidado
Receita Bruta	271.977	134.838			(2.050)	404.765
Receita bruta – mercado externo	-	24.123			-	24.123
Receita bruta – mercado interno	271.977	108.665			-	380.642
Receita entre segmentos	-	2.050			(2.050)	-
Outros (lucro não realizado)	-	-				
(-) Impostos, abatimentos e devoluções	(80.993)	(24.004)			530	(104.467)
Receita líquida	190.984	110.834			(1.520)	300.298
(-) Custos diretos (exceto depreciação e amortização)	(108.584)	(80.728)	(8.883)		1.520	(196.675)
(-) Depreciação e amortização	-	-	(1.610)		-	(1.610)
(-) Despesas de logística	(21.324)	(9.971)	31.295		-	-
(-) descontos comerciais	(14.489)	(7)	14.496		-	-
Lucro do segmento/lucro bruto	46.587	20.128	35.298		-	102.013
(-) Outras receitas e (despesas) operacionais	-	-	(36.908)	(41.720)	-	(78.628)
(-) Depreciação e amortização	-	-	1.610	(4.267)	-	(2.657)
(-) Outras receitas de (despesas) financeiras	-	-	-	(9.309)	-	(9.309)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	46.587	20.128	-	(55.296)	-	11.419

	31 de março de 2018					
Resultado por segmento	Varejo	Industrial	Reclassificações	Corporativo/CSC	Eliminações	Demonstração resultado consolidado
Receita Bruta	233.901	140.164	-	-	(1.106)	372.959
Receita bruta – mercado externo	-	12.596	-	-		12.596
Receita bruta – mercado interno	233.901	126.462	-	-		360.363
Receita entre segmentos	-	1.106	-	-	(1.106)	-
Outros (lucro não realizado)	-					
(-) Impostos, abatimentos e devoluções	(70.703)	(27.008)	-	-	235	(97.476)
Receita líquida	163.198	113.156	-	-	(871)	275.483
(-) Custos diretos (exceto depreciação e amortização)	(89.804)	(87.668)	(8.486)	-	871	(185.087)
(-) Depreciação e amortização	-	-	(1.058)	-	-	(1.058)
(-) Despesas de logística	(12.180)	(7.251)	19.431	-	-	-
(-) descontos comerciais	(12.589)	-	12.589	-	-	-
Lucro do segmento/lucro bruto	48.625	18.237	22.476	-	-	89.338
(-) Outras receitas e (despesas) operacionais	-	-	(25.154)	(39.524)	-	(64.678)
(-) Depreciação e amortização	-	-	1.058	(3.517)	-	(2.459)
(-) Outras receitas de (despesas) financeiras	-	-	1.620	(9.779)	-	(8.159)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	48.625	18.237	-	(52.820)	-	14.042

Exceto pelos estoques, apresentados abaixo, a Administração da Companhia não analisa os demais ativos de maneira segregada:

	31 de março de 2020					
Ativos	Varejo	Industrial	Reclassificações	Corporativo/ CSC	Eliminações	Saldo na data do balanço
Ativo						
Estoques	14.228	6.834	-	-	(1.184)	19.878

	31 de março de 2019					
Ativos	Varejo	Industrial	Reclassificações	Corporativo/ CSC	Eliminações	Saldo na data do balanço
Ativo						
Estoques	11.451	5.227	-	-	-	16.678

	31 de março de 2018					
Ativos	Varejo	Industrial	Reclassificações	Corporativo/ CSC	Eliminações	Saldo na data do balanço
Ativo						
Estoques	9.807	3.338	-	-	(135)	13.010

Informações geográficas (consolidado)

	Receita Bruta de Clientes Externos		
	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2018
Estados Unidos	16.520	17.095	5.003
Espanha	6.307	-	-
Holanda	3.511	5.905	-
Reino Unido	-	-	5.503
Outros	2.370	1.123	1.933
	28.708	24.123	12.439

Informações sobre os principais clientes (consolidado)

Estão incluídas nas receitas provenientes do Varejo receitas no valor aproximado de R$35,1 milhões 2020 (2019: R$31,1 milhões e 2018: R$20,5 milhões) provenientes das vendas ao maior cliente do Grupo. Nenhum outro cliente individualmente contribuiu com 10% ou mais para as receitas do Grupo em 2020, 2019 ou 2018.

29. COVID-19

O Corona Vírus, "Covid-19" foi descoberto em dezembro de 2019, quando apareceram os primeiros casos na cidade de Wuhan, província de Hubei, na China. Desde 31 de dezembro, quando do registro dos primeiros casos na China, sendo declarada pandemia em 11 de março de 2020 pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

O impacto da doença se refletiu também na atividade econômica mundial, que vem sofrendo perdas significativas. A Companhia, diferente da maioria das empresas, não está exposta a riscos estratégicos e operacionais, dado o segmento de atuação de suas investidas. A Companhia Nacional de Álcool é fabricante de produtos de limpeza e higiene, à base de álcool. Por se tratar de produtos que ajudam na prevenção da doença, produtos como álcool em gel higienizador de mãos, álcool líquido e em gel para limpeza a 70º, panos humedecidos de álcool 70º tiveram um aumento muito expressivo de demanda a partir da última semana de fevereiro de 2020. Já a Álcool Ferreira vende álcoois especiais para o segmento industrial, tendo visto uma alta demanda de seus produtos por outras empresas também atuantes nos segmentos de limpeza, higiene e medicamentos. Não houve ainda qualquer interrupção em seus canais de fornecimento, tampouco interrupções em sua cadeia logística. A Companhia e suas subsidiárias não encontraram a necessidade de efetuar qualquer tipo de adesão aos programas e Medidas Provisórias e fomento exaradas pelo Governo Federal. Consequentemente, as operações da Companhia não foram interrompidas até o momento.

Face ao cenário apresentado, a administração da Companhia não observou nenhum indício de (i) perda por imparidade em seus ativos de longo prazo, (ii) agravamento dos índices de inadimplência em sua carteira de clientes, (iii) contratos onerosos, (iv) decréscimos de receitas ou (v) qualquer outro fator significativo que colocasse em dúvida a continuidade de suas operações e/ou que requeresse ajuste às demonstrações financeiras.

A Companhia seguirá envidando esforços no acompanhamento aos desdobramentos ocasionados pela pandemia COVID-19, bem como no mapeamento dos respectivos e possíveis impactos econômicos adversos em suas operações.

30. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

As presentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas e autorizadas para divulgação pela Administração da Companhia em 28 de agosto de 2020.

31. EVENTOS SUBSEQUENTES

A partir do dia 7 de julho de 2020, a Companhia contratou operações de "non-deliverable forwards" nas seguintes principais condições abaixo:

Instrumento / Banco	Data de liquidação	Montante em US$	Taxa em R$	Montante em R$
NDF Bradesco	03/ago	300.000	5,3874	1.616.220
NDF Bradesco	10/ago	300.000	5,3864	1.615.920
NDF Bradesco	17/ago	300.000	5,3830	1.614.900
NDF Bradesco	08/set	437.500	5,3775	2.352.656
NDF Bradesco	14/set	437.500	5,3730	2.350.688
NDF Bradesco	21/set	437.500	5,3717	2.350.119
NDF Bradesco	05/out	437.500	5,3745	2.351.344
NDF Bradesco	13/out	437.500	5,3715	2.350.031
NDF Banco do Brasil	03/ago	250.000	5,3750	1.343.750
NDF Banco do Brasil	10/ago	250.000	5,3760	1.344.000
NDF Banco do Brasil	17/ago	250.000	5,3790	1.344.750
NDF Banco do Brasil	24/ago	250.000	5,3800	1.345.000
NDF Banco do Brasil	08/set	250.000	5,3830	1.345.750
NDF Banco do Brasil	14/set	250.000	5,3840	1.346.000
NDF Banco do Brasil	21/set	250.000	5,3870	1.346.750
NDF Banco do Brasil	28/set	250.000	5,3875	1.346.875
NDF Itau	01/out	250.000	5,3940	1.348.500
NDF Itau	08/out	250.000	5,3946	1.348.650
NDF Itau	15/out	250.000	5,3951	1.348.775
NDF Itau	22/out	250.000	5,3957	1.348.925
NDF Itau	29/out	250.000	5,3964	1.349.100
NDF Itau	05/nov	250.000	5,3970	1.349.250
NDF Itau	12/nov	250.000	5,3978	1.349.450
NDF Itau	19/nov	250.000	5,3987	1.349.675
NDF Itau	26/nov	250.000	5,3996	1.349.900

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO CVM 480

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

1.0 – Declaração e Identificação dos Responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do Formulário	José Vicente Marino
Cargo do responsável	**Diretor Presidente**
Nome do responsável pelo conteúdo do Formulário	Isabel Paulino da Costa Tartuci
Cargo do responsável	**Diretora Financeira e de Relações com Investidores**

1.1 – Declaração do Diretor Presidente

JOSÉ VICENTE MARINO, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Economia sob o nº 118.032.008-55 e portador da Cédula de Identidade RG nº 9.359.195-0, expedida pelo SSP/SP, com endereço comercial na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Madeira, nº 222, 7º andar, conjunto 71, sala 1, Edifício Alfacon, Centro Empresarial Alphaville, CEP 06454-010, na qualidade de Diretor Presidente da **GRUPO MPR PARTICIPAÇÕES S.A.**, companhia por ações de capital aberto, com sede na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Madeira, nº 222, 7º andar, conjunto 71, sala 1, Edifício Alfacon, Centro Empresarial Alphaville, CEP 06454-010, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia sob o nº 13.974.755/0001-39, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.395.506 ("Companhia"), declara que:

a. reviu o Formulário de Referência da Companhia.

b. todas as informações contidas no Formulário de Referência atendem ao disposto na Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, em especial aos seus artigos 14 a 19.

c. o conjunto de informações contidas no Formulário de Referência é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

JOSÉ VICENTE MARINO
Diretor Presidente

1.2 – Declaração do Diretor de Relações com Investidores

ISABEL PAULINO DA COSTA TARTUCI, brasileira, casada, administradora de empresas, inscrita no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Economia sob o nº 011.716.796-70, portadora da Cédula de Identidade RG nº 8.415.046, expedido pelo SSP/MG, com endereço comercial na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Madeira, nº 222, 7º andar, conjunto 71, sala 1, Edifício Alfacon, Centro Empresarial Alphaville, CEP 06454-010, na qualidade de Diretora de Relações com Investidores da **GRUPO MPR PARTICIPAÇÕES S.A.**, companhia por ações de capital aberto, com sede na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Madeira, nº 222, 7º andar, conjunto 71, sala 1, Edifício Alfacon, Centro Empresarial Alphaville, CEP 06454-010, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia sob o nº 13.974.755/0001-39, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.395.506 ("Companhia") declara que:

a. reviu o Formulário de Referência da Companhia.

b. todas as informações contidas no Formulário de Referência atendem ao disposto na Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, em especial aos seus artigos 14 a 19.

c. o conjunto de informações contidas no Formulário de Referência é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

_____

ISABEL PAULINO DA COSTA TARTUCI
Diretora de Relações com Investidores

1.3 – Identificação dos responsáveis

Não aplicável, tendo em vista que os atuais Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores da Companhia já prestaram suas declarações individuais nos itens 1.1 e 1.2 deste Formulário de Referência.

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores

Possui auditor?	Sim
Código CVM	385-9
Tipo auditor	Pessoa Jurídica
Nome/Razão social	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
CPF/CNPJ	49.928.567/0001-11
Data de contratação dos serviços	01/12/2017
Descrição do serviço contratado	Os serviços contratados compreendem: (i) auditoria independente das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas, Companhia Nacional de Álcool e Álcool Ferreira S.A., referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2020, 2019 e 2018 preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e International Financial Reporting Standards – IFRS; (ii) emissão de Cartas Conforto no âmbito da oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia; e (iii) auditoria independente das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2021 preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e International Financial Reporting Standards – IFRS e revisão das informações financeiras intermediárias referentes aos trimestres findos em 30 de junho de 2020, 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2020; e (iv) trabalhos de asseguração limitada sobre apuração dos índices financeiros dos contratos de empréstimos da controlada Companhia Nacional de Álcool.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	O montante total de remuneração dos auditores independentes no último exercício social foi de R$285.387,00, sendo R$270.540,00 referente a auditoria independente das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e da Companhia Nacional de Álcool do exercício social encerrado em 31 de março de 2020 e R$14.847,00 referente aos trabalhos de asseguração limitada sobre apuração dos índices financeiros dos contratos de empréstimos da Companhia Nacional de Álcool do exercício social encerrado em 31 de março de 2020.
Justificativa da substituição	N/A
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	N/A

Nome do Responsável Técnico	Início da atuação	Endereço	CPF
Antônio Carlos Brandão de Sousa	20/12/2019	Av. Dr. Chucri Zaidan, 1.240, 12° andar, Vila São Francisco, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04711- 130, Telefone (11) 5186-1000, e-mail: antoniobrandao@deloitte.com	892.965.757-53

2.3 - Outras informações relevantes

O integrante da empresa de auditoria independente indicado no item 2.1 deste Formulário de Referência é o responsável técnico pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas, Companhia Nacional de Álcool e Álcool Ferreira S.A., referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2020, 2019 e 2018, elaboradas para fins de registro, nos termos dos artigos 25 e 26 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada.

Além do disposto acima, não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item que não tenham sido divulgadas neste Formulário de Referência.

3.1 Informações financeiras – Consolidado

(Reais)	Últ. Inf. Contábil (30/06/2020)	Exercício social (31/03/2020)	Exercício social (31/03/2019)	Exercício social (31/03/2018)
a. Patrimônio líquido	171.150.000,00	117.454.000,00	44.794.000,00	37.977.000,00
b. Ativo total	470.948.000,00	329.244.000,00	175.333.000,00	184.994.000,00
c. Rec. Liq/Rec. Intermed. Fin./ Prem. Seg. Ganhos	274.948.000,00	327.313.000,00	300.298.000,00	275.483.000,00
d. Resultado bruto	135.188.000,00	111.318.000,00	102.013.000,00	89.338.000,00
e. Resultado líquido	53.696.000,00	11.447.000,00	7.741.000,00	8.655.000,00
f. Número de ações, ex-tesouraria (unidades)	99.210.206	99.210.206	69.309.945	69.309.945
g. Valor patrimonial da ação (Reais unidade)	1,73	1,18	0,65	0,55
h. Resultado básico por ação	0,54	0,15	0,11	0,12
i. Resultado diluído por ação	0,54	0,15	0,11	0,12

3.2 - Medições não contábeis

a. Valor das medições não contábeis

EBITDA, EBTIDA ajustado e Margem EBITDA ajustado

O EBITDA (*earning before interest, tax, depreciation and amortization)*, sigla em inglês para denominar LAJIDA (lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social, das despesas financeiras líquidas e da depreciação e amortização) é uma medida não contábil calculada pela Companhia em consonância com a Instrução da CVM nº 527, de 4 de outubro de 2021, conforme alterada ("Instrução CVM 527"), e consiste no lucro líquido ajustado pela despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido, pelo resultado financeiro líquido e pelas despesas com depreciação e amortização, conciliada com nossas demonstrações financeiras. Embora o EBITDA possua um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Instrução CVM nº 527/12, a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado padrão. Nesse sentido, caso o significado padrão instituído pela Instrução CVM nº 527/12 não seja adotado por outras sociedades, o EBITDA divulgado pela Companhia pode não ser comparável ao EBITDA divulgado por outras sociedades. Além disso, divulgações feitas anteriormente à entrada em vigor da Instrução CVM nº 527/12 por empresas que não foram obrigadas a retificá-las podem não adotar o significado padronizado instituído pela Instrução CVM nº 527/12. O EBITDA não deve ser considerado como recursos disponíveis para dividendos.

O EBITDA ajustado consiste no EBITDA de um período ou exercício ajustado para excluir ou adicionar efeitos do mesmo período ou exercício, conforme aplicável. A margem EBITDA ajustada é calculada pelo EBITDA ajustado de um período ou exercício dividido pela receita operacional líquida do mesmo período.

O EBITDA, o EBITDA ajustado e a margem EBITDA ajustada não são medidas de desempenho financeiro reconhecidas pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), nem pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, não representam os fluxos de caixa dos períodos apresentados e, portanto, não são medidas alternativas aos resultados ou fluxo de caixa, tampouco devem ser consideradas isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, ou como medidas de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medidas de liquidez. O EBITDA ajustado não deve ser considerado como recursos disponíveis para dividendos.

	Período de três meses encerrado em 30 de junho de		**Exercício social encerrado em 31 de março de**		
Valores em R$ mil	**2020**	**2019**	**2020**	**2019**	**2018**
EBITDA	91.115	6.391	41.726	24.995	25.718
EBITDA ajustado	88.973	4.465	33.645	24.995	25.718
Margem EBITDA ajustado (%)	32,4%	6,6%	10,3%	8,3%	9,3%

Dívida Bruta Ajustada, Dívida Líquida Ajustada e grau de alavancagem

A Dívida Bruta Ajustada da Companhia é uma medida não contábil calculada pela Companhia conforme prática do mercado a ser conciliada com as demonstrações financeiras da Companhia, a qual é composta pelo saldo de empréstimos e financiamentos com instituições financeiras (circulante e não circulante). O endividamento da Companhia aqui apresentado não considera as obrigações com arrendamentos (circulante e não circulante).

A Dívida Líquida Ajustada da Companhia é uma medida não contábil calculada conforme prática do mercado, sendo possível ser conciliada com as demonstrações contábeis da Companhia, a qual é composta pelo saldo de empréstimos e financiamentos com instituições financeiras (circulante e não circulante) (dívida bruta ajustada), descontada de caixa e equivalente de caixa e depósitos vinculados a financiamentos. A dívida bruta e líquida ajustadas da Companhia aqui apresentado não considera as obrigações com arrendamentos (circulante e não circulante).

O grau de alavancagem, uma medida também não contábil, é apurado pela fórmula: Dívida Líquida Ajustada/ (Dívida Líquida Ajustada + patrimônio líquido).

A Dívida Bruta Ajustada, Dívida Líquida Ajustada e o grau de alavancagem não são indicadores do desempenho financeiro da Companhia reconhecidas pela IFRS, nem pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, tampouco devem ser consideradas isoladamente. A Dívida Bruta Ajustada, Dívida Líquida Ajustada e o grau de alavancagem não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia utiliza a Dívida Bruta Ajustada, Dívida Líquida Ajustada e o grau de alavancagem como medidas de performance para efeito gerencial e para comparação com empresas similares.

A Companhia apresenta as seguintes medidas não contábeis referentes a Dívida Bruta Ajustada, Dívida Líquida Ajustada e o grau de alavancagem.

	Exercício Social/Período encerrado em			
Valores em R$ mil	**30.06.2020**	**31.03.2020**	**31.03.2019**	**31.03.2018**
Dívida Bruta Ajustada	111.559	101.637	74.003	91.396
Dívida Líquida Ajustada	72.572	71.147	61.152	66.142
Grau de alavancagem	30%	38%	58%	64%

Dívida Líquida/EBITDA e Dívida Líquida Ajustada/EBITDA LTM Ajustado

Dívida Líquida/EBITDA significa a razão entre a Dívida Líquida e o EBITDA (para fins de verificação de índices financeiros nos contratos de empréstimos, conforme descritos nos itens 3.7 e 3.9 deste Formulário de Referência), conforme descrito no item 3.2 deste Formulário de Referência. Por Dívida Líquida, segundo os contratos de empréstimos vigentes da Companhia, entende-se os empréstimos e financiamentos, debêntures e financiamento por arrendamento circulantes e não circulantes, menos o caixa e equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários, circulante e não circulante. O índice Dívida Líquida/EBITDA considera o EBITDA para o período de 12 meses (Last twelve months – LTM) encerrados em 31 de março de 2020. Em 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor a nova norma que regula o tratamento contábil das Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16//CPC 06 (R2) emitida pelo IASB e CPC, respectivamente. Para a implementação de tal norma, a Companhia adotou o método retrospectivo modificado simplificado (com adoção a partir de 1º de abril de 2019, por conta do caso específico de seu exercício social que se encerra sempre em 31 de março). Consequentemente, as informações financeiras de 31 de março de 2019 e de 2018 não foram ajustadas para refletir a adoção do IFRS 16/CPC 06(R2). Para o exercício social encerrado em 31 de março de 2020, o EBITDA, bem como os saldos em 31 de março de 2020 da Dívida Bruta e Dívida Líquida foram impactados pela adoção do IFRS16/CPC 06(R2) especificamente para verificação dos covenants informados acima.

O índice Dívida líquida/EBITDA não é um indicador de desempenho financeiro reconhecido pela IFRS, nem pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, tampouco devem ser consideradas isoladamente. O índice Dívida líquida/EBITDA não possui um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia utiliza o índice Dívida líquida/EBITDA como medidas de performance para efeito gerencial e para comparação com empresas similares.

Dívida Líquida Ajustada/EBITDA LTM Ajustado: Dívida Líquida Ajustada/EBITDA LTM Ajustado significa a razão entre a Dívida Líquida Ajustada (sem inclusão dos saldos de arrendamentos a pagar) e o EBITDA ajustado, conforme descrito neste item 3.2 deste Formulário de Referência. Por Dívida Líquida Ajustada, para fins deste Formulário de Referência, entende-se os empréstimos e financiamentos, debêntures e financiamento por arrendamento circulantes e não circulantes, menos o caixa e equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários, circulante e não circulante. O índice Dívida Líquida Ajustada/EBITDA LTM Ajustado considera o EBITDA Ajustado para o período de 12 meses (Last twelve months – LTM) encerrados em 30 de junho de 2020, 31 de março de 2020, 2019 e 2018. Em 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor a nova norma que regula o tratamento contábil das Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16//CPC 06 (R2) emitida pelo IASB e CPC, respectivamente. Para a implementação de tal norma, a Companhia adotou o método retrospectivo modificado simplificado (com adoção a partir de 1º de abril de 2019, por conta do caso específico de seu exercício social que se encerra sempre em 31 de março). Consequentemente, as informações financeiras de 31 de março de 2019 e de 2018 não foram ajustadas para refletir a adoção do IFRS 16/CPC 06(R2). Para o exercício social encerrado em 31 de março de 2020, o EBITDA Ajustado, foi impactado pela adoção do IFRS16/CPC 06(R2).

O índice Dívida líquida ajustada/EBITDA LTM Ajustado não é um indicador de desempenho financeiro reconhecido pela IFRS, nem pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, tampouco devem ser consideradas isoladamente. O índice Dívida líquida ajustada/EBITDA LTM Ajustado não possui um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia utiliza o índice Dívida líquida ajustada/EBITDA LTM Ajustado como medidas de performance para efeito gerencial e para comparação com empresas similares.

A Companhia apresenta as seguintes medidas não contábeis referentes a Dívida Líquida/EBITDA e Dívida Líquida Ajustada/EBITDA LTM Ajustado:

	Período de três meses encerrado em 30 de junho de		**Exercício social encerrado em 31 de março de**		
Valores em R$ mil	**2020**	**2019**	**2020**	**2019**	**2018**
Dívida Líquida / EBITDA	**N/A**	**N/A**	2,21	N/A	N/A
Dívida Líquida Ajustada /EBITDA LTM Ajustado	0,61	-	2,11	2,45	2,57

b. Fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

EBITDA, EBITDA ajustado e Margem EBITDA ajustada

Conciliação entre o lucro líquido e o EBITDA e o EBITDA ajustado:

	Período de três meses encerrado em 30 de junho de		**Exercício social encerrado em 31 de março de**		
Valores em R$ mil	**2020**	**2019**	**2020**	**2019**	**2018**
Lucro líquido do exercício /período	53.696	2.207	11.447	7.741	8.655
(+) Imposto de renda e contribuição social	30.852	664	5.238	3.678	5.387
(+) Despesas financeiras, líquidas	2.549	1.357	13.922	9.309	8.159
(+) Depreciação e amortização	4.018	2.163	11.119	4.267	3.517

EBITDA	91.115	6.391	41.726	24.995	25.718
(+) *Impacto adoção IFRS 16/CPC 06 (R2)*[(1)]	(2.142)	(1.926)	(8.081)	-	-
EBITDA ajustado	88.973	4.465	33.645	24.995	25.718
Receita operacional líquida	274.948	67.449	327.313	300.298	275.483
Margem EBITDA ajustada (%)	32,4%	6,6%	10,3%	8,3%	9,3%

(i) O Impacto do IFRS16/CPC06 (R2) se refere ao pagamento de passivos de arrendamento dos imóveis alugados, que, a partir da adoção do IFRS16/CPC06 (R2), deixaram de ser contabilizados na forma de despesa de aluguel e passaram a ser registrados no resultado através da despesa de depreciação do ativo de direito de uso e juros dos passivos de arrendamento, aumentando de forma significativa a medição de EBITDA. A norma IFRS16/CPC06(R2) foi adotada a partir de 1º de abril de 2019.

Dívidas bruta e líquida ajustadas e grau de alavancagem

Conciliação dos dívidas bruta e líquida ajustadas e do grau de alavancagem:

	Exercício Social/Período encerrado em			
Valores em R$ mil	**30.06.2020**	**31.03.2020**	**31.03.2019**	**31.03.2018**
Empréstimos e financiamentos				
Circulante	43.376	25.402	37.482	27.043
Não circulante	68.183	76.235	36.521	64.353
Dívida bruta ajustada	111.559	101.637	74.003	91.396
(-) Caixa e equivalente	38.987	30.490	12.851	25.254
Dívida líquido ajustada	72.572	71.147	61.152	66.142
Patrimônio líquido	171.150	117.454	44.794	37.977
Grau de alavancagem	30,0%	38,0%	58,0%	64,0%

Dívida Líquida/EBITDA e Dívida Líquida Ajustada/EBITDA LTM Ajustado

Conciliação da Dívida Líquida/EBITDA e Dívida Líquida Ajustada/EBITDA LTM Ajustado:

	Exercício Social/Período encerrado em			
Valores em R$ mil	**30.06.2020**	**31.03.2020**	**31.03.2019**	**31.03.2018**
Dívida líquida	72.572	71.147	61.152	66.142
(+)Arrendamento mercantil a pagar	-	21.324	-	-
Dívida líquida	-	92.471	-	-
EBITDA	-	41.726	-	-
Dívida líquida/ EBITDA (*)	N/A	2,21	N/A-	N/A

(*) O cálculo para do referido índice não é apresentado para os exercícios encerrados em 31 de março de 2019 e de 2018, uma vez que tais contratos e requerimentos não estavam vigentes para os exercícios anteriores. A Companhia não possui a obrigatoriedade contratual de efetuar verificação de cálculos dos índices dos *covenants* financeiros acima informados em datas interinas. Consequentemente, tais índices não são apresentados em 30 de junho de 2020 e de 2019, nos termos definidos nos referidos contratos.

	Exercício Social/Período encerrado em			
Valores em R$ mil	**30.06.2020**	**31.03.2020**	**31.03.2019**	**31.03.2018**
Dívida líquida Ajustada	72.572	71.147	61.152	66.142
EBITDA LTM Ajustado (*)	118.153	33.645	24.995	25.718
Dívida Líquida Ajustada/EBITDA LTM Ajustado	0,61	2,11	2,45	2,57

(*) EBITDA LTM Ajustado referente ao período de 12 meses findo em 30 de junho de 2020, a Companhia utiliza a seguinte equação: somatório entre (i) EBITDA Ajustado referente ao período de três meses findo em 30 de junho de 2020 (igual a R$88.973 mil), mais (ii) EBIDTA ajustado referente ao exercício social findo em 31 de março de 2020 (Igual aR$33.645 mil). Do total de R$122.618 mil, subtrai-se o EBITDA Ajustado referente ao período de três meses findo em 30 de junho de 2019 no valor de R$4.465 mil, perfazendo um total de EBITDA LTM Ajustado de R$118.153 mil.

c. Explicar o motivo pelo qual se entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da condição financeira e do resultado das operações da Companhia

EBITDA, EBITDA ajustado e Margem EBITDA ajustada

O EBITDA, o EBITDA ajustado e a margem EBITDA ajustado são os indicadores financeiros utilizados para avaliar o resultado da Companhia sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários do imposto de renda e contribuição social e outros impactos contábeis como a depreciação e amortização, as quais não possuem reflexo direto no fluxo de caixa da Companhia.

O EBITDA ajustado referente ao ano de 2019 e três meses findos em 30 de junho de 2020 sofreram impacto do IFRS 16/CPC 06 (R2) (Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) – Arrendamentos) adotado em 2019.

O Impacto do IFRS 16/CPC 06 (R2) se refere ao pagamento de passivos de arrendamento, que, a partir da adoção do IFRS 16/CPC 06 (R2) (Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) – Arrendamentos), deixaram de ser contabilizados na forma de despesa de aluguel, aumentando de forma significativa a medição de EBITDA. A norma IFRS 16/CPC 06 (R2) aplicada a partir de 1º de abril de 2019, alterou o modelo de contabilização de arrendamentos ao exigir dos arrendatários o reconhecimento dos passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos de direito de uso. A Administração decidiu adotar a abordagem retrospectiva modificada como método de transição em 1º de abril de 2019, e prospectivamente desde o início do primeiro período praticável. Deste modo, a Companhia optou por não realizar a reapresentação dos exercícios anteriores. Para fins de comparabilidade com períodos anteriores excluímos os efeitos da adoção do IFRS 16/CPC 06 (R2) no ano de 2019 e no período de três meses findo 30 de junho de 2020 e 2019.

Em razão de não serem consideradas para o seu cálculo, as despesas e receitas financeiras, o imposto sobre a renda e a contribuição social e os efeitos de adoção inicial do IFRS 16/CPC 06 (R2), a Companhia entende que o EBITDA ajustado é o indicador mais apropriado para fins de análise, uma vez que funciona como uma medida geral de desempenho por se aproximar da geração de caixa de sua atividade econômica. Consequentemente, o EBITDA ajustado funciona como uma ferramenta significativa para comparar, periodicamente, o desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa. O EBITDA ajustado permite uma melhor compreensão não só sobre o desempenho financeiro, como também sobre a capacidade de cumprir com as obrigações passivas e de obter recursos para as despesas de capital e para o capital de giro. O EBITDA, o EBITDA ajustado e a margem EBITDA ajustado, no entanto, apresentam limitações que prejudicam a sua utilização como medida de lucratividade, em razão de não considerar determinados custos decorrentes dos negócios, que poderiam afetar, de maneira significativa os lucros, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados. A margem EBITDA ajustado é calculado por meio da divisão do EBITDA ajustado pela receita operacional líquida. Dessa forma, requerendo que tais indicadores sejam utilizados em conjunto com outras medições contábeis para a melhor avaliação do desempenho financeiro da Companhia.

A Companhia acredita que a utilização do EBITDA como medida de desempenho financeiro pode ser mais apropriada para a compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações, além de permitir uma comparação com outras companhias do mesmo segmento. No entanto, o EBITDA e o EBITDA ajustado não devem ser considerados como recursos disponíveis para dividendos.

Dívidas bruta e líquida ajustada e grau de alavancagem

A Companhia entende que a dívida bruta ajustada, a dívida líquida ajustada e o grau de alavancagem são medições apropriadas para a compreensão da sua condição financeira, uma vez

que medem o nível de alavancagem financeira, elemento primordial para execução da estratégia de crescimento dos negócios da Companhia.

Dívida Líquida/EBITDA e Dívida Líquida Ajustada/EBITDA LTM Ajustado

A Companhia calcula Dívida Líquida/EBITDA para fins de verificação de índices financeiros nos contratos de empréstimos, conforme descritos nos itens 3.7 e 3.9 deste Formulário de Referência, sendo assim, o cálculo deste índice serve de monitoramento.

A Companhia entende que o índice Dívida Líquida Ajustada/EBITDA LTM Ajustado é um apropriado para a compreensão da sua condição financeira, uma vez que medem o nível de alavancagem financeira, elemento primordial para execução da estratégia de crescimento dos negócios da Companhia.

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

As informações financeiras intermediárias consolidadas da Companhia relativas ao trimestre encerrado em 30 de junho de 2020 foram aprovadas pela Administração da Companhia em 28 de agosto de 2020 e revisadas e emitidas pelos auditores em 28 de agosto de 2020. Foram verificados os seguintes eventos subsequentes às informações financeiras relativas ao trimestre encerrado em 30 de junho de 2020, nos termos das regras previstas no Pronunciamento Técnico CPC 24, aprovado pela Deliberação CVM nº 593/09:

A partir do dia 07 de julho de 2020, a Companhia contratou operações de "*non-deliverable forwards*" nas seguintes principais condições abaixo:

Instrumento / Banco	*Data da liquidação*	*Montante em US$*	*Taxa em R$*	*Montante em R$*
NDF Bradesco	03/ago	300.000	5,3874	1.616.220
NDF Bradesco	10/ago	300.000	5,3864	1.615.920
NDF Bradesco	17/ago	300.000	5,3830	1.614.900
NDF Bradesco	08/set	437.500	5,3775	2.352.656
NDF Bradesco	14/set	437.500	5,3730	2.350.688
NDF Bradesco	21/set	437.500	5,3717	2.350.119
NDF Bradesco	05/out	437.500	5,3745	2.351.344
NDF Bradesco	13/out	437.500	5,3715	2.350.031
NDF Banco do Brasil	03/ago	250.000	5,3750	1.343.750
NDF Banco do Brasil	10/ago	250.000	5,3760	1.344.000
NDF Banco do Brasil	17/ago	250.000	5,3790	1.344.750
NDF Banco do Brasil	24/ago	250.000	5,3800	1.345.000
NDF Banco do Brasil	08/set	250.000	5,3830	1.345.750
NDF Banco do Brasil	14/set	250.000	5,3840	1.346.000
NDF Banco do Brasil	21/set	250.000	5,3870	1.346.750
NDF Banco do Brasil	28/set	250.000	5,3875	1.346.875
NDF Itau	01/out	250.000	5,3940	1.348.500
NDF Itau	08/out	250.000	5,3946	1.348.650
NDF Itau	15/out	250.000	5,3951	1.348.775
NDF Itau	22/out	250.000	5,3957	1.348.925
NDF Itau	29/out	250.000	5,3964	1.349.100
NDF Itau	05/nov	250.000	5,3970	1.349.250
NDF Itau	12/nov	250.000	5,3978	1.349.450
NDF Itau	19/nov	250.000	5,3987	1.349.675
NDF Itau	26/nov	250.000	5,3996	1.349.900

3.4 - Política de destinação dos resultados

	2020	2019	2018
a. Regras sobre a retenção de lucros	Segundo a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e o artigo 30º do Estatuto Social da Companhia, alterado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de dezembro de 2019, o lucro líquido será apurado mediante dedução, do resultado do exercício, dos prejuízos acumulados de exercícios anteriores, se houver e da provisão para o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro. O lucro líquido terá, então, a seguinte destinação: (i) 5% será aplicado na constituição de reserva legal, até o limite estabelecido pela Lei das Sociedades por Ações; (ii) 10% como dividendo mínimo obrigatório aos acionistas, ajustados nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações; (iii) o saldo de lucro líquido, depois de computados os pagamentos previstos nos itens (i) e (ii), terá a destinação proposta pela Diretoria e deliberada em Assembleia Geral determinar, podendo ser destinado à	Segundo a Lei das Sociedades por Ações e o artigo 24º do Estatuto Social da Companhia, o lucro líquido será apurado mediante dedução, do resultado do exercício, dos prejuízos acumulados de exercícios anteriores, se houver e da provisão para o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro. O lucro líquido terá, então, a seguinte destinação: (i) 5% será aplicado na constituição de reserva legal, até o limite estabelecido pela Lei das Sociedades por Ações; (ii) 10% como dividendo mínimo obrigatório aos acionistas, ajustados nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações; (iii) o saldo de lucro líquido, depois de computados os pagamentos previstos nos itens (i) e (ii), terá a destinação proposta pela Diretoria e deliberada em Assembleia Geral determinar, podendo ser destinado à formação de reservas para investimentos, contingências e de lucro a realizar, nos termos dos artigos 195 a 197 da Lei das Sociedades por Ações.	Segundo a Lei das Sociedades por Ações e o artigo 24º do Estatuto Social da Companhia, o lucro líquido será apurado mediante dedução, do resultado do exercício, dos prejuízos acumulados de exercícios anteriores, se houver e da provisão para o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro. O lucro líquido terá, então, a seguinte destinação: (i) 5% será aplicado na constituição de reserva legal, até o limite estabelecido pela Lei das Sociedades por Ações; (ii) 10% como dividendo mínimo obrigatório aos acionistas, ajustados nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações; (iii) o saldo de lucro líquido, depois de computados os pagamentos previstos nos itens (i) e (ii), terá a destinação proposta pela Diretoria e deliberada em Assembleia Geral determinar, podendo ser destinado à formação de reservas para investimentos, contingências e de lucro a realizar, nos termos dos artigos 195 a 197 da Lei das Sociedades por Ações.

	formação de reservas para investimentos, contingências e de lucro a realizar, nos termos dos artigos 195 a 197 da Lei das Sociedades por Ações.		
a.1. Valores das retenções de lucros	Em 29 de agosto de 2020, os acionistas deliberaram em Assembleia Geral Ordinária reter, do resultado do exercício findo em 31 de março de 2020 (R$ 11.447 mil), o montante de (i) R$ 572 mil para a Reserva Legal; e (ii) R$9.787 mil para a Reserva de Lucros.	Em 06 de agosto de 2019, os acionistas da Companhia deliberaram em Assembleia Geral Ordinária reter, do resultado do exercício findo em 31 de março de 2019 (R$ 7.741 mil) o montante de (i) R$ 387 mil para a Reserva Legal; e (ii) R$ 6.510 mil para a Reserva de Lucros.	Em 02 de agosto de 2018, os acionistas da Companhia deliberaram em Assembleia Geral Ordinária reter, do resultado do exercício findo em 31 de março de 2018 (R$ 8.655 mil) o montante de (i) R$ 433 mil para a Reserva Legal; e (ii) R$ 7.450 mil para a Reserva de Lucros.
a.2. Percentuais em relação aos lucros totais declarados	Em 31 de março de 2020, o percentual de retenção em relação ao lucro total declarado foi de 5%.	Em 31 de março de 2019, o percentual de retenção em relação ao lucro total declarado foi de 89%.	Em 31 de março de 2018, o percentual de retenção em relação ao lucro total declarado foi de 91%
b. Regras sobre a distribuição de dividendos	Do saldo do lucro líquido apurado em cada exercício social, após a dedução da reserva legal, 10% será distribuído a título de dividendo obrigatório e/ou juros sobre capital próprio, salvo destinação diversa determinada pela Assembleia Geral Ordinária, nos casos permitidos Lei das Sociedades por Ações. O Estatuto Social da Companhia também autoriza o levantamento de demonstrações financeiras semestrais, trimestrais ou mensais podendo ser declarados dividendos intermediários ou intercalares com base	Do saldo do lucro líquido apurado em cada exercício social, após a dedução da reserva legal 10% será distribuído a título de dividendo obrigatório e/ou juros sobre capital próprio, salvo destinação diversa determinada pela Assembleia Geral Ordinária, nos casos permitidos Lei das Sociedades por Ações. O Estatuto Social da Companhia também autoriza o levantamento de demonstrações financeiras semestrais, trimestrais ou mensais podendo ser declarados dividendos intermediários ou intercalares com base	Do saldo do lucro líquido apurado em cada exercício social, após a dedução da reserva legal 10% será distribuído a título de dividendo obrigatório e/ou juros sobre capital próprio, salvo destinação diversa determinada pela Assembleia Geral Ordinária, nos casos permitidos Lei das Sociedades por Ações. O Estatuto Social da Companhia também autoriza o levantamento de demonstrações financeiras semestrais, trimestrais ou mensais podendo ser declarados dividendos intermediários ou intercalares com base

	nesses balanços, observados os limites legais. Em 29 de agosto de 2020, os acionistas da Companhia deliberaram em Assembleia Geral Ordinária destinar, do resultado do exercício findo em 31 de março de 2020 (R$ 11.447 mil), o valor de R$ 1.088 mil a títulos de dividendos para distribuição aos acionistas.	nesses balanços, observados os limites legais. Em 06 de agosto de 2019, os acionistas da Companhia deliberaram em Assembleia Geral Ordinária destinar, do resultado do exercício findo em 31 de março de 2019 (R$ 7.741 mil), o valor de R$ 924 mil a títulos de dividendos para distribuição aos acionistas, sendo desse montante R$ 774 mil referentes ao dividendo mínimo obrigatório e R$150 mil referentes a dividendos adicionais intercalares.	nesses balanços, observados os limites legais. Em 02 de agosto de 2018, os acionistas da Companhia deliberaram em Assembleia Geral Ordinária destinar, do resultado do exercício findo em 31 de março de 2018 (R$ 8.655 mil), o valor de R$ 865 mil a títulos de dividendos para distribuição aos acionistas.
c. Periodicidade das distribuições de dividendos	Os dividendos são distribuídos conforme deliberação da Assembleia Geral Ordinária, realizada nos quatro meses seguintes do fim do exercício social. O Estatuto Social da Companhia permite também a distribuição de dividendos intercalares e intermediários, podendo os mesmos ser imputados ao dividendo obrigatório. A declaração de dividendos intercalares compete ao Conselho de Administração.	Os dividendos são distribuídos conforme deliberação da Assembleia Geral Ordinária, realizada nos quatro meses seguintes do fim do exercício social. O Estatuto Social da Companhia permite também a distribuição de dividendos intercalares e intermediários, podendo os mesmos ser imputados ao dividendo obrigatório. A declaração de dividendos intercalares compete à Assembleia Geral.	Os dividendos são distribuídos conforme deliberação da Assembleia Geral Ordinária, realizada nos quatro meses seguintes do fim do exercício social. O Estatuto Social da Companhia permite também a distribuição de dividendos intercalares e intermediários, podendo os mesmos ser imputados ao dividendo obrigatório. A declaração de dividendos intercalares compete à Assembleia Geral.
d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou por regulamentação	A Companhia não teve quaisquer restrições impostas por contratos, decisões judiciais, administrativas ou	A Companhia não teve quaisquer restrições impostas por contratos, decisões judiciais, administrativas ou	A Companhia não teve quaisquer restrições impostas por contratos, decisões judiciais, administrativas ou

especial aplicável à Companhia, por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	arbitrais às distribuições de dividendos havidas no exercício de 2020.	arbitrais às distribuições de dividendos havidas no exercício de 2019.	arbitrais às distribuições de dividendos havidas no exercício de 2018.
e. Política de destinação de resultados	Conforme o disposto no artigo 30º do Estatuto Social da Companhia, em cada exercício será obrigatória a distribuição de um dividendo mínimo de 10% do lucro líquido, ajustado nos termos da lei, devendo a destinação do resultado integral do exercício ser submetida à deliberação da assembleia geral. Poderá ocorrer distribuição em valor inferior ao mínimo obrigatório, ou não distribuir dividendos, no exercício social em que a Diretoria informar à Assembleia Geral Ordinária que a referida distribuição é incompatível com a situação financeiras da Companhia.	Conforme o disposto no artigo 24º do Estatuto Social da Companhia, em cada exercício será obrigatória a distribuição de um dividendo mínimo de 10% do lucro líquido, ajustado nos termos da lei, devendo a destinação do resultado integral do exercício ser submetida à deliberação da assembleia geral. Poderá ocorrer distribuição em valor inferior ao mínimo obrigatório, ou não distribuir dividendos, no exercício social em que a Diretoria informar à Assembleia Geral Ordinária que a referida distribuição é incompatível com a situação financeiras da Companhia.	Conforme o disposto no artigo 24º do Estatuto Social da Companhia, em cada exercício será obrigatória a distribuição de um dividendo mínimo de 10% do lucro líquido, ajustado nos termos da lei, devendo a destinação do resultado integral do exercício ser submetida à deliberação da assembleia geral. Poderá ocorrer distribuição em valor inferior ao mínimo obrigatório, ou não distribuir dividendos, no exercício social em que a Diretoria informar à Assembleia Geral Ordinária que a referida distribuição é incompatível com a situação financeiras da Companhia.

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido

(Reais)	Exercício social 31/03/2020	Exercício social 31/03/2019	Exercício social 31/03/2018
Lucro líquido ajustado	10.875.000,00	7.354.000,00	8.222.000,00
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado	10,0000	10,5249	10,5206
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor	10%	17%	23%
Dividendo distribuído total	1.088.000,00	774.000,00	865.000,00
Lucro líquido retido	10.437.000,00	6.897.000,00	7.439.000,00
Data da aprovação da retenção	29/08/2020	06/08/2019	02/08/2018

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Juros Sobre Capital Próprio						
Ordinária	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Preferencial	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Dividendo Obrigatório						
Ordinária	1.088.000,00	29/08/2020	774.000,00	06/08/2019	865.000,00	02/08/2018
Preferencial	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios sociais anteriores

Nos exercícios sociais findos em 31 de março de 2020, 2019 e 2018, não foram declarados pela Companhia dividendos ou juros sobre o capital próprio à conta de reservas constituídas em exercícios sociais anteriores. Ainda, nos exercícios sociais findo em 31 de março de 2020 e 2018, não foi declarado pela Companhia dividendos ou juros sobre capital próprio à conta de lucros retidos.

	Exercício Social encerrado em 31 de março de		
Dividendos distribuídos à conta de (em R$ mil):	**2020**	**2019**	**2018**
Lucros Retidos	-	150	-
Realização de Reservas	-	-	-

3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Soma do passivo circulante e não circulante – R$ mil	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
30/06/2020	299.798	Índice de Endividamento	1,75	
31/03/2020	211.790	Índice de Endividamento	1,80	
31/03/2020	0,00	Outros índices	2.2161	**Covenant: Dívida Líquida/EBITDA** Debêntures: (i) 2,25 vezes, para o período de 12 meses encerrado em 31 de março de 2020; (ii) 2,00 vezes para o período de 12 meses encerrados em 31 de março de 2021 e exercícios posteriores. Cédula Crédito Bancário: (i) 2,5 vezes, para o período de 12 meses encerrado em 31 de março de 2020; e (ii) 2,00 vezes para o período de 12 meses encerrados em 31 de março de 2021 e exercícios posteriores. Dívida Líquida/EBITDA: Dívida Líquida/EBITDA significa a razão entre a Dívida Líquida e o EBITDA, conforme descrito no item 3.2 deste Formulário de Referência. Por Dívida Líquida, segundo os referidos contratos entende-se os empréstimos e financiamentos, debêntures e financiamento por arrendamento circulantes e não circulantes, menos o caixa e equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários, circulante e não circulante. O índice Dívida líquida/EBITDA considera o EBITDA para o período de 12 meses (*Last twelve months* – LTM) encerrados em 31 de março de 2020. Em 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor a nova norma que regula o tratamento contábil das Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16//CPC 06 (R2) emitida pelo IASB e CPC, respectivamente. Para a implementação de tal norma, a Companhia adotou o método retrospectivo modificado simplificado (com adoção a partir de 1º de abril de 2019, por conta do caso específico de seu exercício social que se encerra sempre em 31 de março).

Consequentemente, as informações financeiras de 31 de março de 2019 e de 2018 não foram ajustadas para refletir a adoção do IFRS 16/CPC 06 (R2). Para o exercício social encerrado em 31 de março de 2020, o EBITDA, bem como os saldos em 31 de março de 2020 da Dívida Bruta e Dívida Líquida foram impactados pela adoção do IFRS16/CPC 06(R2) especificamente para verificação dos *covenants* acima informados.

3.8 – Obrigações

Últimas Informações Contábeis (30/06/2020)					
Tipo de obrigação	**Inferior a um ano**	**Um a três anos**	**Três a cinco anos**	**Superior a cinco anos**	**Total**
Empréstimos					
Garantia real	-	-	-	-	-
Garantia flutuante	-	-	-	-	-
Quirografárias	43.295	50.898	17.285	-	111.478
Total	**43.295**	**50.898**	**17.285**	**-**	**111.478**
Financiamentos					
Garantia real	-	-	-	-	-
Garantia flutuante	-	-	-	-	-
Quirografárias	81	-	-	-	-
Total	**81**	-	-	-	-
Títulos de dívida					
Garantia real	-	-	-	-	-
Garantia flutuante	-	-	-	-	-
Quirografárias	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-
Total	**43.376**	**50.898**	**17.285**	-	**111.559**
Observação: Em linha com o Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº02/2020, item 10.2.3.(g), as dívidas sem garantia real ou flutuante, independente do fato de possuírem garantia fidejussória, foram classificadas como dívidas quirografárias.					

Exercício Social (31/03/2020)					
	Inferior a um ano	**Um a três anos**	**Três a cinco anos**	**Superior a cinco anos**	**Total**
Empréstimos					
Garantia real	-	-	-	-	-
Garantia flutuante	-	-	-	-	-
Quirografárias	25.295	55.064	21.170	-	101.529
Total	**25.295**	**55.064**	**21.170**	**-**	**101.529**
Financiamentos					

Garantia real	-	-	-	-	-
Garantia flutuante	-	-	-	-	-
Quirografárias	108	-	-	-	108
Total	**108**	**-**	**-**	**-**	**108**
Títulos de dívida					
Garantia real	-	-	-	-	-
Garantia flutuante	-	-	-	-	-
Quirografárias	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-
Total	**25.403**	**55.064**	**21.170**	**-**	**101.637**

Observação: Em linha com o Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº02/2020, item 10.2.3.(g), as dívidas sem garantia real ou flutuante, independente do fato de possuírem garantia fidejussória, foram classificadas como dívidas quirografárias.

3.9 - Outras informações relevantes

Covenants

Em 15 de agosto de 2019, a Companhia Nacional de Álcool ("CNA") emitiu 60.000 novas debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, a ser convolada em garantia real, com garantia adicional fidejussória, em duas séries, para colocação privada da Companhia, todas com valor nominal unitário de R$1.000. As debêntures foram usadas como lastro para a emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócios da True Securitizadora. S.A. ("CRA"). Para o cumprimento das obrigações garantidas, foi constituída alienação fiduciária das ações de emissão da Companhia e de titularidade indireta do Fundo de Investimento em Participações Vocatus Multiestrategia e de titularidade direta do Fundo de Investimento em Participações Multiestrategia Zulu Corp, representativas de 30% do capital social da Companhia, bem como foi prestada fiança pela Álcool Ferreira S.A. ("Álcool Ferreira"), pela Da Ilha Comércio de Álcool Ltda. ("Da Ilha") e pela Companhia. As garantias foram constituídas em igualdade de condições para os CRA das 1ª e 2ª séries. A operação conta com *covenant* financeiro que, para o exercício findo em 31 de março de 2020, a medição do índice financeiro obtido pela divisão Dívida Líquida / EBITDA seja menor ou igual a 2,25 vezes.

Em 30 de outubro de 2019, a Álcool Ferreira emitiu a Cédula de Crédito Bancário – CCB nº 4130180 em favor do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander"), para pré-pagamento de exportação, no valor de US$3.000.000,00. A CCB conta com garantia de cessão fiduciária de duplicatas da Álcool Ferreira, no valor total agregado de R$3.595.140,00, representativo de 30% do valor do principal da CCB, cessão fiduciária de um certificado de depósito bancário da Companhia com o Santander, no valor de R$2.000.000,00, além de aval da Companhia, da CNA e da Da Ilha. A razão entre Dívida Financeira Líquida e EBITDA que deverá ser igual ou inferior a (i) 2,5 vezes, para o período de 12 meses encerrado em 31 de março de 2020; e (ii) 2,00 vezes para o período de 12 meses encerrados em 31 de março de 2021 e para os períodos de 12 meses subsequentes encerrados no término dos exercícios sociais da Álcool Ferreira encerrados nos anos subsequentes até sua data de vencimento.

	Período encerrado em
Valores em R$ mil	**31.03.2020**
Endividamento líquido	(71.147)
(+) Arrendamento mercantil	(21.324)
Endividamento líquido ajustado(*)	(92.471)
EBITDA	41.726
Dívida líquida/EBITDA	2,2161

(*) Dívida Líquida/EBITDA: Dívida Líquida/EBITDA significa a razão entre a Dívida Líquida e o EBITDA, conforme descrito no item 3.2 deste Formulário de Referência. Por Dívida Líquida, segundo os referidos contratos, entende-se os empréstimos e financiamentos, debêntures e financiamento por arrendamento circulantes e não circulantes, menos o caixa e equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários, circulante e não circulante. O índice Dívida líquida/EBITDA considera o EBITDA para o período de 12 meses (*Last twelve months* – LTM) encerrados em 31 de março de 2020. Em 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor a nova norma que regula o tratamento contábil das Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16//CPC 06 (R2) emitida pelo IASB e CPC, respectivamente. Para a implementação de tal norma, a Companhia adotou o método retrospectivo modificado simplificado (com adoção a partir de 1º de abril de 2019, por conta do caso específico de seu exercício social que se encerra sempre em 31 de março). Consequentemente, as informações financeiras de 31 de março de 2019 e de 2018 não foram ajustadas para refletir a adoção do IFRS 16/CPC 06(R2). Para o exercício social encerrado em 31 de março de 2020, o EBITDA, bem como os saldos em 31 de março de 2020 da Dívida Líquida foram impactados pela adoção do IFRS16/CPC 06(R2) especificamente para verificação dos *covenants* acima informados. O cálculo para do referido índice não é apresentado para os exercícios encerrados em 31 de março de 2019 e de 2018, uma vez que tais contratos e requerimentos não estavam vigentes para os exercícios anteriores.

A Companhia não possui a obrigatoriedade contratual de efetuar verificação de cálculos dos índices de *covenants* acima informados em datas interinas. Consequentemente, tais índices não são apresentados em 30 de junho de 2020 e de 2019, nos termos definidos nos referidos contratos.

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco

O investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento em qualquer valor mobiliário de emissão da Companhia, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos nele mencionados e as informações financeiras e respectivas notas explicativas. A atividade da Companhia, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez, negócios futuros e/ou o valor dos valores mobiliários de sua emissão poderão ser afetados adversamente por qualquer dos fatores de riscos conhecidos pela Companhia, conforme descritos abaixo, bem como por riscos adicionais não conhecidos, mas que podem surgir no futuro ou que a Companhia considere como irrelevantes na data de divulgação deste Formulário de Referência. O preço de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia poderá diminuir em razão de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os acionistas da Companhia poderão perder parte ou a totalidade de seus investimentos nos valores mobiliários de emissão da Companhia. Os riscos descritos a seguir não são os únicos riscos aos quais a Companhia está sujeita. Outros riscos que atualmente a Companhia não tem conhecimento ou que considera irrelevantes para suas operações, na hipótese de se materializarem, podem gerar efeitos semelhantes aos mencionados anteriormente.

Para os fins deste item "4.1. Fatores de Risco" e do item "4.2. Riscos de Mercado", exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter ou causará ou terá "efeito adverso" ou "efeito negativo" para a Companhia, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez, negócios futuros e/ou reputação da Companhia, bem como no preço dos valores mobiliários de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas neste item "4.1. Fatores de Risco" e no item "4.2. Riscos de Mercado" devem ser compreendidas nesse contexto.

Não obstante a subdivisão deste item "4.1. Fatores de Risco" e do item "4.2. Riscos de Mercado", determinados fatores de risco que estejam em um item podem também se aplicar a outros itens deste item "4.1. Fatores de Risco" e do item "4.2. Riscos de Mercado".

(a) Riscos Relacionados à Companhia

As operações da Companhia dependem da reputação de seus produtos e marcas, podendo o dano à imagem e reputação destes produzir efeito adverso nos resultados da Companhia.

O sucesso da Companhia depende também da sua capacidade de manter e aperfeiçoar a imagem e reputação de seus produtos e marcas existentes e de desenvolver uma imagem e reputação favoráveis para novos produtos e marcas. A imagem e a reputação de seus produtos e marcas podem estar sujeitas a efeitos adversos no futuro. Adicionalmente, preocupações a respeito da qualidade de produtos, mesmo quando infundadas, poderão prejudicar a imagem e reputação dos produtos e da Companhia.

Eventos que prejudiquem de modo relevante marcas detidas pela Companhia poderão causar efeito adverso sobre o valor das marcas e sobre as receitas advindas do produto vinculado à marca em questão. A recuperação da imagem e reputação de produtos pode ser dispendiosa e até mesmo impossível, o que pode causar efeito negativo relevante sobre os negócios e situação financeira da Companhia.

As marcas da Companhia possuem valor significativo e desempenham um papel relevante na manutenção e melhoria de sua margem e da posição competitiva de seus produtos.

Consequentemente, os negócios da Companhia e sua estratégia de crescimento dependem, em grande parte, da reputação e reconhecimento das suas marcas. Para manter e desenvolver marcas bem posicionadas nos mercados em que atua, a Companhia depende significativamente da sua capacidade de desenvolver seus negócios de forma eficiente e rentável, sem prejudicar a qualidade e competitividade dos seus produtos. A Companhia pode ser adversamente afetada caso não tenha sucesso em atingir esses objetivos.

Além disso, as marcas da Companhia e sua identidade corporativa podem sofrer desgaste e desvalorização caso surja quaisquer ocorrências que tragam prejuízos à sua reputação e/ou imagem, pois a decisão de compra do mercado consumidor é diretamente influenciada pelo reconhecimento da marca, qualidade do produto, preços e outras preferências subjetivas de cada consumidor. Quaisquer desses eventos podem resultar na redução do volume das vendas da Companhia e redução de sua margem, causando efeito adverso relevante na receita da Companhia, no seu resultado financeiro e na sua imagem.

Assim, quaisquer incidentes que reduzam a confiança do consumidor e dos clientes ou a afinidade deles com as marcas e produtos da Companhia poderiam reduzir de forma significativa o valor destas. Se os consumidores e os clientes da Companhia perceberem ou experimentarem uma redução na qualidade dos produtos e/ou de qualquer forma acreditarem que a Companhia não proporciona uma experiência consistentemente positiva, o valor de suas marcas poderá ser impactado, o que poderá afetar adversamente seus negócios e resultados financeiros.

Ademais, a boa reputação e a atratividade de suas marcas e produtos são fatores chaves no sucesso do negócio da Companhia e quaisquer incidentes que afetem negativamente a imagem da marca ou reduzam a confiança do consumidor e dos seus clientes ou a afinidade deles com suas marcas e produtos, bem como o uso indevido por terceiros de suas marcas e produtos, caso a Companhia não consiga protegê-las, poderá reduzir de forma significativa o seu valor. Desta maneira, na hipótese de perda ou uso indevido de alguma de suas marcas, a Companhia acredita que suas atividades poderão ser afetadas de maneira adversa, uma vez que elas são reconhecidas no setor de atuação da Companhia e, em sua opinião, desempenham importante papel no processo decisório de compra dos consumidores. Além disso, a percepção das marcas e o reconhecimento pelo mercado são essenciais para o crescimento contínuo de suas diversas marcas e seu sucesso financeiro. Se a estratégia de *marketing* da Companhia não for eficiente ou se seus concorrentes fizerem investimentos mais significativos em propaganda, a Companhia pode não conseguir atrair novos clientes, afetando seus resultados operacionais de forma negativa.

A incapacidade ou falha da Companhia em proteger seus ativos de propriedade intelectual, ou ainda, de não violar direitos de propriedade intelectual de terceiros, pode ter um impacto negativo nos resultados operacionais da Companhia.

As marcas, domínios e outros direitos de propriedade intelectual (incluindo aqueles relacionados à tecnologia, produtos e marcas próprias) da Companhia são ativos essenciais para o seu sucesso, de modo que qualquer falha em proteger a propriedade intelectual da Companhia pode ter um efeito adverso em seus resultados operacionais.

A Companhia não pode garantir que as medidas adotadas para proteger seus ativos de propriedade intelectual serão suficientes, ou que terceiros não infringirão ou se apropriarão indevidamente dos ativos de propriedade intelectual da Companhia.

Há, também, o risco, ainda que por omissão, de a Companhia não conseguir renovar o registro de alguns de seus ativos de propriedade intelectual em tempo hábil ou que os concorrentes contestem ou invalidem quaisquer propriedades intelectuais existentes ou futuras enviadas para a Companhia ou licenciadas pela Companhia. Além disso, litígios dispendiosos e demorados podem ser necessários para impor e determinar o escopo dos direitos de propriedade da Companhia, e caso a Companhia não obtenha êxito em tais litígios, seus negócios podem ser

materialmente impactados. Qualquer falha da Companhia em proteger sua propriedade intelectual pode ter um efeito adverso em seus resultados operacionais.

Os efeitos causados pela COVID-19 na mudança de hábitos da população podem não ser permanentes, o que poderá afetar negativamente os resultados da Companhia, em especial as métricas operacionais e financeiras apresentadas no resultado do último trimestre.

A Companhia pode não ser capaz de manter no futuro os patamares de receita verificados no período de três meses encerrado em 30 de junho de 2020, decorrentes do incremento de demanda por seus produtos à base de álcool em tal período, em razão de recomendações de autoridades sanitárias nacionais e internacionais de higienização pessoal e de ambientes no contexto da pandemia de COVID-19. Não é possível estimar a duração da pandemia de COVID-19 ou assegurar que a mudança nos hábitos da população será permanente. Caso o atual patamar de demanda por produtos da Companhia não se sustente do futuro, os resultados da Companhia, especialmente se comparado às métricas verificadas no último trimestre, poderão ser afetados material e adversamente.

A Companhia pode não ser capaz de manter o mesmo ritmo de crescimento de vendas, o que poderá afetá-la adversamente.

A Companhia não pode garantir que será capaz de manter seu ritmo de crescimento de vendas, por estar sujeita a diversos fatores que podem impactar o andamento de suas operações, quais sejam: (i) sua capacidade de prever e responder às novas tendências de consumo em tempo hábil, bem como manter adequada capacidade logística, pois um nível de estoque inferior à demanda poderá ocasionar perdas de vendas; (ii) sua capacidade de atrair novos clientes e manter os atuais; (iii) a confiança do consumidor na Companhia, pois um declínio nesta percepção pode levar o consumidor a priorizar marcas concorrentes em detrimento daquelas comercializadas pela Companhia; (iv) mudanças em suas políticas de crédito, propaganda e *marketing*, que se não forem assertivas podem influenciar negativamente a propensão do consumidor em adquirir seus produtos; (v) concorrência que pode utilizar de práticas, como uma precificação abaixo do usualmente visto no mercado, prejudicando o crescimento das vendas da Companhia; e (vi) sua capacidade de distribuição e capacidade de distribuir mercadorias com eficiência. A Companhia não tem controle total sobre esses fatores e seus esforços para gerenciá-los podem ser insuficientes para manter seu atual desempenho de vendas, o que poderá afetar a Companhia adversamente.

Incêndios e outros desastres podem afetar as unidades produtivas da Companhia, o que pode afetar adversamente seus volumes de produção e, consequentemente, seu desempenho financeiro.

As operações da Companhia estão sujeitas a riscos que afetam as suas instalações e propriedades, incluindo eventuais incêndios que podem potencialmente destruir parte ou a totalidade de seus produtos e instalações. Um acidente relevante nas unidades produtivas ou instalações da Companhia poderia obrigá-la a suspender suas operações e resultar em expressivos custos de reparação e perda de receita.

Suas operações estão sujeitas, ainda, a perigos associados à fabricação de produtos inflamáveis e ao transporte de matérias-primas e de produtos inflamáveis. As atividades da Companhia envolvem uma variedade de riscos de segurança e outros riscos operacionais, inclusive o manuseio, produção, armazenamento e transportes de materiais inflamáveis, explosivos e tóxicos. Estes riscos podem resultar em danos físicos e mortes, danos ou destruição de propriedade e equipamentos e dano ambiental, expondo a Companhia a procedimentos administrativos e processos judiciais, afetando sua reputação e negócios.

Adicionalmente, as operações da Companhia estão sujeitas a riscos que afetam as suas instalações e propriedades. Eventual desastre nos escritórios administrativos da Companhia poderia afetar suas atividades administrativas, armazenamento e processamento de dados.

A expansão dos negócios da Companhia por meio de aquisições apresenta riscos que poderão reduzir os benefícios que se espera obter com essas operações.

A capacidade da Companhia de ampliar seus negócios por meio de aquisições depende de diversos fatores, incluindo sua capacidade de identificar oportunidades, existência de alternativas interessantes com preço atrativos e acesso ao mercado, inclusive de capitais, em termos aceitáveis.

A Companhia analisa regularmente oportunidades de crescimento estratégico por meio de aquisições, fusões e *joint ventures* e outros investimentos. Futuras aquisições poderão envolver uma série de riscos e desafios que poderão causar efeitos prejudiciais relevantes sobre seus negócios, especialmente, os seguintes:

- as aquisições podem não contribuir com a estratégia comercial ou com a imagem da Companhia;
- a Companhia pode enfrentar um passivo contingente relativo a, entre outras, questões cíveis, tributárias, trabalhistas, previdenciárias e questões de propriedade intelectual, bem como questões regulatórias e ambientais;
- o processo de tais aquisições pode ser demorado e a atenção da administração da Companhia pode ser desviada de suas operações usuais;
- a Companhia pode ter dificuldade em integrar operações, contabilidade, pessoal e sistemas de informação gerenciais;
- a Companhia poderá incorrer em custos adicionais não programados relacionados à operação de integração;
- os investimentos em aquisições podem não gerar os retornos esperados, inclusive em virtude da não realização de sinergias esperadas; e
- estrutura de custos das sociedades e/ou marcas adquiridas poderá ser diferente, e a Companhia pode não ser capaz de adequar tais estruturas à sua.

Este crescimento, particularmente quando envolve negócios de tamanho considerável, poderá apresentar desafios financeiros, administrativos e operacionais, levando à perda de foco da administração dos negócios existentes e/ou dificuldade na integração das operações, pessoal, produtos, base de clientes e mão de obra. A integração de negócios adquiridos com os negócios da Companhia e a captação de sinergias das empresas adquiridas pode exigir mais tempo e recursos do que inicialmente esperado. A falta de capacidade de integrar novos negócios de forma bem-sucedida poderá ter um efeito adverso nos negócios e desempenho financeiro da Companhia.

Ademais, a Companhia pode precisar de recursos adicionais para dar continuidade à sua estratégia de expansão. Caso não seja possível obter financiamento adequado para concluir qualquer potencial aquisição e implementar seus planos de expansão, a Companhia pode não ter condições de implementar integralmente sua estratégia de crescimento, o que pode ter um impacto adverso em seus planos de crescimento, nos custos operacionais e, consequentemente, em seus resultados operacionais.

Além disso, de acordo com a Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, alterada pela Portaria Interministerial nº 994, de 30 de maio de 2012 ("Lei Concorrencial"), que dispõe sobre a ordem econômica, bem como quaisquer operações que visem a qualquer forma de concentração econômica, seja por meio de fusão ou incorporação de empresas, constituição de sociedade para exercer o controle de empresas ou qualquer forma de agrupamento societário, em que haja posição dominante (presumindo sua existência sempre que uma empresa ou grupo de empresa for capaz de alterar unilateral ou coordenadamente as condições de mercado ou quando controlar 20% ou

mais do mercado relevante). Nesse contexto, deverão ser previamente submetidas ao Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência ("SBDC"), formado pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE"), pela Secretaria de Acompanhamento Fiscal, Energia e Loteria (SEFEL) do Ministério da Economia e pela Secretaria de Promoção da Produtividade e Advocacia da Concorrência (SEPRAC) do Ministério da Economia, com as atribuições previstas na Lei Concorrencial, acima definida, como condição prévia para que possa produzir efeitos, as operações de concentração econômica em que: (a) qualquer dos grupos econômicos participantes (comprador ou vendedor) tenha registrado, no Brasil, faturamento bruto anual no último exercício social ou volume de negócios total no país, no ano anterior à operação equivalente ou superior a R$750 milhões; e (b) qualquer outro grupo econômico envolvido tenha registrado, no Brasil, faturamento bruto anual no último exercício social ou volume de negócios total no país, no ano anterior à operação, equivalente ou superior a R$75 milhões, cumulativamente. O SBDC determina se uma operação específica teria um efeito negativo nas condições competitivas do mercado no qual operamos, ou mesmo nos consumidores de tal mercado.

Nesse sentido, futuras aquisições podem não ser aprovadas ou podem estar sujeitas a restrições como condição para a autorização destas operações e obtenção da aprovação do SBDC e CADE, incluindo aquelas que reflitam na estrutura da operação, em remédios estruturais ou que demandem desembolsos financeiros diretos ou indiretos. Assim como não é possível assegurar que a Companhia conseguirá aproveitar oportunidades de crescimento, ou, ainda, que essas oportunidades terão um resultado positivo para a Companhia no futuro. A incapacidade da Companhia de consumar aquisições pretendidas ou a eventual impossibilidade da Companhia em integrar suas operações com sucesso ou qualquer atraso significativo em alcançar esta integração pode afetá-la adversamente. Ainda, caso a Companhia venha incorrer em custos e despesas associados a estas contingências, os resultados operacionais da Companhia e sua condição financeira poderão ser negativamente afetados.

Adicionalmente, as aquisições também apresentam riscos de exposição à Companhia, na qualidade de sucessora, às responsabilidades referentes a processos pré-existentes envolvendo uma empresa adquirida ou demandas judiciais relativas a fatos ocorridos anteriormente à aquisição. O procedimento de auditoria legal realizado como parte das atividades de aquisições, bem como garantias contratuais ou indenizações que possam receber dos vendedores, podem não ser suficientes para proteger ou compensar a Companhia, de tal modo que a existência de tais passivos poderia afetar de maneira adversa a reputação e desempenho financeiro da Companhia.

A proposta comercial da Companhia está sujeita a riscos de gerenciamento de estoque e de mudanças nas preferências dos consumidores.

A Companhia está sujeita a vários riscos relacionados à reposição e otimização de estoque. Por exemplo, está sujeita a riscos relacionados a mudanças rápidas nos ciclos e preços de produtos, produtos defeituosos, mudanças na demanda do consumidor e nos padrões de gastos, entre outros fatores.

A Companhia não pode fornecer qualquer garantia de que selecionará corretamente novos produtos a serem fabricados ou que sua estimativa inicial da demanda de qualquer produto será mantida ou precisa. A Companhia pode não conseguir vender seus produtos em quantidades suficientes ou durante os períodos de pico de vendas, o que causaria ineficiência em seu volume de estoque. A ocorrência de qualquer um dos fatores acima pode afetar adversamente seus resultados operacionais.

Uma parcela substancial da receita da Companhia depende do desempenho de alguns "produtos-chave".

Em geral, uma parcela substancial da receita da Companhia está atrelada à venda de certos "produtos- chave", os quais podem mudar de tempos em tempos.

Se um ou mais "produtos-chave" forem afetados de forma adversa, a Companhia poderá enfrentar problemas que afetem o seu desempenho, sua situação financeira e seus resultados. Exemplos de problemas são litígios decorrentes do uso do respectivo produto, choque negativo na demanda, efeitos colaterais inesperados, problemas no registro ou disputa referente ao uso de marca, processos regulatórios e publicidade negativa que afete a confiança de consumidores, pressão de produtos competitivos existentes, mudanças em rótulos e manutenção de licenças dos respectivos produtos-chave.

A Companhia pode estar sujeita a questionamentos relacionados a sua prática de preços, os quais podem afetar de forma adversa os resultados, negócios e imagem da Companhia.

Em razão de sua atuação no setor de produtos de limpeza doméstica, higiene e cuidados pessoais, considerados essenciais no contexto da pandemia da COVID-19, a Companhia vem sendo objeto de fiscalizações periódicas pelo CADE, para acompanhamento de sua prática de preços. Caso o CADE entenda pela configuração de prática de preços abusivos pela Companhia, a Companhia poderá ser obrigada a reduzir os preços dos produtos por ela vendidos, o que causará um impacto direto nas operações e resultados da Companhia.

As apólices de seguros que a Companhia mantém podem não ser suficientes para cobrir eventuais sinistros.

A Companhia não pode garantir que as apólices de seguro que mantém serão adequadas e/ou suficientes em todas as circunstâncias ou contra todos os riscos aos quais está exposta. No curso normal de seus negócios, desastres naturais, condições meteorológicas adversas, falhas humanas e outros eventos podem causar danos físicos e perda da vida, interrupção de seus negócios, danos a equipamentos, poluição, dano ao meio ambiente, dentre outros. A ocorrência de um sinistro significativo não segurado, em relação ao qual a Companhia não tenha seguro contratado ou não seja indenizável, parcial ou integralmente, pode afetar adversamente suas receitas, despesas e seus negócios. Além disso, a Companhia não pode garantir que no futuro conseguirá manter suas apólices de seguro a taxas comerciais razoáveis ou em termos aceitáveis, ou contratadas com as mesmas companhias seguradoras ou com companhias seguradoras similares, o que poderá gerar maiores custos à Companhia, e, consequentemente, afetar suas condições financeiras.

A capacidade de entrega de produtos pela Companhia pode ser comprometida por fatores externos, armazenagem e logística de transporte.

A capacidade de entrega de produtos pela Companhia a seus clientes está sujeita: (a) ao recebimento de matérias primas, em especial etanol, em suas unidades produtivas, o qual pode ser impactado em decorrência de alterações climáticas extremas, mudanças bruscas nos ciclos produtivos de suas matérias primas, em especial etanol, choques de oferta, quebras de safra, volatilidade de preços ou alterações da qualidade e interrupção no abastecimento de matérias primas, em especial o etanol; (b) à armazenagem adequada de seus produtos, a qual pode ser impactada em decorrência de incêndios, explosões, desastres naturais ou quaisquer eventos que poderiam ocasionar à perda de seus produtos e danos a suas unidades produtivas e uma consequente variação no preço de seus produtos, com impacto nos resultados financeiros da Companhia; e (c) problemas logísticos relacionados ao transporte de seus produtos a seus clientes. A verificação de quaisquer desses fatores pode afetar negativamente a capacidade da Companhia

entregar seus produtos a seus clientes e, consequentemente, as receitas da Companhia e capacidade de arcar com suas obrigações financeiras.

A Companhia está sujeita a aumento da concorrência no seu setor de atuação, o que poderá causar um efeito material adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

A posição competitiva da Companhia é afetada por preço, logística e custos de produção, entre outros fatores. A Companhia enfrenta, no Brasil, concorrência de outros produtores brasileiros e, no exterior, de produtores estrangeiros e brasileiros. Pequenos produtores podem ser concorrentes importantes, alguns dos quais operam na economia informal e são capazes de oferecer preços mais baixos com padrões inferiores de qualidade. Em relação às exportações, a Companhia concorre com produtores estrangeiros e outros produtores brasileiros, verticalmente integrados, que conseguem produzir produtos a custos similarmente competitivos.

Concorrentes da Companhia podem conseguir financiamentos em condições mais vantajosas. Se a Companhia não conseguir manter-se competitiva ou os concorrentes forem mais agressivos, poderá sofrer um efeito adverso nas suas operações e na sua situação financeira.

A Companhia acredita que continuará a enfrentar concorrência em todos os seus mercados e prevê que os atuais ou novos concorrentes poderão ampliar suas linhas de produtos e expandir seu alcance geográfico, o que poderá afetar de forma negativa o seu desempenho financeiro. Qualquer atraso ou falha da Companhia em relação aos produtos, preços e outras estratégias por parte dos concorrentes pode afetar negativamente o desempenho financeiro da Companhia.

A Companhia pode não conseguir executar sua estratégia de negócios e não ser capaz de manter ou aumentar o seu crescimento.

O crescimento da Companhia depende de diversos fatores, muitos deles fora do controle da Companhia. Em particular, a estratégia para o seu crescimento depende, principalmente, do consumo de seus produtos no Brasil, bem como nos países estrangeiros para os quais exporta, nos próximos anos. A Companhia pretende expandir suas atividades em mercados de regiões ainda não exploradas, para aproveitar oportunidades de crescimento de mercado existentes e potenciais.

Adicionalmente, a Companhia pode não ser capaz de estabelecer com sucesso sua estratégia de crescimento regional, em razão da ocorrência de diversos fatores, dentre eles a escassez de mão de obra especializada, ausência de fornecedores confiáveis, concorrência de empresas locais, dificuldade e custo de locação de terrenos, prazo para obtenção de licenças e dificuldades de aceitação das marcas.

Assim, ainda que a Companhia consiga expandir seus negócios para outras cidades e regiões, a Companhia estará sujeita aos riscos da economia local das novas regiões em que vier a atuar, os quais poderão, em razão de suas particularidades, não serem contornados satisfatoriamente pela Companhia.

Neste sentido, o desempenho futuro da Companhia dependerá de sua capacidade de gerenciar o crescimento de suas operações e negócios. Não é possível assegurar que a capacidade de gerenciamento de crescimento será bem-sucedida ou que não interferirá adversamente na estrutura já existente. Caso não seja capaz de gerenciar o crescimento de forma satisfatória, a Companhia poderá perder sua posição no mercado, o que poderá ter um efeito adverso relevante sobre sua condição financeira, resultados operacionais e, consequentemente, influenciar negativamente o preço de negociação das ações da Companhia.

Ainda, o crescimento das operações pode tornar o espaço das atuais instalações insuficientes para armazenar, manter e movimentar os equipamentos da Companhia de forma eficiente, o que pode

acarretar em aumento dos custos operacionais e/ou a necessidade de mudança para novas instalações, podendo, inclusive, sujeitar a Companhia ao pagamento de multas rescisórias e necessidade de realização de investimentos em benfeitorias nas novas instalações, o que poderá causar um impacto negativo e adverso em sua condição financeira.

Caso a Companhia não seja capaz de renovar os contratos de locação dos imóveis ocupados, suas operações poderão ser adversamente afetadas.

A Companhia ocupa imóveis mediante contratos de locação que oferecem riscos e que não podem ser controlados pela Companhia. Por exemplo, se as locações forem extintas, a Companhia não conseguirá renová-las ou se a renovação implicar em condições desfavoráveis aos negócios, a Companhia poderá ser obrigada a alterar a localização das suas instalações. A não renovação dos contratos de locação, ou a renovação em termos menos favoráveis do que os atuais, poderá afetar adversamente as receitas operacionais da Companhia.

Adicionalmente, parte dos contratos de locação não garantem à Companhia o direito de renovar compulsoriamente a locação por meio de propositura de ação renovatória. Caso tais contratos sejam rescindidos, a Companhia terá que buscar novos imóveis, o que acarretará custos de transição e poderá implicar na interrupção das atividades. Adicionalmente, caso o valor de aluguel destes novos imóveis seja superior ao valor anteriormente pago, a rentabilidade da Companhia lojas poderá ser reduzida e afetar adversamente seus resultados operacionais.

Alguns dos contratos de locação não contêm cláusula de vigência prevista no artigo 8º da Lei de Locações (Lei nº 8.245/91) e/ou não estão devidamente registrados junto aos cartórios de registro de imóveis competentes. Sendo assim, na hipótese de os respectivos proprietários decidirem vender os imóveis durante a vigência dos contratos de locação, os novos proprietários poderão solicitar a sua desocupação no prazo de 90 dias contados da aquisição, ainda que o prazo locatício esteja em vigor por prazo determinado, livre de qualquer penalidade. Adicionalmente, em caso de alienação dos imóveis locados, se os contratos de locação não estiverem averbados nas respectivas matrículas, a Companhia não terá direito de adjudicar judicialmente os respectivos imóveis caso o direito de preferência não seja observado, o que poderá afetar adversamente os resultados operacionais da Companhia.

A instalação e operação das unidades da Companhia estão sujeitas a cadastros, autorizações, licenças e alvarás. A não obtenção, não renovação, atrasos ou cancelamento das autorizações, registros, cadastros, licenças, outorgas e alvarás necessários para a instalação e a operação das unidades pode ter impacto negativo na Companhia e seus negócios.

As atividades desenvolvidas pela Companhia dependem de diversos cadastros perante órgãos da administração pública federal, estadual e municipal, incluindo licenças e autorizações, tais como, Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros e alvarás para funcionamento, alvarás sanitários, outorgas para utilização de recursos hídricos, autorizações e licenças ambientais, cadastros perante órgãos ambientais com obrigações acessórias periódicas de pagamento de taxas e apresentação de relatórios, dentre outros.

As licenças e autorizações possuem prazo de validade e devem ser renovadas de tempos em tempos, com ou sem o pagamento de taxas de renovação. Alguns dos imóveis não possuem tais licenças e autorizações ou estão em fase de renovação. Similarmente, alguns cadastros em órgãos ambientais apresentam pendências. Não há garantia de que a Companhia conseguirá renovar tais licenças e autorizações, bem como não é possível assegurar que os imóveis hoje em fase de obtenção de tais licenças e autorizações serão, de fato, licenciados e autorizados. Ainda, a obtenção de tais licenças e autorizações pode ocorrer em tempo superior ao previsto.

A não obtenção destas licenças e autorizações poderá implicar a imposição de sanções administrativas, a exemplo da interdição e fechamento dos imóveis ocupados pela Companhia,

bem como da aplicação de multas à Companhia, o que poderá afetar adversamente e expor a Companhia, bem como seus representantes e administradores, a sanções administrativas e criminais, sem prejuízo da obrigação de recuperar eventuais danos ambientais.

Além disso, a Companhia pode estar sujeita à regulação e controle de outras autoridades públicas, além daquelas hoje entendidas como sendo as competentes, vez que não se pode garantir que tais autoridades públicas não tenham um entendimento contrário ao da Companhia quanto à necessidade de obtenção de outras licenças, alvarás, autorizações e demais cadastros adicionais aos que a Companhia entende atualmente necessário ao desenvolvimento das atividades.

Não é possível assegurar que todas as licenças, registros, cadastros, alvarás e autorizações necessários serão regularmente mantidos em vigor ou tempestivamente renovados junto às autoridades públicas competentes. Este cenário pode vir a ser agravado pelos efeitos decorrentes da decretação de calamidade pública devido à pandemia da COVID-19, o qual resultou em adoção de medidas pelo Governo Federal de redução de funcionamento de órgãos públicos. Este fator poderá eventualmente acarretar atrasos adicionais na emissão de certidões e na regularização de débitos tributários junto aos órgãos competentes.

Condições adversas nos mercados financeiro e de crédito ou a incapacidade da Companhia de obter financiamento adequado poderão prejudicar sua capacidade de operar os negócios ou implementar sua estratégia.

A implementação da estratégia da Companhia, bem como a manutenção de sua capacidade operacional, poderá demandar investimentos adicionais e acarretar um aumento das necessidades de capital, o qual poderá não ser acompanhado por um crescimento equivalente das receitas operacionais. Adicionalmente, poderá ocorrer um aumento dos custos operacionais em decorrência, entre outros fatores, da escassez de matérias-primas, insumos e mão de obra, do aumento do custo de equipamentos e do crescimento da competição nas unidades de negócio. Dessa forma, a Companhia poderá ser obrigada a recorrer a fontes adicionais de recursos, sob a forma de capital ou dívida, para atender as futuras necessidades de capital, os quais poderão não estar disponíveis ou, ainda que disponíveis, não sejam em condições favoráveis.

As futuras necessidades de capital dependerão de diversos eventos, incluindo a taxa de crescimento de suas receitas, o prazo médio de pagamento praticado pelo mercado, a relevância de futuras aquisições e a necessidade de expansão de suas unidades de negócio. Dependendo do volume de investimentos a serem efetuados ou dos custos que deverão ser suportados, a Companhia poderá ser obrigada a incrementar o fluxo de caixa e/ou buscar fontes alternativas de recursos, incluindo por meio da celebração de parcerias estratégicas. Qualquer esforço para aumentar o fluxo de caixa, por meio do crescimento das vendas, redução dos custos operacionais, cobrança dos recebíveis de forma mais eficiente e/ou redução de estoques pode não ser bem-sucedido. Adicionalmente, a Companhia poderá não conseguir obter crédito no mercado para financiar suas atividades em condições favoráveis. Nesse caso, poderá se tornar incapaz de aproveitar futuras oportunidades, responder a pressões competitivas ou alongar o prazo de pagamento dos financiamentos já contratados. A ocorrência de quaisquer desses eventos poderá acarretar um efeito adverso relevante nas operações, nos resultados e, consequentemente, no preço de negociação das ações da Companhia.

Adicionalmente, alguns dos clientes da Companhia, sobretudo no setor de álcool industrial, dependem da disponibilidade de crédito para financiar seus investimentos. Um cenário de escassez de crédito ou de altas taxas de juros poderá afetar negativamente a capacidade de tais clientes custearem seus projetos, gerando redução na demanda pelos serviços da Companhia, o que poderá ter um efeito adverso relevante sobre as operações e situação financeira e/ou aumento no prazo de pagamento requerido, fato que poderá aumentar a necessidade de contratação de financiamento para capital de giro da Companhia.

A dificuldade no acesso ao crédito também pode afetar seus fornecedores, os quais, caso não sejam capazes de cumprir satisfatória e pontualmente as obrigações assumidas nos contratos celebrados com a Companhia, poderão levar a Companhia a buscar novos fornecedores. O atraso no recebimento dos produtos ou a dificuldade em encontrar novos fornecedores poderão impactar a qualidade e a pontualidade da prestação dos serviços pela Companhia a seus clientes, bem como resultar em litígios com seus parceiros ou clientes, o que poderá ter um efeito adverso relevante sobre a reputação, operações e condição financeira da Companhia.

A Companhia pode não conseguir renovar suas linhas de crédito atuais ou ter acesso a novos financiamentos a termos atrativos, o que pode causar um efeito relevante e adverso.

A captação de recursos por meio de financiamentos e o refinanciamento de empréstimos existentes, são fundamentais para as operações correntes da Companhia, para implementação de sua estratégia e para seu crescimento. A Companhia pode não conseguir renovar suas linhas de crédito atuais ou não ter acesso a novos financiamentos, a termos atrativos para conseguir viabilizar suas necessidades de capital ou cumprir com as suas obrigações financeiras.

Os mercados locais de dívida e de capitais foram recentemente impactados pelo custo de crédito, por fatores político-econômicos, pela pandemia da COVID-19, dentre outros. Tais eventos afetaram negativamente as condições econômicas no Brasil. As preocupações quanto à estabilidade do mercado financeiro no Brasil e à solvência de contrapartes resultaram no encarecimento do custo de captação, uma vez que muitos credores aumentaram as taxas de juros, adotaram normas mais rigorosas para concessão de empréstimos e reduziram seu volume e, em alguns casos, interromperam a oferta de financiamento a tomadores em termos comerciais razoáveis.

Caso a Companhia não seja capaz de obter financiamento, de refinanciar suas dívidas quando necessário ou se não puder obter ou renovar fianças bancárias ou seguros garantias, ou se a disponibilidade se der somente em termos desfavoráveis, a Companhia pode não conseguir satisfazer suas necessidades de capital, cumprir com suas obrigações financeiras ou aproveitar oportunidades de negócio, o que pode ter um efeito adverso relevante nos negócios e resultados operacionais da Companhia.

A Companhia está sujeita ao cumprimento de obrigações específicas nos contratos financeiros e instrumentos de dívida, bem como a limitações na capacidade de contrair dívidas adicionais.

Em 30 de junho de 2020, a dívida bruta da Companhia, que corresponde ao somatório dos empréstimos, dos financiamentos e das debêntures (circulante e não circulante) era de R$111.559 mil. Os contratos financeiros e instrumentos de dívida da Companhia exigem a manutenção de certos índices financeiros e/ou de cumprimento de determinadas obrigações. Determinados ativos da Companhia foram dados em garantia das obrigações assumidas no âmbito dos contratos financeiros e instrumentos de dívida celebrados no curso normal dos negócios da Companhia. Qualquer inadimplemento dos termos de tais contratos poderá eventualmente resultar na decisão dos respectivos credores em declarar o vencimento antecipado das dívidas contraídas e/ou resultar no inadimplemento ou vencimento antecipado cruzado (*cross default* e *cross acceleration*, respectivamente) de outros contratos financeiros e/ou na excussão das garantias, o que eventualmente poderá acarretar a limitação do acesso da Companhia às novas linhas de financiamento para execução do seu plano de investimentos, bem como afetar negativamente os negócios, a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia. O vencimento antecipado de parte ou da totalidade das dívidas da Companhia e as restrições à contração de novas dívidas podem restringir a capacidade da Companhia de investimento, afetando, de maneira adversa, a situação financeira, os resultados operacionais e as perspectivas da Companhia.

Ainda, não há como garantir que os credores aceitarão eventual solicitação de revisão contratual ou sustatação de efeitos de inadimplemento (*waiver*), observado que, caso seja negada pelo

credor, poderá ser caracterizado inadimplemento ou vencimento antecipado da dívida, ou, ainda, para sua concessão, pode ser exigido pelo credor pagamento de prêmio, de modo que em qualquer uma dessas situações a condição financeira e nota de crédito da Companhia poderá ser adversamente impactada.

Além disso, em decorrência da pandemia da COVID-19, a Companhia pode enfrentar dificuldades para obtenção de novos financiamentos junto a instituições financeiras ou eventuais outras restrições de caixa, o que pode comprometer e/ou dificultar o cumprimento dos *covenants* financeiros aos quais está sujeita no âmbito de suas obrigações.

Para maiores informações sobre o endividamento da Companhia, vide seções 3.7, 3.8, 3.9 e 10.1 (f) e (g) deste Formulário de Referência.

A Companhia pode não obter sucesso na redução dos custos operacionais ou no aumento de eficiências operacionais.

A Companhia busca reduzir custos e a aumentar eficiências operacionais para atingir melhores resultados no futuro. Não há garantia que a Companhia conseguirá atingir todas as reduções de custos que espera atingir em decorrência dos esforços atualmente empregados. A Companhia pode não conseguir, implantar uma ou mais de uma de suas iniciativas conforme planejado ou enfrentar aumentos de custos inesperados que compensem a economia obtida. A não redução de tais custos pode afetar de maneira adversa a competitividade e os resultados operacionais da Companhia.

Caso haja interrupção ou alteração na operação normal dos centros de distribuição da Companhia, por qualquer motivo, incluindo fatores que estão além do seu controle, como incêndios, desastres naturais, falta de energia, roubos ou furtos, falha nos sistemas, impactos da COVID-19, entre outros, bem como caso não consiga encontrar locais adequados ou enfrentar outras dificuldades relacionadas ao estabelecimento de novos centros de distribuição, os resultados da Companhia podem ser materialmente afetados.

A Companhia está envolvida na produção e distribuição de seus produtos, assim como pesquisa e desenvolvimento de novos produtos ou aprimoramento dos atualmente comercializados. As operações da Companhia são altamente dependentes da operação normal de seus centros de distribuição, tendo em vista que a maioria das mercadorias que comercializa são distribuídas por meio desses centros de distribuição.

Atualmente, a Companhia tem dois centros de distribuição em funcionamento localizados no Estado de São Paulo (Piracicaba) e no Estado do Paraná (Almirante Tamandaré). Caso a operação normal de um desses centros de distribuição seja interrompida total ou parcialmente por qualquer motivo, incluindo fatores que estão além do controle da Companhia, como incêndios, acidentes industriais, desastres naturais, roubos ou furtos, causas ambientais, greves e outras disputas trabalhistas, falha nos sistemas, interrupções na logística, no fornecimento de energia elétrica ou sistemas de informação, controle de qualidade de produtos, segurança, exigência de licenças específicas e outros fatores regulatórios, restrição de circulação de bens e pessoas em decorrência de pandemias (como, por exemplo, a COVID-19), entre outros fatores, a Companhia poderá sofrer um efeito negativo material em sua situação financeira e resultado operacional. A mudança da operação logística dos centros de distribuição de um imóvel para outro traz riscos adicionais que podem impactar a operação da Companhia, inclusive decorrentes dos impactos da pandemia da COVID-19.

Desta forma, a Companhia está exposta ao risco de interrupção parcial ou total de suas atividades, afetando adversamente seus negócios, situação financeira e resultados.

Adicionalmente, a estratégia de crescimento da Companhia pode demandar uma expansão na capacidade de seus centros de distribuição, uma reorganização de seus centros de distribuição atuais ou o estabelecimento de novos centros de distribuição, especialmente em casos de expansão de suas operações para outras regiões do Brasil. Caso a Companhia não consiga encontrar locais adequados ou enfrente outras dificuldades relacionadas ao estabelecimento de novos centros de distribuição, ou não consiga integrar novos ou expandir centros de distribuição ou serviços de operadores logísticos ao seu processo de controle de estoques de maneira eficaz, a Companhia pode não conseguir entregar estoques aos seus clientes em tempo hábil, o que pode culminar em um efeito negativo em suas vendas e na sua estratégia de crescimento.

A adoção de novas práticas contábeis poderá afetar negativamente o resultado da Companhia.

A adoção de novas normas e interpretações contábeis pode impactar substancialmente as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, uma vez que podem vir a alterar entendimentos em vigência nos exercícios fiscais anteriores. Desta maneira, os resultados da Companhia, assim como o seu balanço patrimonial, podem vir a serem modificados de maneira substancial, e não seriam mais comparáveis diretamente com os demonstrativos anteriores.

A ocorrência de surtos epidêmicos na Companhia ou em sua cadeia de suprimentos pode afetar de forma adversa e significativa seus resultados operacionais, especialmente quanto à sua eficiência operacional e logística.

A ocorrência de surtos de doenças contagiosas ou pandemias de enfermidades epidêmicas, com risco potencial à saúde humana, como o novo coronavírus (COVID-19), na cadeia de suprimentos da Companhia, pode afetar de forma adversa e significativa suas operações e, consequentemente, os resultados operacionais, situação financeira e perspectivas da Companhia.

A fim de atender as regras sanitárias e seus valores, a Companhia pode vir a adotar ações visando o bem-estar e saúde de seus colaboradores, em detrimento de sua eficiência operacional e/ou logística, como afastamento remunerado de parte de sua mão-de-obra (aqueles que compõem os grupos de riscos, como idosos, gestantes e portadores de doenças crônicas) e eventual contratação de temporários, distanciamento social e espaçamento de suas linhas de produção.

Os padrões sanitários mais rígidos, associados a quadros de contaminação à força de trabalho da Companhia, podem implicar sanções pelos órgãos reguladores, desde advertências e ajustamento de conduta, até a interdição parcial ou total de plantas operacionais e/ou centros de armazenagem e distribuição, afetando de maneira material e adversa o negócio. A Companhia não pode assegurar que, na ocorrência de surtos epidêmicos nas localidades onde atua, será capaz de evitar a contaminação de sua força de trabalho e, caso tenha contaminações em suas unidades, que não será alvo de sanções de órgãos reguladores ou, especialmente, que conseguirá evitar eventuais interdições de suas plantas operacionais ou de armazenagem e logística.

Incidentes de segurança cibernética podem prejudicar as operações e a reputação da Companhia, se resultarem na divulgação de informações confidenciais e/ou dos dados pessoais tratados pela Companhia.

A Companhia gerencia e armazena diversas informações exclusivas e dados confidenciais e/ou sensíveis referentes às suas operações e dados pessoais de seus clientes, de modo que a Companhia está sujeita a violações dos sistemas de tecnologia de informações por ela utilizados, os quais são vulneráveis a vírus, *worms e* outros *softwares* mal-intencionados, inclusive *bugs* e outros problemas que podem interferir inesperadamente na operação dos sistemas. Incidentes de segurança cibernética podem afetar a confidencialidade, integridade e/ou disponibilidade dos sistemas da Companhia e, portanto, resultar em apropriação indevida de informações da Companhia e/ou dos dados pessoais de seus clientes, colaboradores e terceiros e/ou em tempo de inatividade em seus servidores ou operações, ou ainda, na divulgação de segredos comerciais e/ou

outras informações comerciais sensíveis, o que pode afetar adversamente os resultados financeiros e a reputação da Companhia.

Além disso, interrupções ou falhas nos sistemas de tecnologia da informação da Companhia, como por exemplo na apuração e contabilização do faturamento, causadas por acidentes, mau funcionamento ou atos mal-intencionados, podem ocasionar impactos no funcionamento corporativo, comercial e operacional da Companhia, o que pode afetar seus negócios e resultados operacionais de forma negativa, além de afetar adversamente a imagem e confiabilidade da Companhia junto ao mercado.

Adicionalmente, caso os sistemas da Companhia sejam violados e haja a divulgação não autorizada de dados pessoais de clientes da Companhia e/ou dos clientes/consumidores de seus clientes, a Companhia poderá estar exposta a demandas judiciais decorrentes de erros, falhas, fraudes ou falsidade ideológica pela divulgação ou pelo uso não autorizado dos dados, estando sujeitos também a impactos em sua reputação e imagem e a sanções administrativas, especialmente aquelas relativas à Lei nº 13.709/2018, abaixo descritas.

Desta forma, quaisquer incidentes de segurança cibernética nos sistemas/redes da Companhia podem afetar negativamente a Companhia, ocasionando interrupções e atrasos nos sistemas e danos à sua reputação, o que poderá ter um efeito adverso relevante sobre os negócios, a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia.

A Companhia está sujeita a riscos associados ao não cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados, e pode ser afetada adversamente pela aplicação de multas e outros tipos de sanções.

Até a data do primeiro protocolo deste Formulário de Referência, o uso e manutenção dos dados pessoais de clientes, bem como as práticas relacionadas à publicidade digital, são regulados no Brasil por meio de legislação e regulamentação esparsa, como, por exemplo, a Lei nº 12.965/2014 ("Marco Civil da Internet") e seu decreto regulamentador (Decreto nº 8.771/2016), a Lei nº 8.078/90 ("Código de Defesa do Consumidor") e o Decreto nº 7.962/2013 ("Decreto Regulamentador do Comércio Eletrônico").

Atualmente, a entrada em vigor da Lei nº 13.709/2018, conforme alterada, denominada Lei Geral de Proteção de Dados ("LGPD") está prevista para ocorrer entre o dia 27 de agosto de 2020 e o dia 17 de setembro de 2020, de acordo com o Congresso Nacional e com o Gabinete da Presidência da República no Brasil, e a aplicabilidade de suas penalidades para o dia 1º de agosto de 2021, nos termos da Lei nº 14.010/2020. A LGPD estabelece um novo marco legal a ser observado nas operações de tratamento de dados pessoais no Brasil e prevê, dentre outras providências, direitos dos titulares de dados pessoais, as hipóteses em que o tratamento de dados pessoais é permitido (bases legais), obrigações e requisitos relativos a incidentes de segurança da informação e a transferências de dados pessoais, bem como a autorização para a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados ("ANPD"). Com isso, as práticas da Companhia relacionadas ao tratamento de dados pessoais e à publicidade digital poderão sofrer alterações expressivas, gerando custos adicionais para a Companhia, em virtude da necessidade de adequação de tais práticas às disposições da LGPD.

Caso a Companhia não esteja em conformidade com a LGPD, quando da sua entrada em vigor, a Companhia e suas subsidiárias podem estar sujeitas às sanções, de forma isolada ou cumulativa, de advertência, obrigação de divulgação de incidente, bloqueio temporário e/ou eliminação de dados pessoais e multa de até 2% do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, até o montante global de R$50.000.000 por infração. Além disso, a Companhia pode ser responsabilizada por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados por ela e suas subsidiárias, devido ao não cumprimento das obrigações estabelecidas pela LGPD.

Todavia, o descumprimento de quaisquer disposições previstas na LGPD antes da entrada em vigor das sanções administrativas de tal lei, em agosto de 2021, tem como riscos: (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas pleiteando reparações de danos decorrentes de violações, baseadas não somente na LGPD, mas, na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados ainda vigente; e (ii) a aplicação das penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor e Marco Civil da Internet por alguns órgãos de defesa do consumidor, uma vez que estes já têm atuado neste sentido, antes mesmo da vigência da LGPD e da efetiva estruturação da ANPD, especialmente em casos de incidentes de segurança que resultem em acessos indevidos a dados pessoais.

Desta forma, falhas na proteção dos dados pessoais tratados pela Companhia, bem como a inadequação à legislação aplicável, podem acarretar multas elevadas, divulgação do incidente para o mercado com consequente comprometimento da reputação da Companhia, eliminação dos dados pessoais da base, e até a suspensão de suas atividades, o que poderá ensejar num impacto substancial e adverso em seus negócios, reputação e resultados operacionais, consequentemente, o valor de suas ações.

Uma paralisação ou greve significativa da força de trabalho pode afetar as operações da Companhia.

Os empregados da Companhia são representados por sindicatos trabalhistas e estão protegidos por acordos coletivos ou contratos de trabalho semelhantes, que estão sujeitos à renegociação periódica dentro dos prazos estabelecidos pela legislação aplicável. Greves e outras paralisações ou interrupções de trabalho em qualquer uma das suas instalações, ou movimentos trabalhistas relacionados a qualquer um de seus fornecedores terceirizados, podem afetar adversamente os seus negócios, resultados operacionais, situação financeira e valor dos valores mobiliários de emissão da Companhia.

A Companhia incorreu e incorrerá em aumento de custos como resultado da abertura de capital no âmbito do seu pedido de registro de companhia aberta perante a CVM e do início da negociação de suas ações na B3.

Como preparação para seu processo de abertura e capital e listagem de suas ações na B3, a Companhia incorreu em diversas despesas visando a melhoria em sua governança corporativa, controles contábeis e outras que a Companhia não incorreria como uma sociedade por ações de capital fechado, inclusive no que diz respeito ao cumprimento dos requisitos para sua listagem no Novo Mercado, segmento de listagem da B3 que exige os mais altos níveis de governança corporativa. Alguns dos membros da administração da Companhia não possuem experiência significativa na condução de companhias abertas, e sua administração deverá dedicar tempo substancial à adequação das alterações decorrentes da abertura de capital e do cumprimento dos requisitos regulatórios e de governança corporativa a que estará sujeita, o que aumentará significativamente os custos da Companhia e tornará algumas atividades e ações mais demoradas e custosas. A Companhia não pode prever ou estimar os custos adicionais que incorreu ou incorrerá em razão da abertura de capital ou do cumprimento destes requisitos regulatórios e de governança corporativa. Adicionalmente, na condição de companhia aberta, a Companhia é obrigada a implementar controles internos adequados e eficazes sobre os relatórios financeiros, suas operações, os riscos a que está sujeita, sua governança corporativa, dentre outros. O aumento dos custos como companhia aberta ou qualquer falha em manter a adequação de controles internos acima mencionados poderá afetar adversamente os negócios da Companhia, resultados operacionais, situação financeira e o valor de seus valores mobiliários.

A Companhia e seus administradores estão sujeitos a riscos relacionados a procedimentos judiciais e administrativos, os quais podem afetar de forma adversa os resultados, negócios e imagem da Companhia.

A Companhia e seus administradores são, e podem vir a ser no futuro, parte em processos judiciais envolvendo questões cíveis, tributárias, trabalhistas, consumeristas, concorrenciais, criminais, ambientais e regulatórias, entre outras, bem como em procedimentos administrativos no curso de seus negócios. Eventuais provisões constituídas, depósitos e seguros judiciais (quando existem) podem não ser suficientes para cobrir todas as eventuais condenações no âmbito desses processos. Decisões condenatórias ou a celebração de acordos que impliquem o pagamento de valores com relação a processos judiciais ou procedimentos administrativos poderão resultar em dispêndio de recursos relevantes para a Companhia, o que poderá afetar sua condição financeira de forma negativa. Ainda, tais decisões ou acordos em montantes superiores aos provisionados pela Companhia ou em casos para os quais não haja provisão poderão ter um efeito adverso nos seus resultados.

Não é possível garantir que a Companhia e/ou seus administradores não serão parte em outros processos, procedimentos e/ou questionamentos, incluindo de natureza cível, trabalhista, previdenciária, ambiental, consumerista, concorrencial, criminal ou tributária. Além disso, no escopo de tais processos e/ou procedimentos, a Companhia e seus administradores poderão vir a celebrar termos de ajustamento de conduta e deverão cumprir os seus termos e condições, sob pena de sanção.

Resultados desfavoráveis em processos judiciais ou administrativos contra a Companhia e/ou contra seus administradores poderão afetar de forma relevante e adversa o negócio, a imagem, a reputação e as condições financeiras da Companhia, impedir a condução de seus negócios como inicialmente planejado, ou, ainda, perda de direitos de contratar com a administração pública, de receber incentivos ou benefícios fiscais ou quaisquer financiamentos e recursos da administração pública. Para mais informações vide item 4.3 deste Formulário de Referência.

O código de ética da Companhia e seus controles internos, bem como os contratos celebrados com seus fornecedores podem falhar ou não ser suficientes para evitar violações de leis de combate à corrupção e fraudes e práticas irregulares por parte seus administradores, empregados e fornecedores, podendo ocasionar impactos materiais e adversos nos negócios da Companhia, situação financeira, resultados operacionais, reputação e cotação de mercado das ações de emissão da Companhia.

Os mecanismos internos de prevenção e combate à corrupção da Companhia podem não ser suficientes para assegurar que todos os membros da administração, funcionários ou representantes atuem sempre em estrito cumprimento às políticas internas, leis e regulamentos voltados à prevenção e combate à corrupção, sendo exemplos dessas normas, no Brasil, o Decreto-Lei n° 2.848/1940, a Lei nº 8.137/1990, a Lei n° 8.429/1992, a Lei n° 8.666/1993, a Lei nº 9.613/1998, a Lei nº 12.846/2013, o Decreto nº 3.678/2000, o Decreto nº 4.410/2002, o Decreto nº 5.687/2006, o Decreto nº 8.420/2015, assim como outras normas relacionadas à Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais da OCDE.

Adicionalmente, os processos de governança, políticas, gestão de riscos e *compliance* da Companhia podem não ser capazes de prevenir, mitigar ou detectar (i) violações à legislação e à regulamentação anticorrupção acima mencionadas ou outras violações relacionadas a outras leis e regulamentos aplicáveis, nas esferas cível, administrativa ou criminal; (ii) ocorrências de comportamentos fraudulentos e desonestos que sejam praticados em seu interesse ou benefício, inclusive por parte de administradores, empregados, pessoas físicas e jurídicas contratadas e outros agentes que possam representar ou atuar em seu nome, interesse ou benefício; e (iii) outras ocorrências de comportamentos não condizentes com princípios éticos e morais, que possam afetar material e adversamente a reputação, negócios, condições financeiras e resultados operacionais da Companhia, ou a cotação de mercado das ações de emissão da Companhia de forma negativa. Além disso, suas políticas podem não ser suficientes para mitigar riscos identificados atualmente e com relação à previsibilidade na identificação de novos riscos.

A Companhia pode vir a ser solidariamente responsabilizada pelo pagamento de multa e reparação integral do dano causado em razão de práticas contrárias à legislação e à regulamentação anticorrupção por seus controladores ou sociedades coligadas, que nesse caso poderiam afetar material e adversamente sua reputação, seus negócios, suas condições financeiras e seus resultados operacionais, ou a cotação de mercado de suas ações de forma negativa.

A existência de quaisquer investigações, inquéritos ou processos de natureza administrativa ou judicial relacionados à violação de qualquer destas leis, no Brasil ou no exterior, contra a administração, funcionários ou terceiros atuando em nome, interesse ou benefício da Companhia podem resultar em (i) multas e indenizações, nas esferas cível administrativa ou criminal; (ii) publicação extraordinária de sentença condenatória; (iii) perda dos benefícios ou ativos ilicitamente obtidos, incluindo eventual perda de licenças operacionais (iv) suspensão ou interdição parcial das atividades; (v) dissolução da pessoa jurídica envolvida na conduta ilícita; e/ou (vi) perda de direitos de contratar com a administração pública, de receber incentivos ou benefícios fiscais ou quaisquer financiamentos e recursos da administração pública. Todas essas sanções, se aplicadas, podem ter um efeito adverso relevante sobre a reputação da Companhia, bem como sobre suas operações, condição financeira e resultados operacionais e cotação de mercado de suas ações.

A Companhia está sujeita a riscos relacionados a países para os quais exporta.

A Companhia está sujeita a riscos relativos às condições econômicas, políticas e sociais nos países para os quais exporta ou venha a exportar. Sendo assim, a capacidade futura da Companhia de realização de negócios em mercados externos pode ser afetada negativamente por fatores que estejam além do controle da Companhia, tais como: (i) aumentos de barreiras comerciais para importação e exportação de produtos do seu setor de atuação, tais como aumento de impostos e tarifas de importação sobre os seus produtos, subsídios governamentais e proibições ou imposição de restrições para exportar seus produtos a determinados mercados; (ii) diminuição da demanda, principalmente de grandes mercados; (iii) imposição de aumento de tarifas, impostos antidumping ou outras barreiras comerciais não tarifárias; (iv) alterações no entendimento ou no texto da legislação e regulamentação aplicável aos mercados nos quais atua, incluindo as de natureza tributária, trabalhista, ambiental e de vigilância sanitária, ou inconsistências entre legislações e regulamentações dos diferentes mercados nos quais atua; (v) interferência dos governos locais nas políticas econômicas, especialmente em regimes fiscais e tributários; (vi) instabilidade política, econômica, cambial e desvalorização das moedas locais; (vi) liquidez nos mercados de capitais, financeiro e de empréstimos; (viii) greves, não apenas dos funcionários da Companhia, mas também de agentes portuários, caminhoneiros, agentes alfandegários, agentes de inspeção sanitária e outros agentes governamentais nos portos, brasileiros, nos quais a Companhia exporta a maior parte de seus produtos; e (ix) fechamentos de fronteira imprevisíveis que restrinjam a circulação de produtos, materiais e pessoas; (x) conformidade com diferentes regimes legais e regulatórios estrangeiros, incluindo aspectos sanitários; e (xi) desastres naturais, guerras, conflitos armados, embargos ou atos de terrorismo.

A ocorrência de quaisquer dos fatores acima, bem como de qualquer outro fator que afete as condições econômicas, políticas e sociais dos países para os quais exporta ou venha a exportar, poderão afetar o desempenho financeiro da Companhia no mercado internacional.

As vendas da Companhia no mercado internacional estão sujeitas a uma ampla gama de riscos associados a operações transnacionais.

As exportações de produtos pela Companhia a clientes localizados no mercado externo representam uma parte significativa das vendas líquidas da Companhia, equivalente a 13,1% da receita líquida em 30 de junho de 2020, de modo que a Companhia está fortemente sujeita a eventuais riscos cambiais. Além disso, a Companhia poderá vir a expandir as suas vendas para

outros mercados internacionais. O desempenho financeiro futuro da Companhia, portanto, depende, em grande parte, das condições econômicas, políticas, sociais e regulatórias nessas regiões, bem como das suas condições de fornecimento.

O descumprimento das leis e regulamentos de controle de exportação ou sanções econômicas pode ter um impacto adverso relevante nos resultados operacionais da Companhia, na sua condição financeira e reputacional.

A Companhia enfrenta riscos relacionados à observância de leis e regulamentações de controle de exportação e sanções econômicas, incluindo aquelas administradas pela Organização das Nações Unidas, União Europeia e pelos Estados Unidos, incluindo a Agência de Controle de Ativos Estrangeiros do Departamento do Tesouro dos Estados Unidos (*U.S. Treasury Department's Office of Foreign Assets Control*). Os programas de sanções econômicas restringem as negociações da Companhia com certos países, indivíduos e entidades que foram sancionados. Entretanto, a Companhia faz e pode, no futuro, buscar fazer negócios em determinados países que estão sujeitos a sanções sob as leis dos Estados Unidos ou de outros países, observadas as autorizações e isenções pertinentes. Embora a Companhia tenha buscado tais negócios, e pretenda buscar outros negócios no futuro, em total cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis, as autorizações e isenções pertinentes, a Companhia pode não ser bem-sucedida em garantir o cumprimento de limitações ou restrições nos negócios com empresas localizadas em tais países. Se a Companhia violar leis ou regulamentações aplicáveis, poderá sofrer multas e outras penas nas esferas cível e penal, sofrer impactos adversos em sua reputação e seus resultados operacionais e sua condição financeira. Além disso, a Companhia não pode garantir que seus funcionários, diretores, sócios, executivos, parceiros ou quaisquer terceiros com quem tem negócios, incluindo, dentre outros, distribuidores e fornecedores, não violam tais leis e regulamentos. Ademais, a Companhia poderá ser responsabilizada por qualquer violação das leis e regulamentos relativos a sanções por tais indivíduos, o que poderia resultar em multas de natureza cível ou penal ou outras penalidades, além de ter um impacto adverso relevante em seus resultados operacionais, condição financeira e prejudicar a reputação da Companhia.

(b) Riscos Relacionados ao Controlador ou Grupo de Controle da Companhia

A Companhia pode enfrentar potencial conflito de interesses envolvendo transações com partes relacionadas.

A Companhia possui ou poderá possuir custos ou despesas decorrentes de transações com partes relacionadas. Essas contratações com partes relacionadas estariam sujeitas à Política de Transações com Partes Relacionadas, conforme descrita no item 16.1 deste Formulário de Referência, mas ainda podem gerar situações de potencial conflito de interesses entre as partes. Caso essas situações de conflito de interesses se configurem, elas poderão causar um impacto adverso nos negócios da Companhia, resultados operacionais, situação financeira e valor de seus valores mobiliários. Adicionalmente, caso a Companhia celebre transações com partes relacionadas em caráter não comutativo, trazendo benefícios às partes relacionadas envolvidas, os eventuais acionistas minoritários da Companhia poderão ter seus interesses prejudicados.

Uma redução da participação societária do atual grupo de controle da Companhia em decorrência da Oferta poderá ser interpretada como uma alteração no controle da Companhia e, consequentemente, configurar um evento de vencimento antecipado de determinados contratos, o que poderá afetar adversamente a Companhia.

A Companhia é parte em contratos financeiros e comerciais cujos termos preveem vencimento antecipado em caso de alteração no controle, direto ou indireto, da Companhia e/ou suas controladas, conforme aplicável.

Caso haja a concretização da oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia ("Oferta"), o grupo de controle formado pelos atuais acionistas poderá deixar de deter mais do que 50% do capital votante da Companhia. Assim, caso algum credor ou contraparte dos contratos financeiros e comerciais dos quais a Companhia é parte entenda que referida redução da participação societária dos atuais acionistas controladores na Companhia em decorrência da Oferta constitui uma alteração no controle da Companhia, caso os acionistas controladores venham a efetuar no futuro vendas adicionais de sua participação, ou caso um novo acionista ou grupo de acionistas seja capaz de eleger a maioria dos administradores da Companhia em assembleia geral de acionistas levando a uma efetiva alteração no controle da Companhia e caso a Companhia não seja capaz de obter as aprovações necessárias, o evento poderá ocasionar a declaração do vencimento antecipado de tais contratos da Companhia. O vencimento antecipado destes contratos consumiria uma parcela relevante do caixa da Companhia, o que pode prejudicar sua situação financeira.

Os contratos financeiros da Companhia, além de cláusulas de vencimento antecipado em caso de alteração no controle societário, contêm cláusula de *cross acceleration* e de *cross default*, o que significa que o inadimplemento de obrigação da Companhia no âmbito de um contrato poderá resultar na decisão dos demais credores em declarar o inadimplemento ou vencimento antecipado das respectivas dívidas. O vencimento antecipado de parte relevante ou de todos os contratos financeiros da Companhia consumiria uma parcela do seu caixa, o que pode afetar adversamente a sua situação financeira da Companhia. Para mais informações sobre os contratos financeiros, vide item 10.1(f) deste Formulário de Referência.

Caso a Companhia e os Acionistas Vendedores tenham êxito na realização da oferta pública inicial de ações, a Companhia poderá deixar de ter um acionista controlador definido, o que poderá tornar a Companhia suscetível a alianças entre acionistas, conflitos entre acionistas e outros eventos decorrentes da ausência de acionista controlador ou um grupo de controle.

Em razão da realização da Oferta, os atuais acionistas controladores poderão deixar de deter mais do que 50% do capital votante da Companhia. Neste sentido, caso a Companhia tenha êxito na realização da Oferta, a Companhia poderá deixar de ter um grupo de acionistas detentores, em conjunto, da maioria absoluta do seu capital votante.

Assim, a Companhia estará mais suscetível ao surgimento de um grupo de acionistas agindo conjuntamente que passe a deter o poder decisório das atividades da Companhia e, como consequência, exercer o controle. Além disso, a Companhia poderá ficar mais vulnerável a tentativas hostis de aquisição de controle e a conflitos daí decorrentes e certas deliberações que exigem quórum mínimo poderão não ser atingidas, dificultando o procedimento decisório no âmbito das atividades sociais da Companhia.

Qualquer mudança repentina ou inesperada na administração da Companhia, no seu plano de negócios e direcionamento estratégico, tentativa de aquisição de controle ou qualquer disputa entre acionistas concernentes aos seus respectivos direitos podem afetar adversamente os negócios e resultados operacionais da Companhia.

(c) Riscos Relacionados aos Acionistas da Companhia

A necessidade de captação de recursos adicionais pela Companhia por meio de emissão de ações ou outros valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações, poderá diluir a participação acionária dos investidores na Companhia ou não ser economicamente satisfatória.

A Companhia pode precisar captar recursos adicionais no futuro, a serem obtidos inclusive por meio de emissões públicas ou privadas de ações ou outros valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão da Companhia. A obtenção de recursos, pela Companhia, por

meio da emissão de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, poderá resultar em alteração na quantidade de ações em circulação e no preço das ações, e, consequentemente, na diluição da participação acionária dos referidos acionistas, que poderão passar a ter menor participação proporcional em rendimentos e menor poder de influência nas decisões tomadas pela Companhia, caso estes não exerçam, por qualquer motivo, os seus direitos de preferência na subscrição de novas ações emitidas em decorrência de tais novas ofertas de ações para obtenção de capital adicional no futuro.

A distribuição pública de ações ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão da Companhia pode ser realizada, inclusive, com a exclusão do direito de preferência dos acionistas da Companhia, podendo resultar na diluição da participação dos seus acionistas no capital social. A Companhia não pode assegurar a disponibilidade de capital adicional ou, ainda, que as condições de captação serão economicamente satisfatórias. A falta de acesso a capital adicional em condições satisfatórias e o aumento nas taxas de juros pode afetar adversamente o crescimento da Companhia, o que pode vir a prejudicar a performance das suas atividades, situação financeira e resultados operacionais e, consequentemente, a cotação de seus valores mobiliários.

A CNA pode não ser capaz de honrar com as obrigações assumidas no âmbito de sua 3ª emissão de debêntures, o que pode levar à excussão da alienação fiduciária sobre as ações de emissão da Companhia.

Na data deste Formulário de Referência, 16.369.684 ações da Companhia de titularidade do acionista Vocatus Participações S.A. e 13.393.378 ações da Companhia de titularidade do acionista Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Zulu Corp, representativas de 30% das ações de emissão da Companhia, encontram-se alienadas fiduciariamente aos debenturistas da 3ª emissão de debêntures da CNA, as quais foram utilizadas como lastro para a 4ª emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócios (CRAs), em duas séries, da True Securitizadora. Caso a CNA não seja capaz de honrar com as obrigações assumidas na escritura de emissão ou caso as debêntures vençam antecipadamente, o agente fiduciário, na qualidade de representante dos titulares de CRA, poderá ceder, transferir, alienar e/ou de outra forma excutir as ações alienadas fiduciariamente e os direitos delas decorrentes, no todo ou em parte, por meio de venda, cessão, transferência ou por qualquer outro meio a terceiros, independentemente de quaisquer medidas judiciais ou extrajudiciais, e aplicar os respectivos recursos para pagamento parcial ou liquidação das obrigações garantidas da forma que julgar conveniente. A Companhia não pode assegurar que no caso de excussão da alienação fiduciária e transferência da titularidade das ações, tais ações não sejam ofertadas publicamente. O aumento na quantidade de ações colocadas em circulação no mercado de capitais poderá afetar o preço e liquidez das ações da Companhia e limitar significativamente a capacidade dos titulares das ações de sua emissão de vendê-las ao preço e nas datas desejados.

Os titulares das ações ordinárias de emissão da Companhia poderão não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio.

De acordo com o estatuto social da Companhia, deve-se pagar aos seus acionistas, no mínimo, 25% do seu lucro líquido anual, calculado nos termos da Lei das Sociedades por Ações, sob a forma de dividendos ou juros sobre o capital próprio. O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízo ou retido nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações e pode não ser disponibilizado para o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio. Além disso, a Lei das Sociedades por Ações permite que uma companhia aberta, como a Companhia, suspenda a distribuição obrigatória de dividendos em determinado exercício social, caso o Conselho de Administração informe à Assembleia Geral Ordinária que a distribuição seria incompatível com a situação financeira da Companhia. Se isso acontecer, os titulares das ações ordinárias da Companhia poderão não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio. Por fim, a isenção de imposto de renda sobre a distribuição de dividendos e a tributação atualmente

incidente sob o pagamento de juros sobre capital próprio prevista na legislação atual poderão ser revistas e tanto os dividendos recebidos, quanto os distribuídos poderão passar a ser tributados e/ou, no caso dos juros sobre capital próprio, ter sua tributação majorada no futuro, impactando o valor líquido a ser recebido pelos acionistas da Companhia a título de participação nos seus resultados.

Um mercado de negociação ativo e líquido para as ações da Companhia poderá não se desenvolver, limitando a capacidade de seus acionistas venderem as ações pelo preço e no momento desejados.

O mercado brasileiro é substancialmente menor, menos líquido e potencialmente mais volátil que os mercados de ações nos Estados Unidos e em outros países desenvolvidos. Os investimentos em valores mobiliários negociados no mercado brasileiro estão sujeitos a determinados riscos, tais como mudanças nos ambientes regulatório, fiscal, social, econômico e político, local e global. Essas características de mercado poderão afetar o preço e liquidez das ações da Companhia e limitar significativamente a capacidade dos titulares das ações de sua emissão de vendê-las ao preço e nas datas desejados. O valor de mercado das ações da Companhia poderá também variar significativamente por diversas razões, incluindo os Fatores de Risco apresentados neste Formulário de Referência.

(d) Riscos Relacionados às Controladas e Coligadas da Companhia

A totalidade da receita da Companhia é decorrente do resultado operacional de suas sociedades controladas. A descontinuidade de uma de suas controladas poderá afetar negativamente as operações e resultados.

A Companhia detém participações diretas e indiretas na Companhia Nacional do Álcool, Álcool Ferreira S.A. e Da Ilha Comércio de Álcool Ltda., e o resultado dessas participações compõe os seus resultados e patrimônio, razão pela qual os resultados apresentados por estas sociedades podem ser impactados por uma piora nas condições setoriais e mercadológicas em suas respectivas operações, impactando os resultados consolidados da Companhia (para mais informações, vide o organograma da Companhia no item 15.4 deste Formulário de Referência). Dessa forma, a totalidade de seu resultado decorre do resultado das referidas sociedades controladas. A descontinuidade das operações de uma das controladas, e consequente eliminação da contribuição de receitas existente, ou mesmo o resultado negativo de uma ou mais das referidas sociedades controladas, poderá afetar o resultado da Companhia. Adicionalmente, contingências que afetem tais sociedades também poderão afetar os negócios e a reputação da Companhia.

A Companhia entende que não há riscos específicos relacionados às suas controladas e coligadas além dos mencionados nos itens acima.

(e) Riscos Relacionados aos Fornecedores da Companhia

O preço das matérias-primas e embalagens utilizadas pela Companhia é volátil e uma oscilação brusca ou inesperada nesses preços poderá ter um efeito material adverso nas atividades, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

As principais matérias-primas utilizadas na produção, embalagem, empacotamento e transporte dos principais produtos da Companhia estão sujeitas a substanciais flutuações de preço, que poderão causar um efeito material adverso nas atividades, situação financeira e resultados operacionais da Companhia. Tais matérias-primas e/ou seus componentes são influenciados por uma série de fatores sob os quais a Companhia tem pequeno ou nenhum controle, incluindo, mas não limitado a, clima, produção agrícola, condições econômicas internacionais e nacionais, custos de transporte e processamento, regulamentações e políticas governamentais e relação entre oferta e demanda mundial.

As embalagens também são importantes componentes do processo produtivo da Companhia e seu preço sofre influência, direta ou indireta, de diversos fatores, entre eles os preços internacionais do petróleo, que são estabelecidos com base no dólar. A Companhia não tem e não terá controle sobre os fatores que afetam a flutuação do preço das embalagens.

Adicionalmente, a Companhia pode não ser capaz de repassar aos seus clientes, no seu devido tempo, os aumentos de custos de insumos relacionados à produção de seus produtos, o que poderá vir a diminuir sua margem de lucro e causar um efeito material adverso nas suas atividades.

A Companhia é vulnerável a riscos de transporte e logística e depende de fornecedores terceirizados para garantir sua cadeia de suprimentos ("supply chain").

A Companhia depende de serviços de transporte e logística rápidos e eficientes para, entre outras coisas, abastecer suas fábricas com matérias-primas e insumos e atender a demanda de seus clientes ("*supply chain*"), por meio da distribuição de seus produtos. Qualquer interrupção prolongada desses serviços pode ter um impacto adverso relevante em seus negócios, situação financeira e resultados operacionais. Por exemplo, em maio de 2018, uma greve nacional de caminhoneiros começou no Brasil, por conta dos aumentos nos preços dos combustíveis. A greve interrompeu materialmente a cadeia de fornecimento de várias indústrias em todo o País, incluindo a cadeia de fornecimento e distribuição da Companhia. Além disso, essa greve também afetou materialmente o funcionamento regular dos portos de onde os produtos da Companhia são exportados, assim como implicou em aumento de custos operacionais e logísticos.

A Companhia não pode garantir que os caminhoneiros não tentarão realizar novas greves e que o Governo Federal ou qualquer outra parte relevante poderá atender às demandas dos caminhoneiros de maneira satisfatória ou que tal greve não será prejudicial à cadeia de suprimentos ou à operação de suas unidades de produção e distribuição.

Ademais, qualquer outra redução na disponibilidade de serviços logísticos ou um aumento significativo nos custos de serviço de transporte, bem como inundações em portos, incêndios em armazéns ou greves de trabalhadores, poderiam prejudicar a capacidade da Companhia de satisfazer os requisitos da cadeia de suprimentos e entregar os produtos aos seus clientes. Qualquer interrupção nos serviços de transporte e/ou logística de que a Companhia depende para suas atividades poderá causar um impacto adverso relevante em seus resultados operacionais e condição financeira.

A Companhia pode figurar como responsável solidária pelos danos ambientais causados por seus fornecedores.

Na esfera civil, os danos ambientais implicam responsabilidade objetiva e solidária. Isso significa que a obrigação de reparar a degradação causada poderá afetar a todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para a ocorrência do dano ambiental, independentemente da comprovação de culpa, o que poderá afetar adversamente os resultados e atividades da Companhia.

Ainda, a contratação de terceiros para proceder a qualquer intervenção nos estabelecimentos e nas atividades da Companhia, tais como, gerenciamento de áreas contaminadas, supressão de vegetação, construções ou disposição final de resíduos sólidos, não exime a responsabilidade da Companhia por eventuais danos ambientais causados pelo terceiro contratado no exercício das atividades contratadas pela Companhia. Caso a Companhia seja responsabilizada por eventuais danos e não tenha sucesso em seu eventual direito de regresso contra o terceiro contratado, seus resultados e reputação poderão ser adversamente afetados.

(f) Riscos Relacionados aos Clientes da Companhia

Caso a capacidade de pagamento dos clientes da Companhia se deteriore, a Companhia poderá não receber pagamentos por eles devidos.

O recebimento de valores decorrentes das atividades da Companhia depende da contínua capacidade creditícia de seus clientes, bem como da capacidade da Companhia de realizar controle de risco de crédito e de cobrar as quantias em aberto. Se a capacidade de pagamento de seus clientes diminuir ou se a Companhia não conseguir realizar os controles e a cobrança de forma adequada, a Companhia poderá sofrer um efeito negativo relevante sobre sua situação financeira e resultados operacionais.

A Companhia conta com alguns clientes que contribuem com parte significativa de sua receita operacional líquida.

Alguns clientes estratégicos representam uma parcela significativa da receita operacional líquida da Companhia. Seu principal e mais relevante cliente representou, em 30 de junho de 2020, 19,9% da receita líquida da Companhia.

Se referido cliente apresentar baixo desempenho, parar de comprar os produtos da Companhia, der preferência a produtos concorrentes, ou, ainda, se a Companhia ficar impossibilitada de contratar com tal cliente, o desempenho da Companhia poderá ser negativamente afetado.

Para maiores informações sobre a concentração da receita operacional líquida em determinados clientes da Companhia, vide item 7.4 (a) deste Formulário de Referência.

O aumento na concentração do mercado varejista pode forçar empresas do setor a reduzir suas margens ou diminuir seu poder de negociação frente aos seus clientes, o que pode ter um efeito adverso para a Companhia.

O resultado da Companhia depende de maneira relevante de algumas grandes redes varejistas, uma vez que, parcela relevante da sua receita líquida de vendas decorre da receita gerada por um número limitado de grandes redes varejistas. O porte desses clientes permite que eles estejam em uma posição privilegiada nas negociações com relação aos preços dos produtos da Companhia. A possibilidade de concentração do mercado varejista em poucas grandes empresas, aumenta o poder de negociação dessas empresas, que podem utilizar o seu poder de mercado para forçar a redução dos preços praticados pelas empresas do setor. Ademais, o fenômeno de concentração dos setores varejistas também pode provocar a diminuição da base de clientes da Companhia. Caso a Companhia não seja capaz de suportar as pressões que vier a sofrer dos seus clientes para reduzir ou não reajustar os preços dos seus produtos, ou venha a reajustá-los de maneira que não seja compatível com o incremento de seus custos, a Companhia poderá ter sua lucratividade adversamente afetada. Ademais, caso a Companhia não seja capaz de manter o relacionamento comercial com esses clientes, ou substituí-los por clientes do mesmo porte, a Companhia poderá ter sua receita negativamente afetada.

(g) Riscos Relacionados aos Setores da Economia em que a Companhia Atua

A Companhia atua em segmentos de alta concorrência no mercado industrial, tendo como competidores grandes empresas, o que poderá causar um efeito material adverso nas suas atividades, situação financeira e resultados.

A Companhia atua no segmento industrial altamente competitivo e enfrenta concorrência de outras companhias sólidas, com presença tanto no mercado nacional quanto no mercado internacional.

Em escala global, alguns dos competidores da Companhia possuem recursos financeiros e de *marketing* substanciais, podendo possuir maior facilidade do que a Companhia para obter acesso a capital mais barato e a tecnologias, bases maiores de consumidores e maior variedade de produtos ofertados. Adicionalmente, os atuais e futuros concorrentes da Companhia, no âmbito do segmento industrial, da Companhia podem ser bem-sucedidos em determinadas linhas de produtos e/ou regiões, de forma que a competição com tais concorrentes nos mercados em que a Companhia atua poderá resultar em perda de participação de mercado. A Companhia poderá vir a ter que aumentar seus gastos com *marketing* e promoção e/ou reduzir os preços de seus produtos, adaptar os produtos existentes e lançar novos produtos. O sucesso de tais medidas está sujeito a riscos, incluindo incertezas quanto à capacidade de assimilação dos consumidores. Assim, referidas medidas poderão não ser capazes de manter ou aumentar a participação de mercado da Companhia, o que poderá afetar adversamente seus resultados.

A Companhia concorre com produtores globais de etanol. No Brasil, o mercado de etanol permanece altamente fragmentado e competitivo. Uma possível maior consolidação do mercado local pode levar a pressões competitivas ainda mais intensas.

Existe uma forte competição tanto interna quanto externa com a produção de outros países, especialmente os Estados Unidos. A produção americana é baseada no etanol de milho e tem uma escala maior do que a brasileira. Desta forma, uma redução do preço do milho no mercado internacional pode levar a significativas reduções no preço do etanol americano, trazendo pressão de preço para o mercado brasileiro. Em termos gerais, são muitos os fatores que influenciam a posição competitiva da Companhia, incluindo a disponibilidade, qualidade e o custo de fertilizantes, energia, água, produtos químicos e mão-de-obra, além da taxa de câmbio. Alguns dos concorrentes internacionais que a Companhia tem ou pode vir a ter possuem maior escala, maior base de clientes e maior variedade de produtos. Se a Companhia não puder permanecer competitiva em relação a esses produtos no futuro, a participação de mercado da Companhia poderá ser afetada de maneira adversa, impactando de forma negativa a sua capacidade de pagamento.

Ainda, novos concorrentes poderão entrar nos mercados em que a Companhia opera. Qualquer um destes fatores poderá causar um efeito adverso nas suas atividades, situação financeira e resultados.

Os negócios da Companhia podem ser afetados de forma substancial se as operações em suas instalações de transporte, depósito e distribuição sofrerem interrupções significativas. Seus negócios também podem ser adversamente afetados se as operações de seus clientes e fornecedores sofrerem interrupções significativas.

As operações da Companhia dependem da operação ininterrupta das suas instalações (depósitos) e dos diversos modos de transporte (rodoviário e marítimo). Também dependem da operação ininterrupta de determinadas instalações operadas por seus fornecedores e clientes. Tais operações podem ser parcial ou integralmente suspensas, temporária ou permanentemente, como resultado de circunstâncias, tais como greves, eventos catastróficos da natureza, problemas de natureza ambiental (incluindo processos de licenciamento ambiental, contaminações, restrições de natureza ambiental, dentre outras obrigações), dificuldades trabalhistas (incluindo paralizações e greves), interrupções no fornecimento de produtos para as instalações ou meios de transporte, dentre outras.

Qualquer interrupção significativa nessas instalações ou a impossibilidade de transportar seus produtos de e para essas instalações e/ou de e para seus clientes, pode afetar de modo significativo os resultados financeiros da Companhia com possíveis impactos relevantes para sua reputação, ocasionando um impacto negativo na a sua capacidade de pagamento.

Além disso, no Brasil, são necessários investimentos substanciais em infraestrutura logística para permitir o acesso aos terminais de exportação a custos competitivos. Uma grande parcela da produção agrícola brasileira ainda é transportada por caminhões, o que é significativamente mais dispendioso do que outros meios de transporte disponíveis a outros produtores internacionais. Investimentos ou melhorias necessários para manutenção da infraestrutura do Brasil podem não ser feitos ou não ocorrer no momento oportuno, o que pode deteriorar sua situação, prejudicando a demanda ou os preços dos produtos da Companhia, impedir sua entrega, impor custos adicionais ou ter outros efeitos materiais adversos sobre os seus negócios, condição financeira e resultados de operações.

Os produtos que a Companhia comercializa são substancialmente dependentes do etanol o qual, por sua vez, é adquirido de poucos fornecedores.

Os produtos que a Companhia comercializa são substancialmente dependentes da mesma matéria-prima, o etanol que, por sua vez, é adquirido de poucos fornecedores. Caso algum fornecedor não seja capaz de fornecer referida matéria-prima na quantidade e na frequência usualmente adquirida pela Companhia ou não possua estoques suficientes de etanol, a Companhia poderá não ser capaz de manter o nível de vendas de seus produtos, o que pode causar um efeito adverso sobre suas atividades.

A volatilidade no preço do etanol pode afetar diretamente os resultados da Companhia.

O preço do etanol pode sofrer flutuações significativas em razão de diversos fatores que afetam diretamente a sua indústria. A volatilidade do preço do etanol pode exercer impacto nos resultados da Companhia, fazendo com que a receita com a venda de seus produtos fique abaixo do custo de produção. Adicionalmente, a variação do preço da cana-de-açúcar, da qual o etanol é subproduto, pode impactar negativamente os resultados da Companhia. Tal como ocorre com outras *commodities*, a cana-de-açúcar e seus subprodutos, como o etanol, estão sujeitos a flutuações em seu preço em função da demanda interna e externa e do volume de produção. A volatilidade do preço da cana-de-açúcar pode exercer impacto nos resultados da Companhia.

(h) Riscos Relacionados à Regulação dos Setores em que a Companhia Atua

As atividades da Companhia estão sujeitas a uma extensa e variada regulamentação e alterações nas exigências regulatórias para obter e renovar licenças, alvarás ou registro de produtos poderão causar um efeito material adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

A Companhia está sujeita a uma extensa regulamentação federal, estadual e municipal para o desempenho de suas atividades. As normas abrangem a proteção do meio ambiente, da saúde e da segurança dos trabalhadores. Devem ser observados os padrões operacionais e de segurança do Ministério da Saúde e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária ("ANVISA"), deve ser obtido o licenciamento sanitário promovido pela ANVISA e pelos órgãos estaduais e locais competentes e o registro perante os Conselhos Profissionais competentes, a exemplo do Conselho Regional de Química ("CRQ") da respectiva jurisdição. A Companhia também está sujeita à obtenção do Certificado de Boas Práticas de Fabricação ("CBPF") emitido pela ANVISA.

A Companhia pode ser obrigada a obter diferentes licenças e autorizações das autoridades governamentais relacionadas à comercialização e logística no desenvolvimento de suas atividades. Dentre elas, (1) de instalação e funcionamento, (2) do corpo de bombeiros e (3) de vigilância, controle e fiscalização pelas autoridades sanitárias. A legislação e regulamentação em vigor podem impor também a compra e a instalação de equipamentos custosos e mudanças operacionais para limitar potenciais impactos ou aumentar a proteção ao meio ambiente ou à saúde.

Caso a Companhia não cumpra com quaisquer de suas obrigações perante a ANVISA, seja por não manter vigentes as licenças sanitárias dos estabelecimentos ou por não manter vigentes ou renovar os registros dos produtos, ou ainda em caso de não observância da legislação sanitária, estará sujeita não apenas às sanções civis e penais cabíveis, como também às sanções previstas na Lei Federal nº 6.437/1977, tais como advertência, multa de R$ 2.000,00 a R$ 1.500.000,00, a depender da gravidade da infração, interdição do estabelecimento, cancelamento de autorização ou licença, entre outras penalidades legalmente descritas de acordo com cada tipo de infração. Adicionalmente, o Ministério da Saúde poderá, a qualquer momento, suspender a fabricação e a venda de qualquer produto submetido às regras da Lei Federal nº 6.360/1976 ("Lei 6.360/1976"), conforme alterada, caso se torne suspeito de ter efeitos nocivos à saúde, mesmo que possua registro, como medida de segurança sanitária e por meio de razões fundamentadas do órgão competente.

Os negócios da Companhia, sua condição financeira e seus resultados operacionais podem ser afetados de maneira significativa e adversa, caso ela não consiga obter ou renovar todas as licenças, permissões e outorgas necessárias para o desenvolvimento de suas atividades.

A Companhia, ainda, pode estar exposta a contingências resultantes do manuseio de materiais perigosos e potenciais custos para cumprimento da regulamentação. A variabilidade e extensão da regulamentação aplicável às atividades da Companhia podem trazer eventual dificuldade na sua observância pela Companhia ou impacto econômico-financeiro e efeito adverso às atividades da Companhia.

Qualquer desses fatores pode fazer com que a Companhia incorra em custos adicionais, o que pode obrigá-la a desviar recursos destinados à sua estratégia de expansão para o cumprimento de eventuais encargos adicionais, ou comprometer o regular funcionamento das suas plantas e centros de distribuição.

Alterações nas leis tributárias podem aumentar a carga tributária sobre a comercialização de álcool e, como consequência, podem afetar adversamente a lucratividade da Companhia.

O Governo Federal implementa regularmente mudanças nos regimes fiscais que podem aumentar a carga tributária sobre a Companhia e seus fornecedores. Essas alterações incluem modificações em alíquotas e, ocasionalmente, a criação de tributos novos ou temporários. Em 2017, o Governo Federal majorou as alíquotas do PIS/COFINS sobre o álcool, nas operações promovidas por produtores e distribuidores da mercadoria. Não é possível assegurar que não haverá nova majoração dessas alíquotas ou mesmo a criação de tributos novos de forma a impactar negativamente a lucratividade da Companhia e suas controladas.

(i) Riscos Relacionados aos Países Estrangeiros em que a Companhia Atua

Não aplicável. A Companhia não possui operações próprias ou por meio de coligadas em países estrangeiros.

(j) Riscos Relacionados a Questões Socioambientais

A Companhia pode ser afetada adversamente se sua cadeia de fornecimento não cumprir as leis e regulamentações socioambientais.

As sociedades que realizam o beneficiamento de produtos químicos, como a Companhia, estão sujeitas à regulamentação ambiental à fiscalização de diversas autoridades federais, estaduais, municipais. As exigências relacionam-se à obtenção de licenças, outorgas, autorizações, permissões, alvarás, certificados e/ou registros, em observância das leis e regulamentações relativas aos aspectos de proteção ao meio ambiente e segurança, incluindo a exposição, o manuseio, tratamento, transporte e descarte de substâncias perigosas.

A Companhia produz e comercializa produtos para limpeza doméstica e de cuidados pessoais, bem como álcoois industriais, e está sujeita aos riscos ambientais relativos a seus produtos. A Companhia está sujeita à responsabilização em processos relacionados à qualidade de seus produtos ou obrigatoriedade de realizar *recall,* o que pode impactar negativamente a imagem das suas marcas, a sua reputação e a condução de suas atividades. Ademais, qualquer risco à saúde, real ou possível, associado aos produtos comercializados pela Companhia ou mesmo por seus concorrentes poderão acarretar publicidade negativa, podendo causar a perda de confiança dos consumidores na segurança e qualidade de seus produtos ou até mesmo dos seus setores de atuação em geral.

A regulamentação ambiental dispõe, dentre outros temas, sobre (i) reparação dos impactos gerados pelas atividades da Companhia no meio ambiente, (ii) manuseio, tratamento, transporte e descarte de resíduos, (iii) lançamento de emissões na água, ar e solo, e (iv) utilização de substâncias controladas para limpeza de equipamentos. Além disso, empresas com as quais a Companhia contrata para realizar a coleta, tratamento, transporte e descarte final de resíduos que gera também devem estar em conformidade com a legislação e regulamentação ambiental aplicável. A coleta, transporte, tratamento e destinação final adequados dos resíduos gerados pressupõe prévia aprovação dos órgãos ambientais competentes.

A obrigação de reparar os danos causados ao meio ambiente é tratada, especialmente, pela Política Nacional do Meio Ambiente. A responsabilidade civil impõe ao poluidor a obrigação de recomposição do meio ambiente ou, na sua impossibilidade, de ressarcimento dos prejuízos causados.

A responsabilidade civil ambiental é objetiva e solidária, o que significa dizer que a obrigação de reparar a degradação causada não depende da demonstração de culpa, mas apenas da relação entre a atividade exercida e os danos verificados (nexo de causalidade), podendo afetar a todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para a ocorrência do dano ambiental, incluindo os fornecedores e parceiros da Companhia, o que poderá afetar adversamente a Companhia.

Na seara da responsabilidade civil, a contratação de terceiros para prestação de quaisquer serviços relacionados aos empreendimentos e atividades da Companhia, tais como gerenciamento de áreas contaminadas, supressão de vegetação, construções civis ou disposição final de resíduos, não exime a Companhia da responsabilidade por eventuais danos ambientais causados pela contratada, de modo que poderá ser considerada solidária ou subsidiariamente responsável pela sua reparação. Nesse cenário, a Companhia está sujeita a figurar no polo passivo de processos ambientais por condutas de terceiros e eventualmente ser obrigada a efetuar o pagamento de condenações judiciais e demais penalidades, incluindo medidas para reparação do dano ambiental. Caso a Companhia seja responsabilizada por eventuais danos ambientais causados pelos terceiros contratados ou fornecedores, os resultados, as atividades e a imagem da Companhia podem ser adversamente afetados. Adicionalmente, a Lei de Crimes Ambientais prevê a possibilidade de desconsideração da personalidade jurídica quando essa for considerada um obstáculo à recuperação de danos causados ao meio ambiente. Nesse sentido, diretores, acionistas e/ou parceiros podem, juntamente com a empresa poluidora, ser responsabilizados por danos ao meio ambiente.

Ademais, a Companhia não pode garantir que as legislações e regulamentações ambientais não se tornarão mais severas ou à sujeitarão a encargos mais onerosos no futuro, inclusive em decorrência de acordos internacionais. A Companhia também não pode garantir que as autoridades ou agências reguladoras competentes não adotarão interpretações mais restritivas ou mais rigorosas sobre tais legislações e regulamentações. Nessas circunstâncias, os investimentos e despesas necessárias para o cumprimento da legislação e regulamentação ambiental podem aumentar substancialmente, afetando negativamente as condições financeiras da Companhia, assim como sua margem e competitividade frente aos seus concorrentes.

Condições climáticas adversas podem ocasionar danos aos negócios da Companhia. Preocupações crescentes com as alterações climáticas podem levar à exigência de medidas regulatórias adicionais, que podem resultar em um aumento de custos para cumprimento de tais regulações.

O etanol, um dos principais insumos dos produtos à base de álcool da Companhia, é um subproduto da cana-de-açúcar, sujeito a variações climáticas. Eventuais condições climáticas adversas e imprevistas podem afetar o setor do etanol e, consequentemente, causar danos aos negócios da Companhia. Eventuais demandas por investimentos adicionais e não planejados em relação aos seus empreendimentos podem afetar adversamente os negócios da Companhia. Adicionalmente, condições climáticas adversas podem interferir no cronograma de execução dos projetos, o que pode levar ao adiamento dos projetos e de investimentos, impactando negativamente a Companhia.

Ademais, regulamentações ambientais mais restritivas podem resultar na imposição de custos associados às emissões de Gases de Efeito Estufa ("GEE"), seja por meio de exigências por parte dos órgãos ambientais, seja por meio de outras medidas de natureza regulatória e ambiental. Devido à preocupação quanto ao risco das alterações climáticas, uma série de países, incluindo o Brasil, adotou ou está considerando adotar marcos regulatórios que, entre outras regras, visam a reduzir a emissão de GEE. Regulamentações sobre GEE poderão aumentar os custos da Companhia para estar em conformidade com a legislação ambiental. Tal situação poderá afetar os resultados operacionais e financeiros da Companhia.

Penalidades administrativas e criminais decorrentes de violação da legislação e regulamentação socioambiental poderão acarretar efeitos adversos sobre os resultados operacionais e financeiros Companhia.

A Companhia está sujeita a uma ampla legislação federal, estadual e municipal relacionada à conservação e proteção do meio ambiente. Entre outras obrigações, essa legislação estabelece exigências de licenças, outorgas e demais autorizações ambientais e observância de padrões para o descarte de efluentes, emissões atmosféricas, gestão de resíduos sólidos, parâmetros de emissões de ruídos, uso de água, áreas contaminadas, bem como exigências relacionadas a áreas especialmente protegidas. Quaisquer violações da legislação e regulamentação ambiental poderão expor a Companhia a sanções administrativas e criminais, além da obrigação de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros.

A Companhia atua em segmentos de produtos cuja fabricação exige a utilização de substâncias potencialmente tóxicas que resultam na geração de resíduos sólidos com potencial contaminante. Acidentes ou a manipulação equivocada de insumos químicos ou sua disposição incorreta no ambiente podem gerar danos ambientais consideráveis nas proximidades das instalações operacionais da Companhia e afetar negativamente sua reputação, a percepção de suas marcas e seus resultados operacionais e financeiros.

A Companhia atua na produção de produtos de higiene e limpeza em geral à base de álcool e de álcool industrial, cuja produção exige manipulação de substâncias controladas que podem se tornar tóxicas e poluentes caso não sejam observados os procedimentos operacionais reconhecidos como seguros, ou ainda caso haja falhas no controle desses processos de forma a permitir a liberação dessas substâncias químicas em níveis acima dos recomendados em ambientes externos às áreas produtivas. Ademais, os processos produtivos da Companhia geram resíduos sólidos com potencial de contaminação, caso dispostos no ambiente sem o devido tratamento ou incineração por entidades devidamente credenciadas para esse fim. Apesar da existência de controles ambientais em suas instalações operacionais, conforme exigido pela regulação brasileira, acidentes ou falhas operacionais podem acarretar na liberação de insumos químicos, resíduos ou efluentes contaminados, com danos ao ambiente e às comunidades vizinhas

às instalações da Companhia, com efeitos significativamente adversos sobre a reputação da Companhia, a percepção de suas marcas e seus resultados operacionais e financeiros.

(k) Riscos políticos, macroeconômicos e referentes à conjuntura brasileira

A instabilidade política e econômica pode afetar adversamente os negócios, resultados operacionais e o preço das ações da Companhia.

O ambiente político do Brasil historicamente influenciou e continua a influenciar o desempenho da economia do país. Medidas que o Governo Federal adote ou deixe de adotar podem, ainda, gerar insatisfação popular, culminado em greves, como foi o caso da greve dos caminhoneiros iniciada em todas as regiões do Brasil em maio de 2018. Além disso, crises políticas afetaram, e continuam a afetar, a confiança dos investidores e do público em geral, o que resultou na desaceleração da economia e no aumento da volatilidade dos valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras, que podem ter um efeito material adverso sobre seus resultados operacionais e situação financeira.

Os resultados operacionais e condição financeira da Companhia têm sido e continuarão a ser afetados pela taxa de crescimento da economia brasileira, uma vez que, fração significativa das receitas líquidas da Companhia são provenientes do Brasil e a Companhia não pode garantir que o "Produto Interno Bruto – PIB" irá aumentar ou permanecer estável no futuro. A ocorrência de recessão econômica, na economia brasileira, implica em uma retração geral na atividade econômica, por um certo período de tempo, com queda no nível de produção, aumento do desemprego, queda na renda familiar, redução da taxa de lucro, aumento do número de falências e concordatas, aumento da capacidade ociosa e queda do nível de investimento e, por consequência, afeta adversa e materialmente os negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia.

O desenvolvimento e a percepção de risco em outros países ou regiões podem afetar adversamente a economia brasileira, os negócios da Companhia e o preço de mercado dos valores mobiliários brasileiros, inclusive os valores mobiliários de emissão da Companhia.

O mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países ou regiões, inclusive Estados Unidos, União Europeia e países de economias emergentes. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países ou regiões pode ter um efeito adverso relevante sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de companhias brasileiras, em especial, aqueles negociados em bolsas de valores. Crises nos Estados Unidos, na União Europeia ou em países emergentes podem reduzir o interesse de investidores nos valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários de nossa emissão.

Os preços das ações na B3, por exemplo, são historicamente afetados por flutuações nas taxas de juros vigentes nos Estados Unidos, bem como pelas variações dos principais índices de ações norte-americanos. Acontecimentos em outros países e seus mercados de capitais poderão prejudicar o valor de mercado das ações de emissão da Companhia, podendo, ademais, dificultar ou impedir totalmente o seu acesso aos mercados de capitais e ao financiamento de suas operações no futuro em termos aceitáveis.

Não há garantia de que o mercado de capitais esteja aberto às companhias brasileiras ou de que os custos de financiamento nesse mercado sejam vantajosos para a Companhia. Crises em outros países emergentes podem restringir o interesse dos investidores em relação aos títulos e valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras, inclusive os de emissão da Companhia, o que pode prejudicar sua liquidez, seu valor de mercado, além de dificultar o seu acesso ao mercado de capitais e ao financiamento de suas operações no futuro, em termos aceitáveis ou absolutos.

Os esforços do Governo Federal para conter a inflação podem desacelerar a economia brasileira, o que pode afetar adversamente a Companhia.

O Brasil enfrentou taxas extremamente altas de inflação no passado. Certas ações governamentais para conter a inflação, juntamente com a especulação sobre medidas governamentais a serem adotadas, tiveram um impacto negativo significativo na economia brasileira, contribuindo para a incerteza econômica e para o aumento da volatilidade no mercado brasileiro de valores mobiliários. O Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) registrou inflação de 7,32% em 2019, 7,54% em 2018, (0,52)% em 2017 e 7,17% em 2016. As medidas tomadas pelo Governo Federal para controlar a inflação geralmente incluíam a manutenção de uma política monetária restritiva com altas taxas de juros, limitando a disponibilidade de crédito e reduzindo o crescimento econômico. Uma das consequências desse combate à inflação é a variação significativa da taxa de juros oficial no Brasil, que variou de 14,14% ao ano em 31 de dezembro de 2015 a 13,63% ao ano em 31 de dezembro de 2016; situava-se em 6,89% ao ano em 31 de dezembro de 2017, 6,40% ao ano em 31 de dezembro de 2018, 5,95% ao ano em 31 de dezembro de 2019, conforme estabelecido pelo Banco Central. Na data deste Formulário de Referência, a taxa de juros oficial no Brasil permanecia em 2,25% ao ano. O Comitê de Política Monetária (COPOM) frequentemente ajusta as taxas de juros oficiais em situações de incerteza econômica para atender às metas econômicas estabelecidas pelo Governo Federal.

Quaisquer medidas futuras tomadas pelo Governo Federal, incluindo a redução das taxas de juros, a intervenção no mercado de câmbio e a implementação de mecanismos para ajustar ou determinar o valor do real podem desencadear a inflação, afetando adversamente o desempenho geral da economia brasileira. Se o Brasil sofrer alta inflação no futuro, a Companhia pode não conseguir ajustar os preços que cobra de seus clientes para compensar os efeitos da inflação em sua estrutura de custos, o que poderia aumentar os seus custos e reduzir suas margens líquidas e operacionais.

Além disso, no caso de aumento da inflação, o Governo Federal pode optar por aumentar significativamente as taxas de juros oficiais. Um aumento nas taxas de juros pode afetar não apenas o custo de novos empréstimos e financiamentos da Companhia, mas também o custo de seu endividamento atual, bem como do seu caixa e equivalentes de caixa, títulos negociáveis e contratos financeiros, *leasing* e de arrendamento mercantil, que estão sujeitos a taxas de juros variáveis. Dessa forma, a flutuação nas taxas de juros e inflação no Brasil pode afetar adversamente a Companhia, uma vez que possui empréstimos e financiamentos indexados à variação do CDI e da taxa de juros oficial de longo prazo (TJLP). Por outro lado, uma queda significativa nas taxas de CDI, TJLP ou inflação pode afetar adversamente a sua receita de aplicações financeiras.

Condições econômicas e políticas no Brasil, bem como a percepção dessas condições no mercado internacional, poderão afetar adversamente a Companhia.

A situação financeira e os resultados operacionais da Companhia podem ser afetados pelas condições econômicas no Brasil. Futuras reduções nas suas taxas de crescimento podem afetar o consumo dos produtos da Companhia e, consequentemente, poderão afetá-la adversamente.

O Governo Federal intervém na sua economia e, ocasionalmente, faz alterações nas políticas e regulamentações. A política econômica brasileira pode ter efeitos importantes sobre as empresas e sobre as condições e preços de mercado dos títulos do Governo Federal por nós detidos indiretamente (por meio de aplicações em fundos de investimento em renda fixa de baixo risco). O cenário político do país pode influenciar no desempenho da economia brasileira e eventuais crises políticas podem afetar a confiança dos investidores e do público em geral, resultando na desaceleração econômica e maior volatilidade dos títulos emitidos no exterior por empresas brasileiras.

Desta forma, os negócios, resultados operacionais, situação financeira e o valor dos valores mobiliários da Companhia poderão ser adversamente afetados por mudanças nas políticas governamentais ou por regulamentações federais, estaduais ou municipais que envolvam ou afetem fatores como: (i) eleições políticas; (ii) política monetária; (iii) taxas de juros; (iv) taxas de inflação; (v) liquidez nos mercados internos de capital, empréstimos e crédito; (vi) controles de exportação e importação; (vii) taxas de câmbio e controle de câmbio e restrições sobre remessas ao exterior; (viii) escassez de energia; (ix) instabilidade econômica e social; e (x) outras eventualidades não mensuradas acima.

Reduções na classificação do risco brasileiro atribuída por agências de risco poderão afetar negativamente nosso valor de mercado.

O Brasil experimentou a perda do grau de investimento na classificação de risco de crédito da agência de classificação de riscos *Standard & Poor's*, *Moody's* e *Fitch Ratings*, assim como um recente rebaixamento da nota de crédito pela *Standard & Poor's*. Dessa forma, eventuais alterações nas políticas do Governo Federal, bem como variações na classificação do risco brasileiro atribuída pelas agências de risco, as quais estão além de nosso controle, podem contribuir para a alta volatilidade no mercado de capitais brasileiro e ter um efeito material adverso sobre nós e no preço de mercado de seus valores mobiliários.

Em setembro de 2015, a *Standard & Poor's* reduziu o rating de crédito soberano do Brasil para grau de investimento inferior, de "BBB-" para "BB+", citando, entre outras razões, instabilidade geral no mercado brasileiro causada pela interferência do Governo Federal na economia e dificuldades orçamentárias. A *Standard & Poor's* rebaixou novamente o rating de crédito do Brasil em fevereiro de 2016, de "BB+" para o "BB", e manteve sua perspectiva negativa sobre o rating, citando uma piora na situação de crédito a partir do rebaixamento de setembro de 2015. Em janeiro de 2018, a *Standard & Poor's* rebaixou sua classificação para "BB-" com uma perspectiva estável, tendo em vista as dúvidas em relação aos esforços de reforma das aposentadorias e eleições presidenciais deste ano. Para 2019 a *Standard & Poor's* reafirmou o rating "BB-", com perspectiva estável.

Em dezembro de 2015, a *Moody's* colocou os ratings Baa3 do Brasil em revisão para um rebaixamento, citando tendências macroeconômicas negativas e uma deterioração das condições fiscais do Governo Federal. Posteriormente, em fevereiro de 2016, a *Moody's* rebaixou os ratings do Brasil para abaixo do grau de investimento, para "Ba2" com perspectiva negativa, citando a perspectiva de deterioração adicional no serviço da dívida do Brasil em um ambiente negativo ou de baixo crescimento, além de desafiar a dinâmica política. Para 2019, a *Moody's* mantém o rating do Brasil e muda a perspectiva para estável, esperando que o Governo Federal reúna esforços para aprovar reformas necessárias, em particular para a Previdência. A *Fitch* também rebaixou o rating de crédito do Brasil para "BB+" com perspectiva negativa em dezembro de 2015, citando o déficit orçamentário em rápida expansão do país e a recessão pior que a esperada, e rebaixou em maio de 2016 para "BB" com perspectiva negativa. Manteve-se em 2017 e rebaixou para o "BB-" em fevereiro de 2018. Como resultado, os preços de negociação de títulos de dívida e ações de emissores brasileiros foram afetados negativamente. A última ação de rating da *Fitch* para o Brasil foi em 1º de agosto de 2018, quando reafirmou a nota em "BB-".

A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do Governo Federal nas políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para o aumento da volatilidade no mercado brasileiro e de capitais. Tais fatores somam-se ao fato de que o Brasil vivenciou uma longa recessão após um período de lenta recuperação e crescimento insignificante do PIB em 2017 e 2018. O atual governo pode ter dificuldade para implementar a sua agenda de reformas necessárias para a melhora das contas públicas, levando a um aumento do *deficit* fiscal e aumento da dívida pública. A Companhia não pode prever/interferir em quais políticas ou regulamentação foram/serão adotadas e/ou alteradas pelo atual presidente.

Em virtude da atual instabilidade política, há uma incerteza sobre as políticas econômicas futuras, e a Companhia não pode prever quais políticas serão adotadas pelo governo brasileiro e se essas políticas afetarão negativamente a economia, seus negócios ou condição financeira. A instabilidade política e econômica atual levou a uma percepção negativa da economia brasileira e um aumento na volatilidade no mercado de valores mobiliários brasileiro, que também podem afetar adversamente os negócios da Companhia e suas ações. Qualquer instabilidade econômica recorrente pode afetar adversamente os negócios da Companhia.

O Governo Federal exerceu e continua a exercer influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como a conjuntura econômica e política brasileira, poderá vir a causar efeito adverso relevante nas atividades e no preço de mercado de dos valores mobiliários da Companhia.

A economia brasileira tem sofrido intervenções frequentes do Governo Federal que por vezes realiza modificações significativas em suas políticas e normas. As medidas tomadas pelo Governo Federal para controlar a inflação e implementar suas políticas macroeconômicas frequentemente implicam aumento das taxas de juros, mudança das políticas fiscais, controle de preços, desvalorização cambial, controle de capital e limitação às importações, entre outras medidas. A Companhia não tem controle sobre as medidas e políticas que o Governo Federal pode vir a adotar no futuro, e tampouco pode prevê-las. Os negócios, situação econômico-financeira e resultados operacionais da Companhia poderão vir a ser prejudicados de maneira relevante por modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem fatores, tais como: (i) taxas de juros; (ii) controles cambiais e restrições a remessas para o exterior, tais como os que foram impostos em 1989 e no início de 1990; (iii) política monetária; (iv) flutuações cambiais; (v) ambiente regulatório pertinente às nossas atividades; (vi) alteração das normas trabalhistas; (vii) inflação; (viii) liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos; (ix) expansão ou contração da economia brasileira; (x) política fiscal e alterações na legislação tributária; (xi) política habitacional; (xii) controle sobre importação e exportação; (xiii) instabilidade social e política; e (xiv) outros acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do Governo Federal para manter a estabilidade, bem como a especulação sobre futuros atos que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade do mercado brasileiro de valores mobiliários e dos valores mobiliários emitidos no exterior por companhias brasileiras. Dessa maneira, essas incertezas e outros acontecimentos futuros na economia brasileira poderão afetar adversamente os negócios, resultados operacionais, situação financeira e o valor dos valores mobiliários da Companhia.

A instabilidade cambial pode ter um efeito adverso relevante sobre a economia brasileira e sobre a Companhia.

A moeda brasileira flutua em relação ao dólar norte-americano e outras moedas estrangeiras. No passado, o Governo Federal adotou diferentes regimes cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações periódicas (durante as quais a frequência dos ajustes variava de diária para mensal), controles cambiais, mercados com caixa de câmbio dupla e um sistema de taxa de câmbio flutuante. Desde 1999, o Brasil adota um sistema de taxa cambial flutuante, com intervenções do Banco Central na compra ou venda de moeda estrangeira. De tempos em tempos, ocorrem flutuações significativas na taxa cambial entre o real e o dólar norte-americano e outras moedas. Por exemplo, o Real se valorizou 11,8%, 8,7% e 17,2% com relação ao dólar norte-americano em 2005, 2006 e 2007, respectivamente. Em 2008, em decorrência do agravamento da crise econômica mundial, o Real se desvalorizou 32,0% frente ao dólar norte-americano, tendo fechado em R$2,34 por US$1,00 em 31 de dezembro de 2008. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, observou-se a desvalorização de 1,5% da moeda brasileira frente ao dólar

norte-americano, com a taxa de câmbio entre o Real e o dólar norte-americano de R$3,31 por US$1,00. Mais recente no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, observou-se a desvalorização de 17,1% da moeda brasileira frente ao dólar norte-americano, com a taxa de câmbio entre o Real e o dólar norte-americano de R$3,87 por US$1,00. Por fim em 2019, observou-se a desvalorização de 3,4% do Real frente ao dólar norte-americano, com a taxa de câmbio entre o Real e o dólar norte-americano de R$4,02 por US$1,00. O real pode desvalorizar ou valorizar substancialmente com relação ao dólar norte-americano no futuro. A instabilidade cambial pode ter um efeito adverso relevante sobre a Companhia. A desvalorização do real frente ao dólar norte-americano pode criar pressões inflacionárias no Brasil e provocar aumentos nas taxas de juros, o que poderia afetar negativamente o crescimento da economia brasileira como um todo e resultar em um efeito adverso relevante sobre a Companhia. A desvalorização também reduziria o valor dos dividendos distribuídos em dólar norte-americano e o equivalente ao preço de negociação das ações ordinárias da Companhia em dólares norte-americanos.

Além disso, a Companhia também está exposta ao risco de taxa de câmbio uma vez que possui ativos, passivos, fluxos de caixa e ganhos futuros denominados em moedas estrangeiras, majoritariamente em dólar norte-americano. Desta forma, a taxa de câmbio da moeda brasileira frente ao dólar norte-americano é uma variável muito importante para a rentabilidade da Companhia, e sua volatilidade impacta diretamente nos seus resultados.

4.2 – Riscos de mercado

Além dos riscos descritos no item 4.1 deste Formulário de Referência, as incertezas econômicas e políticas podem vir a prejudicar o comportamento do mercado, expondo a Companhia a uma série de riscos inerentes às atividades que executa, conforme descritos quantitativa e qualitativamente abaixo, que compreendem os riscos de variações adversas de (i) índices macroeconômicos; (ii) preços; (iii) crédito; (iv) taxa de juros; (v) liquidez, (vi) *commodities* negociadas; e, sobretudo (vii) taxa de câmbio.

Dentre os principais riscos de mercado que podem impactar adversamente a Companhia e seu setor de atuação, pode-se destacar:

Risco de flutuações na taxa de câmbio.

O risco de câmbio consiste na incerteza frente ao valor da moeda como resultado das oscilações da taxa de câmbio. Logo, pode ser entendido como a possibilidade das taxas de câmbio entre moedas dos países exportadores e importadores se moverem adversamente entre a data da cotação e a data da liquidação de um negócio, ou a possibilidade de uma perda ou de um ganho resultante de uma variação nas taxas de câmbio entre moedas.

Historicamente, a moeda brasileira sofreu frequentes desvalorizações frente ao dólar norte-americano e demais moedas internacionais. O Governo Federal implementou diversos planos econômicos e utilizou diversas políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações periódicas durante as quais a frequência dos ajustes variou de diária a mensal, sistemas de mercado de câmbio flutuante, controles cambiais e mercado de câmbio paralelo.

Além disso, alguns dos clientes da Companhia são empresas estrangeiras e, portanto, estão expostas a variações cambiais e qualquer desvalorização cambial poderia criar um efeito adverso a tais clientes, causando um impacto negativo no resultado da Companhia.

Adicionalmente, a Companhia realiza transações em moeda estrangeira e, consequentemente, surgem exposições às variações nas taxas de câmbio. O risco cambial é decorrente de operações comerciais futuras e atuais, geradas principalmente pela importação de mercadorias denominadas em dólar norte-americano. Os efeitos da pandemia de COVID-19 sobre no mercado de câmbio causaram e devem continuar causando flutuações significativas na taxa de câmbio Real/dólar norte-americano. Em 31 de dezembro de 2019, a taxa de câmbio Real/dólar norte-americano era de R$4,0307 para US$1,00. Em 31 de março de 2020, a taxa de venda do dólar norte-americano era de R$5,1987 para US$1,00. Em 14 de maio de 2020, a cotação de venda do dólar norte-americano atingiu R$5,9372 para US$1,00, conforme reportada pelo Banco Central, o que representou uma depreciação de 47,3% do Real frente ao dólar norte-americano desde 31 de dezembro de 2019.

Neste cenário, eventual desvalorização do Real em relação ao dólar norte-americano aumentará os custos das obrigações da Companhia em moeda estrangeira, impactando, dessa forma, seus custos. Uma grande desvalorização do Real pode afetar de forma significativa sua liquidez e seu fluxo de caixa no curto prazo. A desvalorização do Real cria também pressão inflacionária e limita o acesso aos mercados de capitais internacionais, podendo favorecer a intervenção do Estado na economia, incluindo a imposição de políticas recessivas, o que pode nos afetar negativamente.

Uma parcela substancial da dívida da Companhia é denominada em moeda estrangeira, principalmente em dólares norte-americanos. A dívida em dólares norte-americanos da Companhia deve ser paga com recursos resultantes de vendas realizadas por suas controladas, sendo que parte dessas vendas não é denominada em dólares norte-americanos.

Consequentemente, quando a Companhia não gera receitas suficientes em dólares norte-americanos para cobrir esse serviço da dívida, ela pode ter que usar receitas geradas em Reais ou outras moedas para o pagamento de sua dívida em dólar norte-americano. A depreciação do Real ou de qualquer uma das moedas dos países em que a Companhia atua, em relação ao dólar norte-americano, pode afetar de forma adversa a capacidade de pagamento da dívida da Companhia.

Risco de commodities.

O risco de *commodities* está ligado a perdas causadas pela oscilação de preços das commodities negociadas pela Companhia, sendo este também impactado pelos riscos de taxas de juros e câmbio. Como exemplos desse risco têm-se a compra, venda e fixação do preço de *commodities*, o fechamento de câmbio e os contratos a termo atrelados à operação, quando associados à indexadores financeiros/taxa de juros.

As flutuações nos valores do etanol (principal *commodity* negociada pela Companhia), em função de políticas públicas de fomento agrícola, sazonalidades de safras e efeitos climáticos, ou decorrentes de oscilações nas taxas de juros e câmbio, podem acarretar perda financeira para a Companhia.

Risco de crédito e contas a receber.

A Companhia e suas controladas estão potencialmente sujeitas ao risco de crédito da contraparte em suas operações de aplicações financeiras e contas a receber. As contrapartes da Companhia podem não honrar suas obrigações relativas a um instrumento financeiro ou contrato com cliente, gerando uma perda financeira para a Companhia. A Companhia e suas controladas estão expostas ao cumprimento da contraparte nas operações de crédito com seus clientes (contas a receber).

Em 30 de junho de 2020, o saldo de títulos a receber de clientes somava R$120,6 milhões.

A Companhia e suas controladas estão sujeitas também a riscos de crédito relacionados aos instrumentos financeiros contratados na gestão de seus negócios, principalmente, representados por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos.

Risco de crédito e liquidez.

O risco de liquidez é definido pela possibilidade de perda de capital ou pela incapacidade de liquidar determinado ativo em tempo razoável, sem perda de valor, para honrar os compromissos assumidos, especialmente os financeiros. Este risco surge das dificuldades de (i) encontrar potenciais compradores ao ativo em um prazo hábil, sem a necessidade de conceder um grande desconto; (ii) captação de recursos para financiar os ativos, conduzindo normalmente ao acréscimo dos custos de captação, podendo implicar também uma restrição do crescimento dos ativos; e/ou (iii) liquidação de obrigações para com terceiros, induzidas por descasamentos significativos entre os prazos de vencimento residual de ativos e passivos.

A gestão do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. No entanto, não se pode garantir que a receita da Companhia não será afetada por questões macroeconômicas e de mercado que suscitem renegociações de preços que alterem o fluxo de caixa; ou ainda, que haverá recursos suficientes em caixa ou de novos financiamentos para o pagamento dos compromissos financeiros. Sendo assim, qualquer redução na receita líquida ou no lucro líquido e qualquer deterioração da situação econômico-financeira da Companhia poderá afetar adversamente a sua capacidade de cumprir com suas obrigações.

Risco de taxa de juros.

Para suprir necessidades de caixa para desenvolvimento do negócio, a Companhia obtém empréstimos e financiamentos junto aos maiores bancos do Brasil, em sua maioria indexados à variação do CDI. O risco da operação deriva da possibilidade de variações relevantes no CDI. Adicionalmente, caso a contração da economia causada pela pandemia de COVID-19 leve o governo brasileiro a adotar medidas de estímulo econômico, novas pressões inflacionárias podem levar o Governo Federal a aumentar as taxas de juros, o que pode nos afetar adversamente.

A Companhia apresenta a seguir as informações suplementares sobre seus instrumentos financeiros, especificamente sobre a análise de sensibilidade requerida pelas IFRS e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Na elaboração dessa análise de sensibilidade suplementar, a Companhia adotou as seguintes premissas:

- Definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia, e que é referenciada por fonte externa independente (Cenário I);

- Definição de dois cenários adicionais com deteriorações de, pelo menos, 25% e 50% na variável de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente);

- Apresentação do impacto dos cenários definidos no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia e suas controladas.

Os saldos apresentados nos quadros a seguir contemplam os valores consolidados em 30 de junho de 2020:

Variação positiva	Risco	Cenário I (Provável)	Cenário II (Variação 25%)	Cenário III (Variação 50%)
Transação				
Financiamentos em CDI	72.609	3,00%	2,25%	1,50%
Despesa Financeira		**(2.178)**	**(1.634)**	**(1.089)**
Financiamentos em Dólar (*)	38.869	-4,00%	-5,00%	-6,00%
Receita Financeira		**1.555**	**1.943**	**2.332**
Aplicação Financeira em CDI	37.111	3,00%	3,75%	4,50%
Receita Financeira		**1.113**	**1.392**	**1.670**
Contas a receber (*)	10.924	-4,00%	-3,00%	-2,00%
Despesa Financeira		**(437)**	**(328)**	**(218)**

Variação Negativa	Risco	Cenário I (Provável)	Cenário II (Variação 25%)	Cenário III (Variação 50%)
Transação				
Financiamentos em CDI	72.609	3,00%	3,75%	4,50%
Despesa Financeira		**(2.178)**	**(2.723)**	**(3.267)**
Financiamentos em Dólar (*)	38.869	-4,00%	-3,00%	-2,00%
Receita Financeira		**1.555**	**1.166**	**777**
Aplicação Financeira em CDI	37.111	3,00%	2,25%	1,50%
Receita Financeira		**1.113**	**835**	**557**
Contas a receber (*)	10.924	-4,00%	-5,00%	-6,00%
Despesa Financeira		**(437)**	**(546)**	**(655)**

As taxas de câmbio e de juros utilizadas na definição do cenário provável, referenciadas por fonte externa (Relatório Focus – BACEN) foram as seguintes: a) CDI = 3,00%. b) US$ = 5,00 (representando uma queda de 4% em relação à cotação em 30 de junho de 2020).

Correntemente a Companhia apresenta uma posição líquida de CDI passiva, pois apresenta saldo em aberto maior de empréstimos e financiamento do que caixa e equivalentes remunerados ao CDI. Com relação ao câmbio, a Companhia está exposta em posição líquida passiva, pois possui um saldo aberto maior de financiamentos em dólares norte-americanos do que as contas a receber naquela moeda.

Adicionalmente, os impactos da COVID-19 na economia global podem acarretar oscilações de taxas de juros cobradas pelas instituições financeiras impactando dívidas existentes e/ou criando a necessidade de adquirir novos passivos financeiros. O risco da taxa de juros para os saldos patrimoniais apresentados em 30 de junho de 2020 é a sua elevação, uma vez que o saldo das aplicações financeiras referenciadas ao CDI é inferior ao saldo dos empréstimos e financiamentos indexados a mesma modalidade de taxas de juros.

Risco relativo à inflação.

No passado, o Brasil registrou índices de inflação extremamente altos. A inflação e algumas medidas tomadas pelo governo brasileiro no intuito de controlá-la, combinada com a especulação sobre eventuais medidas governamentais a serem adotadas, tiveram efeito negativo significativo sobre a economia brasileira, contribuindo para a incerteza econômica existente no Brasil e para o aumento da volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro. As medidas do governo brasileiro para controle da inflação podem incluir uma política monetária restritiva com altas taxas de juros, limitando assim a disponibilidade de crédito e reduzindo o crescimento econômico. No entanto, recentemente as taxas de juros brasileiras estão nos patamares históricos mais baixos e a qualquer aumento no futuro, possíveis elevações das taxas de juros, poderá afetar negativamente o lucro e o resultado das operações da Companhia, podendo aumentar o custo associado ao financiamento de suas operações.

Com esse cenário de juros mais baixos e na hipótese de aumento da inflação, o Governo Federal poderá optar por elevar significativamente as taxas de juros oficiais. O risco associado às taxas de juros é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Em 30 de junho de 2020, a Companhia era parte em 5 procedimentos e/ou processos judiciais ou administrativos.

(i) Trabalhistas

Na data de entrega deste Formulário de Referência, a Companhia não figurava como ré em processos de natureza trabalhista que fossem individualmente relevantes.

(ii) Tributários

Em 30 de junho de 2020, a Companhia Nacional de Álcool ("CNA") e a Álcool Ferreira S.A. ("Álcool Ferreira") figuravam como rés nos processos de natureza tributária individualmente relevantes abaixo descritos. Para informações sobre os processos de natureza tributária que possam ser considerados relevantes em conjunto, vide item 4.6 deste Formulário de Referência.

Processo nº 4.091.981-0	
Juízo	Tribunal de Impostos e Taxas do Estado de São Paulo
Instância	2ª Instância da Esfera Administrativa
Data de instauração	30/03/2017
Partes no processo	Estado de São Paulo (Autor) CNA (Réu)
Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 9.805.706,66
Principais fatos	Trata-se de auto de Auto de Infração e Imposição de Multa lavrado pelo Estado de São Paulo contra a CNA, em relação à cobrança de ICMS e ICMS/ST em operações de exportação sem comprovação da efetiva exportação (Trivix). Em 2018, quando da realização do julgamento, restou decidido pela exclusão do item 2 do AIIM (ICMS/ST) e redução da alíquota de 18% para 7% (interestadual). Atualmente, os autos estão aguardando distribuição.
Chance de perda	Possível
Análise do impacto em caso de perda/ Razões da relevância do processo para a Companhia	Em caso de decisão final desfavorável, haverá o impacto adverso na situação financeira da Companhia em função do desembolso dos valores pleiteados pelo autor, acrescido de eventuais correções e multa.
Valor Provisionado	Não foi constituída provisão.

Processo nº 0003667-24.2014.4.03.6130	
Juízo	2ª Vara Justiça Federal
Instância	1ª Instância
Data de instauração	17/11/2014
Partes no processo	Fazenda Nacional (Autor) Álcool Ferreira (Réu)
Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 5.235.741,21
Principais fatos	Cobrança de parcelamento de débito inscrito em dívida ativa.

Chance de perda	Remoto
Análise do impacto em caso de perda/ Razões da relevância do processo para a Companhia	Em caso de decisão final desfavorável, haverá o impacto adverso na situação financeira da Companhia em função do desembolso dos valores pleiteados pelo autor, acrescido de eventuais correções e multa.
Valor Provisionado	Não foi constituída provisão.

(iii) Cíveis

Na data de entrega deste Formulário de Referência, a Companhia não figurava como ré em processos de natureza cível individualmente relevantes.

(iv) Outros

Em 30 de junho de 2020, a Da Ilha Comércio de Álcool Ltda. ("Da Ilha") e a Álcool Ferreira, controladas da Companhia, figuravam como rés em processos judiciais e administrativos de natureza ambiental e consumerista, não sigilosos, individualmente relevantes, abaixo descritos.

Processo nº 045/09	
Juízo	Delegacia do Consumidor – DELCON
Instância	Não aplicável.
Data de instauração	04/06/2009
Partes no processo	Autoridade Policial (Autor) Da Ilha (Investigado)
Valores, bens ou direitos envolvidos	Não aplicável.
Principais fatos	Trata-se de Inquérito Policial em trâmite perante a Delegacia do Consumidor – DELCON que visa apurar a qualidade do produto água sanitária produzido pela Da Ilha em razão de fiscalização no supermercado Walmart. Os fatos remontam os anos de 2008/2009. Em 09 de junho 2009, o antigo controlador e representante legal da Companhia prestou depoimento sobre a eventual irregularidade no pH verificado na água sanitária produzida pela Da Ilha, vendida ao Walmart. A Da Ilha juntou aos autos laudos dos processos de produção e registro dos laudos junto à ANVISA. Até a data deste Formulário de Referência, não foi ajuizada ação penal contra qualquer pessoa, sendo possível o arquivamento do caso em razão da configuração de prescrição da pretensão punitiva.
Chance de perda	Remota.
Análise do impacto em caso de perda/ Razões da relevância do processo para a Companhia	O MP somente poderá ajuizar ação penal em face dos antigos controladores/gestores da Da Ilha caso entenda pela ocorrência de crime, tendo em vista que a responsabilidade criminal é pessoal, subjetiva e intransferível. A suposta irregularidade na qualidade do produto foi fato ocorrido antes da aquisição, pela Companhia, da Da Ilha, que ocorreu em

	2017, conforme indicado no item 6.3 deste Formulário de Referência. A Companhia possui mecanismos contratuais de indenização por perdas incorridas pela Companhia e relacionadas a eventos ocorridos em data anterior à aquisição da Da Ilha. Em caso de perda em uma eventual ação que venha a ser ajuizada pelo MP envolvendo este caso, a Companhia poderá sofrer (i) prejuízo financeiro; (ii) impacto reputacional; e/ou (iii) perda de direitos de contratar com a administração pública, de receber incentivos ou benefícios fiscais ou quaisquer financiamentos e recursos da administração pública.
Valor Provisionado	Não foi constituída provisão.

Notícia de Fato nº 00723.000.562/2020	
Juízo	Promotoria de Justiça Cível de Bento Gonçalves
Instância	Não aplicável.
Data de instauração	29/04/2020
Partes no processo	Cia Apolo de Supermercados (Interessado) Álcool Ferreira (Investigado)
Valores, bens ou direitos envolvidos	Não estimável. Possível restituição da diferença de preço do álcool 70º comercializado para todos os clientes.
Principais fatos	Em 29 de abril de 2020, foi distribuída a denúncia ao Ministério Público ("MP") do Rio Grande do Sul, na qual a Álcool Ferreira foi intimada a prestar esclarecimentos acerca da suposta abusividade na comercialização de seu Álcool 70º durante a pandemia da COVID-19. A denúncia foi realizada por um de seus clientes, a Cia Apolo de Supermercados ("Apolo"), que enviou e-mail informando o MP sobre aumento de 43,89% no valor do produto durante a pandemia. Em 20 de maio de 2020, a Álcool Ferreira apresentou esclarecimentos, informando a ausência de abusividade consumerista e que os valores anteriores se tratava de preços promocionais referentes a negociações com o cliente, em razão da comercialização de outros produtos do portfólio. Foi informado, ainda, que a venda anterior do Álcool 70º se dava em pequenas quantidades, apenas para limpeza do estabelecimento, visto que a legislação não permitia a sua venda para consumidores locais antes da pandemia Em 26 de maio de 2020, a parte noticiante foi intimada a se manifestar acerca dos esclarecimentos, tendo sido determinada vistoria do Procon ao estabelecimento. O prazo da Apolo transcorreu *in albis* e o Procon se manifestou informando que a vistoria era inviável, vez que a Álcool Ferreira se localiza em município distinto. Em 24 de junho de 2020, o Procon de Bento Gonçalves/RS foi intimado a informar sobre eventuais fiscalizações ou recebimento de denúncias acerca de suposta abusividade nos preços da venda do álcool em gel da rede Apolo de supermercados, bem como quais as medidas adotadas em casos como o da denúncia realizada. Em 24 de agosto de 2020, o Procon de Bento Gonçalves/RS se

	manifestou informando que abriu procedimento de reclamação de ofício, a fim de solicitar esclarecimentos à Álcool Ferreira. Informaram, ainda, que a Apolo foi notificada por escrito em março de 2020, a fim de apresentar notas fiscais de compra de Álcool Ferreira, antes de 11 de março de 2020. A Apolo apresentou os documentos solicitados e, após breve análise, não foram constatadas abusividades.
Chance de perda	Possível
Análise do impacto em caso de perda/ Razões da relevância do processo para a Companhia	O MP poderá ajuizar uma ação civil pública caso entenda pela ocorrência da suposta abusividade na comercialização do Álcool 70º da Álcool Ferreira. Em caso de perda em uma eventual ação que venha a ser ajuizada pelo MP envolvendo este caso, a Companhia poderá sofrer (i) prejuízo financeiro relevante; e/ou (ii) impacto reputacional. Ademais, caso seja constatado, cumulativamente, a prática abusiva dos preços, bem como o conhecimento e a intenção dos administradores com relação a tal prática, tal abusividade de preço pode se desdobrar em uma eventual ação penal.
Valor Provisionado	Não foi constituída provisão.

Processo nº 0017448-45.2012.8.16.0001	
Juízo	12ª Vara Cível de Curitiba
Instância	1ª
Data de instauração	02/04/2012
Partes no processo	Ministério Público do Estado do Paraná (Autor) Da Ilha (Réu)
Valores, bens ou direitos envolvidos	Não é possível estimar neste momento, uma vez que eventual condenação implicará na recuperação da área supostamente degradada.
Principais fatos	Trata-se que Ação Civil Pública com o objetivo de recuperação de área supostamente degradada, por alegado descumprimento de Termo de Ajustamento de Conduta ("TAC") firmado entre a Da Ilha e o Instituto Ambiental do Paraná ("IAP"). Em 2011, a Da Ilha, controlada indireta da Companhia, celebrou um *"Termo de Compromisso de Conversão de Multa Administrativa Ambiental em Prestação de Serviços de Preservação, Melhoria e Recuperação da Qualidade do Meio Ambiente Decorrente da Própria Infração"* ("Termo"), com o IAP, referente à infração administrativa ambiental a ela imputada por meio do Auto de Infração Ambiental nº 100258, lavrado em 12 de setembro de 2011. A Da Ilha comprometeu-se a executar determinadas obras e atividades com a finalidade de recuperar os danos causados pela infração administrativa praticada.

	Tais ações deveriam ter sido implementadas até 8 de fevereiro de 2012, sendo necessário, ainda, o cuidado da área durante 2 anos após o plantio. Todas as ações determinadas pelo Termo foram devidamente cumpridas pela Da Ilha. Não obstante, o MP do Estado do Paraná, em vistoria ao local, indicou que houve parcial recuperação da área degradada, à medida que permaneceu a utilização de uma parte da Área de Preservação Permanente ("APP"), não havendo cessação da intervenção na área. Neste sentido, o MP do Estado do Paraná propôs Ação Civil Pública em face da Da Ilha com o objetivo de recuperar, definitivamente, a degradação ambiental supostamente praticada no exercício de suas atividades, por meio da condenação em (i) obrigação de não fazer, consistindo na abstenção de qualquer tipo de intervenção na APP; (ii) obrigação de fazer, através de recuperação da APP, com apresentação de projeto de recuperação; e (iii) obrigação de fazer, com a demolição de todas as construções realizadas na APP. Foi proferida decisão deferindo a medida liminar para: (a) determinar que a Da Ilha se abstenha de degradar a APP, bem como de realizar qualquer intervenção, salvo se para recuperar a área; (b) cominar multa diária de R$2.000,00 para o caso de descumprimento da referida decisão; (c) citar a Da Ilha para oferecer resposta em 15 dias. Em 4 de setembro de 2013, a Da Ilha apresentou contestação informando que a liminar está sendo cumprida com a colocação de cavaletes e correntes para impedir que carros estacionem na área degradada e alegando, preliminarmente, (i) sua ilegitimidade passiva, vez que a área em questão não é de sua propriedade, estando ela situada em frente às empresas Brasil SAT e Ambev; e, no mérito: (ii) que houve sim integral cumprimento do TAC, vez que (a) este previa apenas a recuperação da área localizada à margem esquerda do Rio Barigui, em frente à sua sede, e (b) não há documentos que provem que o barracão é de sua propriedade; e (iii) que o ônus da prova compete ao MP do Paraná. Assim, requereu a extinção do processo sem resolução de mérito ou, subsidiariamente, seja a ação julgada totalmente improcedente. Requereu também a revogação da liminar, por ser impossível a permanência de seu cumprimento, tendo em vista que se trata de propriedade de terceiro. Entre o final de 2014 e meados de 2019 foram realizadas várias tentativas de nomeação de perito a fim de realizar perícia no local. Em 22 de novembro de 2019, foi finalmente juntado Laudo Técnico Pericial concluindo que a Da Ilha cumpriu com a exigência do plantio das 50 árvores, mas que não mais se observa estas árvores por conta das intervenções decorrentes da obra de saneamento a cargo da SANEPAR. Atualmente, o processo aguarda a prolação de sentença.
Chance de perda	Remota

Análise do impacto em caso de perda/ Razões da relevância do processo para a Companhia	Em caso de decisão final desfavorável, não haverá impacto adverso na situação financeira da Companhia, tendo em vista que apenas obrigará a Da Ilha a recuperar a área supostamente degradada que, ademais, foi afetada por obra de terceiros (a SANEPAR) para a duplicação da rodovia. Com efeito, ainda que exista condenação, não existirá área degradada a ser recuperada. Não obstante, a Companhia pode vir a ser responsabilizada também na esfera criminal, sendo que, neste caso, a Companhia poderá sofrer (i) prejuízo financeiro relevante; e/ou (ii) impacto reputacional.
Valor Provisionado	Não foi constituída provisão.

4.3.1 Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.3

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não realizou provisão dos processos descritos no item 4.3 acima, tendo em vista que os processos foram classificados com prognóstico de perda possível ou remota.

4.4- Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores do emissor ou de suas controladas.

Não aplicável, dado que não existem processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos em que a Companhia ou suas controladas sejam partes e cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores da Companhia.

4.4.1 - Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.4

Tendo em vista que inexistem processos relevantes descritos no item 4.4 acima, este item não é aplicável.

4.5 - Processos sigilosos relevantes

Não aplicável, dado que não existem processos relevantes que tramitam em segredo de justiça em que a Companhia ou suas controladas sejam partes.

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

(i) Trabalhistas

Em 30 de junho de 2020, a Companhia não era parte em processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos de natureza trabalhista não sigilosos e relevantes em conjunto para os negócios da Companhia.

(ii) Tributários

Em 30 de junho de 2020, a Álcool Ferreira e a CNA, controladas da Companhia, eram partes em processos judiciais ou administrativos, repetitivos ou conexos de natureza tributária considerados relevantes em conjunto por sua administração, abaixo descritos:

11 Autos de Infração	
Valores, bens ou direitos envolvidos	R$2.830.200,66
Prática do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência	Trata-se de autos de infração lavrados pela Fazenda Pública contra a Álcool Ferreira e a CNA, que visam a suspensão da exigibilidade de crédito tributário, assim como o sobrestamento dos autos de infração, pela tempestividade da manifestação de inconformidade apresentada no processo administrativo, a qual impõe a suspensão de tais créditos.
Valor Provisionado	Não foi constituída provisão.

14 Despachos Decisórios	
Valores, bens ou direitos envolvidos	R$4.279.741,65
Prática do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência	Trata-se de pedidos de ressarcimento de PIS e COFINS pela Álcool Ferreira e a CNA, que foram parcialmente rejeitados pela Receita Federal. A Álcool Ferreira e a CNA apresentaram manifestações de inconformidade em face dos despachos decisórios, requerendo a suspensão da exigibilidade de diversos créditos tributários e a reforma das respectivas decisões a fim de reconhecer os valores de ressarcimento dos créditos tributários inicialmente pleiteados.
Valor Provisionado	Não foi constituída provisão.

(iii) Cíveis

Em 30 de junho de 2020, a Companhia não era parte em processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos de natureza cível, não sigilosos e relevantes em conjunto para os negócios da Companhia.

(iv) Outros

Todos os processos que possam ser considerados relevantes em conjunto em que a Companhia e/ou suas controladas figurassem como partes em 30 de junho de 2020 foram descritos no subitem "ii" acima.

4.6.1 - Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.6

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não realizou provisão dos processos descritos no item 4.6 acima, tendo em vista que os processos foram classificados com prognóstico de perda possível.

4.7 - Outras contingências relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item que não tenham sido divulgadas neste Formulário de Referência.

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

Não aplicável, dado que a Companhia é um emissor nacional e com valores mobiliários custodiados no Brasil.

5.1 – Políticas de gerenciamento de riscos e controles internos em relação aos riscos indicados no item 4.1

a) Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia possui uma política de gerenciamento de riscos ("Política de Gerenciamento de Riscos") que visa estabelecer e divulgar as diretrizes e responsabilidades para a gestão de riscos, permitindo razoável redução do grau de incerteza no alcance dos objetivos e preservação do valor da Companhia.

A Política de Gerenciamento de Riscos se aplica a todos os associados executivos (colaboradores) da Companhia.

A última versão da Política de Gerenciamento de Riscos foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 27 de agosto de 2020, e encontra-se disponível no site de Relações com Investidores da Companhia (http://grupompr.com.br/ri).

b) Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

A Política de Gerenciamento de Riscos tem por objetivo estabelecer e divulgar os princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados no processo de gerenciamento de riscos da Companhia e de suas controladas, de forma a possibilitar a identificação, avaliação, tratamento, monitoramento dos riscos para a perpetuidade dos negócios da Companhia e de suas controladas, reduzindo o grau de incerteza no alcance dos objetivos, com a consequente preservação do valor da Companhia.

A Política de Gerenciamento de Riscos adota diretrizes de modo a mitigar as incertezas a que está exposta e que possam impactar a Companhia e suas controladas negativamente, quais sejam:

(i) fortalecer a filosofia de gerenciamento de riscos como parte da cultura empresarial da Companhia, sua missão, visão e valores;

(ii) adequar o planejamento estratégico da Companhia e a tratativa dos riscos a ele associados ao perfil de risco estabelecido pelo Conselho de Administração;

(iii) gerenciar, de forma proativa e abrangente, os riscos associados aos processos de negócio, de gestão e de suporte, mantendo-os em um nível de exposição alinhado com o perfil de risco da Companhia;

(iv) empreender ações de gerenciamento de risco de forma a otimizá-lo de modo eficaz, eficiente, econômico e efetivo;

(v) garantir a autonomia no processo de gerenciamento dos riscos e a segregação de funções entre os tomadores de riscos, os responsáveis pela implantação de controles para mitigação dos riscos e os responsáveis pelo seu monitoramento; e

(vi) prezar pela transparência e prestação de contas a todas as partes interessadas da Companhia sobre os principais riscos e suas iniciativas para endereçá-los.

(i) os riscos para os quais se busca proteção

Os riscos aos quais a Companhia e suas controladas está sujeita podem ser classificados nos seguintes grupos:

(i) Estratégicos: Riscos que podem impedir ou afetar o atingimento das decisões estratégicas da Companhia para os objetivos do seu negócio e definidas em seu planejamento estratégico, incluindo, mas não se limitando, ao risco político;

(ii) Financeiros: Riscos que podem implicar perdas financeiras, decorrentes de efeitos não esperados no cenário econômico e nas tendências de mercado, refletidos no comportamento das taxas de juros, do câmbio, da inflação, do emprego, da renda, do endividamento, da escolha dos investimentos financeiros, dos preços das ações, dentre outros;

(iii) Operacionais: Riscos que podem implicar perdas financeiras e danos de imagem, decorrentes de desvios operacionais relacionados aos controles internos, processos, sistemas de informação, gerenciamento de recursos, meio ambiente, fraudes, dentre outros; e

(iv) *Compliance*: Riscos relacionados as sanções legais ou regulatórias, de perda financeira ou de reputação que a Companhia pode sofrer como resultado da falha no cumprimento da aplicação de leis, regulamentos, da ética e conduta e das políticas internas.

Os riscos que podem impactar de forma negativa a Companhia estão descritos nos itens 4.1 e 4.2 deste Formulário de Referência.

(ii) os instrumentos utilizados para proteção

A Companhia possui uma matriz de riscos compreendendo seus principais riscos corporativos, baseados na sua probabilidade de ocorrência e na magnitude do seu impacto nos negócios da Companhia, para os quais foram selecionados indicadores de risco e performance para o seu monitoramento.

Estes indicadores são avaliados periodicamente pelo Conselho de Administração, que deverá tomar as devidas providências sempre que apresentarem sinais de ameaça à estratégia e aos negócios da Companhia.

A matriz de riscos é revisada anualmente pela Companhia, ou a qualquer momento, considerando as circunstâncias e a mudança na sua magnitude de impacto, e seu cumprimento é periodicamente monitorado pela Diretoria, pelo Comitê de Auditoria, pela Auditoria Interna, pela área de Controles Internos e Compliance, pelos Gestores das áreas de negócios e pelo Conselho de Administração da Companhia.

(iii) a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

Conforme as melhores práticas de mercado, a Companhia deve manter uma estrutura organizada responsável pela aplicação do processo de gerenciamento de riscos aqui descritos, em diferentes níveis da organização, que abrange o Conselho de Administração, a Diretoria, o Comitê de Auditoria, a Auditoria Interna, a área de Controles Internos e Compliance, os Gestores das áreas de negócios e todos os colaboradores da Companhia. Seu propósito é buscar a construção e implantação de um modelo que capture as experiências, percepções e os melhores conjuntos de informações disponíveis para a tomada de decisão.

A estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia segue quatro linhas de defesa e é realizada conforme fluxo e descrição abaixo:

Nesse sentido, compete ao Conselho de Administração:

(i) estabelecer as estratégias e diretrizes de risco para a Companhia;

(ii) definir a metodologia corporativa de gestão de riscos pautada em uma visão integrada e sistêmica, que possibilita um ambiente de contínuo monitoramento dos riscos nos mais diversos níveis hierárquicos da Companhia;

(iii) monitorar a efetividade da estrutura e do processo de gerenciamento de riscos da Companhia;

(iv) aprovar as políticas e procedimentos relacionados ao gerenciamento de riscos;

(v) aprovar todas as informações apresentadas ao mercado relacionados à estrutura de gerenciamento de riscos, suas atividades e resultados apurados;

(vi) assegurar o cumprimento das diretrizes de riscos estabelecidas pela Companhia;

(vii) revisar periodicamente a matriz de riscos e os respectivos indicadores de performance (KPI) e indicadores de riscos (KRI) existentes para o monitoramento da mitigação destes riscos;

(viii) assegurar autonomia operacional ao Comitê de Auditoria, aprovando orçamento próprio destinado a cobrir despesas com seu funcionamento; e

(ix) receber, por meio do Comitê de Auditoria, o reporte das atividades da Auditoria Interna e da área de Controles Internos e Compliance, avaliando, ao menos anualmente, se a

estrutura e orçamento destas são suficientes ao desempenho de suas funções.

Compete à Diretoria:

(i) implementar as estratégias e diretrizes da Companhia aprovadas pelo Conselho de Administração, respeitando e fazendo todos os demais profissionais a respeitarem as suas definições;

(ii) supervisionar o processo de gerenciamento de riscos;

(iii) elaborar uma matriz de riscos abrangendo os principais riscos corporativos, baseados na sua probabilidade de ocorrência e a magnitude do seu impacto; os controles internos ou endereçamentos existentes ou necessários para mitigá-los e os indicadores de performance (KPI) e os indicadores de riscos (KRI) para o seu monitoramento;

(iv) acompanhar os indicadores de performance (KPI) e os indicadores de riscos (KRI) estabelecidos com base na matriz de riscos e realizando as devidas ações ou medidas corretivas que forem necessárias;

(v) definir, em conjunto com a área de Controles Internos e Compliance, os planos de ação para mitigação dos riscos; e

(vi) consolidar e comunicar os riscos da Companhia ao Conselho de Administração.

Compete à área de Controles Internos e Compliance (estrutura autônoma que se reporta ao Comitê de Auditoria):

(i) administrar, implementar e monitorar o sistema de gerenciamento de riscos;

(ii) fornecer informações precisas, íntegras e suficientes sobre o gerenciamento de riscos;

(iii) fornecer apoio às áreas de negócios no que tange o processo de gerenciamento de riscos;

(iv) avaliar os riscos identificados pelos Gestores das áreas de negócios da Companhia; e

(v) propor limites para exposição aos riscos e sugerir, avaliar e monitorar as ações com objetivo de reduzir exposição a riscos.

Compete aos gestores das áreas de negócios da Companhia:

(i) identificar e gerenciar os riscos das respectivas áreas de negócios;

(ii) comunicar, tempestivamente, à área de Controles Internos e Compliance, os riscos identificados;

(iii) assegurar a operacionalização do gerenciamento de riscos, implementado ações preventivas e corretivas aos riscos identificados em suas áreas de negócios;

(iv) desenvolver processos e procedimentos, treinamentos e formas de comunicação que permitam a disseminação de forma consistente nas áreas de negócios, do gerenciamento de riscos na Companhia.

Compete ao Comitê de Auditoria:

(i) fornecer ao Conselho de Administração avaliações independentes, imparciais e

tempestivas sobre a qualidade e efetividade do gerenciamento dos riscos e dos processos de governança, da adequação dos controles e do cumprimento das normas e regulamentos associados às operações da Companhia;

(ii) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia; e

(iii) acompanhar as atividades da Auditoria Interna e da área de Controles Internos e Compliance e reportar suas atividades ao Conselho de Administração, que avaliará, ao menos anualmente, se a estrutura e orçamento destas são suficientes ao desempenho de suas funções.

Compete à área de Auditoria Interna (estrutura autônoma que reporta os assuntos relacionados ao gerenciamento de riscos ao Comitê de Auditoria) aferir a qualidade e a efetividade do processo de gerenciamento de riscos e dos processos de governança, da adequação dos controles e do cumprimento das normas e regulamentos associados às operações da Companhia de forma independente, imparcial e tempestiva.

c) A adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia entende que sua estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da Política de Gerenciamento de Riscos é adequada.

O Comitê de Auditoria é responsável por avaliar e monitorar a qualidade e a efetividade da Política de Gerenciamento de Riscos, enquanto a área de Auditoria Interna é responsável por monitorar a qualidade e a efetividade da Política de Gerenciamento de Riscos.

O Conselho de Administração da Companhia entende que a sua área de Auditoria Interna possui estrutura e orçamento considerados suficientes ao desempenho de suas funções.

A Companhia envida esforços constantes para aprimorar os processos e controles, sempre em atenção às melhores práticas de governança societária.

5.2 – Políticas de gerenciamento de riscos de mercado

a. se a Companhia possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia possui uma Política de Gerenciamento de Riscos que tem por objetivo estabelecer e divulgar as diretrizes e responsabilidades para a gestão dos riscos a que está exposta, permitindo razoável redução do grau de incerteza no alcance dos objetivos e preservação do valor da Companhia. Além da referida política, a Companhia não possui uma política específica formalmente aprovada para os riscos de mercado.

A Política de Gerenciamento de Riscos se aplica a todos os colaboradores da Companhia.

A Companhia entende que os principais riscos aos quais está exposta são tratados nas práticas e objetivos específicos desenvolvidos pelo Comitê de Auditoria da Companhia e está constantemente os monitorando. Além disso, a Companhia entende que a Política de Gerenciamento de Riscos possibilita o gerenciamento eficaz dos riscos de mercado inerentes às atividades da Companhia.

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:

i. riscos de mercado para os quais se busca proteção

Os riscos aos quais a Companhia está sujeita e busca proteção, estão relacionados a todo e qualquer evento de incerteza ao qual a Companhia está exposta e que possam impactar negativamente o alcance dos objetivos e de geração de valor estabelecidos no seu plano estratégico de longo prazo.

Os riscos de mercado para os quais se busca proteção encontram-se pormenorizados no item 4.2 deste Formulário de Referência, e incluem (i) risco de flutuação na taxa de câmbio; (ii) risco de commodities; (iii) risco de crédito e contas a receber; (iv) risco de crédito e liquidez; (v) risco de taxa de juros; e (vi) risco relativo à inflação.

ii. estratégias de proteção patrimonial (*hedge*)

Como estratégia de gerenciamento de riscos relacionados à flutuação das taxas de câmbio, a Companhia faz uso de diversos instrumentos de derivativos, tais como contratos de câmbio futuro e NDFs (*non-deliverable forward*). A escolha por cada tipo de contrato depende da natureza da operação, prazo e de condições de mercado, tais como a liquidez dos contratos. A contratação do instrumento financeiro é feita por meio de análise periódica da exposição ao risco que a administração da Companhia cobre.

Tais instrumentos são administrados pela definição de estratégias operacionais e controles internos lastreada nas operações da Companhia, não sendo utilizados tais instrumentos com outros propósitos que não de proteção (*hedge*).

Além disso, a gestão dos riscos tem como princípio a proteção para gerenciar riscos financeiros que possam ser adicionados aos negócios. O uso de instrumentos financeiros é exclusivamente para *hedge* de itens financeiros. Com relação ao caixa, as aplicações financeiras da Companhia são geridas conservadoramente, com foco na disponibilidade de recursos para fazer frente às necessidades da Companhia.

A Companhia busca melhor rentabilidade, sempre levando em consideração os limites de risco, liquidez e concentração das aplicações. Não são realizadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

As taxas contratadas são regularmente acompanhadas de modo a compará-las com as vigentes no mercado.

iii. instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

Como mencionado acima, com a finalidade de minimizar o efeito da volatilidade do câmbio em seus resultados, a Companhia pode optar por realizar operações que mitigam essas variações. Para isso, são contratadas operações de derivativos tais como: NDFs (*non-deliverable forward*) e Câmbio Futuro.

iv. parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Para cada exposição da Companhia há uma metodologia para a definição dos parâmetros de proteção utilizando produtos de derivativos. A definição destas práticas é acordada previamente entre as diretorias envolvidas diretamente com a origem e mitigação dos riscos de mercado das exposições.

A Companhia informa que não possui limites (mínimo e máximo) de exposição permitidos em Política de Gerenciamento de Riscos de *hedge* para cada um dos riscos identificados no item 4.2 deste Formulário de Referência, analisando a contratação caso a caso de forma a reduzir a exposição da Companhia a tais riscos.

v. se a Companhia opera instrumentos financeiros objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

Não há instrumento financeiro derivativo com objetivo diverso ao da proteção patrimonial e gerenciamento de risco. Todas as operações de derivativos devem ter o objetivo de proteção patrimonial (*hedge*).

vi. estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

Conforme as melhores práticas de mercado, a Companhia mantém uma estrutura organizada responsável pela aplicação do processo de gerenciamento de riscos, em diferentes níveis da organização, que abrange o Conselho de Administração, a Diretoria, o Comitê de Auditoria, a Auditoria Interna, a área de Controles Internos e Compliance, os Gestores das áreas de negócios e todos os colaboradores da Companhia. Seu propósito é buscar a construção e implantação de um modelo que capture as experiências, percepções e os melhores conjuntos de informações disponíveis para a tomada de decisão.

As políticas de vendas da Companhia estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e a diversificação das vendas (pulverização do risco). A Companhia e suas controladas historicamente têm obtido resultados satisfatórios em relação as suas metas de mitigação deste risco.

A Companhia e suas controladas têm políticas de monitoramento de caixa para evitar o descasamento de contas a receber e a pagar. Adicionalmente, a Companhia mantém saldos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa.

A Companhia e suas controladas historicamente tem obtido resultados satisfatórios em relação as suas metas de mitigação deste risco.

A Diretoria implementa as estratégias e diretrizes aprovadas pelo Conselho de Administração, supervisiona o processo de gerenciamento de riscos e define, em conjunto com a área de Controles Internos e Compliance, os planos de ação para mitigação dos riscos.

O Comitê de Auditoria é responsável por assessorar o Conselho de Administração na supervisão das atividades de monitoramento de riscos e monitorar a exposição da Companhia e de suas controladas aos seus riscos mais significativos.

O Conselho de Administração estabelece as diretrizes dos riscos de mercado, monitorando a efetividade da estrutura e do processo de gerenciamento de risco.

Os gestores da área de negócios da Companhia são encarregados de assegurar a operacionalização do gerenciamento de riscos, a implementação de ações preventivas e corretivas aos riscos identificados.

Além disso, compete à área de Controles Internos e Compliance propor limites para exposição aos riscos e sugerir, avaliar e monitorar as ações com objetivo de reduzir a exposição a riscos.

Por fim, cabe à Auditoria Interna da Companhia avaliar, monitorar e comunicar os riscos e a efetividade do gerenciamento de riscos aos comitês, Conselho de Administração e Diretoria.

A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos da Companhia está descrita no item 5.1 deste Formulário de Referência.

c. a adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Auditoria Interna monitora e avalia, por meio da matriz de riscos definida na Política de Gerenciamento de Riscos, se as operações realizadas pela Companhia estão de acordo com as políticas adotadas, reportando os resultados desta avaliação para a administração. Além disso, afere a qualidade e a efetividade do processo de gerenciamento de riscos e dos processos de governança, da adequação dos controles e do cumprimento das normas e regulamentos associados às operações da Companhia de forma independente, imparcial e tempestiva.

A Auditoria Interna consolida, avalia, monitora e comunica os riscos e a efetividade do gerenciamento de riscos ao Comitê de Auditoria, ao Conselho de Administração e à Diretoria. A interação da área de gestão com as áreas de gerenciamento de riscos, de auditoria interna e de controles internos asseguram o cumprimento da Política de Gerenciamento de Riscos.

A Companhia entende que a estrutura operacional e os controles internos adotados são adequados para verificação da efetividade gestão de riscos de mercado, visto que possui um sistema definido de atribuições que serve para ampliar e agilizar o processo decisório, buscando identificar novas oportunidades bem como evitar perdas, além de otimizar a contratação de instrumentos financeiros para proteção da exposição em risco.

5.3 – Descrição dos Controles Internos

a. Principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Companhia adota diversas práticas e controles internos que considera suficientes e adequados ao seu tipo de atividade e volume de operações para garantir a segurança, transparência e a confiabilidade de suas demonstrações financeiras, se certificando que as informações apresentadas sejam um reflexo adequado de seus processos operacionais e financeiros.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas *pelo International Accounting Standards Board* (IASB). O exercício social da Companhia e suas controladas termina em 31 de março de cada ano, a fim de alinhar a data de encerramento de seu exercício societário com o ciclo de colheita da safra do *commodity* utilizado para os negócios da Companhia.

Para avaliar a eficiência dos controles internos de divulgação das informações financeiras, a administração da Companhia possui uma área de Controles Internos e *Compliance*, que realiza uma avaliação e controle interno de divulgação das informações financeiras, para garantir de forma razoável a confiabilidade dos relatórios financeiros e a elaboração das demonstrações financeiras para divulgação externa, de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos.

Deficiências de controles, quando identificadas, são tratadas prontamente através de planos de ação estabelecidos pelas estruturas organizacionais envolvidas, bem como monitoradas de forma mensal.

Devido às suas limitações inerentes, os controles internos sobre a divulgação das informações financeiras podem não prevenir ou não detectar erros. Além disso, as projeções sobre qualquer avaliação de efetividade para períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os controles podem se tornar inadequados devido a mudanças nas condições, ou porque o nível de cumprimento das políticas ou procedimentos pode ser alterado.

b. Estruturas organizacionais envolvidas

Estão diretamente envolvidos no cumprimento e controle das demonstrações financeiras as áreas de contabilidade e controladoria, diretamente ligadas à Diretoria, e de Controles Internos e *Compliance* da Companhia.

Além disso, a Companhia possui uma estrutura interna de apoio e assessoramento responsáveis pelo monitoramento e aprimoramento do gerenciamento de riscos, controles internos e governança corporativa da Companhia. O Conselho de Administração, a Diretoria, o Comitê de Auditoria Estatutário, a área de Controles Internos e *Compliance*, os gestores das áreas de negócios e a Auditoria Interna da Companhia, conforme descritas no item 5.1 deste Formulário de Referência, devem coordenar o processo de gestão de riscos e buscar a identificação, mensuração e monitoramento dos riscos associados, bem como dos riscos que possam impactar significativamente a elaboração das demonstrações financeiras e informações trimestrais da Companhia.

c. Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A supervisão da eficiência dos controles internos é realizada pelo Conselho de Administração da Companhia por meio do Comitê de Auditoria. Além disso, a área de Controles Internos e

Compliance da Companhia tem, sob supervisão do Comitê de Auditoria, como uma de suas atribuições, o dever de supervisionar o programa interno de *compliance*. Internamente, a área de auditoria interna também atua com o objetivo de supervisionar a eficiência dos controles internos. Além disso, a área de Controles Internos e *Compliance* realiza avaliação dos controles internos e elabora relatório, no mínimo semestralmente, relatando o acompanhamento sistemático das atividades relacionadas com o sistema de controles internos, de identificação e correção tempestiva das deficiências apostadas.

d. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Os auditores externos, como parte dos trabalhos de auditoria para o exercício social encerrado em 31 de março de 2020, identificaram os seguintes pontos de deficiência significativa:

(i) aprimoramento nos controles para o *impairment test* dos ágios/marcas.

Tendo em vista que a elaboração das projeções de fluxo de caixa que suportam o teste de "*impairment*" é um procedimento que demanda um profundo exercício de estimativa que precisa estar bem embasado e documentado, foi sugerido que a Companhia reavaliasse a utilização de premissas adequadas para definição da taxa de desconto e planejasse com antecedência o melhor momento ao longo do exercício para realização de suas projeções.

(ii) revisão para provisão para riscos.

Os auditores externos recomendaram que a Administração da Companhia implementasse controle para acompanhamento tempestivo de suas causas judiciais.

e. Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

A administração da Companhia concorda com a maior parte das recomendações da carta de recomendação dos auditores independentes sobre os controles internos da Companhia relacionados ao exercício social encerrado em 31 de março de 2020. As recomendações apresentadas estão relacionadas a (i) aprimoramento nos controles para o *impairment test* dos ágios/marcas; e (ii) revisão para provisão para riscos. De acordo com a avaliação da administração, nenhuma das melhorias reportadas pelos auditores apresentam probabilidade ou magnitude com relação a distorções que possam surgir nas demonstrações financeiras.

5.4 – Programa de Integridade

Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

a) Se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

A Companhia adota um conjunto integrado de políticas, práticas e procedimentos voltados à prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, que abrangem os objetivos da Companhia de estabelecer procedimentos que visem a reduzir a sua exposição a riscos (estratégicos, operacionais, financeiros, de *compliance*, etc.), bem como aumentar o grau de confiabilidade dos procedimentos operacionais adotados pela Companhia. Dentre as referidas políticas, práticas e procedimentos, destaca-se o código de conduta da Companhia ("Código de Conduta"), aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 27 de agosto de 2020 e descrito nos itens abaixo.

O inteiro teor do Código de Conduta pode ser acessado no site de relações com investidores da Companhia (www.grupompr.com.br/ri) e no site da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") (www.cvm.gov.br).

(iv) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

Código de Conduta. O Código de Conduta visa a estabelecer e promover valores e princípios éticos e de responsabilidade social e ambiental aplicáveis à Companhia, suas coligadas e controladas, todos os seus colaboradores diretos e indiretos, empregados e administradores, que incluem os membros do Conselho de Administração e comitês de assessoramento, membros da Diretoria e do Conselho Fiscal, bem como fornecedores e prestadores de serviços da Companhia, de forma a disseminar os princípios éticos que norteiam a Companhia para sua rede de relacionamentos e adotar padrões adequados de conduta em um ambiente global, complexo e em constante mudança.

Canal de Denúncias. A Companhia possui canal de denúncias, sendo uma ferramenta confidencial, dotado de independência, autonomia e imparcialidade, e está disponível 24 horas por dia, durante todo o ano. A Companhia garante que será conferido o anonimato àqueles que optarem por realizar a denúncia sob este formato.

(v) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existente

Na estrutura organizacional, a Companhia possui diversas áreas de apoio responsáveis pelo aprimoramento dos controles internos, assessorando e fortalecendo as decisões e atividades referentes à gestão de riscos internos. As principais áreas que atuam no dia a dia deste processo são:

(i) **Auditoria Interna**: responsável pelo acompanhamento efetivo dos processos e controles internos. A Auditoria Interna se reporta ao Comitê de Auditoria, realiza auditorias internas e solicita a elaboração dos planos de ação para correção de eventuais não conformidades identificadas;

(ii) **Comitê de Auditoria Estatutário**: diretamente subordinado ao Conselho de Administração, o Comitê de Auditoria Estatutário conta com regimento interno próprio. Nos termos da Instrução CVM 308, de 14 de maio de 1999, deve ser composto, em sua maioria, por membros independentes, seguindo as diretrizes da referida Instrução quanto à independência de seus membros. Dentre suas atribuições, ele auxilia o Conselho de Administração no cumprimento de seus deveres de supervisionar a administração da Companhia (incluindo, conforme apropriado, suas subsidiárias);

(iii) **Área de Controles Internos e *Compliance***: estrutura autônoma que se reporta ao Comitê de Auditoria. Ela é responsável por (i) verificar se as contratações pontuais de auditores não geram conflitos de interesses com a auditoria contábil, de modo a garantir a independência dos auditores da Companhia; (ii) acompanha e verifica que os colaboradores tenham assinado o Termo de Compromisso e Adesão ao Código de Conduta; (iii) garante que os reportes recebidos pelo Canal de Denúncias sejam endereçados aos responsáveis e que as medidas cabíveis sejam tomadas; e (iv) garante o arquivamento das atas de reuniões do Conselho de Administração.

(vi) se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

  O Código de Conduta da Companhia se aplica à Companhia, suas coligadas e controladas, todos os seus colaboradores diretos e indiretos, empregados e administradores, que incluem os membros do Conselho de Administração e comitês de assessoramento, membros da Diretoria e do Conselho Fiscal, se instalado, (e, quando considerados em conjunto, "Colaboradores"), bem como fornecedores e prestadores de serviços da Companhia ("Pessoas Vinculadas").

- **se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema**

  A Companhia oferece treinamentos voltados ao aprimoramento das competências necessárias para o dia a dia de seus negócios.

  São realizados treinamentos periódicos aos empregados sobre a necessidade de cumprimento do disposto no Código de Conduta, bem como para dirimir todas as dúvidas eventualmente levantadas por eles. Ainda, os Colaboradores devem assinar Termo de Compromisso e Adesão anexo ao Código de Conduta, comprometendo-se a zelar pela aplicação das normas e princípios nele contidos.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

  As infrações das regras previstas no Código de Conduta poderão resultar nas seguintes ações disciplinares (i) advertência; (ii) suspensão; (iii) desligamento do funcionário; ou (iv) encerramento da relação contratual existente com a Companhia, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis.

  Caberá ao Departamento de Relações com Investidores a definição das penalidades que serão aplicadas no caso concreto, levando-se em consideração a gravidade da infração, a

reincidência do infrator e os danos provocados à Companhia e/ou aos demais Colaboradores.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

  O Código de Conduta foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em 27 de agosto de 2020. Conforme indicado acima, o inteiro teor do Código de Conduta pode ser acessado no site de relações com investidores da Companhia (www.grupompr.com.br/ri) e no site da CVM (www.cvm.gov.br).

b) Se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

Conforme indicado no item 5.4 (a)(i) acima, a Companhia possui canal de denúncias, o qual é gerido internamente e cuja comunicação poderá ser feita por meio do endereço eletrônico (e-mail): ouvidoria@grupompr.com.br ("Canal de Denúncias"), de forma identificada ou anônima, para que o caso seja analisado pelo Departamento de Relações com Investidores.

- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se receber denúncias somente de empregados**

O Canal de Denúncias está aberto para recebimento de denúncias dos Colaboradores ou de terceiros, e está disponível 24 horas por dia, durante todo o ano.

- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé**

O Canal de Denúncias é uma ferramenta confidencial, sendo dotado de independência, autonomia e imparcialidade. A Companhia não tolera qualquer tipo de retaliações aos denunciantes de boa-fé e busca, de todas as formas, prevenir este tipo de conduta. Tais retaliações serão punidas, nos termos do item 5.4 (a) "iii" acima.

- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

Conforme mencionado acima, caberá ao Departamento de Relações com Investidores a definição das penalidades que serão aplicadas no caso concreto, levando-se em consideração a gravidade da infração, a reincidência do infrator e os danos provocados à Companhia e/ou aos demais Colaboradores.

c) Se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

A Companhia realiza verificações sobre risco de práticas irregulares como parte das atividades de *due diligence* realizadas durante processos de fusão, aquisição e reestruturação societária, com o objetivo de avaliar se estão presentes as condições mínimas necessárias para cumprimento das diretrizes, políticas e do Código de Conduta seguidos pela Companhia.

d) Caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia adota regras, políticas, procedimentos e práticas voltados para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

5.5 – Alterações significativas

No último exercício social não houve alterações significativas nos principais riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta ou na Política de Gerenciamento de Riscos adotada.

5.6 – Outras informações relevantes – Gerenciamento de riscos e controles internos

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item que não tenham sido divulgadas neste Formulário de Referência.

6.1/ 6.2/ 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM

Data de Constituição do Emissor	16/05/2011
Forma de Constituição do Emissor	Companhia fechada
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de duração Indeterminado
Data de Registro CVM	Em fase de obtenção

6.3 - Breve histórico

A Companhia é uma sociedade *holding* do grupo MPR, controladora direta da (i) Álcool Ferreira S.A. ("Álcool Ferreira"), destilaria com destaque na produção de álcool, fundada em 1946 pelo Sr. Antonio da Silva Ferreira, em uma pequena casa no Bairro da Mooca, Estado de São Paulo, e (ii) Companhia Nacional de Álcool ("CNA"), fundada em 1948, na cidade de Piracicaba, tradicional região canavieira do Estado de São Paulo.

Em 1982, a Álcool Ferreira expandiu sua capacidade produtiva por meio da aquisição de áreas na cidade de Cordeirópolis, Estado de São Paulo, construindo uma destilaria para produção de álcool extra neutro para garantir aos seus clientes um produto com alto nível de qualidade e uma entrega rápida e eficiente.

Em 1984, a Álcool Ferreira adquiriu 50% das ações representativas do capital social da CNA e, dando sequência à sua estratégia de consolidação no setor, em 1994, adquiriu os 50% restantes, tornando-se controladora da CNA, então líder nacional de álcool engarrafado, e detentora das marcas Zulu e Zumbi, as principais do País.

Em 1985, inaugurou uma das primeiras destilarias de processamento de etanol para fabricação de álcool extra neutro, convencional e orgânico em diversas especificações técnicas, atendendo a crescente demanda do mercado industrial nacional e internacional e agregando muito valor à sua operação. O produto é o principal insumo do álcool em gel higienizador de mãos.

Em 1999, com o intuito de simplificar sua estrutura societária e padronizar seus esforços administrativos, evitando duplicidades de estruturas administrativas, cargos e esforços de atividades de apoio internos e, como consequência, fortalecendo os princípios e as práticas de governança corporativa, a MPR Empreendimentos e Participações S.A. ("MPR") foi constituída, na forma de *holding* de uma das famílias acionistas da Álcool Ferreira.

Em 2001, com o intuito de organização societária e planejamento de sucessão da segunda geração da família, foram criadas seis *holding*s familiares abaixo do grupo do fundador, movimento que iniciou uma negociação que levou a MPR à aquisição de 100% das ações representativas do capital social da CNA, por meio de acordo familiar pelo qual os acionistas da Companhia adquiririam a CNA.

Em 2002, a Companhia inovou e transformou a categoria expandindo seu portfólio com o lançamento do álcool 46º em suas marcas, com uso especifico para limpeza, álcool em gel para limpeza, álcool em gel para acender churrasqueiras e gel higienizador de mãos, visando a adequação as novas normas sanitárias vigentes, agregando segurança aos consumidores e muito valor à sua operação.

Em 2005, dentro de sua estratégia de crescimento por aquisições, a CNA adquiriu sua principal concorrente, a divisão de álcool engarrafado da Copersucar S.A. ("Copersucar"), envolvida primariamente na industrialização, comercialização e distribuição para o varejo de produtos de higiene, limpeza e cosméticos, levando o grupo à distribuição nacional do portfólio e liderança do mercado. Com a aquisição da Copersucar, a MPR transferiu a totalidade da produção da CNA para a cidade de Piracicaba. Enquanto isso, a produção da Álcool Ferreira se consolidou na cidade de Cordeirópolis, em uma área de mais de 62.500m².

Em 2008, foi iniciado o processo de profissionalização da gestão e de implementação da governança corporativa com a contratação do primeiro time de executivos de mercado e de consultorias de melhores práticas de gestão.

Em 2009, em mais um movimento de consolidação, foi concluída a aquisição da Álcool Ferreira dos acionistas remanescentes, fazendo com que o grupo reunisse a estrutura empresarial original,

mas com apenas uma das seis famílias da 2ª geração no controle, de forma que a MPR passou a controlar ambas as sociedades.

Em 2011, buscando fortalecer a estrutura societária e organizacional do grupo, a Companhia foi constituída na forma de sociedade por ações de capital fechado, com o objeto social de administração de bens próprios e participação no capital social de outras empresas e tendo como acionista principal a MPR. O objetivo da criação da Companhia foi consolidar a governança entre os acionistas na Companhia. Posteriormente, mediante a realização de novas reorganizações societárias, a Companhia passou a ser controladora direta da CNA e da Álcool Ferreira, consolidando a atual estrutura societária do grupo.

Em 2012, a Companhia aplicou mais uma inovação na categoria ao lançar a linha Coperalcool Bacfree, adicionando aos diversos tipos de álcoois do portfólio poder bactericida com duração de seis horas, demonstração de preocupação com a eficácia de seus produtos para os consumidores em meio a diversas epidemias que impulsionaram o consumo no Brasil e no mundo.

Em 2015, a partir da entrada da Alothon Group, LLC – Fundo de Private Equity com foco em investimentos de *middle market* na América Latina – por meio de veículos de investimentos, a Companhia passou por um processo de transformação que profissionalizou a gestão da Companhia, implementou uma cultura de excelência operacional e aprimorou sua infraestrutura e processos internos. Com isso, a Companhia alcançou maior eficiência operacional, aumento de rentabilidade e crescimento contínuo de suas operações.

Em 2017, a Companhia concluiu a aquisição da totalidade da participação acionária de seu principal concorrente e número 2 do mercado nacional da categoria, a Da Ilha, movimento que levou a Companhia a atingir 67,7% de *market share* na região sul do Brasil. Assim como a CNA, a Da Ilha está envolvida primariamente na industrialização, comercialização e distribuição para o varejo de produtos de higiene, limpeza e cosméticos, levando o grupo à distribuição nacional do portfólio e liderança do mercado.

Em 2018 e 2019, mais duas inovações marcam a história da Companhia. Seguindo as últimas tendências do mercado mundial, a Companhia fez lançamento dos panos umedecidos a base de álcool 70º para desinfecção de superfícies com 6 horas de ação prolongada com a marca Coperalcool Bacfree. Além disso, houve lançamento da marca Vinagreen, com uma linha de produtos naturais, biodegradáveis, hipoalergênicos e veganos com fragrâncias à base de óleos essenciais, a fim de ocupar um espaço ainda vazio em outras categorias de higiene e limpeza.

Em 2019, para fins de simplificação da estrutura do grupo, a MPR foi incorporada pela sua controladora direta, a Hypséa Participações S.A. ("Hypséa"), com a sua consequente extinção de pleno direito. Ato contínuo, a Hypséa foi totalmente cindida com versão das parcelas dos patrimônios cindidos para a CNA e para a Álcool Ferreira, com a consequente extinção de pleno direito da Hypséa, passando a Vocatus Participações S.A. ("Vocatus") a ser controladora direta da Companhia, que por sua vez, detinha o controle direto da CNA e Álcool Ferreira.

Atualmente, os acionistas diretos da Companhia são a Vocatus e o Zulu Corp Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

Para estabelecer uma estrutura unificada, a Companhia possui um centro administrativo e de distribuição no Centro Empresarial Alphaville, em Barueri, Estado de São Paulo.

Outros eventos societários relevantes da Companhia poderão ser verificados no item 15.7 deste Formulário de Referência.

Em um abrangente processo de profissionalização, a CNA aderiu ao Nível I de Governança Corporativa do International Finance Corporation (IFC) – instituição que atua em conjunto com

o Banco Mundial nos programas de governança corporativa em níveis regionais e nacionais no mercado brasileiro e internacional, ajudando a fortalecer o desempenho da Companhia, que passou a buscar uma competitividade cada vez maior nos mercados em que atua.

Ao longo de seus mais de 70 anos de história, a CNA sempre possuiu como objetivo a disponibilização de produtos ecologicamente corretos e economicamente viáveis aos seus consumidores finais e foi a responsável pela primeira marca de álcool engarrafado do país, o Álcool Zulu, que ganhou destaque no mercado nacional por ser um produto para as atividades diárias, tornando-as mais práticas, rápidas e eficientes.

Atualmente a Companhia exporta para diversos países da América, Europa e África, com a mesma qualidade e eficiência conquistadas no mercado brasileiro.

Os produtos da Companhia são voltados ao setor de limpeza, diversificados em mercadorias como álcool engarrafado, álcool em gel, água sanitária, acetona, limpa vidros, removedores, panos umedecidos e outros, com destaque para as marcas Coperalcool, Zulu e Vinagreen.

Abaixo, segue o resumo de alguns marcos da história da Companhia:

- 1946 – Fundação da Álcool Ferreira;
- 1948 – Fundação da CNA;
- 1948 – Criação do álcool Zulu, o primeiro álcool engarrafado do País;
- 1984 – Aquisição de 50% da CNA pela Álcool Ferreira;
- 1994 - Aquisição dos 50% restantes da CNA pela Álcool Ferreira;
- 1999 – Constituição da MPR;
- 2001 – Aquisição de 100% da CNA pela MPR;
- 2005 – Aquisição, pela CNA, da divisão de álcool engarrafado da Copersucar (fábrica de Piracicaba e marcas);
- 2006 – Reativação da planta de Piracicaba e reintrodução da marca Coperalcool no mercado;
- 2007 – Transferência da produção da CNA para Piracicaba;
- 2009 – Aquisição de 100% da Álcool Ferreira pela MPR;
- 2011 – Constituição da Companhia e Adesão da CNA ao Nível I de Governança Corporativa do International Finance Corporation (IFC);
- 2013 – Substituição regulatória do álcool 92º pelo álcool 46º, lançamento da linha Bacfree Líquido e da acetona Zulu seduction;
- 2015 – Entrada da Alothon Group e lançamento Limpa Vidros Coperalcool;
- 2016 - Lançamentos das acetonas Zulu Erva Doce e Zulu Fashion e reestilização da linha de removedores Zulu;
- 2017 – Lançamento do Gel de Mãos Bacfree e aquisição da Da Ilha pela CNA;
- 2018 – Lançamento dos Panos Umidecidos e novas versões Coperalcool Bacfree com ação prolongada 6H; lançamento Água Sanitária Zulu; lançamento da marca ecológica Vinagreen; e
- 2019 e 2020 – Lançamento das novas embalagens e formatos dos panos umedecidos Bacfree e lançamento das versões perfumadas Vinagreen e reorganizações societárias no Grupo MPR.

6.5 – Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

Até a data deste Formulário de Referência, não houve nenhum pedido de falência, de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia.

6.6 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item que não tenham sido divulgadas neste Formulário de Referência.

7.1 - Descrição das Principais Atividades do Emissor e suas Controladas

VISÃO GERAL

A Companhia é líder no setor de varejo (Segmento do Varejo ou *Business to Consumer* – "*B2C*") de produtos de limpeza doméstica à base de álcool, detendo 46% do *market share* nacional no segmento, participação aproximadamente sete vezes maior do que a do segundo *player* do setor entre os períodos de janeiro a julho de 2020, segundo relatório Scantrack/Nielsen. Com mais de 74 anos de história, é proprietária das marcas icônicas Coperalcool e Zulu, além das marcas Zumbi, Da Ilha e Vinagreen, e fabrica produtos *private label* para clientes varejistas como o Grupo Pão de Açúcar, Makro e Big. Possui, ainda, presença relevante no setor industrial (Segmento Industrial ou *Business to Business* – "*B2B*") para a produção de álcoois especiais no Brasil, principalmente para as indústrias alimentícia, química, farmacêutica e cosmética.

O segmento *B2C* é responsável por aproximadamente 70% da receita bruta da Companhia, enquanto o *B2B* representa os demais 30%.

Tendo a sustentabilidade como valor essencial, a Companhia busca desenvolver produtos naturais de fontes renováveis, com baixo impacto ambiental, economicamente viáveis e eficazes e participa, ainda, de iniciativas de regeneração e de ecossistemas naturais. O álcool líquido, principal produto da Companhia utilizado pelas marcas Coperalcool, Zulu, Zumbi e Da Ilha é 99% natural e produzido com insumos de fontes renováveis. A marca Vinagreen, lançada em 2018, possui produtos de limpeza, amaciantes e alvejantes para roupas que são de fonte vegetal, biodegradáveis, produzidos à base de vinagre de álcool orgânico, hipoalergênicos, veganos, não testados em animais e com embalagem de plástico de fonte vegetal e reciclável.

A Álcool Ferreira S.A., subsidiária integral da Companhia, iniciou suas operações em 1946 com o Sr. Antônio da Silva Ferreira. Em 1984, adquiriu a Companhia Nacional de Álcool, primeira empresa a vender álcool engarrafado para limpeza no Brasil. Com a criação do Grupo MPR em 1999, capitaneado pelo Sr. José Soares da Silva Junior e a Sra. Maria Heloisa Freitas Ferreira, a Companhia iniciou um ciclo robusto de crescimento no mercado doméstico de higiene e limpeza com a entrada da 3ª geração da família na gestão do negócio, a expansão de portfólio e de geografias atendidas.

Desde então, por meio de sucessivas aquisições, a Companhia vem ganhando uma posição de relevância no mercado brasileiro no fornecimento dos mais variados tipos de álcoois e produtos de higiene e limpeza. Dentre estes movimentos de crescimento, destacam-se as aquisições da divisão de álcool engarrafado da Copersucar S.A. e da Da Ilha Comércio de Álcool Ltda., que levou a Companhia a atingir liderança absoluta na região sul do Brasil, conforme relatório Scantrack/Nielsen. Com a aquisição de participação societária pelo fundo de investimento gerido pelo Alothon Group, em 2015, a Companhia passou por um processo de transformação que profissionalizou sua gestão, aprimorou sua governança, otimizou sua infraestrutura e processos internos, e implementou uma cultura de excelência operacional, o que contribuiu para o aumento de rentabilidade, foco em inovação e crescimento contínuo de suas operações.

A pandemia da COVID-19 levou a uma transformação dos hábitos e protocolos de higiene e de limpeza doméstica e empresarial em todo o mundo. Como resultado, entre janeiro a julho de 2020, houve um crescimento de 65% na demanda por produtos de limpeza à base de álcool, enquanto a categoria de higienizador de mãos cresceu 13 vezes, segundo estudo Scantrack/Nielsen. Pesquisas realizadas pelo Sistema Federação das Indústrias do Estado do Paraná – Sistema FIEP, divulgada em 06 de julho de 2020[1], mostram que, entre os meses de março e maio de 2020, 63% dos brasileiros utilizaram álcool para higienizar as mãos, 45% limparam suas residências com maior frequência, 43% tomaram mais tempo com cuidados pessoais e 39% higienizaram seus alimentos. Devido à sua liderança, histórico pioneiro e espírito inovador, a Companhia está em posição privilegiada para fazer frente às demandas do setor e para impulsionar suas vendas para os mercados doméstico e internacional, de varejo, empresarial e hospitalar.

MARCAS

A Companhia possui um portfólio de marcas com atributos diferenciados e aderente às novas tendências mundiais de consumo consciente, o que cria uma plataforma para desempenho sustentado. As marcas da Companhia são icônicas e consideradas as principais e preferidas marcas de produtos de limpeza e de higiene à base de álcool no mercado nacional dos consumidores, o que é evidenciado pelo *market share* total de 46% no período de janeiro a julho de 2020, segundo relatório Scantrack/Nielsen.

Marcas	Produtos	Categoria
COPERALCOOL Bacfree		Álcool líquido, gel higienizador de mãos, álcool gel acendedor, panos umedecidos, álcool aerossol, álcool gel acendedor e álcool para limpa vidros
ZULU		Álcool líquido, álcool gel para limpeza, álcool gel acendedor, removedores para limpeza, removedores de esmalte e água sanitária

[1] https://agenciafiep.com.br/2020/07/06/empresas-devem-estar-atentas-mudancas-nos-habitos-de-consumo-causadas-pela-pandemia/

Álcool líquido, álcool gel e removedor

Álcool líquido, álcool gel para limpeza, álcool gel acendedor, água sanitária, removedores para limpeza, removedores de esmalte e vinagre de mesa.

Limpador multiuso, amaciantes e alvejantes, uma linha de produtos orgânicos

Produção de álcoois industriais utilizados nas indústrias alimentícia, química, farmacêutica e cosmética

Querosene filtrado

PRINCIPAIS INDICADORES OPERACIONAIS E FINANCEIROS

Encontram-se abaixo os principais indicadores operacionais e financeiros consolidados da Companhia para os últimos três exercícios sociais auditados e para os períodos de três meses revisados e encerrados em 30 de junho de 2020 e em 30 de junho de 2019:

(Em milhões de reais, exceto %)	**Período de três meses findo em 30 de junho de**		**Exercício social encerrado em 31 de março de**		
	2020	**2019**	**2020**	**2019**	**2018**
Receita Líquida	274,9	67,4	327,3	300,3	275,5
Margem Bruta	135,2	22,6	111,3	102,0	89,3
EBITDA Ajustado[1]	89,0	4,5	33,6	25,0	25,7
Margem EBITDA Ajustada	32,4%	6,6%	10,3%	8,3%	9,3%
Lucro Líquido	53,7	2,2	11,4	7,7	8,7
Margem Líquida	19,5%	3,3%	3,5%	2,6%	3,1%
Dívida Líquida Ajustada[2]/EBITDA LTM Ajustado[3]	0,61	N/A[4]	2,11	2,45	2,57
Fluxo de Caixa Aplicado nas atividades de Investimentos	3,9	2,4	13,0	11,5	39,5
Fluxo de Caixa Originado Atividades Operacionais[5]	40,1	3,9	29,0	31,9	16,8

[1] O EBITDA (*earnings before interest, taxes, depreciation and amortization)*, sigla em inglês para denominar LAJIDA (lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social, das despesas financeiras líquidas e da depreciação e amortização) é uma medida não contábil calculada pela Companhia em consonância com a Instrução da CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, conforme alterada ("Instrução CVM 527") e consiste no lucro líquido ajustado pela despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido, pelo resultado financeiro líquido e pelas despesas com depreciação e amortização. O EBITDA representa a capacidade da Companhia de geração de resultados operacionais, bem como indica a sua capacidade de gerar caixa a partir de seus ativos operacionais. O EBITDA Ajustado desconsidera os efeitos de adoção inicial do IFRS 16/CPC 06 (R2). O EBITDA e o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA não são medidas de desempenho financeiro reconhecidas pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), nem pelas práticas contáveis adotadas no Brasil, não representam os fluxos de caixa dos períodos apresentados e, portanto, não são medidas alternativas aos resultados ou fluxo de caixa, tampouco devem ser consideradas isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido e considerado como recursos disponíveis para dividendos, ou como medidas de desempenho operacional, alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medidas de liquidez.

[2] Dívida (Disponibilidade) Líquida Ajustada: A Dívida Líquida Ajustada é uma medida não contábil calculada conforme prática do mercado, sendo possível ser conciliada com as demonstrações contábeis da Companhia, pois equivale à Dívida Bruta Ajustada (soma de empréstimos, financiamentos circulante e não circulante), deduzidos do saldo de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. A Dívida Líquida Ajustada não é medida de desempenho financeiro reconhecida pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro IFRS, emitidas pelo IASB, nem pelas práticas contáveis adotadas no Brasil, não representa os fluxos de caixa dos períodos apresentados e, portanto, não é medida alternativas aos resultados ou fluxo de caixa, tampouco deve ser considerada isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido e considerado como recursos disponíveis para dividendos, ou como medidas de desempenho operacional, alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez.

[3] EBITDA LTM Ajustado referente ao período de 12 meses findo em 30 de junho de 2020, a Companhia utiliza a seguinte equação: somatório entre (i) EBITDA Ajustado referente ao período de três meses findo em 30 de junho de 2020 igual a R$88.973 mil, mais (ii) EBIDTA ajustado referente ao exercício social findo em 31 de março de 2020 igual a R$33.645 mil. Do total de R$122.618 mil, subtrai-se o EBITDA Ajustado referente ao período de três meses findo em 30 de junho de 2019 no valor de R$4.465 mil, perfazendo um total de EBITDA LTM Ajustado de R$118.153 mil.

[4] Uma vez que a Companhia não possui informações financeiras intermediárias auditadas e/ou revisadas, o referido índice não está sendo apresentado.

[5] Caixa gerado pelas atividades operacionais antes do pagamento de juros de empréstimos e financiamentos e dos impostos de renda e contribuição social, conforme dos fluxos de caixa.

Encontram-se abaixo a participação dos segmentos de negócio e mercados consumidores em relação à receita líquida total para os últimos três exercícios sociais auditados e para os períodos de três meses revisados e encerrados em 30 de junho de 2020 e em 30 de junho de 2019:

(Em %)	**Período de três meses findo em 30 de junho de**		**Exercício social encerrado em 31 de março de**		
	2020	**2019**	**2020**	**2019**	**2018**
Por unidade de negócio					
Varejo (B2C)	73,5%	64,0%	65,6%	63,6%	59,2%
Industrial (B2B)	26,5%	36,0%	34,4%	36,4%	40,8%
Por mercado					
Mercado Interno (Doméstico)	86,9%	91,5%	91,4%	92,1%	95,4%
Mercado Externo (Exportação)[(1)]	13,1%	8,5%	8,6%	7,9%	4,6%

[(1)] Exportação abrange substancialmente os produtos do segmento industrial (*B2B*).

Encontram-se abaixo a margem de contribuição relativa a cada um de nossos principais segmentos de negócio para os últimos três exercícios sociais auditados e para os períodos de três meses revisados e encerrados em 30 de junho de 2020 e em 30 de junho de 2019:

(Em %)	**Período de três meses findo em 30 de junho de**		**Exercício social encerrado em 31 de março de**		
	2020	**2019**	**2020**	**2019**	**2018**
Margem Contribuição[1]					
Varejo (B2C)	42,1%	21,7%	24,2%	24,4%	29,8%
Industrial (B2B)	33,4%	19,1%	18,6%	18,4%	16,2%

[1] O cálculo da margem de contribuição é obtido a partir do quociente entre o "Lucro do Segmento" pela "Receita Líquida do Segmento", considerando as eliminações inter-segmentos que ocorrem sempre do B2B para o B2C; O cálculo de "Lucro por Segmento" está detalhado nas notas explicativas 27 e 28 das Informações Trimestrais Intermediárias da Companhia referentes ao período de três meses findo em 30 de junho e 2020 e das Demonstrações Financeiras auditadas da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de março de 2020, de 2019 e de 2018, respectivamente.

VANTAGENS COMPETITIVAS DA COMPANHIA

As seguintes vantagens competitivas diferenciam a Companhia dos concorrentes e contribuem para seu sucesso:

Marcas preferidas e líderes e de forte reconhecimento no setor de produtos de limpeza à base de álcool.

A Companhia possui um portfólio de marcas líderes, resultado da consistência da qualidade, estratégia de *marketing* e abrangência nacional. A Companhia é líder na categoria de produtos de limpeza à base de álcool, com destaque para as marcas Coperalcool e Zulu, e pioneira em pesquisa, inovação e tecnologia no respectivo segmento. Como exemplo da sua força e relevância,

a Coperalcool foi considerada pelos consumidores uma das cinco principais marcas que se posicionaram de forma mais positiva durante a pandemia da COVID-19, segundo pesquisa da Datafolha publicada em 31 de julho de 2020.

Experiência adquirida em mais de 70 anos na indústria de consumo brasileira.

Ao longo dos mais de 70 anos de sua história, a Companhia construiu uma reputação baseada na qualidade de seus produtos, credibilidade de suas marcas e excelência no atendimento ao cliente, reconhecida por consumidores, fornecedores e prestadores de serviços.

A Companhia entende que sua sólida experiência e profundo conhecimento do mercado e de seus concorrentes, aliada à sua visão inovadora, lhe permite desenvolver produtos que atendam às necessidades e demandas dos consumidores, com respeito ao meio ambiente.

A experiência da Companhia no setor a permitiu construir uma plataforma de distribuição com ampla capilaridade no Brasil, além de exportar seus produtos para países da Europa, África, América Latina e Estados Unidos. A Companhia entende que sua plataforma de distribuição, formada por dois centros de distribuição geograficamente localizados próximos aos principais polos de consumo no Brasil confere ampla capilaridade e cobertura nos mercados onde opera, permitindo que a distribuição dos seus produtos seja realizada de maneira eficiente, com economias de escala, agilidade, flexibilidade e, consequentemente, proximidade e acesso a um maior número de clientes dos mais variados perfis e portes. A Companhia acredita que pode se beneficiar desta plataforma de distribuição já consolidada tanto para incluir novos produtos, o que poderá posicioná-la de maneira diferenciada no mercado, quanto para aproveitar o potencial de crescimento orgânico e de consolidação em curso no setor de limpeza e de álcoois industriais no Brasil e no mercado internacional.

Ao longo de sua longa história a Companhia desenvolveu um relacionamento sólido e de longo prazo com seus clientes, realizado pela equipe de forma ágil e pessoal atendendo aos diferentes canais de vendas. A Companhia comercializa seus produtos para mais de 7.000[2] clientes, que compreendem importantes redes varejistas e atacadistas, supermercados, laboratórios, indústrias e clientes institucionais. Além disso, a Companhia atualmente exporta para mais de 23 países, principalmente para o mercado *B2B*.

Robusto pipeline de novos produtos suportado pelo histórico de sucesso na inovação de negócios.

Dada à sua posição de liderança, a Companhia impulsiona e desenvolve a sua principal categoria, por meio da introdução bem-sucedida de produtos inovadores de maior valor agregado comparado aos seus concorrentes. A Companhia expandiu com sucesso suas linhas de produtos existentes. Foi a primeira empresa brasileira a lançar panos umedecidos para limpeza com álcool 70º em 2018 e expandiu a linha para incluir novos aromas e tamanhos de embalagem em 2019 e 2020. Além disso, a Companhia lançou em 2018 a marca Vinagreen, que possui produtos de limpeza, amaciantes e alvejantes para roupas que são de fonte vegetal, biodegradáveis, produzidos à base de vinagre de álcool orgânico, hipoalergênicos, veganos, não testados em animais e com embalagem de plástico de fonte vegetal e reciclável.

Reforçando esse DNA inovador, a Companhia continua adicionando produtos no seu portfólio,

[2] Número de CNPJs atendidos no período compreendido entre 01 de julho de 2019 e 30 de junho de 2020.

como uma nova embalagem com polietileno verde para a linha Vinagreen, lenços umedecidos desinfetantes para mãos e álcool em aerossol.

A ampla experiência adquirida pela Companhia e seu portfólio de produtos permite uma atuação em diferentes modelos de distribuição, ao mesmo tempo que confere uma maior presença junto aos clientes e a coloca em uma posição privilegiada para o lançamento com sucesso de novos produtos.

Histórico de crescimento por meio de aquisições e integração pós-fusão bem-sucedida.

Nos últimos 15 anos, a Companhia implementou uma estratégia bem-sucedida de expansão por meio de aquisições estratégicas, a fim de ampliar seu portfólio de marcas, categorias de produtos e áreas de atuação geográfica.

Neste processo, a Companhia adquiriu a Da Ilha e agregou ao seu portfólio a divisão de álcool engarrafado da Copersucar com a aquisição da marca Coperalcool. As aquisições estratégicas realizadas contribuíram significativamente para o incremento dos resultados operacionais da Companhia, principalmente, a sua capacidade de identificar, adquirir e integrar com sucesso estruturas e operações novas ao modelo de negócio da Companhia, de forma rápida e sem prejudicar a qualidade e competitividade das suas demais marcas e produtos.

A ampla experiência adquirida nesses processos confere a Companhia uma posição privilegiada para identificar possíveis oportunidades de negócio e integrá-las rapidamente às suas operações, proporcionando ganhos de escala e eficiência. A diversidade de negócios, além de reduzir o risco e aumentar a sinergia estrutural e de custos, permite maior *expertise* em diferentes modelos de distribuição, suprimentos e maior presença junto aos clientes.

Posicionamento estratégico e privilegiado em setor com alto potencial de crescimento e dinâmica favorável.

A pandemia da COVID-19 impulsionou o crescimento mundial de produtos de higiene e limpeza à base de álcool. No Brasil, entre janeiro e julho de 2020 houve um crescimento de 65% na demanda por produtos de limpeza à base de álcool, enquanto a categoria de higienizador de mãos cresceu 13 vezes, segundo estudo Scantrack/Nielsen. Além deste resultado imediato, a pandemia levou a uma transformação dos hábitos de higiene e de limpeza doméstica e empresarial, que exigiu na rotina das operações o uso contínuo de produtos antissépticos, principalmente à base de álcool a adoção de protocolos de limpeza, desinfecção e proteção. Ademais, produtos desta natureza contam com uma demanda constante de determinados clientes da área da saúde, como, por exemplo, hospitais, laboratórios e centros cirúrgicos.

A força de suas marcas, somada à sua capacidade de expansão, qualidade de gestão e diversidade de produto, colocam a Companhia em posição privilegiada para capturar as oportunidades de crescimento existentes no setor de higiene e limpeza doméstica, de cuidados pessoais e produção de álcoois industriais no Brasil. Em 2020, a Companhia cresce acima do mercado. Na categoria de álcool de limpeza, ela aumenta sua participação em 5,8 pontos percentuais ampliando sua liderança, enquanto no segmento do gel higienizador de mãos, o crescimento é de 22,6 pontos percentuais, assumindo a liderança da categoria, segundo o estudo Scantrak/Nielsen.

Foco em crescimento sustentável e com responsabilidade socioambiental.

A Companhia adota a sustentabilidade como pilar fundamental para o seu desenvolvimento e tem seu processo produtivo guiado por três principais valores: a qualidade dos seus produtos, a segurança de quem utiliza e o respeito ao meio ambiente.

A Companhia implementa processos rígidos de controles internos ao longo da cadeia produtiva para assegurar a procedência das matérias-primas, a lisura e a qualidade dos seus produtos e o nível de excelência no atendimento final ao consumidor. A Companhia entende que a centralização das decisões e do relacionamento com fornecedores, o grande investimento em controles na cadeia produtiva e o treinamento de seus funcionários, a diferenciam em um setor de produtos com alto valor agregado.

A Companhia não realiza teste em animais e prioriza a utilização de produtos de fonte renovável e de origem reciclada. Em 2020, todos os produtos da marca Vinagreen passaram a conter em suas embalagens polietileno produzidos a partir da cana de açúcar. Os produtos álcool etílico extra neutro e álcool etílico extra neutro orgânico atendem ao Programa de Certificações de Não-GMO (não geneticamente modificados ou transgênicos) da certificadora IBD, para segregar no mercado os produtos que realmente não contém, ou contém dentro de limites pré-estabelecidos, materiais Não-GMO.

A Companhia colaborou junto aos órgãos competentes no combate à pandemia através da doação de produtos e implementou rigorosos protocolos de segurança em suas operações de forma a preservar a saúde de seus colaboradores. Ainda em 2020, a Companhia aderiu à Coalizão Empresarial pelo Fim da Violência contra Mulheres e Meninas, iniciativa coordenada pelo Instituto Avon e pela ONU Mulheres, que tem como objetivo engajar líderes do setor privado e garantir o compromisso voluntário pelo fim da violência contra mulheres e meninas.

As iniciativas fazem parte da estratégia da Companhia de incrementar sua atuação em programas sociais, além dos temas de sustentabilidade ambiental, e, ao mesmo tempo, se antecipar a potenciais tendências de mercado.

Solidez financeira focada em crescimento e rentabilidade.

A Companhia apresentou elevada performance financeira (com EBITDA Ajustado aumentando entre 1º abril e 30 de junho de 2020, 25,8 pontos percentuais quando comparado ao apresentado no mesmo período do ano fiscal anterior) e forte geração de caixa operacional[3] (R$40,1 milhões entre 1º de abril e 30 de junho de 2020), fatores que a têm permitido o investimento na expansão de seus negócios.

A Companhia possui baixa alavancagem financeira e estrutura de capital conservadora. Em 30 de junho de 2020 a Dívida Líquida foi de R$72,6 milhões, representando 0,61x EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses (encerrados em 30 de junho de 2020), A Companhia acredita que isso a possibilita atravessar períodos adversos da economia e ter flexibilidade para aproveitar oportunidades estratégicas de expansão, investimento e gerenciamento de capital de giro.

A Companhia entende que suas atividades permitem oportunidades de crescimento mesmo em momentos de retração econômica, tendo em vista que vende produtos de necessidade básica para seus consumidores. A Companhia adota uma rígida disciplina financeira, por meio de uma prática de caixa mínimo frente a dívida de curto prazo e a sua geração de caixa operacional tem crescido de forma sólida.

A Companhia acredita que o cenário atual de maior demanda por produtos de higiene e limpeza continuará e se estabilizará em um patamar acima do seu histórico. A Companhia pretende aproveitar este cenário para maximizar seu crescimento, sempre com foco na otimização de seu fluxo de caixa e na geração de valor para seus acionistas e consumidores.

[3] Caixa operacional gerado antes do pagamento de juros sobre empréstimos, imposto de renda e contribuição social.

ESTRATÉGIA

O principal objetivo da Companhia é fortalecer sua posição de liderança no setor de higiene e limpeza e de álcoois industriais no Brasil, expandir a sua presença no mundo e ser referência em inovação e qualidade de produtos de baixo impacto ambiental. A Companhia acredita que o fortalecimento será fruto de seu modelo de negócio baseado em um amplo portfólio de marcas líderes em diversas categorias de produtos, plataforma sólida de distribuição nas regiões onde opera, e gestão eficiente de suas operações.

A Companhia possui um portifólio aderente às novas tendências mundiais de consumo consciente replicável em outros mercados no exterior e com amplas vias de crescimento para capturar novas oportunidades.

Para tanto, a Companhia pretende implementar as seguintes estratégias:

Ampliar a liderança de marcas e participação no mercado brasileiro de produtos para limpeza doméstica e de cuidados pessoais mantendo-se referência em sustentabilidade.

Nos últimos anos, a Companhia aumentou significativamente sua participação no mercado brasileiro, alcançando, no período compreendido entre janeiro e julho de 2020, um *market share* de 46% na categoria de álcool para limpeza. O restante do mercado é altamente fragmentado, caracterizado pela predominância de *players* regionais, o que se reflete em alto potencial de consolidação de forma orgânica.

A Companhia pretende utilizar sua posição de liderança no setor de varejo já consolidada no mercado nacional, a força de sua atual marca líder Coperalcool, seu portfólio de marcas com atributos diferenciados, a estrutura de distribuição e a experiência bem-sucedida em aquisições e integração de diferentes operações para crescer em novas categorias de produtos, novos canais de venda e novas geografias ampliando sua liderança no mercado brasileiro.

A Companhia pretende alcançar estes objetivos mediante o desenvolvimento e lançamento de novos produtos de qualidade em parceria com fornecedores que lhe ofereçam um diferencial em termos de tecnologia, insumos naturais, com adequado custo-benefício.

Nessa trajetória de ampliação de liderança no setor de varejo, a Companhia pretende continuar sendo referência por práticas sustentáveis e sociais.

A Companhia assume forte compromisso com a agenda de sustentabilidade, sendo esta uma das prioridades estratégicas do grupo, sobretudo, pelo desenvolvimento de produtos naturais, uso de matérias-primas de baixo impacto ambiental, apoio à iniciativa de regeneração e de ecossistemas naturais, valorização do ser humano em todas as etapas do processo, acessíveis e eficazes em sua essência.

Fortalecer o canal nacional de distribuição e o share of wallet nos clientes já existentes da Companhia por meio de expansão de portfólio.

A atividade da Companhia depende de uma plataforma de distribuição ampla e estruturada de forma eficiente, integrada e com baixo custo. A Companhia pretende continuar investindo no treinamento e capacitação de seu time de vendas e reforçar parcerias com grandes e médios varejistas para promoções e outras ações de *marketing*.

Suportados pelas suas plantas industriais e centros de distribuição estrategicamente localizados no interior do estado de São Paulo e do Paraná, a Companhia pretende explorar mais intensamente as oportunidades de *cross-selling* e *up-selling* sobre a sua base atual de, aproximadamente, 7.000 clientes ativos. Desta forma, a Companhia espera alavancar a venda dos produtos que atualmente

integram seu portfólio, por meio da (i) intensificação do esforço de identificação de produtos complementares que possam ser oferecidos para seus clientes; e (ii) otimização do fluxo de pedidos *online* para incentivar a venda de produtos.

Ganhar rentabilidade com ampliação da capacidade produtiva e aumento da eficiência na operação.

A Companhia espera aumentar a sua rentabilidade operacional mediante o contínuo emprego de novas tecnologias, automação, oportunidades de verticalização do processo de fabricação e distribuição e processos gerenciais em toda a cadeia de produção. A Companhia está constantemente avaliando as principais tendências no mercado de consumo nacional e externo e formas de otimizar sua produção, sempre com o intuito de aumentar a rentabilidade das suas operações. Adicionalmente, a Companhia pretende melhorar continuamente seus sistemas de logística e aprimorar seu gerenciamento de estoques e fornecimento de matéria-prima.

A melhoria operacional contínua e a excelência na execução são fundamentais para a estratégia da Companhia e essenciais para a diferenciar dos seus concorrentes, o que proporciona o aumento da frequência de compras dos seus consumidores e ganhos de produtividade. A Companhia está trabalhando incessantemente em iniciativas que visam melhorar a eficiência e a produtividade em todos os seus formatos e segmentos de negócios. As iniciativas incluem a implementação de automação no final de linha, a produção de suas próprias embalagens, além de melhorias em seu modelo de distribuição e sua cadeia de suprimentos, destinadas a aumentar a disponibilidade de produtos no mercado e melhorar a gestão de estoque.

Por meio do modelo de negócios verticalmente integrado, a Companhia pretende manter e consolidar sua posição de liderança no mercado de produtos de limpeza e higiene à base de álcool no Brasil, assim como manter seu crescimento no setor industrial, investindo continuamente na melhoria de seus processos operacionais e na expansão da sua capacidade produtiva, especialmente da sua destilaria, com aquisição de novos maquinários e aquisição de novos centros de produção e distribuição em outras localidades do País.

Crescer de forma relevante no segmento de mercado institucional visando expandir substancialmente o mercado endereçável da Companhia.

A Companhia é pioneira e atual líder no fornecimento de álcoois de higiene e limpeza no segmento de consumo (*B2C*), conforme relatório Scantrack/Nielsen para o período de janeiro a julho de 2020. Devido à pandemia da COVID-19, a Companhia acredita que, além do incremento que já teve em suas vendas, as mudanças nos hábitos de higiene para prevenção ao vírus e os protocolos de higienização e proteção estabelecidos, somadas ao seu histórico pioneiro, à sua visão inovadora e à confiança de seus clientes, devem impulsionar suas vendas em um novo segmento de negócio denominado como "institucional". Suas marcas líderes no mercado *B2C* seriam comercializadas para diversos setores da economia, como aeroportos, *shopping centers*, academias, condomínios residenciais, dentre muitos outros.

A Companhia acredita que essa nova unidade de negócio apresenta grandes oportunidades de crescimento e, aliada à sua relevância em *brand awareness*, poderá se traduzir em um grande potencial de expansão de suas atividades.

Aumentar a penetração da Companhia no e-commerce.

A Companhia pretende investir no desenvolvimento de seus canais diretos e indiretos de vendas *online*, visando o aumento das suas vendas para o consumidor final, os novos clientes institucionais e varejistas de pequeno porte, ampliando o alcance de seus produtos e a base de clientes. A Companhia pretende realizar estudos, investimentos e parcerias em logística, com o objetivo de reduzir o tempo de entrega para pontos distantes dos centros de distribuição, e

consequentemente proporcionar uma melhor experiência de compra, com maior conforto e agilidade para seus clientes.

A Companhia seguirá fortalecendo sua estratégia de vendas *online* por meio de seus clientes atuais que possuem plataforma digitais, além de explorar *market places*, construindo *expertise* de e-commerce para expansão dos negócios.

Ampliar portfólio de marcas e produtos em novas categorias com potencial de crescimento mediante aquisições seletivas e estratégicas.

Além das iniciativas visando o crescimento orgânico, a Companhia avalia expandir sua área de atuação por meio de parcerias estratégicas. O setor de produtos de limpeza no Brasil ainda é muito fragmentado, com empresas de pequeno e médio portes, representando oportunidades para eventual consolidação futura.

A Companhia acredita ter capacidade de identificar, adquirir e integrar operações e ativos estratégicos na expansão de seu portfólio de marcas e produtos no Brasil por meio da aquisição de empresas, marcas ou ativos *top of mind* e líderes em *market share* em mercados de produtos de limpeza e adjacentes, com potencial de crescimento, que apresentem sinergia com aqueles de seu atual portfólio e que possuam, de preferência, distribuição complementar.

Desta forma, a Companhia monitora, constantemente e de forma seletiva, oportunidades no setor de atuação e marcas complementares que apresentem sinergia com seu modelo de negócio, a fim de contribuir com o crescimento, capilaridade, rentabilidade, ganhos de escala e valor aos acionistas.

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista

7.1-A. Indicar, caso a Companhia seja sociedade de economia mista:

a. Interesse público que justificou sua criação

Não aplicável, uma vez que a Companhia não é uma sociedade de economia mista.

b. Atuação da Companhia em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização

Não aplicável, uma vez que a Companhia não é uma sociedade de economia mista.

c. Processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas

Não aplicável, uma vez que a Companhia não é uma sociedade de economia mista.

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

a. produtos e serviços comercializados

A Companhia e suas controladas conduzem suas operações em dois segmentos: (i) segmento do varejo e (ii) segmento industrial:

(i) Segmento do Varejo: compreende as operações industriais e comerciais de produtos de cuidados pessoais e limpeza doméstica, incluindo álcool líquido e em gel para limpeza, gel acendedor, removedores, água sanitária, limpa vidros, multiuso, amaciantes, alvejantes gel higienizadores de mãos e removedores de esmalte. Os produtos do segmento são vendidos para redes de supermercados, atacados, pequenos varejos e farmácias em todo o território brasileiro. A planta produtiva do segmento é localizada em Piracicaba, interior do estado de São Paulo; e

(ii) Segmento Industrial: compreende as operações industriais e comerciais de álcoois especiais usados como insumos principalmente na indústria alimentícia, química, farmacêutica, cosmética, de bebidas, dentre outras. Os produtos que compõem o segmento são, especialmente, álcool etílico extra neutro orgânico, álcool etílico extra neutro, álcool 70%, álcool etílico hidratado extrafino, álcool etílico hidratado e álcool etílico anidro, que são vendidos em embalagens fracionadas ou à granel, nos mercados local e internacional. A planta produtiva do segmento é localizada em Cordeirópolis, interior do estado de São Paulo.

b. receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia

Em R$ milhares	Período de 3 meses encerrado em 30 de junho de			
	2020		2019	
Segmento	Receita líquida	% do total	Receita líquida	% do total
Varejo	202.069	73,49	43.181	64,02
Industrial	77.195	28,08	24.721	36,65
(-) eliminações	(4.316)	(1,57)	(453)	(0,67)
Receita Total	**274.948**	**100,0**	**67.449**	**100,0**

Em R$ milhares	Exercício social encerrado em 31 de março de					
	2020		2019		2018	
Segmento	Receita líquida	% do total	Receita líquida	% do total	Receita líquida	% do total
Varejo	214.633	65,57	190.984	63,60	163.198	59,24
Industrial	118.097	36,08	110.834	36,91	113.156	41,08
(-) Entre segmentos	(5.417)	(1,65)	(1.520)	(0,51)	(871)	(0,32)
Receita Total	**327.313**	**100,0**	**300.298**	**100,0**	**275.483**	**100,0**

c. lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia

Em R$ milhares	Período de 3 meses encerrado em 30 de junho de			
	2020		2019	
Segmento	Lucro /Prejuízo	% do total	Lucro /Prejuízo	% do total
Varejo	85.066	77,73	9.355	66,90
Industrial	24.375	22,27	4.629	33,10
Lucro Total dos Segmentos	**109.441**	**100,0**	**13.984**	**100,0**

Em R$ milhares	Exercício social encerrado em 31 de março de					
	2020		2019		2018	
Segmento	Lucro /Prejuízo	% do total	Lucro /Prejuízo	% do total	Lucro /Prejuízo	% do total
Varejo	51.951	71,22	46.587	69,83	48.625	72,72
Industrial	20.991	28,78	20.128	30,17	18.237	27,28
Lucro Total dos Segmentos	**72.942**	**100,0**	**66.715**	**100,0**	**66.862**	**100,0**

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

a. características do processo de produção

Planta Produtos – Segmento do Varejo

A Companhia possui uma estrutura fabril formada por tanques de recepção de matérias-primas liquidas a granel sendo, um grupo de tanques para alcoólicos, outro grupo para solventes e outro para produtos clorados e produtos à base de ácido acético. Há também tanques reservados a combate a incêndio. Para recepção de alcoólicos, os equipamentos de recepção são anti-explosão. Destes tanques, as matérias-primas são enviadas para outros tanques de processo para posterior formulação dos produtos. Além disso, a Companhia possui estrutura de armazéns para recepção das demais matérias-primas, principalmente caixas de papelão, frascos e tampas. Há na planta válvulas dosadoras, reatores e misturadores (a prova de explosão), um poço artesiano devidamente licenciado e outorgado e estação de tratamento de água para uso nas formulações, um gerador para manter o processo de ácido acético em funcionamento, além de compressores para geração de ar comprimido para o parque de máquinas de envase.

A maioria dos produtos da Companhia são inflamáveis e requerem procedimentos de armazenagem, movimentação e produção muito rigorosos, além de diversas licenças, todos integralmente cumpridas, mitigando os riscos intrínsecos da operação. A produção dos produtos acabados é realizada por meio da transferência das matérias-primas para tanques de processo, executando receitas específicas, controlando as dosagens e utilizando misturadores para obtenção de produto intermediário para posterior envase.

O parque de envase é composto por 14 máquinas de envase com equipamentos anti-explosão. Há também uma área da planta destinada exclusivamente à produção de produtos cosméticos devidamente homologada e certificada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA. As linhas de envase são compostas por linhas de enchimento de garrafas rotativas e lineares. A planta tem capacidade nominal de produção de 23 milhões de caixas por ano.

Toda planta está segurada. A Companhia possui equipe de manutenção própria dedicada a planta com gestão do plano de manutenção preventiva e preditiva de forma a garantir a máxima disponibilidade possível dos ativos. A Companhia conta com fornecedores especialistas em frentes de automação e de confecção de peças garantindo rápida reação para o caso de eventos não previstos.

Outro importante fator é que a principal matéria-prima da Companhia segue parâmetros de preço atrelados a safra e entressafra, bem como cotação no índice de preços ESALQ, com características de volatilidade pela oferta e demanda, qualidade e volume de safra, paridade álcool X gasolina no consumo, ciclo OTO, influência do dólar, volume de exportações e importações, e comportamento de oferta e demanda internacional.

Planta Produtos – Segmento Industrial

A estrutura fabril na cidade de Cordeirópolis, interior de São Paulo, é formada por tanques de recepção de matérias-primas líquidas a granel com equipamentos de recepção anti-explosão. Conta com poço artesiano devidamente licenciado e outorgado, água branda para uso em caldeira, sendo a caldeira movida a cavaco de madeira com capacidade nominal de geração de pressão de 10,5kg e geração de 10 toneladas vapor por hora. A Companhia utiliza a caldeira no processo gerando pressão de 7kg e geração de 7 toneladas de vapor por hora. A Companhia possui duas torres de destilação, torre A com capacidade de 50m^3 a cada 24 horas e torre B com capacidade de 20m^3 a cada 24 horas. Há também um parque de tanques destinado a produtos acabados.

Da mesma forma que na operação de varejo, a operação industrial opera na sua totalidade com

matérias-primas e produtos acabados inflamáveis e requerem procedimentos de armazenagem, movimentação e produção muito rigorosos, além de diversas licenças, todos integralmente cumpridas, mitigando os riscos intrínsecos da operação.

Na estrutura fabril há dois armazéns, sendo um destinado ao armazenamento de produtos fármacos e outro destinado ao fracionamento armazenamento de produtos acabados para fins industriais, além de ser o armazém responsável pela expedição a clientes brasileiros e estufagem de contêineres para clientes internacionais.

Toda planta está segurada, a Companhia possui equipe de manutenção dedicada a planta, com gestão do plano de manutenção de forma a garantir a maior disponibilidade possível dos ativos. Além disso, a planta sofre uma parada anual planejada para manutenção preventiva dos ativos, que ocorre normalmente entre final de dezembro e início de janeiro, levando em média 20 dias. A Companhia conta com fornecedores especialistas em frentes de automação e de confecção de peças garantindo rápida reação para o caso de eventos não previstos.

Outro importante fator é que a principal matéria-prima da Companhia segue parâmetros de preço atrelados a safra e entressafra, bem como cotação no índice de preços ESALQ, com características de volatilidade pela oferta e demanda, qualidade e volume de safra, paridade álcool X gasolina no consumo, ciclo OTO, influência do dólar, volume de exportações e importações, e comportamento de oferta e demanda internacional.

b. características do processo de distribuição

Segmento do Varejo

Os produtos da Companhia são envasados em frascos e acondicionados em caixas de papelão e na sua integralidade paletizados. Todos os produtos saem da planta de Piracicaba diretamente para três centros de distribuição da Álcool Ferreira de onde os clientes são atendidos. Um Centro de Distribuição ("CD") em condomínio logístico em Piracicaba é responsável pela distribuição do estado de São Paulo, outro no estado do Paraná localizado em Almirante Tamandaré região da grande Curitiba, é responsável pela distribuição dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e por último o CD (ainda em implantação) no estado de Minas Gerais na cidade de Pouso Alegre, é responsável pela distribuição do restante do País. Todo carregamento ocorre por agendamento e opera-se as entregas em três modalidades: (i) carga fechada dedicada a grandes clientes; (ii) lotação, onde da mesma forma fechamos um caminhão porem compartilhamos com entregas para mais de um cliente e, por último, (iii) fracionado, onde contratamos empresas para pequenas entregas. Os clientes também podem optar pela modalidade de frete *Free On Board* (FOB).

Segmento Industrial

Na planta em Cordeirópolis há tanques de armazenamento de produtos acabados a granel com infraestrutura para carregamento de grandes, médios e pequenos caminhões tanques. A Companhia possui dois armazéns, um destinado a armazenagem de produtos fármacos e outro destinado ao fracionamento e armazenagem de produtos para fins industriais. Os produtos fracionados são acondicionados em contêineres de 1.000 litros e bombonas de diversos tamanhos, desde 250 litros até 20 litros. A infraestrutura da Companhia permite a estufagem de contêineres para exportação, além do carregamento de caminhões para entregas domésticas. Junto com o CD de Almirante Tamandaré há também operação destinada ao atendimento do mercado industrial, com infraestrutura de recebimento e expedição de produtos líquidos a granel e, a exemplo da planta em Cordeirópolis, há um armazém destinado ao fracionamento e armazenagem de produtos para comercialização. Da mesma forma, em Almirante Tamandaré há infraestrutura para carregamento de caminhões tanques e caminhões tipo baú para entregas a clientes.

A unidade de Cordeirópolis possui 15 caminhões distribuídos da seguinte forma: 4 carretas bi trem tanque em aço carbono para retirada de álcool hidratado (matéria-prima) nos fornecedores da Companhia, 2 carretas bi trem tanque em aço inoxidável para retirada de álcool extra neutro nos fornecedores da Companhia, 4 carretas tanque convencionais em aço inox e 5 caminhões *trucks* tanque também em aço inox utilizados para as entregas para os clientes da Companhia. A unidade de Almirante Tamandaré possui 3 caminhões, sendo um caminhão tanque e dois baús para entregas a clientes. Ambas as unidades também possuem clientes que retiram suas próprias cargas.

c. características dos mercados de atuação

i. participação em cada um dos mercados

Mercado brasileiro de cuidados para a casa (*Home care*)

O mercado de produtos para cuidados domésticos (*home care*) faturou R$26,0 bilhões em 2019 e apresentou crescimento constante ao longo dos últimos 5 anos (2014 a 2019), com CAGR de 3,6% (termos reais), segundo o relatório da Euromonitor.

Com isso, o setor de limpeza tem apresentado uma combinação de resiliência e crescimento, conforme demonstra o gráfico abaixo – elaborado com base no relatório anual da ABIPLA - Associação Brasileira das Indústrias de Produtos de Higiene, Limpeza e Saneantes – notando que o setor apresentou crescimento superior ao PIB no período em análise, tendo inclusive registrado expansão mesmo em anos em que o PIB foi negativo.

Crescimento do PIB e do setor de limpeza – Brasil (%)

Fonte: IBGE, ABIPLA

Este crescimento é influenciado pelo aumento no número de domicílios no Brasil e pela alta frequência de limpeza dos domicílios no país. Um estudo sobre o mercado brasileiro de produtos para cuidados domésticos (*home care*) realizado pela Euromonitor, em fevereiro de 2020, relatou que o número de domicílios no Brasil tem gradualmente aumentado ao longo dos últimos anos, apresentando um CAGR de 1,4% entre 2014 e 2019. Este crescimento, comparativamente acima do populacional no Brasil no mesmo período (de 0,7% ao ano, segundo o IBGE), é reflexo de uma tendência de longo prazo de domicílios com cada vez menos moradores. A tendência de

queda gradual de moradores por domicílio no Brasil, que em 2019 estava em 3,2 pessoas segundo a Euromonitor, é causada pelo desenvolvimento social, aumento de renda per capita e maior independência dos cidadãos. Apesar de sutil, o crescimento do número de domicílios no Brasil é um relevante pilar da demanda por produtos de cuidados e limpeza doméstica.

Número de domicílios no Brasil (milhões)

Fonte: Euromonitor

Ainda de acordo com a pesquisa realizada pela Euromonitor em 2020, o Brasil destaca-se em relação a outros países em termos de frequência de limpeza dos domicílios, com 84% destes tendo pelo menos um cômodo limpo por dia vs. 55% na China e 56% nos EUA.

Frequência de limpeza dos domicílios – 2020

Fonte: Euromonitor

O mercado de produtos para cuidados domésticos engloba uma grande variedade de produtos, que podem ser classificados em oito segmentos, segundo a Euromonitor. Tais segmentos incluem: produtos para limpeza de móveis, pisos, janelas, ladrilhos, cozinha, fogão, limpadores multiuso, entre outros. É importante destacar que dentro dos segmentos da linha de limpeza de superfícies constam os produtos à base de álcool. O segmento de limpeza de superfícies representou 16% do mercado total brasileiro de *home care* em 2019, totalizando um faturamento de R$4,1 bilhões.

Mercado de *Home care* por segmento de produtos – Brasil 2019

Fonte: Euromonitor

Dentro do mercado de produtos para limpeza de superfícies, destacam-se as categorias de desinfetantes, produtos multiuso e de limpeza para o chão. O mercado de cada uma das categorias é apresentado no gráfico abaixo.

Mercado de produtos para limpeza de superfícies por categoria – Brasil (R$ bilhões)

Fonte: Euromonitor

Mercado de produtos para cuidados domésticos (*Home care*) – Brasil (R$ bilhões)

Fonte: Euromonitor

Para os próximos anos, é esperado que o mercado continue crescendo consistentemente, e apresentando ligeira aceleração: CAGR de 3,8% entre 2019 e 2024 (termos reais).

Ainda, o segmento de limpeza de superfícies no Brasil cresceu de 2014 a 2019 com um CAGR

de 3,4% (termos reais). A expectativa é que essa indústria tenha um crescimento médio nos próximos 5 anos de 4,1% a.a (termos reais), atingindo faturamento total de R$5,0 bilhões no ano de 2024, de acordo com a Euromonitor, o que representa um crescimento médio superior à média dos demais segmentos de *home care*. Além disso, é esperado que os produtos de limpeza de superfícies gradualmente aumentarão de relevância na cesta de consumo dos brasileiros. Pelo estudo, as principais tendências de crescimento da categoria envolvem (i) lançamento de produtos de maior valor agregado, (ii) produtos à base de ingredientes naturais e (iii) aumento do uso de panos de limpeza, que chegam ao mercado com proposta de valor distinta.

Mercado de produtos para limpeza de superfícies – Brasil (R$ bilhões)

Fonte: Euromonitor

Após a pandemia do COVID-19 atingir o Brasil, os consumidores brasileiros apresentaram significativas mudanças de hábitos de higiene. Segundo relatório da FIEP, 45% dos brasileiros passaram a limpar a casa com mais frequência, contribuindo ainda mais para o crescimento esperado da categoria.

Fonte: FIEP

De acordo com a Nielsen, como reflexo da pandemia, entre o primeiro semestre de 2019 e o primeiro semestre de 2020, a demanda por produtos de limpeza à base de álcool cresceu 67%. Neste período, a demanda por produtos de sanitização para mãos à base de álcool aumentou em 14x. Dentre outros produtos de limpeza, desinfetantes e panos de limpeza também apresentaram crescimento expressivo, de 37% e 33%, respectivamente.

Variação nas vendas de produtos de limpeza 6M 2019 vs. 6M 2020 – Brasil

Fonte: Nielsen

Mercado brasileiro de desinfetantes para as mãos à base de álcool

Em 2018, estima-se que o segmento de desinfetantes para as mãos à base de álcool faturou US$108 milhões, e deverá faturar US$505 milhões em 2028, apresentando um crescimento de 365%. Apenas em 2020, a expansão esperada para o mercado é de 65%.

Os produtos desinfetantes para as mãos à base de álcool são comercializados em 5 formatos: gel, líquido, espuma, spray e lenços. Segundo o estudo do Data Insights Partner, em 2019, o segmento de álcool em gel representou 45% do mercado de desinfetantes para as mãos à base de álcool no Brasil. O formato em álcool líquido também é bastante difundido como desinfetante para as mãos, apresentando *share* de 34% do mercado em 2019.

As estimativas apontam que até 2028 haverá aumento da participação de mercado dos formatos de álcool em gel e líquido, que passarão a deter 82% do mercado. Os formatos de spray e lenços também deverão crescer, porém em menor magnitude que os demais.

Mercado de desinfetantes para mãos à base de álcool por formato – Brasil (US$ mm)

Fonte: Data Insights Partner

Segundo o mesmo estudo do Data Insights Partner, o mercado de desinfetantes para as mãos à base de álcool no Brasil teve como principais canais de venda, em 2019, as redes de farmácias e drogarias. Este segmento é o mais usual porque os clientes associam a experiência de consumo em drogarias com produtos de saúde pessoal e maior controle de qualidade. As estimativas do Data Insights Partner indicam que, em 2028, o canal de farmácias e drogarias representará 45% do mercado, um ligeiro aumento em relação a 2019.

Além das vendas via farmácias e drogarias, o segmento de vendas online é um dos mais relevantes, representando 25% do mercado em 2019. Até 2028, esta participação deve aumentar em aproximadamente 1 p.p., atingindo 26%.

Mercado de desinfetantes para mãos à base de álcool por canal de venda – Brasil (US$ mm)

Fonte: Data Insights Partner

Com relação ao tipo de consumidor final, os consumidores domésticos representaram 43% da demanda em 2019, totalizando US$54 milhões, segundo o Data Insights Partner. Alternativamente, clientes institucionais como: hospitais, escolas, restaurantes, escritórios e entidades do setor público foram responsáveis por 57% do mercado, totalizando US$70 milhões. O estudo do Data Insights Partner projeta que a demanda doméstica crescerá a uma taxa média de 17,1% a.a. entre 2019 e 2028.

Mercado de desinfetantes para mãos à base de álcool por cliente – Brasil (US$ mm)

Fonte: Data Insights Partner

A pandemia da COVID-19 também influenciou no consumo de produtos à base de álcool, visto que, segundo relatório da FIEP, 63% dos brasileiros passaram a utilizar álcool gel para higienizar as mãos.

Fonte: FIEP

Com o início da pandemia de COVID-19, a demanda por álcool em gel aumentou significativamente no início do ano. Segundo estudo do Data Insights Partner, o mercado de desinfetantes para as mãos à base de álcool no Brasil apresentará forte crescimento não apenas em 2020, mas também nos anos subsequentes. Estima-se que o segmento deverá faturar US$505 milhões em 2028, apresentando um crescimento de 365% com relação a 2018.

Mercado de desinfetantes para mãos à base de álcool – Brasil (US$ milhões)

Fonte: Data Insights Partner

Mercado brasileiro de desinfetantes para as mãos à base de álcool para uso institucional

Clientes institucionais, como hospitais, escolas, restaurantes, escritórios e entidades do setor público, representam um mercado relevante dentro do setor de higiene e limpeza. O segmento de desinfetantes para mãos à base de álcool para uso institucional apresenta significativo potencial de crescimento, apresentando CAGR de 16,7% para o período 2019-2028, segundo estudo do Data Insights Partner.

Mercado de desinfetantes para mãos à base de álcool (cliente institucional) – Brasil (US$ mm)

Fonte: Data Insights Partner

O mercado institucional observou em 2019 o setor de saúde como sendo seu cliente mais significativo, correspondendo por 32% do faturamento, seguido por restaurantes (22%), organizações públicas e privadas (20%) e instituições de ensino (13%).

Mercado de desinfetantes para mãos à base de álcool (cliente institucional) – Brasil 2019

Fonte: Data Insights Partner

Em junho de 2020, por meio de portaria conjunta (Processo nº 19966.100581/2020-51), o Ministério da Educação e o Ministério da Saúde estabeleceram orientações gerais e medidas de prevenção da transmissão do COVID-19 em ambientes de trabalho. Dentre outras exigências, a lei requere que sejam disponibilizados produtos para higiene e sanitização das mãos (álcool 70). Dentre outros fatores, esta nova dinâmica dos ambientes de trabalho contribuiu para o aumento da demanda por produtos desinfetantes para mãos.

Com o objetivo de aumentar a oferta de álcool em gel no mercado em meio a pandemia, a Anvisa, por meio da Resolução RDC Nº 350, de 19 de março de 2020, definiu critérios e procedimentos para fabricação e venda de produtos para higienização sem autorização prévia do órgão. As regras se aplicam a preparações antissépticas e sanitizantes oficinais (obtidos por meio de manipulação). Esta Resolução tem vigência de 180 dias a partir de sua publicação, encerrando-se em 15 de setembro de 2020. Finda a vigência da Resolução, para manter a fabricação e a comercialização dos produtos, as empresas devem solicitar junto à Anvisa o registro ou a notificação, conforme os requisitos regulatórios de cada categoria específica. Dessa forma, apenas as empresas que possuem as devidas licenças estarão em melhor posição para atender o mercado e capturar o aumento de demanda.

ii. participação em cada um dos mercados

Participação de mercado em produtos à base de álcool

Segundo relatório da Nielsen de 2020, as marcas do Grupo MPR (Coperalcool, Zulu, Zumbi, Álcool Ferreira, Da Ilha e Vinagreen) possuem 46% de *market share* no mercado brasileiro de produtos de limpeza doméstica à base de álcool. Neste segmento de mercado, o Grupo MPR é líder absoluto, com 6,6x mais participação de mercado do que o segundo maior player.

Market share em produtos de limpeza à base de álcool – Brasil 2019

Fonte: Nielsen

De acordo com estudo realizado pela Nielsen em 2020, as marcas *top of mind* para o segmento de produtos de limpeza doméstica à base de álcool no Brasil são Coperalcool e Zulu. Analisando o mercado de produtos desinfetantes para as mãos à base de álcool, observa-se grande incremento de participação de mercado do Grupo MPR, passando de 1% de *market share* em 2019 para 24% em 2020, de acordo com estudo da Nielsen.

Market share em desinfetantes para as mãos à base de álcool – Brasil

Fonte: Nielsen

Demanda industrial por álcool

O setor industrial de produtos químicos teve um crescimento considerável entre 2014 e 2018, apresentando CAGR de 7,0% durante o período, de acordo com um estudo realizado pela EMIS. Em 2018, o faturamento do setor de produtos químicos (incluindo produtos para consumidor final e de uso industrial) foi de R$450 bilhões. Apesar da diminuição no consumo e recessão econômica projetadas, a desvalorização do real em relação ao dólar contribui para que se mantenha uma

projeção de crescimento positiva para os próximos anos, com CAGR de 1,5% entre 2018 e 2024E.

Marcado de produtos químicos industriais – Brasil (R$ bilhões)

Fonte: EMIS

No segmento industrial, além da demanda de produtos químicos como matéria-prima para a produção de álcool, existe demanda de álcool em setores como: Consumer health, Higiene e beleza pessoal e Alimentos e Bebidas. Segundo o relatório do EMIS, o segmento industrial tem uma grande representatividade no setor de produtos químicos, representando cerca de 47% do faturamento do setor, seguido de farmacêuticos (15%) e fitofarmacêuticos (10%). Já o segmento de produtos de limpeza representa 5% do total do mercado de produtos químicos.

Mercado de produtos químicos industriais por segmento – Brasil (2019)

Fonte: EMIS

d. eventual sazonalidade

A demanda pelos produtos da Companhia não sofre influência de sazonalidade, sendo historicamente constante. Os poucos produtos que apresentam sazonalidade têm essa variação de vendas compensadas entre si, o que resulta numa estabilidade no faturamento geral da Companhia.

Todavia, as principais matérias-primas utilizadas na produção, embalagem, empacotamento e transporte dos principais produtos da Companhia são afetados pela sazonalidade das safras e estão

sujeitas a flutuações de preço. Além disso, são afetados por outros fatores exógenos, incluindo, mas não limitado a, clima, produção agrícola, condições econômicas internacionais e nacionais, custos de transporte e processamento, regulamentações e políticas governamentais e relação entre oferta e demanda mundial.

Em relação ao etanol hidratado, apesar da sazonalidade própria do produto, a Companhia não enfrenta dificuldade de compra do produto durante o ano.

As embalagens também são importantes componentes do processo produtivo da Companhia e seu preço sofre influência, direta ou indireta, de diversos fatores, entre eles os preços internacionais do petróleo, que são estabelecidos com base no dólar.

e. principais insumos e matérias primas:

Originação de matéria-prima | Etanol de Cana-de-Açúcar

O etanol é um dos principais insumos dos produtos à base de álcool do Grupo MPR, logo a dinâmica dos mercados de cana-de-açúcar e etanol tem influência sobre os custos de produção e resultados da Companhia.

Cana-de-açúcar

A cana-de-açúcar é a principal matéria-prima na produção de etanol. O clima e a topografia da região centro-sul do Brasil são ideais para o seu cultivo, respondendo essa região por 336 usinas de açúcar e etanol (de um total de 414 usinas) e aproximadamente 92% da produção brasileira de cana-de-açúcar na safra 19/20. A moagem de cana-de-açúcar apresentou crescimento médio anual (CAGR) de 0,3% entre as safras de 2014/15 e de 2019/20.

Fonte: Nova Cana

Dentro da região centro-sul, destacam-se os estados de São Paulo, Goiás e Minas Gerais, os quais, a partir de 253 usinas, respondem por, aproximadamente, 53%, 12% e 10% da moagem de cana-de-açúcar, produção de açúcar e produção de etanol na região, respectivamente.

Estados com maior produção de etanol no Brasil (safra 2019-20)

Fonte: UNICA

Etanol

Segundo a UNICA, a produção doméstica de etanol (hidratado e anidro) tem aumentado desde a safra de 2016/17, passando de 27 milhões de m^3 para 36 milhões de m^3 na safra de 2019/20.

Produção doméstica de etanol por safra (mm m^3)

Fonte: UNICA

Atualmente, não existe no mundo um mercado de derivativos de etanol com alta liquidez que permita uma fixação de preço no longo prazo. No Brasil, os preços tanto para o etanol hidratado quanto para o etanol anidro foram liberados em 1999 e são balizados primordialmente pelos índices de etanol da ESALQ (Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz") e pela cotação do etanol negociado na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

i. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

A Companhia possui relacionamento comercial com fornecedores dos quais compra regularmente matérias-primas e embalagens. As principais matérias-primas compradas são etanol hidratado, aguarrás, acetona, hipoclorito de sódio, carbopol, ácido acético, não-tecido, corantes e fragrâncias. As principais compras de material de embalagens são frascos, tampas, bombonas e caixas de papelão. A compra é realizada por meio de contratos individualizados.

A Companhia possui uma relação de longo prazo com os seus fornecedores.

Em relação ao fornecimento de etanol hidratado, a Companhia possui grande concentração de fornecimento da Raízen, que é praticamente sua fornecedora exclusiva para o segmento do varejo. Para o segmento industrial, a Companhia conta com outros fornecedores da matéria-prima. Apesar da sazonalidade própria do produto, a Companhia não enfrenta dificuldade de compra do produto durante o ano.

Com relação às outras matérias-primas e material de embalagem, a Companhia possui uma base de fornecimento que inclui pelo menos três fornecedores por item, política que minimiza o risco de abastecimento e garante custos adequados.

ii. eventual dependência de poucos fornecedores

A Companhia possui relacionamento longo com fornecedores e, em alguns casos, concentração de compra. No entanto, isso não significa que a Companhia tenha dependência dos fornecedores, uma vez que os insumos mais relevantes são abundantes no mercado.

iii. eventual volatilidade dos preços de insumos e matérias primas

O álcool hidratado é uma *commodity* e a principal matéria-prima da Companhia. O álcool hidratado tem características particulares que necessitam trabalho de inteligência de compras constante. Nas análises feitas pela Companhia considera-se diversas variáveis, sendo que todas têm seus pesos relativos em seus controles, avaliações e projeções de preço para tomadas de decisão de compras.

O fornecimento de álcool hidratado para o segmento do varejo é feito por meio de um contrato de fornecimento de longo prazo com volumes e preços de mercado pré-acordados com fornecedor estratégico.

Atualmente, não existe no mundo um mercado de derivativos de etanol com alta liquidez que permita uma fixação de preço no longo prazo. No Brasil, os preços tanto para o etanol hidratado quanto para o etanol anidro foram liberados em 1999 e são balizados primordialmente pelos índices de etanol da ESALQ e pela cotação do etanol negociado na B3 S.A. – Brasil, Balcão, Bolsa. Apesar disto, assim como acontece no preço mundial do etanol, dada a flexibilidade e a rapidez da troca da produção de açúcar para a de etanol e vice-versa, os preços do açúcar e do etanol estão diretamente ligados. O preço do etanol hidratado para outros fins que não combustível vem se recuperando rapidamente desde o menor valor atingido no ano, R$1,42 por litro em 30/04/2020. O preço contabilizado e apresentado pela CEPEA em 21/08/2020 foi de R$1,75 por litro. O preço do etanol anidro também vem se recuperando desde o mínimo de R$1,52 por litro a 30/04/2020. O preço contabilizado e apresentado pela CEPEA a 21/08/2020 foi de R$1,94 por litro.

7.4 – Principais clientes

a. Montante total de receitas provenientes do cliente

As receitas provenientes do principal cliente da Companhia estão representadas na tabela abaixo:

	Receita Líquida (R$ mil)	Participação (%)
30 de junho de 2020	54.701	19,9%
31 de março de 2020	35.112	10,73%
31 de março de 2019	31.105	10,36%
31 de março de 2018	20.528	7,45%

b. Segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

As receitas do cliente em questão afetam o segmento do varejo, conforme descrito no item 7.2 deste Formulário de Referência.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

a. necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

De acordo com a Constituição Federal, compete à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios regular os assuntos relacionados à saúde pública e à vigilância sanitária, a fim de eliminar, reduzir e prevenir problemas sanitários decorrentes da fabricação de produtos e da prestação de serviços relacionados à saúde dos indivíduos. A União dispõe de leis e regulamentos de aplicação geral, os quais são reforçados e complementados por ações e atos normativos dos Estados, Distrito Federal e Municípios, a depender das competências conferidas a cada um desses entes. Assim, no Brasil, as ações de regulação, normatização, controle e fiscalização de empresas que comercializam e fabricam produtos sujeitos à vigilância sanitária são compartilhadas entre as esferas federal, estadual, distrital e municipal. O Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, definido pela Lei Federal nº 9.782/1999 ("Lei 9.782/1999"), engloba o conjunto de ações de cunho sanitário e de prevenção de riscos à saúde executadas pela Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos.

Nos termos da Lei 6.360/1976, e do Decreto Federal nº 8.077/2013, as empresas que pretendam extrair, produzir, fabricar, transformar, sintetizar, purificar, fracionar, embalar, reembalar, importar, exportar, armazenar, expedir ou distribuir medicamentos, insumos farmacêuticos e produtos para saúde, produtos de higiene, cosméticos, perfumes e saneantes devem possuir Autorização de Funcionamento de Empresa ("AFE") emitida pela ANVISA, que verificará a atividade industrial ou comercial, natureza e espécie dos produtos e comprovação da capacidade técnica, científica e operacional da companhia, bem como outras exigências aplicáveis.

Assim, no âmbito federal do licenciamento sanitário, a ANVISA é responsável por autorizar o funcionamento das empresas produtoras de produtos de higiene, cosméticos e saneantes, conforme critérios relativos à concessão, renovação, alteração, retificação de publicação, cancelamento definidos na Resolução de Diretoria Colegiada – RDC nº 16/2014 ("RDC 16/2014"). De acordo com a RDC 16/2014, a AFE será exigida de cada estabelecimento que realiza a fabricação dos produtos mencionados. Será exigida Autorização Especial ("AE") caso os produtos utilizados nas atividades da Companhia possuam substâncias sujeitas a controle especial, de acordo com a Portaria nº 344/1998, do Ministério da Saúde.

Ainda, cabe à Companhia cumprir com os requisitos preconizados pelas normas vigentes de Boas Práticas de Fabricação, cuja verificação será necessária para a obtenção do CBPF. O CBPF de saneantes será concedido para cada estabelecimento, por linha de produção, nos termos da Resolução de Diretoria Colegiada – RDC nº 39/2013.

Além da autorização federal, é necessário que a Companhia tenha a licença de funcionamento de estabelecimento, designado como alvará sanitário, junto às respectivas autoridades sanitárias locais ("VISA"), para todos os estabelecimentos industriais ou comerciais que exerçam as atividades acima descritas. As regras e procedimentos para obtenção e renovação dos alvarás sanitários junto às VISA variarão conforme a localidade do estabelecimento e a jurisdição a que está sujeito.

O funcionamento das empresas sem as autorizações ou licenças aplicáveis poderá sujeitar não apenas às sanções cíveis e penais cabíveis, como também às sanções previstas no artigo 10°, inciso IV, da Lei 6.437/1977, sem prejuízo de outras sanções aplicáveis em caso de descumprimento da legislação sanitária federal: (i) advertência, (ii) apreensão e inutilização, (iii) interdição, (iv) cancelamento do registro, e/ou (v) multa de R$ 2.000,00 a R$ 1.500.000,00, a depender da classificação da gravidade da infração.

Registro de Produtos

A Companhia está sujeita à regulamentação e fiscalização da ANVISA nas linhas de negócios em que atua. Dessa forma, os produtos do segmento de varejo estão sujeitos à aprovação da ANVISA, conforme a legislação vigente.

O registro ou cadastro dos produtos sujeitos à regulamentação sanitária (produtos de higiene, cosméticos e saneantes) são válidos por um período de dez anos, nos termos das Resoluções de Diretoria Colegiada – RDC nº 312/2019 e nº 313/2019, em todo o território nacional. É necessário solicitar a revalidação do registro/notificação no primeiro semestre do último ano de validade do registro. Será declarada a caducidade do registro/notificação do produto cuja revalidação não tenha sido solicitada nos prazos adequados.

A análise do processo de avaliação do produto é realizada pelo órgão sanitário competente de acordo com os regulamentos técnicos, as resoluções, as portarias e outros instrumentos legais pertinentes ao produto, inclusive os de rotulagem. A ANVISA é responsável por deferir ou indeferir, com as devidas justificativas, as solicitações realizadas pelo setor regulado (empresas). Cabe à ANVISA, ainda, cancelar o registro do produto a pedido, por irregularidade ou por erro de publicação.

Licenças e Autorizações Ambientais

Todas as unidades produtivas da Companhia são inspecionadas e licenciadas pela autoridade sanitária local competente para a expedição do respectivo alvará sanitário (licença de funcionamento).

De acordo com a regulamentação em vigor, é obrigatória a implementação de Boas Práticas de Fabricação e Controle, conforme a categoria do produto. Com isso, a Companhia implementa tais medidas em todas as etapas de seu processo produtivo. Deve, ainda, indicar uma pessoa que será responsável por suas atividades e produtos perante os órgãos reguladores, identificada por "responsável técnico".

A Política Nacional do Meio Ambiente, delineada na Lei Federal nº 6.938/1981, determina que a instalação, operação, modificação ou ampliação de empreendimentos considerados efetiva ou potencialmente poluidores, que se utilizem de recursos naturais ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente está condicionada ao prévio licenciamento ambiental. Atividades sujeitas ou não a licenciamento, a depender de produtos que utilizem e de peculiaridades associadas ao processo produtivo/atividades, também podem estar sujeitas a registros adicionais perante autoridades de controle e fiscalização ambiental de mesmo ou distinto nível hierárquico da autoridade responsável pelo licenciamento ambiental.

Os centros de distribuição da Companhia estão sujeitos a regulamentos e exigências de licenciamento e controle e registro ambiental federais, estaduais e municipais.

O procedimento de licenciamento ambiental faz-se necessário tanto para as fases de localização, operação e implantação inicial do empreendimento como nas ampliações nele procedidas, sendo que as licenças concedidas precisam ser periodicamente renovadas. No caso das licenças de operação, a Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente ("CONAMA") nº 237/1997 determina que sua renovação deve ser solicitada com antecedência mínima de 120 dias da data da expiração de seu prazo de validade, para que a vigência do documento e consequentemente a regularidade das operações do empreendimento licenciado fiquem automaticamente prorrogada até a manifestação definitiva do órgão ambiental competente acerca do pedido de revalidação. No período da pandemia de COVID-19, alguns órgãos estaduais e municipais editaram normas automaticamente prorrogando o prazo de validade das licenças e autorizações ambientais, mas isso não significa que os prazos de requerimento de renovação não devam ser tempestivamente

formalizados para assegurar a regularidade das operações caso as renovações não ocorram até o encerramento de ditas prorrogações.

A Resolução CONAMA nº 237/1997 define de forma geral quais empreendimentos são considerados *per se* potencialmente poluidores. No rol, destacam-se as seguintes atividades: transporte rodoviário de produtos perigosos, fabricação de álcool etílico, fabricação de produtos farmoquímicos, fabricação de produtos de limpeza e polimento, fabricação de perfumarias e cosméticos, fabricação de embalagens de material plástico, fabricação de produtos de refino de petróleo e fabricação de cosméticos, produtos de perfumaria e higiene pessoal. Está previsto ainda o licenciamento para parcelamento do solo, estações de tratamento de água e esgoto sanitário, dragagem e derrocamentos em corpos d'água e a recuperação de áreas contaminadas ou degradadas.

Os Estados e Municípios têm competência para editar legislação própria para complementação das atividades sujeitas ao licenciamento ambiental previstas na Resolução CONAMA nº 237/1997.

A fiscalização ambiental é realizada por órgãos e agências governamentais que podem impor sanções administrativas em caso de inobservância da legislação aplicável. As sanções administrativas vão desde simples advertência até multas, embargos ou paralisação das atividades.

Para os empreendimentos de impacto ambiental regional e demais possibilidades previstas na Lei Complementar nº 140/2011, a competência para licenciar é atribuída ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis ("IBAMA"). Nos demais casos, com exceção daqueles com impacto local, cuja competência é municipal, a competência é dos órgãos ambientais estaduais, para a análise das atividades e emissão de licenças ambientais, bem como a imposição de condicionantes, restrições e medidas de controle de poluição pertinentes.

O processo de licenciamento ambiental compreende um sistema trifásico, no qual cada licença resta condicionada à emissão de sua precedente: (i) Licença Prévia – (LP), concedida na fase preliminar de planejamento do empreendimento ou atividade, aprovando sua localização e concepção; (ii) Licença de Instalação (LI), que autoriza a instalação do empreendimento e (iii) Licença de Operação (LO), que autoriza a efetiva operação do empreendimento. Cada uma destas licenças é emitida conforme a fase em que se encontra a implantação do empreendimento e a manutenção de sua validade depende do cumprimento das condicionantes que forem estabelecidas pelo órgão ambiental licenciador.

Além das licenças de instalação e de operação, existem outras autorizações acessórias que podem ser necessárias, a exemplo da autorização para supressão de vegetação nativa e/ou intervenção em áreas de preservação permanente, alvará para áreas de proteção de mananciais, outorga para uso de recurso hídrico, autorizações para pesquisa e prospecção em áreas de interesse arqueológico, entre outras. A Companhia necessita da Autorização Ambiental para Transporte de Produtos Perigosos, que é um documento emitido pelo Ibama e obrigatório desde 10 de junho de 2012, para o exercício da atividade de transporte interestadual de produtos perigosos.

Além disso, para a disposição de resíduos oriundos das atividades da Companhia, é necessário verificar a regularidade do licenciamento ambiental da empresa contratada para essa remoção, transporte e destinação final, bem como obter documentos necessários para a adequada destinação final, a exemplo do Certificado de Movimentação de Resíduos de Interesse Ambiental ("CADRI") para os resíduos gerados no estado de São Paulo e o certificado ambiental de destinação adequada para os resíduos gerados em outros estados da federação.

A ausência de licença ambiental, independentemente de a atividade estar ou não causando danos efetivos ao meio ambiente, caracteriza a prática de crime ambiental, sujeitar o infrator a

penalidades administrativas, tais como multas e interdição de suas atividades, bem como ao dever de reparar e/ou indenizar eventuais danos causados. A Companhia também estará exposta, em tais circunstâncias, a riscos de imagem.

Portanto, quando obrigatória, a ausência de licença ambiental ou o descumprimento de suas condicionantes, independentemente de a atividade estar ou não causando danos efetivos ao meio ambiente, sujeita o empreendedor a sanções administrativas que podem culminar em multas de R$ 500,00 a R$ 10.000.000,00, de acordo com a legislação federal, além de responsabilização nas esferas criminal e cível. Independentemente das multas, devem ser consideradas, ainda, penalidades de embargo, suspensão total ou parcial das atividades, demolição, além do dever de reparar e/ou indenizar quaisquer danos ao meio ambiente e a terceiros afetados pela atividade, dentre outras. Note-se que essas penalidades também são aplicáveis caso o empreendedor deixe de atender às condicionantes estabelecidas nas respectivas licenças ambientais.

Eventuais demoras ou indeferimentos, por parte dos órgãos ambientais licenciadores, na emissão ou renovação dessas licenças, assim como o pedido intempestivo de sua renovação e a eventual impossibilidade de atender às exigências estabelecidas por órgãos ambientais no curso do processo de licenciamento, poderão prejudicar, ou mesmo impedir, conforme o caso, a instalação e operação regular desses empreendimentos.

Em 9 de dezembro de 2011, foi publicada a Lei Complementar nº 140, a qual fixa normas para a atuação da União, Estados e Municípios, relativas às ações administrativas decorrentes do exercício de competência comum. A Lei Complementar nº 140/2011 manteve a disposição de que, em regra, o licenciamento será conduzido pelo ente estatal, tal como previsto na Resolução CONAMA nº 237/1997. Neste sentido, compete ao órgão ambiental municipal somente o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades de impacto ambiental local ou que lhe forem delegadas pelo Estado por instrumento legal ou convênio.

Sobre o assunto, a Companhia está sujeita à fiscalização pelas autoridades ambientais competentes dos Estados de São Paulo e Paraná, locais em que estão localizados seus complexos industriais e centros de distribuição, dentre as quais se destacam o IBAMA, a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo ("CETESB") e o Instituto Ambiental do Paraná ("IAP").

A Companhia busca se manter regularizada quanto ao licenciamento ambiental de seus empreendimentos. A operação das atividades da Companhia pode sofrer atraso devido à dificuldade ou à demora na obtenção das licenças necessárias, ou mesmo devido à dificuldade de atendimento às exigências estabelecidas por órgãos ambientais, no curso do processo de licenciamento.

Cadastro Técnico Federal

A Política Nacional de Meio Ambiente instituiu o Cadastro Técnico Federal ("CTF") cujo registro é obrigatório para as pessoas físicas ou jurídicas que se dedicam às atividades previstas taxativamente no rol da Instrução Normativa IBAMA n. 6/2013.

Para algumas atividades, a Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, dispõe que o registro no CTF requer o pagamento da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental ("TCFA") e a entrega do relatório anual de atividades. As atividades sujeitas ao recolhimento da TCFA estão elencadas na Instrução Normativa IBAMA nº 6/2013. O relatório, por sua vez, diz respeito às atividades desenvolvidas no ano anterior e deve ser submetido ao IBAMA pelos sujeitos passivos de pagamento da TCFA até 31 de março de cada ano.

De acordo com a Instrução Normativa nº 6/2013 do IBAMA, o transporte de cargas perigosas, a fabricação de sabões, detergentes e velas, a fabricação de perfumarias e cosméticos, a produção de álcool etílico, metanol e similares, a fabricação de preparados para limpeza e polimento,

desinfetantes, inseticidas, germicidas e fungicidas, a fabricação de artefatos de material plástico e a fabricação de produtos derivados do processamento de petróleo são consideradas atividades sujeitas a registro e ao pagamento da TCFA. Consequentemente, há necessidade de elaboração do relatório anual de atividades.

A falta de registro no CTF, quando exigível, constitui infração administrativa punível com multa de até R$9.000,00 (nove mil reais), a depender do porte da empresa. Além disso, a falta de apresentação de relatórios anuais exigidos pelo IBAMA pode sujeitar o empreendedor a multas que variam de R$1.000,00 a R$100.000,00.

Uso de Recursos Hídricos

De acordo com a Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei Federal n. 9.433 de 8 de janeiro de 1997), a outorga é o ato administrativo que confere ao outorgado o direito de uso dos recursos hídricos superficiais ou subterrâneos por prazo determinado, mediante o atendimento a condicionantes expressamente determinadas pelo órgão gestor dos recursos hídricos. Além da outorga, a perfuração e o tamponamento de poços tubulares estão sujeitos a autorizações específicas temporárias, por meio das quais o órgão gestor autoriza a perfuração do poço ou sua lacração, pelo prazo e condições previstas expressamente no respectivo ato.

A captação e derivação de água depende de prévia autorização do órgão ambiental competente, de acordo com legislação federal e estadual. Algumas unidades da Companhia captam água por poços artesianos construídos nas dependências das unidades e outras são abastecidas pelo sistema público de distribuição de água e esgoto.

Em termos gerais, a legislação federal dispõe que estão sujeitos à obtenção de outorga e de autorização os seguintes usos de recursos hídricos: (i) derivação ou captação; (ii) lançamento de esgotos e/ou efluentes líquidos; e (iii) a perfuração e tamponamento de poços tubulares. No caso de utilização da rede pública de esgoto para o despejo de efluente sanitário e/ou industrial, a concessionária do serviço é responsável pela obtenção da outorga e o interessado (por exemplo, a Companhia) deve solicitar à concessionária a ligação à rede pública. Caso não seja possível nas condições atuais dos sistemas, a concessionária apresentará as obras complementares necessárias para prolongamento ou reforço da rede. É importante destacar ainda que o rebaixamento do lençol freático, por exemplo, para a construção de subsolos, pode estar sujeito à obtenção de outorga.

A intervenção em recursos hídricos sem as devidas autorizações e outorgas pode caracterizar infração administrativa e crime ambiental, sem prejuízo da obrigação de indenizar eventuais danos causados ao meio ambiente. Em nível federal, no âmbito administrativo, as sanções podem variar de simples advertência, aplicação de multas que variam de R$500 a R$10.000,00 e interdição da fonte de utilização dos recursos hídricos, podendo impactar indiretamente as obras relacionadas.

Áreas Contaminadas

As contaminações de solo e/ou águas subterrâneas representam passivos ambientais que devem ser administrados com cautela, uma vez que a pretensão reparatória do dano ambiental é imprescritível. Em outras palavras, a responsabilidade por dano ambiental não se extingue por decurso de prazo. São consideradas áreas contaminadas aquelas em que comprovadamente houve poluição ocasionada pela disposição, acúmulo, armazenamento ou infiltração de substâncias tóxicas ou resíduos, implicando impactos negativos sobre o meio ambiente.

A contaminação pode ser causada por substâncias acumuladas, armazenadas, enterradas ou infiltradas de forma planejada, acidental ou até mesmo natural. É possível ainda que a contaminação seja proveniente de um terreno vizinho ou situado nas proximidades. Pode passar despercebida até que os seus efeitos se manifestem.

A existência de contaminação pode dificultar ou mesmo impedir a utilização desejada da área em razão dos riscos para a saúde pública e para o meio ambiente. Além disso, um imóvel com área contaminada é, geralmente, desvalorizado, porque a remediação envolve valores significativos.

A Companhia busca conhecer o uso anterior do imóvel, além de realizar uma investigação ambiental independente, de modo que, no momento da aprovação dos projetos dos empreendimentos pelos órgãos competentes, os aspectos e impactos ambientais já se encontram devidamente delimitados.

O tema é tratado, entre outros diplomas legais (inclusive nas esferas estaduais), pela Resolução CONAMA nº 420/2009, que dispõe sobre critérios e valores orientadores de qualidade do solo quanto à presença de substâncias químicas e estabelece diretrizes para o gerenciamento ambiental de áreas contaminadas por essas substâncias em decorrência de atividades antrópicas.

Sem prejuízo de eventual obrigação de reparar o meio ambiente (responsabilidade civil) a identificação de contaminações pode também envolver o risco de sanções criminais (reclusão de 1 a 4 anos e multa) e administrativas, tais como multas de até R$50 milhões, suspensão ou interdição do empreendimento, além do impacto reputacional. Tais processos de remediação tendem a se prolongar por períodos relevantes e podem ensejar o desembolso de valores significativos até a conclusão da remediação, os quais podem afetar os negócios, os resultados operacionais e imagem da Companhia.

Produtos Controlados

A aquisição, armazenamento, comércio, transporte e uso de produtos químicos (substâncias restritas e controladas) estão sujeitos a controle por parte da Divisão de Controle de Produtos Químicos da Polícia Federal (Lei Federal nº 10.357/01), Ministério da Defesa (Decreto Federal nº 10.030/2019) ou da Política Civil. Cada autorização para o uso de produtos controlados é válida por um prazo específico, no termo do qual a licença deve ser renovada. Em relação às autorizações da Polícia Federal, o pedido de renovação deve ser apresentado 60 dias antes da data de vencimento para que as autorizações permaneçam válidas até a manifestação final sobre o pedido de renovação.

A não obtenção de autorizações Política Federal pode sujeitar a multas de até R$ 1.064.100,00. Quanto à ausência de autorização emitida pelo Ministério da Defesa, a Companhia pode estar sujeita a multas de até R$ 2.500,00. As multas relacionadas com a autorização da Polícia Civil variam de acordo com a jurisdição competente.

Autorização de Funcionamento para a Companhia

Além do registro dos produtos perante a ANVISA e do licenciamento dos estabelecimentos pelas autoridades sanitárias locais, a regulamentação sanitária determina que as companhias fabricantes, distribuidoras e/ou importadoras de produtos saneantes e cosméticos necessitam de autorização de funcionamento emitida pela ANVISA para poderem desenvolver tais atividades: Neste sentido, a AFE autoriza o funcionamento de estabelecimentos para a prática de determinada atividade, após analisado se atendidos os requisitos técnicos e administrativos constantes na RDC nº 16/2014.

Para o armazenamento e a distribuição de medicamentos, insumos farmacêuticos, cosméticos, produtos de higiene pessoal, perfumes e saneantes, a AFE é expedida para o CNPJ/ME da matriz e extensiva a todas filiais, com validade por tempo indeterminado. Já, no caso de atividades com produtos para saúde, a AFE é emitida para cada CNPJ/ME, com validade por tempo indeterminado.

De acordo com a RDC nº 16/2014, a comercialização varejista de cosméticos, produtos de higiene pessoal, perfumes, produtos para saúde de uso leigo (produto médico ou produto diagnóstico para uso in vitro de uso pessoal que não dependa de assistência profissional para sua utilização, conforme especificação definida no registro ou cadastro do produto junto à ANVISA) e saneantes não implica a necessidade de obtenção de AFE, estando os estabelecimentos que realizam tais atividades dispensados de sua obtenção.

Entretanto, a atividade de distribuição que compreende o comércio de produtos sujeitos a controle sanitário entre pessoas jurídicas, tais como os produtos listados no parágrafo acima, como realizado pelos centros de distribuição da Companhia, requer AFE para o regular desempenho de suas atividades.

Adicionalmente, por exercer atividades com produtos químicos controlados, algumas das unidades industriais da Companhia necessitam de Alvará de Comércio de Produtos Controlados emitido pela Polícia Civil e de Certificado de Licença de Funcionamento emitido pela Polícia Federal.

Conselhos Profissionais

A Companhia também está sujeita ao CRQ, por força da Lei Federal nº 2.800/1956. O Conselho realiza a fiscalização do exercício da profissão de químico e exige o registro das empresas que a ele estejam sujeitas. O descumprimento das normas impostas pode levar à imposição de sanções, entre elas, o cancelamento do registro e a aplicação de multas de 1 a 10 salários mínimos.

Outros

Em 20 de março de 2020, foi publicada a Resolução de Diretoria Colegiada da RDC nº 350/2020, que definiu os critérios e os procedimentos extraordinários e temporários para a fabricação e comercialização de preparações antissépticas ou sanitizantes oficinais sem prévia autorização da ANVISA, em virtude da emergência de saúde pública internacional relacionada ao SARS-CoV-2.

O objetivo principal dessa publicação, de acordo com a ANVISA, é favorecer a fabricação de diversos tipos de produtos antissépticos (sejam eles medicamentos notificados, cosméticos ou saneantes) e, assim, ampliar o acesso e evitar que haja desabastecimento desses produtos, já que são essenciais para prevenção da transmissão de COVID-19. A medida tem, portanto, prazo de validade de 180 dias, vigente até 16 de setembro de 2020, ou até eventual prorrogação.

A Resolução de Diretoria Colegiada – RDC nº 370/2020, publicada em 31 de março de 2020, por sua vez, define os critérios e os procedimentos extraordinários e temporários para a exposição à venda de preparações antissépticas ou sanitizantes oficinais. A medida também tem prazo de validade de 180 dias, vigente até 26 de setembro de 2020, ou até eventual prorrogação.

Licenças e Autorizações Ambientais

A Companhia necessita da Autorização Ambiental para Transporte de Produtos Perigosos, que é um documento emitido pelo Ibama e obrigatório desde 10 de junho de 2012, para o exercício da atividade de transporte interestadual de produtos perigosos.

Adicionalmente, a Companhia está sujeita à fiscalização pelas autoridades ambientais competentes dos Estados de São Paulo e Paraná, locais em que estão localizados seus complexos industriais e centros de distribuição, dentre as quais se destacam o IBAMA, a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo ("CETESB") e o Instituto Ambiental do Paraná ("IAP").

Outorga para captação de água

A captação e derivação de água depende de prévia autorização do órgão ambiental competente, de acordo com legislação federal e estadual. A intervenção em recursos hídricos superficiais ou subterrâneos sem a respectiva outorga de direito de uso, ou em desacordo com as condições nela estabelecidas, pode caracterizar infração administrativa e acarretar a aplicação de advertência, multa ou ainda o embargo da atividade (artigos 49, incisos I e V, e 50 da Lei Federal nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997). Em tese, o ilícito poderia também dar origem a riscos criminais e ao dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente.

Algumas unidades da Companhia captam água por poços artesianos construídos nas dependências das unidades e outras são abastecidas pelo sistema público de distribuição de água e esgoto.

Gerenciamento de Resíduos Poluentes e Sólidos

A Lei Federal n.º 12.305/2010 instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos ("PNRS") para viabilizar a gestão integrada e o gerenciamento ambientalmente adequado de resíduos sólidos, disciplinando a segregação, armazenamento, transporte, destinação e disposição final ambientalmente adequada desses resíduos.

A contratação de terceiros para realização de quaisquer das etapas de gerenciamento dos resíduos sólidos gerados pela Companhia não a exime de responsabilidade, sobretudo na esfera civil (dever de reparar e indenizar), caso esses prestadores de serviço causem danos ao meio ambiente e/ou a terceiros no exercício de suas atividades. Nesses casos, a Companhia pode ser considerada solidariamente responsável com tais prestadores de serviços pela recomposição e/ou indenização dos danos causados ao meio ambiente e a terceiros e, em tese, também estaria exposta na esfera administrativa e criminal, a depender do seu envolvimento nos atos questionados. O descumprimento de regras ambientais por fornecedores e prestadores de serviço pode expor a Companhia também a riscos reputacionais.

A Companhia atua na produção de produtos de higiene e limpeza em geral à base de álcool e de álcool industrial, cuja produção exige manipulação de substâncias controladas que podem se tornar tóxicas e poluentes. Buscando mitigar tais riscos, a Companhia busca implementar em todas suas unidades, de forma eficiente, planos de gerenciamento para os resíduos sólidos gerados em suas operações, com o objetivo de viabilizar segregação de materiais passíveis de reciclagem e destinar de forma adequada os resíduos perigosos e não reutilizáveis. Com relação às licenças ambientais, a Companhia busca manter todas as autorizações necessárias para que possa operar e exercer suas atividades de forma regular.

Afora isso, a inobservância das regras de gerenciamento de resíduos pela própria Companhia pode causar poluição ambiental, expondo-a a sanções administrativas, civis e criminais. Caso a Companhia, seus administradores ou terceiros que venham a ser contratados pela Companhia não observem a legislação e regulamentação ambiental aplicáveis às suas operações, ou ainda, caso ocorram eventuais acidentes que decorram, direta ou indiretamente de suas operações, a Companhia estará sujeita à obrigação de reparar eventuais danos ambientais (responsabilidade civil), à imposição de sanções administrativas e penais, bem como às sanções previstas na Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, conforme alterada, tais como advertência, multa, cancelamento de autorização ou licença entre outras, além de detenção ou reclusão de pessoas físicas responsáveis, à obrigação pecuniária de reparar os danos à saúde humana ou ambientais causados, à suspensão parcial ou total das atividades, à perda ou restrição de incentivos fiscais e programas de parcelamento e ao cancelamento e/ou à suspensão de linhas de financiamento de estabelecimentos oficiais de crédito. Tais incidentes poderão resultar em custos significativos com processos judiciais e administrativos, pagamentos de indenizações, *recall* de produtos e impacto negativo na imagem da Companhia, o que pode afetá-la adversamente.

Além disso, a Companhia possui contenções em todas as áreas de risco na tentativa de garantir que eventuais resíduos tóxicos não sejam eliminados no meio ambiente antes da coleta e destinação adequadas, por meio de contratos com parceiros devidamente licenciados neste setor, de acordo com as normas e licenças ambientais aplicáveis.

No mesmo sentido, em relação aos resíduos sólidos gerados nos seus processos produtivos, a Companhia preza pela destinação correta e segura, por meio de parcerias com entidades que possuem certificado de autorização e destinação de resíduos com potencial de contaminação considerável, buscando garantir a correta destinação de forma a evitar a disposição destes resíduos no ambiente sem o devido tratamento ou incineração, conforme o caso.

A PNRS previu, ademais, a obrigatoriedade de fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de certos produtos estruturarem e implementarem sistemas de logística reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana.

Atualmente, a implementação de sistemas de logística reversa é ou se tornará obrigatória, nos próximos meses, em nível federal, aos envolvidos na cadeia de óleos lubrificantes e embalagens plásticas de óleos lubrificantes, lâmpadas fluorescentes de vapor de sódio e mercúrio, embalagens em geral, embalagens de aço, produtos eletroeletrônicos e seus componentes, medicamentos, pneus inservíveis, embalagens de agrotóxicos, pilhas e baterias.

A Companhia deve observar normas de logística reversa em nível federal e também em Estados, em que atua. Caso descumpra as regras vigentes, estará sujeita a sanções administrativas (e.g. incluindo dificuldades ou impossibilidade de obter licenças ambientais) e criminais, bem como ao dever de reparar ou indenizar danos causados ao meio ambiente e a terceiros.

Responsabilização Ambiental

O cumprimento da legislação ambiental é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, e eventual inobservância das normas pode sujeitar a sanções administrativas, sanções criminais, além da obrigação de reparar e/ou indenizar os danos que eventualmente tenham sido causados ao meio ambiente e/ou a terceiros.

Caso a Companhia ou alguma de suas subsidiárias causem ou de outra forma sejam consideradas responsáveis por algum dano ou ilícito ambiental, a Companhia pode sofrer um efeito adverso em seus resultados e negócios, inclusive em aspectos reputacionais.

A responsabilidade ambiental pode ocorrer em três esferas distintas e independentes: civil, criminal e administrativa. Tais esferas são assim consideradas, porque uma única ação pode gerar responsabilidade ambiental nos três níveis concomitantemente, com a aplicação de sanções administrativas e criminais, além da obrigação de reparar ou indenizar o dano causado, independentemente de dolo ou culpa. A ausência de responsabilidade em uma de tais esferas não isenta, necessariamente, o agente de responsabilidade nas demais.

Responsabilidade Administrativa Ambiental. No que se refere à responsabilidade administrativa, prevista genericamente pela Lei Federal nº 9.605/1998 e regulamentada pelo Decreto Federal nº 6.514/2008, toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente é considerada infração administrativa ambiental. A responsabilidade administrativa decorre de uma ação ou omissão do agente que importe na violação de qualquer norma de preservação, proteção ou regulamentação do meio ambiente e, tal como a responsabilidade penal, depende da verificação de culpa ou dolo para sua caracterização, nos termos da recente jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

As sanções a serem aplicadas às pessoas físicas ou jurídicas pelo cometimento de eventual infração administrativa, podem incluir advertência, multas, inutilização do produto, suspensão de venda e fabricação do produto, embargo de obra ou atividade, demolição de obra, suspensão parcial ou total de atividades, além das sanções restritivas de direito, que envolvem a suspensão de registro, licença ou autorização, perda ou suspensão de benefícios fiscais e cancelamento ou interrupção de participação em linhas de crédito concedidas por bancos estatais, além de proibição de ser contratado por entes públicos.

Responsabilidade Civil Ambiental. Na esfera civil, a legislação ambiental, delineada pela Política Nacional do Meio Ambiente, adota o regime da responsabilidade objetiva e solidária, ou seja, o poluidor será responsável pela reparação ou indenização dos danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados independentemente da existência de culpa, podendo um dos agentes responder pelo dano ambiental de forma integral, cabendo-lhe ação de regresso contra os demais causadores do dano. A responsabilidade civil por danos ao meio ambiente poderá alcançar tanto o poluidor direto como o poluidor indireto, de modo que os danos ambientais causados por terceiros que venhamos a contratar poderão dar ensejo à nossa obrigação de os reparar e/ou indenizar. Isto significa que a obrigação de reparar e/ou indenizar a degradação causada poderá afetar todos os envolvidos, direta ou indiretamente, independentemente da comprovação de culpa dos agentes.

Responsabilidade Criminal. Na esfera criminal, a Lei Federal nº 9.605/1998 ("Lei de Crimes Ambientais") sujeita aos seus efeitos qualquer pessoa, física ou jurídica, que concorrer para a prática de certas condutas consideradas lesivas ao meio ambiente, sendo necessária a comprovação de dolo (intenção) ou culpa (negligência, imprudência ou imperícia). A responsabilidade penal por crimes ambientais é subjetiva, o que significa que o infrator só será penalizado se agir com culpa. A responsabilidade da pessoa jurídica não exclui a responsabilidade das pessoas físicas, autoras, coautoras ou partícipes, resultando na extensão da responsabilidade de tais atos aos membros das pessoas jurídicas que tenham participado de tais decisões ou tenham se omitido, quando poderiam evitar os prejuízos delas advindos. Adicionalmente, a Lei de Crimes Ambientais prevê a possibilidade de desconsideração da personalidade jurídica quando essa for considerada um obstáculo à recuperação de danos causados ao meio ambiente. Nesse sentido, diretores, acionistas e/ou parceiros podem, juntamente com a empresa poluidora, ser responsabilizados por danos ao meio ambiente.

Em relação às pessoas jurídicas, a Lei de Crimes Ambientais prevê as seguintes penalidades, de forma isolada, cumulativa ou alternativa: multa; penas restritivas de direitos (tais como: suspensão parcial ou total de atividades; interdição temporária de estabelecimento, obra ou atividade; proibição de contratar com o Poder Público, bem como dele obter subsídios, subvenções ou doações); e/ou prestação de serviços à comunidade (tais como: custeio de programas e de projetos ambientais; execução de obras de recuperação de áreas degradadas; manutenção de espaços públicos; e contribuições a entidades ambientais ou culturais públicas).

b. política ambiental da Companhia e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

Para informações sobre as práticas socioambientais e de sustentabilidade da Companhia, veja o item 7.8 deste Formulário de Referência.

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não havia aderido a padrões internacionais de proteção ambiental (como a Certificação ISO 14001).

c. dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

No Brasil, marcas são sinais distintivos visualmente perceptíveis que identificam e distinguem

produtos e/ou serviços. Em alguns casos, as marcas também possuem a função de certificar a conformidade de produtos e/ou serviços com determinadas normas e/ou especificações técnicas.

A Lei nº 9.279/96 ("Lei da Propriedade Industrial") dispõe que a propriedade de determinada marca somente pode ser adquirida por meio do registro concedido pelo INPI, autarquia federal responsável pelo registro de marcas, concessão de patentes e outros direitos de propriedade industrial no Brasil. Após a concessão do registro de marca pelo INPI, o titular da marca passa a deter a propriedade de tal marca e o direito exclusivo da marca em todo o território nacional, pelo prazo determinado de 10 (dez) anos, prorrogável por períodos iguais e sucessivos, mediante o pagamento de taxas adicionais ao INPI.

Relevante destacar que, durante o processo de registro de uma marca, aquele que requereu o registro (depositante) possui apenas uma expectativa de direito de propriedade desta para identificação de seus produtos e/ou serviços e, o direito de zelar pela integridade material e/ou reputação do sinal requerido.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia é titular de diversas marcas registradas e pedidos de registro de marca junto ao INPI, em nome próprio ou em nome de controladas da Companhia. As principais marcas de titularidade Companhia, utilizadas para identificar seus produtos, são: "COPERALCOOL BACFREE", "CORPERALCOOL", "ZULU", "ZUMBI", "APACHE", "DA ILHA", "VINAGREEN" e "ÁLCOOL FERREIRA".

Adicionalmente, a Companhia é titular de diversos nomes dos domínios, dentre os quais destacam-se os seguintes: <grupompr.com.br>, <companhianacionaldealcool.com.br> e <alcoolferreira.com.br>.

Um nome de domínio é uma identificação de autonomia, autoridade ou controle dentro da internet. Os nomes de domínio seguem as regras e procedimentos do *Domain Name System* ("DNS"), de modo que qualquer nome registrado no DNS é um nome de domínio. No Brasil, o responsável pelo registro de nomes de domínio, bem como pela administração e publicação do DNS para o domínio ".br", a distribuição de endereços de sites e serviços de manutenção é o Registro.br.

Além disso, a Companhia informa que utiliza programas de computador (softwares) e outras tecnologias de titularidade de terceiros, todas devidamente licenciados por seus titulares e, utilizadas em conformidade com seus respectivos contratos de licença/cessão de uso ou exploração.

Para obter maiores informações sobre os ativos de propriedade intelectual de titularidade da Companhia, vide item 9.1(b) deste Formulário de Referência.

d. regulação relativa à privacidade e proteção de dados no Brasil

As normas sobre privacidade e proteção de dados no mundo têm evoluído nos últimos anos, de modo a estabelecer regras mais objetivas sobre como os dados pessoais – aqui definidos como toda e qualquer informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável – podem ser utilizados pelas organizações.

No Brasil, especificamente, até o ano de 2018, o tema era tratado pelo judiciário de forma casuística e pontual, por meio da interpretação de uma série de dispositivos legais esparsos e setoriais, quais, sejam:

- a Constituição Federal Brasileira, que estabeleceu como direitos constitucionais o direito à intimidade, à vida privada e à imagem;

- a Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), que trouxe contornos mais objetivos para a abertura de bancos de dados de consumidores e cadastro de maus pagadores, estabelecendo, inclusive, que o consumidor deve ter acesso aos dados pessoais que constam em tais bancos de dados sobre ele, bem como sobre as suas respectivas fontes;

- a Lei nº 12.414/11 (Lei do Cadastro Positivo), alterada em abril de 2019, que estabeleceu regras específicas para a criação de bancos de dados de bons pagadores, determinando que é direito do cadastrado, dentre outros, ser informado, previamente, sobre a identidade do gestor e sobre o armazenamento e o objetivo do tratamento dos seus dados pessoais e, ter os seus dados pessoais utilizados somente de acordo com a finalidade para a qual eles foram coletados;

- a Lei nº 12.965/14 (Marco Civil da Internet), que tratou em diversos artigos sobre a proteção da privacidade e dos dados pessoais das pessoas no ambiente online, mas, não definiu o conceito de dados pessoais; e

- o Decreto nº 8.771/16, que regulamentou o Marco Civil da Internet e definiu dados pessoais como aqueles relacionado à pessoa natural identificada ou identificável, tais como números identificadores, dados locacionais ou identificadores eletrônicos, quando estes estiverem relacionados a uma pessoa.

No entanto, em agosto de 2018, foi promulgada a LGPD, que regula as práticas relacionadas ao tratamento de dados pessoais no país de forma geral (e não mais apenas setorial), criando um microssistema de regras sobre o tema que impacta todos os setores da economia.

A LGPD tem como objetivo proteger os direitos fundamentais de liberdade, privacidade e livre desenvolvimento da personalidade das pessoas naturais, criando um ambiente de maior controle dos indivíduos sobre os seus dados e de maiores responsabilidades para as organizações que tratam tais dados pessoais, trazendo novas obrigações a serem observadas. A título exemplificativo, a LGPD estabelece uma série de princípios que devem ser observados no tratamento de dados pessoais, quais sejam, finalidade, adequação, necessidade, livre acesso, qualidade dos dados, transparência, segurança, prevenção, não discriminação, responsabilização e prestação de contas.

Além disso, a LGPD: (a) prevê diversas hipóteses autorizadoras do tratamento de dados pessoais (não mais apenas o consentimento, como previsto no Marco Civil da Internet); (b) dispõe sobre uma gama de direitos dos titulares de dados pessoais; e (c) prevê sanções para o descumprimento de suas disposições, que variam de uma simples advertência e determinação de exclusão dos dados pessoais tratados de forma irregular à imposição de uma multa, no valor equivalente a até 2% (dois por cento) do faturamento da organização no Brasil.

O âmbito de aplicação da referida lei abrange todas as atividades de tratamento de dados pessoais, inclusive em ambiente online, e se estende a pessoas físicas e entidades públicas e privadas, independentemente do país onde estão sediadas ou onde os dados são hospedados, desde que: (i) o tratamento de dados pessoais ocorra no Brasil; (ii) a atividade de tratamento de dados destine-se a oferecer ou fornecer bens ou serviços a ou processar dados de indivíduos localizados no Brasil; ou (iii) os titulares dos dados estão localizados no Brasil no momento em que seus dados pessoais são coletados.

Relevante destacar, ainda, que, após a publicação da LGPD, esta foi alterada por meio da Lei 13.853/2019 que, dentre outras providências, criou a ANPD, autoridade garantidora da observância das normas sobre proteção de dados, que terá poderes e responsabilidades análogas às autoridades europeias de proteção de dados, exercendo um triplo papel de (i) investigação, compreendendo o poder de solicitar informações de controladores e processadores; (ii) execução,

nos casos de descumprimento da lei, por meio de processo administrativo; e (iii) educação, com a responsabilidade de disseminar informações e fomentar o conhecimento da LGPD e medidas de segurança, inclusive, emitindo resoluções sobre a forma como a LGPD deve ser interpretada e, promovendo padrões de serviços e produtos que facilitem o controle de dados e elaborando estudos sobre práticas nacionais e internacionais para a proteção de dados pessoais e privacidade, entre outros.

No entanto, até o presente momento a ANPD não foi efetivamente estruturada pelo poder público, ou seja, os membros de seu Conselho Diretor ainda não foram nomeados pelo Presidente da República para posterior aprovação pelo Senado, conforme estabelecido pela LGPD e pelo Decreto nº 10.474/2020, que dispõe sobre a estrutura regimental da ANPD. Com isso, alguns órgãos de defesa do consumidor já têm atuado, antes mesmo da vigência da LGPD, especialmente em casos de incidentes de segurança que resultem em acessos indevidos a dados pessoais, exercendo funções de fiscalização da LGPD, aplicando penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor e Marco Civil da Internet.

Por fim, necessário esclarecer que, atualmente, a entrada em vigor da LGPD está prevista para ocorrer entre o dia 27 de agosto de 2020 e o dia 17 de setembro de 2020, de acordo com o Congresso Nacional e com o Gabinete da Presidência da República no Brasil, e a aplicabilidade de suas penalidades para o dia 1º de agosto de 2021, nos termos da Lei nº 14.010/2020.

Isso porque, em 29 de abril de 2020, foi promulgada a Medida Provisória nº 959/2020 que, dentre outras providências, determinava a prorrogação da *vacatio legis* da LGPD e estabelecia que a LGPD entraria em vigor no dia 03 de maio de 2021. No entanto, uma vez que: (i) no Brasil, Medidas Provisórias são normas com eficácia imediata, mas de disposições transitórias, que necessitam de aprovação do Congresso Nacional para serem convertidas em lei de forma definitiva; (ii) ao analisar as disposições da Medida Provisória nº 959/2020, o Senado decidiu por suprimir o artigo que tratava da prorrogação da *vacatio legis* da LGPD; e (iii) a Presidência da República tem 15 dias úteis, contados do dia 27 de agosto de 2020, para sancionar ou vetar o texto aprovado pelo Congresso Nacional; a LGPD entrará em vigor entre agosto e setembro deste ano (independentemente da sanção ou do veto da Presidência da República ao texto aprovado), mas a aplicabilidade de suas penalidades permanecerá com a vigência prevista para agosto do ano de 2021.

Neste cenário, todavia, o descumprimento de quaisquer disposições previstas na LGPD, mesmo antes da entrada em vigor das sanções, tem como riscos: (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas pleiteando reparações de danos decorrentes de violações, baseadas não somente na LGPD, mas, na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados ainda vigente; e (ii) a aplicação das penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor e Marco Civil da Internet por alguns órgãos de defesa do consumidor, em razão da não efetiva estruturação da ANPD.

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

a. receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da Companhia e sua participação na receita líquida total da Companhia

	30/06/2020	
País Sede do Emissor	**Soma de Receita Líquida (R$)**	**Participação (%)**
Brasil	238.867	86,9%

	31/03/2020	
País Sede do Emissor	**Soma de Receita Líquida (R$)**	**Participação (%)**
Brasil	299.235	91,4%

	31/03/2019	
País Sede do Emissor	**Soma de Receita Líquida (R$)**	**Participação (%)**
Brasil	276.175	92,0%

	31/03/2018	
País Sede do Emissor	**Soma de Receita Líquida (R$)**	**Participação (%)**
Brasil	263.044	95,5%

b. receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia

	30/06/2020	
Países Estrangeiros	**Soma de Receita Líquida (R$)**	**Participação (%)**
Estados Unidos	12.492	4,5%
Holanda	9.468	3,4%
Espanha	7.747	2,8%
Chile	3.334	1,2%
Uruguai	2.087	0,8%
Outros	953	0,3%
Total	**36.081**	**13,1%**

	31/03/2020	
Países Estrangeiros	**Soma de Receita Líquida (R$)**	**Participação (%)**
Estados Unidos	16.520	5,0%
Espanha	6.307	1,9%
Holanda	3.511	1,1%
Outros	2.370	0,7%
Total	**28.078**	**8,6%**

	31/03/2019	
Países Estrangeiros	**Soma de Receita Líquida (R$)**	**Participação (%)**
Estados Unidos	17.095	5,7%
Holanda	5.905	2,0%
Outros	1.123	0,4%
Total	**24.123**	**8,0%**

	31/03/2018	
Países Estrangeiros	**Soma de Receita Líquida (R$)**	**Participação (%)**
Estados Unidos	5.003	1,8%
Reino Unido	5.503	2,0%
Outros	1.933	0,7%
Total	**12.439**	**4,5%**

c. receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total da Companhia

	30/06/2020	
	Soma de Receita Líquida (R$)	**Participação (%)**
Total Países Estrangeiros	36.081	13,1%

	31/03/2020	
	Soma de Receita Líquida (R$)	**Participação (%)**
Total Países Estrangeiros	28.078	**8,6%**

	31/03/2019	
	Soma de Receita Líquida (R$)	**Participação (%)**
Total Países Estrangeiros	24.123	**8,0%**

	31/03/2018	
	Soma de Receita Líquida (R$)	**Participação (%)**
Total Países Estrangeiros	12.439	**4,5%**

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

A Companhia não está sujeita à regulação estrangeira de países para onde exporta seus produtos que afete seus negócios.

Na exportação de seus produtos, a Companhia está sujeita às regulações de natureza tarifária e não tarifária estabelecidas pelos países importadores. O eventual aumento do imposto de importação pode impactar as exportações da Companhia para o país de destino. As regulações não tarifárias também podem produzir efeitos nas exportações da Companhia por alterarem os procedimentos aduaneiros, por exemplo, ou mesmo modificarem regulamentações técnicas que impactem a importação de produtos à base de álcool. A Companhia entende que a regulação estrangeira de países para onde exporta seus produtos não tem o potencial de impactar de forma relevante seus negócios.

7.8 – Políticas Socioambientais

a. divulgação de informações sociais e ambientais

A Companhia compreende quais são as suas responsabilidades e cumpre rigorosamente a regulação vigente. Para isso, adota políticas e programas corporativos, além de manter iniciativas em educação ambiental, uso racional da água e gerenciamento de resíduos sólidos.

Para reduzir os impactos ambientais de suas operações e contribuir com a preservação de recursos naturais, a Companhia e suas subsidiárias buscam otimizar seus processos de produção, e promover ações de redução e de conscientização da sociedade a respeito da preservação. Seguem algumas iniciativas sobre a gestão ambiental da Companhia e suas controladas:

- *Programa EuReciclo:* a Companhia adere ao programa EuReciclo para destinação adequada das embalagens dos seus produtos após o uso. O EuReciclo consiste em um modelo de compensação ambiental como solução para a logística reversa. Além de minimizar os impactos para o meio ambiente, o programa também contribui para o aumento das taxas de reciclagem e de inclusão social, através da geração de empregos em cooperativas, que são essenciais para garantir o trabalho de reciclagem.

- *Poço Artesiano:* a Companhia usa poço artesiano como plano de contingência dentro de programa para aumento da capacidade de autonomia no uso de água nas operações de Piracicaba.

- *Esgoto:* não há descarte de esgoto nas atividades industriais da Companhia. Toda água é captada e usada nos processos produtivos. Não existe geração de efluentes.

- *Reciclagem de Lixo Sólido:* a Companhia conta com coleta seletiva de lixo através de parceria com empresa certificada.

- *Embalagens "Verdes":* a Companhia já iniciou o uso de embalagens sustentáveis, feitas de material reciclado e Polietileno Verde (produzido a partir da cana-de-açúcar), uma matéria-prima renovável. Seu projeto agora é expandir este tipo de embalagem para todo o seu portfólio de produtos.

- A Companhia gera energia elétrica pela queima do bagaço de cana-de-açúcar na sua caldeira, na planta industrial da cidade de Cordeirópolis.

A Companhia entende que a sociedade é parte integrante de sua estratégia corporativa, que compreende diversas iniciativas de responsabilidade social. Em 2020, a Companhia está profundamente engajada no combate à COVID-19 e vem trabalhando para atender prioritariamente aqueles que mais necessitam de proteção. A título de exemplo, dentre as ações sociais que vêm sendo feitas, a Companhia já distribuiu (i) 50 mil frascos de Álcool em gel 70º para as Polícias Civil, Militar e Científica, como parte da contribuição ao comitê empresarial - rede de solidariedade do Estado de São Paulo, do qual a Companhia participa desde o início; (ii) 30 mil litros de álcool 70º para o Exército Brasileiro; (iii) 1.500 litros de água sanitária para 400 famílias de comunidades carentes da cidade de Piracicaba; e (iv) 1.000 frascos de álcool gel higienizador de mãos, em kits com mensagem especial para o Dia das Mães, em ação solidária promovida a mães carentes das comunidades da Zona Norte de São Paulo/SP, especificamente dos Bairros Taipas e Brasilândia.

Ainda em 2020, a Companhia aderiu à Coalizão Empresarial pelo Fim da Violência contra Mulheres e Meninas, iniciativa coordenada pelo Instituto Avon e pela ONU Mulheres, que tem como objetivo engajar líderes do setor privado e garantir o compromisso voluntário pelo fim da violência contra mulheres e meninas.

A Companhia não divulga formalmente informações sociais e ambientais.

b. a metodologia seguida na elaboração das informações socioambientais

Não aplicável, considerando que a Companhia não divulga informações sociais e ambientais.

c. indicar se essas informações socioambientais são auditadas ou revisadas por entidade independente

Não aplicável, considerando que a Companhia não divulga informações sociais e ambientais.

d. indicar a página na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas as informações socioambientais

Não aplicável, considerando que a Companhia não divulga informações sociais e ambientais.

e. se este relatório leva em conta os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela ONU e quais são os ODS materiais para o negócio da companhia

Não aplicável, considerando que a Companhia não divulga informações sociais e ambientais.

f. se o emissor não divulga relatório anual, de sustentabilidade ou integrado que leve em conta os ODS, explicar o motivo.

A Companhia, apesar de adotar práticas internas de sustentabilidade e respeito a questões socioambientais, atualmente não divulga relatório anual de sustentabilidade ou integrado por não se tratar de um documento de divulgação obrigatória pela Companhia.

7.9 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item que não tenham sido divulgadas neste Formulário de Referência.

8. – Negócios extraordinários

8.1 – Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

Não houve nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia.

8.2 – Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente.

8.3 – Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Não foram celebrados, nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente, contratos relevantes pela Companhia ou por suas controladas que não sejam diretamente relacionados com suas atividades operacionais.

8.4 – Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item que não tenham sido divulgadas neste Formulário de Referência.

9.1 – Bens do ativo não circulante relevantes – Outros

Não há outros bens relevantes do ativo não circulante que não estejam descritos nos quadros 9.1.a, 9.1.b e 9.1c.

9.1 - Bens do ativo não circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Unidade fabril	Brasil	São Paulo	Cordeirópolis	alugada
Escritório administrativo	Brasil	São Paulo	Barueri	alugada
Centro de Distribuição	Brasil	São Paulo	Piracicaba	alugada
Centro de distribuição	Brasil	Paraná	Almirante Tamandaré	alugada
Unidade fabril	Brasil	São Paulo	Piracicaba	alugada
Galpão	Brasil	São Paulo	Piracicaba	alugada
Galpão	Brasil	São Paulo	Piracicaba	alugada

9.1 - Bens do ativo não circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de Ativo	Descrição do Ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marca	Registro nº 007189 214 para a marca "AFL" na classe NCL(8) 01 (Nacional)	Vigente até 10/06/2030	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marca	Registro nº 006709 540 para a marca "AFLE" na classe 38/20.40 (Nacional)	Vigente até 25/06/2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marca	Registro nº 007188 722 para a marca "Coruja" na classe NCL(8) 01 (Nacional)	Vigente até 10/06/2030	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a

			pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marca	Registro nº 816522 391 para a marca "Coruja" na classe 04/10 (Nacional)	Vigente até 31/08/2023	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marca	Registro nº 002784 211 para a marca "Ferreira" na classe 01/90 (Nacional)	Vigente até 22/01/2023	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marca	Registro nº 816522 383 para a amarca	Vigente até 31/08/2023	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar,

	"Ferreira" na classe 04/10 (Nacional)		órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marca	Registro nº 2770701 para a marca "Coperalcool" na classe NCL(10) 01 (Internacional)	Vigente até 01/06/2025	Não estar em dia com as obrigações devidas ao órgão competente pelo registro de marcas, alegação e reconhecimento da propriedade a terceiros, não renovação do registro por recusa do órgão competente ou falta de solicitação de renovação. Os registros já concedidos podem ser contestados por meio de processos de nulidade ou, ainda, mediante requerimento de caducidade, decorrente da não utilização injustificada da marca ou pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 5 (cinco) anos. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar a violação de seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham êxito.	A eventual perda dos direitos sobre nossas marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as marcas nos respectivos territórios dos países. Apesar de remota essa possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Não é possível, porém, quantificar os impactos desta hipótese. .
Marca	Registro nº 382965 para a marca "Unialcool" na classe NCL(10) 01 (Internacional)	Vigente até 15/03/2023	Não estar em dia com as obrigações devidas ao órgão competente pelo registro de marcas, alegação e reconhecimento da propriedade a terceiros, não renovação do registro por recusa do órgão competente ou falta de solicitação de renovação. Os registros já concedidos podem ser contestados por meio de processos de nulidade ou,	A eventual perda dos direitos sobre nossas marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as marcas nos respectivos territórios dos países. Apesar de remota essa possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos.

			ainda, mediante requerimento de caducidade, decorrente da não utilização injustificada da marca ou pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 5 (cinco) anos. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar a violação de seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham êxito.	Não é possível, porém, quantificar os impactos desta hipótese.
Marca	Registro nº 382966 para a marca "Coperalcool" na classe NCL(1) 01 (Internacional)	Vigente até 12/02/2023	Não estar em dia com as obrigações devidas ao órgão competente pelo registro de marcas, alegação e reconhecimento da propriedade a terceiros, não renovação do registro por recusa do órgão competente ou falta de solicitação de renovação. Os registros já concedidos podem ser contestados por meio de processos de nulidade ou, ainda, mediante requerimento de caducidade, decorrente da não utilização injustificada da marca ou pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 5 (cinco) anos. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar a violação de seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham êxito.	A eventual perda dos direitos sobre nossas marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as marcas nos respectivos territórios dos países. Apesar de remota essa possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Não é possível, porém, quantificar os impactos desta hipótese.
Marca	Registro nº 383022 para a marca "Coperalcool" na classe NCL(10) 01 (Internacional)	Vigente até 15/03/2023	Não estar em dia com as obrigações devidas ao órgão competente pelo registro de marcas, alegação e reconhecimento da propriedade a terceiros, não renovação do registro por recusa do órgão competente ou falta de solicitação de	A eventual perda dos direitos sobre nossas marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as marcas nos respectivos territórios dos países. Apesar de remota essa possibilidade acarretaria dificuldades para

			renovação. Os registros já concedidos podem ser contestados por meio de processos de nulidade ou, ainda, mediante requerimento de caducidade, decorrente da não utilização injustificada da marca ou pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 5 (cinco) anos. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar a violação de seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham êxito.	impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Não é possível, porém, quantificar os impactos desta hipótese. .
Marca	Registro nº 387915 para a marca "Unialcool" na classe NCL(10) 01 (Internacional)	Vigente até 30/07/2023	Não estar em dia com as obrigações devidas ao órgão competente pelo registro de marcas, alegação e reconhecimento da propriedade a terceiros, não renovação do registro por recusa do órgão competente ou falta de solicitação de renovação. Os registros já concedidos podem ser contestados por meio de processos de nulidade ou, ainda, mediante requerimento de caducidade, decorrente da não utilização injustificada da marca ou pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 5 (cinco) anos. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar a violação de seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham êxito.	A eventual perda dos direitos sobre nossas marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as marcas nos respectivos territórios dos países. Apesar de remota essa possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Não é possível, porém, quantificar os impactos desta hipótese.
Marca	Registro nº 455186 para a marca	Vigente até 14/06/2024	Não estar em dia com as obrigações devidas ao órgão competente pelo registro de marcas, alegação e reconhecimento da propriedade a	A eventual perda dos direitos sobre nossas marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as marcas nos respectivos

	“Unialcool” na classe NCL (10) 01 (Internacional)		terceiros, não renovação do registro por recusa do órgão competente ou falta de solicitação de renovação. Os registros já concedidos podem ser contestados por meio de processos de nulidade ou, ainda, mediante requerimento de caducidade, decorrente da não utilização injustificada da marca ou pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 5 (cinco) anos. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar a violação de seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham êxito.	territórios dos países. Apesar de remota essa possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Não é possível, porém, quantificar os impactos desta hipótese.
Marca	Registro nº 455187 para a marca “Unialcool” na classe NCL(10) 01 (Internacional)	Vigente até 06/06/2024	Não estar em dia com as obrigações devidas ao órgão competente pelo registro de marcas, alegação e reconhecimento da propriedade a terceiros, não renovação do registro por recusa do órgão competente ou falta de solicitação de renovação. Os registros já concedidos podem ser contestados por meio de processos de nulidade ou, ainda, mediante requerimento de caducidade, decorrente da não utilização injustificada da marca ou pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 5 (cinco) anos. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar a violação de seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham êxito.	A eventual perda dos direitos sobre nossas marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as marcas nos respectivos territórios dos países. Apesar de remota essa possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Não é possível, porém, quantificar os impactos desta hipótese.

Marca	Registro nº 458722 para a marca “Coperalcool” na classe NCL(10) 01 (Internacional)	Vigente até 12/12/2024	Não estar em dia com as obrigações devidas ao órgão competente pelo registro de marcas, alegação e reconhecimento da propriedade a terceiros, não renovação do registro por recusa do órgão competente ou falta de solicitação de renovação. Os registros já concedidos podem ser contestados por meio de processos de nulidade ou, ainda, mediante requerimento de caducidade, decorrente da não utilização injustificada da marca ou pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 5 (cinco) anos. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar a violação de seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham êxito.	A eventual perda dos direitos sobre nossas marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as marcas nos respectivos territórios dos países. Apesar de remota essa possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Não é possível, porém, quantificar os impactos desta hipótese. .
Marca	Registro nº 481115 para a marca “Coperalcool” na classe NCL(10) 01 (Internacional)	Vigente até 10/03/2027	Não estar em dia com as obrigações devidas ao órgão competente pelo registro de marcas, alegação e reconhecimento da propriedade a terceiros, não renovação do registro por recusa do órgão competente ou falta de solicitação de renovação. Os registros já concedidos podem ser contestados por meio de processos de nulidade ou, ainda, mediante requerimento de caducidade, decorrente da não utilização injustificada da marca ou pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 5 (cinco) anos. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a	A eventual perda dos direitos sobre nossas marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as marcas nos respectivos territórios dos países. Apesar de remota essa possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Não é possível, porém, quantificar os impactos desta hipótese. .

				alegar a violação de seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham êxito.	
Marca	Registro nº 478183 para a marca "Zulu" nas classes NCL(10) 01 e 03 (Internacional)	Vigente	até 22/11/2026	Não estar em dia com as obrigações devidas ao órgão competente pelo registro de marcas, alegação e reconhecimento da propriedade a terceiros, não renovação do registro por recusa do órgão competente ou falta de solicitação de renovação. Os registros já concedidos podem ser contestados por meio de processos de nulidade ou, ainda, mediante requerimento de caducidade, decorrente da não utilização injustificada da marca ou pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 5 (cinco) anos. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar a violação de seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham êxito.	A eventual perda dos direitos sobre nossas marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as marcas nos respectivos territórios dos países. Apesar de remota essa possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Não é possível, porém, quantificar os impactos desta hipótese. .
Marca	Registro nº 2088919 para a marca "Zulu" na classe NCL(10) 01 (Internacional)	Vigente	até 26/05/2026	Não estar em dia com as obrigações devidas ao órgão competente pelo registro de marcas, alegação e reconhecimento da propriedade a terceiros, não renovação do registro por recusa do órgão competente ou falta de solicitação de renovação. Os registros já concedidos podem ser contestados por meio de processos de nulidade ou, ainda, mediante requerimento de caducidade, decorrente da não utilização injustificada da marca ou pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 5 (cinco) anos. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular	A eventual perda dos direitos sobre nossas marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as marcas nos respectivos territórios dos países. Apesar de remota essa possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Não é possível, porém, quantificar os impactos desta hipótese.

			do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar a violação de seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham êxito.	
Marca	Registro nº 2088920 para a marca "Zulu" na classe NCL(10) 03 (Internacional)	Vigente até 26/05/2026	Não estar em dia com as obrigações devidas ao órgão competente pelo registro de marcas, alegação e reconhecimento da propriedade a terceiros, não renovação do registro por recusa do órgão competente ou falta de solicitação de renovação. Os registros já concedidos podem ser contestados por meio de processos de nulidade ou, ainda, mediante requerimento de caducidade, decorrente da não utilização injustificada da marca ou pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 5 (cinco) anos. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar a violação de seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham êxito.	A eventual perda dos direitos sobre nossas marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as marcas nos respectivos territórios dos países. Apesar de remota essa possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Não é possível, porém, quantificar os impactos desta hipótese
Marca	Registro nº 427483 para a marca "Zulu" na classe NCL(10) 01 (Internacional)	Vigente até 02/09/2025	Não estar em dia com as obrigações devidas ao órgão competente pelo registro de marcas, alegação e reconhecimento da propriedade a terceiros, não renovação do registro por recusa do órgão competente ou falta de solicitação de renovação. Os registros já concedidos podem ser contestados por meio de processos de nulidade ou, ainda, mediante requerimento de caducidade, decorrente da não utilização injustificada da marca ou pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por	A eventual perda dos direitos sobre nossas marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as marcas nos respectivos territórios dos países. Apesar de remota essa possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Não é possível, porém, quantificar os impactos desta hipótese. .

			período igual ou superior a 5 (cinco) anos. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar a violação de seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham êxito.	
Marca	Registro nº 195562 3 para a marca "Multialcool" na classe NCL(11) 03 (Internacional)	Vigente até 16/07/2030	Não estar em dia com as obrigações devidas ao órgão competente pelo registro de marcas, alegação e reconhecimento da propriedade a terceiros, não renovação do registro por recusa do órgão competente ou falta de solicitação de renovação. Os registros já concedidos podem ser contestados por meio de processos de nulidade ou, ainda, mediante requerimento de caducidade, decorrente da não utilização injustificada da marca ou pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 5 (cinco) anos. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar a violação de seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham êxito.	A eventual perda dos direitos sobre nossas marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as marcas nos respectivos territórios dos países. Apesar de remota essa possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Não é possível, porém, quantificar os impactos desta hipótese. .
Marca	Registro nº 195562 7 para a marca "Coperalcool Bacfree" na classe NCL(11) 03 (Internacional)	Vigente até 07/07/2030	Não estar em dia com as obrigações devidas ao órgão competente pelo registro de marcas, alegação e reconhecimento da propriedade a terceiros, não renovação do registro por recusa do órgão competente ou falta de solicitação de renovação. Os registros já concedidos podem ser contestados por meio de processos de nulidade ou, ainda, mediante requerimento de caducidade, decorrente da não utilização injustificada da marca ou pela utilização da marca com modificação significativa que implique em	A eventual perda dos direitos sobre nossas marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as marcas nos respectivos territórios dos países. Apesar de remota essa possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Não é possível, porém, quantificar os impactos desta hipótese. .

			alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 5 (cinco) anos. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar a violação de seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham êxito.	
Marca	Registro nº 195562 4 para marca a "Apache" na classe NCL(11) 03 (Internacional)	Vigente até 10/06/2030	Não estar em dia com as obrigações devidas ao órgão competente pelo registro de marcas, alegação e reconhecimento da propriedade a terceiros, não renovação do registro por recusa do órgão competente ou falta de solicitação de renovação. Os registros já concedidos podem ser contestados por meio de processos de nulidade ou, ainda, mediante requerimento de caducidade, decorrente da não utilização injustificada da marca ou pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 5 (cinco) anos. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar a violação de seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham êxito.	A eventual perda dos direitos sobre nossas marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as marcas nos respectivos territórios dos países. Apesar de remota essa possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Não é possível, porém, quantificar os impactos desta hipótese.
Marca	Registro nº 195562 5 para marca "Vinagreen" na classe NCL(11) 03 (Internacional)	Vigente até 16/07/2030	Não estar em dia com as obrigações devidas ao órgão competente pelo registro de marcas, alegação e reconhecimento da propriedade a terceiros, não renovação do registro por recusa do órgão competente ou falta de solicitação de renovação. Os registros já concedidos podem ser contestados por meio de processos de nulidade ou, ainda, mediante requerimento de caducidade, decorrente da não utilização injustificada da	A eventual perda dos direitos sobre nossas marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as marcas nos respectivos territórios dos países. Apesar de remota essa possibilidade acarretaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Não é possível, porém, quantificar os impactos desta hipótese.

			marca ou pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 5 (cinco) anos. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar a violação de seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham êxito.	
Marca	Registro nº 825987 032 para a marca figurativa "Zulu" na classe NCL(8) 04	Vigente até 25/10/2021	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marca	Registro nº 825987 040 para a marca figurativa "Zulu" na classe NCL(8) 03	Vigente até 25/10/2021	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.

Marca	Registro nº 825987 059 para a marca figurativa “Zulu” na classe NCL(8) 01	Vigente	até 25/10/2021	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. .	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marca	Registro nº 825987 237 para a marca figurativa “Zumbi” na classe NCL(8) 01	Vigente	até 25/10/2021	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marca	Registro nº 825987 245 para a marca figurativa “Zumbi” na classe NCL(8) 03	Vigente	até 25/10/2021	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as

			a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marca	Registro nº 825987 253 para a marca figurativa "Zumbi" na classe NCL(8) 04	Vigente até 25/10/2021	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória..	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marca	Registro nº 825987 334 para a marca figurativa "Zumbi" na classe NCL(8) 05	Vigente até 25/10/2021	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marca	Registro nº 825987 342 para a marca figurativa "Zulu" na classe NCL(8) 05	Vigente até 25/10/2021	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas

				pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marca	Registro nº 007056 435 para a marca "Apache" na classe NCL(7) 01	Vigente até 25/01/2030		No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marca	Registro nº 825987 199 para a marca "Apache" na classe NCL(8) 05	Vigente até 28/08/2027		No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marca	Registro nº 825987 318 para a marca "Apache" na classe NCL(8) 03	Vigente até 28/08/2027		No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes,

			ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marca	Registro nº 903943 891 para a marca mista "Bacfree" na classe NCL(9) 35	Vigente até 09/04/2029	Os registros já concedidos podem ser contestados por meio de processos de nulidade ou, ainda, mediante requerimento de caducidade, decorrente da não utilização injustificada da marca ou pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 5 (cinco) anos. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar a violação de seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham êxito. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marca	Registro nº 903944 057 para marca mista "Bacfree" na classe NCL(9) 05	Vigente até 09/04/2029	Os registros já concedidos podem ser contestados por meio de processos de nulidade ou, ainda, mediante requerimento de caducidade, decorrente da não utilização injustificada da marca ou pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 5 (cinco) anos. No âmbito judicial,	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros,

			embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar a violação de seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham êxito. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marca	Registro nº 903944 405 para marca mista "Bacfree" na classe NCL(9) 01	Vigente até 16/04/2029	Os registros já concedidos podem ser contestados por meio de processos de nulidade ou, ainda, mediante requerimento de caducidade, decorrente da não utilização injustificada da marca ou pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 5 (cinco) anos. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar a violação de seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham êxito. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marca	Registro nº 903944 537 para marca "Bacfree" na classe NCL(9) 03	Vigente até 16/04/2029	Os registros já concedidos podem ser contestados por meio de processos de nulidade ou, ainda, mediante requerimento de caducidade, decorrente da não utilização injustificada da marca ou pela utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro, por período igual ou superior a 5 (cinco) anos. No âmbito judicial,	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros,

			embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar a violação de seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham êxito. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marca	Registro nº 824164 733 para a marca "CNA" na classe NCL(7)01	Vigente até 17/04/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marca	Registro nº 824164 741 para marca mista "CNA" na classe NCL(7) 01	Vigente até 17/04/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.

Marca	Registro nº 825987 016 para a marca "CNA" na classe NCL(8) 05	Vigente	até 28/08/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marca	Registro nº 825987 024 para a marca "CNA" na classe NCL(8) 04	Vigente	até 28/08/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marca	Registro nº 825987 075 para marca mista "CNA" na classe NCL(8) 03	Vigente	até 28/08/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as

			a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marca	Registro nº 825987 270 para a marca "CNA" na classe NCL (8) 03	Vigente até 28/08/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marca	Registro nº 825987 288 para marca mista "CNA" na classe NCL(8) 05	Vigente até 28/08/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marca	Registro nº 825987 296 para marca mista "CNA" na classe NCL(8) 04	Vigente até 28/08/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas

			pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marca	Registro nº 826122 914 para a marca "Coper Care" na classe NCL(8) 03	Vigente até 16/03/2030	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marca	Registro nº 007111 290 para a marca "Coperalcool" na classe NCL(7) 01	Vigente até 10/05/2030	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marca	Registro nº 812097 335 para a marca "Coperalcool" na classe 37/80	Vigente até 17/03/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes,

			ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marca	Registro nº 812097 343 para a marca "Coperalcool" na classe 40/15	Vigente até 17/03/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marca	Registro nº 815473 583 para marca mista "Coperalcool" na classe 1/90	Vigente até 23/06/2022	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.

Marca	Registro nº 826122 906 para marca mista "Coperalcool" na classe NCL (8) 03	Vigente até 16/03/2030		No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marca	Registro nº 830962 379 para a marca "Coperalcool" na classe NCL(9)04	Vigente até 21/01/2025		No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marca	Registro nº 903943 840 para marca mista "Coperalcool Bacfree" na classe NCL(9) 35	Vigente até 16/04/2029		No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as

			a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marca	Registro nº 903943 964 para marca mista “Coperalcool Bacfree” na classe NCL(9) 05	Vigente até 04/06/2029	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marca	Registro nº 903944 340 para marca mista “Coperalcool Bacfree” na classe NCL(9) 01	Vigente até 16/04/2029	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marca	Registro nº 903944 510 para marca mista “Coperalcool Bacfree” na classe NCL(9) 03	Vigente até 04/06/2029	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas

			pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marca	Registro nº 821971 000 para marca mista "Coperalcool Gel" na classe NCL(7) 01	Vigente até 29/08/2026	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marca	Registro nº 904029 565 para marca mista "Coperfoods" na classe NCL(9) 35	Vigente até 23/06/2025	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marca	Registro nº 904029 891 para marca mista	Vigente até 26/05/2025	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes,

	“Coperfoods” na classe NCL(9) 29		ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marca	Registro nº 904030598 para marca mista “Coperfoods” na classe NCL(9) 30	Vigente até 26/05/2025	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marca	Registro nº 904030814 para marca mista “Coperfoods” na classe NCL(9) 32	Vigente até 23/05/2025	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.

Marca	Registro nº 904821 641 para marca mista "Coperfoods" na classe NCL(9) 32	Vigente até 09/06/2025	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marca	Registro nº 904821 943 para marca mista "Coperfoods" na classe NCL(10) 30	Vigente até 09/06/2025	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marca	Registro nº 904822 346 para marca mista "Doce Amigo" na classe NCL(10) 03	Vigente até 09/06/2025	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as

			a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marca	Registro nº 904822 419 para marca mista "Doce Amigo" na classe NCL(10) 31	Vigente até 09/06/2025	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marca	Registro nº 823449 696 para a marca "Great Family" na classe NCL(7)03	Vigente até 17/05/2021	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marca	Registro nº 908380 070 para marca mista "MPR" na classe NCL(10) 36	Vigente até 21/03/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas

			pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marca	Registro nº 828607 656 para a marca "MPR" na classe NCL(8) 36	Vigente até 22/05/2022	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marca	Registro nº 825156 327 para marca mista "Multialcool" na classe NCL(08) 03	Vigente até 08/09/2029	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marca	Registro nº 825987 202 para a marca "Pigmeu" na classe NCL(8) 03	Vigente até 28/08/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes,

			ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marca	Registro nº 825987 210 para a marca "Pigmeu" na classe NCL(8) 04	Vigente até 28/08/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marca	Registro nº 825987 229 para a marca "Pigmeu" na classe NCL(8) 05	Vigente até 28/08/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.

Marca	Registro nº 825987 326 para a marca “Pigmeu” na classe NCL(8) 01	Vigente	até 28/08/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marca	Registro nº 007101 007 para a marca “Unialcool” na classe NCL(7) 01	Vigente	até 25/03/2030	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marca	Registro nº 800195 671 para marca mista “Unialcool” na classe 01/90	Vigente	até 21/12/2022	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as

			a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marca	Registro nº 812097 319 para a marca "Unialcool" na classe 37/80	Vigente até 17/03/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marca	Registro nº 812097 327 para a marca "Unialcool" na classe 40/15	Vigente até 17/03/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marca	Registro nº 812156 897 para a marca mista "Unialcool" na classe 37/80	Vigente até 03/05/2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas

			pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marca	Registro nº 812156 900 para marca "Unialcool" na classe 40/15	Vigente até 28/07/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marca	Registro nº 830962 360 para a marca "Unialcool" na classe NCL(9) 04	Vigente até 21/01/2025	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marca	Registro nº 821970 992 para marca mista "Unialcool	Vigente até 31/07/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes,

	Gel” na classe NCL(7) 01		ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marca	Registro nº 823853 160 para marca mista “Ver e Sentir” na classe NCL(7) 03	Vigente até 22/11/2021	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marca	Registro nº 825954 932 para a marca “Zilu” na classe NCL(08) 03	Vigente até 14/08/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.

Marca	Registro nº 200039 466 para a marca "Zulu" na classe NCL(08) 05	Vigente	até 26/01/2022	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marca	Registro nº 750161 132 para a marca "Zulu" na classe NCL(08) 01	Vigente	até 26/01/2022	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marca	Registro nº 750165 340 para a marca "Zulu" na classe 04/10	Vigente	até 27/10/2021	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as

			a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marca	Pedido de Registro nº 825954 959 para a marca "Zulu" na classe NCL(08) 02	N/A	Não aplicável. Trata-se de pedido de registro, que ainda pode ser indeferido pelo INPI. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a Lei nº 9.279/96, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a tem mera expectativa de direito. A Companhia eventual não concessão do registro, acarretaria a impossibilidade de uso exclusivo da marca e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes (inclusive destinados ao ramo da construção). Além disso, terceiros titulares de marcas semelhantes à marca não concedida poderão buscar medidas para impedir seu uso pela Companhia. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marca	Pedido de Registro nº 825954 967 para a marca "Zulu" na classe NCL(8) 30	N/A	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial,	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a tem mera expectativa de direito. A Companhia eventual não concessão do registro, acarretaria a impossibilidade de uso exclusivo da marca e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes (inclusive destinados ao ramo da construção). Além disso, terceiros

			não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	titulares de marcas semelhantes à marca não concedida poderão buscar medidas para impedir seu uso pela Companhia. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marca	Registro nº 825986 990 para marca mista "Zulu" na classe NCL(08) 05	Vigente até 09/06/2029	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marca	Registro nº 825987 008 para marca mista "Zulu" na classe NCL(08) 04	Vigente até 09/06/2029	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido

				demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória..	em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marca	Registro nº 825987 067 para a marca "Zulu" na classe NCL(8) 33	Vigente	até 28/08/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marca	Registro nº 825987 083 para a marca "Zulu" na classe NCL(8) 05	Vigente	até 28/08/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marca	Registro nº 825987 091 para marca mista "Zulu" na classe NCL(8) 01	Vigente	até 28/08/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de

			renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marca	Registro nº 825987 113 para marca mista "Zulu" na classe NCL(8) 03	Vigente até 28/08/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória..	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marca	Registro nº 825987 121 para marca mista "Zulu" na classe NCL(8) 04	Vigente até 09/06/2029	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marca	Registro nº 82598713	Vigente até 09/06/2029	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem

	0 para marca mista "Zulu" na classe NCL(8) 05		através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marca	Registro nº 825987 148 para marca mista "Zulu" na classe NCL(8) 01	Vigente até 28/08/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marca	Registro nº 825987 156 para marca mista "Zulu" na classe NCL(8) 03	Vigente até 28/08/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.

			direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	
Marca	Registro nº 905507 622 para marca mista "Zulu Bacfree" na classe NCL(10) 01	Vigente até 23/07/2029	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marca	Registro nº 905507 720 para marca mista "Zulu Bacfree" na classe NCL(10) 03	Vigente até 10/09/2029	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marca	Registro nº 905507 762 paramarca mista "Zulu Bacfree" na classe NCL(10) 05	Vigente até 10/09/2029	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido

			demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marca	Registro nº 813125 332 para a marca "Zuluzinho" na classe 01/90	Vigente até 03/01/2029	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marca	Registro nº 75016138 8 para aa marca "Zumbi" na classe 04/10	Vigente até 11/10/2023	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marca	Registro nº 750165 359 para a marca "Zumbi" na classe 01/90	Vigente até 22/11/2023	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de

			renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marca	Registro nº 824465 407 para a marca "Zumbi" na classe NCL(8) 03	Vigente até 24/04/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marca	Registro nº 825987 105 para a marca "Zumbi" na classe NCL(8) 05	Vigente até 28/08/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marca	Registro nº 825987 164 para marca	Vigente até 28/08/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem

	mista “Zumbi” na classe NCL(8) 04		através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marca	Registro nº 825987 172 para marca mista “Zumbi” na classe NCL(8) 03	Vigente até 28/08/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marca	Registro nº 825987 180 para a marca mista “Zumbi” na classe NCL(8) 01	Vigente até 28/08/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.

			direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	
Marca	Registro nº 825987 261 para a marca mista "Zumbi" na classe NCL(8) 05	Vigente até 28/08/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marca	Registro nº 810877 171 para marca mista "Da Ilha" na classe 04/10	Vigente até 03/01/2024	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marca	Registro nº 811071 944 para marca mista "Da Ilha" na classe 29/50	Vigente até 22/05/2024	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido

				demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marca	Registro nº 811071 952 para marca mista "Da Ilha" na classe 35/10	Vigente	até 22/05/2024	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marca	Registro nº 811788 261 para marca mista "Da Ilha" na classe 33/20	Vigente	até 13/05/2026	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marca	Registro nº 913989 193 para marca mista "Da Ilha" na classe NCL(11) 03	Vigente	até 19/02/2029	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de

				renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marca	Registro nº 915928 132 para a marca "Da Ilha" na classe NCL(11) 03	Vigente	até 09/07/2029	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marca	Registro nº 915928 337 para a marca "Da Ilha" na classe NCL(11) 04	Vigente	até 09/07/2029	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marca	Registro nº 915928 639 para a marca	Vigente	até 09/07/2029	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem

	"Da Ilha" na classe NCL(11) 05		através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marca	Registro nº 915928 787 para a marca "Da Ilha" na classe NCL(11) 30	Vigente até 30/07/2029	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marca	Registro nº 915928 922 para a marca "Da Ilha" na classe NCL(11) 32	Vigente até 03/09/2029	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.

				direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	
Marca	Registro nº 915929 066 para a marca "Da Ilha" na classe NCL(11) 33	Vigente	até 30/07/2029	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marca	Registro nº 917499 328 para figura e marca "Da Ilha" na classe NCL(11) 05	Vigente	até 03/03/2030	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marca	Registro nº 917499 670 para marca mista "Da Ilha" na classe NCL(11) 03	Vigente	até 11/02/2030	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido

				demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marca	Registro nº 917580 346 para marca mista "Da Ilha" na classe NCL(11) 35	Vigente até 16/06/2030		No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marca	Registro nº 814664 164 para a marca "Da Ilha" na classe NCL(8) 30	Vigente até 26/01/2023		No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marca	Registro nº 813963 699 para marca "Sissi" na classe 04/10	Vigente até 22/08/2029		No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de

			renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Nome de Domínio na Internet	alcoolferreira.com	Vigente até 26/03/2021	A manutenção dos registros de domínio é realizada através do acompanhamento junto ao órgão responsável por meio da Locaweb (empresa responsável pela gestão dos Registros de Domínios para a Internet Nacional e Internacional), e apesar de existir o estrito controle de prazos pela Companhia, a ausência de renovação do registro pode acarretar a disponibilidade do domínio para o público. Ademais, os domínios são passíveis de contestação por detentores de direitos sobre marcas registradas em razão de suposto registro abusivo de nomes de domínios.	O impacto da perda de eventuais domínios não pode ser quantificado. As principais consequências da perda de tais direitos seriam a necessidade de criação de outros domínios e a possibilidade de registro e utilização desses domínios por terceiros concorrentes da Companhia.
Nome de Domínio na Internet	coperfoods.com	Vigente até 02/09/2021	A manutenção dos registros de domínio é realizada através do acompanhamento junto ao órgão responsável o por meio da Locaweb (empresa responsável pela gestão dos Registros de Domínios para a Internet Nacional e Internacional), e apesar de existir o estrito controle de prazos pela Companhia, a ausência de renovação do registro pode acarretar a disponibilidade do domínio para o público. Ademais, os domínios são passíveis de contestação por detentores de direitos sobre marcas registradas em razão de suposto registro abusivo de nomes de domínios.	O impacto da perda de eventuais domínios não pode ser quantificado. As principais consequências da perda de tais direitos seriam a necessidade de criação de outros domínios e a possibilidade de registro e utilização desses domínios por terceiros concorrentes da Companhia.

Nome de Domínio na Internet	distribuicaonacional.com	Vigente até 26/03/2021	A manutenção dos registros de domínio é realizada através do acompanhamento junto ao órgão responsável o por meio da Locaweb (empresa responsável pela gestão dos Registros de Domínios para a Internet Nacional e Internacional), e apesar de existir o estrito controle de prazos pela Companhia, a ausência de renovação do registro pode acarretar a disponibilidade do domínio para o público. Ademais, os domínios são passíveis de contestação por detentores de direitos sobre marcas registradas em razão de suposto registro abusivo de nomes de domínios.	O impacto da perda de eventuais domínios não pode ser quantificado. As principais consequências da perda de tais direitos seriam a necessidade de criação de outros domínios e a possibilidade de registro e utilização desses domínios por terceiros concorrentes da Companhia.
Nome de Domínio na Internet	djpdistribuicao.com	Vigente até 26/03/2021	A manutenção dos registros de domínio é realizada através do acompanhamento junto ao órgão responsável por meio da Locaweb (empresa responsável pela gestão dos Registros de Domínios para a Internet Nacional e Internacional), e apesar de existir o estrito controle de prazos pela Companhia, a ausência de renovação do registro pode acarretar a disponibilidade do domínio para o público. Ademais, os domínios são passíveis de contestação por detentores de direitos sobre marcas registradas em razão de suposto registro abusivo de nomes de domínios.	O impacto da perda de eventuais domínios não pode ser quantificado. As principais consequências da perda de tais direitos seriam a necessidade de criação de outros domínios e a possibilidade de registro e utilização desses domínios por terceiros concorrentes da Companhia.
Nome de Domínio na Internet	kmcomercio.com	Vigente até 26/03/2021	A manutenção dos registros de domínio é realizada através do acompanhamento junto ao órgão responsável por meio da Locaweb (empresa responsável pela gestão dos Registros de Domínios para a Internet Nacional e Internacional), e apesar de existir o estrito controle de prazos pela Companhia, a ausência de renovação do registro pode acarretar a disponibilidade do domínio para o público. Ademais, os domínios são passíveis de	O impacto da perda de eventuais domínios não pode ser quantificado. As principais consequências da perda de tais direitos seriam a necessidade de criação de outros domínios e a possibilidade de registro e utilização desses domínios por terceiros concorrentes da Companhia.

			contestação por detentores de direitos sobre marcas registradas em razão de suposto registro abusivo de nomes de domínios.	
Nome de Domínio na Internet	mprholding.com.br	Vigente até 04/05/2021	A manutenção dos registros de domínio é realizada através do acompanhamento junto ao órgão responsável por meio da Locaweb (empresa responsável pela gestão dos Registros de Domínios para a Internet Nacional e Internacional), e apesar de existir o estrito controle de prazos pela Companhia, a ausência de renovação do registro pode acarretar a disponibilidade do domínio para o público. Ademais, os domínios são passíveis de contestação por detentores de direitos sobre marcas registradas em razão de suposto registro abusivo de nomes de domínios.	O impacto da perda de eventuais domínios não pode ser quantificado. As principais consequências da perda de tais direitos seriam a necessidade de criação de outros domínios e a possibilidade de registro e utilização desses domínios por terceiros concorrentes da Companhia.
Nome de Domínio na Internet	nacionaldistribuicao.com	Vigente até 26/03/2021	A manutenção dos registros de domínio é realizada através do acompanhamento junto ao órgão responsável por meio da Locaweb (empresa responsável pela gestão dos Registros de Domínios para a Internet Nacional e Internacional), e apesar de existir o estrito controle de prazos pela Companhia, a ausência de renovação do registro pode acarretar a disponibilidade do domínio para o público. Ademais, os domínios são passíveis de contestação por detentores de direitos sobre marcas registradas em razão de suposto registro abusivo de nomes de domínios.	O impacto da perda de eventuais domínios não pode ser quantificado. As principais consequências da perda de tais direitos seriam a necessidade de criação de outros domínios e a possibilidade de registro e utilização desses domínios por terceiros concorrentes da Companhia.
Nome de Domínio na Internet	postoalphamax.com	Vigente até 26/03/2021	A manutenção dos registros de domínio é realizada através do acompanhamento junto ao órgão responsável por meio da Locaweb (empresa responsável pela gestão dos Registros de Domínios para a Internet Nacional e Internacional), e apesar de existir o estrito controle de prazos pela Companhia, a ausência de	O impacto da perda de eventuais domínios não pode ser quantificado. As principais consequências da perda de tais direitos seriam a necessidade de criação de outros domínios e a possibilidade de registro e utilização desses domínios por terceiros concorrentes da Companhia.

			renovação do registro pode acarretar a disponibilidade do domínio para o público. Ademais, os domínios são passíveis de contestação por detentores de direitos sobre marcas registradas em razão de suposto registro abusivo de nomes de domínios.	
Nome de Domínio na Internet	postotrespaineiras.com	Vigente até 26/03/2021	A manutenção dos registros de domínio é realizada através do acompanhamento junto ao órgão responsável por meio da Locaweb (empresa responsável pela gestão dos Registros de Domínios para a Internet Nacional e Internacional), e apesar de existir o estrito controle de prazos pela Companhia, a ausência de renovação do registro pode acarretar a disponibilidade do domínio para o público. Ademais, os domínios são passíveis de contestação por detentores de direitos sobre marcas registradas em razão de suposto registro abusivo de nomes de domínios.	O impacto da perda de eventuais domínios não pode ser quantificado. As principais consequências da perda de tais direitos seriam a necessidade de criação de outros domínios e a possibilidade de registro e utilização desses domínios por terceiros concorrentes da Companhia.
Nome de Domínio na Internet	transportesshc.com	Vigente até 26/03/2021	A manutenção dos registros de domínio é realizada através do acompanhamento junto ao órgão responsável por meio da Locaweb (Registros de Domínios para a Internet Nacional e Internacional), e apesar de existir o estrito controle de prazos pela Companhia, a ausência de renovação do registro pode acarretar a disponibilidade do domínio para o público. Ademais, os domínios são passíveis de contestação por detentores de direitos sobre marcas registradas em razão de suposto registro abusivo de nomes de domínios.	O impacto da perda de eventuais domínios não pode ser quantificado. As principais consequências da perda de tais direitos seriam a necessidade de criação de outros domínios e a possibilidade de registro e utilização desses domínios por terceiros concorrentes da Companhia.
Nome de Domínio na Internet	postoalphamax.com.br	Vigente até 15/05/2022	A manutenção dos registros de domínio é realizada através do acompanhamento junto ao Registro.Br por meio da Locaweb (empresa responsável pela gestão dos Registros de Domínios para a Internet Nacional e	O impacto da perda de eventuais domínios não pode ser quantificado. As principais consequências da perda de tais direitos seriam a necessidade de criação de outros domínios e a possibilidade de registro e utilização desses

			Internacional), e apesar de existir o estrito controle de prazos pela Companhia, a ausência de renovação do registro pode acarretar a disponibilidade do domínio para o público. Ademais, os domínios são passíveis de contestação por detentores de direitos sobre marcas registradas em razão de suposto registro abusivo de nomes de domínios.	domínios por terceiros concorrentes da Companhia.
Nome de Domínio na Internet	cna-br.com	Vigente até 04/11/2022	A manutenção dos registros de domínio é realizada através do acompanhamento junto ao órgão responsável por meio da Locaweb (empresa responsável pela gestão dos Registros de Domínios para a Internet Nacional e Internacional), e apesar de existir o estrito controle de prazos pela Companhia, a ausência de renovação do registro pode acarretar a disponibilidade do domínio para o público. Ademais, os domínios são passíveis de contestação por detentores de direitos sobre marcas registradas em razão de suposto registro abusivo de nomes de domínios.	O impacto da perda de eventuais domínios não pode ser quantificado. As principais consequências da perda de tais direitos seriam a necessidade de criação de outros domínios e a possibilidade de registro e utilização desses domínios por terceiros concorrentes da Companhia.
Nome de Domínio na Internet	zulu.com.br	Vigente até 16/02/2022	A manutenção dos registros de domínio é realizada através do acompanhamento junto ao Registro.Br por meio da Locaweb (empresa responsável pela gestão dos Registros de Domínios para a Internet Nacional e Internacional), e apesar de existir o estrito controle de prazos pela Companhia, a ausência de renovação do registro pode acarretar a disponibilidade do domínio para o público. Ademais, os domínios são passíveis de contestação por detentores de direitos sobre marcas registradas em razão de suposto registro abusivo de nomes de domínios.	O impacto da perda de eventuais domínios não pode ser quantificado. As principais consequências da perda de tais direitos seriam a necessidade de criação de outros domínios e a possibilidade de registro e utilização desses domínios por terceiros concorrentes da Companhia.

Nome de Domínio na Internet	cna-br.com.br	Vigente até 21/09/2021	A manutenção dos registros de domínio é realizada através do acompanhamento junto ao Registro.Br por meio da Locaweb (empresa responsável pela gestão dos Registros de Domínios para a Internet Nacional e Internacional), e apesar de existir o estrito controle de prazos pela Companhia, a ausência de renovação do registro pode acarretar a disponibilidade do domínio para o público. Ademais, os domínios são passíveis de contestação por detentores de direitos sobre marcas registradas em razão de suposto registro abusivo de nomes de domínios.	O impacto da perda de eventuais domínios não pode ser quantificado. As principais consequências da perda de tais direitos seriam a necessidade de criação de outros domínios e a possibilidade de registro e utilização desses domínios por terceiros concorrentes da Companhia.
Nome de Domínio na Internet	cna.eco.br	Vigente até 05/09/2022	A manutenção dos registros de domínio é realizada através do acompanhamento junto ao Registro.Br por meio da Locaweb (empresa responsável pela gestão dos Registros de Domínios para a Internet Nacional e Internacional), e apesar de existir o estrito controle de prazos pela Companhia, a ausência de renovação do registro pode acarretar a disponibilidade do domínio para o público. Ademais, os domínios são passíveis de contestação por detentores de direitos sobre marcas registradas em razão de suposto registro abusivo de nomes de domínios.	O impacto da perda de eventuais domínios não pode ser quantificado. As principais consequências da perda de tais direitos seriam a necessidade de criação de outros domínios e a possibilidade de registro e utilização desses domínios por terceiros concorrentes da Companhia.
Nome de Domínio na Internet	zulu.eco.br	Vigente até 05/09/2022	A manutenção dos registros de domínio é realizada através do acompanhamento junto ao Registro.Br por meio da Locaweb (empresa responsável pela gestão dos Registros de Domínios para a Internet Nacional e Internacional), e apesar de existir o estrito controle de prazos pela Companhia, a ausência de renovação do registro pode acarretar a disponibilidade do domínio para o público. Ademais, os domínios são passíveis de	O impacto da perda de eventuais domínios não pode ser quantificado. As principais consequências da perda de tais direitos seriam a necessidade de criação de outros domínios e a possibilidade de registro e utilização desses domínios por terceiros concorrentes da Companhia.

			contestação por detentores de direitos sobre marcas registradas em razão de suposto registro abusivo de nomes de domínios.	
Nome de Domínio na Internet	coperfoods.eco.br	Vigente até 05/09/2022	A manutenção dos registros de domínio é realizada através do acompanhamento junto ao Registro.Br por meio da Locaweb (empresa responsável pela gestão dos Registros de Domínios para a Internet Nacional e Internacional), e apesar de existir o estrito controle de prazos pela Companhia, a ausência de renovação do registro pode acarretar a disponibilidade do domínio para o público. Ademais, os domínios são passíveis de contestação por detentores de direitos sobre marcas registradas em razão de suposto registro abusivo de nomes de domínios.	O impacto da perda de eventuais domínios não pode ser quantificado. As principais consequências da perda de tais direitos seriam a necessidade de criação de outros domínios e a possibilidade de registro e utilização desses domínios por terceiros concorrentes da Companhia.
Nome de Domínio na Internet	mprholding.eco.br	Vigente até 05/09/2022	A manutenção dos registros de domínio é realizada através do acompanhamento junto ao Registro.Br por meio da Locaweb (empresa responsável pela gestão dos Registros de Domínios para a Internet Nacional e Internacional), e apesar de existir o estrito controle de prazos pela Companhia, a ausência de renovação do registro pode acarretar a disponibilidade do domínio para o público. Ademais, os domínios são passíveis de contestação por detentores de direitos sobre marcas registradas em razão de suposto registro abusivo de nomes de domínios.	O impacto da perda de eventuais domínios não pode ser quantificado. As principais consequências da perda de tais direitos seriam a necessidade de criação de outros domínios e a possibilidade de registro e utilização desses domínios por terceiros concorrentes da Companhia.
Nome de Domínio na Internet	zumbi.eco.br	Vigente até 04/11/2022	A manutenção dos registros de domínio é realizada através do acompanhamento junto ao Registro.Br por meio da Locaweb (empresa responsável pela gestão dos Registros de Domínios para a Internet Nacional e Internacional), e apesar de existir o estrito controle de prazos pela Companhia, a ausência de	O impacto da perda de eventuais domínios não pode ser quantificado. As principais consequências da perda de tais direitos seriam a necessidade de criação de outros domínios e a possibilidade de registro e utilização desses domínios por terceiros concorrentes da Companhia.

			renovação do registro pode acarretar a disponibilidade do domínio para o público. Ademais, os domínios são passíveis de contestação por detentores de direitos sobre marcas registradas em razão de suposto registro abusivo de nomes de domínios.	
Nome de Domínio na Internet	zulu.com	Vigente até 04/11/2022	A manutenção dos registros de domínio é realizada através do acompanhamento junto ao órgão responsável por meio da Locaweb (empresa responsável pela gestão dos Registros de Domínios para a Internet Nacional e Internacional), e apesar de existir o estrito controle de prazos pela Companhia, a ausência de renovação do registro pode acarretar a disponibilidade do domínio para o público. Ademais, os domínios são passíveis de contestação por detentores de direitos sobre marcas registradas em razão de suposto registro abusivo de nomes de domínios.	O impacto da perda de eventuais domínios não pode ser quantificado. As principais consequências da perda de tais direitos seriam a necessidade de criação de outros domínios e a possibilidade de registro e utilização desses domínios por terceiros concorrentes da Companhia.
Nome de Domínio na Internet	zumbi.com	Vigente até 04/11/2022	A manutenção dos registros de domínio é realizada através do acompanhamento junto ao órgão responsável por meio da Locaweb (empresa responsável pela gestão dos Registros de Domínios para a Internet Nacional e Internacional), e apesar de existir o estrito controle de prazos pela Companhia, a ausência de renovação do registro pode acarretar a disponibilidade do domínio para o público. Ademais, os domínios são passíveis de contestação por detentores de direitos sobre marcas registradas em razão de suposto registro abusivo de nomes de domínios.	O impacto da perda de eventuais domínios não pode ser quantificado. As principais consequências da perda de tais direitos seriam a necessidade de criação de outros domínios e a possibilidade de registro e utilização desses domínios por terceiros concorrentes da Companhia.
Nome de Domínio na Internet	coperfoods.com.br	Vigente até 17/08/2021	A manutenção dos registros de domínio é realizada através do acompanhamento junto ao Registro.Br por meio da Locaweb (empresa responsável pela gestão dos Registros de	O impacto da perda de eventuais domínios não pode ser quantificado. As principais consequências da perda de tais direitos seriam a necessidade de criação de outros domínios e a

			Domínios para a Internet Nacional e Internacional), e apesar de existir o estrito controle de prazos pela Companhia, a ausência de renovação do registro pode acarretar a disponibilidade do domínio para o público. Ademais, os domínios são passíveis de contestação por detentores de direitos sobre marcas registradas em razão de suposto registro abusivo de nomes de domínios.	possibilidade de registro e utilização desses domínios por terceiros concorrentes da Companhia.
Nome de Domínio na Internet	zumbi.com.br	Vigente até 13/12/2022	A manutenção dos registros de domínio é realizada através do acompanhamento junto ao Registro.Br por meio da Locaweb (empresa responsável pela gestão dos Registros de Domínios para a Internet Nacional e Internacional), e apesar de existir o estrito controle de prazos pela Companhia, a ausência de renovação do registro pode acarretar a disponibilidade do domínio para o público. Ademais, os domínios são passíveis de contestação por detentores de direitos sobre marcas registradas em razão de suposto registro abusivo de nomes de domínios.	O impacto da perda de eventuais domínios não pode ser quantificado. As principais consequências da perda de tais direitos seriam a necessidade de criação de outros domínios e a possibilidade de registro e utilização desses domínios por terceiros concorrentes da Companhia.
Nome de Domínio na Internet	armazem47.com.br	Vigente até 08/11/2022	A manutenção dos registros de domínio é realizada através do acompanhamento junto ao órgão responsável o Registro.br (Registro de Domínios para a Internet no Brasil), e apesar de existir o estrito controle de prazos pela Companhia, a ausência de renovação do registro pode acarretar a disponibilidade do domínio para o público. Ademais, os domínios são passíveis de contestação por detentores de direitos sobre marcas registradas em razão de suposto registro abusivo de nomes de domínios.	O impacto da perda de eventuais domínios não pode ser quantificado. As principais consequências da perda de tais direitos seriam a necessidade de criação de outros domínios e a possibilidade de registro e utilização desses domínios por terceiros concorrentes da Companhia.
Nome de Domínio na Internet	transportesshc.com.br	Vigente até 25/06/2022	A manutenção dos registros de domínio é realizada através do acompanhamento junto ao órgão responsável o Registro.br (Registro de	O impacto da perda de eventuais domínios não pode ser quantificado. As principais consequências da perda de tais direitos seriam a

		Domínios para a Internet no Brasil), e apesar de existir o estrito controle de prazos pela Companhia, a ausência de renovação do registro pode acarretar a disponibilidade do domínio para o público. Ademais, os domínios são passíveis de contestação por detentores de direitos sobre marcas registradas em razão de suposto registro abusivo de nomes de domínios.	necessidade de criação de outros domínios e a possibilidade de registro e utilização desses domínios por terceiros concorrentes da Companhia.
Nome de Domínio na Internet	distribuidoranacional.net.br	Vigente até 25/06/2022	A manutenção dos registros de domínio é realizada através do acompanhamento junto ao órgão responsável o Registro.br (Registro de Domínios para a Internet no Brasil), e apesar de existir o estrito controle de prazos pela Companhia, a ausência de renovação do registro pode acarretar a disponibilidade do domínio para o público. Ademais, os domínios são passíveis de contestação por detentores de direitos sobre marcas registradas em razão de suposto registro abusivo de nomes de domínios.	O impacto da perda de eventuais domínios não pode ser quantificado. As principais consequências da perda de tais direitos seriam a necessidade de criação de outros domínios e a possibilidade de registro e utilização desses domínios por terceiros concorrentes da Companhia.
Nome de Domínio na Internet	kmcomercio.com.br	Vigente até 25/06/2022	A manutenção dos registros de domínio é realizada através do acompanhamento junto ao órgão responsável o Registro.br (Registro de Domínios para a Internet no Brasil), e apesar de existir o estrito controle de prazos pela Companhia, a ausência de renovação do registro pode acarretar a disponibilidade do domínio para o público. Ademais, os domínios são passíveis de contestação por detentores de direitos sobre marcas registradas em razão de suposto registro abusivo de nomes de domínios.	O impacto da perda de eventuais domínios não pode ser quantificado. As principais consequências da perda de tais direitos seriam a necessidade de criação de outros domínios e a possibilidade de registro e utilização desses domínios por terceiros concorrentes da Companhia.
Nome de Domínio na Internet	djpdistribuicao.com.br	Vigente até 25/06/2022	A manutenção dos registros de domínio é realizada através do acompanhamento junto ao órgão responsável o Registro.br (Registro de Domínios para a Internet no Brasil), e apesar de existir o estrito controle de prazos pela Companhia, a ausência de renovação do registro	O impacto da perda de eventuais domínios não pode ser quantificado. As principais consequências da perda de tais direitos seriam a necessidade de criação de outros domínios e a possibilidade de registro e utilização desses

			pode acarretar a disponibilidade do domínio para o público. Ademais, os domínios são passíveis de contestação por detentores de direitos sobre marcas registradas em razão de suposto registro abusivo de nomes de domínios.	domínios por terceiros concorrentes da Companhia.
Nome de Domínio na Internet	itdistribuicao.com.br	Vigente até 20/11/2028	A manutenção dos registros de domínio é realizada através do acompanhamento junto ao órgão responsável o Registro.br (Registro de Domínios para a Internet no Brasil), e apesar de existir o estrito controle de prazos pela Companhia, a ausência de renovação do registro pode acarretar a disponibilidade do domínio para o público. Ademais, os domínios são passíveis de contestação por detentores de direitos sobre marcas registradas em razão de suposto registro abusivo de nomes de domínios.	O impacto da perda de eventuais domínios não pode ser quantificado. As principais consequências da perda de tais direitos seriam a necessidade de criação de outros domínios e a possibilidade de registro e utilização desses domínios por terceiros concorrentes da Companhia.
Nome de Domínio na Internet	ri.cna.ind.br	Vigente até 20/11/2028	A manutenção dos registros de domínio é realizada através do acompanhamento junto ao órgão responsável o Registro.br (Registro de Domínios para a Internet no Brasil), e apesar de existir o estrito controle de prazos pela Companhia, a ausência de renovação do registro pode acarretar a disponibilidade do domínio para o público. Ademais, os domínios são passíveis de contestação por detentores de direitos sobre marcas registradas em razão de suposto registro abusivo de nomes de domínios.	O impacto da perda de eventuais domínios não pode ser quantificado. As principais consequências da perda de tais direitos seriam a necessidade de criação de outros domínios e a possibilidade de registro e utilização desses domínios por terceiros concorrentes da Companhia.
Nome de Domínio na Internet	portal.grupompr.com.br	Vigente até 26/10/2022	A manutenção dos registros de domínio é realizada através do acompanhamento junto ao órgão responsável o Registro.br (Registro de Domínios para a Internet no Brasil), e apesar de existir o estrito controle de prazos pela Companhia, a ausência de renovação do registro pode acarretar a disponibilidade do domínio para o público. Ademais, os domínios são passíveis de contestação por detentores de direitos sobre	O impacto da perda de eventuais domínios não pode ser quantificado. As principais consequências da perda de tais direitos seriam a necessidade de criação de outros domínios e a possibilidade de registro e utilização desses domínios por terceiros concorrentes da Companhia.

			marcas registradas em razão de suposto registro abusivo de nomes de domínios.	
Nome de Domínio na Internet	alcooldailha.com.br	Vigente até 16/04/2030	A manutenção dos registros de domínio é realizada através do acompanhamento junto ao órgão responsável o Registro.br (Registro de Domínios para a Internet no Brasil), e apesar de existir o estrito controle de prazos pela Companhia, a ausência de renovação do registro pode acarretar a disponibilidade do domínio para o público. Ademais, os domínios são passíveis de contestação por detentores de direitos sobre marcas registradas em razão de suposto registro abusivo de nomes de domínios.	O impacto da perda de eventuais domínios não pode ser quantificado. As principais consequências da perda de tais direitos seriam a necessidade de criação de outros domínios e a possibilidade de registro e utilização desses domínios por terceiros concorrentes da Companhia.
Nome de Domínio na Internet	grouempreendimentos.com.br	Vigente até 16/04/2030	A manutenção dos registros de domínio é realizada através do acompanhamento junto ao órgão responsável o Registro.br (Registro de Domínios para a Internet no Brasil), e apesar de existir o estrito controle de prazos pela Companhia, a ausência de renovação do registro pode acarretar a disponibilidade do domínio para o público. Ademais, os domínios são passíveis de contestação por detentores de direitos sobre marcas registradas em razão de suposto registro abusivo de nomes de domínios.	O impacto da perda de eventuais domínios não pode ser quantificado. As principais consequências da perda de tais direitos seriam a necessidade de criação de outros domínios e a possibilidade de registro e utilização desses domínios por terceiros concorrentes da Companhia.
Nome de Domínio na Internet	coperalcoolbacfree.com.br	Vigente até 22/07/2027	A manutenção dos registros de domínio é realizada através do acompanhamento junto ao órgão responsável o Registro.br (Registro de Domínios para a Internet no Brasil), e apesar de existir o estrito controle de prazos pela Companhia, a ausência de renovação do registro pode acarretar a disponibilidade do domínio para o público. Ademais, os domínios são passíveis de contestação por detentores de direitos sobre marcas registradas em razão de suposto registro abusivo de nomes de domínios.	O impacto da perda de eventuais domínios não pode ser quantificado. As principais consequências da perda de tais direitos seriam a necessidade de criação de outros domínios e a possibilidade de registro e utilização desses domínios por terceiros concorrentes da Companhia.

Nome de Domínio na Internet	vinagreen.com.br	Vigente até 13/06/2021	A manutenção dos registros de domínio é realizada através do acompanhamento junto ao órgão responsável o Registro.br (Registro de Domínios para a Internet no Brasil), e apesar de existir o estrito controle de prazos pela Companhia, a ausência de renovação do registro pode acarretar a disponibilidade do domínio para o público. Ademais, os domínios são passíveis de contestação por detentores de direitos sobre marcas registradas em razão de suposto registro abusivo de nomes de domínios.	O impacto da perda de eventuais domínios não pode ser quantificado. As principais consequências da perda de tais direitos seriam a necessidade de criação de outros domínios e a possibilidade de registro e utilização desses domínios por terceiros concorrentes da Companhia.
Nome de Domínio na Internet	grupompr.com.br	Vigente até 09/08/2021	A manutenção dos registros de domínio é realizada através do acompanhamento junto ao órgão responsável o Registro.br (Registro de Domínios para a Internet no Brasil), e apesar de existir o estrito controle de prazos pela Companhia, a ausência de renovação do registro pode acarretar a disponibilidade do domínio para o público. Ademais, os domínios são passíveis de contestação por detentores de direitos sobre marcas registradas em razão de suposto registro abusivo de nomes de domínios.	O impacto da perda de eventuais domínios não pode ser quantificado. As principais consequências da perda de tais direitos seriam a necessidade de criação de outros domínios e a possibilidade de registro e utilização desses domínios por terceiros concorrentes da Companhia.
Nome de Domínio na Internet	alcoolferreira.com.br	Vigente até 19/12/2023	A manutenção dos registros de domínio é realizada através do acompanhamento junto ao órgão responsável o Registro.br (Registro de Domínios para a Internet no Brasil), e apesar de existir o estrito controle de prazos pela Companhia, a ausência de renovação do registro pode acarretar a disponibilidade do domínio para o público. Ademais, os domínios são passíveis de contestação por detentores de direitos sobre marcas registradas em razão de suposto registro abusivo de nomes de domínios.	O impacto da perda de eventuais domínios não pode ser quantificado. As principais consequências da perda de tais direitos seriam a necessidade de criação de outros domínios e a possibilidade de registro e utilização desses domínios por terceiros concorrentes da Companhia.
Nome de Domínio na Internet	cna.ind.br	Vigente até 16/02/2022	A manutenção dos registros de domínio é realizada através do acompanhamento junto ao órgão responsável o Registro.br (Registro de	O impacto da perda de eventuais domínios não pode ser quantificado. As principais consequências da perda de tais direitos seriam a

		Domínios para a Internet no Brasil), e apesar de existir o estrito controle de prazos pela Companhia, a ausência de renovação do registro pode acarretar a disponibilidade do domínio para o público. Ademais, os domínios são passíveis de contestação por detentores de direitos sobre marcas registradas em razão de suposto registro abusivo de nomes de domínios.	necessidade de criação de outros domínios e a possibilidade de registro e utilização desses domínios por terceiros concorrentes da Companhia.
Nome de Domínio na Internet	companhianacionaldealcool.com.br	Vigente até 21/09/2021	A manutenção dos registros de domínio é realizada através do acompanhamento junto ao órgão responsável o Registro.br (Registro de Domínios para a Internet no Brasil), e apesar de existir o estrito controle de prazos pela Companhia, a ausência de renovação do registro pode acarretar a disponibilidade do domínio para o público. Ademais, os domínios são passíveis de contestação por detentores de direitos sobre marcas registradas em razão de suposto registro abusivo de nomes de domínios.	O impacto da perda de eventuais domínios não pode ser quantificado. As principais consequências da perda de tais direitos seriam a necessidade de criação de outros domínios e a possibilidade de registro e utilização desses domínios por terceiros concorrentes da Companhia.
Nome de Domínio na Internet	armazem47.ind.br	Vigente até 08/11/2022	A manutenção dos registros de domínio é realizada através do acompanhamento junto ao órgão responsável o Registro.br (Registro de Domínios para a Internet no Brasil), e apesar de existir o estrito controle de prazos pela Companhia, a ausência de renovação do registro pode acarretar a disponibilidade do domínio para o público. Ademais, os domínios são passíveis de contestação por detentores de direitos sobre marcas registradas em razão de suposto registro abusivo de nomes de domínios.	O impacto da perda de eventuais domínios não pode ser quantificado. As principais consequências da perda de tais direitos seriam a necessidade de criação de outros domínios e a possibilidade de registro e utilização desses domínios por terceiros concorrentes da Companhia.
Nome de Domínio na Internet	bioblend.com.br	Vigente até 14/10/2022	A manutenção dos registros de domínio é realizada através do acompanhamento junto ao órgão responsável o Registro.br (Registro de Domínios para a Internet no Brasil), e apesar de existir o estrito controle de prazos pela Companhia, a ausência de renovação do registro	O impacto da perda de eventuais domínios não pode ser quantificado. As principais consequências da perda de tais direitos seriam a necessidade de criação de outros domínios e a possibilidade de registro e utilização desses

			pode acarretar a disponibilidade do domínio para o público. Ademais, os domínios são passíveis de contestação por detentores de direitos sobre marcas registradas em razão de suposto registro abusivo de nomes de domínios.	domínios por terceiros concorrentes da Companhia.
Nome de Domínio na Internet	ecoblend.com.br	Vigente até 14/10/2022	A manutenção dos registros de domínio é realizada através do acompanhamento junto ao órgão responsável o Registro.br (Registro de Domínios para a Internet no Brasil), e apesar de existir o estrito controle de prazos pela Companhia, a ausência de renovação do registro pode acarretar a disponibilidade do domínio para o público. Ademais, os domínios são passíveis de contestação por detentores de direitos sobre marcas registradas em razão de suposto registro abusivo de nomes de domínios.	O impacto da perda de eventuais domínios não pode ser quantificado. As principais consequências da perda de tais direitos seriam a necessidade de criação de outros domínios e a possibilidade de registro e utilização desses domínios por terceiros concorrentes da Companhia.
Nome de Domínio na Internet	tecnoblend.com.br	Vigente até 14/10/2022	A manutenção dos registros de domínio é realizada através do acompanhamento junto ao órgão responsável o Registro.br (Registro de Domínios para a Internet no Brasil), e apesar de existir o estrito controle de prazos pela Companhia, a ausência de renovação do registro pode acarretar a disponibilidade do domínio para o público. Ademais, os domínios são passíveis de contestação por detentores de direitos sobre marcas registradas em razão de suposto registro abusivo de nomes de domínios.	O impacto da perda de eventuais domínios não pode ser quantificado. As principais consequências da perda de tais direitos seriam a necessidade de criação de outros domínios e a possibilidade de registro e utilização desses domínios por terceiros concorrentes da Companhia.
Nome de Domínio na Internet	alcooldailha.eco.br	Vigente até 12/09/2022	A manutenção dos registros de domínio é realizada através do acompanhamento junto ao órgão responsável o Registro.br (Registro de Domínios para a Internet no Brasil), e apesar de existir o estrito controle de prazos pela Companhia, a ausência de renovação do registro pode acarretar a disponibilidade do domínio para o público. Ademais, os domínios são passíveis de contestação por detentores de direitos sobre	O impacto da perda de eventuais domínios não pode ser quantificado. As principais consequências da perda de tais direitos seriam a necessidade de criação de outros domínios e a possibilidade de registro e utilização desses domínios por terceiros concorrentes da Companhia.

			marcas registradas em razão de suposto registro abusivo de nomes de domínios.	
Nome de Domínio na Internet	alcooldailha.ind.br	Vigente até 12/09/2022	A manutenção dos registros de domínio é realizada através do acompanhamento junto ao órgão responsável o Registro.br (Registro de Domínios para a Internet no Brasil), e apesar de existir o estrito controle de prazos pela Companhia, a ausência de renovação do registro pode acarretar a disponibilidade do domínio para o público. Ademais, os domínios são passíveis de contestação por detentores de direitos sobre marcas registradas em razão de suposto registro abusivo de nomes de domínios.	O impacto da perda de eventuais domínios não pode ser quantificado. As principais consequências da perda de tais direitos seriam a necessidade de criação de outros domínios e a possibilidade de registro e utilização desses domínios por terceiros concorrentes da Companhia.
Nome de Domínio na Internet	alcoolferreira.eco.br	Vigente até 05/09/2022	A manutenção dos registros de domínio é realizada através do acompanhamento junto ao órgão responsável o Registro.br (Registro de Domínios para a Internet no Brasil), e apesar de existir o estrito controle de prazos pela Companhia, a ausência de renovação do registro pode acarretar a disponibilidade do domínio para o público. Ademais, os domínios são passíveis de contestação por detentores de direitos sobre marcas registradas em razão de suposto registro abusivo de nomes de domínios.	O impacto da perda de eventuais domínios não pode ser quantificado. As principais consequências da perda de tais direitos seriam a necessidade de criação de outros domínios e a possibilidade de registro e utilização desses domínios por terceiros concorrentes da Companhia.
Nome de Domínio na Internet	cnalog.com.br	Vigente até 02/08/2021	A manutenção dos registros de domínio é realizada através do acompanhamento junto ao órgão responsável o Registro.br (Registro de Domínios para a Internet no Brasil), e apesar de existir o estrito controle de prazos pela Companhia, a ausência de renovação do registro pode acarretar a disponibilidade do domínio para o público. Ademais, os domínios são passíveis de contestação por detentores de direitos sobre marcas registradas em razão de suposto registro abusivo de nomes de domínios.	O impacto da perda de eventuais domínios não pode ser quantificado. As principais consequências da perda de tais direitos seriam a necessidade de criação de outros domínios e a possibilidade de registro e utilização desses domínios por terceiros concorrentes da Companhia.

Nome de Domínio na Internet	cnalog.ind.br	Vigente até 02/08/2021	A manutenção dos registros de domínio é realizada através do acompanhamento junto ao órgão responsável o Registro.br (Registro de Domínios para a Internet no Brasil), e apesar de existir o estrito controle de prazos pela Companhia, a ausência de renovação do registro pode acarretar a disponibilidade do domínio para o público. Ademais, os domínios são passíveis de contestação por detentores de direitos sobre marcas registradas em razão de suposto registro abusivo de nomes de domínios.	O impacto da perda de eventuais domínios não pode ser quantificado. As principais consequências da perda de tais direitos seriam a necessidade de criação de outros domínios e a possibilidade de registro e utilização desses domínios por terceiros concorrentes da Companhia.
Nome de Domínio na Internet	coperalcool.com.br	Vigente até 02/08/2021	A manutenção dos registros de domínio é realizada através do acompanhamento junto ao órgão responsável o Registro.br (Registro de Domínios para a Internet no Brasil), e apesar de existir o estrito controle de prazos pela Companhia, a ausência de renovação do registro pode acarretar a disponibilidade do domínio para o público. Ademais, os domínios são passíveis de contestação por detentores de direitos sobre marcas registradas em razão de suposto registro abusivo de nomes de domínios.	O impacto da perda de eventuais domínios não pode ser quantificado. As principais consequências da perda de tais direitos seriam a necessidade de criação de outros domínios e a possibilidade de registro e utilização desses domínios por terceiros concorrentes da Companhia.
Nome de Domínio na Internet	coperalcool.eco.br	Vigente até 02/08/2021	A manutenção dos registros de domínio é realizada através do acompanhamento junto ao órgão responsável o Registro.br (Registro de Domínios para a Internet no Brasil), e apesar de existir o estrito controle de prazos pela Companhia, a ausência de renovação do registro pode acarretar a disponibilidade do domínio para o público. Ademais, os domínios são passíveis de contestação por detentores de direitos sobre marcas registradas em razão de suposto registro abusivo de nomes de domínios.	O impacto da perda de eventuais domínios não pode ser quantificado. As principais consequências da perda de tais direitos seriam a necessidade de criação de outros domínios e a possibilidade de registro e utilização desses domínios por terceiros concorrentes da Companhia.
Nome de Domínio na Internet	coperalcool.ind.br	Vigente até 02/08/2021	A manutenção dos registros de domínio é realizada através do acompanhamento junto ao órgão responsável o Registro.br (Registro de	O impacto da perda de eventuais domínios não pode ser quantificado. As principais consequências da perda de tais direitos seriam a

			Domínios para a Internet no Brasil), e apesar de existir o estrito controle de prazos pela Companhia, a ausência de renovação do registro pode acarretar a disponibilidade do domínio para o público. Ademais, os domínios são passíveis de contestação por detentores de direitos sobre marcas registradas em razão de suposto registro abusivo de nomes de domínios.	necessidade de criação de outros domínios e a possibilidade de registro e utilização desses domínios por terceiros concorrentes da Companhia.
Nome de Domínio na Internet	coperfoods.ind.br	Vigente até 17/08/2021	A manutenção dos registros de domínio é realizada através do acompanhamento junto ao órgão responsável o Registro.br (Registro de Domínios para a Internet no Brasil), e apesar de existir o estrito controle de prazos pela Companhia, a ausência de renovação do registro pode acarretar a disponibilidade do domínio para o público. Ademais, os domínios são passíveis de contestação por detentores de direitos sobre marcas registradas em razão de suposto registro abusivo de nomes de domínios.	O impacto da perda de eventuais domínios não pode ser quantificado. As principais consequências da perda de tais direitos seriam a necessidade de criação de outros domínios e a possibilidade de registro e utilização desses domínios por terceiros concorrentes da Companhia.
Nome de Domínio na Internet	limpadeverdade.com.br	Vigente até 20/09/2022	A manutenção dos registros de domínio é realizada através do acompanhamento junto ao órgão responsável o Registro.br (Registro de Domínios para a Internet no Brasil), e apesar de existir o estrito controle de prazos pela Companhia, a ausência de renovação do registro pode acarretar a disponibilidade do domínio para o público. Ademais, os domínios são passíveis de contestação por detentores de direitos sobre marcas registradas em razão de suposto registro abusivo de nomes de domínios.	O impacto da perda de eventuais domínios não pode ser quantificado. As principais consequências da perda de tais direitos seriam a necessidade de criação de outros domínios e a possibilidade de registro e utilização desses domínios por terceiros concorrentes da Companhia.
Nome de Domínio na Internet	produtosdailha.com.br	Vigente até 05/09/2023	A manutenção dos registros de domínio é realizada através do acompanhamento junto ao órgão responsável o Registro.br (Registro de Domínios para a Internet no Brasil), e apesar de existir o estrito controle de prazos pela Companhia, a ausência de renovação do registro	O impacto da perda de eventuais domínios não pode ser quantificado. As principais consequências da perda de tais direitos seriam a necessidade de criação de outros domínios e a possibilidade de registro e utilização desses

pode acarretar a disponibilidade do domínio para o público. Ademais, os domínios são passíveis de contestação por detentores de direitos sobre marcas registradas em razão de suposto registro abusivo de nomes de domínios.

domínios por terceiros concorrentes da Companhia.

9.1 - Bens do ativo não circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Denominação Social	Companhia Nacional de Álcool
CNPJ/ME	60.881.299/0001-62
País sede	Brasil
UF sede	São Paulo
Município sede	Barueri
Atividades desenvolvidas	(i) indústria, comércio e distribuição por atacado e varejo, assim como importação e exportação de (a) álcool, subprodutos, derivados e afins; (b) solventes e derivados ou não do petróleo; (c) produtos para limpeza, como desinfetantes, amaciantes, detergentes, cera etc.; (d) matérias-primas, embalagens e outros artigos plásticos, inclusive para consumo próprio; (e) vinagres e bebidas alcoólicas; (f) produtos químicos, resinas artificiais e sintéticas, tintas, vernizes, borrachas, lacas, acetonas, perfumarias, cosméticos, essências, soda cáustica e desinfetantes; e (g) açúcar; (ii) fabricação e distribuição de produtos farmoquímicos; (iii) comércio atacadista de mercadorias em geral sem predominância de alimentos ou de insumos agropecuários; (iv) comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal; e (v) comércio varejista de produtos saneantes domissanitários, dentre outras atividades.
Participação do Emissor	100% (participação direta)
Tipo sociedade	Controlada
Registro na CVM	Não possui.
Código CVM	Não aplicável
Razões para aquisição ou manutenção da participação	A Companhia Nacional de Álcool é uma subsidiária operacional responsável pelo segmento *Business-to-Consumer* (B2C) da Companhia.
Valor de mercado da participação	Não aplicável
Valor contábil da participação	R$ 112.706.000,00 30/06/2020
Valorização ou desvalorização do valor contábil nos 3 últimos exercícios e no exercício social corrente	30/06/2020: 34,993412% 31/03/2020: 272,324295% 31/03/2019: 21,631590% 31/03/2018: 7,448421%
Valorização ou desvalorização com base em valor de mercado nos 3 últimos exercícios e no exercício social corrente	Não aplicável
Montante de dividendos recebidos nos últimos 3 exercícios e no exercício social corrente	30/06/2020: R$0,00 31/03/2020: R$0,00 31/03/2019: R$417.000,00 31/03/2018: R$497.000,00

Denominação Social	Álcool Ferreira S.A.
CNPJ/ME	61.154.480/0001-30
País sede	Brasil
UF sede	São Paulo

Município sede	Barueri
Atividades desenvolvidas	(i) comércio atacadista de produtos intermediários não agropecuários, comércio e exportação de álcool e açúcar; (ii) produção, destilaria, redestilaria de álcool, produção, industrialização de açúcar, melaço, aguardente, óleo fúsel, produtos alimentícios e químicos em geral; (iii) plantação, cultivo, corte, carregamento e transporte de cana-de-açúcar, por conta própria ou de terceiros, em terras próprias ou arrendadas; (iv) armazenamento de álcool de propriedade de terceiros em suas dependências, assim como sua distribuição; (v) armazenamento, fracionamento, distribuição e transporte de insumos farmacêuticos; e (v) fabricação e distribuição de produtos farmoquímicos, dentre outras atividades.
Participação do Emissor	100% (participação direta)
Tipo sociedade	Controlada
Registro na CVM	Não possui.
Código CVM	Não aplicável
Razões para aquisição ou manutenção da participação	A Álcool Ferreira S.A. é uma subsidiária operacional responsável pelo segmento *Business-to-Business* (B2B) da Companhia.
Valor de mercado da participação	Não aplicável
Valor contábil da participação	R$ 58.460.000,00 30/06/2020
Valorização ou desvalorização do valor contábil nos 3 últimos exercícios e no exercício social corrente	30/06/2020: 72,037315% 31/03/2020: 51,019955% 31/03/2019: 15,283328% 31/03/2018: 20,110769%
Valorização ou desvalorização com base em valor de mercado nos 3 últimos exercícios e no exercício social corrente	Não aplicável
Montante de dividendos recebidos nos últimos 3 exercícios e no exercício social corrente	30/06/2020: R$0,00 31/03/2020: R$0,00 31/03/2019: R$ 352.000,00 31/03/2018: R$ 363.000,00

9.2 - Outras informações relevantes

Informações do item 9.1.c sobre a participação em sociedades

A Companhia é controladora indireta da Da Ilha Comércio de Álcool Ltda. ("Da Ilha"), inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Economia sob o nº 78.700.929/0001-10, que desenvolve atividades na área de (i) fabricação, engarrafamento, envasilhamento, comércio, distribuição e exportação de álcool, querosene, produtos químicos, derivados do petróleo e produtos de higiene e limpeza; (ii) destilaria, engarrafamento, comércio e exportação de vinagre; (iii) envasilhamento, comércio e exportação de água sanitária; (iv) fabricação de plásticos e embalagens; (v) transporte rodoviário de álcool, vinagre, querosene, água sanitária, produtos químicos, derivados do petróleo e produtos de higiene e limpeza; (vi) fabricação de produtos de limpeza e polimento; (vii) comércio atacadista de mercadorias em geral sem predominância de alimentos ou de insumos agropecuários; (viii) comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal; e (ix) comércio varejista de produtos saneantes domissanitários, dentre outras atividades. A Da Ilha possui como sócia a Companhia Nacional de Álcool ("CNA"), subsidiária integral da Companhia, que é detentora de 99,99% de seu capital social e a Companhia, que é detentora de 0,01% de seu capital social.

Com sede no município de Almirante Tamandaré, Paraná, a Da Ilha atua nos segmentos varejo e industrial de produtos à base de álcool, e é detentora de uma marca estratégica para a Companhia. A Companhia optou por não divulgar a sua participação na Da Ilha no item 9.1.c deste Formulário de Referência para evitar um erro de percepção, pelo investidor, de eventual duplicidade nos bens do ativo não circulante relevantes da Companhia, uma vez que o valor contábil das ações da CNA detidas pela Companhia reflete o valor contábil das ações da Da Ilha que são detidas indiretamente pela Companhia.

No que tange ao valor dos respectivos investimentos informados na tabela do item 9.1.c, cabe destacar que a composição em 30 de junho de 2020 é a como segue:

(R$ mil)	**CNA**	**Álcool Ferreira**
Patrimônio líquido na data	81.921	55.063
Ágio	30.785	3.398
Total informado	112.706	58.460

Além do destacado acima, não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item que não tenham sido divulgadas neste Formulário de Referência.

10.1 – Comentários dos Diretores

As informações financeiras incluídas nos itens 10.1 a 10.9 deste Formulário de Referência, devem ser lidas em conjunto com nossas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas e revisadas referentes aos períodos findos em 30 de junho de 2020 e 2019, as quais foram elaboradas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – "*Interim Financial Reporting*", emitida pelo IASB, bem como com nossas demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2020, 2019, 2018, as quais foram elaboradas de acordo com as IFRS, emitidas pelo IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pela CVM.

A análise dos Diretores esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a flutuação nos valores das contas patrimoniais da Companhia constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações financeiras sobre a situação financeira da Companhia. A Administração da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

Neste item são apresentadas, pelo corpo diretivo da Companhia, informações que se destinam à auxiliar investidores e partes interessadas no entendimento e análise das condições financeiras e patrimoniais da Companhia.

Certas tabelas do item 10 deste Formulário de Referência contém os termos "AH" e "AV" que significam "Análise Horizontal" e "Análise Vertical", respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens da mesma rubrica entre um período e o outro. A Análise Vertical representa (i) o percentual ou item de uma linha em relação às receitas líquidas para os períodos aplicáveis para os resultados das nossas operações, ou (ii) em relação do ativo total/passivo e patrimônio líquido nas datas aplicáveis para a demonstração do nosso balanço patrimonial.
Para informações adicionais sobre as alterações das práticas contábeis da Companhia, veja o item 10.4 deste Formulário de Referência.

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia estarão disponíveis no site da Companhia (www.grupompr.com.br/ri) e no site da CVM (www.cvm.gov.br).

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

Visão geral

Os diretores entendem que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais adequadas para implementar o seu plano de negócio e cumprir as suas obrigações de curto e longo prazo, baseada nos seguintes aspectos:

Dívida. A Dívida Líquida Ajustada da Companhia é calculada pela subtração da dívida bruta ajustada (representada pelos empréstimos bancários) e o caixa e equivalentes. A tabela a seguir apresenta a Dívida Líquida da Companhia em 30 de junho de 2020 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2020, 2019 e 2018:

Indicadores financeiros	**Em 30 de junho de**	**Em 31 de março de**		
(R$ mil)	**2020**	**2020**	**2019**	**2018**
Dívida Bruta Ajustada	111.559	101.637	74.003	91.396
Caixas e Equivalentes	38.987	30.490	12.851	25.254
Dívida Líquida Ajustada	72.572	71.147	61.152	66.142

A variação da Dívida Líquida Ajustada da Companhia entre os exercícios analisados decorre da captação líquida de financiamentos realizadas ao longo dos últimos exercícios e de investimentos em ativo imobilizado.

Disponibilidade de caixa. Em 30 de junho de 2020, a Companhia encerrou com caixa de R$38.987 mil, em comparação a R$30.490 mil, R$12.851 mil e R$25.254 mil em 31 de março de 2020, 2019 e 2018 respectivamente. O comportamento da posição de caixa da Companhia foi influenciado, principalmente, pela geração de caixa próprio; pelos investimentos em imobilizado realizados ao longo dos últimos exercícios, sobretudo em maquinário e aprimoramentos nas plantas produtivas para melhor atendimento da demanda pelos nossos produtos; e pela captação líquida de recursos junto a instituições financeiras de primeira linha para financiar suas necessidades de capital.

b. Estrutura de capital

Indicadores Financeiros. A liquidez corrente é calculada com base na divisão entre o Ativo Circulante e o Passivo Circulante. O referido índice relaciona quantos reais a Companhia tem disponível e conversível no curto prazo em dinheiro, com relação às obrigações de mesmo período da Companhia. A variação negativa deste índice, quando comparado entre 30 de junho de 2020 e 31 de março de 2020, deve-se, principalmente, (i) ao provisionamento de imposto de renda e contribuição social no passivo de curto prazo, fruto do expressivo aumento de resultado apurado entre abril e junho de 2020; e (ii) de captações de empréstimo de curto prazo realizado pela Companhia, com o fim de fortalecer o capital de giro frente a alta da demanda pelos produtos da Companhia, conforme tabela abaixo. Esses índices são monitorados pela Companhia para controle do endividamento e dos *covenants* financeiros descritos no item 3.9 deste Formulário de Referência.

Indicadores financeiros	**Em 30 de junho de**	**Em 31 de março de**		
(R$ mil)	**2020**	**2020**	**2019**	**2018**
Ativo Circulante	265.165	166.881	103.155	108.272
Passivo Circulante	214.073	116.250	89.806	77.837
Liquidez corrente	1,24	1,44	1,15	1,39

Os diretores da Companhia entendem que sua atual estrutura de capital, mensurada principalmente pela relação do seu passivo total e seu patrimônio líquido apresenta níveis adequados de alavancagem.

Em 30 de junho de 2020, o patrimônio líquido da Companhia era de R$171.150 mil, comparado a R$117.454 mil em 31 de março de 2020, R$44.794 mil em 31 de março de 2019 e R$37.977 mil em 31 de março de 2018. O aumento do patrimônio líquido de 350,67% em 30 de junho de 2020 quando comparado com 31 de março de 2018 refere-se principalmente (i) ao lucro líquido apurado nos exercícios findos em março de 2019 e 2020, bem como do trimestre encerrado em 30 de junho de 2020; (ii) à cisão da Hypséa Participações S.A., em 31 de dezembro de 2019, a qual teve seu acervo líquido incorporado pelas controladas da Companhia, a Companhia Nacional de Álcool ("CNA") e Álcool Ferreira S.A. ("Álcool Ferreira").

Em 30 de junho de 2020, a estrutura de capital da Companhia era composta por 36.3% de capital próprio (patrimônio líquido) e 63,7% de capital de terceiros (passivo total), enquanto em 31 de março de 2020 era composta por 35,7% de capital próprio e 64,3% de capital de terceiros, em 31 de março de 2019 era composta por 25,5% de capital próprio e 74,5% de capital de terceiros e em 31 de março de 2018 era composta por 20,5% de capital próprio e 79,5% de capital de terceiros, conforme evidenciado pela tabela a seguir:

Indicadores de investimento	Em 30 de junho de		Em 31 de março de					
	2020		**2020**		**2019**		**2018**	
	(R$ mil)	*AV %*	*(R$ mil)*	*AV %*	*(R$ mil)*	*AV %*	*(R$ mil)*	*AV %*
Patrimônio Líquido	171.150	36,3%	117.454	35,7%	44.794	25,5%	37.977	20,5%
Passivo Total	299.798	63,7%	211.790	64,3%	130.539	74,5%	147.017	79,5%
Total	470.948	**100%**	329.244	**100%**	175.333	**100%**	184.994	**100%**

Os diretores da Companhia acompanham constantemente a relação entre capital próprio e capital de terceiros visando a manutenção de uma relação ótima que propicie maior retorno ao capital investido pelos acionistas da Companhia sem depreciação de sua liquidez, buscando assim a sustentabilidade de seu negócio no longo prazo.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os diretores acreditam que a Companhia possui capacidade de pagamento de todos os seus compromissos financeiros de curto e longo prazo. Esta situação pode ser verificada por meio de índices de liquidez corrente.

Em 30 de junho de 2020, o nosso índice de liquidez corrente foi de 1,24.

Em 31 de março de 2020, o nosso índice de liquidez corrente foi de 1,44.

Em 31 de março de 2019, o nosso índice de liquidez corrente foi de 1,15.

Em 31 de março de 2018, o nosso índice de liquidez corrente foi de 1,39.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

No exercício social corrente e nos últimos três exercícios sociais, a Companhia utilizou a geração de caixa operacional e, principalmente, empréstimos contratados junto a instituições financeiras de primeira linha para financiar suas necessidades de capital. Não houve aporte de capital por parte dos acionistas nos exercícios findos em 31 de março de 2020, 2019 e de 2018 e as reestruturações societárias discutidas na nota explicativa 1 de nossas demonstrações financeiras não tiveram impacto direto no caixa da Companhia.

No período de três meses encerrado em 30 de junho de 2020 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2020, 2019 e 2018, as operações da Companhia proporcionaram uma geração de caixa líquido de R$6,5 milhões, R$18,4 milhões, R$18,2 milhões e R$4,0 milhões, respectivamente, enquanto suas atividades de investimento foram responsáveis por uma aplicação de caixa líquido nos mesmos períodos de R$(3,9) milhões, R$(13,0) milhões, R$(11,5) milhões e R$(39,5) milhões.

Para maiores informações sobre o financiamento da Companhia mediante empréstimos junto a instituições financeiras, vide item 10.1.f.(i) abaixo.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Na data deste Formulário de Referência, os diretores da Companhia não vislumbram necessidades de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor. Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência

de liquidez no curto prazo, a Companhia pretende captar recursos junto ao mercado de capitais brasileiro e/ou instituições financeiras.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Em 30 de junho de 2020, o saldo dos empréstimos e financiamentos da Companhia era de R$111,6 milhões (R$101,6 milhões, R$74,0 milhões e R$91,4 milhões em 31 de março de 2020, 2019 e 2018, respectivamente). A Dívida Líquida Ajustada é calculada pela soma dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo circulante e não circulante, deduzidos dos valores registrados como caixa e equivalente de caixa, e totalizou R$72,6 milhões em 30 de junho de 2020 (R$71,1 milhões, R$61,2 milhões e R$66,1 milhões em 31 de março de 2020, 2019 e 2018,

Natureza	**Moeda Original**	**Taxa de Juros**	**Ano de Vencimento**	**Em 30 de junho de**	**Em 31 de março de**		
[R$ / US$ mil]		**x % a.a.**		**2020**	**2020**	**2019**	**2018**
Banco do Brasil	*R$*	CDI+3,70	2020			7.752	11635
Debêntures - Santander	*R$*	CDI+3,70	2020			8.085	12.110
Debêntures - Itaú	*R$*	CDI+3,70	2020			11.890	17.809
Debêntures - Cibrasec	*R$*	CDI+3,50	2021			36.128	42.699
Finame - Itaú	*R$*	9,50	2021		81	212	316
Finame -Volkswagen	*R$*	18,28	2020	81		12	25
Finame -Volkswagen	*R$*	9,50	2020		26	30	59
ACC - Santander	*USD*	4,76	2019			9.894	6.743
Debêntures - True	*R$*	CDI+2,20	2024	13.515	13.535		
Debêntures - True	*R$*	CDI+2,39	2024	46.904	46.975		
CCB - Santander	*R$*	CDI+2,47	2020	12.190	12.029		
PPE - Bradesco*	*USD*	5,66	2022	13.644	13.517		
PPE - Santander*	*USD*	4,81	2022	16.963	15.474		
ACC - Itaú*	*USD*	3,95	2020	8.262			
Dívida Bruta				111.559	101.637	74.003	91.396
Dívida Bruta Ajustada				111.559	101.637	74.003	91.396
Caixa e Equivalente de caixa				38.987	30.490	12.851	25.254
Dívida Líquida Ajustada				**72.572**	**71.147**	**61.152**	**66.142**

respectivamente).

As principais características da Dívida Líquida Ajustada da Companhia, com base em suas demonstrações financeiras consolidadas, estão indicadas na tabela abaixo:

A tabela a seguir evidencia o perfil de amortização dos empréstimos e financiamentos da Companhia em 30 de junho de 2020:

Vencimento						*(R$ Mil)*
2020	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025 em diante**	**Total**
26.804	32.539	26.635	16.507	9.072	0	111.559

i.Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Em 30 de junho de 2020, a Companhia possuía 6 contratos de financiamentos. Os contratos mais relevantes são os seguintes:

- Debêntures – True: com um valor atualizado, em 30 de junho de 2020, de R$60.419 mil, pela CNA, representados pela emissão, em 15 de agosto de 2019, de 60.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, a ser convolada em garantia real, com garantia adicional fidejussória, em duas séries, para colocação privada da CNA, todas com valor nominal unitário de R$1.000,00 e vencimento em 10 de agosto de 2024. As debêntures foram usadas como lastro para a 4ª emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócios (CRAs), em duas séries, da True Securitizadora. Para o cumprimento das obrigações garantidas, foi constituída alienação fiduciária das ações de emissão da Companhia e de titularidade indireta do Fundo de Investimento em Participações Vocatus Multiestrategia e do Fundo de Investimento em Participações Multiestrategia Zulu Corp, representativas de 30% do capital social da Companhia, bem como foi prestada fiança pela Álcool Ferreira, pela Da Ilha Comércio de Álcool Ltda. ("Da Ilha") e pela CNA. A operação conta com "*covenant*" calculado pela divisão Dívida Líquida / EBITDA (i) menor ou igual a 2,25x, para exercício findo em 31 de março de 2020; e (ii) menor ou igual a 2,00x, para o exercício social findo em 31 de março de 2021 e para exercícios sociais até a data de vencimento (mais informações sobre os "*covenants"* no item (iv), abaixo).

- Santander – CCB: com um valor atualizado, em 30 de junho de 2020, de R$12.190 mil, a CNA emitiu uma Cédula de Crédito Bancário – CCB nº 1024116, em 13 de maço de 2020, em favor do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander"), garantido por aval da Companhia, da Álcool Ferreira e da Da Ilha, com vencimento em 18 de setembro de 2020.

- Itaú – ACC: com um valor de U$1.500 mil em 07 de maio de 2020, a CNA contratou com o Itaú Unibanco S.A. operação de adiantamento de contrato câmbio, sem prestação de garantia, com vencimento previsto em 11 de novembro de 2020. Tal valor perfaz o montante de perfazem R$8.262 mil, com base na taxa do dólar divulgada pelo Banco Central do Brasil em 30 de junho de 2020.

- Santander – PPE: com um valor de U$3.000 mil, em 30 de outubro de 2019, a Álcool Ferreira emitiu a Cédula de Crédito Bancário – CCB nº 4130180 em favor do Santander, para pré-pagamento de exportação, com vencimento em 14 de outubro de 2022. Tal valor perfaz o montante de R$16.963 mil, com base na taxa do dólar divulgada pelo Banco Central do Brasil em 30 de junho de 2020. A CCB conta com (i) garantia de cessão fiduciária de duplicatas da Álcool Ferreira, no valor total agregado de R$3.595.140,00, representativo de 30% do valor do principal da CCB; (ii) garantia de cessão fiduciária de um certificado de depósito bancário da Companhia com o Santander, no valor de R$2.000.465,45; e (ii) aval da Companhia, da CNA e da Da Ilha. Nesta Cédula de Crédito Bancário é previsto *convenant* financeiro da seguinte forma: a razão entre dívida financeira líquida e EBITDA deve menor ou igual a (i) 2,5 vezes, para o período de 12 meses encerrado em 31 de março de 2020; e (ii) 2,00 vezes para o período de 12 meses encerrados em 31 de março de 2021 e para os períodos de 12 meses subsequentes encerrados no término dos exercícios sociais da Álcool Ferreira encerrados nos anos subsequentes até sua data de vencimento.

- Bradesco – PPE: com um valor de U$2.600 mil em 16 de maio de 2019, a Álcool Ferreira celebrou um "*Credit Agreement*" com o Banco Bradesco S.A., filial de Ilhas Cayman para pré-pagamento de exportação, com vencimento em 16 de maio de 2021. Tal valor perfaz o montante de R$13.644 mil, com base na taxa do dólar divulgada pelo Banco Central do Brasil em 30 de junho de 2020. Em garantia de pagamento do "*Credit Agreement*", (i) a Álcool Ferreira emitiu uma nota promissória, com aval da Companhia,

da CNA e da Da Ilha; (ii) foi constituída cessão fiduciária de recursos pecuniários depositados em conta corrente de titularidade da Da Ilha; e (iii) foi emitida uma *standby letter of credit* pelo Banco Bradesco S.A. em favor do Banco Bradesco S.A. – filial de Ilhas Cayman.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

No exercício social corrente e nos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2020, 2019 e 2018, a Companhia não possuía quaisquer outras relações de longo prazo com instituições financeiras além daquelas citadas neste Formulário de Referência e em suas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Os contratos de empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis da Companhia são garantidos por meio de diversos instrumentos, incluindo avais das empresas do Grupo, nota promissória e ações e duplicatas em garantia.

Para maiores informações sobre o grau de subordinação do passivo circulante e não circulante da Companhia vide item 3.8 deste Formulário de Referência.

As operações garantidas por alienação fiduciária de bens foram classificadas como sendo de garantia real e estariam excluídas em caso de concurso de credores. As demais obrigações foram classificadas como garantia quirografária e não há subordinação entre elas.

Em caso de eventual concurso de credores, o grau de subordinação entre as dívidas da Companhia e suas subsidiárias deverá seguir a ordem de preferência prevista no artigo 83 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, qual seja, créditos trabalhistas, créditos com garantia real, créditos tributários e créditos quirografários, respectivamente.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Há nos contratos de financiamento da Companhia cláusulas que a sujeitem a condições restritivas, sejam de distribuição de dividendos, juros sobre capital próprio, manutenção de índices financeiros mínimos ou máximos. Alguns contratos preveem como hipótese de vencimento antecipado eventuais mudanças ou transferência do controle acionário da Companhia, bem como sua incorporação, fusão ou cisão. A Companhia cumpre rigorosamente todas as disposições previstas nos contratos financeiros celebrados.

Os *covenants* e demais cláusulas restritivas vinculadas à Companhia estão expostas a seguir:

As debêntures emitidas em 15 de agosto de 2019, tal como apresentando acima, possui o seguinte *covenant* financeiro:

- *Covenant* Financeiro: Dívida Financeira Líquida/EBITDA que deverá ser igual ou inferior a (i) 2,25 vezes, para o período de 12 meses encerrado em 31 de março de 2020; e (ii) 2,00 vezes para o período de 12 meses encerrados em 31 de março de 2021 e para os períodos de 12 meses subsequentes encerrados no término dos exercícios sociais da CNA encerrados nos anos subsequentes até sua data de vencimento.

- Esse *covenant* é calculado anualmente pela CNA com base nas demonstrações financeiras consolidadas, encerradas ao final de cada exercício. Tais demonstrações financeiras são

auditadas por firma de auditoria independente de primeira linha registrada na CVM. Considera-se como:

- Dívida Líquida: significa o valor da Dívida consolidada da CNA menos as disponibilidades de caixa, aplicações financeiras e ativos decorrentes de instrumentos financeiros (derivativos) circulantes e não circulantes;

- Dívida: significa a soma dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos consolidados da CNA incluindo os títulos descontados com regresso, as fianças e avais prestados em benefício de terceiros não integrantes do grupo, arrendamento mercantil/leasing financeiro e os títulos de renda fixa não conversíveis furtos de emissão público ou privada nos mercados local ou internacional. Inclui também os passivos decorrentes de instrumentos financeiros (derivativos).

- EBITDA: significa o resultado consolidado da CNA relativo aos 12 meses anteriores à data de apuração, antes do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, das despesas com juros, da depreciação e amortização, do resultado financeiro, do resultado não operacional, da equivalência patrimonial e da participação de acionistas minoritários. Para o cálculo do EBITDA devem ser desconsideradas despesas não recorrentes relativas a (i) custo de transação de aquisição de participações societárias, tais como despesas com assessores jurídicos e consultorias (ii) custos de transação de emissão de títulos de dívidas, tais como notas promissórias, debêntures e certificados de recebíveis do agronegócio, cuja emissão não tenha ocorrido, incluindo comissionamentos, honorários, despesas e qualquer tipo de dispêndio com todo e qualquer prestador de serviço contratado nesse sentido, incluindo, dentre outros mas não se limitando a advogados, agente fiduciário e instituições financeiras. Para o cálculo da Dívida Líquida/EBITDA deverão ser consideradas quaisquer aquisições de sociedades, ativos, linhas de negócios, divisão de qualquer empresa pertencente ao negócio de álcool, incluindo qualquer aquisição feita durante o exercício fiscal em referência, desde sua respectiva data de aquisição.

Caso a CNA altere a data de término de seu exercício social, atualmente encerrado em 31 de março de cada ano, para que ele coincida com o encerramento do ano calendário (31 de dezembro), as medições de Dívida Líquida e EBITDA acima passarão a ser realizadas em 31 de dezembro de cada ano, considerando-se os 12 meses anteriores à data de apuração do Índice Financeiro.

A Cédula de Crédito Bancário nº 4130180 emitida pela Álcool Ferreira em favor do Santander para pré-pagamento de exportação, tal como apresentando acima, possui o seguinte *covenant* financeiro:

- *Covenant* Financeiro: razão entre Dívida Financeira Líquida e EBITDA ajustado que deverá ser igual ou inferior a (i) 2,5 vezes, para o período de 12 meses encerrado em 31 de março de 2020; e (ii) 2,00 vezes para o período de 12 meses encerrados em 31 de março de 2021 e para os períodos de 12 meses subsequentes encerrados no término dos exercícios sociais da Álcool Ferreira encerrados nos anos subsequentes até sua data de vencimento.

g. Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

A Companhia não possui, no exercício social corrente e nos três últimos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2020, 2019 e 2018, quaisquer empréstimos e financiamentos com limites de utilização disponíveis para utilização.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As informações financeiras contidas e analisadas a seguir são derivadas das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2020, 2019 e 2018 e às informações financeiras trimestrais consolidadas da Companhia relativas aos períodos de três meses encerrado em 30 de junho de 2020 e 2019, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com o IFRS.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

Apresentamos a seguir as explicações das principais variações ocorridas e as explicações sobre o resultado da Companhia, a partir das suas demonstrações financeiras:

DISCUSSÃO DAS PRINCIPAIS VARIAÇÕES NAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES ENCERRADOS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E 30 DE JUNHO DE 2019

Demonstração do Resultado	**Período de três meses encerrado em 30 de junho de**				**Variação 2020 x 2019**
	2020		**2019**		
	(R$ mil)	(%)	(R$ mil)	(%)	(%)
Receita líquida	274.948	100,0%	67.449	100,0%	307,6%
Custo de vendas	(139.760)	-50,8%	(44.837)	-66,5%	211,7%
Lucro bruto	**135.188**	**49,2%**	**22.612**	**33,5%**	**497,9%**
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Despesas com vendas	(37.596)	-13,7%	(13.069)	-19,4%	187,7%
Despesas Administrativas	(12.229)	-4,4%	(7.531)	-11,2%	62,4%
Outras receitas e despesas, líquidas	1.734	0,6%	2.216	3,3%	-21,8%
Lucro operacional antes do resultado financeiro	**87.097**	**31,7%**	**4.228**	**6,3%**	**1.960,0%**
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO					
Receitas financeiras	2.573	0,9%	1.105	1,6%	132,9%
Despesas financeiras	(5.122)	-1,9%	(2.462)	-3,7%	108,0%
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**84.548**	**30,8%**	**2.871**	**4,3%**	**2.844,9%**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Corrente	(31.962)	-11,6%	(664)	-0,1%	4.7138,6%
Diferido	(1.110)	-0,4%	-	-	100%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	**53.696**	**19,5%**	**2.207**	**3,3%**	**2.333,0%**

Receita líquida de vendas de mercadorias

A receita líquida de vendas, conforme o quadro acima, totalizou R$274.948 mil no período de três meses encerrado em 30 de junho de 2020, representando um aumento de R$207.499 mil, ou 307,6%, quando comparado ao mesmo período de três meses encerrado em 30 de junho 2019, quando totalizou R$67.449 mil, em razão, principalmente, da crescente demanda no mercado doméstico e internacional por produtos à base de álcool, os quais compõem o portfólio da Companhia e, dado o contexto apresentado pela pandemia COVID-19, foram amplamente recomendados por autoridades sanitárias para higienização pessoal e de ambientes. Tal dinâmica foi observada tanto no segmento do varejo, com o incremento da venda de produtos de limpeza e de higiene, em particular do álcool em gel (R$93,2 milhões ou +1.139,0%) e do álcool líquido engarrafado (R$66,6 milhões ou +309,0%); como no segmento industrial, onde o etanol é utilizado, dentre outros motivos, como insumo para fabricação de outros produtos. Para o segmento industrial, destaca-se o aumento de vendas do etanol extra-neutro, com aumento de R$36,2 milhões ou 376,0% frente ao trimestre encerrado em 30 de junho de 2019, especialmente pelo aumento da demanda internacional pelo produto. O etanol extra-neutro é regularmente usado como matéria-prima do álcool higienizador de mãos, produto altamente demandado no período em razão da COVID-19.

Custos dos produtos vendidos

Os custos dos produtos vendidos tiveram aumento de R$94.923 mil, ou 211,7%, no período de três meses encerrado em 30 de junho de 2020, quando totalizou R$139.760 mil, comparado ao mesmo período de três meses encerrado em 30 de junho 2019, que totalizou R$44.837 mil. Este aumento é atribuído, sobretudo, aos maiores patamares de venda de produtos da Companhia. Sua representatividade em relação a receita líquida reduziu em 15,6 %, uma vez que se verificou um custo de vendas de 50,8% da receita líquida para o período de três meses encerrado em 30 de junho de 2020 enquanto que para o mesmo período de três meses encerrado em 30 de junho de 2019 os custos representavam 66,5% da receita líquida. Tal fator deveu-se principalmente à mudança relevante no mix de vendas da Companhia, com crescimento de 23,5 % de participação do álcool gel higienizador de mãos na receita líquida, produto de maior valor agregado quando comparado à média do portfólio.

Despesas com vendas

As despesas com vendas tiveram aumento de R$24.527 mil, ou 187,7%, no período de três meses encerrado em 30 de junho de 2020, quando totalizou R$37.596 mil, comparado ao mesmo período de três meses encerrado em 30 de junho 2019, que totalizou R$13.069 mil, em razão, sobretudo, do incremento nas despesas variáveis de vendas as quais estão diretamente associadas ao aumento da receita líquida verificado no período. Em particular, destacam-se o incremento das despesas com logística, que aumentaram aproximadamente R$12,5 milhões, em especial, a contratação de frete de terceiros; as despesas com exportação e importação, que tiveram um incremento de R$1,9 milhões; os descontos comerciais pontuais e contratuais que a Companhia incorre junto a seus clientes no segmento do varejo, que aumentaram na ordem de R$5,1 milhões; e das despesas com comerciais variáveis, em cerca de R$3,9 milhões. Vale destacar ainda que a Companhia empenhou esforços crescentes em iniciativas de marketing em 2020, as quais tiveram aumento de R$1,0 milhão quando comparados aos valores incorridos no trimestre encerrado em 30 de junho de 2019.

Despesas administrativas

As despesas administrativas apresentaram um aumento de R$4.698 mil, ou 62,4%, no período de três meses encerrado em 30 de junho de 2020, quando totalizou R$12.229, comparado ao mesmo período de três meses encerrado em 30 de junho 2019, que totalizou R$7.531 mil. Este aumento é atribuído, sobretudo, ao incremento de despesas com o centro de serviços compartilhado da

Companhia, da ordem de R$1,1 milhão (conforme detalhado na nota explicativa 7 das Informações Trimestrais da Companhia); ao aumento das despesas de depreciação e amortização, em R$1,7 milhão, em particular, associado às movimentações ocorridas no intangível no exercício findo em 31 de março de 2020 (mais detalhes nos comentários acerca das variações do balanço patrimonial); e ao aumento de despesas com pessoal, de R$1,2 milhão.

Receitas Financeiras

A receita financeira apresentou um aumento de R$1.468 mil, ou 132,9%, no período de três meses encerrado em 30 de junho de 2020, quando totalizou R$2.573 mil, comparado ao mesmo período de três meses encerrado em 30 de junho 2019, que totalizou R$1.105 mil, em razão da variação cambial verificada no período, que impactou positivamente o resultado em R$1,4 milhão, uma vez que a Companhia exporta parte de sua produção e possui, assim, contas a receber denominado em dólares norte-americanos.

Despesas Financeiras

As despesas financeiras tiveram aumento de R$2.660 mil, ou 108,0%, no período de três meses encerrado em 30 de junho de 2020, quando totalizou R$5.122 mil, comparado ao mesmo período de três meses encerrado em 30 de junho 2019, que totalizou R$2.462 mil, em razão da variação cambial de R$2,8 milhões incidente sobre a nossa parcela consolidada da dívida denominada em dólares norte-americanos (contratos de Pré-Pagamento de Exportação e Adiantamento de Contrato de Câmbio).

Lucro Líquido do Período

Em razão dos fatores acima elencados, o lucro líquido da Companhia totalizou R$53.696 mil no período de três meses encerrado em 30 de junho de 2020, um incremento de R$51.489 mil quando comparado aos R$2.207 mil nessa rubrica no mesmo período de três meses encerrado em 30 de junho 2019.

DISCUSSÃO DAS PRINCIPAIS VARIAÇÕES NAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO PARA O EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE MARÇO DE 2020 E O EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE MARÇO DE 2019

Demonstração do Resultado	**31 de março de**				**Variação 2020 x 2019**
	2020		**2019**		
	(R$ mil)	(%)	(R$ mil)	(%)	(%)
Receita líquida	327.313	100,0%	300.298	100,0%	9,0%
Custo de vendas	(215.995)	-66,0%	(198.285)	-66,0%	8,9%
Lucro bruto	**111.318**	**34,0%**	**102.013**	**34,0%**	**9,1%**
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Despesas com vendas	(58.628)	-17,9%	(60.152)	-20,0%	-2,5%
Despesas administrativas	(28.114)	-8,6%	(22.650)	-7,5%	24,1%
Outras receitas e despesas, líquidas	6.031	1,8%	1.517	0,5%	297,6%
Lucro operacional antes do resultado financeiro	**30.607**	**9,4%**	**20.728**	**6,9%**	**47,7%**
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO					
Receitas financeiras	6.104	1,9%	4.662	1,6%	30,9%
Despesas financeiras	(20.026)	-6,1%	(13.971)	-4,7%	43,3%
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**16.685**	**5,1%**	**11.419**	**3,8%**	**46,1%**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Corrente	(6.443)	-2,0%	(3.565)	-1,2%	80,7%
Diferido	1.205	0,4%	(113)	-	-1.166,4%
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**11.447**	**3,5%**	**7.741**	**2,6%**	**47,9%**

Receita líquida de venda de mercadorias

A receita líquida de venda de mercadorias, conforme o quadro acima, totalizou R$327.313 mil no exercício social encerrado em 31 de março de 2020, representando um aumento de R$27.015 mil, ou 9,0%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de março de 2019, quando totalizou R$300.298 mil. Este aumento foi ocasionado, majoritariamente, pela crescente demanda no mercado doméstico e internacional por produtos à base de álcool, os quais compõem o portfólio da Companhia e já refletem os impactos do aumento de consumo dos mesmos por conta do avanço da pandemia COVID-19 desde o final de fevereiro de 2020. Tal dinâmica foi observada tanto no segmento do varejo, com o incremento da venda de produtos de limpeza e cosméticos, em particular do álcool em gel com aumento de +75,0% ou R$27,3 milhões; como no segmento industrial, com destaque para o aumento de vendas do etanol extra-neutro, com aumento de R$6,7 milhões ou 15,5% frente ao exercício social findo em 31 de março de 2019.

Custo de vendas

Os custos de vendas, conforme o quadro acima, totalizaram R$215.995 mil no exercício social encerrado em 31 de março de 2020, representando um aumento de R$17.710 mil, ou 8,9% quando comparado ao exercício social findo em 31 de março de 2019, quando totalizou R$198.285 mil, compatível com o aumento da receita observado.

Despesas com vendas

As despesas com vendas, conforme o quadro acima, totalizaram R$58.628 mil no exercício social encerrado em 31 de março de 2020, representando uma redução de R$1.524 mil, ou (2,5)%, quando comparado ao exercício social findo em 31 de março de 2019, quando totalizou R$60.152 mil. Esta redução é atribuída, sobretudo a redução de despesas com marketing de R$1,4 milhões; e à diminuição do montante de comissões pagas à representantes comerciais, no valor de R$0,8 milhão.

Despesas Administrativas

As despesas administrativas, conforme o quadro acima, totalizaram R$ 28.114 mil no exercício social encerrado em 31 de março de 2020, representando um aumento de R$5.464 mil, ou 24,1%, quando comparado ao exercício social findo em 31 de março de 2019, quando totalizou R$22.650 mil, em razão, principalmente, pelos seguintes fatores: incremento em despesas com pessoal, totalizando R$1,9 milhão; e às despesas de amortização, que tiveram o acréscimo de valores relacionados à adoção do IFRS 16 pela Companhia, com um impacto da ordem de R$1,2 milhão, e às movimentações incorridas na conta de intangível, que tiveram contrapartidas em resultado de R$1,9 milhão adicional (mais detalhes nos comentários acerca das variações verificadas no balanço patrimonial no período).

Outras Receitas e Despesas

As outras receitas e despesas, conforme o quadro acima ilustra, totalizaram R$6.031 mil no exercício social encerrado em 31 de março de 2020, representando um aumento de R$ 4.514 mil, ou 297,6%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de março de 2019, quando totalizou R$1.517 mil, em razão, principalmente, pelos seguintes fatores: (i) determinadas recuperações de créditos fiscais, que incrementaram em R$2,7 milhão o resultado do exercício, substancialmente representado por créditos oriundos de processo de reembolso e compensação de PIS e COFINS pagos a maior em exercícios anteriores; e (ii) de outras recuperações com perdas de ativos da ordem de R$1,7 milhões.

Receitas financeiras

As receitas financeiras, conforme apontado no quadro acima, totalizaram R$6.104 mil no exercício social encerrado em 31 de março de 2020, representando um aumento de R$1.442 mil, ou 30,9%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de março de 2019, quando totalizou R$4.662 mil em razão, sobretudo, da variação cambial de R$1,0 milhão oriunda de nosso contas a receber denominado em dólares norte-americanos, dado que parte das vendas são direcionadas para exportação.

Despesas financeiras

As despesas financeiras, conforme o quadro acima, totalizaram R$20.026 mil no exercício social encerrado em 31 de março de 2020, representando um aumento de R$6.055 mil, ou 43,3%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de março de 2019, quando totalizou R$13.971 mil. Este aumento é resultado sobretudo do efeito variação cambial sobre os empréstimos em dólar que a Companhia realizou ao longo desse exercício, o que ocasionou um aumento da ordem de R$5,6 milhões.

Lucro Líquido do Exercício

Em razão dos fatores acima elencados, o lucro líquido da Companhia totalizou R$11.447 mil no período de três meses encerrado em 31 de março de 2020, um incremento de R$3.706 mil quando comparado aos R$7.741 mil nessa rubrica no exercício encerrado em 31 de março 2019.

DISCUSSÃO DAS PRINCIPAIS VARIAÇÕES NAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO PARA O EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE MARÇO DE 2019 E O EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE MARÇO DE 2018

	31 de março de				
Demonstração do Resultado	**2019**		**2018**		**Variação 2019 x 2018**
	(R$ mil)	(%)	(R$ mil)	(%)	(%)
Receita líquida	300.298	100,0%	275.483	100,0%	9,0%
Custo de vendas	(198.285)	-66,0%	(186.145)	-67,6%	6,5%
Lucro bruto	**102.013**	**34,0%**	**89.338**	**32,4%**	**14,2%**
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Despesas com vendas	(60.152)	-20,0%	(45.060)	-16,4%	33,5%
Despesas administrativas	(22.650)	-7,5%	(21.378)	-7,8%	6,0%
Outras receitas e despesas, líquidas	1.517	0,5%	(699)	-0,3%	-317,0%
Lucro operacional antes do resultado financeiro	**20.728**	**6,9%**	**22.201**	**8,1%**	**-6,6%**
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO					
Receitas financeiras	4.662	1,6%	3.384	1,2%	37,8%
Despesas financeiras	(13.971)	4,7%	(11.543)	-4,2%	21,0%
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**11.419**	**3,8%**	**14.042**	**5,1%**	**-18,7%**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Corrente	(3.565)	-1,2%	(5.405)	-2,0%	-34,0%
Diferido	(113)	-	18	-	-727,8%
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**7.741**	**2,6%**	**8.655**	**3,1%**	**-10,6%**

Receita líquida de venda de mercadorias

A receita líquida, conforme o quadro acima, totalizou R$300.298 mil no exercício social encerrado em 31 de março de 2019, representando um aumento de R$ 24.815 mil, ou 9,0%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de março de 2018, quando totalizou R$275.483 mil, em razão, principalmente, dos seguintes fatores: (i) crescimento do faturamento de exportação do álcool extra neutro orgânico, responsável por R$10,5 milhões do incremento da receita líquida; e (ii) da incorporação de 12 meses de resultados das vendas da Da Ilha Comercio de Álcool Ltda. no exercício findo em 31 de março de 2019 quando comparados com os 8 meses no exercício findo em 31 de março de 2018 (empresa adquirida em agosto de 2017).

As categorias de produtos que mais cresceram entre esses dois exercícios, tanto por efeito dessa aquisição como pelos esforços de vendas, foram as de água sanitária, com um incremento de R$7,3 milhões; de álcool em gel, com um aumento de R$6,6 milhões; e de álcool líquido engarrafado, que acrescentaram R$4,4 milhões nessa rubrica.

Custo de vendas

Os custos de vendas, conforme o quadro acima, totalizaram R$198.285 mil no exercício social encerrado em 31 de março de 2019, representando uma redução de R$12.140 mil, ou 6,5%, quando comparado ao exercício social findo em 31 de março de 2018, quando totalizou R$186.145 mil. Esta redução foi ocasionada, principalmente, pelo fato de o segmento industrial ter obtido margens operacionais de 3,0% acima das verificadas no exercício findo em março de 2018. Tal incremento de margem está sobretudo relacionado a um incremento de 40,1% nos volumes exportados que, por sua vez, tem cerca de 20,5% acima da média obtida por esse segmento no exercício findo em março de 2019.

Despesas com vendas

As despesas com vendas conforme o quadro acima, totalizaram R$60.152 mil no exercício social encerrado em 31 de março de 2019, representando um aumento de R$15.092 mil, ou 33,5%, quando comparado ao exercício social findo em 31 de março de 2018, quando totalizou R$45.060 mil. Este aumento é atribuído, sobretudo, (i) às despesas variáveis de logística, que incrementaram R$10,8 milhões em relação ao exercício findo em 2018 e (ii) aos descontos comerciais para clientes do varejo, que aumentaram R$1,9 milhões. Vale destacar que os custos logísticos da Companhia foram afetados especialmente pela greve geral de caminhoneiros que atingiu o Brasil em maio de 2018.

Despesas administrativas

As despesas administrativas, conforme o quadro acima, totalizaram R$22.650 mil no exercício social encerrado em 31 de março de 2019, representando aumento de R$1.272 mil, ou 6,0%, quando comparado ao exercício social findo em 31 de março de 2018, quando totalizou R$21.378 mil. Este aumento é atribuído, sobretudo às despesas com pessoal, que incrementaram R$1,4 milhão em relação ao exercício findo em 2018 (conforme detalhado na nota explicativa 7 das Demonstrações Financeiras da Companhia).

Outras Receitas e Despesas

As outras receitas líquidas, conforme o quadro acima, totalizaram R$1,5 milhão no exercício social encerrado em 31 de março de 2020, representando aumento de R$2,2 milhões, ou 317%, quando comparado ao exercício social findo em 31 de março de 2018, quando totalizou R$(0,7) milhões. Tal diferença entre esses períodos é resultado, sobretudo, de perdas de créditos com terceiros da ordem de R$1,6 milhões que foram reconhecidas no exercício encerrado em 31 março de 2018.

Receitas financeiras

As receitas financeiras, conforme o quadro acima, totalizaram R$4.662 mil no exercício social encerrado em 31 de março de 2019, representando aumento de R$1.278 mil, ou 37,8%, quando comparado ao exercício social findo em 31 de março de 2018, quando totalizou R$3.384 mil. Tal acréscimo é representado, sobretudo, pela variação cambial adicional de R$1,0 milhão oriunda de nosso contas a receber denominado em moeda estrangeira fruto de nossas exportações.

Despesas financeiras

As despesas financeiras, conforme o quadro acima, totalizaram R$13.971 mil no exercício social encerrado em 31 de março de 2019, representando aumento de R$2.428 mil, ou 21,0%, quando comparado ao exercício social findo em 31 de março de 2018, quando totalizou R$11.543 mil. Este aumento é resultado, sobretudo, do efeito da variação cambial sobre os empréstimos denominados em dólares norte-americanos que a Companhia realizou ao longo desse exercício, o que ocasionou um aumento da ordem de R$$3,4 milhões parcialmente compensado pela redução das despesas de juros sobre financiamento, que reduziram em R$1,1 milhão.

Lucro Líquido do Exercício

Em razão dos fatores acima elencados, o lucro líquido da Companhia totalizou R$7.741 mil no exercício encerrado em 31 de março de 2019, comparado a um lucro líquido de R$8.655 mil no exercício encerrado em 31 de março de 2018.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Apresentamos a seguir as explicações das principais variações ocorridas e as explicações sobre o balanço patrimonial da Companhia, a partir de suas demonstrações financeiras:

COMPARAÇÃO ENTRE AS POSIÇÕES NO BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2020 E EM 31 DE MARÇO DE 2020

	30 de junho de		**31 de março de**		
Balanços patrimoniais	**2020**	**Análise Vertical**	**2020**	**Análise Vertical**	**Variação 2020 x 2020**
	(R$ mil)	(%)	(R$ mil)	(R$ mil)	(%)
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	38.987	8,3%	30.490	9,3%	27,9%
Contas a receber de clientes	120.619	25,6%	80.024	24,3%	50,7%
Estoques	47.282	10,0%	19.878	6,0%	137,9%
Impostos a recuperar	45.589	9,7%	29.716	9,0%	53,4%
Adiantamento fornecedores	8.870	1,9%	2.186	0,7%	305,8%
Outros créditos	3.818	0,8%	4.587	1,4%	-16,8%
Total do ativo circulante	**265.165**	**56,3%**	**166.881**	**50,7%**	**58,9%**
Não circulante					
Outros créditos	1.182	0,3%	1.311	0,4%	-9,8%
Impostos a recuperar	42.340	9,0%	1.391	0,4%	2943,9%
Imposto de renda e contribuição social diferido	2.634	0,6%	1.483	0,5%	77,6%
Imobilizado	43.591	9,3%	39.219	11,9%	11,1%
Intangível	94.072	20,0%	95.714	29,1%	-1,7%
Direito de Uso	21.964	4,7%	23.245	7,1%	-5,5%
Total do ativo não circulante	**205.783**	**43,7%**	**162.363**	**49,3%**	**26,7%**
Total do ativo	**470.948**	**100,0%**	**329.244**	**100,0%**	**43,0%**

Balanços patrimoniais	30 de junho de 2020 (R$ mil)	Análise Vertical (%)	31 de março de 2020 (R$ mil)	Análise Vertical (%)	Variação 2020 x 2020 (%)
Passivo Circulante					
Fornecedores	99.108	21,0%	59.467	18,1%	66,7%
Empréstimos e financiamentos	43.376	9,2%	25.402	7,7%	70,8%
Obrigações Tributárias	4.612	1,0%	4.312	1,3%	7,0%
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	8.436	1,8%	2.997	0,9%	181,5%
Dividendos a pagar	1.498	0,3%	1.498	0,5%	0%
Provisão para imposto de renda e contribuição social	36.473	7,7%	5.342	1,6%	582,8%
Outras obrigações	15.879	3,4%	12.559	3,8%	26,4%
Arrendamento mercantil a pagar	4.691	1,0%	4.673	1,4%	0,4%
Total do passivo circulante	**214.073**	**45,5%**	**116.250**	**35,3%**	**84,1%**
Não Circulante					
Empréstimos e financiamentos	68.183	14,5%	76.235	23,2%	-10,6%
Obrigações tributárias	203	0,0%	203	0,1%	0,0%
Outras Obrigações	2.262	0,5%	2.199	0,7%	2,9%
Provisão para riscos	252	0,1%	252	0,1%	0,0%
Arrendamento mercantil a pagar	14.825	3,1%	16.651	5,1%	-11,0%
Total do passivo não circulante	**85.725**	**18,2%**	**95.540**	**29,0%**	**-10,3%**
Patrimônio líquido					
Capital social	60.000	12,7%	60.000	18,2%	0,0%
Reservas de capital	32.401	6,9%	32.401	9,8%	0,0%
Reserva de reavaliação	122	0,0%	141	0,0%	-13,5%
Reservas de lucros	1.531	0,3%	1.531	0,5%	0,0%
Dividendo adicional proposto	23.381	5,0%	23.381	7,1%	0,0%
Lucro remanescente do período	53.715	11,4%	-	-	-
Total do patrimônio líquido	**171.150**	**36,3%**	**117.454**	**35,7%**	**45,7%**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**470.948**	**100,0%**	**329.244**	**100,0%**	**43,0%**

Ativo Circulante

O ativo circulante da Companhia aumentou 58,9% ou R$98,3 milhões, passando para R$265,2 milhões em 30 de junho de 2020 contra os R$166,9 milhões em 31 de março de 2020. Esse aumento é devido, principalmente, pelos seguintes motivos (i) crescimento do saldo de contas a receber, em R$40,6 milhões, fruto do expressivo aumento de vendas de mercadorias realizado; (ii) aumento de caixa e equivalentes da ordem de R$8,5 milhões, conforme apontado pelas demonstrações de fluxo de caixa (mais detalhes abaixo); (iii) aumento de impostos a recuperar, de R$15,9 milhões, devido, majoritariamente, à antecipação de IRPJ/CSLL; (iv) incremento dos estoques, em R$27,4 milhões, sendo R$16,7 milhões o incremento observado em produtos acabados, haja vista o aumento de demanda pelos produtos da Companhia; (v) R$6,7 milhões de adiantamento a fornecedores, em especial a fornecedores de matéria prima.

Ativo não circulante

O ativo não circulante da Companhia aumentou em 26,7% ou R$43,4 milhões, passando para R$205,8 milhões em 30 de junho de 2020 quando comparados com os R$162,4 milhões em 31 de março de 2020. Esse aumento é atribuído, substancialmente, pelas seguintes razões: (i) aumento nos impostos a recuperar de R$40,9 milhões, em especial os créditos de PIS/COFINS e de ICMS, cuja recuperação não é esperada para os próximos 12 meses e; (ii) incrementos no imobilizado da ordem de R$4,4 milhões, os quais foram voltados, majoritariamente, para compra de máquinas e equipamentos, bem como para otimizar a produtividade dos parques fabris, haja vista o aumento da demanda pelos produtos da empresa.

Passivo circulante

O passivo circulante da Companhia aumentou em 84,1% ou R$97,8 milhões, passando de R$116,3 milhões em 31 de março de 2020 para R$214,1 milhões 30 de junho de 2020. Esse aumento é atribuído, majoritariamente, às seguintes variações: (i) aumento de R$39,6 milhões em fornecedores, especialmente de material de embalagem e matérias primas, como consequência dos maiores volumes de compras realizadas para fazer frente ao aumento de demanda pelos produtos da Companhia; (ii) incremento de R$31,1 milhões de provisão para imposto de renda e contribuição social, fruto do resultado tributável do trimestre findo em 30 de junho de 2020; (iii) aumento de R$5,4 milhões em obrigações trabalhistas e previdenciárias, reflexo do aumento do quadro de funcionários para atender a maior demanda produtiva e logística e da provisão de bonificação e gratificação relacionadas aos resultados obtidos no período (iv) aumento de R$3,3 milhões em outras obrigações, às quais estão associadas sobretudo ao aumento da contratação de fretes e carretos de outros serviços de terceiros; e (v) aumento de R$18,0 milhões na conta de empréstimos e financiamentos, em especial, por conta de realocações de longo para curto prazo, bem como por conta de captações realizadas no referido trimestre, os quais foram feitos com o objetivo de sustentar a maior necessidade de capital de giro advinda da crescente demanda pelos produtos da Companhia.

Passivo não circulante

O passivo não circulante da Companhia reduziu em 10,3% ou R$9,8 milhões, passando para R$85,7 milhões em 30 de junho de 2020 contra os R$95,5 milhões em 31 de março de 2020. Essa redução é atribuída, majoritariamente, a transferência para o circulante de obrigações de pagamento de empréstimos e de locação de imóveis da Companhia, conforme previsto pelo cronograma de amortizações em linha com o CPC 06 (R2) / IFRS 16.

Patrimônio líquido

O patrimônio líquido da Companhia aumentou em 45,7% ou R$53,7 milhões, passando para R$171,1 milhões em 30 de junho de 2020, quando comparados com os R$117,5 milhões em 31

de março de 2020. Esse aumento é atribuído, majoritariamente, ao aumento de R$53,7 milhões na rubrica de lucros acumulados, advindo sobretudo do lucro líquido do resultado do período findo em 30 de junho de 2020.

COMPARAÇÃO ENTRE AS POSIÇÕES NO BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE MARÇO DE 2020 E EM 31 DE MARÇO DE 2019

Balanços patrimoniais	**31 de março de**				
	2020	**Análise Vertical**	**2019**	**Análise Vertical**	**Variação 2020 x 2019**
	(R$ mil)	(%)	(R$ mil)	(R$ mil)	(%)
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	30.490	9,3%	12.851	7,3%	137,3%
Contas a receber de clientes	80.024	24,3%	46.831	26,7%	70,9%
Estoques	19.878	6,0%	16.678	9,5%	19,2%
Impostos a recuperar	29.716	9,0%	20.276	11,6%	46,6%
Adiantamento a fornecedores	2.186	0,7%	1.204	0,7%	81,6%
Outros créditos	4.587	1,4%	5.315	3,0%	-13,7%
Total do ativo circulante	**166.881**	**50,7%**	**103.155**	**58,8%**	**61,8%**
Não circulante					
Outros Créditos	1.311	0,4%	4.043	2,3%	-67,7%
Impostos a recuperar	1.391	0,4%	1.493	0,9%	-6,8%
Imposto de renda e contribuição social diferido	1.483	0,5%	311	0,2%	376,8%
Imobilizado	39.219	11,9%	30.294	17,3%	29,5%
Intangível	95.714	29,1%	36.037	20,6%	165,6%
Direito de uso	23.245	7,1%	-	-	-
Total do ativo não circulante	**162.363**	**49,3%**	**72.178**	**41,2%**	**124,9%**
Total do ativo	**329.244**	**100,0%**	**175.333**	**100,0%**	**87,8%**

Balanços patrimoniais	31 de março de 2020 (R$ mil)	Análise Vertical (%)	2019 (R$ mil)	Análise Vertical (%)	Variação 2020 x 2019 (%)
Passivo Circulante					
Fornecedores	59.467	18,1%	41.450	23,6%	43,5%
Empréstimos e financiamentos	25.402	7,7%	37.482	21,4%	-32,2%
Obrigações Tributárias	4.312	1,3%	2.846	1,6%	51,5%
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	2.997	0,9%	3.203	1,8%	-6,4%
Dividendos a pagar	1.498	0,5%	858	0,5%	74,6%
Provisão para imposto de renda e contribuição social	5.342	1,6%	295	0,2%	1710,8%
Outras Obrigações	12.559	3,8%	3.672	2,1%	242.0%
Arrendamento mercantil a pagar	4.673	1,4%	-	-	-
Total do passivo circulante	**116.250**	**35,3%**	**89.806**	**51,2%**	**29,4%**
Não Circulante					
Empréstimos e financiamentos	76.235	23,2%	36.521	20,8%	108,7%
Obrigações tributárias	203	0,1%	324	0,2%	-37,3%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	112	0,1%	-100%
Outras Obrigações	2.199	0,7%	3.639	2,1%	-39,6%
Provisão para riscos	252	0,1%	137	0,1%	83,9%
Arrendamento mercantil a pagar	16.651	5,1%	-	-	-
Total do passivo não circulante	**95.540**	**29,0%**	**40.733**	**23,2%**	**134,6%**
Patrimônio líquido					
Capital social	60.000	18,2%	30.100	17,2%	99,3%
Reservas de capital	32.401	9,8%	-	-	-
Reserva de reavaliação	141	0,0%	219	0,1%	-35,6%
Reserva de lucros	1.531	0,5%	14.475	8,3%	-89,4%
Dividendo adicional proposto	23.381	7,1%	-	-	-
Total do patrimônio líquido	**117.454**	**35,7%**	**44.794**	**25,5%**	**162,2%**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**329.244**	**100,0%**	**175.333**	**100,0%**	**87,8%**

Ativo Circulante

O ativo circulante da Companhia aumentou 61,8% ou R$63,7 milhões, passando para R$166,9 milhões em 31 de março de 2020 quando comparados com os R$103,2 milhões em 31 de março de 2019. Esse aumento é devido, principalmente, pelos seguintes motivos (i) crescimento do saldo de contas a receber, R$33,2 milhões, fruto do aumento de vendas de mercadorias especialmente nos meses de fevereiro e março de 2020; (ii) aumento de caixa e equivalentes da ordem de R$17,6 milhões, oriundo de nossa geração de caixa operacional somados às captações no período, que tiveram o objetivo de sustentar as maiores necessidades de capital de giro relacionadas ao crescimento da demanda pelos produtos da Companhia (conforme apontado pelas nossas demonstrações de fluxo de caixa - mais detalhes abaixo); (iii) aumento de impostos a recuperar, de R$9,4 milhões, devido, majoritariamente, ao acúmulo de R$8,2 milhões de créditos de PIS/COFINS; (iv) incremento dos estoques, em R$3,2 milhões, em particular de matérias-primas e materiais de consumo.

Ativo não circulante

O ativo não circulante da Companhia aumentou em 124,9% ou R$90,2 milhões, passando para R$162,4 milhões em 31 de março de 2020 quando comparados com os R$72,2 milhões em 31 de março de 2019. Esse aumento é atribuído, substancialmente, pelas seguintes razões: (i) R$23,2 milhões relacionadas aos contratos de locação de imóveis da Companhia, como impactos da adoção do IFRS 16/CPC06 (R2), a qual a norma exige o reconhecimento de um ativo (o direito de usar o item arrendado) e um passivo financeiro relativo aos aluguéis futuros descontados a valor presente; (ii) R$59,7 milhões na conta de intangível, fruto da cisão da Hypséa Participações S.A., em 31 de dezembro de 2019, a qual teve seu acervo líquido incorporado pelas controladas da Companhia, a CNA e a Álcool Ferreira, conforme demonstrado na nota explicativa 1 das nossas demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de março de 2020, 2019 e de 2018; (iii) R$8,9 milhões de aumento na conta de imobilizado, resultado, sobretudo, de investimentos de R$7,2 milhões visando melhorias operacionais, adequações e aumento de capacidade produtiva na planta de Piracicaba.

Passivo circulante

O passivo circulante da Companhia aumentou em 29,4% ou R$26,4 milhões, passando para R$116,3 milhões em 31 de março de 2020, quando comparados com os R$89,8 milhões em 31 de março de 2019. Esse aumento é atribuído, majoritariamente, às seguintes variações: (i) aumento de R$18,0 milhões na conta de fornecedores, como consequência dos maiores volumes de compras realizadas para fazer frente ao aumento de demanda pelos produtos da Companhia por conta da pandemia da COVID-19 previstos para os meses subsequentes ao encerramento do exercício findo em 31 de março de 2020; (ii) R$4,7 milhões relacionados aos contratos de locação de imóveis da Companhia, como impactos da adoção do IFRS 16/CPC06 (R2), a qual a norma exige o reconhecimento de um ativo (o direito de usar o item arrendado) e um passivo financeiro relativo aos aluguéis futuros descontados a valor presente; e (iii) aumento de R$5,0 milhões da conta de provisão de impostos de renda e contribuição social.

Passivo não circulante

O passivo não circulante da Companhia aumentou em 134,6% ou R$54,8 milhões, passando para R$95,5 milhões em 31 de março de 2020, quando comparados com os R$40,7 milhões em 31 de março de 2019. Esse aumento é atribuído, majoritariamente, às seguintes variações: (i) aumento de R$39,7 milhões na conta de empréstimos, fruto de readequações no perfil da dívida da Companhia, que passou ter prazos de vencimento mais longos, bem como de empréstimo adicionais de longo prazo, visando fortalecer o capital de giro da Companhia em um contexto de alta demanda pelos seus produtos; (ii) R$16,7 milhões relacionados aos contratos de locação de imóveis da Companhia, como impactos da adoção do IFRS 16/CPC06 (R2), a qual a norma exige

o reconhecimento de um ativo (o direito de usar o item arrendado) e um passivo financeiro relativo aos aluguéis futuros descontados a valor presente;.

Patrimônio líquido

O patrimônio líquido da Companhia aumentou em 162,2% ou R$72,7 milhões, passando para R$117,5 milhões em 31 de março de 2020 em relação aos R$44,8 milhões de 31 de março de 2019. Esse aumento é atribuído, majoritariamente, às seguintes variações: (i) aumento de R$29,9 milhões no capital social da Companhia e de R$32,4 milhões na conta de reserva de capital, oriundos da cisão e incorporação do acervo líquido da Hypséa na Companhia, conforme citado anteriormente; e (ii) redução de R$12,9 milhões na rubrica de reserva de lucros, resultado do lucro líquido ajustado do exercício após a destinação da reserva legal e dos dividendos mínimos obrigatórios, acrescido do saldo dos lucros retidos de exercícios anteriores, tal como apresentado pela demonstração de mutações do patrimônio líquido (DMPL), parte integrante das demonstrações financeiras da Companhia.

COMPARAÇÃO ENTRE AS POSIÇÕES NO BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE MARÇO DE 2019 E EM 31 DE MARÇO DE 2018

Balanços patrimoniais	**31 de março de**				
	2019	**Análise Vertical**	**2018**	**Análise Vertical**	**Variação 2019 x 2018**
	(R$ mil)	(%)	(R$ mil)	(R$ mil)	(%)
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	12.851	7,3%	25.254	13,7%	-49,1%
Contas a receber de clientes	46.831	26,7%	49.401	26,7%	-5,2%
Estoques	16.678	9,5%	13.010	7,0%	28,2%
Impostos a recuperar	20.276	11,6%	10.836	5,9%	87,1%
Adiantamento a fornecedores	1.204	0,7%	3.716	2,0%	-67,6%
Outros créditos	5.315	3,0%	6.055	3,3%	-12,2%
Total do ativo circulante	**103.155**	**58,8%**	**108.272**	**58,5%**	**-4,7%**
Não circulante					
Outros créditos	4.043	2,3%	8.077	4,4%	-49,9%
Impostos a recuperar	1.493	0,9%	9.008	4,9%	-83,4%
Imposto de renda e contribuição social diferido	311	0,2%	311	0,2%	0,0%
Imobilizado	30.294	17,3%	22.481	12,2%	34,8%
Intangível	36.037	20,6%	36.845	19,9%	-2,2%
Total do ativo não circulante	**72.178**	**41,2%**	**76.722**	**41,5%**	**-5,9%**
Total do ativo	**175.333**	**100,0%**	**184.994**	**100,0%**	**-5,2%**

Balanços patrimoniais	31 de março de 2019 (R$ mil)	Análise Vertical (%)	2018 (R$ mil)	Análise Vertical (%)	Variação 2019 x 2018 (%)
Passivo Circulante					
Fornecedores	41.450	23,6%	38.820	21,0%	6,8%
Empréstimos e Financiamentos	37.482	21,4%	27.043	14,6%	38,6%
Obrigações Tributárias	2.846	1,6%	3.869	2,1%	-26,4%
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	3.203	1,8%	3.157	1,7%	1,5%
Dividendos a pagar	858	0,5%	796	0,4%	7,8%
Provisão para imposto de renda e contribuição social	295	0,2%	1.174	0,6%	-74,9%
Outras obrigações	3.672	2,1%	2.978	1,6%	23,3%
Total do passivo circulante	**89.806**	**51,2%**	**77.837**	**42,1%**	**15,4%**
Não Circulante					
Empréstimos e financiamentos	36.521	20,8%	64.353	34,8%	-43,2%
Obrigações tributárias	324	0,2%	461	0,2%	-29,7%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	112	0,1%	154	0,1%	-27,3%
Outras obrigações	3.639	2,1%	4.075	2,2%	-10,7%
Provisão para riscos	137	0,1%	137	0,1%	0,0%
Total do passivo não circulante	**40.733**	**23,2%**	**69.180**	**37,4%**	**-41,1%**
Patrimônio líquido					
Capital social	30.100	17,2%	30.100	16,3%	0,0%
Reserva de reavaliação	219	0,1%	299	0,2%	-26,8%
Reserva de lucros	14.475	8,3%	7.578	4,1%	91,0%
Total do patrimônio líquido	**44.794**	**25,5%**	**37.977**	**20,5%**	**18,0%**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**175.333**	**100,0%**	**184.994**	**100,0%**	**-5,2%**

Ativo Circulante

O ativo circulante da Companhia diminuiu em 4,7% ou R$5,1 milhões, passando para R$103,2 milhões em 31 de março de 2019, quando comparados aos R$108,3 milhões em 31 de março de 2018. Essa redução é verificada, principalmente, pelos seguintes motivos (i) redução de caixa e equivalente em R$12,4 milhões, conforme justificado mais adiante, nas análises das demonstrações dos fluxos de caixa; (ii) redução do saldo de contas a receber em R$2,6 milhões; (iii) incremento dos estoques, em R$3,7 milhões, os quais têm relação com a abertura de um novo Centro de Distribuição no estado de São Paulo e o lançamento de novos *stock keeping units*; e (iv) aumento de impostos a recuperar, de R$9,4 milhões, devido, majoritariamente, ao acúmulo de créditos de PIS/COFINS e ICMS; (v) redução de R$2,5 milhões na conta de adiantamento a fornecedores.

Ativo não circulante

O ativo não circulante da Companhia reduziu em 5,9% ou R$4,5 milhões, passando para R$72,2 milhões em 31 de março de 2019 quando comparados com os R$76,7 milhões em 31 de março de 2018. Essa redução é atribuída, substancialmente, às seguintes razões: (i) R$7,5 milhões da conta de impostos a recuperar, resultado sobretudo de ressarcimentos obtidos de PIS/COFINS por conta de saldos não utilizados do período de setembro de 2013 a dezembro de 2016 e (ii) redução de cerca de R$4,0 milhões de outros créditos de nosso ativo não circulante referente, sobretudo, a realocações de despesas pagas antecipadamente do longo para o curto prazo. Esta redução foi parcialmente compensada pelo aumento de R$7,8 milhões na rubrica de imobilizado, sendo R$6,0 milhões referentes a aquisição de máquinas e equipamentos e melhorias físicas das instalações.

Passivo circulante

O passivo circulante da Companhia aumentou em 15,4% ou R$12,0 milhões, passando para R$89,8 milhões em março de 2019 em comparação aos R$77,8 milhões em 31 de março de 2018. Esse aumento é atribuído, majoritariamente, às seguintes variações: (i) aumento de R$2,6 milhões na conta de fornecedores, como consequência dos maiores volumes de compras realizadas para fazer frente ao crescimento da receita líquida, em particular de etanol e embalagens; (ii) aumento de R$10,4 milhões na conta de empréstimos, fruto, sobretudo, da captação de montantes adicionais de R$3,1 milhões, bem como transferências adicionais do não circulante para o circulante por conta do volume de amortização de principal projetado para os 12 meses subsequentes à março de 2019.

Passivo não circulante

O passivo não circulante da Companhia reduziu em 41,1% ou R$28,4 milhões, passando para R$40,7 milhões em 31 de março de 2019 em relação aos R$69,2 milhões observados em 31 de março de 2018. Essa redução é atribuída, majoritariamente, à redução de R$27,8 milhões na conta de empréstimos, fruto de realocações de longo para curto prazo.

Patrimônio líquido

O patrimônio líquido da Companhia aumentou em 18,0% ou R$6,8 milhões, passando para R$44,8 milhões em 31 de março de 2019 quando comprados aos R$38,0 milhões em 31 de março de 2018. Esse aumento é atribuído, majoritariamente, às seguintes variações: aumento de R$6,9 milhões na rubrica de reserva de lucros, advindo sobretudo do lucro líquido ajustado (após destinação da reserva legal e dos dividendos mínimos obrigatórios).

DEMONSTRAÇÕES DE FLUXO DE CAIXA

Apresentamos a seguir as explicações das principais variações ocorridas e as explicações sobre o fluxo de caixa da Companhia, a partir de suas demonstrações financeiras:

COMPARAÇÃO ENTRE OS PERÍODOS DE TRÊS MESES ENCERRADO EM 30 DE JUNHO DE 2020 E EM 30 DE JUNHO DE 2019

	Período de três meses encerrado em 30 de junho de		
Demonstrações de fluxo de caixa	**2020**	**2019**	**Variação 2020 x 2019**
	(R$ mil)	(R$ mil)	(%)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**30.490**	**12.851**	**137,3%**
Caixa líquido - atividades operacionais	6.456	2.296	181,2%
Caixa líquido - atividades de investimento	(3.889)	(2.407)	61,6%
Caixa líquido - atividades de financiamento	5.930	1.770	235,0%
Caixa e equivalentes de caixa ao final do exercício	**38.987**	**14.510**	**168,7%**

O fluxo de caixa das atividades operacionais apresentou um fluxo gerado de R$6,5 milhões no período de três meses encerrado em 30 de junho de 2020, comparado a R$ 2,3 milhões verificados no mesmo período de três meses encerrado em 30 de junho 2019. Essa variação positiva de R$4,2 milhões deveu-se, principalmente, (i) ao aumento expressivo do lucro antes dos impostos, da ordem de R$81,7 milhões registrado pela operação, o qual é reflexo, em especial, da ampliação da demanda por produtos à base de álcool; e (ii) ao aumento na conta de fornecedores da ordem de R$38,5 milhões, ou R$46,2 milhões a mais do que o apurado no fluxo de caixa do trimestre findo em junho de 2019. Esses dois aspectos combinados foram responsáveis por uma geração de caixa de R$127,9 milhões adicionais ao verificado no trimestre findo em junho de 2019. Essa geração de caixa foi parcialmente compensada pela forte pressão de capital de giro para fazer frente ao brusco crescimento de venda do período, representado pelo aumento dos impostos a recuperar, da ordem de R$25,2 milhões, dos impostos pagos, R$ 32,5 milhões, do contas a receber, em R$40,6 milhões e dos estoques, em R$27,4 milhões no trimestre findo em junho de 2020. Esses efeitos, combinados, consumiram R$125,7 milhões de caixa a mais do que o apresentado pelo fluxo de caixa no trimestre findo em junho de 2019.

O fluxo de caixa das atividades de investimento apresentou um fluxo consumido de R$3,9 milhões no período de três meses encerrado em 30 de junho de 2020, comparado a R$2,4 milhões do mesmo período de três meses encerrado em 30 de junho 2019. Essa variação de R$1,5 milhões deveu-se, principalmente, aos aumentos dos investimentos em imobilizado realizados no período para aumentar a capacidade produtiva e otimizar as operações dos parques fabris da Companhia.

O fluxo de caixa das atividades de financiamento apresentou um fluxo gerado de R$5,9 milhões no período de três meses encerrado em 30 de junho de 2020, comparado a R$1,8 milhões do mesmo período de três meses encerrado em 30 de junho 2019. Essa variação de R$4,1 milhões deveu-se, principalmente, à captação de empréstimos de curto prazo realizadas em instituições financeiras de primeira linha com o objetivo de fazer frente ao aumento das necessidades de capital de giro oriundas do incremento vigoroso e repentino da demanda pelos produtos da Companhia, como mencionado acima.

COMPARAÇÃO ENTRE OS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE MARÇO DE 2020 E 31 DE MARÇO 2019

	31 de março de		
Demonstrações de fluxo de caixa	**2020**	**2019**	**Variação 2020 x 2019**
	(R$ mil)	(R$ mil)	(%)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**12.851**	**25.254**	**-49,1%**
Caixa líquido - atividades operacionais	18.389	18.248	0,8%
Caixa líquido - atividades de investimento	(13.012)	(11.487)	-13,3%
Caixa líquido - atividades de financiamento	12.262	(19.164)	-164,0%
Caixa e equivalentes de caixa ao final do exercício	**30.490**	**12.851**	**137,3%**

O fluxo de caixa das atividades operacionais apresentou um fluxo positivo de R$18,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de março de 2020, comparado a R$18,2 mil no exercício social encerrado em 31 de março de 2019. A variação de R$0,2 milhões tem como principal motivo a reclassificação dos pagamentos de aluguéis da ordem de R$8 milhões para os fluxos de caixa das atividades de financiamento (fruto da adoção do pronunciamento CPC 06 (R2) / IFRS 16, amplamente divulgado em nossas demonstrações financeiras). Tal efeito foi parcialmente compensado pelo crescimento do saldo de impostos a recuperar da ordem de R$7,2 milhões. Tais impostos sofreram um acréscimo ao final do exercício social findo em 31 de março de 2020 já como fruto de nossas vendas e reflexo ainda tímido do aumento de consumo nossos produtos à base de álcool por conta do avanço da pandemia da COVID-19.

O fluxo de caixa das atividades de investimento apresentou um fluxo negativo de R$(13,0) milhões no exercício social encerrado em 31 de março de 2020, comparado a R$(11,5) milhões no exercício social encerrado em 31 de março de 2019. Essa variação de R$(1,5) milhão deveu-se, principalmente ao acréscimo de nossos investimentos em ativo imobilizado para suportar nosso crescimento.

O fluxo de caixa das atividades de financiamento apresentou um fluxo gerado de R$12,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de março de 2020, comparado a um fluxo aplicado de R$(19,2) milhões no exercício social encerrado em 31 de março de 2019. Essa variação de R$31,4 milhões deveu-se, principalmente, às captações – líquidas das amortizações – da ordem de R$21,3 milhões, enquanto no exercício anterior efetuamos amortizações – líquidas das captações – da ordem de R$17,3 milhões. O crescimento de fluxo gerado nas atividades de financiamento no ano de 2020 foi ainda parcialmente reduzido pela reclassificação dos pagamentos de aluguéis da ordem de R$8 milhões, fruto da adoção de CPC 06 (R2) / IFRS 16 e que estão classificados nas atividades operacionais em 2019.

COMPARAÇÃO ENTRE OS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE MARÇO DE 2019 E EM 31 DE MARÇO 2018

	31 de março de		
Demonstrações de fluxo de caixa	**2019**	**2018**	**Variação 2019 x 2018**
	(R$ mil)	(R$ mil)	(%)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**25.254**	**29.545**	**-14,5%**
Caixa líquido - atividades operacionais	18.248	4.037	352,0%
Caixa líquido - atividades de investimento	(11.487)	(39.453)	70,9%
Caixa líquido - atividades de financiamento	(19.164)	31.125	-161,6%
Caixa e equivalentes de caixa ao final do exercício	**12.851**	**25.254**	**-49,1%**

O fluxo de caixa das atividades operacionais apresentou um fluxo gerado de R$18,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de março de 2019, comparado a R$4,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de março de 2018. Essa variação positiva de R$14,2 milhões deveu-se, principalmente a uma otimização em nosso fluxo de recebimento de nossas contas a receber da ordem R$7,9 milhões.

O fluxo de caixa das atividades de investimento apresentou um fluxo consumido de R$(11,5) milhões no exercício social encerrado em 31 de março de 2019, comparado a R$(39,5) milhões no exercício social encerrado em 31 de março de 2018. Essa variação de R$28,0 milhões deveu-se, principalmente pela parcela do pagamento em caixa de R$35,4 milhões (líquido do caixa adquirido) na aquisição da controlada Da Ilha em agosto de 2017.

O fluxo de caixa das atividades de financiamento apresentou um fluxo gerado de R$(19,2) milhões no exercício social encerrado em 31 de março de 2019, comparado a R$31,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de março de 2018. Essa variação de R$(50,3) milhões deveu-se, principalmente, às amortizações – líquidas das captações – da ordem de R$(17,3) milhões, enquanto no exercício anterior efetuamos captações – líquidas das amortizações – da ordem de R$31,2 milhões. As captações do exercício encerrado em 31 de março de 2018 foram para suportar a aquisição da controlada Da Ilha.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

A receita operacional líquida da Companhia foi de R$274,9 milhões, R$327,3 milhões, R$300,3 milhões e R$275,5 milhões, respectivamente, no período de três meses findo em 30 de junho de 2020 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2020, 2019 e 2018.

a. Resultados das operações da Companhia, em especial:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A Companhia atua na administração de bens próprios e na participação em outras empresas, sendo, ainda, direta ou indiretamente, controladora das subsidiárias Companhia Nacional de Álcool ("CNA"), Álcool Ferreira S.A. ("Álcool Ferreira") e Da Ilha Comercio de Álcool Ltda. ("Da Ilha").

As operações da Companhia e suas subsidiárias estão organizadas em duas atividades de negócios: (i) segmento varejo e (ii) segmento industrial.

Segmento Varejo: as receitas do segmento em questão são advindas da comercialização de produtos de cuidados pessoais e limpeza doméstica, incluindo álcool líquido e em gel para limpeza, gel acendedor, removedores, água sanitária, limpa vidros, multiuso, amaciantes, alvejantes gel higienizadores de mãos e removedores de esmalte. Os clientes do segmento são redes de supermercados, atacados, pequenos varejos e farmácias atendidos em todo o território brasileiro.

Segmento Industrial: as receitas do segmento em questão são advindas da comercialização de álcoois especiais usados como insumos principalmente na indústria alimentícia, química, farmacêutica, cosmética, de bebidas, dentre outras. Os produtos que compõem o segmento são especialmente álcool etílico extra neutro orgânico, álcool etílico extra neutro, álcool 70%, álcool etílico hidratado extrafino, álcool etílico hidratado e álcool etílico anidro, que são vendidos em embalagens fracionadas ou à granel, no mercado local e internacional.

A descrição dos demais componentes relevantes da receita da Companhia estão previstas no item 10.1 deste Formulário de Referência.

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Não existem fatores que influenciaram os resultados operacionais da Companhia no exercício social corrente e nos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2020, 2019 e 2018, exceto pelos efeitos da pandemia da COVID-19 ao final do exercício social findo em 31 de março de 2020 e início do exercício social a findar em 31 de março de 2021. As autoridades sanitárias emitiram uma série de orientações para a população por conta da referida pandemia, dentre elas a orientação para higienização de superfícies e de mãos com produtos à base de álcool. A referida orientação ocasionou, e continua a impulsionar, uma forte demanda por boa parte de nossa linha de produtos.

Ademais, além de condições macroeconômicas, tais como taxa de inflação, poder de compra do consumidor, taxa de câmbio e crescimento do PIB, os resultados da operação são afetados pelo custo de compra do etanol hidratado, uma vez que a Companhia não produz essa matéria-prima, mas compra a mesma diretamente de grandes produtores no Brasil. O etanol hidratado é uma *commodity* produzida a partir da moagem da cana-de-açúcar, cujo preço pode sofrer variações relevantes durante a safra e entressafra. O custo de compra da Companhia segue o indexador CEPEA/ESALQ, enquanto nosso preço dos produtos à base de álcool no segmento do varejo baseia-se nas condições de mercado. De tal sorte, dependendo da nossa capacidade de repassar os custos de nossos insumos aos nossos clientes, nosso resultado operacional poderá ser afetado. Por

outro lado, sobretudo no mercado doméstico, os produtos do segmento industrial também são precificados levando em consideração a variação do indexador CEPEA/ESALQ, o que deixa os resultados do segmento menos suscetível às variações de custo da matéria-prima.

Para uma discussão detalhada das principais variações percebidas nos resultados ao final do exercício findo em 31 de março de 2020 e principalmente pelo acréscimo em nossas receitas no período de três meses findos em 30 de junho de 2020, vide item 10.1(h) deste Formulário de Referência.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Os diretores da Companhia entendem ainda que os acréscimos nas receitas da Companhia, observados principalmente nos últimos meses, fruto da procura por nossos produtos de higiene pessoal e industrial em consequência das orientações das autoridades sanitárias na contenção da COVID-19, podem não ser permanentemente observados nos atuais patamares. Outrossim, os diretores da Companhia entendem que a inserção de novos produtos ao longo dos últimos exercícios, tais como os panos umedecidos para limpeza e a linha de produtos Vinagreen, à base de vinagre orgânico, também têm contribuído para incrementar volumes de venda na operação da Companhia.

Ademais, parte da receita do segmento industrial é atribuível a alterações da taxa de câmbio, uma vez que a Companhia é exportadora de produtos à base de álcool. A receita operacional líquida da Companhia advinda de exportações foi de R$36,1 milhões, R$28,1 milhões, R$23,8 milhões e R$12,4 milhões, respectivamente, no período de três meses findo em 30 de junho de 2020 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2020, 2019 e 2018.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

O resultado operacional e condição financeira são afetados por fatores macroeconômicos no Brasil, onde a Companhia majoritariamente realiza suas receitas. Somos afetados principalmente pela taxa de juros taxa de inflação e variação da taxa de câmbio do real em relação ao dólar norte-americano.

- **Variação da taxa de juros**: a redução da taxa de juros ocorrida nos últimos anos impactou positivamente nosso resultado operacional e resultado financeiro líquido, (i) reduzindo o custo de captação de recursos e (ii) reduzindo nosso custo da dívida, atrelado ao CDI. Correntemente a Companhia apresenta uma posição líquida de CDI passiva, pois apresenta saldo em aberto maior de empréstimos e financiamento do que caixa e equivalentes remunerados ao CDI.

- **Impacto da inflação**: variações nas taxas de inflação impactaram diretamente nosso resultado operacional principalmente (i) nas despesas de aluguel de imóveis, cujos contratos, em sua maioria, são corrigidos periodicamente por índices atrelados à inflação, e (ii) nos seus custos operacionais (principalmente folha de pagamento).

- Taxa de câmbio: com o crescimento do volume de produtos exportados pela Companhia nos últimos meses, conseguimos obter uma proteção natural parcial dos efeitos cambiais em nossos custos de alguns insumos de nossa produção atrelados ao preço do álcool, bem como aos efeitos cambiais sobre o saldo em aberto de seus financiamentos denominados em dólares norte-americanos. Correntemente, a Companhia está exposta em posição líquida passiva em dólares norte-americanos, uma vez que o saldo de empréstimos e financiamentos denominados em tal moeda é maior que as nossas contas a receber em moeda estrangeira. Para maiores detalhes de seus financiamentos, vide item 10.1.f e g deste Formulário de Referência. O volume de produtos

importados pela Companhia nos últimos anos, quando comparado às compras realizada no ambiente doméstico, é pequeno. Por esse motivo, a variação cambial de dólares americanos não afeta diretamente o custo de nossos produtos apresentado em nossas demonstrações de resultado de maneira significativa. Por outro lado, a variação cambial dos dólares americanos afeta os custos de alguns de nossos fornecedores, em particular, os de embalagens, acetona e polímeros utilizados na fabricação de gel, afetando o custo, portanto, indiretamente de nossas matérias primas.

- Custo do etanol: A Companhia detém um contrato de fornecimento com produtores de etanol, em que se determina um prêmio a ser acrescido aos indicadores semanais de custo de etanol hidratado divulgados pela CEPEA/ESALQ (https://www.cepea.esalq.usp.br/br/indicador/etanol.aspx). Sua evolução afeta os custos de nossos produtos de maneira significativa e, portanto, afeta os preços de comercialização tanto do segmento do varejo como o industrial. Para o segmento do varejo, anualmente, é formulada uma nova tabela de preços que busca repassar aos nossos clientes os diferenciais de custo verificados no exercício anterior, desde que tais ajustes não comprometam, na avaliação da Companhia, a absorção do mercado pelos nossos produtos. Já para o segmento industrial, sobretudo no mercado doméstico, os álcoois especiais comercializados são precificados semanalmente com base no custo de compra do etanol junto aos nossos fornecedores.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas Demonstrações Financeiras

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Nenhum segmento operacional foi introduzido ou alienado no âmbito das atividades da Companhia para os exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2020, 2019 e 2018.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 1º de agosto de 2017, a subsidiária CNA adquiriu o controle societário integral da Da Ilha que atua nos mesmos segmentos da Companhia.

Como parte do processo de aquisição, além do valor pago em caixa no momento da aquisição, a CNA se comprometeu a pagar R$5,0 milhões em cinco parcelas anuais vincendas a partir de 01 de agosto de 2018 e com correção baseada no IPC-A.

A Da Ilha contribuiu com receitas (líquidas) de aproximadamente R$44 milhões para o período entre a 01 de agosto de 2017 e 31 de março de 2018.

c. eventos ou operações não usuais

Com exceção dos impactos provocados pela COVID-19 nos resultados da Companhia, tal como detalhado no item 10.1 deste Formulário de Referência, não ocorreram eventos ou operações não usuais nos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2020, 2019 e 2018.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

Em 1º de janeiro de 2016, o *International Accounting Standard Board* ("IASB") emitiu o *International Financial Reporting Standards* ("IFRS) 16 – *Leases* ("IFRS"). Já em dezembro de 2017, foi emitido o Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil ("CPC 06 (R2)"), que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2019, em substituição a IAS 17 - *Leases* (*BV2010*), emitido pela IASB ("IAS 17") / Pronunciamento Técnico CPC 06 (R1) – Operações de Arrendamento Mercantil. A norma introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Nossas contas patrimoniais sofreram alterações, pelo reconhecimento de todos os compromissos futuros originados dos contratos no escopo do arrendamento. Na adoção inicial em 1º de abril de 2019, o ativo de direito de uso é igual ao passivo de arrendamento ajustado ao valor presente de R$27.994 no consolidado, conforme item C8(b)(ii) do CPC 06 (R2). Tais contratos eram divulgados anteriormente como arrendamento operacional. Nosso patrimônio líquido não sofreu impacto na adoção inicial devido à escolha pelo modelo de abordagem retrospectiva simplificada.

A IFRS 16 / CPC 06 (R2) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 / IAS 17 e o Interpretação Técnica CPC 03 – Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil / IFRIC 4 – IAS 19 – *The limit on a Defined Benefit Asset, Minimum Funding Requirements and their Interaction,*, SIC 15 – *Operating Leases - Incentives* e SIC 27 – *Evaluating the Substance of Transactions Involving the Legal Form of a Lease*. Tais alterações nas políticas contábeis foram refletidas nas informações consolidadas da Companhia a partir de 01 de abril de 2019.

Adicionalmente, com efeito a partir de 1º de janeiro de 2018, entrou em vigor a norma de Instrumentos Financeiros (CPC 48 / IFRS 9) emitidas pelo CPC e IASB, respectivamente. A norma inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A Companhia adotou o novo preceito para as perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais e concluiu que não houve efeito relevante, incluindo na classificação dos instrumentos financeiros, para os quais também não houve impacto.

Por sua vez, a norma de Reconhecimento de Receita (CPC 47 / IFRS 15) exige que uma entidade reconheça o montante da receita refletindo a contraprestação que se espera receber em troca do controle de bens ou serviços. A nova norma substitui a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS quando esta for adotada.

Os demais pronunciamentos emitidos recentemente, como (i) IFRIC 23 - Incerteza sobre o Tratamento do Imposto de Renda, (ii) Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes e Pronunciamento Técnico CPC 48 – Instrumentos Financeiros, não tiveram impacto relevante em nossas demonstrações financeiras.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Abaixo estão descritos os principais efeitos decorrentes da alteração introduzida pelo IFRS 16 / CPC 06 (R2).

A norma CPC 06 (R2), aplicada a partir de 1º de abril de 2019, tem como objetivo unificar o modelo de contabilização do arrendamento, exigindo dos arrendatários reconhecer os passivos

assumidos em contrapartida aos respetivos ativos correspondentes ao seu direito de uso para todos os contratos de arrendamento.

A Companhia optou pelo método retrospectivo simplificado previsto no item C5 (b) como método de transição da norma CPC 06 (R2) Arrendamentos. A aplicação da norma afetou substancialmente os contratos de aluguel da Companhia. Em 1º de abril de 2019, a Companhia determinou que 8 contratos se enquadrassem no escopo do CPC 06 (R02) – Arrendamentos. Esses contratos apresentam prazo de arrendamento médio de 3 anos.

As alterações resultantes da adoção inicial do CPC 06 (R2) e as principais premissas adotadas foram:

i) Mensuração inicial: O ativo de direito de uso registrado é mensurado no início do contrato de arrendamento pelo seu custo, que inclui a soma do saldo do passivo de arrendamento, custos direitos iniciais e pagamentos adiantados.

ii) Mensuração subsequente: Após o reconhecimento inicial, o passivo de arrendamento é atualizado pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. Os valores registrados são mensalmente atualizados através da dedução da sua depreciação e reconhecimento dos juros incorridos. O passivo de arrendamento é remensurado quando existir mudança (a) nos pagamentos futuros decorrentes de uma mudança no índice ou taxa, (b) na estimativa do montante esperado a ser pago no valor residual garantido, ou (c) mudanças na avaliação se a Companhia exercerá a opção de compra, prorrogação ou rescisão.

iii) Quando o passivo de arrendamento é remensurado, o valor do ajuste correspondente é registrado no valor contábil do ativo de direito de uso ou no resultado, se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

iv) Pagamentos do arrendamento: Para fins da mensuração do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento, a Companhia utilizou apenas os pagamentos considerados fixos.

v) Taxa de juros incremental de financiamento do arrendatário: A Companhia considerou, para todos os contratos, taxas de juros necessárias para adquirir ativos em condições similares aos ativos arrendados na data de assinatura do contrato.

vi) Depreciação do ativo de direito de uso dos contratos de arrendamento da Companhia não possuem cláusulas que permitam a Companhia exercer a aquisição da propriedade do ativo ao final do prazo de arrendamento mercantil. Dessa forma, a vida útil desses ativos é o prazo contratual deduzidas de quaisquer perdas por valor recuperável. A Companhia adota a alocação da depreciação do ativo de direito de uso de forma sistemática e linear.

vii) Encargos financeiros decorrentes dos contratos de arrendamento: O encargo financeiro é reconhecido como despesa financeira e apropriado a cada período durante o prazo do arrendamento mercantil.

viii) As contas patrimoniais sofreram alterações, pelo reconhecimento de todos os compromissos futuros originados dos contratos no escopo do arrendamento. Na adoção inicial em 1º de abril de 2019, o ativo de direito de uso foi igual ao passivo de arrendamento ajustado ao valor presente de R$27.994 mil no consolidado, conforme item C8(b)(ii) do CPC 06 (R2). Tais contratos eram divulgados anteriormente como arrendamento operacional. O patrimônio líquido não sofreu impacto na adoção inicial devido à escolha pelo modelo de abordagem retrospectiva simplificada.

c. Ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

Os diretores da Companhia informam que o relatório do auditor independente referente às demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes aos exercícios sociais findos em 31 de março de 2020, 2019 e 2018 possui o seguinte parágrafo de ênfase sobre a reapresentação das demonstrações financeiras da Companhia, a saber:

"As demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo MPR Participações S.A. referentes aos exercícios findos em 31 de março de 2020, 2019 2018 foram originalmente aprovadas para divulgação em 13 de julho de 2020, 1 de agosto de 2019 e 13 de julho de 2018. Conforme descrito na nota explicativa nº 2.2.a, essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram alteradas e estão sendo reapresentadas em um único conjunto de demonstrações financeiras, conforme previsto no CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro e IAS 8 - *Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors*. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto."

10.5 – Políticas contábeis críticas

Na aplicação das práticas contábeis, descritas nas notas explicativas de nossas demonstrações financeiras, somos requeridos a fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos, os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem eventualmente divergir dessas estimativas.

As estimativas e suas premissas são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no resultado a partir do exercício corrente.

a) Vida útil dos bens do imobilizado

A Companhia faz uma avaliação da vida útil remanescente estimada dos bens do imobilizado, anualmente, nas datas de encerramento das demonstrações financeiras. Os componentes de nosso ativo imobilizado são depreciados com base no método linear de depreciação e com base nas taxas abaixo:

Item:	Taxa:
Máquinas e equipamentos	10
Veículos	20
Equipamentos de informática	20
Móveis e utensílios	20
Instalações	10
Benfeitorias em imóveis de 3ºs	Conforme vigência do contrato
Outros	20

b) Teste de redução ao valor recuperável

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda ou o seu valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

c) Cálculo da provisão para perdas

A provisão para perdas de crédito esperadas foi reconhecida como redução das contas a receber com base em análise da natureza das contas a receber envolvidas, considerando a antiguidade dos valores a receber, cenário econômico e riscos envolvidos em cada situação cujo montante é considerado pela Diretoria como suficiente para cobrir eventuais perdas e considera principalmente a inadimplência esperada.

Acompanhamos constantemente a evolução de nossa taxa de inadimplência que nos últimos anos não possui percentual relevante em relação ao nosso faturamento. Todavia, a captura de eventos que possam afetar a liquidez de nossos clientes e, consequentemente, que possam afetar nossos índices de inadimplência podem divergir das nossas estimativas iniciais. Envidamos esforços constantes para revisão periódica e captura adequada de tais eventos.

d) Provisão para riscos

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, tributárias, trabalhistas e regulatórias avaliadas como de perda provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A avaliação da probabilidade de perda dos processos cíveis, consumidor, trabalhista e tributários em que a Companhia é parte, inicialmente, considera os seguintes pontos: (i) evidências disponíveis; (ii) hierarquia das leis; (iii) posição jurisprudencial; e (iv) o parecer de nossa assessoria jurídica, que são revisados por nossa equipe jurídica interna. Destacamos que estas provisões são ajustadas periodicamente, a fim de refletir mudanças circunstanciais, tais como a evolução em termos da natureza dos processos, entendimentos jurisprudenciais recentes, prazo de prescrição aplicável e documentação disponível.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente. A Companhia e suas controladas registram provisões para contingências de acordo com a estimativa de prazo de liquidação.

Demais práticas contábeis que julgamos relevantes:

a) Combinação de negócios e ágio

Na data de aquisição, o custo da aquisição é considerado pelo preço de compra, que inclui o valor justo de ativos e passivos assumidos ou incorridos, e incluindo qualquer custo relacionado a pagamento adicional contingente ou diferido. Custos relativos à transação são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O custo de aquisição é alocado aos ativos adquiridos, passivos e passivos contingentes assumidos baseados em seus respectivos valores justos, incluindo ativos e passivos que não estavam anteriormente reconhecidos no balanço patrimonial da entidade adquirida, como, por exemplo, ativos intangíveis como marca e contratos vantajosos.

O ágio é gerado quando o custo da aquisição é superior ao valor dos ativos líquidos identificáveis mensurados ao valor justo. Por outro lado, a mais-valia é a diferença positiva entre o valor justo dos ativos líquidos identificáveis e seu respectivo valor contábil. Os montantes finais da combinação de negócios são mensurados em até um ano da data da aquisição.

Quando a contrapartida transferida pela Companhia em uma combinação de negócios inclui ativos ou passivos resultantes de um acordo de contrapartida contingente, a contrapartida contingente é mensurada pelo valor justo na data de aquisição e incluída na contrapartida transferida em uma combinação de negócios. As variações no valor justo da contrapartida contingente classificadas como ajustes do período de mensuração são ajustadas retroativamente, com correspondentes ajustes ao ágio.

Quando uma combinação de negócios é realizada em etapas, a participação anteriormente detida pela Companhia na sociedade adquirida é remensurada pelo valor justo na data de aquisição, ou seja, na data em que a Companhia adquire o controle e o correspondente ganho ou perda, se houver, é reconhecido no resultado.

b) Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas dos bens e perda de valor recuperável desses ativos. Gastos com reparos e manutenção que não aumentam a vida útil do ativo são reconhecidos como despesa, quando incorridos.

Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado

Nas datas de encerramento das demonstrações financeiras, o valor contábil do ativo imobilizado é revisado para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

Se o montante recuperável de um ativo (ou Unidade Geradora de Caixa - UGC) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou UGC) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

c) Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida são registrados ao custo de aquisição e fazer com que eles estejam prontos para utilização, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização é reconhecida linearmente e amortizada conforme taxas informadas na nota explicativa nº 11 em nossas demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de março de 2020, 2019 e de 2018.

Os custos associados à manutenção são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável no mínimo anualmente e sempre que houver indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável, sendo eles ágio na aquisição de investimento e marcas.

d) Apuração do resultado e reconhecimento de receita

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício, considerando as atualizações ocorridas em virtude da mudança das práticas contábeis com relação ao reconhecimento da receita, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 47.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos.

A Companhia reconhece a receita quando: (i) quando as partes do contrato aprovarem o contrato (por escrito, verbalmente ou de acordo com outras práticas usuais de negócios) e estiverem comprometidas em cumprir suas respectivas obrigações; (ii) quando a entidade puder identificar os direitos de cada parte em relação aos bens ou serviços a serem transferidos; (iii) quando a entidade puder identificar os termos de pagamento para os bens ou serviços a serem transferidos; (iv) quando o contrato possuir substância comercial (ou seja, espera-se que o risco, a época ou o valor dos fluxos de caixa futuros da entidade se modifiquem como resultado do contrato) e (v) quando for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente. Ao avaliar se a possibilidade de recebimento do valor da contraprestação é provável, a entidade deve considerar apenas a capacidade e a intenção do cliente de pagar esse valor da contraprestação quando devido. O valor da

contraprestação à qual a entidade tem direito pode ser inferior ao preço declarado no contrato se a contraprestação for variável, pois a entidade pode oferecer ao cliente uma redução de preço.

A receita pela venda dos produtos é reconhecida quando os riscos e os benefícios de propriedade desses itens são transferidos para o comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

e) Estoques

Avaliados pelo custo médio de aquisição, ajustado ao valor de mercado e das eventuais perdas, quando aplicável. Valor realizável líquido é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios deduzido dos custos estimados para sua conclusão e dos gastos estimados necessários para se concretizar a venda.

10.6 – Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

Nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente, a Companhia não teve itens fora do balanço que tenham, ou possam vir a ter um efeito relevante em sua condição financeira, receitas ou despesas, resultados operacionais, liquidez, investimentos ou recursos de capital.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras que não estejam no item anterior.

10.7 – Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente, a Companhia não teve itens fora do balanço que tenham, ou possam vir a ter um efeito relevante em sua condição financeira, receitas ou despesas, resultados operacionais, liquidez, investimentos ou recursos de capital.

10.8 – Plano de negócios

a. Investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Nossas atividades operacionais demandam investimentos regulares, principalmente relacionados ao desenvolvimento da infraestrutura operacional de nossas linhas de produção, bem como a aquisição de equipamentos utilizados em nossos negócios. Estes investimentos são geralmente orientados em virtude das necessidades de crescimentos da Companhia em cada segmento e região em que atua.

Nos exercícios sociais findo em 31 de março de 2020, de 2019 e de 2018, nosso gasto de capital foi de R$14,9 milhões, R$11,5 milhões e R$4,0 milhões especialmente voltados para aquisição de maquinários para nossas linhas de produção, adequação das plantas produtivas e centros de distribuição às exigências do corpo de bombeiros e otimização de nossas instalações buscando melhorias operacionais. No exercício de 2018, como fruto de nosso plano estratégico, investimos cerca de R$35,4 milhões (caixa pago, líquido do adquirido), na aquisição da empresa Da Ilha Comércio de Álcool Ltda.

A Companhia, diferente da maioria das empresas, não está exposta a riscos estratégicos e operacionais ocasionados pela pandemia da COVID-19, dado o segmento de atuação de suas controladas. Por atuar com produtos que ajudam na prevenção da doença, estamos correntemente vivenciando um acréscimo significativo de nossas vendas.

O investimento projetado para finalização das obras em execução representa um investimento adicional estimado R$3,4 milhões até o final de 2020.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

As principais fontes de financiamento que utilizamos para nossos investimentos em andamento foram o caixa gerado por nossas operações e empréstimos e financiamentos com instituições financeiras de primeira linha.

Em 31 de dezembro de 2019, realizamos uma reestruturação societária, descrita na nota explicativa 1 de nossas demonstrações financeiras referentes aos exercícios sociais findos em 31 de março de 2020, de 2019 e de 2018. Tal reestruturação, ainda que não tenha tido impacto no caixa da companhia, resultou em um acréscimo ao nosso patrimônio líquido da ordem de R$72,7 milhões, sendo R$32,4 milhões como reserva de capital e R$29,9 milhões de capital social, conforme apresentado nas demonstrações de mutação do patrimônio líquido, parte integrante de nossas demonstrações financeiras referentes aos exercícios sociais findos em 31 de março de 2020, de 2019 e de 2018.

Para mais informações sobre a estrutura de capital, vide item 10.1 deste Formulário de Referência.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desivenstimentos previstos

Não há desinvestimentos em andamento ou previstos.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos capazes de influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

c. Novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

R$862,0 mil, R$933,5 mil e R$1.072,7 mil para os exercícios encerrados em 31 de março de 2018, 2019 e 2020, respectivamente.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

R$583,6 mil, R$596,0 mil e R$957,6 mil para os exercícios encerrados em 31 de março de 2018, 2019 e 2020, respectivamente.

10.9 – Outros fatores com influência relevante

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item que não tenham sido divulgadas neste Formulário de Referência.

11.1 – Projeções divulgadas e premissas

Nos termos do artigo 20 da Instrução CVM nº 480, de 01 de dezembro de 2009, conforme alterada, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que a administração da Companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas de qualquer tipo. Dessa forma, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções e estimativas até o momento, optou-se por também não divulgar neste Formulário de Referência projeções ou estimativas de qualquer natureza (inclusive operacionais e financeiras) relacionadas aos seus negócios ou atividades.

a. Objeto da projeção

Não aplicável.

b. Período projetado e o prazo de validade da projeção

Não aplicável.

c. Premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração da Companhia e quais escapam ao seu controle

Não aplicável.

d. Valores dos indicadores que são objeto da previsão referentes aos três últimos exercícios e exercício social corrente

Não aplicável.

11.2 – Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

a. Informar quais projeções estão sendo substituídas por novas projeções incluídas neste Formulário de Referência e quais delas estão sendo repetidas neste Formulário de Referência

Não aplicável.

b. Quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções

Não aplicável.

c. Quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega deste Formulário de Referência e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

Não aplicável.

12.1 – Descrição da estrutura administrativa

a. atribuições do conselho de administração e dos órgãos e comitês permanentes que se reportam ao conselho de administração, indicando:

(i) se possuem regimento interno próprio, informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue esses regimentos, locais na rede mundial de computadores onde esses documentos podem ser consultados

O Conselho de Administração é o órgão de deliberação colegiada da Companhia, tendo como atribuições principais o estabelecimento das políticas gerais de negócios e supervisão da gestão da Diretoria.

De acordo com o artigo 16 do Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração será composto por 5 membros efetivos, podendo ter igual número de membros suplentes, indicados pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 anos, permitida a reeleição. Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 ou 20%, o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, conforme definição do Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados ao conselho de administração como conselheiros independentes ser deliberada na Assembleia Geral que os eleger.

Conforme artigo 18 do Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração deverá se reunir, ordinariamente, a cada trimestre, e extraordinariamente, sempre que necessário, mediante convocação pelo Presidente do Conselho de Administração, pelo Vice-Presidente do Conselho ou quaisquer 2 membros do Conselho de Administração, por meio de notificação escrita, inclusive e-mail, com pelo menos 2 dias de antecedência e com a apresentação da pauta dos assuntos a serem tratados.

As reuniões do Conselho de Administração serão instaladas com a presença da maioria dos membros em exercício, e as suas deliberações, inclusive propostas a serem submetidas à Assembleia Geral, serão aprovadas pela maioria dos membros presentes, cabendo ao presidente da reunião, em caso de empate, o voto de qualidade.

Além das responsabilidades atribuídas ao Conselho de Administração na forma da Lei das Sociedades por Ações, as seguintes matérias deverão ser aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia:

(i) aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado;
(ii) eleição, substituição ou destituição dos membros da Diretoria e do Comitê de Auditoria Estatutário;
(iii) atribuir aos Diretores as respectivas funções, atribuições e limites de alçada não especificados no Estatuto Social da Companhia;
(iv) declaração de dividendos intermediários e intercalares e o pagamento de juros sobre capital próprio;
(v) elaborar e divulgar parecer fundamentado sobre qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, em até 15 dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, nos termos do Regulamento do Novo Mercado;
(vi) autorizar a amortização, resgate ou recompra de ações da própria Companhia para manutenção em tesouraria ou cancelamento, bem como deliberar sobre a eventual alienação das ações porventura em tesouraria;
(vii) planos de negócios da Companhia, bem como planos de investimentos, orçamentos e suas alterações subsequentes;
(viii) aquisição de qualquer participação em outra pessoa jurídica, associações ou *joint ventures*, consórcios ou grupos de sociedade quando o valor individual ou em uma

série de operações da mesma natureza contratadas entre as mesmas partes e em um mesmo exercício social, for igual ou superior a R$5.000.000,00;

(ix) toda e qualquer aquisição e/ou alienação ou desinvestimento de ativos não previstos nos planos anuais, quando o valor individual ou em uma série de operações da mesma natureza contratadas entre as mesmas partes e em um mesmo exercício social, for igual ou superior a R$30.000.000,00;

(x) deliberação sobre a emissão e/ou listagem de valores mobiliários de emissão da Companhia em quaisquer mercados, ofertas de valores mobiliários de sua emissão pela própria Companhia, o registro de ofertas de aquisição de ações para fechamento de capital e o pedido de cancelamento de registro;

(xi) alienação de qualquer participação em outra pessoa jurídica, associações ou *joint ventures*, consórcios ou grupos de sociedade, igual ou superior a R$30.000.000,00;

(xii) aprovação de qualquer endividamento, financiamento e/ou empréstimo bancário em valor superior a R$30.000.000,00 em uma operação ou série de operações com a mesma instituição financeira durante um período de 12 meses;

(xiii) em qualquer hipótese, a prestação de quaisquer garantias em operações de endividamento, financiamento e/ou empréstimo bancário contraídas por quaisquer sociedades coligadas ou controladas diretas e indiretas da Companhia ("Investidas") em valor igual ou superior a R$30.000.000,00 em uma operação ou série de operações com a mesma instituição financeira durante um período de 12 meses;

(xiv) nomeação ou destituição de auditores independentes, observado o disposto na alínea "i" do artigo 28 do Estatuto Social;

(xv) prestação de quaisquer garantias a terceiros em valor superior a R$30.000.000,00, por operação, exceto nos casos de prestação de garantias a fornecedores no curso normal dos negócios da Companhia e Investidas, observado o disposto no inciso (xvi) abaixo, que independerá de autorização do Conselho de Administração;

(xvi) deliberar previamente sobre operações de cisão, fusão, incorporação das ações da Companhia ou incorporação, dissolução ou liquidação, ou qualquer outra operação de reorganização societária com efeitos semelhantes envolvendo qualquer das sociedades controladas pela Companhia;

(xvii) aprovar o voto da Companhia em qualquer deliberação societária relativa às controladas ou coligadas da Companhia, incluindo sem limitação a eleição ou destituição de seus administradores; e

(xviii) manifestar-se previamente sobre qualquer proposta a ser submetida à deliberação da Assembleia Geral.

Além disso, compete exclusivamente ao Presidente do Conselho de Administração, de acordo com o Regimento Interno do Conselho de Administração:

(i) coordenar as atividades do Conselho de Administração, buscando a eficácia e o bom desempenho do órgão e de cada um de seus membros, servindo de elo entre o Conselho de Administração e o diretor-presidente;

(ii) assegurar a eficácia e o bom desempenho do órgão e de cada um de seus membros;

(iii) assegurar que os Conselheiros recebam informações completas e tempestivas para o exercício dos seus mandatos;

(iv) convocar e presidir (a) as reuniões do Conselho de Administração (ou, na sua ausência ou impedimento, o Vice-Presidente), tendo voto final em caso de empate; e (b) as assembleias gerais (ou, na sua ausência ou impedimento, indicar outro conselheiro, diretor ou acionista para presidir a respectiva assembleia);

(v) compatibilizar as atividades do Conselho de Administração com os interesses da Companhia, dos seus acionistas e das demais partes interessadas;

(vi) assegurar a eficácia da avaliação de desempenho dos integrantes dos órgãos administrativos da Companhia;

(vii) contratar a empresa de consultoria externa independente, a qual deverá ter renomada expertise na condução de processos de avaliação de desempenho;

(viii) manter relacionamento com acionistas para assuntos de governança e diretrizes estratégicas;
(ix) representar a Companhia, sempre que necessário, junto ao Governo, a instâncias políticas nacionais ou internacionais, entidades de mercado, órgãos reguladores, órgãos multilaterais e/ou internacionais e associações internacionais de que a Companhia faça parte; e
(x) atuar como porta-voz do Conselho de Administração junto à imprensa, podendo pronunciar-se sobre assuntos institucionais da Companhia e temas relativos aos mercados de capitais nacional e internacional.

O Conselho de Administração possui um regimento interno próprio, o qual foi aprovado em sede de Reunião do Conselho de Administração, datada de 27 de agosto de 2020, e está disponível para consulta nos *websites* da CVM (www.cvm.gov.br) e da Companhia (www.grupompr.com.br/ri).

(ii) se o emissor possui comitê de auditoria estatutário, informando, caso positivo, suas principais atribuições, forma de funcionamento e se o mesmo atende aos requisitos da regulamentação emitida pela CVM a respeito do assunto

A Companhia possui um Comitê de Auditoria Estatutário, previsto no artigo 27 do Estatuto Social como um órgão de assessoramento, vinculado ao Conselho de Administração da Companhia, competindo-lhe auxiliar o Conselho de Administração no monitoramento e controle da qualidade das demonstrações financeiras e das informações trimestrais, nos controles internos, no gerenciamento de riscos e *compliance*.

O Comitê de Auditoria Estatutário é composto por 3 membros, sendo um deles designado como coordenador, todos eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, sendo que ao menos 1 deles deve ser Conselheiro Independente, conforme definição constante do Regulamento do Novo Mercado, e ao menos 1 deve ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, com mandato de 2 anos, podendo ser reeleitos.

Compete ao Comitê de Auditoria Estatutário, além de outras atribuições constantes do regimento interno:

(i) elaborar relatório anual resumido contendo a descrição das atividades do Comitê de Auditoria, o qual deverá ser apresentado juntamente com as demonstrações financeiras;
(ii) sugerir alterações ao presente Regimento e regras complementares para o seu funcionamento, submetendo-as à deliberação do Conselho de Administração;
(iii) opinar na contratação e destituição dos auditores independentes, assim como monitorar a efetividade do trabalho de tais auditores e sua independência, discutindo e avaliando o plano anual de trabalho elaborado, encaminhando-o ao Conselho de Administração para apreciação;
(iv) garantir que não sejam contratados serviços extra auditoria que possam comprometer a independência dos auditores;
(v) garantir o contato e reporte direto da auditoria independente com o Conselho de Administração;
(vi) garantir que as auditorias independentes e seus auditores não exerçam quaisquer funções de administração, nem tomem decisões no nível da administração ou atuem em capacidade equivalente à de um funcionário da Companhia;
(vii) avaliar as demonstrações financeiras, demonstrações intermediárias e informações trimestrais da Companhia;
(viii) manifestar-se sobre o relatório de recomendação de falha dos controles internos da auditoria independente;
(ix) monitorar a qualidade e integridade dos mecanismos de controles internos, das informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras

da Companhia, das informações e medições divulgadas com base em dados contábeis ajustados e em dados não contábeis que acrescentem elementos não previstos na estrutura dos relatórios usuais das demonstrações financeiras;

(x) gerenciar e acompanhar os trabalhos da área de controles internos e da auditoria interna, bem como quanto ao tratamento dado às denúncias de fraudes e/ou irregularidades recebidas pelo canal de denúncia, garantindo a proteção, o anonimato e a não-retaliação dos eventuais denunciantes;

(xi) avaliar, monitorar e fazer recomendação ao Conselho de Administração quanto à correção ou ao aprimoramento das políticas internas da Companhia relacionadas à elaboração e à auditoria das demonstrações financeiras e informações trimestrais e verificar o cumprimento de suas recomendações;

(xii) avaliar e monitorar, juntamente com a administração e a área de auditoria interna da Companhia, a adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia e suas respectivas evidenciações;

(xiii) avaliar a efetividade e suficiência dos sistemas de controles e gerenciamento de riscos legais, abrangendo o contencioso cível, tributário, trabalhista, dentre outros;

(xiv) apreciar os relatórios emitidos por órgãos reguladores sobre a Companhia que tenham relação com o escopo do Comitê de Auditoria;

(xv) opinar sobre as propostas da administração a serem submetidas à assembleia geral da Companhia, quando relativas à modificação do capital social, orçamento de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão;

(xvi) supervisionar as atividades dos auditores independentes, da área de controles internos da Companhia, da área de auditoria interna da Companhia e da área de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia;

(xvii) aprovar anualmente um cronograma de atividades para o exercício social correspondente, sendo certo que esse cronograma poderá ser revisto ao longo do ano por deliberação do próprio Comitê de Auditoria; e

(xviii) reunir-se com os demais comitês da Companhia, com a Diretoria e com o Conselho de Administração, para discutir políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito das suas respectivas competências.

De acordo com o Regimento Interno, o Comitê de Auditoria reunir-se-á (i) ao menos uma vez por trimestre, em caráter ordinário e (ii) em reuniões especiais, sempre que necessário. As reuniões serão, preferencialmente, realizadas na sede da Companhia ou, a critério do coordenador do Comitê de Auditoria, em outro local considerado adequado. As reuniões do Comitê de Auditoria serão convocadas pelo Presidente do Conselho de Administração, pelo Coordenador do Comitê ou pela maioria de seus membros, mediante comunicado escrito entregue, inclusive por e-mail, com antecedência mínima de 5 dias, no qual deverá constar a ordem do dia, a data, a hora e o local da reunião.

O Comitê de Auditoria Estatutário possui um regimento interno próprio, o qual foi aprovado em sede de Reunião do Conselho de Administração, datada de 27 de agosto de 2020, e está disponível para consulta nos *websites* da CVM (www.cvm.gov.br) e da Companhia (www.grupompr.com.br/ri).

(iii) de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente, e informando o órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Apesar da Companhia não possuir uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente, é de responsabilidade do Conselho de Administração a nomeação da auditoria independente. Para fins da nomeação, o Conselho de Administração conta com a ajuda do Comitê de Auditoria Estatutário, o qual compete opinar na contratação e destituição dos

auditores independentes, assim como monitorar a efetividade do trabalho de tais auditores e sua independência, discutindo e avaliando o plano anual de trabalho elaborado, encaminhando-o ao Conselho de Administração para apreciação.

b. em relação aos membros da diretoria estatutária, suas atribuições e poderes individuais, indicando se a diretoria possui regimento interno próprio, e informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Além das responsabilidades atribuídas pelo Conselho de Administração na forma da Lei das Sociedades por Ações, compete à Diretoria:

(i) zelar pela observância da lei e do Estatuto Social da Companhia;

(ii) zelar pela observância das deliberações tomadas nas Assembleias Gerais e nas reuniões do Conselho de Administração;

(iii) administrar e conduzir os negócios da Companhia, observadas as diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração, bem como a representação geral da Companhia, ativa ou passivamente, judicial ou extrajudicialmente;

(iv) nomear procuradores, devendo especificar no mandato, os atos e operações que poderão praticar e a duração observado que, no caso de procuração para fins de representação judicial, arbitral e administrativa, poderá ser por prazo indeterminado;

(v) proceder à alienação de bens do ativo, acordar, contratar, confessar, renunciar, transigir dar e receber quitação conceder ônus reais e prestar garantias, com relação a qualquer direito ou obrigação da Companhia, desde que pertinente às operações sociais, observada alçada de deliberação do Conselho de Administração;

(vi) autorizar a abertura e o encerramento de filiais no País ou no exterior; e

(vii) emitir e aprovar instruções internas julgadas úteis ou necessárias, observado o disposto no Estatuto Social da Companhia e na regulamentação em vigor.

Com relação às atribuições individuais dos Diretores da Companhia, o Estatuto Social da Companhia assim determina:

Diretor Presidente

Compete ao Diretor Presidente coordenar a ação dos Diretores e dirigir a execução das atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia, além das funções, atribuições e poderes a ele cometidos pelo Conselho de Administração, e observadas a política e orientação previamente traçadas pelo Conselho de Administração, bem como:

(i) convocar e presidir as reuniões da Diretoria;

(ii) superintender as atividades de administração da Companhia, coordenando e supervisionando as atividades dos membros da Diretoria;

(iii) propor sem exclusividade de iniciativa ao Conselho de Administração a atribuição de funções a cada Diretor no momento de sua respectiva eleição.

Diretor de Relações com Investidores

Compete ao Diretor de Relações com Investidores, incluindo, mas não se limitando, as seguintes atribuições:

(i) representar isoladamente a Companhia perante os órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado de capitais (incluindo CVM, B3, instituição escrituradora das ações de emissão da Companhia, entidades administradoras de mercados de balcão organizados), bem como demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, conforme legislação aplicável, no Brasil e no exterior;

(ii) representar a Companhia perante o público investidor prestando as informações necessárias;

(iii) monitorar o cumprimento das obrigações dispostas no Estatuto Social pelos acionistas da Companhia e reportar à Assembleia Geral e ao Conselho de Administração, quando solicitado, suas conclusões, relatórios e diligências;

(iv) tomar providências para manter atualizado o registro de companhia aberta perante a CVM; e

(v) reportar ao Diretor Presidente qualquer situação relativa às questões referentes a relações com investidores da Companhia.

Diretor Financeiro

Compete ao Diretor Financeiro, incluindo, mas não se limitando, as seguintes atribuições:

(i) propor alternativas de financiamento e aprovar condições financeiras dos negócios da Companhia;

(ii) administrar o caixa e as contas a pagar e a receber da Companhia;

(iii) dirigir as áreas contábil, de planejamento financeiro e fiscal; e

(iv) representar a Companhia perante instituições financeiras.

Diretor Comercial

Compete ao Diretor Comercial, incluindo, mas não se limitando, as seguintes atribuições:

(i) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar a área comercial da Companhia;

(ii) desenvolver e implementar estratégias de vendas da Companhia;

(iii) exercer outras atribuições específicas que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Diretor Presidente.

Diretor de Operações

(i) coordenar a implementação, estruturar, negociar e acompanhar o desenvolvimento do planejamento operacional da Companhia;

(ii) propor políticas e protocolos, bem como sugerir a introdução de novas práticas e tecnologias;

(iii) coordenar assuntos inerentes a sua área de atuação, apresentando e discutindo soluções para problemas e irregularidades;

(iv) exercer outras atribuições específicas que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Diretor Presidente.

A Diretoria não possui regimento interno próprio.

c. data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, informando se possui regimento interno próprio, e indicando, em caso positivo, data da sua aprovação pelo conselho fiscal e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia não possui conselho fiscal de funcionamento permanente e o Conselho Fiscal não se encontra instalado.

d. se há mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que se reporta ao conselho de administração, informando, em caso positivo:

A Companhia possui mecanismos formais de avaliação dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria, e dos comitês de assessoramento do Conselho de Administração, consolidados na forma de sua Política de Avaliação de Desempenho, a qual foi aprovada em sede de Reunião do Conselho de Administração da Companhia, datada de 27 de agosto de 2020 e está disponível para consulta nos *websites* da CVM (www.cvm.gov.br) e da Companhia (www.grupompr.com.br/ri).

(i) a periodicidade da avaliação e sua abrangência, indicando se a avaliação é feita somente em relação ao órgão ou se inclui também a avaliação individual de seus membros

O processo de avaliação de desempenho deverá ser realizado anualmente, preferencialmente no mês de janeiro.

A Companhia realiza avaliações dos seguintes órgãos, bem como de seus respectivos integrantes, de forma individual: (i) o próprio Conselho de Administração; (ii) comitês de assessoramento ao Conselho de Administração; e (iii) e Diretoria (em conjunto, "Órgãos Administrativos").

(ii) metodologia adotada e os principais critérios utilizados na avaliação

A Política de Avaliação de Desempenho prevê que a avaliação dos Órgãos Administrativos deverá ser conduzida (a) pelo departamento de Recursos Humanos da Companhia; e/ou (b) por consultoria externa independente contratada pelo Diretor Presidente da Companhia, com renomada expertise na condução de processos de avaliação de desempenho ("Consultor Externo").

Em sua metodologia de avaliação, o Consultor Externo ou o departamento de Recursos Humanos da Companhia, conforme aplicável, avaliará dados quantitativos e qualitativos referentes aos Órgãos Administrativos e seus respectivos integrantes, mediante a realização de entrevistas, a submissão de formulários, e obtenção de dados referentes, dentre outros tópicos, à participação dos respectivos integrantes, diversidade de gênero e idade, formação acadêmica e profissional, atuação em outras sociedades do mesmo grupo econômico ou concorrente.

O Consultor Externo ou o departamento de Recursos Humanos da Companhia, conforme aplicável, deverá elaborar deverá elaborar relatório de feedback indicando: (a) sempre que possível, dados comparativos em relação às avaliações anteriores; e (b) proposições para aprimoramento dos trabalhos desempenhados pelos integrantes dos Órgãos Administrativos, de modo individual e colegiado.

(iii) como os resultados da avaliação são utilizados pelo emissor para aprimorar o funcionamento deste órgão

Ao término do processo de avaliação, o Consultor Externo ou o departamento de Recursos Humanos da Companhia, conforme aplicável, elaborará relatório de *feedback* indicando proposições para aprimoramento dos trabalhos desempenhados pelos integrantes do Conselho de Administração, Diretoria e comitês de assessoramento do Conselho de Administração, de modo individual e colegiado.

As conclusões obtidas no curso do processo de avaliação, bem como as proposições para aprimoramento dos órgãos e integrantes avaliados, deverão ser avaliadas pelo Conselho de Administração e pelos Órgãos Administrativos para estabelecimento de planos de ação para o contínuo aperfeiçoamento compreendendo, exemplificativamente, a definição de metas para o ano subsequente.

(iv) se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos

A Companhia deverá priorizar a contratação do Consultor Externo em períodos trienais, de modo a facilitar a obtenção de dados comparativos em relação a exercícios anteriores.

12.2 – Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

a. Prazos de convocação

A Companhia adota os prazos estipulados na legislação societária para convocação das assembleias gerais, isto é, devem ser convocadas com, no mínimo, 15 dias de antecedência em primeira convocação e 8 dias de antecedência em segunda convocação, nos termos do parágrafo primeiro do inciso II do artigo 124 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, todas as assembleias gerais devem ser convocadas mediante 3 publicações no Diário Oficial do Estado em que esteja situada a sede da Companhia, ou seja, no Estado de São Paulo, e em outro jornal de grande circulação, o qual, no caso da Companhia, é o jornal Empresas & Negócios.

Ainda nos termos do artigo 124, seu parágrafo quinto estabelece que a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") poderá, a seu exclusivo critério, mediante decisão fundamentada do seu Colegiado, a pedido de qualquer acionista, e ouvida a Companhia, em determinadas circunstâncias e observada a legislação societária (i) aumentar, para até 30 dias, o prazo de antecedência de publicação do primeiro anúncio de convocação da assembleia geral, em razão da complexidade da matéria a ser deliberada; e (ii) interromper, por até 15 dias, o curso do prazo de antecedência da convocação de assembleia geral extraordinária, a fim de conhecer e analisar as propostas a serem submetidas à assembleia geral.

As assembleias gerais da Companhia poderão, ainda, ser convocadas pelos acionistas da Companhia, conforme disposto nas alíneas "b", "c" e "d" do parágrafo único do artigo 123 e do artigo 150 da Lei das Sociedades por Ações.

b. Competências

Compete exclusivamente à assembleia geral, além das demais atribuições previstas na Lei das Sociedades por Ações:

(i) reformar o estatuto social; (ii) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, caso instalado, bem como definir o número de membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, caso instalado; (iii) fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado; (iv) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar sobre as demonstrações financeiras; (v) deliberar sobre a dissolução, liquidação, fusão, cisão, transformação ou incorporação (inclusive incorporação de ações) da Companhia; (vi) apresentar pedidos de recuperação judicial ou extrajudicial, ou de autofalência; (vii) atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações; (viii) aprovar planos de outorga de opção de compra de ações aos seus administradores e empregados, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a suas controladas; (ix) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre o capital próprio, com base nas demonstrações financeiras anuais; (x) deliberar sobre resgates, amortizações, aumento ou redução do capital social, excetuada a disposição prevista no parágrafo 1º do Artigo 5º deste Estatuto Social; (xi) deliberar sobre a emissão de novas ações ou outros títulos conversíveis em ações, sem prejuízo das competências conferidas ao Conselho de Administração no estatuto social; e (xii) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração.

c. Endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Os documentos referentes às assembleias podem ser encontrados nos seguintes endereços eletrônicos (i) da Companhia, em www.grupompr.com.br/ri; (ii) da CVM, em www.cvm.gov.br; e (iii) da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, em www.b3.com.br.

Alternativamente, os documentos podem ser encontrados na sede social da Companhia na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Madeira, nº 222, 7º andar, conjunto 71, sala 1, Edifício Alfacon, Centro Empresarial Alphaville, CEP 06.454-010.

d. Identificação e administração de conflitos de interesses

De acordo com a Política de Transações com Partes Relacionadas, aprovada em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de agosto de 2020, a manifestação da situação de conflito de interesses e a subsequente abstenção deverão constar da ata da Assembleia Geral na qual foi suscitado o conflito.

Os acionistas da Companhia poderão encaminhar à Diretoria de Relações com Investidores, a qualquer tempo, inclusive após a realização de assembleias gerais, arguição de impedimento de voto em conflito de interesses ou de benefício particular, nos termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, relacionadas a matérias submetidas a assembleias gerais. Caso a arguição de impedimento de voto tenha sido encaminhada por acionista da Companhia com até 8 dias de antecedência para a data de realização, em primeira convocação, da assembleia geral, o departamento jurídico da Companhia deverá elaborar relatório a ser apresentado ao presidente da assembleia geral, indicando o seu entendimento sobre a matéria.

Caberá ao presidente da mesa da assembleia geral decidir, no curso da própria assembleia, pelo impedimento do acionista em suposto conflito de interesses ou em situação de benefício particular, sem prejuízo da posterior submissão da matéria à CVM, seja pelo acionista reclamante, pelo acionista eventualmente impedido, ou pela Companhia.

e. Solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

Até a data deste Formulário de Referência a administração não possui regras específicas, política ou prática para solicitação de procuração pública para o exercício do direito de voto em assembleias gerais da Companhia e, portanto, observa o disposto no artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações e na Instrução da CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 481/09").

f. Formalidades necessárias para aceitação de procurações outorgadas por acionistas, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarização, consularização e tradução juramentada e se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, o acionista pode ser representado na assembleia geral por procurador constituído há menos de um ano, que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado; na companhia aberta, como é o caso da Companhia, podendo, ainda, ser representado por instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento a representação dos condôminos.

Para tomar parte e votar na assembleia geral, o acionista deve provar, mediante apresentação da documentação original ou cópia enviada por e-mail à Companhia, a sua qualidade como acionista, apresentando, preferencialmente até 2 dias de antecedência da data da assembleia geral:

(i) documento de identidade e (ii) comprovante expedido pela instituição depositária referente às suas ações.

O procurador do acionista deverá exibir a respectiva procuração até o mesmo momento e pelo mesmo meio referido do acionista. Os originais dos documentos listados neste item, ou suas cópias, dispensada a autenticação e o reconhecimento de firma, deverão ser exibidos à Companhia até o momento da abertura dos trabalhos da assembleia geral.

Além disso, necessário que o procurador esteja com seu documento de identidade de modo a comprovar a validade da procuração que lhe foi outorgada.

Na hipótese de o procurador representar um acionista pessoa jurídica, deverá, ainda, apresentar cópia autenticada do contrato social ou do estatuto social, conforme aplicável, bem como o ato societário de eleição do administrador que (i) comparecer à assembleia geral como representante da pessoa jurídica; ou (ii) assinar a procuração para que terceiro represente o acionista pessoa jurídica.

Para os documentos que forem expedidos no exterior, deve ser apresentada a respectiva tradução juramentada para a língua portuguesa, no entanto, não sendo necessária a notarização, a consularização e/ou o apostilamento destes documentos.

Ressalta-se que os documentos em língua inglesa e espanhola estão dispensados da tradução.

Sem prejuízo do disposto neste item, o acionista que comparecer presencialmente à assembleia geral munido dos documentos ora referidos, até o momento da abertura dos trabalhos, poderá participar e votar, ainda que tenha deixado de apresenta-los previamente.

A Companhia admite procurações outorgadas por meio eletrônico.

g. Formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarização e consularização

Nos termos da Instrução CVM 481/09, a Companhia possibilita a participação à distância em assembleias gerais por meio do boletim de voto à distância ("Boletim de Voto").

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto à distância, por meio do envio diretamente à Companhia, deverá encaminhar os documentos abaixo listados, no prazo de 7 (sete) dias da data da assembleia geral, aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores, no escritório da Companhia, localizado na Alameda Madeira, nº 222, 7º andar, conjunto 71, sala 1, Edificio Alfacon, Centro Empresarial Alphaville, CEP 06454-010, Barueri – São Paulo. Cópia da documentação poderá ser encaminhada para o e-mail ri@grupompr.com.br. Os Boletins de Voto recebidos após a data estabelecida serão desconsiderados pela Companhia.

Os documentos a serem encaminhados são os seguintes:

(i) via física original do boletim relativo à assembleia geral devidamente preenchido, rubricado e assinado com firma reconhecida; e

(ii) os demais documentos:
   a. pessoas físicas:
      - documento de identidade do acionista
   b. pessoas jurídicas:

- contrato social ou estatuto social, conforme aplicável, bem como os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; e
- documento de identidade do representante legal

c. fundos de investimento:
- regulamento consolidado do fundo;
- contrato social ou estatuto social, conforme aplicável, do seu administrador ou gestor, observada a política de voto, bem como documentos societários que comprovem os poderes de representação; e
- documento de identidade do representante.

Para os documentos que forem expedidos no exterior, deve ser apresentada a respectiva tradução juramentada para a língua portuguesa, no entanto, não sendo necessária a notarização, a consularização e/ou o apostilamento dos mesmos.

Ressalta-se que os documentos em língua inglesa e espanhola estão dispensados da tradução.

Nos termos do artigo 21-U da Instrução CVM 481/09, a Companhia comunicará ao acionista, em até 3 dias do recebimento do Boletim de Voto, se os documentos recebidos são suficientes ou não para que o voto seja considerado válido. Nesse mesmo prazo, a Companhia comunicará os acionistas a respeito de eventual necessidade de retificação ou reenvio do Boletim de Voto, observados os prazos e procedimentos estabelecidos na Instrução CVM 481/09.

h. Se a Companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância

A Companhia não disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto à distância ou de participação a distância.

i. Instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância

A Companhia não adota prática diferenciada para inclusão de propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal no Boletim de Voto.

Nos termos do artigo 21-L da Instrução CVM 481/09, caso o acionista ou o grupo de acionistas queira incluir propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal no Boletim de Voto, será necessária a apresentação destas propostas por meio de correspondência, por escrito, enviada à sede da Companhia, localizada na Alameda Madeira, nº 222, 7º andar, conjunto 71, sala 1, Edificio Alfacon, Centro Empresarial Alphaville, CEP 06454-010, Barueri – São Paulo, aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores, juntamente com os documentos pertinentes à proposta (incluindo as informações mencionadas no artigo 21-M, da Instrução CVM 481/09), ou ao meio do endereço eletrônico: ri@grupompr.com.br, nos prazos e na forma estabelecidos pela regulamentação vigente.

Conforme exigido pela Instrução CVM 481/09, a Companhia entrará em contato com o acionista, pelo e-mail informado na proposta de deliberação, visando informa-lo sobre a viabilidade da inclusão da proposta no Boletim de Voto, conforme preceitua o artigo 21-N da referida Instrução.

j. Se a companhia disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

A Companhia não dispõe de fóruns e páginas na *internet* destinados a receber comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias.

k. Outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância

Os acionistas detentores de ações de emissão da Companhia que estejam depositadas em depositária central, poderão transmitir as instruções de voto para preenchimento do Boletim de Voto por meio dos seus respectivos agentes de custódia, caso esses prestem esse tipo de serviço. Será necessário observar as regras e procedimentos estabelecidos pelo custodiante e pela regulamentação aplicável.

12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

a. Número de reuniões realizadas no último exercício social, discriminando entre número de reuniões ordinárias e extraordinárias

Tendo-se em vista a criação do Conselho de Administração da Companhia em dezembro de 2019, não foram realizadas pelo órgão quaisquer reuniões no último exercício social, ordinárias ou extraordinárias.

No presente exercício social foram realizadas as seguintes reuniões do Conselho de Administração:

- em 26 de agosto de 2020, para manifestação sobre as contas e o relatório da administração, o relatório e parecer dos auditores independentes, bem como sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2020, e a aprovação da proposta, à Assembleia Geral Ordinária, de destinação do resultado do exercício social findo em 31 de março de 2020; e

- em 27 de agosto de 2020, para aprovar a renúncia e eleição de Diretores e membros do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia, bem como aprovação das políticas de governança da Companhia.

b. Se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

O Acordo de Acionistas atualmente arquivado na sede da Companhia, conforme descrito no item 15.5 deste Formulário de Referência, não prevê restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto dos membros do Conselho de Administração.

c. Regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Em reunião do Conselho de Administração, datada de 27 de agosto de 2020, foi aprovada a Política de Transações com Partes Relacionadas ("Política de Transações com Partes Relacionadas") que visa a estabelecer regras a fim de assegurar que todas as decisões envolvendo partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesses sejam tomadas tendo em vista os interesses da Companhia, com plena independência e absoluta transparência, de modo a garantir aos acionistas, aos investidores e outras partes interessadas, que a Companhia se encontre de acordo com as melhores práticas de governança corporativa e demais disposições legais aplicáveis.

Os administradores da Companhia, ao identificarem uma matéria dessa natureza, ou outras que possam representar potenciais conflitos de interesses, devem imediatamente manifestar seu conflito de interesses. Adicionalmente, devem abster-se de votar.

Caso solicitado pelo Presidente do Conselho de Administração ou pelo Diretor Presidente, conforme o caso, os administradores que tenham interesse na operação em questão participarão parcialmente da discussão de forma a explicar seu envolvimento na operação e proporcionar informações adicionais sobre a operação e as partes envolvidas. Neste caso, deverão se ausentar da parte final da discussão, incluindo o processo de votação da matéria.

Caso algum membro do Conselho de Administração ou Diretor Estatutário, que possa ter um potencial ganho privado decorrente de alguma decisão, não manifeste seu conflito de interesses, qualquer outro membro do órgão ao qual pertence que tenha conhecimento da situação, deverá fazê-lo.

Neste caso, a não manifestação voluntária do administrador será considerada uma violação à Política, sendo levada ao Conselho de Administração para avaliação de eventual ação corretiva.

A manifestação da situação de conflito de interesses e a subsequente abstenção deverão constar da ata da reunião.

Para mais informações sobre a Política de Transações com Partes Relacionadas, vide item 16.1 deste Formulário de Referência. A íntegra da Política de Transações com Partes Relacionadas pode ser acessada no site de relações com investidores da Companhia (www.grupompr.com.br/ri) e no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br), na categoria "Política de Transações entre Partes Relacionadas".

d. Se o emissor possui política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração formalmente aprovada, informando, em caso positivo:

(i) órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia possui uma política de indicação e de preenchimento de cargos do Conselho de Administração, dos comitês e da Diretoria ("Política de Indicação"), a qual foi aprovada em sede de Reunião do Conselho de Administração, datada de 27 de agosto de 2020, e está disponível na página da Companhia na rede mundial de computadores: www.grupompr.com.br/ri.

(ii) principais características da política, incluindo regras relativas ao processo de indicação dos membros do conselho de administração, à composição do órgão e à seleção de seus membros

A Política de Indicação estabelece os critérios, requisitos mínimos e diretrizes para indicação de membros ao Conselho de Administração; (ii) aos comitês relacionados ao Conselho de Administração ("Comitês"); e (iii) à Diretoria ("Diretoria") da Companhia.

Nos termos da Política de Indicação, o processo de indicação deverá garantir que tais órgãos colegiados sejam compostos por profissionais altamente qualificados, comprometidos e alinhados com a missão, visão e valores éticos da Companhia (integridade, comprometimento, responsabilidade, iniciativa, cooperação, simplicidade e determinação), além de possuírem notável experiência profissional, técnica e acadêmica, compatível com o cargo para o qual estão sendo indicados.

Por meio da Política de Indicação são previstos os requisitos mínimos legais e regulamentares para indicação de membros ao Conselho de Administração. Conforme previsto neste documento, a indicação dos membros para composição do Conselho de Administração poderá ser feita pela administração ou por qualquer acionista da Companhia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

O acionista que desejar indicar candidatos para o Conselho de Administração poderá notificar a Companhia por escrito informando o nome completo e qualificação dos candidatos em até 30 dias antes da realização da Assembleia Geral que elegerá o novo Conselho de Administração da Companhia.

Nos termos do artigo 3º da Instrução CVM nº 367, de 29 de maio de 2002 ("ICVM 367/02"), o acionista que submeter a indicação de membro do Conselho de Administração deverá apresentar, no mesmo ato: (i) cópia do instrumento de declaração de desimpedimento, nos termos da ICVM 367/02, ou declarar que obteve do indicado a informação de que está em condições de firmar tal instrumento, indicando as eventuais ressalvas; e (ii) o currículo do candidato indicado, contendo,

no mínimo, sua qualificação, experiência profissional, escolaridade, principal atividade profissional que exerce no momento e indicação de quais cargos ocupa em conselhos de administração, fiscal ou consultivo em outras companhias e o atendimento aos requisitos do parágrafo 3º do artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações.

12.4 – Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

O Estatuto Social da Companhia prevê que a Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal são obrigados a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado na forma de seu regulamento, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, no Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Contrato de Participação no Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado e do Regulamento de Sanções.

A posse dos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria fica condicionada à assinatura do termo de posse, lavrado em livro próprio, que deve contemplar a sujeição dos referidos membros à cláusula compromissória do Artigo 35 do Estatuto Social, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis. Os referidos membros permanecerão em seus cargos até a investidura dos novos administradores eleitos.

12.5/6 – Composição e experiência profissional da administração e do conselho

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF ou Passaporte	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**
Outros cargos e funções exercidas no emissor	**Membro independente**	**Descrição de outro cargo/função**	**Número de Mandatos Consecutivos**	**Percentual de participação nas reuniões**
José Vicente Marino	11/02/1966	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	27/08/2020	2 anos
118.032.008-55	Administrador de Empresas	33 – Conselheiro (Efetivo) e Dir. Presidente	27/08/2020	Sim
	Não		0	0,00%
Isabel Paulino da Costa Tartuci	20/05/1982	Pertence apenas à Diretoria	27/08/2020	2 anos
011.716.796-70	Administradora de Empresas	12 – Diretor de Relações com Investidores	27/08/2020	Sim
	Não	Diretora Financeira e de Relações com Investidores	0	0,00%
Leonardo Medeiros Antunes Ferreira	01/07/1975	Pertence apenas à Diretoria	27/08/2020	2 anos
037.651.127-39	Engenheiro	19 – Outros Diretores	27/08/2020	Sim
	Não	Diretor Comercial	0	0,00%

Júlio Cesar Lima Alonso	01/05/1973	Pertence apenas à Diretoria	27/08/2020	2 anos
168.241.158-35	Engenheiro	19 – Outros Diretores	27/08/2020	Sim
	Não	Diretor Operacional	0	0,00%
Ettore Victor Biagioni	13/04/1958	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/08/2020	2 anos
232.330.688-08	Economista	20 - Presidente do Conselho de Administração	27/08/2020	Sim
	Não		0	0,00%
Thiago Luiz Grego de Aguiar	27/03/1981	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/08/2020	2 anos
219.729.458-07	Administrador de Empresas	23 – Conselho de Administração (Suplente)	27/08/2020	Sim
Membro do Comitê de Auditoria	Não		0	0,00%
José Ricardo Ferreira Soares	19/10/1981	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/08/2020	2 anos
222.317.678-05	Arquiteto	23 – Conselho de Administração (Suplente)	27/08/2020	Sim
	Não		0	0,00%
José Paulo Ferreira Soares	11/03/1978	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/08/2020	2 anos
260.191.008-98	Administrador de Empresas	22 – Conselho de Administração (Efetivo)	27/08/2020	Sim
Membro do Comitê de Auditoria	Não		0	0,00%

José Marcio Ferreira Soares	24/09/1976	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/08/2020	2 anos
271.581.778-90	Empresário	23 – Conselho de Administração (Suplente)	27/08/2020	Sim
	Não	Membro suplente do Conselho de Administração	0	0,00%
Marcelo Queiroz	23/03/1968	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/08/2020	2 anos
648.259.576-68	Empresário	22 – Conselho de Administração (Efetivo)	27/08/2020	Sim
Membro do Comitê de Auditoria	Sim		0	0,00%
Marcel Szajubok	26/11/1974	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/08/2020	2 anos
168.976.108-36	Empresário	23 – Conselho de Administração (Suplente)	27/08/2020	Sim
	Sim		0	0,00%
Lilian Maria Ferezim Guimarães	26/08/1960	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/08/2020	2 anos
063.940.958-00	Administradora	22 – Conselho de Administração (Efetivo)	27/08/2020	Sim
	Sim		0	0,00%
Adriana Rabello Fellipelli	19/12/1964	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/08/2020	2 anos
111.388.278-60	Psicóloga e Empresária	23 – Conselho de Administração (Suplente)	27/08/2020	Sim

Sim	0	0,00%

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critério utilizado para determinar a independência

José Vicente Marino

118.032.008-55

Jose Vicente Marino ingressou na Companhia como membro do conselho consultivo em junho de 2019 e, em agosto de 2020, assumiu a função de Diretor Presidente. José tem mais de 30 anos de experiencia na indústria de bens de consumo, tendo exercido a função de diretor presidente na Johnson & Johnson consumo Brasil, na Flora Higiene e Limpeza, e na Avon cosméticos. Foi vice-presidente executivo da Natura cosméticos. Atua no comitê executivo e no conselho do instituto Akatu para o consumo consciente, como trabalho voluntário. É graduado e mestre em administração pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

José Vicente Marino declara que não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, José Vicente Marino declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critério utilizado para determinar a independência

Isabel Paulino da Costa Tartuci

011.716.796-70

Isabel Paulino da Costa Tartuci ingressou na Companhia em 2016 e, desde então, ocupa a Diretoria Financeira. Isabel atuou como Diretora Financeira na Kolplast, Bio Ritmo (atual Smart Fit) e Pátria Investimentos, antes de juntar-se à Companhia. É formada em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Isabel Paulino da Costa Tartuci declara que não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, Isabel Paulino da Costa Tartuci declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critério utilizado para determinar a independência

Leonardo Medeiros Antunes Ferreira

037.651.127-39

Leonardo Medeiros Antunes Ferreira ingressou no Grupo MPR em fevereiro de 2017 como Diretor Comercial. Em fevereiro de 2019 assumiu a função executiva de CEO. E mais recentemente, em agosto de 2020, a função de VP Comercial. Leonardo tem mais de 20 anos de experiencia na indústria de FMCG, tendo passado por empresas como Procter & Gamble, posições de Diretoria de Vendas na Pepsico e Diretoria Comercial na Wickbold. É graduado em Engenharia Mecânica pela UFRJ, Direito pela UERJ, além de um MBA pelo IBMEC.

Leonardo Medeiros Antunes Ferreira declara que não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, Leonardo Medeiros Antunes Ferreira declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critério utilizado para determinar a independência

Júlio César Lima Alonso

168.241.158-35

Júlio César Lima Alonso ingressou na Companhia em 2019 e, desde então, ocupa a Diretoria de Operações. Júlio atuou como Diretor de Supply Chain e Operações na Alicorp Brasil e Pepsico, além de posições de gerência sênior no Grupo Votorantim e Grupo Gerdau, antes de juntar-se à Companhia. Possui graduações em Publicidade e Propaganda pela Escola Superior de Propaganda e Marketing e em Administração de Empresas pela Universidade Paulista. Além disso, possui MBA pela FGV-EASP com extensão em Babson College Boston-USA.

Júlio César Lima Alonso declara que não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha

suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, Júlio Cesar Lima Alonso declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critério utilizado para determinar a independência

Ettore Victor Biagioni

232.330.688-08

Ettore Biagioni tornou-se membro do Grupo MPR em 2019. Durante os últimos 15 anos ele ocupa a posição de *Managing Partner* na Alothon, um fundo de Private Equity. Anteriormente, Ettore liderou o departamento de *private equity* para a América Latina do Bankers Trust (BT), e subsequente Deutsche Bank, bem como liderou o departamento de Fusões e Aquisições do BT. Ele também trabalhou no Brown Brothers Harriman & Co. e na McKinsey & Company. Por mais de dez anos ele foi conselheiro da Cynosure, uma companhia negociada na NASDAQ, onde também era membro de comitês de remuneração, auditoria e governança corporativa. Sr. Biagioni é graduado com distinção pelo Babson College e obteve seu M.B.A. na Wharton School, da Universidade da Pennsylvania.

Ettore Victor Biagioni declara que não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, Ettore Victor Biagioni declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critério utilizado para determinar a independência

Thiago Luiz Grego de Aguiar

219.729.458-07

Thiago Aguiar tornou-se membro do Grupo MPR em 2019. Desde 2017, ele é integrante do time de Investimentos e membro do Conselho de outras empresas investidas da Alothon, um fundo de Private Equity. Anteriormente, Thiago fez parte do time de Private Equity do Pátria Investimentos, tendo ocupado posições de liderança em duas de suas investidas ao longo de aproximadamente 10 anos. Ele também trabalhou na gestora de Investimentos Swiss Capital, no British Gas Group, Deloitte, além de ter co-

fundado uma boutique de M&A, voltada para transações de Pequenas e Médias empresas no Brasil. Sr. Thiago é graduado em Administração pela Fundação Getulio Vargas (FGV).

Thiago Luiz Grego de Aguiar declara que não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, Thiago Luiz Grego de Aguiar declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critério utilizado para determinar a independência

José Ricardo Ferreira Soares

222.317.678-05

José Ricardo Ferreira Soares é graduado em arquitetura e urbanismo pela Faculdade de Belas Artes de São Paulo e membro da família fundadora do Grupo MPR. Ingressou na Companhia em 2001, passando por diversas áreas como marketing (reestilização das marcas, expansão de portfólio e canais online), pesquisa e desenvolvimento (liderou todos os processos de inovação e tecnologia do portfólio atual), gestão da qualidade (liderou toda operação fabril, homologação e desenvolvimento de fornecedores e regulatórios), manufatura (liderou e coordenou a unificação das plantas e CDs de Almirante Tamandaré e Piracicaba) e compras (responsável pelo projeto de renovação e automação de todo parque fabril).

José Ricardo Ferreira Soares declara que não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o José Ricardo Ferreira Soares declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critério utilizado para determinar a independência

José Paulo Ferreira Soares

260.191.008-98

José Paulo Ferreira Soares ingressou na Companhia em 1996, passou por diversas posições e em 2001 assumiu a Diretoria Administrativa Financeira, cargo exercido até 2008. Em 2009 foi para o Conselho de Administração e permaneceu até 2011 quando voltou a assumir um cargo executivo na Companhia como CEO, posição esta que exerceu até fevereiro de 2019. É formado em Administração de Empresas na FMU (Faculdades Metropolitanas Unidas) e com MBA na (FGV) Fundação Getúlio Vargas em Gestão Financeira, Controladoria, Auditoria e Compliance.

José Paulo Ferreira Soares declara que não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o José Paulo Ferreira Soares declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critério utilizado para determinar a independência

Marcelo Queiroz

648.259.576-68

Marcelo Queiroz é graduado em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal de Uberlândia (MG), com especializações em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas e em programas de gestão para alta liderança e Gerência Geral, na Ashridge-Hult International Business School e pela London Business School, respectivamente. Na Tetra Pak há 22 anos, empresa líder mundial em soluções para processamento e embalagem de alimentos, Marcelo acumulou experiência em várias posições dentro da área comercial em várias regiões e divisões no Brasil, além da diretoria executiva no país. Também foi responsável como gerente geral da gestão das operações na Venezuela e na África Oriental, onde orquestrou significativa revitalização e liderou a transformação dos negócios e das fábricas locais, promovendo o desenvolvimento sustentável da Tetra Pak nesses países. Desde julho de 2014, Marcelo Queiroz é o presidente da operação brasileira, segundo maior mercado do mundo da Tetra Pak, que está presente em 170 países, além de acumular a função de responsável pela liderança e gestão de todos os processos comerciais nas Américas, fazendo parte do comitê executivo e de governança de toda esta região. Antes de ingressar na Tetra Pak em 1998 como Gerente de Vendas, trabalhou em empresas como a multinacional suiça que fabrica instalações e equipamentos para processamento de alimentos, Buhler SA, no Brasil e na matriz na Suiça, e na multinacional japonesa Komatsu, que atua no desenvolvimento, fabricação, e venda de equipamentos e maquinaria industrial para construção e mineração.

Marcelo Queiroz declara que não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, Marcelo Queiroz declara que não é pessoa exposta

politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Marcelo Queiroz é membro independente do Conselho de Administração da Companhia e declara que cumpre os requisitos para tal cargo e que não se enquadra em nenhuma situação que implique a perda de sua independência do conselheiro, nos termos do Regulamento do Novo Mercado e do Regimento Interno do Conselho de Administração, quais sejam: (i) não é acionista controlador direto ou indireto da Companha; (ii) não tem seu exercício de voto nas reuniões do Conselho de Administração da Companhia vinculado por acordo de acionistas que tenha por objeto matérias relacionadas à Companhia; (iii) não é cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o segundo grau, de acionista controlador da Companhia, de administrador da Companhia ou de administrador de acionista controlador da Companhia; e (iv) não foi empregado ou diretor da Companhia ou de acionista controlador da Companhia nos últimos três anos.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critério utilizado para determinar a independência

Marcel Szajubok

168.976.108-36

O Sr. Marcel Szajubok é sócio fundador da Embelleze Venda Direta. Exerceu cargo de executivo de grandes empresas no Brasil e América Latina por mais de 25 anos como Natura, Lojas Marisa e Jeunesse Global. Foi eleito Presidente do Conselho de Ética da ABEVD (Associação Brasileira de Empresas de Venda Direta) em 2017. Como trabalho voluntário é Embaixador do Movimento Compre do Bairro e membro do CEO Legacy da Fundação Dom Cabral. Formado em marketing e comunicação e com MBA em Gestão de Empresas pela Fundação Getulio Vargas.

Marcel Szajubok declara que não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, Marcel Szajubok declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Marcel Szajubok é membro suplente independente do Conselho de Administração da Companhia e declara que cumpre os requisitos para tal cargo e que não se enquadra em nenhuma situação que implique a perda de sua independência do conselheiro, nos termos do Regulamento do Novo Mercado e do Regimento Interno do Conselho de Administração, quais sejam: (i) não é acionista controlador direto ou indireto da Companha; (ii) não tem seu exercício de voto nas reuniões do Conselho de Administração da Companhia vinculado por acordo de acionistas que tenha por objeto matérias relacionadas à Companhia; (iii) não é cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o segundo grau, de acionista controlador da Companhia, de administrador da Companhia ou de administrador de acionista controlador da Companhia; e (iv) não foi empregado ou diretor da Companhia ou de acionista controlador da Companhia nos últimos três anos.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critério utilizado para determinar a independência

Lilian Maria Ferezim Guimarães

063.940.958-00

Lilian Maria Ferezim Guimarães tem mais de 30 anos de experiência na área de Gestão de Pessoas. Tendo atuado como executiva e membro de comitês executivos de grandes organizações nacionais e multinacionais, desenvolveu sua trajetória especialmente no mercado financeiro, com destaque para a posição de Vice-Presidente de Recursos Humanos em duas renomadas organizações: Bancos ABN Amro-Real e Santander entre 2000 e 2013 e Natura, de 2013 a 2015. Desde 2016 é conselheira de administração ou consultiva e membro de comitês de RH de empresas e mentora de profissionais de diferentes áreas. Graduada em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas, com especialização em RH pela mesma instituição, Pós-graduada pelo Senac e formada em *coaching* pelo Instituto Ecosocial. Formada em Governança Corporativa pela FDC – Fundação Dom Cabral.

A Sra. Lilian Maria Ferezim Guimarães declara que não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, Lilian Maria Ferezim Guimarães declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Lilian Maria Ferezim Guimarães é membro independente do Conselho de Administração da Companhia e declara que cumpre os requisitos para tal cargo e que não se enquadra em nenhuma situação que implique a perda de sua independência, nos termos do Regulamento do Novo Mercado e do Regimento Interno do Conselho de Administração, quais sejam: (i) não é acionista controlador direto ou indireto da Companha; (ii) não tem seu exercício de voto nas reuniões do Conselho de Administração da Companhia vinculado por acordo de acionistas que tenha por objeto matérias relacionadas à Companhia; (iii) não é cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o segundo grau, de acionista controlador da Companhia, de administrador da Companhia ou de administrador de acionista controlador da Companhia; e (iv) não foi empregado ou diretor da Companhia ou de acionista controlador da Companhia nos últimos três anos.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critério utilizado para determinar a independência

Adriana Rabello Fellipelli

111.388.297-60

Adriana Fellipelli ingressou como suplente no Conselho de Administração da Companhia em agosto de 2020. Adriana tem 30 anos de experiência como empresária no segmento de consultoria de serviços em desenvolvimento organizacional. Fundou sua primeira empresa, Saad Fellipelli, aos 24 anos e a vendeu 11 anos depois para uma multinacional, Right Management, onde permaneceu como executiva para o Brasil e América Latina por 7 anos. Fundou sua segunda e atual empresa Fellipelli Instrumentos de Diagnóstico em 2008, onde distribui 18 instrumentos de diagnósticos de softskills, tais como MBTI, EQi, Birkman entre outros, como também atua como coach de C level desde 1997. Especialista em assessment center para grandes empresas como Petrobrás, Bradesco, Yara International, entre outras. É graduada em psicologia pela Universidade Paulista UNIP, Gestalt Terapia pelo Instituto Claudio Naranjo, Certificação em Coaching baseada em neurociência pelo Neuroleadership Institute NY.

Adriana Fellipelli declara que não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, Adriana Fellipelli declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Adriana Fellipelli é membro suplente independente do Conselho de Administração da Companhia e declara que cumpre os requisitos para tal cargo e que não se enquadra em nenhuma situação que implique a perda de sua independência do conselheiro, nos termos do Regulamento do Novo Mercado e do Regimento Interno do Conselho de Administração, quais sejam: (i) não é acionista controlador direto ou indireto da Companha; (ii) não tem seu exercício de voto nas reuniões do Conselho de Administração da Companhia vinculado por acordo de acionistas que tenha por objeto matérias relacionadas à Companhia; (iii) não é cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o segundo grau, de acionista controlador da Companhia, de administrador da Companhia ou de administrador de acionista controlador da Companhia; e (iv) não foi empregado ou diretor da Companhia ou de acionista controlador da Companhia nos últimos três anos.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

12.7/8 Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração e percentual de participação dos membros dos Comitês

Nome	Tipo de comitê		Cargo ocupado	Data de nascimento	Data de posse	Prazo do mandato
CPF ou Passaporte	**Descrição outros comitês**	**Profissão**	**Descrição de outros cargos ocupados**	**Data da eleição**	**Número de Mandatos Consecutivos**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor						
Thiago Luiz Grego de Aguiar	Comitê de Auditoria		Presidente do Comitê	27/03/1981	27/08/2020	27/08/2022
219.729.458-07	N/A	Administrador de Empresas		27/08/2020	0	0,00%
Membro suplente do Conselho de Administração						
Marcelo Queiroz	Comitê de Auditoria		Membro do Comitê (Efetivo)	23/03/1968	27/08/2020	27/08/2022
648.259.576-68	N/A	Empresário		27/08/2020	0	0,00%
Membro efetivo do Conselho de Administração						
José Paulo Ferreira Soares	Comitê de Auditoria		Membro do Comitê (Efetivo)	11/03/1978	27/08/2020	27/08/2022
260.191.008-98	N/A	Administrador de		27/08/2020	0	0,00%

	Empresas
Membro efetivo do Conselho de Administração	

Experiência profissional / Critérios de Independência
Thiago Luiz Grego de Aguiar 219.729.458-07 Thiago Aguiar tornou-se membro do Grupo MPR em 2019. Desde 2017, ele é integrante do time de Investimentos e membro do Conselho de outras empresas investidas da Alothon, um fundo de Private Equity. Anteriormente, Thiago fez parte do time de Private Equity do Pátria Investimentos, tendo ocupado posições de liderança em duas das de suas investidas ao longo de aproximadamente 10 anos. Ele também trabalhou na gestora de Investimentos Swiss Capital, no British Gas Group, Deloitte, além de ter co-fundado uma boutique de M&A, voltada para transações de Pequenas e Médias empresas no Brasil. Sr. Thiago é graduado em Administração pela Fundação Getulio Vargas (FGV). Thiago Aguiar declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, Thiago Aguiar declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Marcelo Queiroz 648.259.576-68 Marcelo Queiroz é graduado em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal de Uberlândia (MG), com especializações em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas e em programas de gestão para alta liderança e Gerência Geral, na Ashridge-Hult International Business School e pela London Business School, respectivamente. Na Tetra Pak há 22 anos, empresa líder mundial em soluções para processamento e embalagem de alimentos, Marcelo acumulou experiência em várias posições dentro da área comercial em várias regiões e divisões no Brasil, além da diretoria executiva no país. Também foi responsável como gerente geral da gestão das operações na Venezuela e na África Oriental, onde orquestrou significativa revitalização e liderou a transformação dos negócios e das fábricas locais, promovendo o desenvolvimento sustentável da Tetra Pak nesses países. Desde julho de 2014, Marcelo Queiroz é o presidente da operação brasileira, segundo maior mercado do mundo da Tetra Pak, que está presente em 170 países, além de acumular a função de responsável pela liderança e gestão de todos os processos comerciais nas Américas, fazendo parte

do comitê executivo e de governança de toda esta região. Antes de ingressar na Tetra Pak em 1998 como Gerente de Vendas, trabalhou em empresas como a multinacional suiça que fabrica instalações e equipamentos para processamento de alimentos, Buhler SA, no Brasil e na matriz na Suiça, e na multinacional japonesa Komatsu, que atua no desenvolvimento, fabricação, e venda de equipamentos e maquinaria industrial para construção e mineração.

Marcelo Queiroz declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, Marcelo Queiroz declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Marcelo Queiroz é membro independente do Conselho de Administração da Companhia e declara que cumpre os requisitos para tal cargo e que não se enquadra em nenhuma situação que implique a perda de sua independência do conselheiro, nos termos do Regulamento do Novo Mercado e do Regimento Interno do Conselho de Administração, quais sejam: (i) não é acionista controlador direto ou indireto de nossa Companha; (ii) não tem seu exercício de voto nas reuniões do Conselho de Administração de nossa Companhia vinculado por acordo de acionistas que tenha por objeto matérias relacionadas a nossa Companhia; (iii) não é cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o segundo grau, de nosso acionista controlador, de administrador de nossa Companhia ou de administrador de nosso acionista controlador; e (iv) não foi empregado ou diretor de nossa Companhia ou de nosso acionista controlador nos últimos três anos.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

José Paulo Ferreira Soares

260.191.008-98

O Sr. José Paulo Ferreira Soares ingressou na Companhia em 1996, passou por diversas posições e em 2001 assumiu a Diretoria Administrativa Financeira, cargo exercido até 2008. Em 2009 foi para o Conselho de Administração e permaneceu até 2011 quando voltou a assumir um cargo executivo na Companhia como CEO, posição está que exerceu até fevereiro de 2019. É formado em Administração de Empresas na FMU (Faculdades Metropolitanas Unidas) e com MBA na (FGV) Fundação Getúlio Vargas em Gestão Financeira, Controladoria, Auditoria e Compliance.

José Paulo Ferreira Soares declara que não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o José Paulo Ferreira Soares declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

12.9 – Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores da Companhia, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Administrador do emissor ou controlada				
José Paulo Ferreira Soares	260.191.008-98	Grupo MPR Participações S.A.	13.974.755/0001-39	Irmão ou irmã (1º grau por consanguinidade)
Membro efetivo do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
José Marcio Ferreira Soares	271.581.778-90	Grupo MPR Participações S.A.	13.974.755/0001-39	-
Membro suplente do Conselho de Administração				

Observação

Os Srs. José Paulo Ferreira Soares e José Marcio Ferreira Soares, que ocupam atualmente os cargos de Membro Efetivo do Conselho de Administração e Membro Suplente do Conselho de Administração, respectivamente, na Companhia, integram também os quadros da administração nas sociedades controladas pela Companhia. Na data deste Formulário de Referência, os Srs. José Paulo Ferreira Soares e José Marcio Ferreira Soares ocupam o cargo de Diretor Classe B na Companhia Nacional de Álcool (CNPJ 60.881.299/0001-62), Álcool Ferreira S.A. (CNPJ 61.154.480/0001-30) e Da Ilha Comércio de Álcool Ltda. (CNPJ 78.700.929/0001-10).

12.10 – Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Exercício Social 31/03/2020			
Administrador do emissor			
Isabel Paulino da Costa Tartuci	011.716.796-70	Subordinada	Controlada Direta
Diretora Financeira e de Relações com Investidores			
Pessoa relacionada			
Companhia Nacional de Álcool	20.816.163/0001-54		
Diretora Classe A			

Observação

Não aplicável

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Exercício Social 31/03/2020			
Administrador do emissor			
Isabel Paulino da Costa Tartuci	011.716.796-70	Subordinada	Controlada Direta
Diretora Financeira e de Relações com Investidores			
Pessoa relacionada			
Vocatus Participações S.A.	61.154.480/0001-30		
Diretora sem designação específica			

Observação
Não aplicável

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Exercício Social 31/03/2020			
Leonardo Medeiros Antunes Ferreira Diretor Comercial	037.651.127-39	Subordinada	Controlada Direta
Pessoa relacionada			
Companhia Nacional de Álcool Diretor Comercial	60.881.299/0001-62		

Observação
Não aplicável

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Exercício Social 31/03/2020			
Administrador do emissor			
Isabel Paulino da Costa Tartuci Diretora Financeira e de Relações com Investidores	011.716.796-70	Subordinada	Controlada Direta
Pessoa relacionada			
Álcool Ferreira S.A. Diretora Classe A	61.154.480/0001-30		

Observação

Não aplicável

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Exercício Social 31/03/2020			
Administrador do emissor			
Isabel Paulino da Costa Tartuci	011.716.796-70	Subordinada	Controlada Indireta
Diretora Financeira e de Relações com Investidores			
Pessoa relacionada			
Da Ilha - Comércio de Álcool Ltda. Diretora Classe A	78.700.929/0001-10		

Observação

Não aplicável

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Exercício Social 31/03/2020			
Administrador do emissor			
Leonardo Medeiros Antunes Ferreira	037.651.127-39	Subordinada	Controlada Direta
Diretor Comercial			
Pessoa relacionada			
Companhia Nacional de Álcool Diretor Classe B	60.881.299/0001-62		

Observação

Não aplicável

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Exercício Social 31/03/2020			
Administrador do emissor			
Leonardo Medeiros Antunes Ferreira	037.651.127-39	Subordinada	Controlada Direta
Diretor Comercial			
Pessoa relacionada			
Álcool Ferreira S.A.	61.154.480/0001-30		
Diretor Classe B			

Observação

Não aplicável

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Exercício Social 31/03/2020			
Leonardo Medeiros Antunes Ferreira	037.651.127-39	Subordinada	Controlada Indireta
Diretor Comercial			
Pessoa relacionada			
Da Ilha - Comércio de Álcool Ltda.	78.700.929/0001-10		
Diretor Classe B			

Observação

Não aplicável

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Exercício Social 31/03/2020			
Administrador do emissor			
Júlio Cesar Lima Alonso	168.241.158-35	Subordinada	Controlada Direta
Diretor Operacional			
Pessoa relacionada			
Companhia Nacional de Álcool	60.881.299/0001-62		
Diretor Classe C			

Observação

Não aplicável

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Exercício Social 31/03/2020			
Administrador do emissor			
Júlio Cesar Lima Alonso	168.241.158-35	Subordinada	Controlada Direta
Diretor Operacional			
Pessoa relacionada			

Álcool Ferreira S.A. 61.154.480/0001-30
Diretor Classe C

Observação

Não aplicável

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Exercício Social 31/03/2020			
Administrador do emissor			
Júlio Cesar Lima Alonso	168.241.158-35	Subordinada	Controlada Indireta
Diretor Operacional			
Pessoa relacionada			
Da Ilha - Comércio de Álcool Ltda.	78.700.929/0001-10		
Diretor Classe C			

Observação

Não aplicável

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Exercício Social 31/03/2019			
Administrador do emissor			
Isabel Paulino da Costa Tartuci	011.716.796-70	Subordinada	Controlada Direta
Diretora Financeira e de Relações com Investidores			

Pessoa relacionada

Companhia Nacional de Álcool 60.881.299/0001-62
Diretora Classe A

Observação

Não aplicável

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Exercício Social 31/03/2019			
Administrador do emissor			
Isabel Paulino da Costa Tartuci	011.716.796-70	Subordinada	Controlada Direta
Diretora Financeira e de Relações com Investidores			

Pessoa relacionada

Álcool Ferreira S.A. 61.154.480/0001-30
Diretora Classe A

Observação

Não aplicável

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Exercício Social 31/03/2019			
Administrador do emissor			
Isabel Paulino da Costa Tartuci	011.716.796-70	Subordinada	Controlada Indireta

Diretora Financeira e de Relações com Investidores

Pessoa relacionada

Da Ilha - Comércio de Álcool Ltda. 78.700.929/0001-10
Diretora Classe A

Observação

Não aplicável

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Exercício Social 31/03/2019			
Administrador do emissor			
Isabel Paulino da Costa Tartuci	011.716.796-70	Subordinada	Controlada Indireta

Diretora Financeira e de Relações com Investidores

Pessoa relacionada

Armazém 47 Distribuidora Ltda. 10.521.644/0001-89
Administradora

Observação

Não aplicável

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Exercício Social 31/03/2019			

Administrador do emissor

Isabel Paulino da Costa Tartuci	011.716.796-70	Subordinada	Controladora Direta

Diretora Financeira e de Relações com Investidores

Pessoa relacionada

MPR Empreendimentos e Participações S.A. 03.214.219/0001-81
Diretora Classe A

Observação

Incorporação da MPR Empreendimentos e Participações S.A. pela Hypséa Participações S.A.

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 31/03/2019

Administrador do emissor

Isabel Paulino da Costa Tartuci	011.716.796-70	Subordinada	Controladora Direta

Diretora Financeira e de Relações com Investidores

Pessoa relacionada

Hypséa Participações S.A. 22.872.364/0001-02
Diretora Classe A

Observação

Cisão total da Hypséa Participações S.A. com incorporação das parcelas cindidas pela Companhia Nacional de Álcool e Álcool Ferreira S.A.

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Exercício Social 31/03/2019			
Administrador do emissor			
Isabel Paulino da Costa Tartuci	011.716.796-70	Subordinada	Controladora Direta
Diretora Financeira e de Relações com Investidores			
Pessoa relacionada			
Vocatus Participações S.A. Diretora sem designação específica	20.816.163/0001-54		

Observação
Não aplicável.

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Exercício Social 31/03/2019			
Administrador do emissor			
Leonardo Medeiros Antunes Ferreira	037.651.127-39	Subordinada	Controlada Direta
Diretor Comercial			
Pessoa relacionada			
Armazém 47 Distribuidora Ltda. Administrador	10.521.644/0001-89		

Observação

Não aplicável

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Exercício Social 31/03/2019			
Administrador do emissor			
Leonardo Medeiros Antunes Ferreira	037.651.127-39	Subordinada	Controlada Direta
Diretor Comercial			
Pessoa relacionada			
MPR Empreendimentos e Participações S.A. Diretor Classe B	03.214.219/0001-81		

Observação

Incorporação da MPR Empreendimentos e Participações S.A. pela Hypséa Participações S.A.

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Exercício Social 31/03/2019			
Administrador do emissor			
Leonardo Medeiros Antunes Ferreira	037.651.127-39	Subordinada	Controlada Direta
Diretor Comercial			
Pessoa relacionada			
Hypséa Participações S.A. Diretor Classe B	22.872.364/0001-02		

Observação

Cisão total da Hypséa Participações S.A. com incorporação das parcelas cindidas pela Companhia Nacional de Álcool e Álcool Ferreira S.A.

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Exercício Social 31/03/2019			
Administrador do emissor			
Thiago Luiz Grego de Aguiar	219.729.458-07	Subordinada	Controladora Direta
Membro suplente do Conselho de Administração			
Pessoa relacionada			
Vocatus Participações S.A.	20.816.163/0001-54		
Diretor sem designação específica			

Observação
Não aplicável.

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Exercício Social 31/03/2019			
Administrador do emissor			
José Paulo Ferreira Soares	260.191.008-98	Subordinada	Controlada Direta
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa relacionada			
Armazém 47 Distribuidora Ltda.	10.521.644/0001-89		
Administrador			

Observação

Não aplicável

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Exercício Social 31/03/2019			
Administrador do emissor			
José Paulo Ferreira Soares	260.191.008-98	Subordinada	Controlada Direta
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa relacionada			
MPR Empreendimentos e Participações S.A.	03.214.219/0001-81		
Diretor Classe B			

Observação

Incorporação da MPR Empreendimentos e Participações S.A. pela Hypséa Participações S.A.

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Exercício Social 31/03/2019			
Administrador do emissor			
José Paulo Ferreira Soares	260.191.008-98	Subordinada	Controlada Direta
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa relacionada			

Hypséa Participações S.A. 22.872.364/0001-02
Diretor Classe B

Observação

Cisão total da Hypséa Participações S.A. com incorporação das parcelas cindidas pela Companhia Nacional de Álcool e Álcool Ferreira S.A.

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Exercício Social 31/03/2019			
Administrador do emissor			
José Marcio Ferreira Soares	271.581.778-90	Subordinada	Controlada Direta
Membro suplente do Conselho de Administração			

Pessoa relacionada

Armazém 47 Distribuidora Ltda. 10.521.644/0001-89
Administrador

Observação

Não aplicável

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Exercício Social 31/03/2019			
Administrador do emissor			
José Marcio Ferreira Soares	271.581.778-90	Subordinada	Controlada Direta

Membro suplente do Conselho de Administração

Pessoa relacionada

MPR Empreendimentos e Participações S.A. 03.214.219/0001-81
Diretor Classe B

Observação

Incorporação da MPR Empreendimentos e Participações S.A. pela Hypséa Participações S.A.

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Exercício Social 31/03/2019			
Administrador do emissor			
José Marcio Ferreira Soares	271.581.778-90	Subordinada	Controlada Direta

Membro suplente do Conselho de Administração

Pessoa relacionada

Hypséa Participações S.A. 22.872.364/0001-02
Diretor Classe B

Observação

Cisão total da Hypséa Participações S.A. com incorporação das parcelas cindidas pela Companhia Nacional de Álcool e Álcool Ferreira S.A.

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 31/03/2018

Administrador do emissor

Isabel Paulino da Costa Tartuci 011.716.796-70 Subordinada Controladora Direta

Diretora Financeira e de Relações com Investidores

Pessoa relacionada

MPR Empreendimentos e Participações S.A. 03.214.219/0001-81
Diretora Classe A

Observação

Incorporação da MPR Empreendimentos e Participações S.A. pela Hypséa Participações S.A.

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 31/03/2018

Administrador do emissor

Isabel Paulino da Costa Tartuci 011.716.796-70 Subordinada Controladora Direta

Diretora Financeira e de Relações com Investidores

Pessoa relacionada

Hypséa Participações S.A. 22.872.364/0001-02
Diretora sem designação

Observação

Cisão total da Hypséa Participações S.A. com incorporação das parcelas cindidas pela Companhia Nacional de Álcool e Álcool Ferreira S.A.

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Exercício Social 31/03/2018			
Administrador do emissor			
Isabel Paulino da Costa Tartuci	011.716.796-70	Subordinada	Controladora Direta
Diretora Financeira e de Relações com Investidores			
Pessoa relacionada			
Vocatus Participações S.A.	20.816.163/0001-54		
Diretora sem designação específica			

Observação
Não aplicável.

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Exercício Social 31/03/2018			
Administrador do emissor			
José Marcio Ferreira Soares	271.581.778-90	Subordinada	Controlada Direta
Membro suplente do Conselho de Administração			
Pessoa relacionada			
Companhia Nacional de Álcool	60.881.299/0001-62		
Diretor Classe B			

Observação

Não aplicável

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Exercício Social 31/03/2018			
Administrador do emissor			
José Marcio Ferreira Soares	271.581.778-90	Subordinada	Controlada Direta
Membro suplente do Conselho de Administração			
Pessoa relacionada			
Álcool Ferreira S.A. Diretor Classe B	61.154.480/0001-30		

Observação

Não aplicável

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Exercício Social 31/03/2018			
Administrador do emissor			
José Marcio Ferreira Soares	271.581.778-90	Subordinada	Controlada Direta
Membro suplente do Conselho de Administração			
Pessoa relacionada			

Armazém 47 Distribuidora Ltda. 10.521.644/0001-89
Administrador

Observação

Não aplicável

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Exercício Social 31/03/2018			
Administrador do emissor			
José Marcio Ferreira Soares	271.581.778-90	Subordinada	Controlada Direta
Membro suplente do Conselho de Administração			
Pessoa relacionada			
MPR Empreendimentos e Participações S.A. Diretor Classe B	03.214.219/0001-81		

Observação

Incorporação da MPR Empreendimentos e Participações S.A. pela Hypséa Participações S.A.

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Exercício Social 31/03/2018			
Administrador do emissor			
José Paulo Ferreira Soares	260.191.008-98	Subordinada	Controlada Direta

Membro do Conselho de Administração

Pessoa relacionada

Armazém 47 Distribuidora Ltda. 10.521.644/0001-89
Administrador

Observação

Não aplicável

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Exercício Social 31/03/2018			
Administrador do emissor			
José Paulo Ferreira Soares	260.191.008-98	Subordinada	Controlada Direta

Membro do Conselho de Administração

Pessoa relacionada

MPR Empreendimentos e Participações S.A. 03.214.219/0001-81
Diretor Classe B

Observação

Incorporação da MPR Empreendimentos e Participações S.A. pela Hypséa Participações S.A.

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 31/03/2018

Administrador do emissor

Leonardo Medeiros Antunes Ferreira	037.651.127-39	Subordinada	Controlada Direta

Diretor Comercial

Pessoa relacionada

Armazém 47 Distribuidora Ltda.	10.521.644/0001-89

Administrador

Observação

Não aplicável

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 31/03/2018

Administrador do emissor

Thiago Luiz Grego de Aguiar	219.729.458-07	Subordinada	Controladora Direta

Membro suplente do Conselho de Administração

Pessoa relacionada

Hypséa Participações S.A.	22.872.364/0001-02

Diretor sem designação

Observação

Cisão total da Hypséa Participações S.A. com incorporação das parcelas cindidas pela Companhia Nacional de Álcool e Álcool Ferreira S.A.

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Exercício Social 31/03/2018			
Administrador do emissor			
Thiago Luiz Grego de Aguiar	219.729.458-07	Subordinada	Controladora Direta
Membro suplente do Conselho de Administração			
Pessoa relacionada			
Vocatus Participações S.A.	20.816.163/0001-54		
Diretor sem designação específica			

Observação
Não aplicável.

12.11 – Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

A Companhia possui um seguro de responsabilidade civil de diretores, conselheiros e administradores (D&O) que prevê o pagamento ou reembolso de despesas e perdas indenizáveis, a título de reparação, por sentença judicial transitada em julgado, ou em decorrência de juízo arbitral, ou por acordo com os terceiros prejudicados, por danos causados a terceiros, em consequência de atos praticados no exercício das funções para as quais tenham sido nomeados, eleitos e/ou contratados. O limite máximo de garantia é de R$10.000.000,00, e o valor anual do prêmio corresponde a R$14.764,76.

12.13 - Outras informações relevantes

Informações sobre quóruns de instalação de assembleias gerais

Seguem abaixo informações sobre a instalação das assembleias gerais de acionistas da Companhia ocorridas nos últimos três exercícios sociais:

Data	31/12/2019
Tipo de Assembleia Geral	AGE
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	100%

Data	31/12/2019
Tipo de Assembleia Geral	AGE
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	100%

Data	28/11/2019
Tipo de Assembleia Geral	AGE
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	100%

Data	06/08/2019
Tipo de Assembleia Geral	AGOE
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	100%

Data	01/07/2019
Tipo de Assembleia Geral	AGE
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	100%

Data	15/05/2019
Tipo de Assembleia Geral	AGE
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	100%

Data	12/03/2019
Tipo de Assembleia Geral	AGE
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	100%

Data	01/03/2019
Tipo de Assembleia Geral	AGE
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	100%

Data	02/08/2018
Tipo de Assembleia Geral	AGOE
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	100%

Data	04/07/2018
Tipo de Assembleia Geral	AGE
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	100%

Data	23/02/2018
Tipo de Assembleia Geral	AGE
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	100%

Data	18/10/2017
Tipo de Assembleia Geral	AGE
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	100%

Data	31/08/2017
Tipo de Assembleia Geral	AGE
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	100%

Data	31/07/2017
Tipo de Assembleia Geral	AGE
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	100%

Data	28/07/2017
Tipo de Assembleia Geral	AGE
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	100%

Data	28/07/2017
Tipo de Assembleia Geral	AGE
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	100%

Data	25/07/2017
Tipo de Assembleia Geral	AGOE
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	100%

Data	17/07/2017
Tipo de Assembleia Geral	AGE
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	100%

Data	31/03/2017
Tipo de Assembleia Geral	AGE
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	100%

Data	24/03/2017
Tipo de Assembleia Geral	AGE
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	100%

Divulgação de cargos dos membros do Conselho de Administração

Para informações sobre os cargos de administração ocupados pelos membros do Conselho de Administração da Companhia em outras entidades vide item 12.5/6 deste Formulário de Referência.

Percentual de participação dos membros do conselho de administração e do conselho fiscal, no último exercício social, nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

Ressalta-se que, em virtude da criação do Conselho de Administração da Companhia em dezembro de 2019 e da não instalação do Conselho Fiscal da Companhia no exercício social de 2019, não foram realizadas quaisquer reuniões destes órgãos no referido exercício social, de modo que o percentual de participação dos membros nas reuniões informado na tabela do item 12.5/6 acima é zero.

13.1 – Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

a. Objetivos da política ou prática de remuneração informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado:

Em Reunião do Conselho de Administração, datada de 27 de agosto de 2020, foi aprovada a Política de Remuneração de Administradores da Companhia ("Política de Remuneração").

A Política de Remuneração estabelece as diretrizes que deverão ser observadas quanto à remuneração dos membros do Conselho de Administração ("Conselho de Administração"), da Diretoria Estatutária ("Diretoria") e dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração ("Comitês") (em conjunto, os "Administradores"), bem como dos membros do Conselho Fiscal (quando instalado) ("Conselho Fiscal") da Companhia.

A Política de Remuneração tem como objetivo atrair, incorporar, reter e proporcionar o crescimento institucional, na Companhia, de profissionais qualificados no mercado, cuja atuação pode ajudar a Companhia na consecução de seus objetivos sociais. As práticas de remuneração e as políticas de incentivo de curto e longo prazo estão apoiadas nos seguintes pilares: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; (b) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos de Administradores e empregados da Companhia e de suas controladas; e (c) possibilitar à Companhia ou sociedades controladas atrair e manter a elas vinculados administradores e empregados que sejam considerados executivos-chave.

Os Administradores e os membros do Conselho Fiscal (quando instalado) poderão ter componentes de remunerações, condições e benefícios diferentes, que serão estabelecidos de acordo com especificidades relacionadas ao tempo dedicado, conhecimento técnico, experiência, participação em comitês de assessoramento, dentre outras características.

A remuneração global dos Administradores poderá ser constituída pelos seguintes componentes: (i) remuneração fixa; (ii) remuneração variável; (iii) benefícios; (iv) políticas de incentivo de curto e longo prazo; e (v) outros que o Conselho de Administração venha a determinar, exceto pelos membros do Conselho Fiscal que, quando instalado, farão jus somente à remuneração fixa.

O inteiro teor da Política de Remuneração poderá ser consultado no site de relações com investidores da Companhia (www.grupompr.com.br/ri).) ou no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br), na categoria "Política de Remuneração".

b. Composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles:

Segue abaixo a descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles segregados por órgão da administração:

Conselho de Administração

Composição da Remuneração	Descrição e Objetivos
Remuneração Fixa	A Remuneração Fixa tem como objetivo a compensação direta pelos serviços prestados, em linha com as práticas de mercado, e poderá ser revista anualmente, a critério do Conselho de Administração, de forma que seja adequada às práticas de mercado ou atualizada monetariamente.
Remuneração Variável	A Remuneração Variável tem como objetivo direcionar as ações dos membros do Conselho de Administração ao cumprimento dos objetivos estratégicos de médio e longo prazo da Companhia, visando a atender aos interesses de seus investidores, de seus clientes e demais *stakeholders* da Companhia, sujeitando-se ao atingimento de metas individuais e coletivas.
Benefícios	Os benefícios têm por objetivo oferecer aos Administradores um pacote compatível com a prática de mercado. Os Conselheiros podem fazer jus a benefícios como assistência médica, assistência odontológica, seguro de vida, vale refeição, vale alimentação, cesta básica, convênio com farmácia, auxílio creche, entre outros.
Benefícios Pós-Emprego	A atribuição de benefícios pós-emprego poderá ocorrer, em casos excepcionais, a critério do Conselho de Administração.
Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo	A atribuição de benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo poderá ocorrer, em casos excepcionais, a critério do Conselho de Administração.
Remuneração baseada em Ações	Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações aprovado. A Companhia está discutindo internamente a aprovação de referido plano antes do lançamento de sua oferta pública inicial de ações. Caso assim ocorra, todos os detalhes de sua estrutura e principais termos e condições serão devidamente inseridos no Formulário de Referência e apresentados à CVM no cumprimento de exigências.

Incentivos de longo prazo	Os incentivos de longo prazo dependem da aprovação em Assembleia Geral, quando baseadas em plano de opção de compra de ações de emissão da Companhia, que poderá outorgar a competência de sua administração ao Conselho de Administração.

Diretoria Estatutária

Composição da Remuneração	Descrição e Objetivos
Remuneração Fixa	A Remuneração Fixa tem como objetivo a compensação direta pelos serviços prestados, em linha com as práticas de mercado, e poderá ser revista anualmente, a critério do Conselho de Administração, de forma que seja adequada às práticas de mercado ou atualizada monetariamente.
Remuneração Variável	A Remuneração Variável tem como objetivo direcionar as ações dos Diretores ao cumprimento dos objetivos estratégicos de médio e longo prazo da Companhia, visando a atender aos interesses de seus investidores, de seus clientes e demais *stakeholders* da Companhia, sujeitando-se ao atingimento de metas individuais e coletivas.
Benefícios Diretos e Indiretos	Os benefícios têm por objetivo oferecer aos Diretores um pacote compatível com a prática de mercado. Os Diretores podem fazer jus a benefícios como assistência médica, assistência odontológica, seguro de vida, vale refeição, vale alimentação, cesta básica, convênio com farmácia, auxílio creche, entre outros.
Benefícios Pós-Emprego	A atribuição de benefícios pós-emprego poderá ocorrer, em casos excepcionais, a critério do Conselho de Administração.
Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo	A atribuição de benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo poderá ocorrer, em casos excepcionais, a critério do Conselho de Administração.
Remuneração baseada em Ações	Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações aprovado. A Companhia está discutindo internamente a aprovação de referido plano antes do lançamento de sua oferta pública inicial de ações. Caso assim ocorra, todos os detalhes de sua estrutura e principais termos e condições serão devidamente inseridos no Formulário de

	Referência e apresentados à CVM no cumprimento de exigências.
Incentivos de longo prazo	Os incentivos de longo prazo dependem da aprovação em Assembleia Geral, quando baseadas em plano de opção de compra de ações de emissão da Companhia, que poderá outorgar a competência de sua administração ao Conselho de Administração.

Diretoria Não Estatutária

Na data deste Formulário de Referência, não possuímos Diretoria Não Estatutária.

Conselho Fiscal

No que concerne à remuneração dos membros do Conselho Fiscal, quando instalado, farão jus somente à remuneração fixa.

Comitês

Por fim, conforme disposto na Política de Remuneração e no Estatuto Social da Companhia, os membros dos Comitês serão remunerados de acordo com o que determinar o Conselho de Administração da Companhia.

ii. Em relação aos três últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Em relação ao exercício social encerrado em 31 de março de 2020, os membros do Conselho de Administração da Companhia abdicaram de qualquer remuneração. A Companhia não possuía Conselho de Administração nos exercícios encerrados em 31 de março de 2019 e 31 de março de 2018.

De acordo com a tabela abaixo, as proporções de cada elemento na remuneração total para o exercício social findo em 31 de março de 2020 foram, aproximadamente:

Composição da Remuneração	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Diretoria Não Estatutária	Comitês
Remuneração Fixa Mensal					
Salário ou pró-labore	N/A	N/A	77,14%	N/A	N/A
Benefícios Diretos ou Indiretos	N/A	N/A	7,43%	N/A	N/A
Participação em Comitês	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
*Outros**	N/A	N/A	15,43%	N/A	N/A
Remuneração Variável					
Bônus	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação nos Resultados	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Participações em Reuniões	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Comissões	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Outros	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Benefícios Pós-Emprego	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Cessação do Exercício do Cargo	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Remuneração Baseada em Ações	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
TOTAL	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**

*Encargos arcados pela Companhia e suas controladas

De acordo com a tabela abaixo, as proporções de cada elemento na remuneração total para o exercício social findo em 31 de março de 2019 foram, aproximadamente:

Composição da Remuneração	**Conselho de Administração**	**Conselho Fiscal**	**Diretoria Estatutária**	**Diretoria Não Estatutária**	**Comitês**
Remuneração Fixa Mensal					
Salário ou pró-labore	N/A	N/A	79,38%	N/A	N/A
Benefícios Diretos ou Indiretos	N/A	N/A	4,74%	N/A	N/A
Participação em Comitês	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Outros	N/A	N/A	15,88%	N/A	N/A
Remuneração Variável					
Bônus	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação nos Resultados	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Participações em Reuniões	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Comissões	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Outros	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Benefícios Pós-Emprego	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Cessação do Exercício do Cargo	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Remuneração Baseada em Ações	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
TOTAL	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**

*Encargos arcados pela Companhia e suas controladas

De acordo com a tabela abaixo, as proporções de cada elemento na remuneração total para o exercício social findo em 31 de março de 2018 foram, aproximadamente:

Composição da Remuneração	**Conselho de Administração**	**Conselho Fiscal**	**Diretoria Estatutária**	**Diretoria Não Estatutária**	**Comitês**
Remuneração Fixa Mensal					
Salário ou pró-labore	N/A	N/A	81,45%	N/A	N/A
Benefícios Diretos ou Indiretos	N/A	N/A	2,26%	N/A	N/A
Participação em Comitês	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Outros	N/A	N/A	16,29%	N/A	N/A
Remuneração Variável					
Bônus	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação nos Resultados	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Participações em Reuniões	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Comissões	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Outros	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Benefícios Pós-Emprego	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Cessação do Exercício do Cargo	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Remuneração Baseada em Ações	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
TOTAL	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Compete ao Conselho de Administração determinar a remuneração individual dos Administradores, respeitados os limites dos valores globais anuais fixados pela Assembleia Geral.

O Conselho de Administração, na condução da Política de Remuneração da Companhia, deverá: (i) buscar a aplicação de critérios e princípios éticos e técnicos de valorização e administração das diferentes estruturas funcionais da Companhia; e (ii) assegurar a manutenção de padrões de equilíbrio interno e externo, compatíveis com as responsabilidades de cada cargo e competitivos ao mercado de trabalho, regulamentando critérios e estabelecendo controles administrativos capazes de responder às diversas necessidades da Companhia.

É vedado ao membro do Conselho de Administração que também acumular o cargo de diretor estatutário da Companhia, ainda que provisoriamente, intervir no processo de determinação da remuneração dos Administradores.

O Conselho de Administração deve vincular a remuneração dos Administradores a resultados, com metas de médio e longo prazos, relacionadas de forma clara e objetiva à geração de valor econômico para a Companhia no longo prazo.

A remuneração dos membros do Conselho de Administração não deve ser baseada em participação em reuniões.

A remuneração fixa dos Administradores e dos membros do Conselho Fiscal será baseada nas responsabilidades do cargo e experiências individuais.

A parcela variável estará vinculada ao desempenho da própria Companhia, dependendo dos resultados e do alcance de metas individuais.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

A composição da remuneração é determinada pela Política de Remuneração, a qual tem como objetivo atrair, incorporar, reter e proporcionar o crescimento institucional, na Companhia, de profissionais qualificados no mercado, cuja atuação pode ajudar a Companhia na consecução de seus objetivos sociais. As práticas de remuneração e as políticas de incentivo de curto e longo prazo estão apoiadas nos seguintes pilares:

(a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia;

(b) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos de Administradores e empregados da Companhia e de suas controladas; e

(c) possibilitar à Companhia ou sociedades controladas atrair e manter a elas vinculados administradores e empregados que sejam considerados executivos-chave.

v. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Até a data deste Formulário de Referência, os membros do Conselho de Administração da Companhia abdicaram de suas remunerações em virtude de políticas internas dos acionistas controladores da Companhia.

c. Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração:

Os montantes a serem atribuídos no âmbito da remuneração variável deverão resultar de processo de avaliação objetiva e subjetiva de cada membro do Conselho de Administração e da Diretoria, sendo que a avaliação objetiva poderá resultar do cumprimento de metas anuais estabelecidas em contrato de gestão, enquanto a avaliação subjetiva será aquela realizada por superiores, pares e/ou subordinados, conforme venha a ser determinado pelo Conselho de Administração. A parcela variável estará vinculada ao desempenho da própria Companhia, dependendo dos resultados e do alcance de metas individuais.

d. Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho:

A Remuneração Fixa poderá ser revista, anualmente, de forma que seja adequada às práticas de mercado ou atualizada monetariamente.

A Remuneração Variável estará vinculada ao desempenho da própria Companhia, dependendo dos resultados e do alcance de metas individuais.

e. Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses de curto, médio e longo prazo da Companhia:

A política de remuneração da Companhia se alinha aos interesses de curto, médio e longo prazo na medida em que atrela a remuneração da Diretoria as metas globais e financeiras da Companhia e as metas individuais baseadas no seu plano de negócios.

A administração da Companhia compromete-se a buscar o aprimoramento constante da Política de Remuneração, sempre em atenção às melhores práticas de governança societária.

f. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos:

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2020, 2019 e 2018, a remuneração dos membros da administração da Companhia foi suportada pelas suas subsidiárias ou controladas.

g. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia:

Não aplicável, uma vez que, na data deste Formulário de Referência, não havia qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia.

h. Práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. Os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam;

Compete ao Conselho de Administração determinar a remuneração individual dos Administradores, respeitados os limites dos valores globais anuais fixados pela Assembleia Geral.

ii. Critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos;

Os Administradores e os membros do Conselho Fiscal (quando instalado) poderão ter componentes de remunerações, condições e benefícios diferentes, que serão estabelecidos de acordo com especificidades relacionadas ao tempo dedicado, conhecimento técnico, experiência, participação em comitês de assessoramento, dentre outras características.

iii. Com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor.

A Política de Remuneração foi aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 27 de agosto de 2020 entrando em vigor em tal data por prazo indeterminado.

A Remuneração Fixa dos Administradores é revisada pelo Conselho de Administração, anualmente, de forma a mantê-la adequada às práticas de mercado ou atualizada monetariamente.

13.2 – Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Previsão para o Exercício Social Corrente – Valores Anuais	30/03/2021	Valor Total da Remuneração		10.929.455,91	
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária		Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	5,33		0,00	12,33
Nº de membros remunerados	2,92	4,08		0,00	7,00
Total da remuneração	1.176.000,00	9.116.455,91		0,00	804.421,24
Remuneração fixa anual					
Salário ou pró-labore	980.000,00	3.816.746,59		0,00	3.816.746,59
Benefícios diretos e indiretos	0,00	455.760,00		0,00	455.760,00
Participações em Comitês	0,00	0,00		0,00	0,00
Outros	196.000,00	763.349,32		0,00	763.349,32
Descrição de outras remunerações fixas	Conforme orientação do OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/N°02/2020 no item 13.2 o valor do INSS foi evidenciado de forma segregada.				
Remuneração variável					
Bônus	0,00	3.400.500,00	0,00	0,00	
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00	
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00	
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros	0,00	680.100,00	0,00	0,00	

Descrição de outras remunerações variáveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações, incluindo opções	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2020	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2020	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2020	

	31/03/2020	Valor Total da Remuneração	4.330.529,63	
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	7,75	0,00	12,75
Nº de membros remunerados	0,00	4,75	0,00	4,75
Total da remuneração	0,00	4.330.529,63	0,00	4.330.529,63
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	3.340.520,73	0,00	3.340.520,73
Benefícios diretos e indiretos	0,00	321.904,75	0,00	321.904,75
Participações em Comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	668.104,15	0,00	668.104,15
Descrição de outras remunerações fixas	Conforme orientação do OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/N°02/2020 no item 13.2 o valor do INSS foi evidenciado de forma segregada.			
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00

Baseada em ações, incluindo opções	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2020	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2020	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2020	

	31/03/2019	Valor Total da Remuneração	3.633.576,40	
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	6,08	0,00	11,08
Nº de membros remunerados	0,00	3,75	0,00	3,75
Total da remuneração	0,00	3. 633.576,40	0,00	3. 633.576,40
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	2.884.430,93	0,00	2.884.430,93
Benefícios diretos e indiretos	0,00	172.259,28	0,00	172.259,28
Participações em Comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	576.886,19	0,00	576.886,19
Descrição de outras remunerações fixas	Conforme orientação do OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/N°02/2020 no item 13.2 o valor do INSS foi evidenciado de forma segregada.			
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00

Baseada em ações, incluindo opções	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2020	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2020	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2020	

	31/03/2018	Valor Total da Remuneração	5.444.026,98	
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	5,00	0,00	10,00
Nº de membros remunerados	0,00	4,00	0,00	4,00
Total da remuneração	0,00	5.444.026,98	0,00	5.444.026,98
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	4.434.055,75	0,00	4.434.055,75
Benefícios diretos e indiretos	0,00	123.160,08	0,00	123.160,08
Participações em Comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	886.811,15	0,00	886.811,15
Descrição de outras remunerações fixas	Conforme orientação do OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/N°02/2020 no item 13.2 o valor do INSS foi evidenciado de forma segregada.			
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00

Baseada em ações, incluindo opções	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2020	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2020	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2020	

13.3 – Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Previsão para o exercício social a se encerrar em 31 de março de 2021				
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Total**
Nº total de membros	5,00	5,33	0,00	9,00
Nº de membros remunerados	4,00	4,08	0,00	8,08
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração*	R$0,00	R$550.000,00	R$ 0,00	R$550.000,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração*	R$0,00	R$5.500.750,00	R$ 0,00	R$5.500.750,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas*	R$0,00	R$3.400.500,00	R$ 0,00	R$3.400.500,00
Participação nos resultados	R$0,00			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	R$0,00	R$0,00	R$0,00	R$0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	R$0,00	R$0,00	R$0,00	R$0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	R$0,00	R$0,00	R$0,00	R$0,00

*Não inclui encargos pagos pela Companhia e suas controladas

Exercício social encerrado em 31 de março de 2020				
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Total**
Nº total de membros	N/A	N/A	N/A	N/A
Nº de membros remunerados	N/A	N/A	N/A	N/A
Bônus	N/A			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação nos resultados	N/A			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado	N/A	N/A	N/A	N/A

Exercício Social encerrado em 31 de março de 2019				
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Total**
Nº total de membros	N/A	N/A	N/A	N/A
Nº de membros remunerados	N/A	N/A	N/A	N/A
Bônus	N/A			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação nos resultados	N/A			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado	N/A	N/A	N/A	N/A

Exercício social encerrado em 31 de março de 2018				
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Total**
Nº total de membros	N/A	N/A	N/A	N/A
Nº de membros remunerados	N/A	N/A	N/A	N/A
Bônus	N/A			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação nos resultados	N/A			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado	N/A	N/A	N/A	N/A

13.4 – Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

Não aplicável, uma vez que na data deste Formulário de Referência não havia plano de remuneração baseado em ações.

13.5 – Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não aplicável, uma vez que na data deste Formulário de Referência não havia plano de remuneração baseado em ações.

13.6 – Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

Não aplicável, uma vez que na data deste Formulário de Referência não havia plano de remuneração baseado em ações.

13.7 – Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não aplicável, uma vez que na data deste Formulário de Referência não havia plano de remuneração baseado em ações.

13.8 – Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções

Não aplicável, uma vez que na data deste Formulário de Referência não havia plano de remuneração baseado em ações.

13.9 – Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

Na data de encerramento do último exercício social, os membros do conselho de administração, diretoria estatuária e conselho fiscal não detinham (i) ações ou quotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, emitidas pelas sociedades controladas ou sob controle comum da Companhia; ou (ii) outros valores mobiliários conversíveis em ações ou quotas, emitidos pelas controladas ou sob controle comum da Companhia.

13.10 – Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Não aplicável, uma vez que na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui planos de previdência aos membros do seu Conselho de Administração e Diretores Estatutários.

13.11 – Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/03/2020	**31/03/2019**	**31/03/2018**	**31/03/2020**	**31/03/2019**	**31/03/2018**	**31/03/2020**	**31/03/2019**	**31/03/2018**
Nº de membros	7,75	6,08	5,00	5,00	5,00	5,00	0,00	0,00	0,00
Nº de membros remunerados	4,75	3,75	4,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor da maior Remuneração (Reais)	1.349.442,62	999.627,60	1.969.962,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor da menor Remuneração (Reais)	801.070,87	589.897,64	719.666,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor médio da Remuneração (Reais)	911.690,45	968.953,71	1.361.006,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Observação O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2020. A maior remuneração da Diretoria foi percebida por membro que exerceu a função durante os 12 meses do exercício. O valor da menor remuneração anual individual da Diretoria foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício e com a exclusão de todos os membros do respectivo órgão que exerceram o cargo por menos de 12 meses. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros da Diretoria dividido pelo número de membros remunerados informado no item 13.2 acima. Os valores incluem os encargos arcados pela Companhia e suas controladas.

13.12 – Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Não aplicável, uma vez que, na data deste Formulário de Referência, a Companhia não firmou com os membros do Conselho de Administração e Diretores Estatutários quaisquer arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturem mecanismo de remuneração ou indenização em caso de destituição do cargo ou aposentadoria.

13.13 – Percentual na remuneração total detido por administradores e membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Não aplicável, uma vez que nos três últimos exercícios sociais não há remuneração reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

13.14 – Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Não aplicável, uma vez que, nos últimos três exercícios sociais, membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal, agrupados por órgão, não receberam da Companhia qualquer remuneração por qualquer razão que não a função que ocupam.

13.15 – Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia

Os administradores e membros do conselho fiscal da Companhia, nos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2020, 2019 e 2018, não fizeram jus a nenhum tipo de remuneração reconhecida no resultado de controladas da Companhia, seus controladores diretos e indiretos e sociedades sob controle comum, seja em função do exercício de cargo na Companhia ou outra razão.

13.16 – Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item que não tenham sido divulgadas neste Formulário de Referência.

14.1 – Descrição dos recursos humanos

As informações prestadas nesta seção referem-se ao consolidado da Companhia e de suas controladas operacionais.

a. Número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

A tabela a seguir evidencia a composição do quadro de colaboradores da Companhia (incluindo suas controladas) nas datas indicadas:

	Exercício social corrente	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2018
Número Total de Empregados	**532**	**450**	**418**	**395**
Por grupos				
Diretoria	0	0	0	0
Gerentes	29	27	23	25
Encarregado/Supervisor/Coordenador	14	14	35	39
Especialista/Técnico	27	22	19	21
Administrativo	126	97	94	81
Operacional	336	290	247	229
Por localização geográfica				
São Paulo	103	91	73	67
Piracicaba	341	278	89	92
Cordeirópolis	65	57	61	60
Curitiba	23	24	195	176

b. Número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

A tabela a seguir evidencia a composição dos trabalhadores terceirizados contratados pela Companhia (incluindo suas controladas) nas datas indicadas:

	Exercício social corrente	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2018
Número Total de Terceirizados	33	31	36	36
Por grupos				
Limpeza	5	4	4	4
Portaria	12	11	11	11
Refeitório	8	8	8	8
Logística	8	8	11	11
Manutenção	0	0	2	2
Por localização geográfica				
São Paulo	0	0	3	3
Piracicaba	18	17	13	13
Cordeirópolis	7	6	6	6
Curitiba	8	8	14	14

c. Índice de rotatividade

O quadro abaixo evidencia os índices de rotatividade da Companhia (incluindo suas controladas) nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente:

Exercício social corrente				
Rotatividade	**Ativos**	**Admitidos**	**Demitidos**	**Índice**
Total	532	159	83	22,74%
Exercício social encerrado em 31/03/2020				
Rotatividade	**Ativos**	**Admitidos**	**Demitidos**	**Índice**
Total	450	282	250	59,11%
Exercício social encerrado em 31/03/2019				
Rotatividade	**Ativos**	**Admitidos**	**Demitidos**	**Índice**
Total	418	139	116	30,50%
Exercício social encerrado em 31/03/2018				
Rotatividade	**Ativos**	**Admitidos**	**Demitidos**	**Índice**
Total	395	103	115	27,59%

*Memória de cálculo %: nº admitidos + nº demitidos / 2 x total de funcionários

14.2 – Alterações relevantes - Recursos humanos

De novembro de 2019 a janeiro de 2020, a Companhia realizou o processo de migração das algumas linhas de produção de saneantes de Almirante Tamandaré para sua planta fabril em Piracicaba, o que impactou na redução do quadro de funcionários daquela filial.

O quadro de funcionários operacionais foi aumentado em março e abril de 2020, para acomodar o novo patamar de produção da Companhia na sua planta fabril em Piracicaba.

14.3 – Descrição da política de remuneração dos empregados

a. Política de salários e remuneração variável

A política de salários da Companhia é definida com base nos acordos sindicais, conforme as convenções coletivas, e na comparação periódica dos salários praticados pela Companhia com o padrão de mercado, por meio de pesquisas ou mapeamentos realizados pela área de Recursos Humanos ou consultoria externa especializada.

b. Política de benefícios

A Companhia não possui uma política unificada de benefícios, adotando políticas locais, conforme o caso, e sempre em observância à legislação aplicável. Os benefícios contemplados são:

1. Plano de Saúde
2. Vale Refeição
3. Vale Alimentação ou Cesta Básica
4. Vale transporte ou Ajuda de Custo
5. Seguro de Vida em Grupo

c. Características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores, identificando (i) grupo de beneficiários; (ii) condições para exercício; (iii) preços de exercício; (iv) prazos de exercício; (v) quantidade de ações comprometidas pelo plano

Não aplicável, pois na data deste Formulário de Referência não foram outorgadas opções de compra de ações aos empregados da Companhia, nem havia qualquer opção em aberto e que tenha sido exercida. Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações aprovado.

14.4 – Descrição das relações entre a Companhia e sindicatos

Os empregados da Companhia são representados pelos sindicatos listados abaixo:

REGIÃO	SINDICATO
SÃO PAULO	SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DE OSASCO E REGIÃO
SÃO PAULO	SINDICATO DOS EMPREGADOS DE AGENTES AUTÔNOMOS DO COMÉRCIO E EM EMPRESAS DE ASSESSORAMENTO, PERÍCIAS, INFORMAÇÕES E PESQUISAS E DE EMPRESAS DE SERVIÇOS CONT ÁBEIS NOESTADO DE SÃO PAULO
PIRACICABA	SINDICATO DOS COMERCIOS E VAREJISTA DE PIRACICABA
PIRACICABA	SINDICATO EMPREGADOS DE TRANSPORTES DE CARGAS DE PIRACICABA
CURITIBA	SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DE CURITIBA
CURITIBA	SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIARIOS DO ESTADO DO PARANA
CORDEIROPOLIS	SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIA DE MATERIAL PLASTICO, QUIMICAS E FARMACEUTICAS DE RIO CLARO E REGIAO
CORDEIROPOLIS	SINDICATO DOS CONDUTORES DE VEÍCULO RODOVIARIO E TRABABALHADORES DO TRANSPORTE URBANO DE PASSAGEIROS DE LIMEIRA

A Companhia acredita ter um bom relacionamento com seus empregados e sindicato que os representa. A Companhia cumpre as convenções coletivas de trabalho definidas e, na hipótese de discordância legal, busca o amparo jurídico e meios legais para defender o posicionamento ou interesse em questão. A Companhia procura se abster de qualquer envolvimento político partidário e/ou sindical.

As convenções coletivas atualmente em vigor são celebradas anualmente.

Não houve paralisações ou greves nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente.

14.5 – Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item que não tenham sido divulgadas neste Formulário de Referência.

15.1 / 15.2 – Posição acionária

Acionista	Nacionalidade	UF	Representante Legal / Mandatário	CPF/ CNPJ do Mandatário	CPF/ CNPJ	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais Classe A		Ações Preferenciais Classe Especial		Total de ações Preferenciais		Total		Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Data da última alteração
						Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%			
Vocatus Participações S.A.	Brasileira	SP	Paulo Suplicy de Barros Barreto, Thiago Luiz Grego de Aguiar, Isabel Paulino da Costa Tartuci	043.347.048-83 / 219.729.458-07 / 011.716.796-70	20.816.163/0001-54	54.565.613	55,00	0	0,000	0	0,000	0	0,000	54.565.613	55,00	Sim	Sim	31.12.2019
Valu Corp Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	Brasileira	SP	BRL Trust Investimentos Ltda.	23.025.053/0001-62	23.818.999/0001-86	44.644.593	45,00	0	0,000	0	0,000	0	0,000	44.644.593	45.00	Sim	Sim	31.12.2019
Ações em Tesouraria	-	-	-	-	-	0	0,000	0	0,000	0	0,000	0	0,000	0	0,000	-	-	-
Total	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	99.210.206	100,000	0	0,000	0	0,000	0	0,000	99.210.206	100,000	-	**-**	**-**

Controladora/Investidora																		
Acionista	**Nacionalidade**	**UF**	**Representante Legal / Mandatário**	**CPF/ CNPJ do Mandatário**	**CPF/ CNPJ**	**Ações Ordinárias**		**Ações Preferenciais Classe A**		**Ações Preferenciais Classe Especial**		**Total de ações Preferenciais**		**Total**		**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Data da última alteração**
						Quantidade	**%**	**Quantidade**	**%**	**Quantidade**	**%**	**Quantidade**	**%**	**Quantidade**	**%**			
Vocatus Participações S.A.																		

Fundo de Investimento em Participações Vocatus Multiestratégia	Brasileira	SP	Modal Asset Management Ltda.	05.230.601/0001-04	22.601.577/0001-91	79.554.652	100,000	0	0,000	0	0,000	0	0,000	79.554.652	100,000	Não	Sim	28.02.2018
Total						79.554.652	100,000	0	0,000	0	0,000	0	0,000	79.554.652	100,000			

Controladora/Investidora																		
Acionista	**Nacionalidade**	**UF**	**Representante Legal / Mandatário**	**CPF/ CNPJ do Mandatário**	**CPF/ CNPJ**	**Ações Ordinárias**		**Ações Preferenciais Classe A**		**Ações Preferenciais Classe Especial**		**Total de ações Preferenciais**		**Total**		**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Data da última alteração**
						Quantidade	**%**	**Quantidade**	**%**	**Quantidade**	**%**	**Quantidade**	**%**	**Quantidade**	**%**			
Fundo de Investimento em Participações Vocatus Multiestratégia																		
Vocatus Holdings I, LP	Canadense	Ontário	Ettore V. Biagioni	232.330.688-08	22.813.666/0001-00	149.770.945	31,421	0	0,000	0	0,000	0	0,000	149.770.945	31,421	Não	Não	31.12.2015
Vocatus Holdings II, LP	Canadense	Ontário	Ettore V. Biagioni	232.330.688-08	22.813.667/0001-46	166.412.191	34,913	0	0,000	0	0,000	0	0,000	166.412.191	34,913	Não	Não	31.12.2015
Vocatus Holdings III, LP	Canadense	Ontário	Ettore V. Biagioni	232.330.688-08	22.813.668/0001-90	160.468.885	33,666	0	0,000	0	0,000	0	0,000	160.468.885	33,666	Não	Não	31.12.2015
Total						476.652.021	100,000	0	0,000	0	0,000	0	0,000	476.652.021	100,000			

Controladora/Investidora																		
Acionista	**Nacionalidade**	**UF**	**Representante Legal / Mandatário**	**CPF/ CNPJ do Mandatário**	**CPF/ CNPJ**	**Ações Ordinárias**		**Ações Preferenciais Classe A**		**Ações Preferenciais Classe Especial**		**Total de ações Preferenciais**		**Total**		**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Data da última alteração**
						Quantidade	**%**	**Quantidade**	**%**	**Quantidade**	**%**	**Quantidade**	**%**	**Quantidade**	**%**			
Zulu Corp Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia																		
MPR Fundo de Investimento Multimercad	Brasileira	SP	BRL Trust Distribuidora de Títulos e	13.486.793/0001-42	22.232.931/0001-58	371,4106991000	100,000	0	0,000	0	0,000	0	0,000	371,4106991000	100,000	Não	Sim	31.12.2015

o Crédito Privado			Valores Mobiliários S.A.															
Total						371,4106991000	100,000	0	0,000	0	0,000	0	0,000	371,4106991000	100,000			

Controladora/Investidora																		
Acionista	**Nacionalidade**	**UF**	**Representante Legal / Mandatário**	**CPF/ CNPJ do Mandatário**	**CPF/ CNPJ**	**Ações Ordinárias**		**Ações Preferenciais Classe A**		**Ações Preferenciais Classe Especial**		**Total de ações Preferenciais**		**Total**		**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Data da última alteração**
						Quantidade	**%**	**Quantidade**	**%**	**Quantidade**	**%**	**Quantidade**	**%**	**Quantidade**	**%**			
MPR Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado																		
José Paulo Ferreira Soares	Brasileira				260.191.008-98	15.994.990,428325	33,330	0	0,000	0	0,000	0	0,000	15.994.990,428325	33,330	Não	Sim	31.12.2015
José Marcio Ferreira Soares	Brasileira				271.581.778-90	15.994.990,428325	33,330	0	0,000	0	0,000	0	0,000	15.994.990,428325	33,330	Não	Sim	31.12.2015
José Ricardo Ferreira Soares	Brasileira				222.317.678-05	15.994.990,428325	33,330	0	0,000	0	0,000	0	0,000	15.994.990,428325	33,330	Não	Sim	31.12.2015
Total						47.984.970	100,000	0	0,000	0	0,000	0	0,000	47.984.970	100,000			

15.3 – Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	29/08/2020
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	0
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	1
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	1

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas as ações da Companhia com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores da Companhia e das ações mantidas em tesouraria.

	Quantidade	%
Quantidade ordinárias	0	0%
Quantidade preferenciais	0	0%
Quantidade total de ações	0	0%

15.4 – Organograma dos acionistas e do grupo econômico da Companhia

15.5 – Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

Abaixo consta a descrição do Acordo de Acionistas da Companhia ("Acordo de Acionistas"), o qual estará em vigor na data em que a oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia ("Oferta") for lançada e deixará de vigorar na data de publicação do anúncio de início da Oferta, não tendo tal Acordo de Acionistas efeito algum para investidores no âmbito da Oferta.

a. Partes

(i) Vocatus Participações S.A. ("Vocatus"); (ii) Zulu Corp Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("FIP Zulu" e, em conjunto com a Vocatus, os "Acionistas") e, na qualidade de intervenientes anuentes, (iii) José Marcio Ferreira Soares; (iv) José Paulo Ferreira Soares (v) José Ricardo Ferreira; (vi) Grupo MPR Participações S.A. ("Companhia"); (vii) Álcool Ferreira S.A. ("Álcool Ferreira"); e (viii) Companhia Nacional do Álcool ("CNA" e, em conjunto Álcool Ferreira, as "Investidas").

Vocatus, FIP Zulu, José Marcio, José Paulo, José Ricardo, Companhia e Investidas também doravante denominados, individualmente, "Parte" e, em conjunto, "Partes".

b. Data de celebração

As Partes celebraram um Acordo de Acionistas em 26 de outubro de 2015 que, por conta de uma reorganização societária implementada pelas Partes, foi devidamente distratado em 31 de dezembro de 2019 fazendo com que as Partes celebrassem um novo acordo de acionistas em 31 de dezembro de 2019 nos mesmos termos do anterior.

c. Prazo de vigência

O Acordo de Acionistas da Companhia é válido e eficaz (i) até a data de publicação de anúncio de início de distribuição pública de ações; ou (ii) até 20 anos contados de sua assinatura, podendo ser renovável por igual período, o que ocorrer primeiro.

d. Descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle

Sem prejuízo de outras disposições constantes no Acordo de Acionistas, as matérias listadas abaixo deverão ser aprovadas por voto afirmativo do FIP Zulu durante o período (e somente neste período) em que as garantias listadas no Anexo 14.3 do Contrato de Compra e Venda e Subscrição de Ações e Outras Avenças sob Condições Suspensivas celebrado em 23 de julho de 2015 ("Contrato"), não forem substituídas e/ou liberadas nos termos da Cláusula 14.3 do Contrato, sendo certo que referida substituição e/ou liberação das garantias encontra-se em negociação pelas Partes e ocorrerá anteriormente ao lançamento da Oferta:

(a) alteração do Estatuto Social da Companhia e/ou das Investidas que (i) modifique o objeto social desta de forma a alterar a atividade principal da Companhia e/ou das Investidas; ou (ii) que represente um aumento de capital social em desacordo com as regras abaixo; ou (iii) que altere a composição do Conselho de Administração da Companhia e/ou de suas Investidas conforme prevista no Acordo de Acionistas; ou (iv) que diminua o percentual de dividendo mínimo obrigatório previsto abaixo; ou (iv) que delibere sobre quaisquer reduções do capital social da Companhia;

(b) a criação de ações preferenciais e/ou de novas classes de ações ordinárias, bem como a modificação nas características, direitos, preferências ou vantagens das Ações;

(c) conversão de ações ordinárias da Companhia e das Investidas em ações preferenciais, e vice-versa, exceto se no curso normal dos negócios e de acordo com práticas passadas;

(d) aprovação de qualquer operação de cisão, incorporação, incorporação de ações, fusão envolvendo a Companhia e/ou suas Investidas, a transformação delas em qualquer outro tipo societário, bem como a participação da Companhia e/ou de suas Investidas em qualquer outra forma de reorganização societária e/ou a restruturação de ativos, negócios ou atividades da Companhia e/ou de suas Investidas;

(e) o início de qualquer processo voluntário buscando amparo na lei de falência, recuperação judicial ou lei similar, a dissolução e a liquidação da Companhia ou de suas Investidas, bem como a nomeação de liquidante ou síndico;

(f) a aprovação e/ou outorga de planos de opções de compra de ações em número superior a 7% da participação do capital votante da Companhia; e

(g) a substituição do(s) membro(s) do Conselho de Administração da Companhia nomeado(s) pelo FIP Zulu.

As Partes acordam que os vetos previstos no Acordo de Acionistas não serão aplicáveis caso a deliberação em Assembleia Geral ou em Conselho de Administração seja para viabilizar a liberação das garantias dos imóveis listados no Anexo 14.3 do Contrato.

Sem prejuízo de outras disposições constantes do Acordo de Acionistas, após a liberação e/ou substituição das garantias listadas no Anexo 14.3 do Contrato (sendo certo que referida substituição e/ou liberação das garantias encontra-se em negociação pelas Partes e ocorrerá anteriormente ao lançamento da Oferta), as matérias acima serão substituídos pelas matérias abaixo, devendo o FIP Zulu ter apenas o voto afirmativo em relação às matérias listadas abaixo, as quais deverão ser aprovadas por voto afirmativo do FIP Zulu:

(a) alteração do Estatuto Social da Companhia e/ou das Investidas que (i) modifique o objeto social desta de forma a alterar a atividade principal da Companhia e/ou das Investidas; ou (ii) que represente um aumento de capital social em desacordo com as regras abaixo; ou (iii) que altere a composição do Conselho de Administração da Companhia e/ou de suas Investidas conforme prevista no Acordo de Acionistas; ou (iv) que diminua o percentual de dividendo mínimo obrigatório previsto abaixo; ou (v) que delibere sobre quaisquer reduções desproporcionais do capital social da Companhia;

(b) a criação de ações preferenciais e/ou de novas classes de ações ordinárias, bem como a modificação nas características, direitos, preferências ou vantagens das Ações, desde que tais ações sejam realizadas em prejuízo desproporcionais ao FIP Zulu em comparação à Vocatus;

(c) conversão de ações ordinárias da Companhia e das Investidas em ações preferenciais, e vice-versa, exceto se no curso normal dos negócios e de acordo com práticas passadas, desde que tais ações sejam realizadas em prejuízo desproporcionais ao FIP Zulu em comparação à Vocatus;

(d) aprovação das seguintes operações, desde que realizadas de forma desproporcional em relação à participação societária entre os Acionistas: cisão, incorporação, incorporação de ações, fusão envolvendo a Companhia e/ou suas Investidas, a transformação delas em qualquer outro tipo societário, bem como a participação da Companhia e/ou de suas Investidas em qualquer outra forma de reorganização societária;

(e) o início de qualquer processo voluntário buscando amparo na lei de falência, recuperação judicial ou lei similar, a dissolução e a liquidação da Companhia ou de suas Investidas, bem como a nomeação de liquidante ou síndico, desde que tais atos e fatos sejam realizados em prejuízo apenas do ao FIP Zulu;

(f) a aprovação e/ou outorga de planos de opções de compra de ações em número superior a 7% da participação do capital votante da Companhia; e

(g) a substituição do(s) membro(s) do Conselho de Administração da Companhia nomeado(s) pelo FIP Zulu.

Caso o FIP Zulu passe a deter uma participação do capital votante total da Companhia inferior a 10%, o FIP Zulu terá direito apenas aos votos afirmativos descritos nos itens (a), (b), (d) e (e) acima e a aprovação do voto a ser proferido pela Companhia em assembleias gerais das Investidas com relação às matérias acima descritas.

Qualquer voto proferido pelos Acionistas que seja contrário ao disposto no Acordo de Acionistas será inválido e ineficaz, não podendo ser computado pelo presidente da Assembleia Geral da Companhia.

Os Acionistas acordam que, durante toda a vigência do Acordo de Acionistas, o FIP Zulu deverá (a) ter acesso, em horário previamente agendado, aos livros e registros da Companhia, (b) receber as informações financeiras, contábeis, fiscais e outras que venham ser solicitadas pelo FIP Zulu; e (c) conduzir, às próprias expensas e a critério do FIP Zulu, auditoria na Companhia. O FIP Zulu deverá solicitar as informações diretamente ao Diretor Presidente da Companhia, por meio de notificação enviada, que deverá respondê-la no prazo máximo de 15 dias.

e. Descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores, membros de comitês estatutários ou de pessoas que assumam posições gerenciais

O Conselho de Administração da Companhia será composto por 5 membros. Os Conselheiros, que poderão ser ou não residentes no Brasil, serão nomeados conforme previsto no presente Acordo de Acionistas, para um mandato de 1 ano.

O FIP Zulu terá o direito de eleger 2 membros do Conselho de Administração desde que tenha 10% da participação do capital votante total da Companhia e/ou indiretamente das Investidas. Os outros 3 membros do Conselho de Administração, incluindo o Presidente do Conselho de Administração, serão eleitos pela Vocatus.

Os Acionistas são obrigados a exercer seus direitos de voto nas Assembleias Gerais da Companhia favoravelmente à nomeação e eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia.

f. Descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las

Transferências

O FIP Zulu obriga-se, no tocante a quaisquer Ações de que sejam ou venham a ser titulares, ou aos direitos decorrentes de tais Ações, a não alienar, transferir, ceder, permutar, doar, aprovar a emissão, conferir ao capital, mutuar, dar em fideicomisso ou praticar qualquer outro ato (incluindo a promessa de prática de tais atos) que resulte, direta ou indiretamente, na transferência, emissão de novas Ações ou alienação das Ações, diretamente ou por meio de Parte Relacionada, inclusive por meio de qualquer reorganização societária, fusão, cisão, incorporação e incorporação de ações ("Transferência"), exceto na extensão permitida por este Acordo, especialmente no que se refere

às Transferências Permitidas (conforme abaixo definido).

É vedado ao FIP Zulu Transferir ou permitir a Transferência de quaisquer de suas Ações sem o prévio e expresso consentimento da Vocatus, exceto no que se refere às Transferências Permitidas. Qualquer Transferência de Ações por parte do FIP Zulu, exceto no que se refere às Transferência Permitidas, sem o prévio e expresso consentimento da Vocatus, será considerada nula e sem efeito *ab initio*, obrigando-se a Companhia a não registrá-la em seus livros.

As Partes concordam que a Vocatus poderá negar o consentimento previsto acima caso a sua concessão e a consequente concretização da Transferência das Ações pelo FIP Zulu possam resultar em riscos ou prejuízos para a Vocatus e/ou para a Companhia.

Os Acionistas acordam que as restrições à Transferência de Ações previstas no Acordo de Acionistas não se aplicam às seguintes situações ("Transferências Permitidas"):

(i) quando a Transferência for indireta em decorrência de (a) sucessão "causa mortis" no caso de Acionista pessoa física, e desde que para os seus herdeiros necessários; (b) transferência de Ações do Acionista entre os próprios Controladores diretos e indiretos do Acionista em questão, no caso de Acionista pessoa jurídica; e/ou

(ii) no caso de encerramento do FIP Zulu com a entrega das Ações aos seus cotistas como forma de pagamento do resgate de suas cotas.

No caso das Transferências Permitidas, o respectivo Acionista deverá imediatamente: (i) fazer com que o cessionário adira e integre ao Acordo de Acionistas, caso já não o integre, e (ii) garantir solidariamente todas as obrigações do cessionário relacionadas ao Acordo de Acionistas (se aplicável).

Direito de Preferência

Observada, a restrição prevista acima e o direito às Transferências Permitidas, durante o prazo de vigência do Acordo de Acionistas, caso o FIP Zulu queira Transferir parte ou a totalidade das Ações da Companhia de sua propriedade para um Terceiro interessado ("Terceiro Interessado"), o FIP Zulu deverá primeiramente enviar à Vocatus uma notificação por escrito ("Notificação de Oferta") explicitando (i) o número total de Ações de sua titularidade que pretende Transferir ao Terceiro Interessado ("Ações Ofertadas"), (ii) o preço das Ações Ofertadas; (iii) a qualificação completa do Terceiro Interessado, sua principal atividade e, se for pessoa jurídica, a composição de seu capital social, indicando, na medida do possível, o seu controlador final; e (iv) cópia da proposta feita pelo Terceiro Interessado; e (v) todos os demais termos relevantes da Transferência ("Oferta"), e a Vocatus terá o direito de, em prazo não superior a 60 dias contados da data do recebimento da Notificação de Oferta ("Prazo de Exercício"), apresentar ao FIP Zulu notificação, com cópia para a Companhia e para os demais Acionistas, informando se deseja ou não exercer seu o direito de preferência para a aquisição de parte ou da totalidade das Ações Ofertadas, pelo mesmo preço e demais condições negociais ajustadas pelo FIP Zulu com o Terceiro Interessado, conforme procedimento ora estabelecido ("Direito de Preferência"), ficando desde já estabelecido que a falta de manifestação por parte da Vocatus no Prazo de Exercício será considerada como renúncia ao Direito de Preferência.

Exercido o Direito de Preferência pela Vocatus, a Transferência das Ações Ofertadas será efetivada no prazo máximo de até 60 dias.

Caso a Vocatus renuncie ou não manifeste a intenção de adquirir a totalidade das Ações Ofertadas, será assegurado ao FIP Zulu o direito de Transferir ao Terceiro Interessado a totalidade das Ações Ofertadas, conforme o caso, desde que: (a) a Transferência seja concluída em um prazo máximo de 60 dias contados do término do Prazo de Exercício do Direito de Preferência; (b) a operação

seja levada a efeito pelo mesmo preço e condições ou preço e condições superiores daqueles constantes da Notificação de Oferta; e (c) tenha seu nome aprovado pela Vocatus. Caso a Transferência não ocorra durante tal prazo de 60 dias, o FIP Zulu, caso ainda tenha a intenção de Transferir as Ações Ofertadas, deverá reiniciar os procedimentos.

Qualquer modificação nas condições de Transferência indicadas na Notificação de Oferta durante o prazo decorrido entre a Notificação de Oferta e a efetivação da operação de Transferência ao Terceiro Interessado (exceto na hipótese de majoração do preço mencionado na Notificação de Oferta, conforme previsto acima) configurará nova e distinta Transferência, que somente poderá ser efetivada após nova Oferta à Vocatus, nos mesmos termos e condições aqui previstos, para que estes possam exercer seu Direito de Preferência.

Direito de Primeira Oferta

Caso a Vocatus decida de forma ativa buscar uma operação que envolva a Transferência para um Terceiro ações representativas do Controle de apenas uma das Investidas detida pela Companhia (direta ou indiretamente), a Vocatus deverá notificar no prazo de 30 dias contados da data em que pretenda buscar referida Operação ao FIP Zulu acerca de sua intenção ("Notificação de Primeira Oferta") e o FIP Zulu terá o direito ("Direito de Primeira Oferta") de adquirir a mesma proporção de ações representativas do Controle de outra Investida ("Ações da Primeira Oferta"). Para fins de esclarecimento, o Direito de Primeira Oferta será aplicável apenas na Transferência direta ou indireta de apenas uma das Investidas.

As Partes concordam que o FIP Zulu não terá o Direito de Primeira Oferta caso a Vocatus deseje Transferir ao Terceiro ações (direta ou indireta) representativas do Controle de ambas as Investidas ou caso deseje Transferir a totalidade de Ações da Companhia.

A Vocatus deverá enviar a Notificação de Primeira Oferta ao FIP Zulu por escrito, explicitando o número total de Ações da Primeira Oferta e o Fip Zulu terá o direito de, em prazo não superior a 60 dias contados da data do recebimento da Notificação de Primeira Oferta ("Prazo de Exercício da Primeira Oferta"), apresentar à Vocatus (a) notificação, com cópia para a Companhia, para a Investida em questão e para os demais Acionistas, informando se deseja ou não exercer seu o Direito de Primeira Oferta para a aquisição da totalidade das Ações da Primeira Oferta com os termos e condições da oferta, incluindo preço e forma de pagamento ("Notificação de Exercício da Primeira Oferta"); e (b) uma fiança bancária contratada com um banco de primeira linha, com prazo mínimo de vigência de 180 dias em relação ao valor da oferta ("Fiança Bancária") ou uma garantia financeira que viabilize a realização da operação e seja aceitável pela Vocatus ("Garantia Financeira"), ficando desde já estabelecido que a falta de manifestação por parte do FIP Zulu no Prazo de Exercício ou a falta de apresentação da Fiança Bancária ou Garantia Financeira será considerada como renúncia ao Direito de Primeira Oferta. A Notificação de Exercício da Primeira Oferta terá validade de 180 dias.

Exercido o Direito de Primeira Oferta pelo FIP Zulu nos termos acima, as Partes concordam que a Vocatus poderá livremente Transferir as Ações da Primeira Oferta a qualquer Terceiro desde que (i) a operação seja levada a efeito por preço superior e melhores condições àqueles constantes da Notificação de Exercício da Primeira Oferta; e (ii) a operação seja conduzida por um banco ou assessor de investimento de primeira linha contratado pela Companhia às suas expensas e/ou da Investida em questão.

Caso a Vocatus não receba de um Terceiro interessado uma proposta nos termos previstos acima no prazo de até 180 dias contados da data de recebimento da Notificação de Exercício da Primeira Oferta, esta estará obrigada a Transferir Ações da Primeira Oferta ao FIP Zulu mediante a realização do pagamento nos termos da Notificação de Exercício da Primeira Oferta.

As Partes comprometem-se a tomar todas as providências e a assinar todos os documentos

necessários para a Transferência das Ações da Primeira Oferta ao FIP Zulu na hipótese prevista acima.

Caso o FIP Zulu renuncie ou não exerça o Direito de Primeira Oferta na forma aqui prevista, será assegurada à Vocatus o direito de Transferir a qualquer Terceiro a totalidade das Ações da Primeira Oferta desde que respeitadas as condições previstas no Acordo de Acionistas.

Direito de Venda Conjunta (Tag Along) e Complementação da Oferta

Caso a Vocatus receba e deseje aceitar uma proposta para Transferir Ações representativas ou não do Controle da Companhia ou das Investidas de forma direta ou indireta para um Terceiro, a Vocatus deverá notificar em 10 dias o FIP Zulu acerca de sua intenção ("Notificação de Venda Conjunta") e o FIP Zulu terá o direito de exigir que a Vocatus inclua na operação de Transferência ao Terceiro as Ações de sua titularidade de forma direta ou indireta e proporcional ("Direito de Venda Conjunta"). O exercício do Direito de Venda Conjunta não será aplicável no caso de uma Transferência Permitida. Os mesmos termos e condições do Direito de Venda Conjunta serão aplicáveis mutatis mutandis à Transferência das ações das Investidas.

A Notificação de Venda Conjunta deverá conter, necessariamente, (i) o número total de Ações Ofertadas que a Vocatus pretende Transferir ao Terceiro; (ii) o preço por Ação acordado pela Transferência das Ações Ofertadas da Vocatus ao Terceiro; (iii) as demais condições de venda acordadas com o Terceiro; e (iv) a qualificação completa do Terceiro, sua principal atividade e, se for pessoa jurídica, a composição de seu capital social, indicando, na medida do possível, o seu controlador final.

Para tanto, o FIP Zulu notificará a Vocatus de sua intenção de exercer o Direito de Venda Conjunta, em até 15 dias contados da data de recebimento da Notificação de Venda Conjunta ("Notificação de Exercício de Venda Conjunta").

Uma vez exercido o Direito de Venda Conjunta, as Ações a serem Transferidas ao Terceiro serão divididas entre as Ações Ofertadas da Vocatus e as Ações do FIP Zulu, na proporção da participação detida por cada um no capital social da Companhia, observados o mesmo preço por Ação e as mesmas condições constantes da oferta apresentada pelo Terceiro à Vocatus para a aquisição das Ações Ofertadas.

Exercido o Direito de Venda Conjunta pelo FIP Zulu, a Vocatus não consumará qualquer Transferência a menos que o Terceiro adquira do FIP Zulu as suas Ações, nos mesmos termos e condições constantes da Notificação de Venda Conjunta. A Transferência das Ações ao Terceiro deverá ser efetivada dentro de 30 dias contados da data de apresentação da Notificação de Exercício de Venda Conjunta. Em caso de inobservância do prazo de 30 dias, o procedimento ora previsto deverá ser novamente observado.

Qualquer Transferência de Ações pela Vocatus sem a necessária observância do disposto acima será considerada nula e sem efeito *ab initio*, obrigando-se a Companhia a não registrá-la em seus livros.

Os Acionistas comprometem-se a envidar todos os melhores esforços, assinar qualquer documento e a tomar todas as providências necessárias para a concretização da Transferência das Ações.

Obrigação de Venda Conjunta (Drag Along)

Caso a Vocatus receba proposta feita por Terceiro interessado ("Potencial Adquirente") tendo por objeto a aquisição de ações do Controle da Companhia ou de qualquer das Investidas, a Vocatus terá o direito de, comprometendo-se irrevogável e irretratavelmente a Transferir o Controle da

Companhia ou das Investidas, exigir que o FIP Zulu Transfira, pelo mesmo preço e nas mesmas condições negociais acordadas com o Potencial Adquirente para a aquisição das Ações de propriedade da Vocatus, as Ações da Companhia de que são titulares ("Obrigação de Venda Conjunta"). Os mesmos termos e condições da Obrigação de Venda Conjunta serão aplicáveis *mutatis mutandis* à Transferência das ações das Investidas.

As Partes concordam que a Obrigação de Venda Conjunta somente será imputável ao FIP Zulu se o processo de alienação e Transferência ao Terceiro em questão for conduzido por um banco ou assessor de investimento de primeira linha (contratado às expensas da Companhia e/ou da Investida em questão), com a participação do FIP Zulu.

Caso a Vocatus exerça seu direito de *Drag Along*, não serão aplicáveis os direitos previstos em caso de *Tag Along*.

A Vocatus enviará, com antecedência mínima de 30 dias da potencial data de concretização da Transferência das Ações ao Potencial Adquirente, notificação escrita ao FIP Zulu para informar que (i) recebeu uma oferta de um Potencial Adquirente nos termos aqui previstos e (ii) contratou banco ou assessor de investimento de primeira linha para condução de tal processo ("Notificação de *Drag Along*"). A Notificação de *Drag Along* deverá conter os mesmos requisitos aplicáveis à Notificação de Oferta, nos termos acima.

O lote de Ações a ser Transferido ao Potencial Adquirente em decorrência da Obrigação de Venda Conjunta será dividido entre as Ações da Vocatus e as Ações do FIP Zulu, na proporção da participação detida por cada um no capital social da Companhia e/ou da Investida em questão. A concretização da Transferência das ações ao Potencial Adquirente deverá ocorrer no prazo máximo de 180 dias contados da entrega da respectiva Notificação de *Drag Along.*

Os Acionistas comprometem-se a envidar todos os melhores esforços, assinar qualquer documento e a tomar todas as providências necessárias para a concretização da Transferência das Ações da Companhia e/ou das Investidas.

Independentemente do previsto acima, o FIP Zulu outorga à Vocatus plenos e irrevogáveis poderes, nos termos do art. 653 e seguintes do Código Civil brasileiro, para que esta tome todas as providências e assine todo e qualquer documento necessário à concretização da Transferência das Ações da Companhia e/ou das Investidas nos termos da Cláusula 8 do Acordo de Acionistas, incluindo, sem limitação, poderes para assinar qualquer contrato de compra e venda das Ações e/ou das Investidas e qualquer livro societário da Companhia e/ou das Investidas de forma a prever e concretizar a referida Transferência.

Em caso de descumprimento da Obrigação de Venda Conjunta por parte do FIP Zulu, a Vocatus poderá vender as suas ações representativas do Controle da Companhia ou das Investidas livremente ao Potencial Adquirente.

Opção de Compra

Não obstante o disposto acima, se, no prazo de 5 dias contados da data de recebimento, pelo FIP Zulu, da notificação referida acima, o FIP Zulu descumprir de qualquer forma com a Obrigação de Venda Conjunta prevista na Cláusula 8 do Acordo de Acionistas e, portanto, se recusar a efetivar a Transferência mediante a alienação das suas Ações por qualquer razão ou sob qualquer pretexto, que não o descumprimento por parte da Vocatus, das condições previstas na Cláusula 8 do Acordo de Acionistas, a Vocatus terá o direito de comprar do FIP Zulu, que nessa hipótese ficará obrigado a vender à Vocatus, no mais tardar até o 10º dia contado da data de recebimento da notificação referida acima ("Data da Opção de Compra"), as Ações do capital da Companhia detidas pelo FIP Zulu e que deveriam ter sido Transferidas em virtude da Obrigação de Venda Conjunta ("Opção de Compra").

A Vocatus deverá notificar o FIP Zulu do exercício da Opção de Compra com pelo menos 7 dias de antecedência da data da efetiva Transferência ("Data da Opção de Compra"). A notificação deverá ser efetuada por escrito e entregue ao FIP Zulu, com cópia para o Diretor Presidente da Companhia.

O preço total de compra das Ações detidas pelo FIP Zulu objeto da Opção de Compra, corresponderá ao Preço por Ação com um desconto de 20%.

O pagamento do Preço da Opção de Compra será efetuado pela Vocatus ao FIP Zulu, na medida em que a Vocatus vier a efetivamente receber o preço resultante da alienação ao Potencial Adquirente, sendo certo que o Preço da Opção de Compra só será pago ao FIP Zulu mediante a Transferência das Ações do FIP Zulu à Vocatus e desta ao Potencial Adquirente, devendo referido pagamento ser feito no prazo de até 10 dias contados do recebimento pela Vocatus dos recursos.

A Vocatus poderá indicar qualquer Parte Relacionada ou terceiro para exercer a Opção de Compra.

Exercida a Opção de Compra, considerar-se-á perfeita e acabada a compra e venda das Ações objeto da mesma, independentemente de qualquer formalidade adicional.

Ônus e Penhora de Ações

Exceto como acordado entre as Partes no Contrato de Penhor (conforme definido no Contrato) e no Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia e Outras Avenças, celebrado em 31 de dezembro de 2019, entre os Acionistas, a True Securitizadora S.A., com a interveniência da Companhia e da CNA ("Contrato de Alienação Fiduciária"), é vedada aos Acionistas a criação de quaisquer Ônus sobre as Ações sem a prévia e expressa aprovação dos demais Acionistas, exceto pela sua vinculação ao presente Acordo.

Excetuam-se as Ações oneradas nos termos do Contrato de Penhor e da Alienação Fiduciária.

Caso qualquer Ação venha a ser objeto de arresto, penhora ou outra forma de constrição judicial no âmbito de ações judiciais ou administrativas ajuizadas por Terceiros ("Ação Penhorada"), o Acionista titular das Ações Penhoradas ("Acionista Sujeito à Penhora") terá o prazo de 60 dias, contados da data da respectiva intimação da constrição, para obter a liberação das Ações Penhoradas.

Caso as Ações Penhoradas não sejam liberadas dentro do prazo previsto acima, o Acionista Sujeito à Penhora notificará por escrito os demais Acionistas informando sobre a constituição da constrição sobre as Ações Penhoradas, com cópia para a Companhia, dando tal notificação ensejo ao exercício de opção de compra das Ações Penhoradas aos demais Acionistas ("Opção de Compra em Caso de Penhora"). Independentemente da notificação acima referida, será igualmente considerado como fato gerador da Opção de Compra em Caso de Penhora a ciência, pelos demais Acionistas, da respectiva penhora das Ações, não liberada nos 60 dias seguintes à intimação da constrição.

No prazo de até 30 dias corridos do recebimento da notificação do Acionista Sujeito à Penhora ou após a ciência de tal medida, o que ocorrer primeiro, desde que transcorrido o prazo de 60 dias previsto acima, os demais Acionistas informarão, por escrito, ao Acionista Sujeito à Penhora se irão exercer a Opção de Compra em Caso de Penhora.

As Ações Penhoradas deverão ser distribuídas entre os Acionistas que exerceram a Opção de Compra em Caso de Penhora na proporção da participação detida por cada um no capital social da Companhia (desconsiderada as participações do Acionista Sujeito à Penhora e dos Acionistas

que não desejem exercer a Opção de Compra em Caso de Penhora).

O preço das Ações Penhoradas será o valor correspondente ao valor patrimonial das Ações, dividido pelo número de Ações de emissão da Companhia ("Valor Acordado"). Se um ou mais dos Acionistas exercerem a Opção de Compra em Caso de Penhora, tal(is) Acionista(s) deverá(ão) depositar em juízo o montante correspondente à avaliação das Ações Penhoradas realizada pelo perito judicial, a fim de levantar tal medida constritiva e adquirir a titularidade das Ações Penhoradas. Caso o Valor Acordado exceda tal montante, a diferença deverá ser paga pelo Acionista que exerceu a Opção de Compra em Caso de Penhora, dentro de 10 dias contados da data de determinação do valor a ser depositado judicialmente. No entanto, caso o montante correspondente à avaliação das Ações Penhoradas realizada pelo perito judicial exceda o Valor Acordado, o Acionista Sujeito à Penhora será responsável, perante o(s) Acionista(s) que exercer(em) a Opção de Compra em Caso de Penhora, pela diferença a maior que tal(is) Acionista(s) porventura tenha(m) que depositar em juízo para adquirir as Ações Penhoradas.

O valor patrimonial das Ações, a ser definido para fins de definição do Valor Acordado, será apurado por meio de balancete especial levantado especialmente para este fim, a ser elaborado por uma empresa de auditoria independente entre as seguintes: PricewaterhouseCoopers, Ernst and Young Terco, Deloitte Touch Tomatsu ou KPMG, de maneira que referido valor patrimonial não poderá ser contestado.

No 30º dia contado do término do prazo referido acima ou na data em que o juízo autorizar a substituição das Ações Penhoradas, o que ocorrer primeiro, o(s) Acionista(s) que tiver(em) exercido a Opção de Compra em Caso de Penhora depositará(ão) em juízo a(s) respectiva(s) parcela(s) do preço das Ações Penhoradas e o Acionista Sujeito à Penhora venderá e transferirá definitivamente as respectivas Ações Penhoradas ao(s) Acionista(s) que tiver(em) exercido a Opção de Compra em Caso de Penhora. O pagamento do débito mediante depósito judicial será considerado como pagamento por conta e ordem do Acionista Sujeito à Penhora, o qual outorgará ao(s) Acionista(s) adquirente(s) a mais plena, ampla, rasa, geral e irrevogável quitação com relação a todo e qualquer valor devido pela aquisição das Ações Penhoradas, não tendo nada a reclamar a qualquer título.

Em qualquer caso, o Acionista Sujeito à Penhora deverá tomar todas as providências cabíveis para que a substituição das Ações Penhoradas seja autorizada pelo juízo competente e para que ocorra a decorrente liberação das Ações Penhoradas.

Exercida a Opção de Compra em Caso de Penhora, considerar-se-á perfeita e acabada a compra e venda das Ações Penhoradas, independentemente de qualquer formalidade adicional.

Os Acionistas comprometem-se a envidar todos os melhores esforços, assinar qualquer documento e a tomar todas as providências necessárias para a concretização da Transferência das Ações.

Pertencerão ao(s) Acionista(s) que tiver(em) exercido a respectiva Opção de Compra em Caso de Penhora os lucros ou dividendos das Ações Objeto de Penhora, calculados *pro rata temporis*, a partir da data da notificação do exercício da Opção de Compra em Caso de Penhora.

O disposto acima não se aplicará às Ações que venham a ser oneradas por força de obrigações da Companhia, desde que a criação de tais Ônus ocorra após a data de assinatura do Acordo de Acionistas e desde que aprovada pela Assembleia Geral da Companhia, devendo nesta hipótese a Companhia arcar prioritariamente com todos os recursos necessários para o cumprimento de tais obrigações.

g. Descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração ou de órgãos de fiscalização e controle

A aprovação das matérias listadas abaixo dependerá necessariamente do voto afirmativo de pelo menos um dos membros do Conselho de Administração indicado pelo FIP Zulu nos termos acima durante o período (e somente neste período) em que as garantias dos imóveis listadas no Anexo 14.3 do Contrato permanecerem vigentes, sendo certo que referida substituição e/ou liberação das garantias encontra-se em negociação pelas Partes e ocorrerá anteriormente ao lançamento da Oferta:

(a) alienação, transferência, entrega em garantia ou qualquer outra forma de alteração da titularidade da totalidade ou substancialmente a totalidade dos ativos detidos pela Companhia e/ou pelas Investidas, ou por suas subsidiárias;

(b) celebração de quaisquer contratos de empréstimo ou financiamento com Partes Relacionadas pela Companhia ou pelas Investidas em que estas figurem como credoras, com exceção de transações realizadas com Partes Relacionadas da Companhia e/ou das Investidas que tenham exatamente a mesma composição acionária da Companhia e/ou das Investidas;

(c) qualquer destinação, de forma desproporcional entre os Acionistas, de recursos financeiros da Companhia e/ou de suas Investidas e que não esteja prevista no orçamento anual, exceto as despesas gerais e administrativas necessárias à manutenção e operação da Companhia e/ou de suas Investidas;

(d) a associação da Companhia e/ou de suas Investidas, sob qualquer forma, com outras sociedades, inclusive a realização de um empreendimento conjunto ou de consórcio, bem como a criação de subsidiária integral ou aquisição de controle ou de participação societária em outras sociedades, consórcios, associações e parcerias, bem como a criação de grupos de sociedades ou a participação da Companhia e/ou de suas Investidas em grupos de sociedades; e

(e) aprovação do voto a ser proferido pela Companhia em assembleias gerais das Investidas com relação às mesmas matérias previstas nos itens anteriores.

Após a liberação das garantias sobre os imóveis listadas no Anexo 14.3 do Contrato, as matérias constantes acima serão substituídos pelas matérias abaixo, as quais deverão ser aprovadas com o voto afirmativo de pelo menos um dos membros do Conselho de Administração indicado pelo FIP Zulu:

(a) alienação, transferência, entrega em garantia ou qualquer outra forma de alteração da titularidade da totalidade ou substancialmente a totalidade dos ativos detidos pela Companhia e/ou pelas Investidas, ou por suas subsidiárias, desde que tais ações sejam realizadas em prejuízo desproporcionais ao FIP Zulu em comparação à Vocatus;

(b) qualquer destinação, de forma desproporcional entre os Acionistas, de recursos financeiros da Companhia e/ou de suas Investidas e que não esteja prevista no orçamento anual, exceto as despesas gerais e administrativas necessárias à manutenção e operação da Companhia e/ou de suas Investidas;

(c) a associação da Companhia e/ou de suas Investidas, sob qualquer forma, com outras sociedades, inclusive a realização de um empreendimento conjunto ou de consórcio, bem como a criação de subsidiária integral ou aquisição de controle ou de participação societária em outras sociedades, consórcios, associações e parcerias, bem como a criação de grupos de sociedades ou a participação da Companhia e/ou de suas Investidas em grupos de sociedades, desde que tais operações (ou seus efeitos) desde que tais ações sejam realizadas em prejuízo desproporcionais ao FIP Zulu em comparação à Vocatus; e

(d) aprovação do voto a ser proferido pela Companhia em assembleias gerais das Investidas com relação às mesmas matérias previstas nos itens anteriores e/ou acima.

15.6 – Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Nos últimos 3 exercícios sociais e no exercício social corrente, não houve aquisições ou alienações relevantes, conforme definidas no artigo 12 da Instrução CVM nº 358/02, nas participações dos membros do grupo de controle e de administradores.

15.7 – Principais operações societárias ocorridas no grupo que tenham tido efeito relevante para a Companhia, incorporações, fusões, cisões, incorporações de ações, alienações e aquisições de controle societário, aquisições e alienações de ativos importantes

Exercício Social	**31/03/2018**
a) Evento	Aquisição da Da Ilha – Comércio de Álcool Ltda. ("Da Ilha") pela Companhia Nacional de Álcool ("CNA") e cessão de 1 (uma) quota à Companhia.
b) Principais condições do negócio	Em 28 de julho de 2017, em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia e Assembleia Geral Extraordinária da CNA, foram aprovadas (i) a aquisição da totalidade da participação acionária da Da Ilha pela CNA; e (ii) a subsequente cessão de 1 (uma) quota da Da Ilha à Companhia.
c) Sociedades envolvidas	CNA, Companhia, Da Ilha
d) Efeitos resultantes da operação no quadro societário	Não houve alteração no quadro acionário da Companhia. Com a operação, a Da Ilha passou a ser detida pela CNA e pela Companhia.

e) Quadro societário antes e depois da operação

Antes Da Ilha

	Quotas		**Participação no capital total (%)**
Sócios	**(Quantidade)**	**(%)**	
Amir Sanson	1.944.838	25%	25%
Edson Sanson	1.944.838	25%	25%
Luiz Carlos Sanson	1.944.838	25%	25%
Lory Lourival Sanson	1.944.838	25%	25%
Total	**7.779.352**	**100%**	**100%**

Depois Da Ilha

	Quotas		**Participação no capital total (%)**
Sócios	**(Quantidade)**	**(%)**	
Companhia Nacional de Álcool	7.779.351	99,9999%	99,9999%
Grupo MPR Participações S.A.	1	0,0001%	0,0001%
Total	**7.779.352**	**100%**	**100%**

f) Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Cumprimento das regras societárias aplicáveis.

Exercício Social	**31/03/2020**
a) Evento	Incorporação da MPR Empreendimentos e Participações S.A. ("MPR Empreendimentos") pela Hypséa Participações S.A. ("Hypséa").
b) Principais condições do negócio	Em 31 de dezembro de 2019, a MPR Empreendimentos foi incorporada pela Hypséa e consequentemente

	extinta. Em decorrência da incorporação, a Hypséa teve seu capital social aumentado em R$ 7.150.179,08.
c) Sociedades envolvidas	MPR Empreendimentos e Hypséa
d) Efeitos resultantes da operação no quadro societário	Com a extinção da MPR Empreendimentos, a Companhia passou a ser detida diretamente pela Hypséa.

e) Quadro societário antes e depois da operação

Antes

	Ações Ordinárias		**Ações Preferenciais**		**Participação no capital total (%)**
Acionistas	**(Quantidade)**	**(%)**	**(Quantidade)**	**(%)**	
MPR Empreendimentos S.A.	38.120.470	55%	N/A	N/A	55%
Zulu Corp Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	31.189.475	45%	N/A	N/A	45%
Total	**69.309.945**	**100%**	N/A	N/A	**100%**

Depois

	Ações Ordinárias		**Ações Preferenciais**		**Participação no capital total (%)**
Acionistas	**(Quantidade)**	**(%)**	**(Quantidade)**	**(%)**	
Hypséa S.A.	38.120.470	55%	N/A	N/A	55%
Zulu Corp Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	31.189.475	45%	N/A	N/A	45%
Total	**69.309.945**	**100%**	N/A	N/A	**100%**

f) Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Cumprimento das regras societárias aplicáveis.

Exercício Social	**31/03/2020**
a) Evento	Cisão total da Hypséa Participações S.A. ("Hypséa") com incorporação das parcelas cindidas pela Companhia Nacional de Álcool ("CNA") e Álcool Ferreira S.A. ("Álcool Ferreira").
b) Principais condições do negócio	Em 31 de dezembro de 2019, foi aprovada a cisão total da Hypséa, com a versão das parcelas cindidas da Hypséa para a CNA e para a Álcool Ferreira, resultando na extinção da Hypséa e aumento de capital da CNA no valor de R$ 54.419.249,03 e da Álcool Ferreira no valor de R$ 7.882.034,88 com a versão das parcelas cindidas da Hypséa.
c) Sociedades envolvidas	Hypséa, Álcool Ferreira e CNA
d) Efeitos resultantes da operação no quadro societário	Com a extinção da Hypséa, a Companhia passa a ser detida diretamente pela Vocatus Participações S.A.
e) Quadro societário antes e depois da operação	

Antes

Acionistas	Ações Ordinárias (Quantidade)	Ações Ordinárias (%)	Ações Preferenciais (Quantidade)	Ações Preferenciais (%)	Participação no capital total (%)
Hypséa S.A.	38.120.470	55%	N/A	N/A	55%
Zulu Corp Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	31.189.475	45%	N/A	N/A	45%
Total	**69.309.945**	**100%**	N/A	N/A	**100%**

Depois

Acionistas	Ações Ordinárias (Quantidade)	Ações Ordinárias (%)	Ações Preferenciais (Quantidade)	Ações Preferenciais (%)	Participação no capital total (%)
Vocatus Participações S.A.	38.120.470	55%	N/A	N/A	55%
Zulu Corp Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	31.189.475	45%	N/A	N/A	45%
Total	**69.309.945**	**100%**	N/A	N/A	**100%**

f) Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Cumprimento das regras societárias aplicáveis.

Exercício Social	**31/03/2020**
a) Evento	Incorporação da Armazém 47 Distribuidora Ltda. ("Armazém 47") pela Companhia Nacional de Álcool ("CNA").
b) Principais condições do negócio	Em 31 de dezembro de 2019, a CNA incorporou a Armazém 47, com base no Laudo de Avaliação que indicou, pelo valor contábil, o patrimônio líquido de R$ 3.111.392,42 negativos. Em decorrência do patrimônio líquido negativo da Armazém 47, o capital social da CNA não aumentou devido à incorporação, permanecendo em R$ 15.000.000,00.
c) Sociedades envolvidas	Armazém 47 e CNA
d) Efeitos resultantes da operação no quadro societário	Não houve alteração no quadro acionário da Companhia.
e) Quadro societário antes e depois da operação	Não houve alteração no quadro acionário da Companhia.
f) Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Cumprimento das regras societárias aplicáveis.

Exercício Social	**31/03/2020**
a) Evento	Cessão e transferência das ações de emissão da Companhia Nacional de Álcool ("CNA") detidas pela Vocatus Participações S.A. ("Vocatus") e pelo Zulu Corp Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("FIP Zulu") para a Companhia.

b) Principais condições do negócio	Em 31 de dezembro de 2019, foram lavradas nos livros societários da CNA a cessão e transferência da totalidade das ações ordinárias detidas pela Vocatus e pelo FIP Zulu na CNA para a Companhia.
c) Sociedades envolvidas	CNA, Companhia, Vocatus e FIP Zulu.
d) Efeitos resultantes da operação no quadro societário	Com a cessão e transferência, a Companhia passa a ser a única acionista da CNA.
e) Quadro societário antes e depois da operação Não houve alteração no quadro acionário da Companhia.	
f) Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Cumprimento das regras societárias aplicáveis.

Exercício Social	**31/03/2020**
a) Evento	Aumento de capital na Companhia pela Vocatus Participações S.A. ("Vocatus") e pelo Zulu Corp Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("FIP Zulu") com versão da participação detida diretamente na Companhia Nacional de Álcool ("CNA") e na Álcool Ferreira S.A. ("Álcool Ferreira").
b) Principais condições do negócio	Em 31 de dezembro de 2019, foi aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia o aumento de seu capital social mediante a contribuição pelos acionistas à época, Vocatus e FIP Zulu, da totalidade das ações de emissão da Álcool Ferreira e da CNA, avaliadas em R$ 62.301.283,92, sendo que, deste montante, o valor de R$ 29.900.261,82 foi destinado ao aumento do capital social, alterando o capital social da Companhia para R$ 60.000.000,00, representado por 99.210.206 ações ordinárias.
c) Sociedades envolvidas	Companhia, Vocatus, FIP Zulu, CNA e Álcool Ferreira
d) Efeitos resultantes da operação no quadro societário	A participação societária dos acionistas da Companhia após o aumento de capital se manteve na mesma proporção.

e) Quadro societário antes e depois da operação

Antes

	Ações Ordinárias		**Ações Preferenciais**		**Participação no capital total (%)**
Acionistas	**(Quantidade)**	**(%)**	**(Quantidade)**	**(%)**	
Vocatus Participações S.A.	38.120.470	55%	N/A	N/A	55%
Zulu Corp Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	31.189.475	45%	N/A	N/A	45%
Total	**69.309.945**	**100%**	N/A	N/A	**100%**

Depois

Acionistas	Ações Ordinárias (Quantidade)	Ações Ordinárias (%)	Ações Preferenciais (Quantidade)	Ações Preferenciais (%)	Participação no capital total (%)
Vocatus Participações S.A.	54.565.613	55%	N/A	N/A	55%
Zulu Corp Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	44.644.593	45%	N/A	N/A	45%
Total	**99.210.206**	**100%**	N/A	N/A	**100%**

f) Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	As ações de emissão da Álcool Ferreira e da CNA de titularidade do FIP Zulu e da Vocatus foram avaliadas sob o mesmo critério, sendo este o valor do patrimônio líquido contábil. Além disso, foram observadas as regras societárias aplicáveis.

15.8 – Outras informações relevantes

Considerações sobre o Fundo de Investimento em Participações Vocatus Multiestratégia ("FIP Vocatus")

Em complementação às informações prestadas nas seções 15.1/2 deste Formulário de Referência, a Companhia informa que o seu acionista controlador indireto, o FIP Vocatus, cujos recursos advém de entidades no exterior geridas pelo fundo de *private equity* Alothon Group, não possui um cotista que o controle, considerando para estes fins o mesmo critério que, no caso de companhia aberta, seria suficiente para considerar a participação como de acionista controlador. Ou seja, não há cotista (i) que seja titular de direitos que lhe assegurem, de modo permanente, a maioria dos votos nas deliberações e o poder de eleger a maioria dos administradores; e (ii) que use efetivamente seu poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos, nos termos do artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações. As principais decisões envolvendo o FIP Vocatus são tomadas por um Comitê de Investimento composto, na data deste Formulário de Referência, pelos Srs. Ettore Biagioni e Ana Paula Bannwart Glassner.

16.1 – Descrever as regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto, indicando, quando houver uma política formal adotada pelo emissor, o órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de agosto de 2020, foi aprovada a Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia ("Política de TPR"), que tem por objetivo estabelecer regras e consolidar os procedimentos a fim de assegurar que todas as decisões envolvendo transações com partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesses sejam tomadas tendo em vista o melhor interesse da Companhia, com plena independência e absoluta transparência, de modo a garantir aos acionistas, aos investidores e outras partes interessadas, que a Companhia se encontre de acordo com as melhores práticas de governança corporativa e demais disposições legais aplicáveis.

Nos termos da Política de TPR, as transações com partes relacionadas deverão ser aprovadas pelo Conselho de Administração.

Como regra geral, para fins da Política de TPR são consideradas partes relacionadas da Companhia aquelas que se enquadrem nas definições estabelecidas pelo Pronunciamento Técnico CPC nº 5 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovado pela CVM por meio da Deliberação CVM nº 642, de 7 de outubro de 2010, e as pessoas físicas ou jurídicas com as quais a Companhia tenha possibilidade de contratar em condições que não sejam as de comutatividade e independência que caracterizam as transações com terceiros alheios à Companhia.

Mediante solicitação pelo Conselho de Administração e/ou pela Diretoria, o Departamento Jurídico da Companhia será responsável pela identificação e classificação de potenciais "transações com partes relacionadas", observados os critérios constantes do da Política de TPR.

Nos termos da Política de TPR, a Companhia poderá contratar com partes relacionadas, observando rigorosamente as mesmas normas e critérios de contratação que utiliza para selecionar e contratar prestadores de serviços e desde que as operações sejam contratadas em bases equitativas, isto é, observem, durante a negociação, os princípios da competitividade, conformidade, transparência, equidade e, principalmente, comutatividade, devendo ser observados os mesmos princípios, procedimentos e interesses que norteiam transações entre partes independentes, pautando-se por termos e condições que prevaleçam ou prevaleceriam no mercado ao tempo de sua aprovação, em respeito às normas legais e éticas.

A Política de TPR prevê ainda, dentre outras matérias, regras para caracterização de transações com partes relacionadas e hipóteses de vedações a serem observadas.

A Política de Transações com Partes Relacionadas está disponível para consulta nos websites da CVM (www.cvm.gov.br) e da Companhia (www.grupompr.com.br/ri).

Para mais informações sobre as práticas de governança corporativa adotadas pela Companhia, ver item 12.12 deste Formulário de Referência.

16.2 – Informações sobre as transações com partes relacionadas

Nome da parte relacionada	Grou Empreendimentos Ltda.
Tipo pessoa	Pessoa Jurídica
CPF/CNPJ da parte relacionada	58.377.094/0001-00
Relação com o emissor	Coligada
Data da transação	01/09/2011
Objeto do contrato	Compartilhamento de estruturas administrativas e respectivos gastos entre a Companhia, a Álcool Ferreira S.A. ("Álcool Ferreira") e a Companhia Nacional de Álcool ("CNA") e, após a celebração do 2º aditivo, em 1º de setembro de 2012, a Grou Empreendimentos Ltda.
Posição contratual (Credor/Devedor/Outras)	Outras (Convenente)
Montante envolvido (R$)	2.572.000,00
Saldo existente (R$)	2.572.000,00
Montante da parte relacionada	6.000,00
Garantias e seguros	Não aplicável
Duração	Indeterminado
Condições de rescisão ou extinção	As partes poderão, a qualquer tempo e sem ônus, denunciar o Contrato, sem justo motivo, desde que oferecida denúncia, por escrito, com antecedência mínima de 90 dias. Durante este período de pré-aviso permanecerão inalteradas as obrigações das partes. O Contrato poderá ser rescindido por quaisquer das partes, por justo motivo, mediante notificação por escrito uma à outra. Será considerado, por ambos os signatários, justo motivo para imediata rescisão do Contrato, estando, assim, dispensados do pré-aviso descrito acima, se ocorrerem, além do descumprimento da obrigação de outorga de procurações em favor da Companhia, as seguintes condições: (i) descumprimento de quaisquer das cláusulas do Contrato; (ii) atos de improbidade e/ou desídia; (iii) atos fraudulentos ou infrações de qualquer natureza, relativas às normas profissionais, técnicas, éticas, sanitárias e fiscais em vigor; (iv) no caso de pedido de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, ou insolvência civil de qualquer das partes; e (v) no caso de dissolução judicial ou extrajudicial de qualquer das partes.
Empréstimo ou outro tipo de dívida	Não
Natureza e Razões para a operação / outras informações relevantes	É do interesse das partes otimizar e padronizar seus esforços administrativos, evitando duplicidade de estruturas administrativas, cargos e esforços de atividades de apoio internos e, como consequência, fortalecendo os princípios de práticas de governança corporativa da Companhia e suas subsidiárias, com racionalização de gastos em comum. A Companhia se comprometeu a repassar às conveniadas os desembolsos incorridos com as estruturas administrativas compartilhadas, com base no mesmo valor dos gastos realizados perante terceiros e necessários à adequada manutenção e funcionamento das referidas estruturas administrativas, segundo critérios de

	rateio definidos no Contrato. Todos os desembolsos incorridos com as estruturas administrativas compartilhadas serão rateados mensalmente entre as partes, através da verificação pela Companhia dos gastos apontados em centros de custo específicos para cada departamento vinculado ao rateio criado para esse fim.
Taxa de Juros	0,000000%

Nome da parte relacionada	Grou Empreendimentos Ltda.
Tipo pessoa	Pessoa Jurídica
CPF/CNPJ da parte relacionada	58.377.094/0001-00
Relação com o emissor	Coligada.
Data da transação	26 de outubro de 2015, conforme aditado em 18 de novembro de 2015
Objeto do contrato	Locação de imóvel não residencial
Posição contratual (Credor/Devedor/Outras)	Outras (Locatária)
Montante envolvido (R$)	9.071.000,00
Saldo existente (R$)	9.071.000,00
Montante da parte relacionada	0,00
Garantias e seguros	Não aplicável
Duração	60 meses, podendo ser renovado pelo prazo adicional de no máximo 60 meses
Condições de rescisão ou extinção	Rescisão automática nos seguintes casos: (i) caso fortuito ou força maior que comprovadamente impeça a utilização do imóvel (e.g. calamidades públicas, grave perturbação da ordem interna ou guerra), no todo ou em parte, para os fins pactuados, ou no caso de desapropriação por necessidade ou utilização pública; (ii) pela parte não inadimplente, em caso de descumprimento ou inveracidade de declaração, pela outra parte, de/em qualquer cláusula do Contrato e desde que tal descumprimento não seja sanado pela parte inadimplente no prazo de 15 dias; e (iii) por uma das partes em caso de insolvência, decretação de falência, requerimento de recuperação judicial ou extrajudicial ou pedido de dissolução da outra parte. O Contrato também poderá ser rescindido ao final do prazo de 60 meses de vigência, a qualquer momento, a exclusivo critério da Locatária, mediante notificação por escrito à Locadora com, no mínimo, 60 dias de antecedência.
Empréstimo ou outro tipo de dívida	Não
Natureza e Razões para a operação / outras informações relevantes	O Contrato é celebrado entre a Grou Empreendimentos Ltda. e a CNA, subsidiária integral da Companhia, e tem como objeto o aluguel de determinadas instalações. O Contrato foi assinado em 26 de outubro de 2015 e aditado em 18 de novembro de 2015, quando a CNA realizou o adiantamento de parte dos pagamentos referentes a 5 anos de aluguel previsto no Contrato, no valor de R$19.294.850,10. O Contrato prevê pagamentos mensais no valor de (i) R$456 mil até 26 de dezembro de 2020; e (ii) R$134 mil até 26 de outubro de 2025. A parcela de R$134 mil terá reajustes anuais com base no IGPM-FGV.

Taxa de Juros	0,000000%

16.3 – Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

a. Identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses

Em Reunião do Conselho de Administração, datada de 27 de agosto de 2020, foi aprovada a Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia ("Política") que tem por objetivo estabelecer regras e consolidar os procedimentos a fim de assegurar que todas as decisões envolvendo transações com partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesses sejam tomadas tendo em vista o melhor interesse da Companhia, com plena independência e absoluta transparência, de modo a garantir aos acionistas, aos investidores e outras partes interessadas, que a Companhia se encontre de acordo com as melhores práticas de governança corporativa e demais disposições legais aplicáveis.

Nos termos da Política, as transações com partes relacionadas deverão ser aprovadas pelo Conselho de Administração.

O Conselho de Administração deve solicitar à Diretoria, previamente à aprovação de transações específicas ou diretrizes para a contratação de transações, as alternativas de mercado em relação à transação com partes relacionadas que a Companhia pretende realizar, ajustadas pelos fatores de riscos do mercado.

Os administradores da Companhia, ao identificarem uma matéria dessa natureza, ou outras que possam representar potenciais conflitos de interesses, devem imediatamente manifestar seu conflito de interesses. Adicionalmente, devem abster-se de votar.

Caso solicitado pelo Presidente do Conselho de Administração ou pelo Diretor Presidente, conforme o caso, os administradores que tenham interesse na operação em questão participarão parcialmente da discussão de forma a explicar seu envolvimento na operação e proporcionar informações adicionais sobre a operação e as partes envolvidas. Neste caso, deverão se ausentar da parte final da discussão, incluindo o processo de votação da matéria.

Caso algum membro do Conselho de Administração ou da Diretoria, que possa ter um potencial ganho privado decorrente de alguma decisão, não manifeste seu conflito de interesses, qualquer outro membro do órgão ao qual pertence que tenha conhecimento da situação, deverá fazê-lo.

Neste caso, a não manifestação voluntária do administrador será considerada uma violação da Política, sendo levada ao Conselho de Administração para avaliação de eventual ação corretiva.

A manifestação da situação de conflito de interesses e a subsequente abstenção deverão constar da ata da reunião.

Os acionistas da Companhia poderão encaminhar à Diretoria de Relações com Investidores, a qualquer tempo, inclusive após a realização de assembleias gerais, arguição de impedimento de voto em conflito de interesses ou de benefício particular, nos termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, relacionadas a matérias submetidas a assembleias gerais. Caso a arguição de impedimento de voto tenha sido encaminhada por acionista da Companhia com até 8 dias de antecedência para a data de realização, em primeira convocação, da assembleia geral, o departamento jurídico da Companhia deverá elaborar relatório a ser apresentado ao presidente da assembleia geral, indicando o seu entendimento sobre a matéria.

Caberá ao presidente da mesa da assembleia geral decidir, no curso da própria assembleia, pelo impedimento do acionista em suposto conflito de interesses ou em situação de benefício

particular, sem prejuízo da posterior submissão da matéria à CVM, seja pelo acionista reclamante, pelo acionista eventualmente impedido, ou pela Companhia.

A Política se encontra alinhada às exigências da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), particularmente no que diz respeito ao cumprimento do dever de lealdade dos administradores para com a Companhia. De acordo com o artigo 155 da Lei das Sociedades por Ações, o administrador deve servir com lealdade a companhia, exigindo que os interesses da companhia sempre se sobreponham aos interesses pessoais dos tomadores de decisão. Ademais, o artigo 156 da Lei das Sociedades por Ações determina que, havendo conflito de interesses, cabe ao administrador comunicar aos demais, bem como ao Conselho de Administração, da situação de conflito, tornando-se impedido de intervir na operação e devendo fazer constar em ata do Conselho de Administração a natureza e extensão do seu interesse.

Para mais informações sobre conflitos de interesses, consultar quadros dos itens 12.2(d) e 12.3(c) deste Formulário de Referência.

b. Demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

Quando da celebração dos contratos com partes relacionadas que se encontram descritos no item 16.2 deste Formulário de Referência, inexistiam procedimentos ou políticas formais que eram reconhecidamente efetivos para endereçar riscos decorrentes da existência de conflitos de interesses.

Não obstante, a Companhia observa as condições praticadas no mercado ao contratar qualquer serviço, celebrar acordo ou estabelecer relação comercial. Para tanto a Companhia leva em consideração, dentre outros, o preço, experiência, relevância no mercado e presença geográfica.

Dessa forma, a Companhia informa que as transações com partes relacionadas descritas no item 16.2 deste Formulário de Referência foram realizadas com transparência e com base em práticas de mercado, visto que as transações elencadas possuem conexão com a atividade da Companhia.

De maneira a demonstrar a comutatividade das obrigações assumidas e dos direitos adquiridos, nas transações indicadas no item 16.2, a Companhia apresenta sucintamente os principais fatores motivadores das citadas operações:

a) Convênio de Rateio de Despesas celebrado pela Companhia, na qualidade de convenente, a Álcool Ferreira, a CNA, e, após a celebração do 2º aditivo, em 1º de setembro de 2012, a Grou Empreendimentos Ltda., na qualidade de conveniadas, com objetivo de compartilhamento das estruturas administrativas e respectivos gastos entre as partes. É do interesse das partes otimizar e padronizar seus esforços administrativos, evitando duplicidade de estruturas administrativas, cargos e esforços de atividades de apoio internos e, como consequência, fortalecendo os princípios de práticas de governança corporativa da Companhia e suas afiliadas, com racionalização de gastos em comum. A Companhia se comprometeu a repassar às conveniadas os desembolsos incorridos com as estruturas administrativas compartilhadas, com base no mesmo valor dos gastos realizados perante terceiros e necessários à adequada manutenção e funcionamento das referidas estruturas administrativas, segundo critérios de rateio definidos no contrato. Todos os desembolsos incorridos com as estruturas administrativas compartilhadas serão rateados mensalmente entre as partes, através da verificação pela Companhia dos gastos apontados em centros de custo específicos para cada departamento vinculado ao rateio criado para esse fim.

b) Contrato de Locação de Imóvel Não Residencial sob Condições Suspensiva e Resolutiva, celebrado pela CNA, na qualidade de locatária, e Grou Empreendimentos Ltda., na qualidade de

locadora. O contrato foi celebrado levando-se em consideração critérios de preço, encargos e condições de rescisão correspondentes às condições de mercado para transações semelhantes.

16.4 – Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item que não tenham sido divulgadas neste Formulário de Referência.

17.1 – Informações sobre o capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	**Capital Emitido**				
31/12/2019	60.000.000	N/A	99.210.206	0	99.210.206
Tipo de capital	**Capital Subscrito**				
31/12/2019	60.000.000	N/A	99.210.206	0	99.210.206
Tipo de capital	**Capital Integralizado**				
31/12/2019	60.000.000	N/A	99.210.206	0	99.210.206
Tipo de capital	**Capital Autorizado**				
27/08/2020	700.000.000	N/A	0	0	0

17.2 – Aumentos do capital social

Data de Deliberação		Órgão Deliberativo	Data emissão	Valor total da emissão (R$)	Tipo de aumento	Ordinárias	Preferenciais	Total ações	Subscrição / Cap. anterior	Preço emissão	Fator cotação
31/12/2019		Assembleia Geral Extraordinária	31/12/2019	62.301.283,91	Subscrição	29.900.261	N/A	29.900.261	99%	R$2,08	R$/ação
	Critério para determinação do preço de emissão			A emissão em questão foi realizada para fins da contribuição da totalidade de ações de emissão Álcool Ferreira S.A. ("Álcool Ferreira") e pela Companhia Nacional de Álcool ("CNA") ao capital social da Companhia. As ações de emissão da Álcool Ferreira e da CNA foram avaliadas segundo o critério de valor de patrimônio líquido contábil, com base em balanços patrimoniais da Álcool Ferreira e da CNA levantados especialmente para esse fim na data base de 31 de dezembro de 2019.							
	Forma de integralização			Á vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição/ Conferência ao capital social da Companhia de 100% das ações de emissão da Álcool Ferreira e da CNA.							

17.3 – Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não realizou quaisquer desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações de emissão da Companhia nos últimos três exercícios sociais ou no exercício social corrente.

17.4 – Informações sobre reduções do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que, nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente, não houve redução do capital social da Companhia.

17.5 – Outras informações relevantes

Conforme informado no item 17.4 deste Formulário de Referência, não houve redução do capital social da Companhia nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente. Apresentamos no quadro abaixo informações sobre redução do capital social da Companhia realizada em 31 de março de 2017 para fins de absorção de prejuízos:

Data de Deliberação	Data redução	Valor total da redução (R$)	Quantidade de ações canceladas	Valor restituído por ação	Forma de restituição	% representativo da redução	Razão da redução
31/03/2017	31/03/2017	39.210.206,53	0	0,00	N/A	57,57%	Absorção de prejuízos

Além do disposto acima, não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item que não tenham sido divulgadas neste Formulário de Referência.

18.1 – Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	100%
Direito a dividendos	De acordo com a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e com o artigo 12 do Estatuto Social da Companhia é assegurado aos acionistas o direito ao recebimento de dividendo obrigatório anual não inferior a 25% do lucro líquido apurado nas demonstrações financeiras da Companhia, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição de reserva legal; e (ii) importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores.
Direito a voto	Pleno
Descrição de voto restrito	Não aplicável
Conversibilidade	Não
Condição da conversibilidade e efeitos sobre o capital social	Não aplicável
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	Observado o disposto no artigo 45 da Lei das Sociedades por Ações, o valor do reembolso a ser pago aos acionistas dissidentes terá por base o valor patrimonial, constante do último balanço aprovado pela Assembleia Geral.
Restrição à circulação	Não
Descrição da restrição	Não aplicável
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nem o estatuto social nem a assembleia geral poderão privar o acionista dos direitos de: (i) participar dos lucros sociais; (ii) participar do acervo da companhia, em caso de liquidação; (iii) fiscalizar, na forma prevista nesta Lei das Sociedades por Ações, a gestão dos negócios sociais; (iv) preferência para a subscrição de ações, partes beneficiárias conversíveis em ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, observado o disposto nos artigos 171 e 172 da Lei das Sociedades por Ações; e (v) retirar-se da sociedade nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.
Possibilidade de resgate de ações	Não
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Não aplicável
Outras características Relevantes	A Companhia solicitou a admissão de suas ações à negociação no segmento do Novo Mercado da B3. De acordo com o Regulamento do Novo Mercado, a saída voluntária do Novo Mercado somente será deferida pela B3 caso seja precedida de oferta pública de aquisição de ações ("OPA") realizada dentro do previsto na regulamentação editada pela CVM sobre OPAs para cancelamento de registro de companhia aberta. A realização da OPA pode ser dispensada por meio de aprovação em assembleia geral. A

OPA deve possuir preço justo, baseado em laudo de avaliação, na forma estabelecida pela legislação societária. Além disso, os acionistas titulares de mais de 1/3 (um terço) das ações em circulação deverão aceitar a OPA ou concordar expressamente com a saída do segmento sem efetuar a venda das ações.

18.2 – Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

Obrigação de realização de oferta pública - Proteção da Dispersão da Base Acionária

A alienação direta ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente do controle se obrigue a realizar oferta pública de aquisição de ações tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante

18.3 – Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

O estatuto social da Companhia não prevê hipótese adicional de suspensão de direitos às estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações, que prevê, em seu artigo 120, que a Assembleia Geral dos seus acionistas pode deliberar a suspensão dos direitos do acionista que deixar de cumprir qualquer obrigação imposta pela Lei das Sociedades por Ações, por sua regulamentação ou pelo Estatuto Social, cessando a suspensão logo que regularizada a obrigação que tenha dado causa à suspensão. Adicionalmente, nos termos do artigo 171, parágrafo 4º, da Lei das Sociedades por Ações, o direito de preferência pode estar sujeito a prazo decadencial.

18.4 – Volume de negociações, média diária e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados

Justificativa para não preenchimento do quadro:

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía valores mobiliários admitidos à negociação em mercados organizados nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente. A oferta pública inicial de ações da Companhia está sendo requerida junto à CVM e à B3.

18.5 – Descrição dos outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Justificativa para não preenchimento do quadro:

Na data deste Formulário de Referência, não havia outros valores mobiliários de emissão da Companhia que não as suas ações.

18.5a – Número de Titulares de Valores Mobiliários

Justificativa para não preenchimento do quadro:

Na data deste Formulário de Referência, não havia outros valores mobiliários de emissão da Companhia que não as suas ações.

18.6 – Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

A oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia está sendo requerida junto à CVM e à B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"). Uma vez concedido o registro, as ações ordinárias de emissão da Companhia serão admitidas à negociação no segmento Novo Mercado da B3.

18.7 – Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui, na data de arquivamento deste Formulário de Referência, valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

18.8 – Descrição de títulos emitidos no exterior

Justificativa para não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia, na data de arquivamento deste Formulário de Referência, não possui valores mobiliários emitidos no exterior.

18.9 – Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

Não houve ofertas públicas relativas a valores mobiliários de emissão da Companhia nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente. Não obstante, seguem abaixo informações relativas às ofertas públicas de valores mobiliários de emissão de controladas da Companhia, no exercício social encerrados em 31 de dezembro de 2019, que ainda não foram integralmente liquidados ou resgatados. Não há valores mobiliários de emissão de controladas da Companhia ofertados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro 2018 e no período de três meses encerrado em 30 de junho de 2020 em circulação.

Oferta Pública de Distribuição de Valores Mobiliários de Emissão de Controlada

CRA True Securitizadora S.A.

Em 01 de agosto de 2019, a True Securitizadora S.A. ("True Securitizadora") realizou a 4ª emissão de certificados de recebíveis do agronegócio ("CRA"), em duas séries, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("ICVM 476") e da Instrução CVM nº 600, de 1º de agosto de 2018, conforme alterada, nos termos do "*Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1a (primeira) e 2a (segunda) Série da 4ª (quarta) Emissão da True Securitizadora S.A.*" ("Termo de Securitização").

Os CRA são lastreados nas 1ª e 2ª séries da 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, convolada em garantia real, com garantia adicional fidejussória, para colocação privada, de emissão da Companhia Nacional de Álcool ("CNA"), controlada direta da Companhia, conforme disposto no "*Instrumento Particular de Escritura da 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, a ser Convolada em Garantia Real, Com Garantia Adicional Fidejussória, em Duas Séries, para Colocação Privada da Companhia Nacional de Álcool*", celebrado em 15 de agosto de 2019 ("Debêntures", "Escritura de Emissão" e "Oferta Restrita", respectivamente).

Foram subscritos e integralizados 120.000 CRA, nominativos e escriturais, com valor nominal unitário de R$1.000,00. A remuneração é devida trimestralmente e (i) para os CRA da 1ª série, o investidor é remunerado a uma taxa anual de CDI + *spread* de 2,20%, base 252 dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*; e (ii) para os CRA da 2ª série, o investidor é remunerado a uma taxa anual de CDI + *spread* de 2,45%, base 252 dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*. Ambas as séries possuem pagamento de principal em parcelas trimestrais, nos anos de 2021, 2022, 2023 e 2024. Todos os custos e despesas da operação são de responsabilidade da CNA, pagos por meio de dois fundos de despesas, um para cada série, constituídos desde a emissão.

Os CRA, ofertados nos termos da Oferta Restrita, somente poderão ser negociados nos mercados regulamentados de valores mobiliários entre Investidores Qualificados depois de decorridos 90 dias contadas de cada subscrição ou aquisição dos CRA pelos Investidores Profissionais, nos termos dos artigos 13 e 15 da ICVM 476 e depois do cumprimento, pela True Securitizadora, das obrigações previstas no artigo 17 da ICVM 476, sendo que a negociação dos CRA deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis, incluindo, mas não se limitando a, a comprovação da efetiva titularidade dos CRA pelos titulares dos CRA.

A True Securitizadora deverá, obrigatoriamente, de forma irrevogável e irretratável, a qualquer momento a partir da data de integralização dos CRA e, de forma unilateral, realizar oferta de resgate antecipado total ou parcial dos CRA, sempre que a CNA realize uma oferta de resgate antecipado das Debêntures, nos termos da Escritura de Emissão.

A True Securitizaora realizará o resgate antecipado total dos CRA, caso ocorra o Resgate Antecipado Facultativo Total ou o Resgate Antecipado por Mudança de Tributos, conforme definidos nos termos do Termo de Securitização e nos termos da Escritura de Emissão.

O resgate antecipado obrigatório total dos CRA será realizado mediante o pagamento pela True Securitizadora do valor nominal unitário ou saldo do valor nominal unitário dos CRA, acrescido da remuneração dos CRA, calculada *pro rata temporis* desde a data da integralização dos CRA ou a data de pagamento da remuneração dos CRA imediatamente anterior até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo da cobrança dos encargos moratórios e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela True Securitizadora nos termos da Escritura de Emissão e nos demais documentos da Oferta Restrita.

Os titulares dos CRA poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos titulares dos CRA, incluindo, mas não se limitando, ao exercício de direitos comuns sob o Termo de Securitização e a Escritura de Emissão. A assembleia geral dos titulares dos CRA será realizada conjuntamente entre os titulares dos CRA de ambas as séries, computando-se conjuntamente os respectivos quóruns de convocação, instalação e deliberação. Sem prejuízo do disposto no Termo de Securitização, compete privativamente à assembleia geral deliberar sobre: (i) as demonstrações contábeis dos patrimônios separados de ambas as Séries apresentadas pela True Securitizadora, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, em até 120 dias após o término do exercício social a que se referirem; (ii) alterações no Termo de Securitização, exceto se expressamente permitidas nos termos do(s) respectivo(s) documento(s) da operação; (iii) alteração na remuneração dos prestadores de serviço, conforme identificados no Termo de Securitização; (iv) alterações na estrutura de garantias; (v) alteração do quórum de instalação e deliberação da assembleia geral; e (vi) alteração da remuneração dos CRA.

Para o cumprimento das obrigações garantidas, foi constituída alienação fiduciária das ações de emissão da Companhia e de titularidade indireta do Fundo de Investimento em Participações Vocatus Multiestrategia e de titularidade direta do Fundo de Investimento em Participações Multiestrategia Zulu Corp, representativas de 30% do capital social da Companhia, bem como foi prestada fiança pela Álcool Ferreira S.A., pela Da Ilha Comércio de Álcool Ltda. e pela Companhia. As garantias foram constituídas em igualdade de condições para os CRA das 1ª e 2ª séries.

Os CRA foram emitidos em 12 de agosto de 2019 e vencem em 14 de agosto de 2024. Em 30 de junho de 2020, o saldo devedor dos CRA era de R$60.419.113,14.

Observados os eventuais prazos de cura aplicáveis, a ocorrência de quaisquer dos eventos indicados na Cláusula 3.22.2 da Escritura de Emissão acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures de ambas as séries, independentemente de qualquer aviso extrajudicial, interpelação judicial, notificação prévia à CNA ou consulta aos titulares de Debêntures ou dos CRA.

Na ocorrência de quaisquer dos eventos indicados na Cláusula 3.22.3 da Escritura de Emissão e desde que não sanados no prazo de cura eventualmente aplicável, a True Securitizadora deverá convocar assembleia geral dos titulares de CRA, em até 2 dias úteis contados da ciência da ocorrência de quaisquer dos eventos previstos e conforme previsto no Termo de Securitização, para deliberar sobre a declaração de vencimento antecipado não automático das Debêntures. A assembleia geral de debenturistas será realizada em até 1 dia útil da data de realização da assembleia dos titulares de CRA e a Emissora deverá se manifestar de acordo com orientação deliberada na assembleia geral de titulares de CRA, sobre a eventual declaração do vencimento antecipado das Debêntures.

Caso seja verificada a ocorrência de qualquer dos eventos de vencimento antecipado não automático conforme definidos e previstos na Escritura de Emissão, a True Securitizadora deverá convocar uma assembleia geral dos titulares de CRA, em até 2 dias úteis contados de sua ciência sobre tal evento. Caso a referida assembleia geral seja instalada em primeira ou em segunda convocação, e os titulares dos CRA representando (a) em primeira convocação, com no mínimo 50% mais um dos CRA em circulação, considerando conjuntamente os CRA de ambas as séries; ou (b) em segunda convocação, com no mínimo, 50% mais um dos CRA presentes à assembleia, desde que os titulares de CRA presentes na assembleia geral representem, no mínimo, 30% dos CRA em circulação, considerando conjuntamente os CRA de ambas as séries, conforme o caso, e seja decidido pela declaração do vencimento antecipado das Debêntures, a True Securitizadora deverá formalizar uma ata de assembleia geral de debenturistas aprovando a declaração do vencimento antecipado de todas as obrigações da CNA constantes da Escritura de Emissão. Neste caso, (i) a True Securitizadora deverá, no prazo máximo de 2 dias úteis contados da data da referida assembleia geral, notificar a CNA para o pagamento do montante devido antecipadamente, por meio de carta protocolada ou encaminhada com aviso de recebimento; e (ii) a CNA deverá pagar o montante devido antecipadamente, em até 1 dia útil contado do recebimento pela CNA de comunicação por escrito a ser enviada pela True Securitizadora, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios.

18.10 – Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

Nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente, não houve ofertas de valores mobiliários de emissão da Companhia.

18.11 – Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não realizou ofertas públicas de aquisição relativas a ações de emissão de terceiros desde sua constituição.

18.12 – Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item que não tenham sido divulgadas neste Formulário de Referência.

19.1 – Informações sobre planos de recompra de ações do emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que não aprovou planos para recompra de ações de emissão da Companhia nos últimos três exercícios sociais ou no exercício social corrente.

19.2 – Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não mantém valores mobiliários em tesouraria no exercício social corrente e não manteve valores mobiliários em tesouraria nos três últimos exercícios sociais.

19.3 – Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item que não tenham sido divulgadas neste Formulário de Referência.

20.1 – Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

Data aprovação	27 de agosto de 2020
Órgão responsável pela aprovação	Conselho de Administração
Cargo e/ou Função das Pessoas Sujeitas à Política	A Companhia, os Acionistas Controladores, os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária ("Administradores"), membros e respectivos suplentes, quando aplicável, do Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria Estatutário, Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração e quaisquer outros órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados ou que venha a ser criados pela Companhia, por disposição estatutária ("Demais Órgãos da Companhia"), incluindo aqueles que se afastarem da administração e dos Demais Órgãos da Companhia durante o prazo de 6 meses contados da data do afastamento, Colaboradores Relevantes e Fornecedores e Prestadores de Serviços (conforme definidos na Política de Negociação de Valores Mobiliários da Companhia) ("Pessoas Sujeitas à Política").
Principais características e locais de consulta	Em reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de agosto de 2020, a Companhia aprovou a "Política de Negociação com Valores Mobiliários" ("Política de Negociação"), a qual, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 358, de 03 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM nº 358"), visa a regulamentar as operações com valores mobiliários de emissão da Companhia ou a eles referenciados ("Valores Mobiliários"), estabelecendo as restrições, condutas e políticas de negociação a serem observadas pelas Pessoas Sujeitas à Política. Neste sentido, a Política de Negociação estabelece (i) as regras para negociação de Valores Mobiliários pelas Pessoas Sujeitas à Política, dentro dos limites legais; e (ii) normas para coibir a utilização de informações privilegiadas sobre Ato ou Fato Relevante relativo à Companhia ("Informações Privilegiadas"), em benefício próprio das Pessoas Sujeitas à Política em negociações com Valores Mobiliários. A Política de Negociação pode ser consultada no site da Companhia (www.grupompr.com.br/ri) ou, ainda, no site da CVM (www.cvm.gov.br).
Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização	Nos termos da Política de Negociação, é vedada a negociação de Valores Mobiliários pela Companhia e Pessoas Sujeitas à Política, conforme o caso, nas seguintes hipóteses, como regra geral: (a) desde a data da ciência do ato ou fato relevante relativo à Companhia, conforme definido na Instrução CVM nº 358 ("Ato ou Fato Relevante"), até a sua divulgação ao mercado; (b) sempre que existir intenção de promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária; (c) sempre que estiver em curso aquisição ou

	alienação de valores mobiliários de emissão da Companhia pela própria Companhia, sociedades controladas, sociedades coligadas ou outra sociedade sob controle comum, ou se houver sido outorgada opção ou mandato para este fim; (d) no período de 15 dias corridos que anteceder a divulgação das informações trimestrais (ITR) e anuais (DFP) da Companhia; e (e) em todos os períodos em que o Diretor de Relações com Investidores tenha determinado a proibição de negociação. No que se refere à fiscalização da Política de Negociação, o Diretor de Relações com Investidores é o responsável pela execução e acompanhamento da referida política.

20.2 – Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item que não tenham sido divulgadas neste Formulário de Referência.

21.1 – Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

Exceto pela Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 27 de agosto de 2020 ("Política de Divulgação"), a qual está descrita no item 21.2 deste Formulário de Referência, a Companhia não adota qualquer outra norma, regimento ou procedimento interno relativo à divulgação de informações.

O texto completo da Política de Divulgação da Companhia pode ser consultado em seu website (www.grupompr.com.br/ri), bem como fisicamente em sua sede social.

21.2 – Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

A Companhia possui uma política de divulgação de ato e fato relevantes ("Política de Divulgação"), elaborada nos termos da Instrução CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358/02") e aprovada pelo Conselho de Administração em 27 de agosto de 2020.

A Política de Divulgação tem por objetivo estabelecer as diretrizes e procedimentos a serem observados na divulgação, por parte da Companhia, de atos ou fatos relevantes, cuja definição consta do artigo 2º da Instrução CVM 358/02 ("Ato ou Fato Relevante"), a fim de evitar o uso indevido de informações privilegiadas e assegurar o tratamento equitativo aos investidores da Companhia.

Sujeitam-se às normas e procedimentos da Política de Divulgação a Companhia e os acionistas controladores, os administradores, membros dos demais órgãos da administração, incluindo aqueles que se afastarem da administração e dos demais órgãos da administração da Companhia durante o prazo de 6 meses contados da data do afastamento ou por quaisquer colaboradores relevantes, fornecedores e prestadores de serviços contratados pela Companhia que tenham acesso permanente ou eventual às informações relativas à Ato ou Fato Relevante antes de sua comunicação e divulgação ao mercado, as quais deverão aderir formalmente à Política de Divulgação por meio da assinatura do termo de adesão, nos termos do parágrafo 1º do artigo 16 da Instrução CVM 358/02 ("Pessoas Sujeitas").

A comunicação de Ato ou Fato Relevante à CVM, aos mercados de balcão organizado em que valores mobiliários de emissão da Companhia são negociados ("Bolsas de Valores") e ao mercado em geral deve ser feita imediatamente, por meio de documento escrito, de modo claro e preciso, em linguagem acessível ao público investidor.

A divulgação de Ato ou Fato Relevante ocorrerá por meio de (i) anúncio publicado nos jornais utilizados pela Companhia, podendo o anúncio conter a descrição resumida do Ato ou Fato Relevante, desde que indique endereço na internet onde esteja disponível a descrição completa do Ato ou Fato Relevante, em teor no mínimo idêntico ao texto enviado à CVM e às Bolsas de Valores; e (ii) pelo menos 1 portal de notícias com página na rede mundial de computadores, que disponibilize, em seção disponível para acesso gratuito, a informação em sua integralidade.

A Companhia divulgará o Ato ou Fato Relevante simultaneamente em português e inglês, sem prejuízo da utilização de outros idiomas, nos termos da regulamentação aplicável ou caso o Departamento de Relações com Investidores da Companhia julgue necessário. A Companhia envidará os melhores esforços para evitar potenciais divergências entre os idiomas, entretanto, em caso de divergência de interpretação entre o português e os outros idiomas, a informação em português é a que prevalece.

O Ato ou Fato Relevante deverá, preferencialmente, ser divulgado antes do início ou após o encerramento dos negócios nas Bolsas de Valores, prevalecendo, no caso de incompatibilidade de horário de negociação em mercados de diferentes países, o horário de funcionamento do mercado brasileiro.

Caso seja imperativo que a divulgação de Ato ou Fato Relevante ocorra durante o horário de negociação, o Diretor de Relações com Investidores deverá comunicar o Ato ou Fato Relevante à CVM e às Bolsas de Valores, conforme aplicável, e, se necessário, solicitar, sempre simultaneamente, às Bolsas de Valores, nacionais e estrangeiras, a suspensão da negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia, ou a eles referenciados, pelo tempo necessário para a sua adequada disseminação. Tal suspensão de negociação não será levada a efeito no Brasil enquanto estiverem em funcionamento as Bolsas de Valores de outros países em que os valores mobiliários de emissão da Companhia sejam admitidos à negociação, e enquanto não estiverem suspensas as negociações com valores mobiliários de emissão da Companhia em tais localidades.

A Companhia poderá, excepcionalmente, deixar de divulgar Ato ou Fato Relevante quando o acionista controlador ou os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia entenderem que a revelação do Ato ou Fato Relevante naquele momento poderá pôr em risco o interesse legítimo da Companhia. Caso o Ato ou Fato Relevante esteja ligado a operações envolvendo diretamente o acionista controlador e este decida por sua não divulgação, deverá o acionista controlador informar o Diretor de Relações com Investidores da Companhia e/ou ao Departamento de Relações com Investidores.

Ainda que o acionista controlador ou os Administradores da Companhia decidam pela não divulgação de Ato ou Fato Relevante, o Ato ou Fato Relevante mantido em sigilo deve ser imediatamente divulgado na hipótese de a informação escapar ao controle da Companhia ou se ocorrer oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos valores mobiliários de sua emissão, ou a eles referenciados. Nesta hipótese, os acionistas controladores ou os Administradores ficam obrigados a, através do Diretor de Relações com Investidores ou diretamente, providenciar para que o Ato ou o Fato Relevante seja imediatamente comunicado à CVM, Bolsas de Valores e ao público investidor.

Para o propósito de preservação do sigilo de informações privilegiadas, sendo estas aquelas relacionadas a Ato ou Fato Relevante, ou ainda, às demonstrações financeiras trimestrais ou anuais ainda não divulgadas ao mercado, conforme acima definido, recomenda-se que as Pessoas Sujeitas à Política de Divulgação observem os seguintes procedimentos, sem prejuízo da adoção de outras medidas que se mostrem apropriadas diante de cada situação concreta:

- divulgar a informação privilegiada estritamente àquelas pessoas diretamente envolvidas com o assunto em pauta;

- não discutir a informação privilegiada (i) em lugares públicos ou na presença de terceiros que dela não tenham conhecimento, ou (ii) em conferências telefônicas nas quais não se possa ter certeza de quem efetivamente são as pessoas que podem dela participar;

- manter seguro o meio em que as informações privilegiadas são armazenadas e transmitidas, restringindo qualquer acesso não autorizado; e

- não comentar tais informações privilegiadas com terceiros, inclusive cônjuges, companheiros ou dependentes.

A Companhia adota a sistemática do período de silêncio nos 15 dias que antecederem à divulgação das informações trimestrais e das informações anuais da Companhia aos reguladores CVM, às Bolsas de Valores, bem como a sua divulgação pública. A data de divulgação das informações trimestrais e das informações anuais será informada pela Companhia em seu calendário anual. No que diz respeito ao Período de Silêncio, a Companhia divulgará, internamente, seu início.

As Pessoas Sujeitas devem guardar sigilo acerca de Atos e Fatos Relevantes que ainda não tenham sido divulgados, nos termos da Política de Divulgação e da Instrução CVM 358/02, às quais tenham acesso privilegiado em razão do cargo ou posição que ocupam, até que tais informações sejam divulgadas ao mercado, bem como zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam, respondendo solidariamente com estes na hipótese de descumprimento.

A íntegra da Política de Indicação pode ser obtida nas páginas eletrônicas da Companhia, no endereço www.grupompr.com.br/ri e da CVM, por meio do endereço www.cvm.gov.br, na rede mundial de computadores.

21.3 – Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

O responsável pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações da Companhia é o seu Diretor de Relações com Investidores.

21.4 – Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item que não tenham sido divulgadas neste Formulário de Referência.